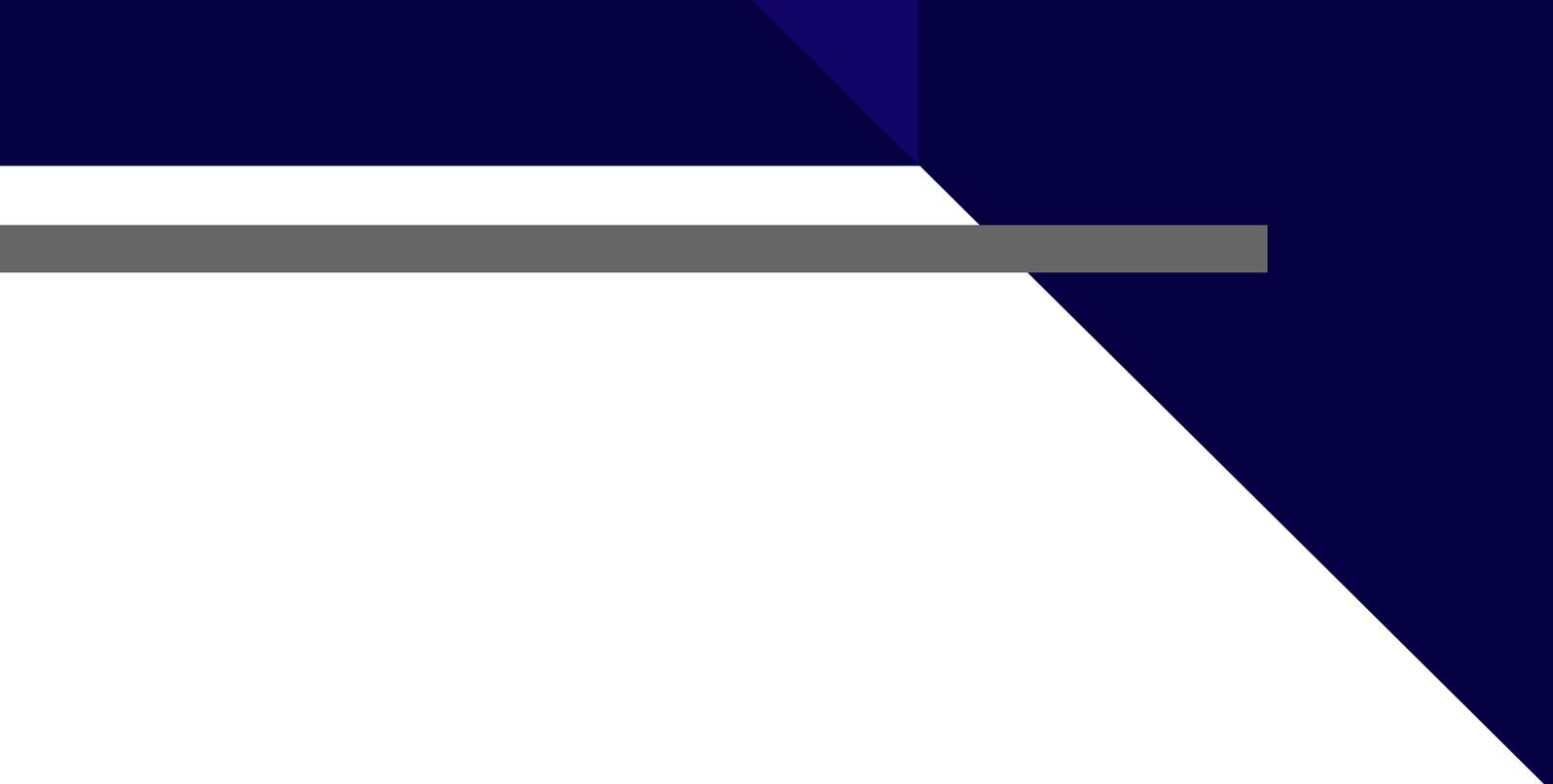


# **XVENTBL**

Encontro Nacional de Turismo com Base Local  
Recife 2018

## **ANAIS**

ARTIGOS CIENTÍFICOS



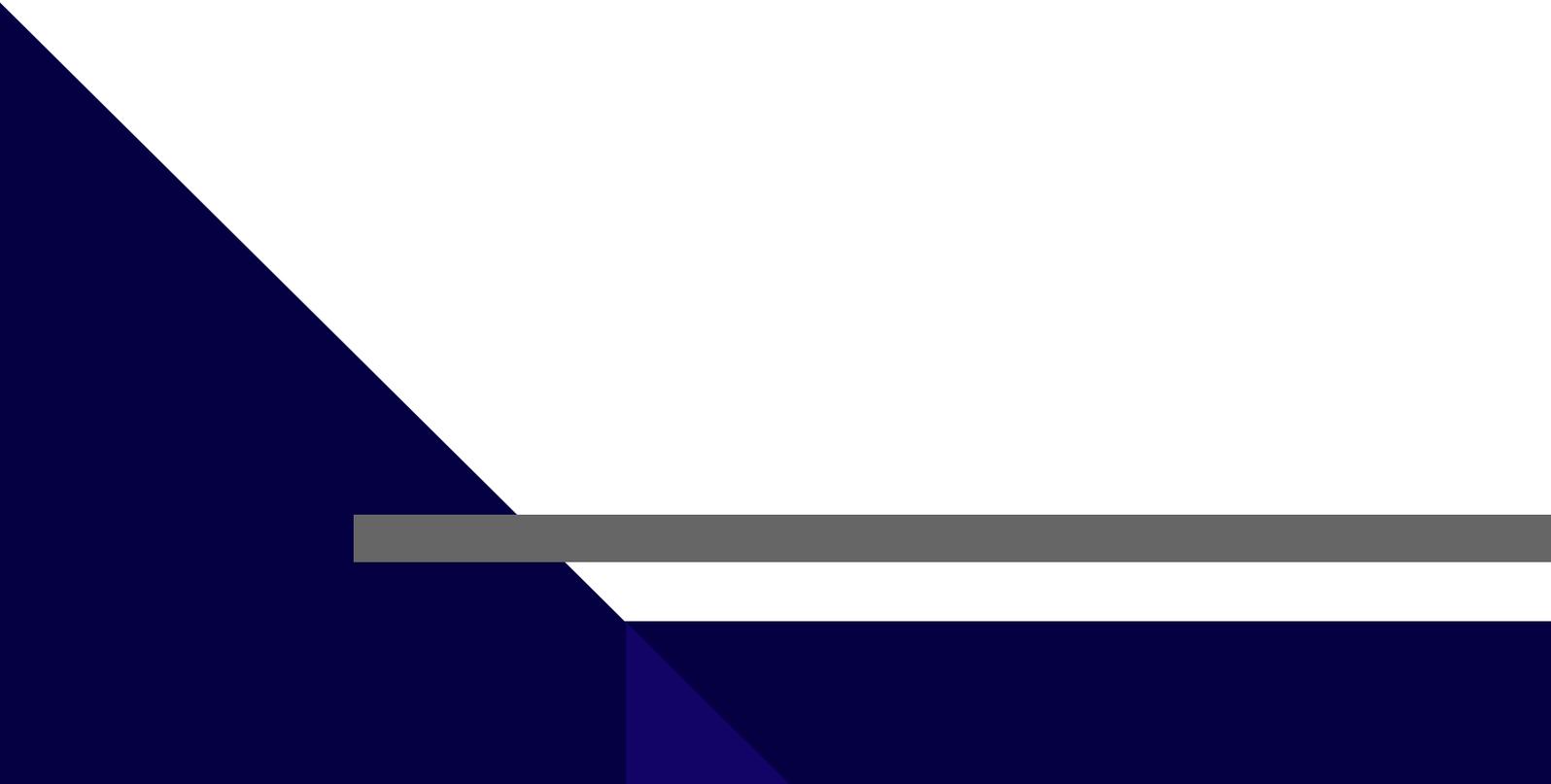
---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE  
HOTELARIA E TURISMO

ISSN: 1808-9755

---



# Comissões



## Comissão Nacional:

Dr<sup>a</sup> Adyr Balestreri Rodrigues - USP  
Dr. Anderson Portuguez - UFU  
Dr. Aguinaldo Cesar Fratucci - UFF  
Dr<sup>a</sup>. Carla Novaes – UNIFEBE / VISCAYA  
Dr. Carlos Eduardo Pimentel - UFPE  
Dr. Christian Dennys de Oliveira – UFC  
Esp. Claudia Neu – GS Consultoria  
Dr. Dario Paixão – UNICENP  
Dr. Edwaldo Sérgio - UFJF  
Dr<sup>a</sup>. Elisabete Tamanini – IELUSC  
Dr. Giovanni Seabra – UFPB  
Dr<sup>a</sup>. Glaubécia Teixeira da Silva – UEA  
Dr. Hélio Barroco – UESC  
Dr<sup>a</sup>. Ivani de Faria - UFAM  
Dr. José Gândara – UFPR  
Dr<sup>a</sup>. Luzia Neide Coriolano - UECE  
Dr. Marcello Tomé - UFF  
Dr. Marcos Aurélio da Silveira - UFPR  
Dr<sup>a</sup>. Magda Lombardo – UNESP  
Dr<sup>a</sup>. Marlene Huebes Novaes – UNIVALI  
Dr. Milton Mariani – UFMS  
Dr<sup>a</sup>. Odaléia Queiroz – UNESP  
Dr<sup>a</sup>. Vanice Selva - UFPE  
Dr. Wanderlei Mendes – UFTO  
Dr. Zysman Neiman - Unfesp

## Coordenação Geral Local:

Dr<sup>a</sup>. Vanice Santiago Fragoso Selva - UFPE  
Msc. Carlos Eduardo Pimentel

## Comissão de hospedagem e A&B:

Dr<sup>a</sup>. Viviane Santos Salazar  
Msc. Juliana Maria de Oliveira Leal Didier  
Dr<sup>a</sup>. Simone de Lira Almeida

## Comissão de minicursos:

Dr<sup>a</sup>. Mariana Cavalcanti Falcão de Albuquerque  
Msc. Marília Ferreira Paes Cesário  
Dr. Itamar José Dias e Cordeiro  
Dr<sup>a</sup>. Solange Fernandes Soares Coutinho

## Comissão de visitas técnicas:

Dr<sup>a</sup>. Nathália Korossy Leite  
Dr. Itamar José Dias e Cordeiro  
Dr<sup>a</sup>. Luciana Araújo de Holanda

## Comissão de Marketing e Comunicação:

Dr. André Falcão Durão  
Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa  
Msc. Marília Ferreira Paes Cesário  
Dr. Anderson Gomes de Souza

# Comissões



## Comissão Científica:

Dr<sup>a</sup>. Francisca De Paula S Da Silva - Universidade Do Estado Da Bahia

Dr<sup>a</sup>. Glaubécia Teixeira Da Silva - Universidade Do Estado Do Amazonas

Dr<sup>a</sup>. Gloria Maria Widmer - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Isabela Andrade De Lima Morais - Universidade Federal De Pernambuco

Itamar Jose Dias E Cordeiro - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Ivani Ferreira De Faria - Universidade Federal Do Amazonas

Dr<sup>a</sup>. Juliana Maria De Oliveira Leal Didier - Universidade Federal De Pernambuco

Dr. José Carlos Ribeiro Ferreira - Universidade Nova De Lisboa

Dr. Jose Manoel Goncalves Gandara - Universidade Federal Do Paraná

Dr<sup>a</sup>. Lia Maldonado Teles Vasconcelos - Universidade Nova De Lisboa

Dr<sup>a</sup>. Luciana Araujo De Holanda - Universidade Federal De Pernambuco

## Comissão de Finanças, Captação de Recursos e Parcerias

Msc. Alexandre Cesar Batista da Silva

## Comissão de Transporte e Receptivo dos Palestrantes/Convidados

Dr<sup>a</sup>. Luciana Araújo de Holanda

Dr. Sérgio Rodrigues Leal

## Comissão de Logística, Secretaria e Infraestrutura

Dr. Itamar José Dias e Cordeiro

Msc. Maria Helena Cavalcanti da Silva Belchior

Msc. Rosilei Montenegro Vieira

Msc. Sandra Pereira

## Comissão Programação Socio-Cultural

Dr<sup>a</sup>. Isabela Andrade de Lima Morais

Dr<sup>a</sup>. Viviane Santos Salazar

# Comissões



## Comissão Científica:

Dr. Luis Henrique De Souza - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano - Universidade Estadual Do Ceará

Dr. Marcello De Barros Tome Machado - Universidade Federal Fluminense

Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida Fonsceca Pontes – Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

Dr<sup>a</sup>. Maria Goretti Da Costa Tavares- Universidade Federal Do Pará

Dr<sup>a</sup>. Maria De Lourdes De Azevedo Barbosa - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Maria Geralda De Almeida - Universidade Federal De Goiás

Dr<sup>a</sup>. Maria Helena Cavalcanti Da Silva - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Mariana Cavalcanti Falcão - Universidade Federal De Pernambuco

Msc. Marília Ferreira Paes Cesário- Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Maristela Oliveira Andrade - Universidade Federal Da Paraíba

Dr<sup>a</sup>. Marlene Huebes Novaes - Universidade Do Vale Do Itajaí

Dr<sup>a</sup>. Marta De Azevedo Irving - Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Fundação Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul

Dr<sup>a</sup>. Nathalia Korossy Leite- Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Odaleia Telles Marcondes Machado Queiroz - Universidade De São Paulo

Dr. Plinio Guimaraes De Sousa - Instituto Federal De Pernambuco

Msc. Rosilei Montenegro Vieira - Universidade Federal De Pernambuco

Dr. Sandro Campos Neves - Universidade Federal Do Paraná

Dr. Sérgio Rodrigues Leal- Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Simone De Lira Almeida - Universidade Federal De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Solange Fernandes Soares Coutinho- Universidade De Pernambuco

Dr<sup>a</sup>. Susy Rodrigues Simonetti - Universidade Do Estado Do Amazonas

Dr. Zysman Neiman - Universidade Federal De São Carlos

## Sumário

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DA ZONA PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL.....	5
A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA: ESTUDO MULTICASO EM ATRATIVOS TURÍSTICOS DE NITERÓI/RJ.....	25
A CONTRIBUIÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO: UM ESTUDO NO PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ/RN.....	44
A INCLUSÃO SOCIAL PELO LAZER: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “CAMPUS TOUR: A INCLUSÃO SOCIAL PELO LAZER PARA JOVENS DO BAIRRO DOM BOSCO VIA VISITAÇÃO A EQUIPAMENTOS DE LAZER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA” .....	67
A RELAÇÃO DO TURISMO <i>VERSUS</i> PARQUES PÚBLICOS DA/NA CIDADE DE ARACAJU/SE, BRASIL, SOB A ÓTICA DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS .....	82
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E DO APOIO DOS RESIDENTES AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLA DA MICRORREGIÃO DO LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	104
PRODUTOS EXPERIENCIAIS: A PRESENÇA DAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – PR.....	125
APLICAÇÃO DO SIG NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ESPAÇOS TURÍSTICOS....	148
APROXIMAÇÃO ENTRE GEOGRAFIA E TURISMO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO NORDESTE BRASILEIRO.....	164
ARTESANATO E TURISMO: ANÁLISE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA- SANTA CRUZ CABRÁLIA – BAHIA. ....	186
AS VANTAGENS DO ENOTURISMO PARA AS VINÍCOLAS DO VALE SUBMÉDIO / FRANCISCO .....	202

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ASPECTOS INFLUENCIADORES NO DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE MATINHOS (PR).....	216
COMÉRCIO AMBULANTE EM BALNEÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EM PONTAL DO PARANÁ – PARANÁ.....	237
DIAGNOSTICANDO REALIDADES CONCRETAS: UM OLHAR HUMANO SOBRE A PRAINHA DO CANTO VERDE .....	252
DIVIDIR MAIS E PAGAR MENOS: NOVAS FORMAS DE VIAJAR EM TEMPOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA.....	274
ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS DE VISIBILIDADE TURÍSTICA	295
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ITCP UFPR E TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES REALIZADAS.....	314
GRUPO DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL NO BAIRRO DO RECIFE ANTIGO.....	328
O TURISMO COMO INSTRUMENTO DE EMPRESARIAMENTO URBANO E SUPORTE DA POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE MEGAEVENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM LYON (FRANÇA) .....	343
O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM PERIFERIAS URBANAS: A EXPERIÊNCIA DE TRÊS COMUNIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.....	364
O TURISMO NA FAVELA DO VIDIGAL: BASE COMUNITÁRIA OU BASE MERCADOLÓGICA?.....	384
OS LUGARES DO TURISMO: MEIOS DE HOSPEDAGEM NA ILHA DE ITAMARACÁ, PERNAMBUCO .....	402
PATRIMÔNIO CULTURAL EM COMUNIDADE QUILOMBOLA: O CASO DAS LOUÇAS DE BARRO DOS NEGROS DO RIACHO/RN.....	419

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM FERNANDO DE NORONHA (PERNAMBUCO-BRASIL).....	442
POTENCIALIDADES DO TURISMO E DO ECOTURISMO NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA, PB.....	460
POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO RIACHO/RN: UMA DISCUSSÃO SOBRE TURISMO ÉTNICO E DE BASE COMUNITÁRIA.....	473
PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2008-2017): PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DAS METODOLOGIAS.....	496
REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA BOA GOVERNANÇA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO EMPÍRICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO PEIXE-BOI EM PORTO DE PEDRAS-AL.....	523
REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM ÁREAS URBANAS: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES.....	542
RENDEIRAS DE PONTA NEGRA: PATRIMÔNIO CULTURAL, INDÚSTRIA CRIATIVA E TURISMO.....	566
REQUALIFICAÇÃO E USO DE ESPAÇOS HISTÓRICOS PARA A GASTRONOMIA: ANOTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ. ....	590
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO.....	603
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E UM TERRITÓRIO DE INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA-SC.....	622
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: METODOLOGIA PARA PROJETOS LOCAIS .....	642

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ .....	665
TURISMO DE FRONTEIRA: A ESTRADA DO PACÍFICO E OS FLUXOS TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL .....	685
TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: A VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS – AM .....	703
TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONSTITUIÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM MARAGOGI/AL .....	725
TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DA COOPERATIVA ARTEZA/CABACEIRAS-PARAÍBA .....	730
TURISMO E O CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA-PA: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DESTE ESPAÇO PELA POPULAÇÃO E POR TURISTAS.....	751
TURISMO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA ASSOCIAÇÃO DOS BARQUEIROS DE JEQUIÁ DA PRAIA (AL).....	770
TURISMO VOLUNTÁRIO NA ILHA DE DEUS, EM RECIFE - PERNAMBUCO: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA INICIATIVA CONSIDERADA INOVADORA .....	798
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS .....	820
USO TURÍSTICO NO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ):MAPEAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES EM CURSO NA ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA E A SOCIEDADE .....	838

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO DA ZONA PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL

Marina Hastenreiter Silva

Aguinaldo Cesar Fratucci

### RESUMO

O uso do território para o turismo ocorre por diferentes interesses, dos quais destacamos os fatores exógenos e/ou endógenos. Compreende-se que os processos de turistificação em espaços urbanos por vezes estão vinculados às ações de reestruturação urbana, e estas, por sua vez, podem estar subordinadas aos investimentos do mercado de capitais internacional. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a recente produção do espaço turístico da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Tendo por base o referido fim, propõe-se: (1) uma breve contextualização histórica da área de estudo; (2) uma análise da Operação Urbana Porto Maravilha, concernente as formas que foram implantadas (ressignificadas) para dar suporte à prática do turismo; (3) um estudo comparativo do processo de turistificação da região estudada, a partir da análise de mapas e guias turísticos da cidade do Rio de Janeiro publicados antes e depois da referida operação urbana. Como metodologia de coleta e construção de dados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, à análise documental, e aos relatos provenientes da observação *in loco*. Como resultado, identificou-se a contribuição expressiva da Operação Urbana Porto Maravilha para a recente reconfiguração daquele território para uso do turismo. Contudo, destaca-se que há descontinuidades do espaço turístico na referida região, o que indica que nem todo espaço da área de estudo foi turistificado. Por fim, identificou-se a presença do turismo histórico, cultural e arqueológico apoiado em aspectos da cultura afro-brasileira, redefinindo algumas ações impostas e planejadas pela Operação Urbana Porto Maravilha para o turismo nessa área.

**PALAVRAS CHAVE:** Território. Turistificação. Espaço turístico. Operação Urbana Porto Maravilha. Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro.

### ABSTRACT

The use of the territory for the tourism occurs by different interests, of which we highlight exogenous and/or endogenous factors. In this sense, the touristification processes in urban spaces are associated with urban restructuring, which may be subordinated to the investments of the international capital market. The present work aims to analyze the recent touristification process in the Port Zone of Rio de Janeiro city. For this, we propose: (1) a brief historical contextualization of the region studied; (2) an analysis of the 'Porto Maravilha' project (urban action - support the practice of tourism); (3) a study of touristification process in the said region (we used maps and tourist guides of Rio de Janeiro city, published before and after the urban action – ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

'Porto Maravilha'). As methodological tool, we performed literature and documentary research, and observation in loco. The results demonstrated the contributions of urban operation "Porto Maravilha" for the recent reconfiguration of the region (territory) for the use of tourism. In addition, we observed some discontinuities of the tourist space. Finally, we identified the presence of historical, cultural and archaeological tourism based on aspects of Afro-Brazilian culture, redefining some actions imposed and planned by Urban Operation Maravilha Porto Maravilha for tourism in this area.

**KEYWORDS:** Territory. Touristification. Tourist Space. Urban Operation Porto Maravilha. Port Zone of the city of Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

Há anos a cidade do Rio de Janeiro é considerada o principal de portão de entrada de turistas internacionais e um dos principais destinos do turismo doméstico no Brasil (TOMÉ, SOARES, 2010; BRASIL, 2006). Pode-se considerar que essa função turística foi e continua sendo construída, ao se manter os atrativos turísticos consolidados e com o surgimento de novos pontos de interesse turístico na cidade.

Concernente ao contexto de 'invenção' de novos territórios para a prática do turismo na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, em função sobretudo da Operação Urbana Porto Maravilha, observou-se a inserção da Zona Portuária da cidade de forma mais significativa nos mapas turísticos.

Considera-se no presente trabalho o entendimento do autor Remy Knafou sobre a palavra invenção, que esclarece que ela "[...] consiste em uma utilização diferente de um lugar já existente, chegando a transformá-lo e, ao mesmo tempo, a ampliá-lo" (KNAFOU, 1991, p. 11, tradução livre). Sob essa perspectiva, admite-se que esse processo de apropriação de trechos do espaço para implantação do turismo seja chamado de turistificação (KNAFOU, 1996; FRATUCCI, 2008).

Além disso, entende-se que o incentivo à prática de atividades turísticas se dá por diferentes interesses, que podem ser exógenos e/ou endógenos ao território turistificado. Ter como base essa concepção, favorece a compreensão de que os processos de turistificação em cidades consideradas globais, por vezes estão atrelados a outros processos, como por exemplo, o de reestruturação e/ou

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

requalificação urbana, podendo este último estar vinculado e/ou subordinado à investimentos do mercado de capitais internacional.

Por esse ângulo, ao refletir o contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro ter sido sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016 e o objetivo de incentivar de forma mais intensa a prática do turismo na Zona Portuária da cidade a partir Operação Urbana Porto Maravilha, observa-se uma relação entre turistificação, megaeventos e a reestruturação urbana ocorrida nessa área, em especial nos bairros da Gamboa e da Saúde.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a recente produção do espaço turístico da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, este artigo está subdividido em três partes além da introdução e das considerações finais: (1) breve contextualização histórica da área de estudo; (2) análise da Operação Urbana Porto Maravilha concernente as formas que foram (re)construídas para dar suporte à prática do turismo; (3) estudo do processo de turistificação da área em questão, a partir de mapas e guias turísticos.

Tem-se como metodologia de pesquisa bibliográfica e documental acrescidas de observação *in loco*. Para isso, recorreu-se a estudos sobre o espaço, território usado e a categoria de análise forma, propostas por Milton Santos (1992, 2014). Referente ao entendimento sobre a turistificação, adota-se a abordagem do autor Remy Knafou (1996). Acrescenta-se à essa discussão algumas reflexões sobre a criação de espaço mercadoria com fins para a prática do turismo (CARLOS, 2011; SANCHEZ, 2003). Como metodologia de coleta de dados recorreu-se a alguns mapas e guias turísticos da Zona Portuária publicados antes e depois da Operação Urbana Porto Maravilha, além de documentos oficiais vinculados à referida Operação Urbana e a documentos da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RIOTUR).

## **ZONA PORTUÁRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM BREVE HISTÓRICO**

As transformações que a cidade do Rio de Janeiro sofreu em sua geografia ao longo dos 453 anos de existência, contribuíram para a atual fisionomia da cidade. Desta maneira, pensar na paisagem 'primitiva' da Zona Portuária da referida cidade é

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

rever a própria geografia original dessa área, predominada inicialmente por pântanos, lagoas e morros.

Devido a essas particularidades no terreno dessa área, ao longo dos séculos, “os pântanos foram entulhados, lagoas drenadas e secas, e alguns morros foram desmontados” (CARDOSO, E. *et al.*, 1987, p. 14). Foi a partir da construção dos aterros e de outras obras de reestruturação urbana, que os bairros da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro começaram a ter diferentes formas no seu espaço, assim como diferentes funções.

A ocupação da área que corresponde ao atual bairro da Saúde data ao século XVII, quando os frades do Carmo se instalaram na igreja da Nossa Senhora da Conceição, construída no alto do morro da Conceição. Nos últimos anos do século XVII, edificou-se também nesse bairro a capela de São Francisco da Prainha.

Já o século XVIII, a área dos atuais bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo é marcada pelo aumento no número de chácaras e o intenso tráfico de mercadorias e escravos, que desempenhou papel fundamental para povoá-la.

Além disso, a transferência da capital da Colônia de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro em 1763, contribuiu para o aumento populacional e para a expansão da cidade. Nesse contexto, houve a transferência do mercado de escravos que se localizava na Rua Direita, no centro do Rio de Janeiro, para o Valongo. Esse fato foi decisivo para que essa área se tornasse importante para as transações portuárias, e o estabelecimento do Cais do Valongo como ponto central do comércio de escravos.

Segundo Elizabeth Cardoso *et al.* (1987), por conta do mercado de escravos, surgiram diversas atividades comerciais nessa área; construiu-se um ‘cemitério’ na atual Pedro Ernesto para o enterro dos negros mortos; criou-se um sistema de transportes marítimo entre o Valongo e outros bairros; os brejos praianos começaram a ser drenados e aterrados; foram feitas melhorias na rua do Valongo, facilitando as condições de tráfego e a abertura de outras ruas próximas ao mercado de escravos.

Esse incipiente processo de urbanização na área do Valongo, contribuiu para que ao longo do século XIX, as chácaras fossem sendo divididas em lotes urbanos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

com a criação de logradouros públicos. No entanto, ainda no final do século XIX, apesar da cidade do Rio de Janeiro já se configurar no cenário internacional, a mesma mantinha características coloniais, devido à ausência de equipamentos urbanos e serviços públicos de infraestrutura básica. Adicionando isso ao crescimento exponencial da população que habitava em grande parte em cortiços espalhados pelo centro, a cidade do Rio de Janeiro tornava-se uma cidade insalubre (TOMÉ, 2008).

Nesse cenário, atrelado à abolição da escravidão, à proclamação da República e a chegada de estrangeiros, as palavras de ordem passaram a ser ‘modernizar, higienizar e civilizar’; e logo, foi implementada uma ampla política de intervenção urbana, conhecida como Reforma Pereira Passos.

A referida reforma de ordem urbanística ocorreu no mandato do Prefeito Pereira Passos, no período de 1902 a 1906 (ABREU, 2013; TOMÉ, 2008). Paralelamente às ações de profunda transformação do espaço carioca, ocorreu também a ‘reforma sanitária’ comandada por Oswaldo Cruz que tinha como objetivo vacinar a população contra a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Neste contexto, a área da Zona Portuária tornou-se palco para um dos principais movimentos de resistência popular contra as medidas autoritárias do governo, conhecido como a Revolta da Vacina. O local principal desse movimento foi a atual Praça da Harmonia, na Gamboa. Ao estudar o que foi a Revolta da Vacina e em que contexto histórico e político se encontrava, chega a ser irônico, atualmente essa praça se chamar Harmonia.

Dentre as novas formas inseridas na área da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, têm-se sobretudo as obras de construção e/ou modernização do porto. Estas eram prioridade do governo de Rodrigues Alves, pois até então o que se tinha eram trapiches e pequenos portos, principalmente nos atuais bairros da Saúde e da Gamboa. Em vista disso, em 1906, inaugurou-se o primeiro trecho do cais do porto, com 50m de extensão. Apesar da inauguração oficial ocorrer em 1910, as obras foram de fato terminadas em 1911.

Após isso, em 1930 tem-se a finalização do primeiro Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, elaborado por Albert Donat Agache, conhecido como Plano Agache. Este plano abrangia a zona sul e o centro da cidade, afetando a área do bairro da Gamboa. Contudo, segundo Maurício Abreu (2013, p. 86), este plano “[...] ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

propriamente dito jamais foi implantado, ainda que várias obras ali sugeridas fossem realizadas nas décadas seguintes”.

No início dos anos 1940, tem-se a construção da longa e larga avenida Presidente Vargas, no centro da cidade do Rio de Janeiro, ocasionando a demolição de vários quarteirões edificadas e densamente povoados. Essa obra intensificou “uma ruptura na continuidade espacial da Pequena África, separando a Saúde, a Gamboa e o Santo Cristo” (CARDOSO, E., 1987, p. 133).

Já nas décadas de 1960 e 1970, é construída a avenida Perimetral, “viaduto elevado que se estende ao longo de toda a zona portuária (a antiga e a nova), desde a ponta do Calabouço até São Cristóvão, onde faz conexões com um sistema de vias elevadas de acesso direto à avenida Brasil e à ponte Rio-Niterói” (CARDOSO, E., 1987, p. 133). Essa obra acarretou modificação na paisagem da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1980, é elaborado o projeto SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), com a finalidade de proteção ambiental e preservação do patrimônio arquitetônico e cultural dessa área.

Por fim, tem-se nas décadas de 2000 e 2010 a Operação Urbana Porto Maravilha, gerida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), tendo como um dos objetivos principais “promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio de Janeiro” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009).

Desta maneira, a partir do breve histórico das obras de urbanização e reestruturação que ocorreram e continuam ocorrendo na Zona Portuária, principalmente na sua parte baixa, pôde-se observar as profundas transformações no seu espaço geográfico. Sendo que algumas destas, contribuíram significativamente para a recente configuração desse território para uso do turismo.

**OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA – DÁ ORGANIZAÇÃO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO**

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Como mencionado na seção anterior, a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro tem sido o palco para a grande Operação Urbana Porto Maravilha. A gestora dessa operação é a CDURP, criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para gerir e fiscalizar a supracitada operação urbana. A CDURP também foi responsável por contratar a Concessionária Porto Novo, via licitação, para executar as obras e prestar serviços públicos até 2026 (OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA, FOLHETO, s.d.).

Dentre as obras e serviços para promover o desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, procurou-se aqui apontar e analisar as que direta e/ou indiretamente tem relação para o fomento da prática do turismo nessa área. Nesse sentido, ao pesquisar a Lei Complementar 101/2009 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009), que modifica o Plano Diretor e autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio de Janeiro na AEIU, observou-se alguns princípios norteadores do planejamento, da execução e da fiscalização da OUC, nos quais verifica-se o interesse em valorizar a paisagem urbana e o patrimônio cultural material e imaterial; recuperar as edificações com importância histórico-cultural; criar o circuito histórico-cultural e capacitar profissionais na área de turismo e hotelaria a fim de promover o referido circuito (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009).

Ainda sob a perspectiva de fomentar o turismo, verifica-se na referida lei que “as áreas e atividades de interesse turístico obedecerão aos princípios do turismo sustentável, devendo ser observada a capacidade de carga de cada local” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009).

Atrelado a isso, essa reestruturação urbana visa criar uma nova orla para a cidade do Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de cidades como São Francisco, Buenos Aires e sobretudo Barcelona. Este último, não é um exemplo desarticulado. Nesse sentido, compartilha-se do pensamento de Carlos Vainer (informação verbal)<sup>1</sup> ao considerar a Era Maia<sup>2</sup> (24 anos) como fundamental para a construção do Plano

---

<sup>1</sup>Conferência de encerramento no IV Colóquio Turismo e Cidades (UNIRIO). Tema: Porto Maravilha e a produção da cidade de exceção.

<sup>2</sup>Referentes aos mandatos de César Maia (1993-1996), Luiz Paulo Conde (1997-2000), Cesar Maia (2001-2004, 2005-2008), Eduardo Paes (2009-2012, 2013 a 2016).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) visando a captação de megaeventos para a cidade. Para isso, em novembro de 1994, 46 empresas e associações empresariais instituíram o Consórcio Mantenedor do PECRJ, sob a consultoria catalã Tecnologia Urbanas Barcelona S/A (TUBSA). A partir de então, por meio da TUBSA, o receituário para a 'construção' da vocação olímpica é 'ensinado' para a cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, observa-se que arecente preparação do espaço turístico da Zona Portuária está inserida na Operação Urbana Porto Maravilha, que por sua vez foi uma ação estratégica do PECRJ a fim de organizar a cidade do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos de Verão 2016, dentre outros objetivos. Para entender essa complexidade, apoia-se na compreensão da autora Fernanda Sánchez (2003) sobre a reinvençãodas cidades estar direcionada pelo e para o mercado mundial. Nesse sentido, observa-se a transformação de determinadas cidades em cidades mercadoria, na qual determinados espaços podem ser capturados “[...] propriamente ao consumo do espaço, por meio de operações vinculadas ao turismo e lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo das cidades, estimuladas pela publicidade” (SANCHEZ, 2003, p. 45).

Seguindo essa lógica, a autora Ana Fani Carlos (2011) explica que a reprodução do espaço, na contemporaneidade e sob determinações do mundo mercadoria, é realizada em conformidade com as imposições capitalistas. Essa compreensão torna-se indispensável para o discernimento dos diferentes níveis de realidades e escalas. No que concerne aos níveis de realidades, a autora esclarece que são o econômico, o político e o social. Referente aos níveis de escalas, considera-se o espaço mundial, o lugar e a metrópole como mediação entre o local e o global.

Desta maneira, ao analisar a Operação Urbana Porto Maravilha, fica evidente os supracitados níveis de realidades e escalas na reprodução do espaço da referida operação urbana. Por exemplo, ao refletir no nível de realidade político do espaço, que considera a reprodução do espaço como produto das estratégias políticas visando à dominação, principalmente por meio do planejamento estratégico. Como mencionado anteriormente, tem-se na cidade do Rio de Janeiro a implementação do

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PECRJ sob a consultoria catalã TUBSA, desencadeando a Operação Urbana Porto Maravilha.

Feita essa breve reflexão sobre a reprodução do espaço mercadoria, indica-seas obras que de certa maneira foram essenciais para ‘inventar’ um novo espaço turístico na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. É válido ressaltar que a Operação Urbana Porto Maravilha foi dividida em duas fases, sendo a primeira com investimentos diretos da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e a segunda, com investimentos provenientes do conceito de Operação Urbana Consorciada, ou seja, a partir da cobrança de outorga para a construção acima do índice de aproveitamento básico (via emissão de Certificados de Potencial Adicional Construtivo - CEPACs).

Sob a perspectiva do turismo, a primeira fase é marcada pela construção do Museu de Arte de Rio (MAR), do Museu do Amanhã, do Aquário Marinho do Rio de Janeiro; pela restauração e conservação de edificações e monumentos históricos no Morro da Conceição, como o Jardim Suspenso do Valongo; pela refuncionalização da Praça Mauá e dos armazéns que já não tinham mais a mesma função para qual foram construídos no início do século XX. Considera-se que estas obras implantaram novas formas, assim como a refuncionalização de formas antigas para uso do turismo. Entende-se por forma, o aspecto físico e/ou visível de um objeto, que nesse caso, seriam os objetos turísticos-culturais na referida área.

Esse conjunto de novas formas e funções provocou uma nova paisagem da Zona Portuária, sobretudo após a demolição do Elevado da Perimetral, construído nas décadas de 1960 e 1970. Neste estudo, adota-se a compreensão do conceito de paisagem de Milton Santos, no qual esclarece que:

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal [...]. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico". (SANTOS, M., 2014, p. 103).

A partir dessa compreensão, é possível ter uma visão mais ampla da paisagem e das formas presentes na Zona Portuária carioca. Prioritariamente ao estudo do

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

espaço faz-se necessário analisar a forma associadamente com as outras categorias de análise função, estrutura e processo. No entanto, o objetivo principal dessa seção é identificar os objetos turísticos presentes no momento histórico atual da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Apesar da Operação Urbana Porto Maravilha seguir o receituário internacional para o planejamento e execução da reestruturação urbana a fim de criar um novo polo turístico da cidade do Rio de Janeiro, esta tornou-se singular por se deparar, em função das obras na Avenida Barão de Tefé, com o encoberto Cais do Valongo. Esse fato foi decisivo para mudanças no planejamento e na execução das obras nesse local, onde projetava-se somente a melhoria da referida avenida, sem a presença do Cais do Valongo e da Imperatriz.

É interessante notar que mesmo todos os holofotes estarem direcionados para o Museu do Amanhã como símbolo cultural e turístico da Zona Portuária, o Cais do Valongo e da Imperatriz entram em cena, desenterrando não somente objetos e artefatos, mas toda a história da escravidão e da cultura afro-brasileira, desencadeando uma série de questões. Concernente ao turismo, a partir da análise das Revistas Porto Maravilha (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010a, 2010b, 2011), especialmente as primeiras edições, verifica-se que as apostas dessa operação urbana dos possíveis locais para a prática do turismo seriam o Morro da Conceição, a Praça Mauá e a Orla Prefeito Luiz Conde, e que o circuito histórico-cultural proposto se estenderia só pelo Morro da Conceição.

Contrariando o planejado, o Consórcio Porto Maravilha cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, após várias discussões com o movimento negro (PINHEIRO, CARNEIRO, 2016), fazendo com que outros monumentos e locais relacionados à cultura afro-brasileira ganhassem mais visibilidade. Esse roteiro abrange a Praça Mauá, o bairro da Conceição e da Gamboa, e revela o patrimônio material e imaterial da cultura negra, assim como outros acontecimentos que atingiram a população carioca, sobretudo negra, da Zona Portuária, descritos de forma breve na primeira seção deste trabalho.

De fato, o Cais do Valongo e outros patrimônios materiais dessa área são exemplos de rugosidades espaciais (SANTOS, 2014), ou seja, são objetos espaciais

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

construídos em contextos e com funções específicas no passado, que permanecem e resistem às modificações do presente. De acordo com Santos (2014), a rugosidade é “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com as coisas que se substituem e acumulam em todos os lugares” (2014, p. 140).

Ao pensar nas formas, novas ou antigas, o Consórcio Porto Maravilha elenca como atrativos culturais e turísticos da Zona Portuária: Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã, Fortaleza Conceição, Pedra do Sal, Observatório do Valongo, Jardim Suspenso do Valongo, Cais do Valongo, Armazém da Utopia, Aquário, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Centro Cultural José Bonifácio, Cemitério dos Ingleses e Galpões da Gamboa (OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA, FOLHETO, s.d.).

Em suma, pôde-se observar que o Projeto Porto Maravilha teve como um dos objetivos principais o fomento à cultura e ao entretenimento, no qual projetou-se a criação de um novo Polo Turístico para a cidade do Rio de Janeiro, a partir da recuperação do patrimônio histórico e cultural já existente e a implantação de novos equipamentos culturais e de entretenimento. No entanto, apesar de seguir o receituário internacional de cidade imposta, a Zona Portuária é surpreendida pela cidade emergente. Nesse sentido, o Cais do Valongo torna-se também o símbolo da cidade que se sobrepõe às intenções capitalistas da cidade mercadoria, sobretudo no caso da prática do turismo nessa área.

## **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO DA ZONA PORTUÁRIA**

Considera-se que o turismo se baseia no poder do imaginário e na eleição de lugares turísticos. Desta forma, conforme mencionado por Knafou (2012, p. 25, tradução livre), “[...] turismo é, por definição, negócio de lugares, de lugares sonhados e imaginados, de lugares habitados e frequentados”. Além disso, o turismo também fomenta a constante reinvenção dos lugares turísticos (KNAFOU, 2012).

Concernente ao conceito de lugar turístico, toma-se como fundamento o pensamento proposto pelo autor Aguinaldo Fratucci (2000, p. 131), que o define como

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sendo “[...]o território onde o turismo se realiza, e onde há a ocorrência de interações e inter-relações temporárias entre o anfitrião e o turista, aos quais irão permitir um contato direto, sem barreiras (físicas ou simbólicas) entre eles e o reconhecimento da existência do outro, recíproca e simultaneamente”.

No que se refere à relação entre turismo e território, fundamenta-se na análise de RemyKnafo (1996), que considera que há três tipos de relação entre eles: a) a existência de territórios sem turismo; b) a existência de turismo sem território; c) a existência de territórios turísticos.

No que concerne à existência de territórios turísticos, estes são (re)criados para a prática do turismo, seguindo as lógicas de apropriação do espaço pelos agentes sociais produtores do turismo (FRATUCCI, 2008). Nessa perspectiva, ocorre o processo de turistificação, entendido como:

[...] o processo de apropriação de trechos do espaço pelos agentes do turismo para a implantação da atividade turística, pela inclusão de novos fluxos e/ou da re-funcionalização de outros já existentes e de novos fluxos e relações que caracterizam o turismo como fenômeno socioespacial contemporâneo”. (FRATUCCI, 2008, p. 66).

Partindo dessa compreensão, o modo de apropriação do espaço para o turismo define por quem e de que forma ele será utilizado. Sendo essa apropriação temporal e espacial, o que caracteriza o turismo como um fenômeno socioespacial complexo da sociedade capitalista pós-evolução industrial.

Nesse sentido, para que o turismo aconteça, os territórios vão se ajustando às necessidades inerentes à tal prática social (CRUZ, 2003). Para tal fim, nos territórios são instaladas infraestruturas turísticas, designando esses territórios como territórios turísticos. A partir desse raciocínio, percebe-se certa correlação com a categoria ‘território usado’ de Milton Santos (2001), para quem o uso do território ocorre a partir das diferentes cargas de técnicas inseridas em momentos históricos distintos. Essa compreensão, torna-se importante para o entendimento da totalidade da formação socioespacial, em especial do território turístico, estudado nesse trabalho.

Retomando às lógicas dos agentes sociais produtores do turismo, destaca-se para a compreensão do recente processo de turistificação da Zona Portuária, o poder público e o mercado. Esses dois agentes, por meio da parceria público privada, foram os responsáveis pela implantação da Operação Urbana Porto Maravilha, em que se observa a presença da questão da urbanização turística. Torna-se evidente nessa articulação a força que é outorgada aos referido agentes sociais produtores do turismo, composta por grandes grupos empresariais brasileiros e estrangeiros. Desta forma, a urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais, fomentando a criação de cidades mercadoria. Para adensar as reflexões sobre esse tema, iniciadas na seção anterior, recorre-se a autora Maria Tereza Luchiari, que esclarece que “algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer” (LUCIARI, 1998, p. 17).

Com a finalidade de compreender o processo de turistificação da Zona Portuária, realizou-se um levantamento de mapas turísticos, guias turísticos e observação *in loco*, realizada durante o primeiro semestre de 2018. Para o presente trabalho, foram selecionados três mapas turísticos das décadas de 2000 e 2010, sendo dois da empresa Lonely Planet e outro da Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro. Além disso, percebeu-se a necessidade de analisar o que os guias destacam como atrações turísticas, para tal considerou-se os guias turísticos das referidas empresas.

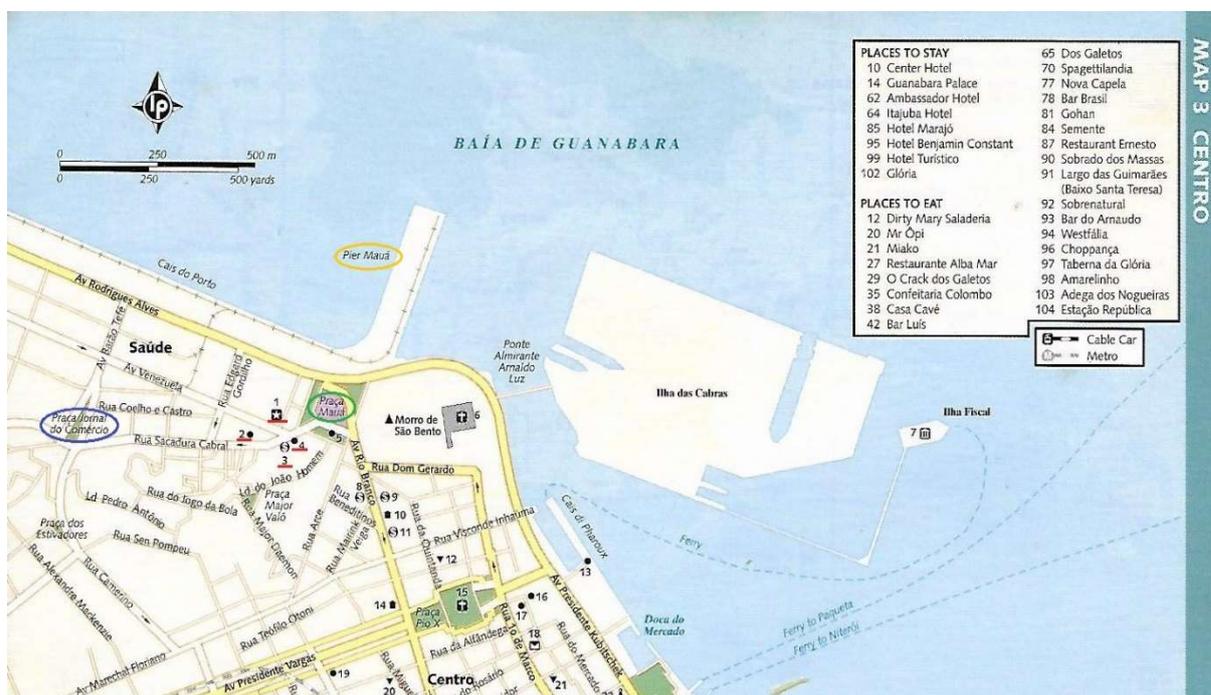
Mais uma vez, ressalta-se que o presente trabalho analisa os mapas e guias turísticos para além de uma descrição sobre quais atrativos turísticos foram e são destacados ao longo dos anos. Nesse sentido, busca-se a partir de conceitos da geografia humana (SANTOS, 1992), entender as formas inseridas no espaço geográfico da Zona Portuária, que alteraram e continuam alterando a paisagem colaborando para a inserção de novas funções, especialmente as de caráter turístico. Para continuar a reflexão proposta nessa seção, as figuras 1, 2 e 3 ilustram esse processo de turistificação.

Na **figura 1**, menciona-se a Praça Mauá, Píer Mauá, Praça Major Valô e a Praça Jornal do Comércio, sendo esta última, o local onde se encontra o Cais do ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Valongo. Além disso, observa-se nesse mapa 5 locais, enumerados de 1 a 5, que são respectivamente: (1) Polícia Marítima; (2) Cabaré Kalesa; (3) Unibanco; (4) Scandinvália; (5) Boate Flórida. Ao analisar a seção 'Coisas para ver e fazer' nessa área, nomeada de Centro, não nenhuma especificação sobre atrativos turísticos.

Figura 1: Mapa turístico da Cidade do Rio de Janeiro da Lonely Planet- 2001



Fonte: Adaptado Lonely Planet (2001).

Desta forma, pode-se observar que no Guia Turístico Lonely Planet (2001), essa área tinha apenas a função turística de local de embarque e desembarque dos turistas de cruzeiros marítimos. Talvez seja essa a razão de elencar locais como agência bancária, polícia marítima e boates. Sendo assim, observa-se que apesar de algumas formas já existirem e se configurarem atualmente no território usado para o turismo, no início da década de 2000 elas ainda não eram vinculadas ao turismo.

No entanto, ao analisar a **figura 2**, nota-se uma alteração na configuração territorial da Zona Portuária para o uso do turismo, constatando-se a instalação de novas formas nessa área, sobretudo nos bairros da Saúde e da Gamboa. De fato, os objetos turísticos construídos estão inseridos no contexto da Operação Urbana Porto Maravilha, que como mencionado, tem como um dos objetivos criar um novo polo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

turístico para a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, identifica ações direcionadas para uma reestruturação urbana com fins turísticos.

**Figura 2: Mapa turístico da Cidade do Rio de Janeiro da Lonely Planet- 2016**



Fonte: Adaptado Lonely Planet, 2016.

À vista disso, na edição de 2016 do Guia turístico Lonely Planet verifica-se um novo mapa turístico da Zona Portuária, no qual destaca-se a Praça Mauá, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, o AquaRio, o Morro da Conceição, o Cemitério dos Ingleses, os Armazéns do Rio e a Praça Jornal do Comércio. Em relação à última, é intrigante notar que não há destaque ao Cais do Valongo, uma vez nesse momento ele já tinha sido revelado em função das obras. Aliás, nesse mapa não há menção a nenhum atrativo turístico cultural relacionado à cultura negra.

Contudo, ao analisar a seção 'Descubra o Rio de Janeiro' e a área nomeada de 'Centro & Praça Mauá', verifica-se a explicação sobre a Operação Urbana Porto Maravilha com foco na urbanização turística que desencadeou a apropriação do espaço para a prática do turismo. Além disso, outros locais são elencados: (a) Morro da Providência; (b) Bar Imaculada e o Anjo do Gomes, como opções de restaurantes

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

para se comer; (c) Trapiche Gamboa e Pedra do Sal, como locais de entretenimento. Deste modo, refletindo no que foi encontrado como referência de formas que se tornaram objetos turísticos, percebe-se certa enfoque àqueles que foram instalados sob as imposições e interesses do Poder Público articulado ao mercado.

Figura 3: Mapa turístico da Riotur- 2016



Fonte: Adaptado Riotur (2016)<sup>4</sup>.

Buscando refletir sobre o interesse turístico do Poder Público nessa área, a **figura 3** apresenta o que é divulgado pela Riotur como atração turística na área de estudo. Ao comparar as **figuras 2 e 3**, nota-se algumas similaridades e outras dissemelhanças, apesar de ambos terem sido editados em 2016. Concernente as semelhanças, no mapa da **figura 3** também se destacam o Museu do Amanhã, do Museu de Arte do Rio, do Píer Mauá e da Praça Mauá. No entanto, outras formas são mencionadas, como a Igreja São Francisco da Prainha, o Observatório e Jardim do

<sup>3</sup> Mapa Turístico Oficial da cidade do Rio de Janeiro, distribuído pela RioTur

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Valongo, a Cidade do Samba. Apesar desse mapa inserir dois atrativos turísticos que tem relação direta com a cultura negra, mais uma vez, o Cais do Valongo não é mencionado. Ademais, o Aquário e a Praça Harmonia são destacados apenas como pontos de parada do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Por outro lado, a revista RioTur *Official Guide* (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2017, pp. 39-41), dedicou uma seção intitulada Roteiros Zona Portuária, que divulga outros atrativos além dos já mencionados anteriormente, que são: Arte Urbana (Mural Etnias), Boulevard Olímpico, Pedra do Sal, Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, Centro Cultural José Bonifácio e o Memorial Preto Novos. Outra constatação foi que nesse guia a cidade do Samba não foi listada como atrativo turístico, causando certo estranhamento uma vez que o Carnaval é uma das festas mais importantes para o turismo na cidade do Rio de Janeiro.

A partir da análise dos três mapas e dos três guias turísticos, foi possível observar a apropriação de alguns trechos do território da Zona Portuária para uso do turismo após a operação urbana recém realizada na região. Nessa lógica, observa-se que algumas formas foram criadas com funções específicas de fomentar o turismo. Contudo, verifica-se que isso está inserido, primeiramente, a partir do interesse da reestruturação urbana turística promovida pela Operação Urbana Porto Maravilha. No entanto, apesar dos objetos turísticos relacionados ao turismo histórico da cultura africana não estarem em evidência nos mapas da Lonely Planet (2016) e da Riotur (2016), eles compõem atualmente diferentes roteiros turísticos na Zona Portuária sobre a história da escravidão e da cultura afro-brasileira. Em função disso, e contrário ao planejado pela referida operação urbana, observa-se que a Riotur por meio do RioTur *Official Guide* (2017) começa a listá-los e indica-los aos visitantes da cidade. Por fim, entende-se, com base em Milton Santos (2014) que o espaço turístico da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro pode ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (rugosidades), ligados à determinadas estruturas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O presente trabalho buscou entender o recente processo de turistificação da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro fundamentado em conceitos da geografia humana, do urbanismo e do Turismo. No que concerne ao turismo, considerou-se como um fenômeno socioespacial da contemporaneidade.

Em síntese, foi possível identificar os diferentes momentos históricos do turismo na Zona Portuária; relacioná-los a ação de diferentes agentes sociais produtores do turismo, especialmente o Poder Público e o mercado; constatar que a 'invenção' da Zona Portuária para a prática do turismo está vinculada ao pensamento de cidade mercadoria (SANCHEZ,2003) e/ou espaço mercadoria (CARLOS, 2011); entender que a reprodução do espaço do turismo é temporal e espacial; examinar as diferentes formas recém instaladas na Zona Portuária, especialmente àquelas que tem relação direta e indireta com o turismo; e identificar que em alguns casos, o turismo imposto pode ser surpreendido pelo turismo emergente, ou seja, o turismo que emerge por outros motivos diferentes da lógica imposta, como foi o caso do Cais do Valongo e o turismo sobre a cultura afro-brasileira, redefinindo algumas ações da Operação Urbana Porto Maravilha.

Por fim, verificou-se a necessidade de aprofundamento sobre as lógicas de apropriação do espaço dos diferentes agentes sociais produtores do turismo, especialmente, da população da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro que segue uma lógica de apropriação mais zonal e endógena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos da Competitividade do Turismo brasileiro**: Serviços de Hospedagem. 2006. Disponível em: [https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS\\_DE\\_HOSPEDAGEM.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/SERVICOS_DE_HOSPEDAGEM.pdf). Acesso em 24 de jun. 2018.

CARDOSO, E; VAZ, L.; ALBERNAZ, M. P.; ALZEN, M.; PECHMAN, R. **A História dos Bairros**: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Zona Portuária. Editora: Index, 1987.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CRUZ, R.C.A. **Introdução a Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Roca, 2003.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **Revista GEOgraphia**. Ano. II, n. 4, 2000.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

KNAFOU, R. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. **Revue de géographie alpine**, tome 79, n. 4, p. 11-19, 1991.

KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, A. (org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 62-74.

LONELY PLANET. **Travel Guidebook Rio de Janeiro**. 9rd edition. Published by Lonely Planet Publications Pty Ltd: Jun., 2016.

LONELY PLANET. **Travel Guidebook Rio de Janeiro**. 3rd edition. Published by Lonely Planet Publications Pty Ltd: Sep., 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística - um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: Ed. UECE, p. 15-29, 1998.

OPERAÇÃO URBANA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de desenvolvimento urbano da região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Folheto, s.d.

PINHEIRO, M.; CARNEIRO, S. Revitalização urbana, patrimônio e memórias no Rio de Janeiro: usos e apropriações do Cais do Valongo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57: p.67-86, jan./abr. 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v29n57/0103-2186-eh-29-57-0067.pdf>. Acesso em 26 de jun. 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Lei complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009. Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro-CDURP e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 25 de novembro de 2011.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **RioTur Official Guide**. Edição especial. Setembro – Outubro 2017.

REVISTA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, n. 1, março, 2010a. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/889fe8276f60e07c13ad126b144f6a05.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

REVISTA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, n. 2, julho, 2010b. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/fe47872e916edf94a3895947c4b7ea5e.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

REVISTA PORTO MARAVILHA. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, n. 2, julho, 2011. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/c9907fd479ac30a98ca1d398112007e3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SANCHÉZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOMÉ, M. **A modernidade no Rio de Janeiro: Construção de um cenário para o turismo**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008.

TOMÉ, M.; SOARES, C. A. L. O Medo e a Violência como Fatores Limitantes para o /Desenvolvimento do Turismo em Espaço Urbano: um estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro. In: Seminário Anual da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 2010, São Paulo. **Anais do VII ANPTUR**. São Paulo: CD-rom, v.1, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **A ACESSIBILIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO DA PESSOA IDOSA: ESTUDO MULTICASO EM ATRATIVOS TURÍSTICOS DE NITERÓI/RJ**

Suellen Alice Lamas<sup>5</sup>

Jéssica Freitas Lima<sup>6</sup>

Margraberth Tailor de Sena Lopes Ferreira<sup>7</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo objetiva verificar a acessibilidade como ferramenta de inclusão de pessoas idosas em atrativos turísticos da cidade de Niterói/RJ. Para tanto, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e de campo. Os resultados encontrados evidenciaram que os atrativos turísticos analisados preocupam-se com a questão da acessibilidade voltada a todos os segmentos, atendendo às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Tendo em vista não poderem realizar modificações estruturais, por se tratar de patrimônios tombados, ainda assim promovem adaptações de forma a atender esse segmento. A proposta visa alcançar a todos os espaços destinados à recepção de turistas da cidade de Niterói/RJ, através da conscientização e reflexão acerca da necessidade de inclusão social por intermédio da acessibilidade, buscando igualdade, acolhimento e qualidade de vida a todos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade; Inclusão; Pessoa Idosa; Turismo; Niterói/RJ

### **ABSTRACT**

This article presents a study that aims to verify accessibility as a tool for inclusion of elderly people in the tourist attractions of the city of Niterói/RJ. For that, we used bibliographical and field researches. The results showed that the tourism attractions analyzed are concerned with the issue of accessibility for all segments, giving priority to people with disabilities and those with reduced mobility. In view of not being able to make structural changes, because they are listed assets, they still promote adaptations in order to serve this segment. The proposal aims to reach all spaces destined to the reception of tourists of the city of Niterói/RJ by raising awareness and reflection on the need for social inclusion through accessibility, seeking equality, acceptance and quality of life for all people.

**KEYWORDS:** Accessibility; Social Inclusion; Elderly; Tourism; Niterói/RJ

---

<sup>5</sup>Doutoranda em Turismo pela UFRN. Docente do curso de Gestão de Turismo do CEFET/RJ.

<sup>6</sup>Graduada em Gestão de Turismo pelo CEFET/RJ.

<sup>7</sup>Graduada em Gestão de Turismo pelo CEFET/RJ.

## INTRODUÇÃO

Presencia-se, nos últimos anos, um expressivo crescimento da população no Brasil, em especial, de pessoas idosas, ocasionado, dentre outros fatores, pela “diminuição das taxas de natalidade e aos avanços na área médica, tecnológica e social, o aperfeiçoamento das leis trabalhistas e o saneamento básico” (MOTA; BABINSKI, 2005, p.1).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016) demonstram que entre 2005 e 2015 a proporção de idosos na população brasileira passou de 9,8% para 14,3% e aumentou também a participação entre idosos ocupados de 47,6% para 52,3%.

Do mesmo modo, o número de grupos formados por pessoas idosas com objetivos análogos vem aumentando a cada dia, principalmente no tocante ao turismo e lazer, ocasionando um crescimento significativo na procura pelo segmento conhecido por turismo da terceira idade (SCHEIN et al., 2009). Para Sena, González e Ávila (2007), entretanto, esta questão aparece como emergente no contexto brasileiro que apresenta programas sociais e serviços precários, logo, as autoridades, empresas e profissionais do turismo devem dar atenção especial à essa demanda social que ainda é relativamente incipiente.

É importante destacar que, conforme descreve o Ministério do Turismo (2016), “As pessoas idosas podem apresentar alguma dificuldade de movimentação, dada sua redução de mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou percepção” (BRASIL, 2016, p. 11). Assim, diante das necessidades específicas inerentes às pessoas idosas, iniciativas devem ser tomadas com relação a formação dos profissionais envolvidos com esse segmento, bem como da própria sociedade, que deve oferecer condições dignas de inclusão e acesso a atrativos turísticos, vias e transportes públicos, a fim de que as pessoas idosas sintam-se parte desse social, tendo o mesmo direito de ir e vir como todos os cidadãos.

A acessibilidade no turismo, com a inclusão de pessoas idosas, é tema atual de importante discussão, visto que

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A acessibilidade é um direito universal (não apenas da pessoa idosa ou pessoa com deficiência) e deve ser considerada em qualquer destino ou empreendimento turístico. Ela gera resultados sociais positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo. Sua implementação é fundamental, dependendo, porém, de mudanças de cultura e atitudes (BRASIL, 2016, p. 11).

Diante deste contexto, o presente artigo, tem como objetivo verificar a acessibilidade como ferramenta de inclusão social da pessoa idosa em atrativos turísticos, utilizando-se como área de estudo, a cidade de Niterói/RJ. Esta proposta partiu da reflexão: os atrativos turísticos de Niterói/RJ, promovem inclusão social através da acessibilidade e estão adaptados para atender aos turistas idosos?

A chave para esse questionamento, encontra-se na necessidade de se refletir no que é preciso para que um local se torne acessível a fim de oferecer total segurança, comodidade, conforto e autonomia para o turista idoso, além de proporcionar inclusão, através da busca por equidade, oportunidades, condições e possibilidades.

## **TURISMO PARA PESSOA IDOSA**

Para entendermos o que é o turismo para pessoa idosa faz-se necessário antes, compreendermos a definição de idoso. Embora não seja consensual, este conceito é normalmente associado à idade cronológica. De acordo com Felix (2007, p. 1),

No critério da Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado idoso o habitante de país em desenvolvimento com 60 anos ou mais eo habitante de país desenvolvido com ou acima de 65 anos.

Nos países desenvolvidos o envelhecimento ocorreu associado à melhoria da qualidade de vida, já nos países em desenvolvimento, o envelhecimento vem ocorrendo de maneira rápida, sem uma reorganização social e no campo da saúde (SILVA, 2011).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Na Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, considera-se idosa a pessoa maior de 60 anos de idade (BRASIL, 1994). Mais recentemente, em 16 de março de 2018, através da Lei nº 7916 o Estado do Rio de Janeiro regulamentou a idade da pessoa idosa, estabelecendo em seu artigo 3º em parágrafo único que “Para os efeitos deste artigo consideram-se idosos os cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos” (RIO DE JANEIRO, 2018).

Vale citar que, embora usados como sinônimos, os termos: idoso, velhice e terceira idade apresentam diferenças. Todos têm correlação com o envelhecimento, entendido como um processo natural da vida que traz alterações no organismo. O idoso é definido pela idade cronológica, logo, toda e qualquer pessoa acima de 60 anos. O termo foi criado na França na década de 60 em substituição ao “velho”. A velhice, ao contrário, não começa com uma idade cronológica, nem ocorre de forma igual para todas as pessoas, pois reflete uma construção social variável entre culturas. A terceira idade, por sua vez, seria a fase entre a aposentadoria e o envelhecimento que traria demandas de cuidado com a saúde visando uma melhor qualidade de vida (MANZARO, 2014).

O mercado no Brasil, como um todo, vem se adaptando para atender a essa demanda composta por pessoas idosas, tendo em vista a procura por novas atividades, melhoria na qualidade de vida e por possuir renda fixa. A pessoa idosa, por sua vez, vem se adaptando às mudanças, buscando mais por serviços de internet, academias, novidades na moda e pelo turismo (BENEVIDES, 2016).

A terceira idade, como visto, é um dos principais segmentos de mercado que vem crescendo no turismo. Porém, se faz necessária uma reformulação desta atividade de forma a adaptar seus serviços às necessidades emanadas por esse público. Segundo Fromer e Vieira (2003, p.8),

é importante discutir a forma pela qual o idoso (cidadão e consumidor) é compreendido pelo turismo (fenômeno social e empresarial). É relevante, ainda, apontar novos desafios para o profissional do setor, alertando para a necessidade de investimentos em produtos para a terceira idade, sem tratar esse público como incapaz ou desvalido, usando a criatividade e a sensibilidade para trabalhar com suas especificidades.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No contexto dessas necessidades referentes à pessoa idosa, apresenta-se o turismo da terceira idade. Para Moletta (2000, p. 08) essa atividade é

(...) um tipo de turismo planejado para as necessidades e possibilidades de pessoas com mais de 60 anos, que dispõem de tempo livre e condições financeiras favoráveis para aproveitar o turismo.

Vale destacar que o termo turismo da terceira idade, ainda que muito usual, vem sendo substituído por turismo para pessoa idosa, ao qual foi dada preferência no presente trabalho. Evitar os termos “velhinhos”, “melhor idade”, “terceira idade” é recomendação do Ministério do Turismo (2016) como consta no guia “Dicas para Atender Bem Turistas Idosos” (BRASIL, 2016).

Levando em consideração as mudanças nos hábitos dos idosos no Brasil, com maior tempo livre, condições econômicas favoráveis e busca pelo convívio social, viu-se a necessidade de adaptar os serviços turísticos a esse novo segmento, que antes era considerado limitado no que se refere às atividades voltadas ao lazer (RIBEIRO, 2013).

A iniciativa de investimento no turismo para pessoa idosa é vantajosa, pois acarreta desenvolvimento econômico do setor turístico, tendo em vista a estabilidade financeira, os anseios, a formação e o tempo livre para se dedicar a passeios e viagens desses turistas em qualquer época do ano, o que pode contribuir para reduzir os efeitos da sazonalidade, visto poder estimular o turismo em períodos de baixa ocupação (BRASIL, 2016). Nota-se, ademais, que a pessoa idosa pode contribuir diretamente para o melhor desenvolvimento das atividades turísticas, com a adaptação de espaços, produtos e serviços (NASCIMENTO; SANTOS, 2016).

Fromer e Vieira (2003, p.55), demonstram, por outro lado, a importância do turismo para a pessoa idosa,

O turismo, por meio das viagens, pode cumprir um papel fundamental na terceira idade, pois longe de ser uma atividade passiva, de mera contemplação e de imposições de roteiros e horários, constitui um instrumento ativo de conhecimento e participação social. Um fenômeno propiciador de experiências distintas e contrastivas daquelas experimentadas

no dia-a-dia, e que, como se observou anteriormente, pode ser veículo de autoconhecimento, de elevação da autoestima e de realização pessoal.

Neste sentido, em 2007, o Ministério do Turismo realizou a primeira edição do projeto “Viaja Mais Melhor Idade”, iniciativa criada para facilitar a inclusão social de pessoas com mais de 60 anos, aposentados e pensionistas através de descontos e condições especiais em passagens, hospedagens e pacotes turísticos. Relançado em 2013 com propostas mais flexíveis e abrangentes, o projeto perdurou até sua revogação em 2016 (BRASIL, 2015a; AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Andrade (2017), a partir de estudos do Ministério do Turismo, traça um perfil dos turistas idosos, a saber: a maioria prefere os destinos domésticos; opta por viajar acompanhado; o avião é o principal meio de transporte utilizado; e hotéis e pousadas aparecem como os principais meios de hospedagem. São turistas que viajam com frequência para locais considerados seguros, com belas paisagens e que não exijam esforços para fora de seus limites. Deste modo, o destino nacional preferido é Caldas Novas (GO). Além deste, Águas de Lindóia (SP); Serra Negra (SP); Cidades Históricas (MG) - Ouro Preto, São Thomé das Letras, Mariana, Tiradentes, entre outras; Fortaleza (CE); Flores da Cunha e Nova Pádua - Roteiro dos Vinhos (RS); Holambra (SP), e Natal (RN). Nos destinos internacionais a preferência é por Portugal além de outros países europeus como Itália e França. Os cruzeiros marítimos também têm tido destaque. Em comum nesses destinos está a acessibilidade, segundo especialistas (MEDSÊNIOR, 2017; COSTA, 2017).

A acessibilidade é um tema importante a ser considerado no turismo como um todo, mas especialmente no turismo para pessoas idosas. Isso porque os idosos podem ser considerados como pessoas com mobilidade reduzida, podendo apresentar alguma dificuldade de movimentação, mobilidade, flexibilidade, coordenação ou percepção (ABNT, 2015). Assim, é preciso considerar no planejamento da atividade turística, tais especificidades, oferecendo produtos e serviços turísticos adequados a esse público. Um detalhamento melhor sobre o tema será realizado no capítulo que se segue.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## ACESSIBILIDADE NO TURISMO

Antes de abordarmos a acessibilidade no turismo, é necessário discorrer sobre o conceito de acessibilidade, de modo mais amplo.

A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, define acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015b).

A norma brasileira NBR 9050 de 11 de outubro de 2015, que certifica a acessibilidade de edificações, equipamentos e mobiliário, traz uma conceituação de acessibilidade muito próxima a do Estatuto da Pessoa com Deficiência (ABNT, 2015).

Para além dos conceitos legais e técnicos, a acessibilidade pode ser entendida como

A porta que dá entrada à equiparação de oportunidades, inclusive a de participação nas atividades culturais, para todas as pessoas. Não deve assim ser compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas as pessoas com deficiência – o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação desses grupos –, mas como medidas técnicas sociais destinadas a garantir o acolhimento de todos os usuários em potencial (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p.40).

Partindo da premissa de que a acessibilidade é um direito de todos, e que, portanto, deve estar presente em tudo, pois “(...) é uma característica do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (BRASIL, 2016, p. 11) passamos a correlacioná-la especificamente às atividades referentes ao turismo, foco deste trabalho.

Antes mesmo do surgimento do termo turismo acessível, a acessibilidade já permeava as atividades turísticas. Vejamos alguns desses marcos. Em nível mundial, Sasaki (1997) relata que na década de 70 haviam excursões destinadas à cadeirantes em países ditos desenvolvidos e que na década de 80, mesmo fazendo-se valer de seus direitos, a inacessibilidade ainda era um problema nos espaços de lazer e recreação, tais como cinemas, teatros, museus e hotéis.

Em nível nacional, foi também na década de 80 que o documento “Turismo para Portadores de Deficiência Física” foi elaborado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) abordando a acessibilidade no transporte turístico, um dos primeiros registros nacionais sobre acessibilidade no turismo. Mas foi nos anos 2000 que o tema ganhou destaque. Em 2003, ocorreu o Congresso *Ocio, Inclusión y Discapacidad* que resultou num Manifesto que garantia a acessibilidade nas atividades turísticas, reiterado em 2014, e em 2012, foi criado o Programa Turismo Acessível que constituiu-se em um conjunto de ações que promovia a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística (SASSAKI, 1997; DEUSTO, 2014; BRASIL, 2014).

O turismo acessível pode ser entendido como parte do turismo social que, segundo o Ministério do Turismo: “(...) é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2014). Assim, o turismo acessível é uma forma de se fazer turismo, pela via da inclusão social, sem discriminações de quaisquer naturezas, e não um segmento específico que atende somente a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para além das pessoas com deficiências, a acessibilidade envolve também pessoas com mobilidade reduzida, tais como: idosos, gestantes e obesos. Segundo a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, entende-se por

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (BRASIL, 2000)

Sendo assim, torna-se indispensável a adequação dos espaços e equipamentos turísticos para facilitar o acesso, mobilidade e autonomia dos turistas nos ambientes públicos e privados e, por conseguinte, sua total inclusão. A acessibilidade, todavia, não se limita a dar acesso e mobilidade, segundo o Ministério do Turismo (2016), ela

Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e na comunicação, inclusive em sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

Para eliminar as barreiras arquitetônicas e para que as edificações fossem construídas com base na acessibilidade, foi criado pelos profissionais da arquitetura, na década de 90, o conceito de desenho universal ou desenho para todos, entendido como

concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2015b).

Muitos turistas com mobilidade reduzida sentem-se inaptos a usufruir de atrativos turísticos devido à dificuldade de locomoção nesses espaços, como em patrimônios tombados onde se faz necessária autorização para modificações de suas estruturas. Neste sentido, é de suma importância que esses atrativos realizem adaptações para que essas pessoas possam usufruir sem qualquer empecilho, levando em consideração que ele deve ser adaptado sem que perca a sua essência, como mostra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na Instrução Normativa nº1, de 25 de novembro de 2003:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Tendo como referências básicas a LF 10.098/2000, a NBR9050 da ABNT e esta Instrução Normativa, as soluções adotadas para eliminação, redução ou superação de barreira na promoção da acessibilidade e aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público (...) (IPHAN, 2003, p.1).

Para que o desenvolvimento desta atividade seja feito de forma correta e que todos possam utilizar com autonomia e segurança, é necessário, portanto, que os gestores desses atrativos obtenham conhecimento sobre o assunto, realizando adaptações, sem contrariar os parâmetros da conservação e restauro do patrimônio, para que uma pessoa idosa ou qualquer outra, possa se locomover sem impeditivos (PROJEMAK, 2016).

## **ÁREA DE ESTUDO: NITERÓI/RJ**

De acordo com dados do IBGE (2017), Niterói ocupa uma área de 133.919 Km<sup>2</sup>, o que equivale a 0,30% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Em 2017, a população estimada era de 499.028 habitantes. Considerada, portanto, a quinta cidade em população e em densidade demográfica do Estado, com 3.640.80 habitantes por quilômetro quadrado. Geograficamente, a cidade é dividida em 52 bairros. Para efeito de planejamento, foi organizada em cinco regiões administrativas subdivididas em secretarias regionais, são elas: Praias da Baía ou Zona Sul, Zona Norte, Oceânica, Pendotiba e Zona Leste.

No tocante ao turismo, Niterói compõe, com o Rio de Janeiro, a Região Turística Metropolitana que, junto a outras cidades eleitas com vocação turística formam o Mapa do Turismo do Rio de Janeiro constituído atualmente por 89 destinos distribuídos em 12 regiões turísticas. A cidade está entre os destinos fluminenses que concentram o fluxo de turistas domésticos e internacionais (BRASIL, 2017).

De acordo com informação obtida junto a NELTUR (2017), a cidade se encontra em terceiro lugar no ranking nacional. O turismo niteroiense também contribui  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

bastante para a economia local, por ser a terceira cidade que mais recebe turistas vindos da capital. Em 2016 foram cerca de 360 mil turistas em Niterói e a estimativa informada pela Neltur para o ano de 2017 é de 240 mil.

Os atrativos que mais encantam os turistas são os centros culturais e as praias oceânicas, por conter toda história do local e por suas belas paisagens naturais (TRILHA CULTURAL, 2017).

Vale destacar ainda, a lei de estímulo ao desenvolvimento da infraestrutura de turismo (Lei no 3148 de 08 de julho de 2015), criada para atender a agenda de desenvolvimento econômico do município e Estado, ao potencial turístico e aos megaeventos. É também conhecida como Lei dos Hotéis de Niterói e representa um marco, por ser a primeira do país específica ao incentivo ao turismo (PMN, 2015).

Para além do turismo, outro dado importante a ser citado sobre a cidade, que tem relação direta com o presente trabalho, é sobre a qualidade de vida para idosos. De acordo com o “Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade 2017” do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, Niterói é a cidade do Estado do Rio de Janeiro com melhor qualidade de vida para pessoas com mais de 60 anos e está na quarta posição no ranking nacional, entre as 150 cidades com mais de 100 mil habitantes do país. Esse Índice avaliou questões relacionadas à violência, bem-estar, finanças, educação e emprego, saúde, cultura e engajamento (ILMA; FGV, 2017).

Diante desse contexto em que turismo e qualidade de vida para a pessoa idosa são destacados na cidade de Niterói, e a partir da correlação entre esses dois aspectos, voltamos à pergunta problema deste trabalho: os atrativos turísticos de Niterói/RJ, promovem inclusão social através da acessibilidade e estão adaptados para atender aos turistas idosos? É o que procuraremos responder no capítulo que se segue.

## **METODOLOGIA**

O presente artigo baseia-se em uma pesquisa de cunho exploratório, descritivo e qualitativo. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva procura “descrever as  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

características de determinadas populações ou fenômenos”. Deste modo, buscou-se analisar a acessibilidade como forma de inclusão da pessoa idosa em atrativos turísticos de Niterói/RJ. Vale destacar que este artigo é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Turismo das autoras.

Em relação à coleta de dados, a pesquisa contou com duas etapas. A primeira, pesquisa bibliográfica (documental e eletrônica) objetivando fundamentar o artigo. A segunda, pesquisa de campo, com aplicação de um questionário dirigido aos gestores dos atrativos turísticos selecionados, além de observação direta desses espaços. Para o estudo de multicasos foram escolhidos os três atrativos turísticos mais visitados em Niterói, segundo a Niterói – Empresa de Lazer e Turismo S/A– NELTUR (2017).

Com a conclusão da pesquisa de campo nos atrativos turísticos foi possível apurar os resultados, e a partir daí, identificar as limitações e facilidades encontradas no que se refere à acessibilidade como ferramenta de inclusão da pessoa idosa em alguns atrativos turísticos da cidade de Niterói/RJ, bem como indicar medidas que venham aperfeiçoar os pontos em que foram encontrados óbices. A pesquisa foi realizada entre os dias 11 e 16 de novembro de 2017.

Escolhidos os atrativos, o segundo passo foi enviar um questionário através de e-mail contendo o tema e objetivos da pesquisa para os gestores dos três atrativos. Mediante a dificuldade de se obter respostas destes, optou-se por marcar uma entrevista pessoal. Foi proposto ao entrevistado um questionário com perguntas acerca da importância da acessibilidade da pessoa idosa, objeto de estudo desse artigo, a fim de que os mesmos escrevessem abertamente seu ponto de vista e o que consideram importante.

Sentindo a necessidade de fazer uma pesquisa mais aprofundada dos espaços, optou-se pela observação direta tendo em mãos um *checklist* contemplando os aspectos construtivos e de mobilidade desenvolvido a partir da norma NBR 9050 (ABNT, 2015).

**ACESSIBILIDADE PARA A PESSOA IDOSA EM ATRATIVOS TURÍSTICOS DE NITERÓI: RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES**

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Após três semanas de contato via telefone, e-mail e/ou visita presencial, apenas dois dos três gestores dos atrativos selecionados colaboraram respondendo ao questionário. Estes estão identificados como Atrativo 1, Atrativo 2 e Atrativo 3.

No Atrativo 1, o ingresso custa R\$ 10,00 e dá direito a gratuidade aos moradores da cidade, assim como 50% de desconto a estudantes e idosos acima de 60 anos. É possível chegar de carro particular ou transportes coletivos; existe ponto de táxi em frente ao local e não há estacionamento próprio no atrativo. Inaugurado na década de 90, passou por reforma em 2015, permanecendo fechado por três meses, com todos os projetos submetidos e analisados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em 2016 o atrativo foi tombado como Patrimônio Histórico. Com o auxílio do gestor foi factível notar a importância da acessibilidade para o local, tendo em vista possuírem uma política de receptividade ao turista, de forma geral.

A partir da pesquisa de campo e análise da observação direta, percebe-se que o Atrativo 1 é dotado de ferramentas que auxiliam o acesso a turistas com deficiência ou mobilidade reduzida, tais como: cadeiras de rodas, elevadores, plataformas de acesso, sinalização e banheiros adaptados com barras de apoio. Na parte do subsolo também foram adaptados elevadores.

A maior dificuldade enfrentada pela pessoa idosa no local é o acesso pelas rampas, que ficam escorregadias em dias de chuva; o ideal para evitar acidentes, seria a instalação de um elevador que ligasse o pátio às galerias. No atrativo, todas as alterações foram realizadas antes de se tornar um patrimônio tombado.

No Atrativo 2, o ingresso varia de acordo com a programação e dá direito a gratuidade a idosos acima de 60 anos e 50% de desconto a estudantes. É possível chegar de carro ou transportes coletivos; há ponto de táxi em frente ao local; não há estacionamento próprio no atrativo, porém existem estacionamentos particulares próximos. Na década de 90, o prédio foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Na pesquisa de campo percebeu-se a preocupação com a acessibilidade, embora o espaço não possa ser modificado, algumas adaptações foram realizadas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sem alterar a estrutura do imóvel, tais como: rampas de acesso, corrimões, sinalização e barras de apoio nos banheiros. Existe também, atendimento especializado com pessoas capacitadas a recepcionar de acordo com as necessidades de cada visitante, precisando-se, todavia, melhorar a comunicação e a divulgação desse atrativo para que haja maior participação da pessoa no atrativo. Faltam informativos e programas de incentivos que expressem o quanto esse espaço está preparado para receber todo tipo de visitante, de forma que a pessoa idosa possa ter ciência dos benefícios garantidos por lei.

No Atrativo 3, o ingresso custa R\$ 6,00 e dá direito a gratuidade à pessoas acima de 60 anos, assim como 50% de desconto a estudantes. A visitação tem duração média de 45 minutos e acontece de hora em hora. É possível chegar de carro particular e o local conta com estacionamento próprio, não, todavia, vagas destinadas exclusivamente aos deficientes e idosos. Também não existe ponto de táxi no local e há uma única linha de transportes coletivos que passa pelo local.

Na observação direta percebe-se que esse atrativo turístico é um lugar de difícil acesso, pois trata-se de uma construção antiga. Na década de 30o Atrativo 3 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). Foi observado que todo caminho a ser percorrido em seu interior, é feito de pedras antigas, que são parte da identidade histórica desse local, porém são muito escorregadias, o que dificulta o acesso a turistas com mobilidade reduzida. A estrutura possui rampas que em épocas de chuvas torna quase impossível a locomoção no local. Devido à grande dificuldade do espaço e sua construção, foi interessante a observação feita, acerca de acessibilidade. De forma a garantir o atendimento a todo tipo de público, os gestores disponibilizam funcionários para auxiliar os turistas com mobilidade reduzida e deficiência, de forma individual, atendendo de acordo com cada necessidade. A maior dificuldade encontrada nesse atrativo foi de se conseguir contato com os gestores para obtenção de respostas do questionário enviados por e-mail no prazo determinado, sendo realizada, portanto, no Atrativo 3 apenas a observação direta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo teve como objetivo verificar a acessibilidade como ferramenta de inclusão social da pessoa idosa nos atrativos turísticos de Niterói. Deste modo, ainda que em caráter preliminar, os resultados podem indicar as condições desses espaços quanto a esses aspectos propostos.

Mesmo sendo, todos os atrativos turísticos investigados, patrimônios tombados, cada um à sua especificidade, eles têm suas instalações adaptadas, ferramentas que podem proporcionar a inclusão social de pessoas com qualquer tipo de deficiência e também as com mobilidade reduzida. Entende-se, porém, a necessidade de ampliação da divulgação desses espaços acessíveis para que sirva de estímulo a outros atrativos turísticos que ainda não contemplem a acessibilidade, pois, como visto, há uma demanda real e potencial de turistas idosos para a cidade de Niterói/RJ.

A pesquisa revela, portanto, a urgência de se investir em acessibilidade informacional e comunicacional desses atrativos. Do mesmo modo, na acessibilidade atitudinal, face o despreparo percebido por parte dos profissionais que lidam com esse público. A acessibilidade requer profissionais especializados, capacitados e comprometidos com a igualdade.

Após a análise dos atrativos turísticos estudados, concluiu-se que eles estão adaptados e com condições de receber pessoas idosas, ainda que melhorias em toda a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal se façam necessárias.

Desse modo, sugere-se que a acessibilidade da pessoa idosa para o turismo, de um modo geral, quebre todos os tipos de barreiras não só as físicas como também as atitudinais, a fim de que a sociedade seja preparada para um convívio social harmonioso, sem medo, discriminação ou intolerância. Que campanhas promovam distribuições de manuais de orientações, guias de roteiros acessíveis, bem como cartilhas de bom atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em todos os setores envolvidos nos atrativos turísticos de Niterói/ RJ. As leis sobre acessibilidade por si só não asseguram a acessibilidade ou os direitos da pessoa idosa, elas precisam ser conhecidas e também fiscalizadas, promovendo assim uma conscientização e sensibilização social, fatores que agregam para uma sociedade mais justa e igualitária.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O artigo não possibilita generalizar as condições de inclusão da pessoa idosa tampouco as de acessibilidade dos atrativos turístico de Niterói, face o número limitado de atrativos observados e de gestores entrevistados, o que demonstra uma das limitações desse trabalho. Porém, dá possibilidade de reflexões sobre o tema ao investigar os atrativos mais visitados que podem ser entendidos como referências para os demais.

Sugere-se para trabalhos futuros que outros atrativos turísticos de Niterói sejam investigados com a mesma proposta aqui apresentada, ou ainda, que outros atores, tais como os próprios turistas idosos, sejam consultados para que se investigue as percepções, necessidades e desejos pelo olhar dos mesmos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Ministro do Turismo revoga portaria do programa Viaja Mais Melhor Idade**. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/ministro-do-turismo-revoga-portaria-do-programa-viaja-mais-melhor-idade#>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

ANDRADE, R. **Turismo da terceira idade em franco crescimento no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.visiteobrasil.com.br/noticia/turismo-da-terceira-idade-em-franco-crescimento-no-brasil>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BENEVIDES, B. Negócios voltados para população idosa viram franquias. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de set. de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/2000mercado/2016/09/1814214-negocios-voltados-para-populacao-idosa-viram-franquia.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112)> Acesso em 14 de out. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências. 2000. Disponível ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em 14 de out. de 2017

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm)>. Acesso 14 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo do Rio de Janeiro cresce e estado tem 89 municípios com potencial turístico.** 2017. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8154-mapa-do-turismo-do-rio-de-janeiro-cresce-e-estado-tem-89-munic%C3%ADpios-com-potencial-tur%C3%ADstico.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Dicas Para Atender Bem Turistas Idosos.** Brasília, 2016. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27\\_09\\_2016\\_cartilha\\_idoso.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/27_09_2016_cartilha_idoso.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Apresentação do Viaja Mais Melhor Idade.** 2015a. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-aco-es-e-programas/4886-programa-viaja-mais.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Programa Turismo Acessível.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/CartilhaPrograma.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a Museus.** Cadernos Museológicos. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, vol. 2 Ano: 2012.

COSTA, M. M. **Top 10:** Viagens para a terceira idade. 2017. Disponível em: <<http://turismo.ig.com.br/destinos-nacionais/top-10-viagens-para-a-terceira-idade/n1597234966652.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DEUSTO. **Manifiesto por un Ocio Inclusivo.** Universidad de Deusto: Bilbao, 2014. Disponível em: <<http://avifes.org/wp-content/uploads/2014/12/Manifiesto-Ocio-Inclusivo.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FELIX, J. Economia da Longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre o envelhecimento populacional. In: **Encontro da Associação Brasileira de Economia da Saúde**, 8, 2007. São Paulo. Anais... São Paulo. 2007. p. 1-17. Disponível em: <[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_artigos/45.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/45.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2017.

FROMER, B; VIEIRA, D. D. **Turismo e Terceira idade.** São Paulo: Editora ELEPH, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Rio de Janeiro – Niterói**. 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330330&search=rio-de-janeiro%7Cniteroi>>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

\_\_\_\_\_. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE MONGERAL AEGON – ILMA; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Índice de Desenvolvimento Urbano para a Longevidade**. 2017. Disponível em: <<https://idl.institutomongeralaegon.org/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Instrução Normativa nº1, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. 2003. Disponível em: <[http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei\\_federal/instrucao\\_01\\_2003.pdf](http://www.comphap.pmmc.com.br/arquivos/lei_federal/instrucao_01_2003.pdf)>. Acesso em: 19 de jan. 2018.

MANZARO, S. de C. F. **Envelhecimento**: Idoso, Velhice ou Terceira Idade? 2014. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.com/comportamentos/item/3427-envelhecimento-idoso-velhice-ou-terceira-idade>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MEDSÊNIOR. **Os melhores destinos para viajar na terceira idade**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espirito-santo/especial-publicitario/Medsenior/seremos-todos-idosos/noticia/os-melhores-destinos-para-viajar-na-terceira-idade.ghml>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MOLETTA, Vânia Florentino. **Turismo para a terceira idade**. Porto Alegre: SEBRAE/RS,2000.

MOTA, K. M; BABINSKI, L. Lazer na Terceira Idade: o Turismo como opção. In: **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, 2005, Caxias do Sul, RS. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt11-lazer-na-terceira-idade.PDF>>. Acesso em: 31 out 2017.

NASCIMENTO, F. S; SANTOS, A. C. C. dos. Os fatores motivacionais na prática da atividade turística na terceira idade: um estudo a partir de um centro de convivência de idosos na cidade de Manaus **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 4, n.1, p.1-22, jan./jun. 2016.

NELTUR. 2017. Disponível em: <<http://www.neltur.com.br/var/www/html/neltur.com.br/web/attractives/view/106#>>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI – PMN. **Sancionada Lei dos Hotéis de Niterói**. 2015. Disponível em: <[http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3181:2015-07-08-22-34-49](http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3181:2015-07-08-22-34-49)>. Acesso em: 14 out. 2017.

PROJEMAK. **Acessibilidade para idosos**. 2016. Disponível em: <<http://projemak.com.br/acessibilidade-para-idosos/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

RIBEIRO, M. S. M. J. **Turismo da terceira idade**: um segmento de mercado em crescimento Brasília, 2013. 52 f., il. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 7916, de 16 de março de 2018**. REGULAMENTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A IDADE DO IDOSO. Disponível em: <[http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus\\_notes/default.asp?id=53](http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53)>. Acesso em: 13 mai. 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Ed. 3a, WVA. Riode Janeiro, 1999.

SCHEIN, M; PERIN, M. G; SAMPAIO, C. H; UGALDE, M. M. O comportamento da Compra de Serviços de Turismo na Terceira Idade. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 11, n.3, set/dez, 2009. p.341-357.

SENA, M. de F. A. de; GONZÁLEZ, J. G. T; ÁVILA, M. A. Turismo da terceira idade: análises e perspectivas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n.1, 2007. p.78-87.

SILVA, L.M. **Envelhecimento e qualidade de vida para idosos**: um estudo de representações sociais. João Pessoa, 2011.79f. Dissertação (Pós-graduação em Enfermagem) - Universidade Federal da Paraíba.

TRILHA CULTURAL. **Principais Pontos Turísticos de Niterói – Rio de Janeiro**. 2017. Disponível em: <<http://www.trilhacultural.com.br/amp/niteroi-rj/>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## A CONTRIBUIÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO: UM ESTUDO NO PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ/RN

Idiamara Nascimento de Freitas

Daene Silva de Moraes Lima

Nayara Cristina Santana da Silva

Almir Félix Batista de Oliveira

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância das mídias sociais como ferramenta impulsionadora da promoção do turismo no Projeto Geoparque Seridó, localizado no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil). O projeto tem grande potencial para interiorização do turismo, do qual corresponde a uma área que engloba 16 geossítios em 6 municípios, que possuem patrimônio geológico com valor: turístico, histórico, cultural e biológico. Por meio da estratégia de marketing do Geoparque em estudo, o mesmo utiliza ferramentas inovadoras e tecnológicas, como as mídias e as redes sociais, para divulgação e promoção do Geoparque, sendo baseado na educação, geoturismo e geodiversidade. Para atingir ao objetivo, a pesquisa delimitou-se em analisar as mídias sociais utilizadas pelo geoparque, podendo citá-las como o Facebook, o Instagram e o aplicativo do Projeto Geoparque Seridó. Realizou-se uma revisão bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo, a fim de estabelecer os procedimentos necessários para alcançar o resultado e a discussão da pesquisa. Pôde-se concluir que as mídias sociais são importantes ferramentas para a promoção do Projeto Geoparque Seridó, disseminando as ações existentes na região, nos aspectos educativos com os projetos de educação ambiental, conservação da natureza e na promoção do turismo, sendo a informação transmitida de forma mais rápida e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Geoparques; Seridó/RN; Mídias Sociais; Marketing.

### ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the importance of social media as a driving tool for promoting tourism in the project Geopark Seridó, located in the state of Rio Grande do Norte (Brazil). The project has great potential for interiorization of tourism, of which corresponds to an area that includes 16 Geossítios in 6 municipalities, which have geological patrimony with value: tourist, historical, cultural and biological.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Through the marketing strategy of Geopark in study, the same uses innovative and technological tools, such as media and social networks, for dissemination and promotion of Geopark, being based on education, geotourism and geodiversity. In order to achieve the objective, the survey was limited in analyzing the social media used by Geopark, and can quote them as Facebook, Instagram and the application of the project Geopark Seridó. A bibliographical revision was carried out, with an exploratory and descriptive character, in order to establish the necessary procedures to achieve the result and the discussion of the research. It could be concluded that social media are important tools for the promotion of the project Geopark Seridó, disseminating the existing actions in the region, in the educational aspects with the projects of environmental education, conservation of nature and in the promotion of Information transmitted in a faster and more effective way.

**KEYWORDS:** Tourism; Geopark; Seridó/RN; Social Media; Marketing.

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma relevante atividade econômica, impulsionador de emprego e renda no âmbito mundial. No Brasil, a atividade turística vem sendo desenvolvido com o incentivo de estratégias competitivas para alcançar uma imagem consolidada, através do uso de recursos mercadológicos. De acordo com o *World Travel and Tourism Council* (WTTC), em 2017, o setor representou um crescimento econômico de 4,6% comparado com à economia global de outros segmentos, que cresceu de 3%. O Produto Interno Bruto Mundial gerado pelo turismo foi de US\$ 8,3 trilhões, correspondendo a 10,4%, e gerou 313 milhões de empregos. (Ministério do Turismo, 2018; WTTC, 2018).

Um estudo realizado pela *Oxford Economic*, apresentou um crescimento econômico da atividade turística para os próximos 10 anos, com a prospecção de um aumento em torno de 2,5% do Produto Interno Bruto em 2018, e conforme o crescimento da atividade, pretende-se chegar a 8,2% no ano de 2028. O estudo é analisado com base na atividade econômica gerada por empresas do segmento turístico, podendo destacar empresas hoteleiras, companhias aéreas, alimentos e bebidas, entre outros segmentos empresariais ligados diretamente com o setor, e estima-se um impulso econômico em torno de 273,3 bilhões de reais. (Ministério do Turismo, 2018; WTTC, 2018).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O rápido crescimento do setor de serviços com o impulso das TICs possibilitou o impulso por atividades de lazer e entretenimento dos indivíduos, e assim, o turismo se posicionou como uma das prioridades econômicas na sociedade pós-industrial. Nos dias atuais, com o avanço tecnológico e as exigências da sociedade moderna, são observadas inúmeras mudanças por meio da contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em consequência, relaciona-se diretamente com diversos setores da economia, dentre esses setores, pode citar a atividade turística. As TICs incrementam a experiência do visitante com o local visitado, com o impulso do uso de metodologias e tecnologias inovadoras. (SEBRAE, 2016; Ramos, Mendes Filho e Lobianco, 2016).

Diante da acessibilidade das redes virtuais, como a internet, tornaram-se indispensáveis na vida da maioria das pessoas, e com o advento das mídias sociais, impulsionou a comunicabilidade, de forma que essas ferramentas são responsáveis por importantes mudanças como: reduzir distâncias, manter a comunicação em tempo real, a venda de produtos e serviços e principalmente a divulgação e promoção de destinos. Para Barbalho (2004), a Internet é uma realidade integrada ao cotidiano da sociedade, enquanto para Castells (2003), a internet é um meio de comunicação que permite numa escala global. Portanto, pode-se aludir que a tecnologia se tornou uma principal ferramenta para a atividade turística. Segundo dados disponibilizado Ministério do Turismo (2014), “o uso da internet como fonte de informação cresceu nos últimos seis anos, e se tornou o canal preferido por um terço da população brasileira”.

Com crescimento desenvolvimento da atividade turística no Brasil e no mundo, percebe-se a essencialidade de se reunir esforços para atingir com êxito a preservação e conservação dos recursos naturais, uma vez que estes são utilizados como matéria prima de diversos setores, do qual pode vir a degradar o meio ambiente. De acordo com Brilha (2002), a natureza é composta por dois elementos, sendo divididos em parte da natureza viva (bióticas) e parte da natureza não viva (abióticas). Estes recursos na maioria das vezes são usufruídos de forma inadequada e imoderada, provocando danos e deteriorações aos lugares e paisagens que as pertencem, tendo em vista que se faz necessária a preocupação com a preservação

e a conservação dos recursos naturais. (FREITAS E SILVA, 2017; FREITAS *et al.*, 2017).

Castro, Fernandes e Firmino (2015) aludem que muitos indivíduos deixam de apreciar o valor estético de uma passagem, como também não assimilam a evolução dos processos geológicos, biológicos e humanos do cenário do qual está sendo observado. Ainda para os autores, a palavra paisagem pode ser conceituada e objeto de estudo de várias ciências, por integrar um conjunto complexo de fenômenos, podendo citá-los como o território físico e imaterial, e assim, contribuindo para identificar e diferenciar de múltiplos territórios. Neste ponto de vista, a paisagem surge como um componente fundamental no desenvolvimento local dos territórios.

O referido estudo tem como objeto de estudo, o Projeto Geoparque Seridó, localizado no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), em uma região composta por 06 municípios. O Projeto Geoparque Seridó está estruturado na extensão de um tripé econômico baseado na pecuária extensiva, agricultura e mineração, sendo esta última baseada na exploração da *scheelita*, *tantalita*, *berilo* e *cassiterita*. Atualmente, novas atividades estão sendo inseridas na economia local, podendo citar a produção leiteira, a modernização e ampliação da caprino-ovinocultura, a atividade ceramista e o desenvolvimento do setor terciário, com destaque para o comércio e a diversificação de serviços, destacando a atividade turística no setor de serviços. (Geoparque Seridó, 2018).

A justificativa pode ser descrita como acadêmica e social. No que tange a justificativa acadêmica, pode-se considerar a temática como uma tendência atual, através do uso das tecnologias como estratégia de comunicação e promoção da atividade turística no Geoparque Seridó/RN. Enquanto a justificativa social, envolve a proposta de visibilidade e posicionamento do Projeto Geoparque Seridó/RN à nível local, nacional e internacional, por meio de estratégias de marketing. O estudo é considerado relevante, por contribuir com elaboração da pesquisa, e assim, com o desenvolvimento do Projeto Geoparque Seridó/RN. Diante do exposto, o objetivo do estudo é analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo: um estudo no Projeto Geoparque Seridó/RN.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordados os principais conceitos que nortearão a referida pesquisa, através de um aporte teórico, da qual pretende-se analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo no Projeto Geoparque Seridó/RN. Assim, serão apresentados os seguintes tópicos: Turismo e Geoparques, Projeto Geoparque Seridó/RN: do território à marca turística, e por fim, será apresentado Mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção turístico de base territorial.

## TURISMO E GEOPARQUES

O conceito de geoparque surgiu no final do século XX na Europa, sendo denominado um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado, baseada na conservação do património geológico, associado a outros elementos como o património natural, histórico e cultural. Esses aspectos contribuem com a melhoria das condições de vida das comunidades e indivíduos que habitam na região, e assim, promovendo os valores endógenos de modo integrado. (CASTRO, FERNANDES E FIRMINO, 2015).

A ideia de geoparques surgiu durante o diálogo de dois geólogos, sendo eles, Nicholas Zouros e Guy Martini, no ano de 1996 no XXX Congresso Internacional de Geologia, na China. Para os mesmos, os geoparques seriam espaços para o desenvolvimento sustentável e incentivo a conservação do património geológico, por meio de práticas científicas, educativas e turísticas. Nos anos seguintes, pôde-se perceber o avanço dos geoparques no mundo, assim, em 2000, foi criada a Rede Europeia de Geoparques, e em 2004 criou-se a Rede Global de Geoparques (GGN), ambos sob auspícios da UNESCO.

De acordo com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2018), “as iniciativas nacionais de património geológico contribuem e se beneficiam de sua participação em uma rede global de intercâmbio e cooperação”. No entanto, há poucos anos, em 17 de novembro de 2015, os 195 Estados-Membros da UNESCO ratificaram a criação de um novo rótulo, denominando-os de Geoparques

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Globais da UNESCO, isto evidencia o reconhecimento governamental da relevância de gerenciar locais geológicos e paisagens de forma holística. Atualmente a Rede Global de Geoparks conta com 140 geoparques em 38 países.

Dessa maneira, no que corresponde a definição de geoparques, segundo Brilha (2009, p. 28):

Um geoparque é um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada na conservação do patrimônio geológico, em associação com os restantes elementos do patrimônio natural e cultural, com vista à melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior.

Com isso, vale salientar que os geoparques possuem como pilares, a educação, conservação e turismo, sendo estes, atrelados ao desenvolvimento da localidade que o circunscreve. São inúmeros os benefícios que estes trazem para a região que está inserido, como: a geração de emprego e diversificação de renda, incentivo à criação de pequenas empresas, produção e venda de *suvenirs* (artesanato local), atividades de lazer e recreação, estímulo ao sentimento de pertencimento da comunidade local para com a sua região e cultura, dentre outros.

Isto está explícito em um estudo realizado por Farsani, Coelho e Costa (2011), realizado em 25 geoparques (vinte e cinco), sendo destes: 20 (vinte) na Europa, 3 (três) na Ásia Malásia Japão e Iran, 01 (um) na Austrália e 01 (um) na América do Sul – Brasil), assim, pôde-se constatar a melhoria e o desenvolvimento da comunidade local, a partir destes. Os mesmos autores, evidenciaram que o envolvimento das comunidades locais em estratégias inovadoras e de geomarketing, tem criado geotours, geoprodutos, geomuseus, geosports, georestaurantes e geopadarias, onde os geoparques tentam promover a economia local e conhecimento público sobre geologia.

Fazendo um paralelo para o território brasileiro, devido sua grande extensão territorial e suas diversidades naturais, o Brasil possui grandes potencialidades para o desenvolvimento de geoparques. Referente a isso, o Serviço Geológico do Brasil-CPRM, criou em 2006 o Projeto Geoparques, tornando-se grande incentivador neste

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

questo. A respeito do projeto geoparques no território brasileiro, afirmam Schobbenhaus e Silva (2012, p. 19):

O projeto representa importante papel na criação de geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto tem como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional, bem como o inventário e quantificação de geossítios.

Com isso, atualmente o Projeto Geoparques conta com 35 propostas distribuídas por diversas regiões do país, visando a união das práticas educativas, conservação do patrimônio geológico por meio de atividades turísticas, isto, não podendo esquecer do desenvolvimento da localidade. Assim, dentre os vários aspirantes a Geoparques no Brasil, há o Projeto Geoparque Seridó - RN, que será abordado no capítulo seguinte.

## **PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ/RN: DO TERRITÓRIO À MARCA TURÍSTICA**

Antes de elucidar as potencialidades do Projeto Geoparque Seridó, é necessário compreender sobre as riquezas da Região Seridó. Dentre os inúmeros incentivos ao desenvolvimento regional, há o Programa de Regionalização do Turismo, realizado pelo Ministério do Turismo, que resultou na delimitação de cinco polos turísticos no Estado do Rio Grande do Norte, dentre os quais, o Pólo Seridó. “Este pólo é constituído atualmente por nove municípios, sendo eles: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova, Parelhas e Santana dos Matos”. (MTUR, 2016).

Logo, dentre os nove municípios que compõem o Polo Seridó, seis fazem parte do aspirante a geoparque em questão. Além disso, outro incentivo relevante para o desenvolvimento do turismo local foi o “Polo e Conselho de Turismo, fomentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte entre outras organizações, que criaram em 2004 o Projeto Roteiro Seridó e está integrado ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal”. (BEZERRA *et al.*, 2013, p. 37).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Assim, o Geoparque Seridó, localizado no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), em uma região composta pelos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas. A soma das áreas que envolvem os 06 municípios do Geoparque Seridó totaliza 2.802 km<sup>2</sup> e o mesmo possui 16 sítios geológicos inventariados. A implantação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, como é o caso de um geoparque, torna-se uma alternativa de geração de renda e emprego para os municípios que estão delimitados no projeto. (Geoparque Seridó). As descrições da caracterização física do Geoparque Seridó, será apresentado no **quadro 1**:

### Quadro 1: Caracterização física do Geoparque Seridó

<b>CLIMA</b>	Localizado na região semiárida do nordeste brasileiro, com circulação atmosférica influenciada pela Zona de Convergência Intertropical, que atua no verão, e a massa Equatorial Atlântica, que predomina do outono à primavera. De acordo com a classificação climática de <i>Köppen</i> , o clima da área é do tipo BSw'h (quente e semiárido, tendendo a árido), com precipitações pluviométricas irregulares, que ocorrem no período de fevereiro a julho, concentrando-se a maior parte, de março a junho. Caracterizada por temperaturas elevadas, com médias em torno de 27°C (sendo a máxima na casa dos 38°C e a mínima em torno dos 15°C). A umidade relativa apresenta valores que variam entre 59 e 76%.
<b>VEGETAÇÃO</b>	A vegetação da área é caracterizada pelo domínio da caatinga, que se apresenta com altos índices de xerofilismo, em razão de um clima extremamente rigoroso, de baixos índices pluviométricos e distribuição irregular, constituindo os tipos Hiperxerófila e Subdesértica. Nesta formação vegetal predominam três tipos diferenciados: um estrato arbóreo predominando aroeira, braúna, imburana, pereiro, algaroba e craibeira; um segundo tipo com galhos retorcidos e espinhosos, atingindo até 3 m de altura, descritas como catingueira, faveleira, pinhão-bravo, jurema, oitica e marmeleiro; e por fim, um estrato rasteiro, a cerca de 50 cm do solo, formado por xiquexique, macambira e palma de espinhos.
<b>RELEVO</b>	O estado do Rio Grande do Norte apresenta uma grande variedade de formas de relevo, estando as mesmas esculpidas em rochas sedimentares cretáceas da Bacia Potiguar e terrenos mais antigos do embasamento cristalino, sendo o relevo potiguar caracterizado por dois domínios e uma faixa de transição: Domínio de Mares de Morros, que corresponde aos Tabuleiros Costeiros do Nordeste Oriental; Domínio das Depressões Intermontanas e Interplanálticas das Caatingas, que é constituído, no território estadual, por quatro conjuntos de feições morfológicas principais: superfícies de aplainamento da Depressão Sertaneja; chapadas sustentadas por rochas sedimentares; serras isoladas; e Planalto da Borborema; intercalando esses domínios, existe uma importante faixa de transição morfoclimática, do litoral úmido para o sertão semiárido, denominado Agreste Potiguar. As feições de relevo regionais presentes no território do Geoparque Seridó estão contidas no Domínio das Depressões Intermontanas e Interplanálticas das Caatingas. As superfícies aplainadas degradadas (R3a2) compreendem

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

	<p>um conjunto de padrões de relevos planos e suavemente ondulados, resultante de processos de arrasamento generalizado do modelado sobre diversos tipos de litologias, sendo a unidade de maior extensão na área do geoparque. Estas vastas superfícies aplainadas encontram-se pontilhadas por inselbergs (R3b), que aparecem na paisagem como montes isolados, elevando-se, em muitos casos, centenas de metros acima do piso da superfície regional. Na região leste, onde o geoparque faz fronteira com o estado da Paraíba, encontra-se um conjunto de morros e serras baixas (R4b), com desníveis inferiores a 300 m, que junto com a morfologia planáltica (R2b3), mais ao norte, constituem parte do rebordo norte do Planalto da Borborema, representando relevos residuais remanescentes daquele planalto. Em contato com o relevo planáltico, encontra-se a imponente escarpa da Serra de Santana, que representa um relevo de transição entre superfícies distintas alçadas a diferentes cotas altimétricas, apresentando desnivelamento em torno de 400 metros e com deposição de rampas de colúvio e depósitos de tálus na base da escarpa (R4d). A Serra de Santana consiste num platô (R2c), que representa fragmento de uma pretérita superfície de cimeira capeada por arenitos laterizados de idade Neógena da Formação Serra do Martins, com cotas chegando a 750 metros de altitude. No extremo NE da área do geoparque, encontra-se no limiar do domínio planáltico um conjunto de colinas dissecadas (R4a2), com vertentes convexo-côncavas e topos aguçados, com variação de cotas altimétricas entre 30 e 80 metros, em relação ao piso regional, onde por vezes se encontram campos de matacões, indicando uma predominância do intemperismo físico.</p>
<b>HIDROGRAFIA</b>	<p>A hidrografia da região é caracterizada por rios intermitentes, que em alguns casos apresentam-se perenizados em função da ação antrópica verificada com a construção de barramentos ao longo dos cursos de alguns rios. A área está inserida na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, contemplando os rios Seridó, Acauã e Salgado. Na referida bacia destacam-se ainda os açudes Dourado (Currais Novos), Gargalheiras (Acari) e Boqueirão (Parelhas).</p>
<b>SOLOS</b>	<p>A região é caracterizada por solos que mostram-se, em geral, rasos, com característica pedregosa e fertilidade mediana. Porém, em áreas próximas às margens dos principais rios e no alto da Serra de Santana, apresentam uma maior profundidade, bem como elevada fertilidade. Dentre as principais categorias, destacam-se os Neossolos e os Luvisolos.</p>

Fonte: Adaptado do Geoparque Seridó, 2018.

Desse modo, o quadro acima, demonstra as características geográficas e geológicas da localidade estudada, sendo estas, importantes ferramentas que ligadas aos aspectos culturais e identitários locais, tornam-se únicas e que juntas, são de grande interesse e incentivo ao desenvolvimento através do turismo. Com isso, a relação simbiótica entre turismo e desenvolvimento na região do Seridó é explícita em diversos estudos, sendo esta atividade turística juntamente com o Projeto Geoparque Seridó, incentivada como forma de interiorização do turismo no Estado do Rio Grande do Norte, que prevalece o segmento turístico de sol e praia.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Assim, esta região é rica nos aspectos geográficos, geológicos, culturais e identitários, possuindo fortes potenciais para desenvolvimento de atividades turísticas como: ecoturismo, turismo de aventura, geoturismo, turismo cultural, turismo religioso, gastronômico e outros. Desse modo, no que corresponde aos roteiros turísticos, o estudo da Lucena e Lopes (2011, p. 8), denota os aspectos da região seridoense assim como os benefícios que a atividade turística pode trazer para o desenvolvimento local, enaltecendo as riquezas identitárias locais como através do artesanato e dos bordados e “ os produtos alimentares, integrantes da rica culinária local, como licores, doces, queijos e carne-de-sol. Outros ainda como a cerâmica, a palha, as redes de dormir, dentre outros, são facilmente comercializados”, sendo isto atrelado a marca “Seridó”.

Ainda de acordo com as autoras supracitadas, como resultado do forte investimento econômico e humano, feito pelo SEBRAE/RN e seus parceiros, para este roteiro, que teve como objetivo redistribuir de uma melhor forma, o desenvolvimento turístico estadual, criando novos produtos que agreguem um maior valor ao destino do Rio Grande do Norte, assim se tornando uma alternativa de interiorização do turismo no Estado.

Outro fator relevante no turismo é a gastronomia local, perpassando sabores e saberes de um povo, através da culinária. No Seridó como citado anteriormente, os produtos alimentares se fazem presentes, tornando-se muitas vezes, fontes de rendas de famílias podendo ser comercializado e saboreado para diversos destinos através do turismo. Assim, visando esse potencial, o Projeto Geoparque Seridó também é incentivador das tradições gastronômicas locais, pois além de ser um incentivo ao desenvolvimento econômico, incentiva também a salvaguardar os costumes de um povo. Isso está em consonância com os dizeres de Damatta (1987), alude que conhecer a gastronomia local é valorizar a cultura da região. Ainda segundo o autor, “cada vez mais é comum o uso da gastronomia como fonte de investigação da identidade de determinada região com o intuito de perpetuar seus hábitos e costumes” (DAMATTA, 1987, p.22).

No que está relacionando a gastronomia, de acordo com Maia et al. (2017), tomando como referência um Geopark Carta Magna, os autores propõem a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

articulação e viabilização da criação do geofood seridó. Desse modo, para os mesmos autores, este geofood irá fomentar e enaltecer os elementos da bio e da geodiversidade, “se revelando como o fator diferencial para o projeto do geoparque Seridó, produzindo novas alternativas de empregabilidade e economia sustentável dentro da sua circunscrição territorial, além de ser uma experiência única e diferenciada para os visitantes”. (MAIA *et al.* 2017, p. 396).

Desse modo, como evidenciado, o Projeto Geoparque Seridó no Estado do Rio Grande do Norte, tende a contribuir para o desenvolvimento das localidades, através do turismo, sem deixar de lado as premissas de um geoparque: educação, conservação e turismo.

## **MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO TURÍSTICA NO GEOPARQUE SERIDÓ**

Diante desse cenário, vislumbra a importância da vantagem competitiva para impulsionar o posicionamento de Geoparques no Brasil, visto que ainda necessita de incentivos para alcançar a proposta da qual se almeja alcançar. De acordo com Santos e Ribeiro (2016), vantagem competitiva é o conjunto de características que são agregadas e criam valor nos produtos e serviços, e assim, possibilita a competitividade frente aos demais concorrentes, por meio do posicionamento estratégico do que se pretende promover ou divulgar, e assim, contribui com a divulgação de Geoparques como um atrativo turístico.

Importante ressaltar que a tendência europeia do Geoturismo, vem sendo cada vez mais consolidada no Brasil, que busca a conscientização ambiental, por meio da perspectiva de um turismo sustentável, tendo como estratégia a valorização territorial (ambiental e cultural) e a experiência vivenciada. Destarte, que a valorização turística contribui com aspectos educativos e pedagógicos, quando realizadas de forma integrada. (CASTRO, FERNANDES E FIRMINO, 2015).

O Estado do Rio Grande do Norte há um grande potencial para interiorização do turismo, uma vez que dispõe de belezas naturais, podendo citar a fauna, a flora e os elementos da geodiversidade. Um estudo realizado por Freitas e Silva (2017),

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

apresenta que o Projeto Geoparque Seridó, vem tornando-se responsável pela interiorização do turismo, por meio da contribuição na educação, no geoturismo e na geodiversidade.

Considerando o Projeto Geoparque Seridó, observa-se que uso das ferramentas tecnológicas estão sendo aplicadas para alavancar a promoção, e assim, tornar acessível a comunicação com os agentes públicos, os agentes privados, os pesquisadores, a comunidade local, os turistas, entre outros atores envolvidos no processo de consolidação da imagem do geoparque. As tendências de mercado e as novas tecnologias, possibilitam a compreensão do público que envolvido de forma direta ou indireta no projeto, podendo segmentar aspectos considerados importantes para o desenvolvimento Geoparque Seridó. (VERGEIRO, 2017; SCARAVELLI, 2016).

A implementação de novas tecnológicas, possibilita na otimização no processo cíclico do projeto, e assim, corrobora para grandes tomadas de decisões, com um retorno mais efetivo e em menos tempo. Utilizar as tecnologias da informação e comunicação para influenciar o posicionamento do Geoparque é uma estratégia competitiva, não somente no campo técnico, como também pode-se considerar por meio dos aspectos sociais (VERGEIRO, 2017; SCARAVELLI, 2016).

Nos últimos anos, de acordo com o Ministério do Turismo (2014), os destinos turísticos brasileiros vêm se adequando ao mercado globalizado, através de um esforço conjunto com as entidades de fomento do *trade* turístico, através de diretrizes e estratégias competitivas para o desenvolvimento do destino. O Projeto Geoparque Seridó, dispõe de mídias sociais, como Facebook, Instagram e um aplicativo Geoparque Seridó, com a finalidade de promover o turismo e os benefícios realizado no mesmo (FREITAS E SILVA, 2017; FREITAS *et al.*, 2017).

Diante do atual cenário de expansão turística, torna-se necessário desenvolver estratégias competitivas para atrair novos turistas e visitantes nos atrativos turísticos. Dessarte, Scaravelli (2016) afirma que a tecnologia da informação e comunicação contribui com as ações de promoção e marketing. Silva e Mendes Filho (2016) aludem que a tecnologia contribui como uma fonte de inovação, diferenciação estratégica e vantagem competitiva, possibilitando experiências e valor para o turista.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Buscando analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo do Projeto Geoparque Seridó/RN, quanto ao objetivo do presente estudo, caracteriza-se como bibliográfico, com caráter exploratório e descritivo, que buscar estabelecer os procedimentos necessários para alcançar os dados e o resultado da pesquisa.

Na concepção de Gil (2002), as pesquisas exploratórias “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. De acordo com Cervo e Bervian (2007), o estudo exploratório tem por objetivo obter uma nova percepção e despertar novas ideias, que no caso do estudo, é analisar a contribuição das mídias sociais no Projeto Geoparque Seridó/RN.

Assim, no presente estudo tem-se um ensaio teórico, em que o embasamento deu-se por meio de pesquisas bibliográficas em livros, artigos, resumos científicos relacionados com o tema abordado e pesquisas nas mídias sociais do geoparque em questão. De acordo com Cervo e Bervian (2007), a pesquisa bibliográfica busca estudar um problema com base nas referências teóricas publicadas em livros, artigos, dentre outras fontes de pesquisa.

A seguir, serão apresentados os resultados e discussões do estudo. Nessa perspectiva a análise está apresentada com base na pesquisa realizada nas mídias sociais utilizadas pelo Projeto Geoparque Seridó.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desse modo, de acordo com a pesquisa realizada, pôde-se perceber as mídias sociais estudadas (Facebook, Instagram, Youtube e o aplicativo do Geoparque Seridó) como importantes ferramentas para a promoção do turismo no Projeto Geoparque Seridó.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Além disso, as mídias sociais encurtam distâncias, principalmente no que tange a turistas em potencial, uma vez que, divulga os recursos naturais, atrativos naturais e culturais existentes na região, isso incentiva-os a conhecer e fazer de fato o turismo, contribuindo para o desenvolvimento da região. Afirma Recuero (2009) que as empresas utilizam as mídias virtuais como estratégia de comunicação, e assim, incentiva o relacionamento de indivíduos que se relacionam por compartilharem do mesmo interesse pelo produto ou serviço. Em relação ao estudo no Geoparque Seridó, o ambiente virtual contribui em focar nas ações, através do Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU), por meio de tendências na assimilação, na coleta e no armazenamento de dados dos usuários. (RECUERO, 2009; CARVALHO, 2016).

Outro fator relevante que foi constatado na pesquisa, é que nas mídias utilizadas pelo Geoparque, com exceção do aplicativo, difundem as ações de educação, conservação e turismo que atualmente se desenvolve na região que circunscreve o Projeto Geoparque Seridó, promovendo o fortalecimento dos pilares de um geoparque. No que corresponde ao aplicativo, este traz “fotos e textos informativos escritos de forma simples, mas que se repasse dados científicos, curiosidades e aspectos culturais de cada geossítio incluído na proposta do geoparque Seridó”. (GEOPARQUE SERIDÓ, 2018)

**Figura 1: Imagem das Redes Sociais (Facebook e Instagram)**

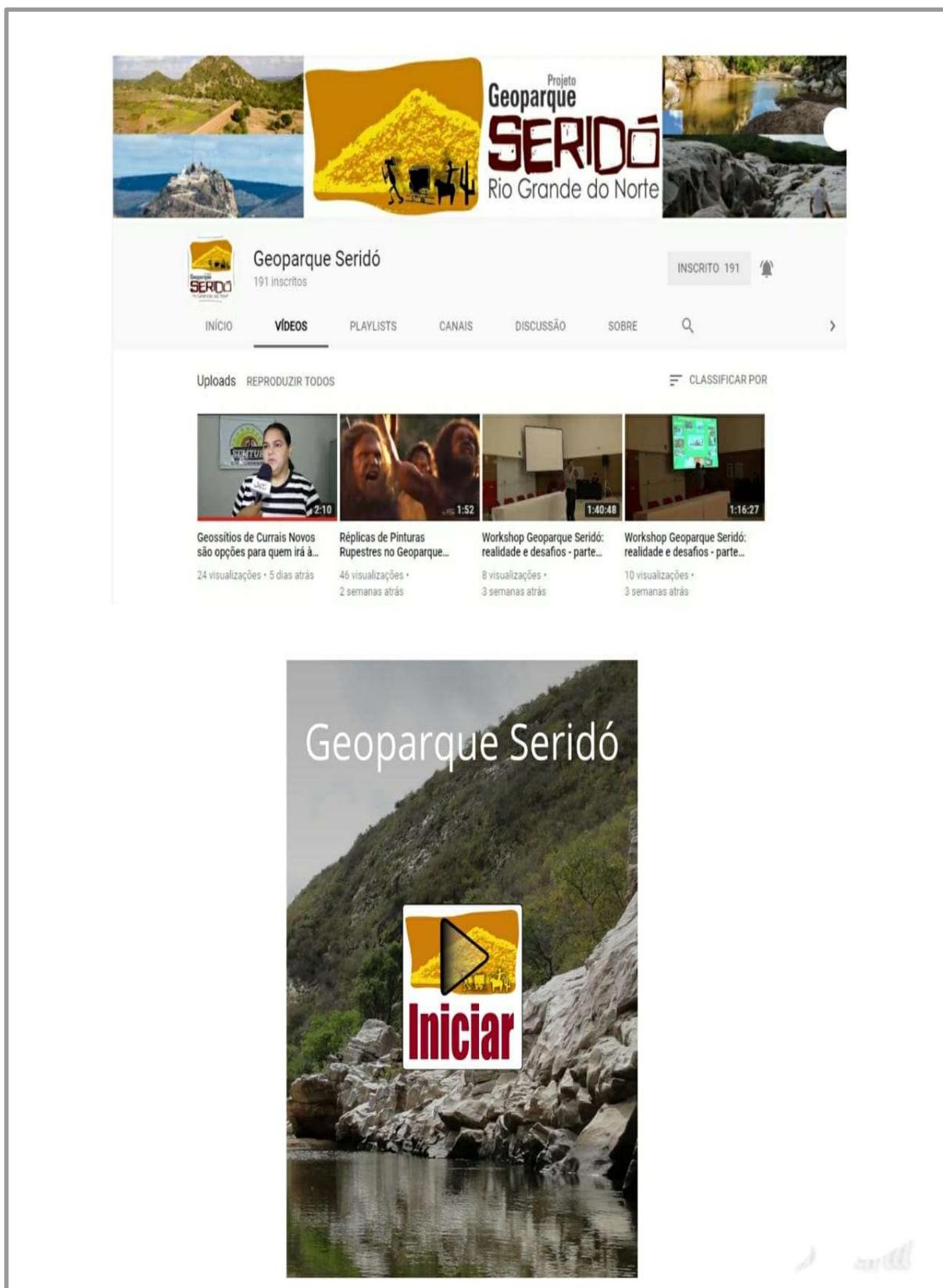
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Figura 2: Imagem do Youtube e Aplicativo do Geoparque Seridó.



Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Importante ressaltar, que o site institucional do Geoparque Seridó, elucida inúmeras informações relevantes. As informações são desde a explicação do que é um Geoparque, as descrições específicas do Projeto Geoparque Seridó, informações turísticas, dados dos municípios que compõem o projeto, até publicações no campo de estudo.

No presente estudo foi evidenciado também que além de divulgar os aspectos geológicos, culturais e gastronômicos locais, são utilizadas nas mídias sociais em questão, uma linguagem acessível ao entendimento de todos, facilitando assim a compreensão e popularizando o conhecimento acerca das riquezas existentes nos municípios que compõem o Projeto Geoparque Seridó.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o desenvolver da pesquisa, foi possível perceber de que maneira as mídias sociais estudadas são relevantes para a promoção e popularização do conhecimento acerca das potencialidades do projeto Geoparque Seridó - RN. Além disso, é perceptível que a ênfase dada a divulgação das ações existentes, nos aspectos educativos com os projetos de educação ambiental, conservação da natureza e na promoção do turismo.

Pôde-se constatar também, que estas mídias, são ferramentas relevantes no incentivo a valorização da cultura local para da população local, expondo o quão rico é a região que compõe o aspirante a geoparque, tanto no quesito natural, cultural e quanto social.

As mídias sociais estudadas têm como objetivo disseminar e popularizar o conhecimento geológico, por meio de uma linguagem acessível, estes através de textos, fotos, curiosidades sobre os aspectos culturais. Além de promover o turismo na região do Seridó, essas mídias trabalham a conscientização para a preservação do patrimônio geológico, tanto para o turista quanto para a comunidade local.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Diante do exposto, conclui-se que as mídias sociais são importantes ferramentas tecnológicas para a promoção do Projeto Geoparque Seridó, e para a popularização do conhecimento geológico utilizando uma linguagem acessível a todos os usuários, que facilitam a venda do produto ou destino turístico, sendo a informação transmitida de forma mais rápida e eficaz, através das mídias sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, C. R. S. **Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação**. Anais do ENDOCOM – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação, XVI, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/67440666484409199929960898116699121008.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BEZERRA, S. G.; SILVA FILHO, V. P.; OLIVEIRA, W. A.; NASCIMENTO, M. A. L. **O desenvolvimento do geoturismo nos geossítios Cânios dos Apertados, Pico do Totoró e Mina Brejuí, Município de Currais Novos, RN**. II Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico I Workshop Brasileiro de Patrimônio Geológico Construído, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, II. Setembro, 2013.

BRILHA, J. B. R. **A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências**. Revista do Instituto de Geociências - USP, São Paulo, v.5, p. 27-33, Out., 2009.

CARVALHO, G. **P.A força das redes sociais**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-forca-das-redes-sociais/99430/>>. Acesso em: 15 de jul de 2018.

CASTELLS, M. A. **Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CASTRO, E.; FERNANDES, G. P.; FIRMINO, G. **Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial**. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/308294016\\_Os\\_geoparques\\_como\\_estrategias\\_de\\_desenvolvimento\\_turistico\\_de\\_base\\_territorial](https://www.researchgate.net/publication/308294016_Os_geoparques_como_estrategias_de_desenvolvimento_turistico_de_base_territorial)>. Conferência: Conferência: Inovação, Gestão e Educação em Turismo & Hotelaria, Em Seia, Volume: I, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, V. *et al.* **Redes sociais como estratégia de marketing turístico: o Facebook e a região norte do estado do Piauí-Brasil**. Vol 5, nº 13, dez., 2012.

DAMATTA, R. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. O Correio da Unesco, Rio ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de Janeiro, v.15, n.7, p. 22-23, 1987.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo**: Planejamento, métodos e técnicas. 9. Ed. São Paulo: Futura, 2007.

FREITAS, I. N. *et al.* **A importância do turismo para o desenvolvimento de Geoparques**. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dia 30 de novembro 1 e 2 de dezembro de 2017.

FREITAS, I. N. *et al.* **O Papel das Mídias Sociais para a Popularização da Geodiversidade e Promoção do Projeto Geoparque Seridó NE**. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dia 30 de novembro 1 e 2 de dezembro de 2017.

FREITAS, I. N.; SILVA, N. C. S. **O papel das mídias sociais para a promoção do turismo no geoparque Seridó-RN**. Anais do XXII Seminário de Pesquisa do CCSA, realizado de 08 a 12 de maio de 2017, no Campus Central da UFRN, Rio Grande do Norte, 2017.

GEOPARQUE SERIDÓ. Disponível em: <<http://www.geoparqueserido.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCENA, L.; LOPES, R. M. R. **Projeto Roteiro Seridó: Novos caminhos e possibilidades que potencializam o turismo no interior do Rio Grande do Norte**. Carpe Diem: Revista Cultural e Científica da FACEX, v. 9, n. 9, 2011.

MAIA, A. K. O. *et al.* **O geofood como fator identitário estimulador de uma atividade turística sustentável e geoconservadora**. Anais do Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico e II Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Uso da internet na escolha dos destinos cresce 68%**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/turismo/2014/10/uso-da-internet-na-escolha-dos-destinos-cresce-68>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAMOS, A. S. M.; MENDES FILHO, L. A. M.; LOBIANCO, M. M. L. **Sistemas e tecnologia da informação no turismo - Um enfoque gerencial**. Curitiba: Editora Primas, 2017.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (Conselho Mundial de Viagens e Turismo). **The Comparative Economic Impact of Travel & Tourism**. Disponível

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

em: <<https://www.wttc.org/economic-impact/benchmark-reports/the-comparative-economic-impact-of-travel-tourism/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## ANEXO 1: Banner de divulgação do Geoparque Seridó

**geoconservação**

**geoturismo**

**geodiversidade**

**geopatrimônio**

**geoparque Seridó**

**Saiba Mais!**

**GEODIVERSIDADE:** compreende o ambiente abiótico ou meio físico. É constituída pela variedade natural de ambientes, fenômenos e processos que dão origem as paisagens, minerais, rochas, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que constitui base para a vida na Terra.

**GEOPATRIMÔNIO:** conjunto de elementos/recursos naturais abióticos com alto valor patrimonial, associado a valores científicos, educativos, turísticos, entre outros.

**GEOCONSERVAÇÃO:** objetiva a conservação e gestão do geopatrimônio (patrimônio geológico) e processos naturais associados.

**GEOTURISMO:** áreas do turismo que sustenta e incrementa a identidade de um território, considerando a sua geodiversidade (e geopatrimônio), ambiente, cultura, valores estéticos e bem-estar dos seus residentes.

**GEOPARQUE:** área territorial com limites claramente definidos, que inclui um notável geopatrimônio (patrimônio geológico), associado a uma estratégia de gestão e desenvolvimento sustentável, tendo como premissas básicas educação, conservação e turismo. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um geoparque.

**Ramo de trabalho e pesquisa**

Para geólogos, geógrafos, ecólogos, turismólogos, engenheiros ambientais, engenheiros florestais, arquitetos, administradores, cientistas sociais, historiadores, entre outros.

geodiversidade - geodiversity - geodiversité - geodiversidad - geodiversität

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

## ANEXO 2: Folder Geoparque Seridó



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## ANEXO 3: Literatura de Cordel do Geoparque Seridó



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **A INCLUSÃO SOCIAL PELO LAZER: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “CAMPUS TOUR: A INCLUSÃO SOCIAL PELO LAZER PARA JOVENS DO BAIRRO DOM BOSCO VIA VISITAÇÃO A EQUIPAMENTOS DE LAZER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA”**

Monalisa Barbosa Alves

Edwaldo Sergio dos Anjos Junior

### **RESUMO**

O presente trabalho é resultado de reflexões inseridas no âmbito do projeto de extensão “Campus Tour: a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitação a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)”. Constitui um relato de experiência no intuito de apresentar o projeto e contribuir com a discussão em torno da inclusão social pelo lazer. O turismo, quando encarado dentro da ótica da educação para o lazer e da inclusão social, pode se tornar uma importante aliada na transformação da realidade de pessoas que não se caracterizam exatamente pelo gozo pleno dos direitos da cidadania. Na prática do lazer podem ser geradas oportunidades significativas de criação, espontaneidade, desinteresse, fruição e cidadania. Contudo, considerando-o como um direito social, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. Neste sentido, o projeto de extensão Campus Tour tem como objetivo permitir que jovens, vinculados ao Instituto Profissional Dom Orione, em sua ampla maioria residentes no bairro Dom Bosco, em contexto de vulnerabilidade social, possam experimentar vivências de lazer eivadas de um caráter turístico no campus da UFJF. Mediante as atividades desenvolvidas, aponta-se como resultados não só o conhecimento sobre os espaços e equipamentos da UFJF, mas, sobretudo, o fomento a democratização e apropriação desses espaços, o fortalecimento de vínculos entre os membros e o reconhecimento de suas relações com a universidade, o patrimônio e a cidade.

**PALAVRAS CHAVE:** Lazer; Inclusão social; Extensão; Universidade Federal de Juiz de Fora.

### **ABSTRACT**

The present work is the result of reflections inserted in the scope of the extension project "Campus Tour: the social inclusion by the leisure for young people of the neighborhood Don Bosco via visitation to leisure equipment of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF)". It is an experience report in order to present the project and contribute to the discussion about social inclusion through leisure. Tourism, when viewed from the point of view of leisure education and social inclusion, can become an important ally in the transformation of the reality of people who are not characterized

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

by the full enjoyment of the rights of citizenship. In the practice of leisure can be generated significant opportunities of creation, spontaneity, disinterest, enjoyment and citizenship. However, considering it as a social right, its settings should not represent any kind of privilege. In this sense, the Campus Tour extension project aims to allow young people, linked to the Don Orione Professional Institute, in their vast majority residing in the Don Bosco neighborhood, in a context of social vulnerability, to experience leisure experiences that are of a tourist nature in the campus of UFJF. Through the activities developed, the results are not only knowledge about the spaces and equipment of the UFJF, but, above all, the promotion of democratization and appropriation of these spaces, the strengthening of ties between the members and the recognition of their relations with the university, heritage and the city.

**KEYWORDS:** Recreation; Social inclusion; Extension; Juiz de Fora Federal University.

## INTRODUÇÃO

Quando pensa-se em lazer e, mais precisamente, em espaços de lazer na atualidade, é preciso pensar em todo o contexto que envolve tal atividade. O lazer é, assim como o turismo, uma construção social, mediada por lógicas culturais distintas e também um fato histórico.

A Revolução Industrial foi responsável pela separação dos espaços – espaço do trabalho, espaço da família, espaço do lazer. Somente após a Revolução Industrial, que instaurou um *ethos* (GEERTZ, 1978) do trabalho e dividiu o mundo entre o campo do trabalho e o tempo do não-trabalho, o lazer emerge como algo bastante significativo na vida das pessoas. Desde então, o lazer ampliou-se e cresceu de valor, achando-se em plena expansão. Segundo Gutierrez (2000) não se pode dizer que o lazer, como objeto de estudo, esteja ressurgindo no cenário contemporâneo. O que acontece é que sua importância cresce a olhos vistos e o lazer pode vir a ocupar o centro das preocupações de muitos pesquisadores das ciências humanas. Os espaços de lazer tornam-se cada vez mais numerosos e são cada vez mais procurados por todas as camadas da população.

Para Dumazedier (1973, p. 272) “o lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma nova felicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura”. Ao analisar os aspectos educativos do lazer, Marcellino (1987, p. 63) destaca-o “como um dos possíveis canais de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social”.

Assim, compreendendo o lazer como um campo possível de sensibilização, conhecimento e mobilização político-pedagógica, em 2017, é desenvolvido no âmbito do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto de extensão “Campus Tour (Tour pelo campus): a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitação a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)”. O projeto surge com o intuito de trabalhar a inclusão social pelo lazer, utilizando a visitação guiada como ferramenta para a democratização dos espaços da UFJF. Neste sentido, visa permitir que 50 jovens de 7 a 14 anos, vinculados ao Instituto Profissional Dom Orione (IPDO), em sua ampla maioria residentes no Bairro Dom Bosco<sup>8</sup>, em contexto de vulnerabilidade social, possam experienciar vivências de lazer eivadas de um caráter turístico no campus da UFJF.

Ademais, o público alvo é composto por crianç s e adolescentes vulneráveis à pobreza relacionada a fatores da conjuntura econômica e social como são os casos de mulheres que chefiam a família, a separa o conjugal ou mesmo abandono de filhos em processos autodestrutivos (dependência química, violências etc), grávidas na adolescência e o elevado  ndice de analfabetismo funcional entre eles.

O Instituto Profissional Dom Orione   uma obra social da pequena Obra da Divina Providência (Congrega o de Dom Orione) que realiza atividades filantrópicas, de caráter beneficente, educativo, cultural e de assistência social há 62 anos em Juiz de Fora. Desde de janeiro de 2008, o Instituto atua formalmente na área de Prote o Social Básica a crianç s e adolescentes, através do convênio celebrado com o município de Juiz de Fora com interveniência da Secretaria de Política Social. Hoje, o IPDO atende cerca de 50 crianç s e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos proporcionando auxílio nutricional (café da manhã, almoço e lanche vespertino)

---

<sup>8</sup>Dom Bosco   um bairro situado na zona central do município [brasileiro](#) de [Juiz de Fora](#), no estado de [Minas Gerais](#). O bairro tem 4.735 habitantes (IBGE, 2010), sendo que há um predomínio da popula o negra (preta/parda), sobre as demais, constituindo um total de 69,04% dos seus residentes. Traz em seu cotidiano um mix de pobreza, segregaa o social e racial e ao mesmo tempo o seu em torno vem recebendo ao longo dos anos altos investimentos imobiliários, o que tem ocasionado uma pressão sobre os moradores para a sua remo o (BARRETO, 2017).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

atividades ludopedagógicas, futebol (masculino e feminino), recreação, acesso à informática, musicalização e campanhas educativas.

É importante destacar que o projeto está vinculado ao Programa de Extensão Boa Vizinhança, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, cujo principal objetivo é a inclusão, correlação social e fortalecimento da relação entre a população dos bairros vizinhos e UFJF, numa perspectiva ética e social do papel da universidade frente a sociedade.

Acredita-se que a extensão universitária propicia a relação universidade e sociedade a partir do conhecimento gerado em ambos os espaços e se caracteriza pela práxis apoiada no conhecimento científico, cultural, educativo e na sua atuação como importante ente para o projeto de desenvolvimento da cidadania, com base na ética, na inclusão social, na democratização do acesso à produção humana, na redução das desigualdades sociais e no desenvolvimento sustentável (COIMBRA; SOUZA, 2007).

Assim, mediante as atividades desenvolvidas o projeto busca problematizar, junto aos jovens, questões como inclusão/exclusão social, patrimônio cultural, experiências de lazer, práticas esportivas, contato com a natureza, bem como refletir acerca da própria relação que guardam com a UFJF.

O projeto é relevante, na medida em que os grupos envolvidos, a despeito do preceito constitucional que concebe o lazer como um direito social, não é, integralmente, acessível a essa população, naquilo que Marcellino (2007) considera como uma situação ideal, em que as populações possam vivenciar diferentes experiências de lazer, de maneira a alargar seu repertório cultural referente ao tema, expandindo, assim, seus horizontes de possibilidades dentro da própria cidade.

Cabe ressaltar que não há práticas ligadas ao turismo dentre os indivíduos, sobretudo no que diz respeito a algo a ser realizado na própria cidade, especialmente em espaços por eles pouco acessados. Nesse sentido, há aí uma justificativa concernente a possibilitar não apenas o usufruto de um direito, mas, antes de qualquer coisa, refletir sobre certos condicionantes simbólicos e materiais (porque também

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

socioeconômicos) que perpassam as áreas do lazer e do turismo, fatalmente os associando ao consumo.

Contudo, este projeto vai na contramão dessa árdua realidade, tal como concebida por Gomes (2008) ao estimular experiências de lazer e turismo com claro viés social, de maneira a não apenas provocar novas reflexões e inusitadas experiências, mas, quem sabe, contribuir para o fortalecimento de vínculos entre os membros, por intermédio do (auto) (re) conhecimento de si próprios e de suas relação com a cidade e com o patrimônio.

De acordo com Gomes (2008, p.10),

para superar essas dificuldades é necessário desenvolver um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado que reconheça o lazer como um campo possível de sensibilização, conhecimento e mobilização político-pedagógica em nossa sociedade, no sentido de compreendê-la para ajudar a torná-la mais humana e democrática.

Por último, destaca-se o fato de jovens do Dom Bosco, em situação de vulnerabilidade social, se relacionarem com o campus da UFJF de uma maneira mais natural, enriquecedora, até certo ponto mais ampla, na medida em que se dará acesso a espaços pouco usufruídos por eles, contribuindo para que haja uma diminuição do tom pejorativo que é comumente vinculado a esses educandos.

Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010, p.12) nos lembram que o lazer, a partir da Constituição Federal de 1988, passa a gozar do estatuto de um direito social, o que implicaria que seu usufruto tenderia a fomentar a cidadania, compreendida, a partir da contribuição de Pinsky e Pinsky (2003, p.46) como “sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população”, além da busca pelos direitos à população garantidos. Ademais, Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010) asseveram que há, em curso, um conjunto de discursos que associam as experiências do lazer ao consumo, todavia, o momento demanda o esforço, “por uma sociedade mais justa e inclusiva e pelo direito de acesso ao patrimônio cultural coletivamente construído” (GOMES; PINHEIRO; LACERDA, 2010, p.13).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Contudo, a relevância deste artigo reside no fato deste buscar dar visibilidade, compartilhar práticas e experiências e propor refletir sobre o papel do turismo na promoção da igualdade de oportunidades, da equidade, da solidariedade e do exercício de cidadania; da inserção de pessoas e grupos que por motivos variados podem ser considerados excluídos da fruição do turismo. Para tanto, este artigo constitui um relato de experiência do projeto de extensão “Campus Tour (Tour pelo campus): a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitação a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora”.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho consiste em um relato de experiência vivenciada pelos membros do projeto de extensão “Campus Tour (Tour pelo campus): a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitação a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora”.

No que se refere à sistematização da organização e realização das atividades propostas, esta consiste em visitas aos equipamentos de lazer e projetos da UFJF; e, dinâmicas e oficinas dialógicas. Em um primeiro momento, através do diálogo e uma prévia aproximação, buscou-se compreender as curiosidades dos jovens do Instituto a respeito dos espaços da UFJF e elaborou-se assim, um roteiro próximo às expectativas. A partir disso, buscou-se realizar um mapeamento dos possíveis locais para visitas.

Durante as visitas, inspirados pelos pressupostos da Educação Patrimonial, realiza-se, juntamente com os mediadores de dadas instituições usar linguagens acessíveis e que despertem a curiosidade dos grupos, porém, estimulando a criticidade e a flexibilidade sobre si próprios, a UFJF e o mundo à sua volta. Nesse ínterim, como princípio básico da educação patrimonial: trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

Assim, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA et al, 2004).

As visitas ocorreram quinzenalmente e alternadas à dinâmicas e oficinas dialógicas que, realizadas nas dependências do IPDO, tem como objetivo o fortalecimento do vínculo entre a equipe e os jovens do Instituto, assim como propor reflexões sobre representações do campo, temas e categorias ligadas as visitas e vivencias do grupo.

As oficinas têm duração de duas horas e são sempre em círculo, de maneira, novamente inspirados na contribuição de Freire, valorizar que há uma pedagogicidade na disposição do espaço e, acrescenta-se, nas condutas dos participantes. Portanto, essa relação horizontal tende a ser estabelecida desde o começo e, evocando o pressuposto da ludicidade, linguagem preponderante do lazer, sempre haverá, nas oficinas, o estímulo ao lúdico, à imaginação, a novos sentidos, por intermédio de “dinâmicas” iniciais e do uso de desenhos; colagem; fotografias; recortes de jornais e revistas; vídeos, de maneira a aprender sentidos não apenas sobre os locais a serem visitados, mas, também problematizar temas correlatos aos espaços de visitação.

Importa deixar claro que a base de estudos para o desenvolvimento do projeto se deu com a leitura das obras Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, e Horizontes latino-americanos do lazer, de Christianne Gomes e Rodrigo Elizalde.

Contudo, com o objetivo de relatar a experiência do projeto de extensão “Campus Tour (Tour pelo campus): a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitação a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora” o presente trabalho buscou introduzir a temática do lazer e inclusão social; e, apresentar a experiência do projeto de extensão Campus Tour.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A UFJF é, atualmente, um espaço privilegiado para a vivência do lazer, na medida em que, ao longo dos últimos anos, acabou por se consolidar como uma área

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que contempla uma gama de museus, academia ao ar livre, jardim sensorial, pista de skate, de corrida, ciclovia, praça cívica, além de uma área verde capaz de contemplar uma gama de práticas, como piqueniques, esportes, encontros de grupos de adolescentes etc. Aliás, a própria Universidade defende a valorização da cultura também em seu campus, por intermédio de atividades de lazer, em especial àquelas ligadas à arte, ao patrimônio e à memória.

Todavia, a despeito da existência desses equipamentos de lazer contidos no campus, parece importante ressaltar que, para usufruir deles, não basta apenas a sua existência, na medida em que Marcellino (2007) lembra que há em voga um processo de intensificação das vivências do lazer em espaços privados ou no espaço doméstico. Além disso, o sociólogo pondera que uma cidade que contemple as necessidades simbólicas de seus cidadãos deve, necessariamente, ser encarada sob uma ótica mais plural, na medida em que não apenas o centro comercial ou os grandes atrativos turísticos devam ser priorizados pela administração pública. Antes, ele considera que,

a participação comunitária é fundamental para o conhecimento do valor do ambiente e da cultura, e para o incentivo a um comportamento destinado à preservação, valorização e revitalização urbanas (MARCELLINO, 2007, p. 17).

Posto isso, para que o campus da UFJF seja usufruído também por uma parcela da população que, ou pretere esse espaço diante da dificuldade em acessá-lo simbolicamente, ou que é taxada como *persona non grata*, faz-se necessário que, para uma apropriação coletiva do patrimônio da Universidade, seja ele urbano, ambiental ou cultural, que haja a participação dos cidadãos (MARCELLINO, 2007) junto às dinâmicas levadas a efeito nesses espaços. Ou seja, retomando a célebre sentença de Aloisio Magalhães, “só se preserva aquilo que se ama, só se ama aquilo que se conhece”, com o patrimônio cumprindo importante papel, também, na revitalização dos espaços e equipamentos, colaborando de maneira significativa para uma vivência mais rica da cidade.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1979, p.91) aponta que essa prática, em geral, possui: i) um caráter liberatório, no qual o indivíduo tem o livre arbítrio de escolher a que se dedicar, já que está usufruindo seu tempo disponível das obrigações; ii) um caráter desinteressado, uma vez que o lazer não está fundamentalmente ligado a nenhum fim lucrativo, ideológico ou proselitístico; iii) uma dimensão hedonística, em que o objetivo do indivíduo é atingir um estado de satisfação; iv) um caráter pessoal, em que o sujeito busca atender suas próprias necessidades. Dumazedier afirma ainda (1979, p.92) que, além do divertimento e do descanso, que são componentes evidenciados por Marcellino (1996, p.24), o lazer propicia, também, o desenvolvimento pessoal e social, através de atividades correlacionadas aos cinco conteúdos culturais por ele categorizados em sua pesquisa, como os interesses físicos, os práticos e os artísticos.

Porém, Marcellino (1996, p.17), em estudos posteriores, adiciona, ainda, um sexto interesse, o turístico, considerado aqui como uma vivência do lazer que, inclusive pode ser realizado na própria cidade de residência do indivíduo, visto que as duas categorias centrais dessa percepção, o deslocamento e a diferença/alteridade estariam contempladas.

O que se coloca portanto é que, seja um jovem do bairro Dom Bosco, seja um cidadão do bairro Santo Dumont, Nova Germânia ou oriundos de bairros do entorno do campus da UFJF, a relação que ele tende a estabelecer com equipamentos de lazer contidos na universidade tende a ser enviesado para uma espécie de experiência turística, na medida em que são localidades distantes da rotina dessas pessoas, gozando, portanto, para eles, de um caráter extraordinário, exótico, distinto porque não familiar.

Tal concepção que permite conceber uma experiência turística na própria cidade de residência das pessoas é defendida no trabalho “Fazer turismo em sua própria cidade: notas para uma antropologia do city tour do projeto “Viver Juiz de Fora – descubra esta cidade”, do antropólogo Euler David Siqueira em parceria com Aline Imaculada da Silva. Aliás, são os próprios autores supracitados que nos lembram que em nossa própria sociedade, há setores, níveis, espaços, grupos e situações onde desconhecemos em grande parte o que pensam, sentem e desejam sujeitos ou

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

grupos que, a princípio, nos são tão próximos e familiares. À medida em que tomamos consciência de que em uma sociedade moderna há uma variação incrível de linguagens simbólicas.

Foi com esta perspectiva que o projeto Campus Tour surgiu. As atividades tiveram início em junho de 2017 e até o momento foram realizadas sete visitas a equipamentos da UFJF, dentre eles projetos da Faculdade de Engenharia: Rinobot<sup>9</sup>, Supernova Rocketry<sup>10</sup>, Escuderia<sup>11</sup> e Microraptor<sup>12</sup>; Museu da Farmácia; projeto de extensão Centro Regional de Iniciação ao Atletismo (CRIA), da Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID); e, Escola de Circo do Colégio de Aplicação João XXIII (Conforme figuras abaixo). As visitas contaram com uma média de 20 jovens.

### **Figura 1: Visita ao Rinobot.**

---

<sup>9</sup>Equipe de Robótica da UFJF.

<sup>10</sup>Equipe de Foguetemodelismo da UFJF.

<sup>11</sup>Equipe de Fórmula SAE da UFJF.

<sup>12</sup>Equipe de Aerodesign das UFJF.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



**Figura 2: Visita ao Supernova Rocketry.**

**Figura 3: Visita ao projeto de extensão CRIA, FAEFID.**



Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Figura 04: Visita a Escuderia**



**Figura 05: Visita a Escola de Circo**



Importa considerar que este projeto não apenas legitima o preceito de conceber a criança como um sujeito pleno, em consonância com a valorização da infância apregoada não apenas pela Constituição Federal de 1988, mas também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Posto isto, é possível afirmar que o projeto contribui, de maneira efetiva, para superar uma lógica corrente na Cidade Alta que associa as crianças e adolescentes, via de regra negros, a riscos sociais contra o patrimônio e contra a individualidade. Além disso, este projeto visa permitir o empoderamento desses sujeitos, ainda que indiretamente os familiares dos jovens, estimulando que membros das comunidades ali contempladas possam (re) valorizar a si próprios e atores outros do seu passado ou mesmo do seu convívio, mediante o conhecimento de outras área de lazer, minimizando assim a exclusão social, que, neste caso, se dá via a marginalização desses sujeitos e certa dificuldade simbólica dos mesmos em acessar determinados espaços e vivenciar certas experiências.

Por último, ressalta-se que um dos impactos possíveis é que os territórios da Cidade Alta possam, mediante a sensibilização prevista, estimular nos sujeitos que eles são capazes e que detêm saberes e anseios relevantes, não sendo piores que os saberes acadêmicos, mas sim inerentemente ligado a outros registros culturais.

Neste sentido, retoma-se Dumazedier (1999), ao afirmar que o espaço de lazer, tanto quanto espaço cultural, é um espaço social onde se entabulam relações

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

múltiplas entre seres humanos, grupos específicos e classes sociais. Esse espaço deve, ao mesmo tempo, respeitar, desenvolver as diversidades culturais dos indivíduos, reduzir as diferenças e as disparidades. Assim,

alternativamente determinado e determinante, numa relação dialética que evolui com as mudanças da sociedade e da cultura, o lazer tende a transformar aos poucos nossas maneiras de sentir, pensar e agir. [...] Em todos os setores da vida de lazer se elaboram novos valores nas relações do homem com a natureza, do homem com os outros, do homem consigo mesmo, o seu corpo, seu coração, seu espírito (DUMAZEDIER, 1999, p. 172-173).

O autor entende lazer como elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, possuindo relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família, da política, da vida. O lazer é um fenômeno que tem consequências sobre a cultura, a qualidade de vida. É mais que um simples complemento do trabalho, é uma fonte de produção de novos valores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática do lazer podem ser geradas oportunidades significativas de criação, espontaneidade, desinteresse, fruição e cidadania. Considerando-o como um direito social, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. A ideia de turismo, quando encarada dentro da ótica da educação para o lazer e da inclusão social, pode se tornar uma importante aliada na transformação da realidade de pessoas que não se caracterizam exatamente pelo gozo pleno dos direitos da cidadania. Alba Zaluar(1994, p. 60) pontua que “impedir alguém ou uma classe de pessoas de dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos da aquisição da cultura e da sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito ou desinteressado”.

Contudo, no âmbito do projeto de extensão “Campus Tour: a inclusão social pelo lazer para jovens do bairro Dom Bosco via visitaçao a equipamentos de lazer da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)” foi possível perceber que até o momento, os resultados vão ao encontro do objetivo proposto ao proporcionar não só

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

o conhecimento sobre os espaços e equipamentos da UFJF, mas, sobretudo, ao fomentar a democratização e apropriação desses espaços, o fortalecimento de vínculos entre os membros e o reconhecimento de suas relações com a universidade e o patrimônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, A. C. J. O negro na cidade: um estudo no bairro Dom Bosco em Juiz de Fora (MG). **Revista da ABPN**, v. 9, n. 22, 2017. p.465-489

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COIMBRA, A. L.; SOUZA, M. B. Princípios e ações em economia solidária: a Intcoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. **Revista Proposta**. 2007. Disponível em: <http://http://fase.org.br/wpcontent/uploads/2014/08/proposta-112-final.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

COSTA, E. P. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100p.

DELGADO, M. **Conteúdos culturais do lazer: presença e aplicabilidade na hotelaria**. São Paulo, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer: a dinâmica produtora do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1973.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978

GOMES, C.L. Lazer - Concepções. In: GOMES, C.L.(Org) **Dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autentica 2004.

\_\_\_\_\_. **Lazer, Trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GUTIERREZ, G. L. Lazer, Exclusão Social e Militância Política. In: BRUHNS, Heloisa Turini (Org.) **Temas sobre Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000. 155 p.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ISAYAMA, H.F. Formação profissional. In: GOMES, C.L. (Org) **Dicionário crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autentica 2004.

LEITE, M. I.; OSTETTO, L. E. (orgs.). **Museu, educação e cultura: encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N.C. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Editores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estudos do Lazer: uma introdução**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lazer e Cultura**. Editora Alínea. Campinas – SP, 2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Ed. UFMG; Território Brasília, Belo Horizonte 2002.

REDDIG, A. B.; LEITE, M. I. **O lugar da infância nos museus**. Musas (IPHAN), v. 1, p. 32-41, 2007.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SIQUEIRA, E. D.; ALVES, B. M.; OLIVEIRA, V. C. S. Turismo, cultura e lazer: significado e usos sociais do Parque do Museu Mariano Procópio. **Revista Contemporânea**, nº7, 2006.

SIQUEIRA, E. D.; SILVA, A.I. Fazer turismo em sua própria cidade: notas para uma antropologia do city tour do projeto “Viver Juiz de Fora – descubra esta cidade. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN. 2008

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. Campinas, SP: Ed. Escuta, 1994.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **A RELAÇÃO DO TURISMO *VERSUS* PARQUES PÚBLICOS DA/CIDADE DE ARACAJU/SE, BRASIL, SOB A ÓTICA DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS**

Cristiane Alcântara de Jesus Santos

Larissa Prado Rodrigues

### **RESUMO**

Os parques públicos crescentemente têm sido considerados importantes atrativos turísticos de variados destinos e, portanto, incluídos em roteiros turísticos que privilegiam o espaço urbano. Esse cenário já é evidente em diversas cidades brasileiras e mundiais, em que os agentes turísticos adotam os parques públicos enquanto estratégia para propagar destinos sob o viés da sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida. No entanto, na cidade de Aracaju, Sergipe, há a problemática da ínfima apropriação desses espaços pelo mercadoturístico que, ao ignorar e/ou desconhecer a importância desses equipamentos enquanto potenciais atrativos e espaços para/pelo o turismo, são causadores diretos da cristalização e pouca diversificação dos elementos constituintes da oferta turística. Neste sentido, o presente estudo possui como objetivo compreender o caráter paradoxal da dinâmica do turismo em relação aos parques públicos da cidade de Aracaju sob a ótica dos agentes públicos e privados, ligados (in) diretamente com a atividade turística local. Para tanto, adotou-se a pesquisa qualitativa que incluiu o levantamento bibliográfico e a realização de entrevistas estruturadas com agentes públicos e privados inseridos no trade turístico de Aracaju. Como principais conclusões, averiguou-se a demanda pela constituição de um planejamento integrado com o estabelecimento de amplo diálogo entre as gestões dos parques públicos com o *trade* turístico, a fim de que discussões sejam fomentadas e os diferentes pontos de vista explanados e considerados na (re) construção e renovação dos roteiros turísticos para a cidade de Aracaju.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parques Públicos. Consumo. Agentes Turísticos. Turismo. Espaço Urbano.

### **THE RELATIONSHIP OF TOURISM *VERSUS* PUBLIC PARKS IN THE CITY OF ARACAJU/SE, BRASIL, UNDER THE OPTICS OF PUBLIC AND PRIVATE AGENTS**

#### **ABSTRACT**

The public parks have been increasingly considered important tourist attractions of various destinations and, therefore, included in touristic itineraries that privilege the urban space. This scenario is already evident in several cities on the Brasil and of world in that tourism agents adopt public parks as a strategy to propagate destinations under the bias of environmental sustainability and quality of life. However, in the city

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

of Aracaju, Sergipe, there is the problem of the little appropriation of these spaces by the tourist market, which, by ignoring the importance of these equipments as potential attractions and spaces for the tourism, are responsible by crystallization and little diversification of the constituent elements of tourism offer. In this sense, the purpose of this study is to understand the paradoxical nature of the tourism dynamics in relation to the public parks of the city of Aracaju from the perspective of agents public and private, (in) directly linked to the tourist activity local. To do so, we adopted the qualitative research that included the bibliographic survey and the accomplishment of interviews structured with public and private agents included in the tourist trade of Aracaju. As conclusions, we check that there is a demand of an integrated planning with the establishment of a wide dialogue between the public parks and the tourist trade, so that discussions will be promoted and the different points of view explained and considered in the (re) construction and renovation of tourist itineraries to the city of Aracaju.

**KEYWORDS:** Publics Parks. Consumption. Tourist Agents. Tourism. Urban Space.

## INTRODUÇÃO

Os parques públicos compõem a dinâmica dos espaços urbanos, no qual influenciam e são impactados pelas diversas complexidades e paradoxos que rondam o cenário das grandes cidades contemporâneas. Ademais, são visitados com vistas à contemplação, sociabilização, educação, lazer, recreação e, dado a sua multiplicidade de sentidos e funções – em que se destacam a ecológica, estética e de lazer (GUZZO, 1999 apud LOBODA; ANGELIS, 2005) –, passa a agregar, mais recentemente, a perspectiva de uso e consumo pela atividade turística.

No entanto, apesar de os parques públicos serem considerados em diversos destinos turísticos como efetivos e consolidados atrativos, na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil, instaura-se uma grande problemática no que tange ao uso e apropriação dos três parques públicos existentes na localidade pelos agentes do mercadoturístico. Isto porque estes agentes ignoram e/ou desconhecem a importância desses equipamentos enquanto potenciais atrativos e espaços para/pelo o turismo, sendo, deste modo, causadores diretos da cristalização e da pouca diversificação dos elementos que vêm a constituir o conjunto da oferta turística local.

A afirmação supracitada parte dos estudos empreendidos por Rodrigues e Santos (2016; 2017a; 2017b) nos quais foi constatada, através de pesquisas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

realizadas *in loco*, a ínfima presença de demanda turística nos parques públicos da cidade de Aracaju, justificando-se a realização de novas investigações que visem analisar as razões pelas quais os agentes condutores e direcionadores da dinâmica da atividade turística, especificamente, ainda relutam em incluir esses espaços nos roteiros turísticos existentes na cidade, sobretudo, nos *cities tours*<sup>13</sup>.

Neste sentido, o presente estudo apresenta como objetivo compreender o caráter paradoxal – uma vez que há disparidades e complexidades que circundam o (não) consumo desses equipamentos constatadas anteriormente – da dinâmica do turismo em relação aos parques públicos da cidade de Aracaju sob a ótica dos agentes públicos e privados ligados (in) diretamente com a atividade turística local.

## METODOLOGIA

A investigação aqui apresentada foi pautada na pesquisa qualitativa, uma vez que permite a captação de subjetividades com abrangência para compreender, interpretar e justificar as situações, fatos e fenômenos (MICHEL, 2009). A partir da adoção da pesquisa qualitativa, primordialmente, adotou-se a técnica de levantamento bibliográfico, a fim de buscar referências que dissertassem acerca da importância dos parques públicos na contemporaneidade enquanto espaços públicos de lazer e turismo.

Além disso, se fez necessária a revisão dos estudos realizados por Rodrigues e Santos (2016; 2017a; 2017b) acerca dos parques públicos da cidade de Aracaju enquanto espaços públicos de lazer e turismo na perspectiva da produção e consumo, nos quais as complexidades e paradoxos identificados pelas autoras tornaram-se basilares para o levantamento da problemática que direcionou o objetivo instituído e proposto neste artigo.

Sendo assim, a técnica de aplicação de entrevistas foi indispensável para a coleta de dados e informações que subsidiassem respostas às lacunas ainda existentes entre os parques públicos e a atividade turística da cidade de Aracaju.

---

<sup>13</sup>O *city tour* é um tipo de roteiro turístico realizado no espaço urbano que percorre e permite o reconhecimento os principais atrativos turísticos de uma cidade.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Deste modo, foram selecionados como públicos-alvo uma guia de turismo, uma consultora de viagens e os gestores dos respectivos parques públicos investigados.

A guia de turismo foi selecionada enquanto importante agente privada a subsidiar o encontro de respostas que atingissem o objetivo proposto ao considerar que estes profissionais lidam diretamente com a demanda turística ao encaminhá-los aos diversos atrativos da cidade, sendo assim capazes de explicitar as dinâmicas da atividade turística em relação aos três parques públicos existentes na cidade.

Já a participação da consultora de viagens, enquanto igualmente agente privada, foi pautada tendo em vista que as agências de viagens do segmento de receptivo são as responsáveis por “planejar”, promover e realizar/executar roteiros turísticos com passeios de cunho natural e cultural no destino. Portanto, essa agente privada está apta a demonstrar as razões da não apropriação em relação aos parques públicos sob a perspectiva e visão do mercado turístico.

Finalmente, foram entrevistados os agentes públicos, ou seja, os gestores dos parques investigados, considerando que, por participarem ativamente das atividades de planejamento e gestão dos mesmos, poderiam trazer informações significativas quanto às relações com a atividade turística local, sobretudo no que tange aos (não) usos.

Os roteiros de entrevistas estruturados continham em média seis perguntas. Todas as entrevistas foram registradas por meio de gravador de áudio com autorização prévia dos entrevistados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, optou-se por ocultar a identidade dos entrevistados devido o caráter e teor das informações que foram apresentadas, visando não comprometê-los.

## **A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES PÚBLICOS ENQUANTO ESPAÇOS DE LAZER DE TURISMO**

Os parques públicos contemporâneos são fruto e produto de uma longa trajetória histórica. Criados com vistas a exercer a função estética e de proporcionar qualidade de vida para a aristocracia. Capel (2002, p. 5) menciona que até o século

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

XVIII, os jardins e parques públicos eram “paraísos privados, construídos pela realeza, aristocracia e, mais tarde, a burguesa para seu uso particular. Lugares para o descanso e o retiro deleitoso, para a alegria privado e o jogo amistoso, para a ostentação e o repouso”.

A partir da revolução industrial, século XVIII, têm-se uma mudança significativa de paradigma, no qual estes espaços adquiriram diversos novos exercícios com as perspectivas de usos e apropriações propostos pelas várias classes sociais que passaram a utilizar esses equipamentos de forma coletiva.

Sob esse prisma, Melo e Dias (2012, p. 7) ressaltam que os parques públicos tornaram-se “importantes para a qualidade de vida das pessoas, preservação da natureza, história da vida cotidiana, configuração espacial e influenciam na estrutura urbana das grandes cidades”. Deste modo, os parques públicos são espaços de lazer constituintes da paisagem urbana que se encontram em meio às características, elementos, funções, configurações, processos, paradoxos, conflitos, contradições e crises das cidades contemporâneas.

Esses equipamentos apresentam grande importância social no contexto citadino, uma vez que são entendidos como espaços de lazer que exercem funções socioambientais ao proporcionar àqueles que os visitam a aproximação com a natureza, a prática de atividades físicas e de sociabilização etc., tidos pelos usuários-cidadãos como uma forma eficaz, mesmo que temporária, de fuga dos males da modernidade refletidos na configuração do espaço urbano e que assolam o cotidiano dos indivíduos (GOMES, 2013).

Concomitantemente, os parques públicos urbanos são espaços com grande potencial para as práticas turísticas, tendo em vista que os turistas podem conhecer novos espaços de lazer que caracterizam e revelam aspectos identitários dos destinos turísticos. Na perspectiva do turismo, os parques públicos crescentemente têm sido considerados importantes atrativos turísticos de variados destinos e, portanto, incluídos em roteiros turísticos que privilegiam o espaço urbano. De acordo com Kiyotani, Rocha e Paes (2014, p. 44),

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A apropriação dos parques urbanos pelo turismo amplia o leque de funções que os são atribuída. Sua utilização como ferramenta de lazer e recreação, bem como a gama de atividades que podem ser desenvolvidas nesses espaços lhe conferem grande potencial para o seu desenvolvimento como produto turístico de uma localidade.

Esse cenário já é evidente em diversas cidades brasileiras e mundiais que adotam os parques públicos não somente como atrativos turísticos, mas igualmente enquanto estratégia para propagar destinos sob o viés da sustentabilidade ambiental e da qualidade de vida, considerando as preferências e valores defendidos pelos exigentes turistas contemporâneos que abarcam e exigem posturas responsáveis quanto às perspectivas socioambientais de fornecedores de produtos turísticos (KIYOTANI; ROCHA; PAES, 2014). Deste modo, os agentes ligados ao *trade* têm se apropriado desses espaços públicos de lazer para as práticas turísticas, constituindo novos territórios turísticos circunscritos nas áreas verdes do espaço urbano.

Para o turismo, os parques públicos se destacam por oferecer atratividades relacionadas à paisagem, manifestações culturais, historicidade, arquitetura e atividades lúdicas, características que são enfatizadas e presentes nos elementos constituintes da oferta turística. Com isso, o turista ao visitar os parques públicos de uma localidade pode experienciar e vivenciar não somente momentos de lazer e recreação, mas também passar por processos de aprendizagem ao apreciar a natureza diferenciada do seu local de origem, pois os parques públicos adaptam-se “às utilizações pelos setores turísticos os quais podem trabalhar esse contato com o meio natural como uma forma de introduzir a preservação e educação ambiental” (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 68 apud BARRETO et. al., 2010, p. 25), além dos fatores relacionados aos aspectos sócio-histórico-culturais.

De mesmo modo, ao se deparar com a forma como os parques públicos urbanos estão estruturados, o turista pode (re)conhecer o modo de vida e cultura da localidade através das manifestações culturais, dos elementos históricos e arquitetônicos, e as atividades lúdicas que compõem esses equipamentos, o que contribui para apontar e reforçar a identidade local, a fim de tornar a experiência e vivência dessa demanda mais rica dentro da cidade e do contexto do destino turístico. Spirn (1995, p. 28 apud MELO; DIAS, 2012, p. 6) ratifica essa perspectiva ao afirmar

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que “o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade”, auxiliando na criação e/ou fortalecimento da imagem do destino turístico.

Neste sentido, a função turística exercida pelos parques públicos urbanos já é realidade em muitos destinos turísticos. Em escala internacional, o Central Park é sobremaneira salientado enquanto um dos parques urbanos mais visitados em todo o mundo. Entre as cidades brasileiras se destacam Curitiba, capital do estado de Paraná, com os Parques Tanguá, Tingui e Barigui, alvos de forte estratégia de promoção turística; e São Paulo, com o Parque do Ibirapuera, consolidado atrativo turístico.

## OS PARQUES PÚBLICOS DA CIDADE DE ARACAJU/SE

A cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, Brasil, possui três parques públicos urbanos, respectivamente nomeados de Parque da Cidade (**figura 1**), Parque da Sementeira (**figura 2**) e Parque dos Cajueiros (**figura 3**). Embora circunscritos no mesmo município os parques possuem distinções, fator que lhes conferem aspectos e configurações singulares.

Figura 1 – Parque da Cidade	Figura 2 – Parque da Sementeira
 A photograph of Parque da Cidade in Aracaju, showing a large, mature tree in the foreground, a body of water, and a building in the background. A timestamp '10/09/2012 10:38' is visible in the bottom right corner of the image.	 An aerial photograph of Parque da Sementeira in Aracaju, showing a large green area with a river, a road, and modern buildings in the background.
Fonte: Amanildo Rezende, 2012	Fonte: Sergipe Turismo, 2012

O Parque José Rollemberg Leite, popularmente conhecido como o Parque da Cidade, está localizado no Bairro Industrial, zona norte da capital Aracaju. O parque

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

apresenta enquanto principais equipamentos e atrativos de/para visitaço: o zoológico com animais diversos; o teleférico que encaminha os visitantes para o ponto mais alto do parque; e espaços livres diversos, em que se destacam a fauna e a flora apropriadas de diversas formas pelos usuários do parque (para piqueniques, descanso, aprecia o, fotografias, entre outros).

O segundo parque público é o Parque Augusto Franco, comumente conhecido como Parque da Sementeira, que está localizado no bairro 13 de Julho, zona sul, área nobre da cidade de Aracaju. Dentre os principais atrativos estão os lagos artificiais; eventos culturais; a Casa da Ciência e Tecnologia Galileu Galilei (CCTECA), mais conhecida como Planetário; uma vasta área verde com horta; parque infantil; e ainda projetos temporários, a exemplo do Natal Luz que ocorre no período natalino.

**Figura 3 – Parque dos Cajueiros**



Fonte: Flavio Antunes, 2012.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Finalmente, a cidade conta com o terceiro parque público também localizado na zona sul: O Parque Governador Antônio Valadares, mais conhecido como Parque dos Cajueiros. Inaugurado em 1990, entre seus atrativos estão as extensas áreas verdes, quadras poliesportivas e outros equipamentos para práticas de esportes, em que se inclui o projeto academia da cidade, áreas de recreação para crianças, locais para piqueniques, etc. O parque está localizado nas proximidades do Parque da Sementeira, ou seja, ambos estão situados em uma área que recebe constantemente recursos públicos e, portanto, são privilegiados quando comparados ao Parque da Cidade que se encontra em situação precária em decorrência do descaso do setor público para com o mesmo.

Neste sentido, a partir de intervenções urbanas realizadas na cidade de Aracaju, os parques públicos emergiram e consolidaram-se. No entanto, ao vislumbrarmos as alternativas de usos nesses espaços, torna-se possível pensar sua apropriação não apenas por residentes, mas também por turistas que estejam em visita à localidade. Diante de atratividades relacionadas à paisagem, aspectos sócio-histórico-culturais e atividades lúdicas nesses espaços, bem como considerando as particularidades em cada equipamento, ratifica-se o potencial turístico de todos os três parques abordados com vistas a tornarem-se efetivos e consolidados atrativos.

## **O TURISMO E OS PARQUES PÚBLICOS NA CIDADE DE ARACAJU/SE SOB A ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS: RELAÇÕES, PARADOXOS E CONTRADIÇÕES**

Embora seja comprovado por estudos o potencial de atratividade para a atividade turística, o Parque da Cidade, o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros são demasiadamente subutilizados pelos guias de turismo e as agências de receptivo que encaminham turistas aos atrativos inseridos em roteiros turísticos da cidade de Aracaju.

No entanto, é interessante perceber como o turista está mais presente no Parque da Cidade e possui mais interesse em visitá-lo do que em relação ao Parque da Sementeira e ao Parque dos Cajueiros, fato evidenciado por Rodrigues e Santos (2017a). Segundo os dados levantados pelas autoras, a diferença quantitativa de uso

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

pelos turistas entre o Parque da Cidade e o Parque da Sementeira é de 16%, bem como o turista tem o Parque da Cidade como sua principal referência de parque público na cidade de Aracaju, uma vez que possui conhecimento (20%) e o visita (16%) (op. cit., 2017a).

Neste sentido, emerge a incógnita a ser esclarecida acerca das razões do Parque da Cidade ser privilegiado quanto às práticas turísticas. Tornou-se curioso o fato, uma vez que o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros por estarem localizados em uma área nobre da cidade e serem beneficiados com investimentos públicos é que tenderiam a recepcionar essa demanda, tendo em vista que o fluxo turístico sempre é direcionado aos melhores atrativos do destino visitado.

Ademais, até pela própria localização do Parque da Sementeira e do Parque dos Cajueiros (a distância entre ambos é de apenas 3,4km.) que se encontram próximos à região de permanência dos turistas, ou seja, a poucos minutos de alguns hotéis e, em suma, da região de maior concentração de meios de hospedagem da cidade, a Orla de Atalaia – a distância para o Parque da Sementeira é de 7,4km., enquanto que o Parque dos Cajueiros está a 3,9km.

Por outro lado, o Parque da Cidade está localizado em uma das áreas mais carentes da cidade de Aracaju e segue sendo apropriado fortemente pela demanda turística apesar de suas inúmeras deficiências estruturais, o que faz surgir inquietações por se configurar enquanto uma realidade atípica da atividade turística. Esse caráter paradoxal do consumo e apropriação pela atividade turística que abarca os parques e demais lacunas existentes foi desvendado a partir das entrevistas realizadas com os agentes públicos e privados.

## **AGENTES PRIVADOS**

### **GUIA DE TURISMO**

Destaca-se aqui, primordialmente, a entrevista com uma guia de turismo que afirmou, acerca do paradoxo supracitado, que o Parque da Cidade possui um grande

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

chamariz: o teleférico, atrativo que os outros parques não possuem, ou seja, que o diferencia a partir do passeio que entretém o visitante e proporciona vista privilegiada do alto da cidade de Aracaju. Além disso, a guia apontou que o teleférico existente no Parque da Cidade é compartilhado fortemente com os turistas enquanto atrativo turístico pelos guias de turismo, embora, atualmente, não realizem tantas visitas.

Em continuidade ao questionamento acerca das razões do Parque da Cidade receber mais turistas do que os outros parques (Sementeira e Cajueiros), a guia de turismo respondeu ainda que agregado ao teleférico ser um chamariz, está atrelada a questão do comissionamento que a empresa de caráter privado que administra o atrativo proporciona aos guias de turismo que encaminham turistas para o equipamento. Neste sentido, observa-se que as relações econômicas dominam e regulam as formas de consumo do espaço público urbano, uma vez que a existência do comissionamento incentiva e impulsiona os guias de turismo a levarem os turistas ao Parque da Cidade, sem muitas vezes sequer visitarem os demais espaços do parque para desfrute e conhecimento, a exemplo do zoológico que torna-se um atrativo subutilizado durante a realização do *city tour*.

Deste modo, encontram-se os fatores possíveis de justificar a maior demanda de turistas no Parque da Cidade que acaba por atrair outros turistas de diversas formas, mesmo que estes últimos não realizem a visita por meio de agências de receptivo ou guias de turismo, mas sim de forma autônoma. A internet apresenta um papel significativo para a atração de turistas ao Parque da Cidade, tendo em vista que 50% da demanda que visitou o espaço teve conhecimento do mesmo através dos meios virtuais (RODRIGUES; SANTOS, 2017a). Além disso, destaca-se a “divulgação” boca-a-boca do Parque da Cidade que existe entre o *trade* turístico que chega ao turista, instigando neste a curiosidade e vontade de realizar a visita.

Em prosseguimento à entrevista com a guia de turismo, questionou-se sobre os fatores que poderiam intervir para que os parques públicos da cidade de Aracaju não fossem demasiadamente utilizados por turistas. A profissional afirmou que os parques “não têm muita atração para eles [turistas]<sup>14</sup>”, ou seja, a ausência de atrativos

---

<sup>14</sup>Informação extraída da entrevista realizada em maio de 2017.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

seria um fator de impacto para que o turista não visite os parques públicos de Aracaju. Com isso, a entrevistada demonstra não perceber, enquanto guia de turismo, o potencial para apropriação dos parques pela atividade turística na configuração que estes se encontram atualmente.

Por outro lado, em se tratando do potencial futuro, especificamente do Parque da Cidade para o uso por turistas, a guia de turismo afirma que “tem sim, claro. Ele só precisava de alguns ajustes, deveria ter uma estrutura melhor [...] Mas ele tem potencial, sim!<sup>15</sup>”. A interpelada deixa claro em todo o momento da entrevista que o Parque da Cidade demanda investimentos no que concerne à infraestrutura para poder demonstrar o seu potencial turístico. Acerca do potencial dos demais parques (Sementeira e Cajueiros), a guia de turismo apresenta a visão de que é possível desenvolver atividades com os turistas, uma vez que segundo a mesma “[...] é arborizado, tranquilo, dá para o turista praticar exercício, para tirar foto e entre outras coisas...”<sup>16</sup>. Nesse ponto a guia de turismo se contradiz, pois primeiramente afirmou que os parques não possuíam atrativos para o turista, e posteriormente citou atividades possíveis de acordo com os equipamentos existentes nesses espaços, ou seja, que atraem e instigam a visita dessa demanda, e que, portanto, são atrativos turísticos, ratificando o potencial dos parques para o turismo.

Quando questionada em relação ao interesse tanto dos guias de turismo, quanto das agências de receptivo em levar os turistas para visitar os parques da cidade de Aracaju, a entrevistada afirmou que apenas duas agências o fazem atualmente, direcionando-se ao Parque da Cidade por conta do teleférico e do comissionamento agregado. Entretanto, apesar de visitar o Parque da Cidade, a guia de turismo ressaltou que não são citados e/ou visitados os outros dois parques (Sementeira e Cajueiros).

Embora o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros não sejam pontos de parada durante a execução de roteiros turísticos na cidade, a guia de turismo afirma que “não há visita através de agências de turismo receptivo e dos guias de turismo. Entretanto, durante o *city tour* realizado, os turistas ao passarem pela frente dos

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Informação extraída da entrevista realizada em maio de 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

parques ficam demasiadamente encantados e citam que a cidade de Aracaju possui muitos espaços de lazer<sup>17</sup>. Nesse sentido, de fato, os parques públicos são espaços de lazer que atraem aos turistas, mas que, não são apropriados para/pela atividade turística, tendo seu potencial de uso desperdiçado pelos agentes ligados ao turismo do destino.

Ademais, a guia de turismo ressaltou que enquanto profissional apenas lhe compete executar os roteiros que já são elaborados pela a agência de receptivo, fato que se caracteriza como um impedimento de inserir os parques nos roteiros turísticos locais turísticos. Porém, quando atua de forma desintermediada das agências de receptivo, a questão do comissionamento mediante a compra de ingressos do teleférico influencia e desperta interesse desses profissionais em levar o turista ao Parque da Cidade.

No entanto, a entrevistada também destacou que muitas vezes o turista já chega ao destino sabendo do teleférico e quer visitá-lo, uma vez que o turista contemporâneo busca informações sobre o lugar a ser visitado.

## **CONSULTORA DE VIAGENS (AGÊNCIA DE TURISMO RECEPTIVO)**

Na entrevista realizada com uma consultora de viagens pôde-se compreender a lógica que as agências de turismo receptivo seguem em termos de consumo ou não dos parques públicos. Primordialmente, questionou-se sobre a inserção dos parques públicos da cidade de Aracaju nos roteiros turísticos da agência. A consultora de viagens afirmou que a empresa comercializa um *city tour* cultural com uma parada prevista apenas no Parque da Cidade.

Como justificativa da inserção somente do Parque da Cidade, excluindo o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros, a entrevistada afirmou que os turistas procuram na agência passeios que incluam o parque em questão, pois gostam e/ou querem conhecer o teleférico e o zoológico. A inclusão do Parque da Cidade no *city tour* da agência é um ponto positivo a ser destacado haja vista a escassez de

---

<sup>17</sup> Idem.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

agências que incluem este espaço em seus roteiros. A entrevistada também destacou que pode-se ampliar a perspectiva de visitação aos demais parques mediante consciência desenvolvida do potencial que, igualmente, o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros possuem para serem apropriados pelo turismo.

Ainda, a consultora de viagem entrevistada aponta que, no caso do Parque da Sementeira, o mesmo não é ofertado nos roteiros turísticos da agência de turismo receptivo, pois “não daria para encaixá-lo visto que seria necessário mais tempo e os atrativos visitados já atendem às horas de um *city tour*”<sup>18</sup>. O Parque da Sementeira só seria cabível de visitação, segundo a mesma, caso fosse incluído em um roteiro específico de parques públicos de Aracaju. Além disso, a mesma afirmou que “o parque não possui atrativo assim como uma história para relatar ao turista e este querer permanecer e possuir interesse em visitar”<sup>19</sup>, ou seja, não há um diferencial.

Quando questionada sobre o interesse dos turistas em visitar os parques públicos da cidade de Aracaju, a consultora de viagens declarou que apenas o Parque da Cidade é alvo de interesse da demanda turística, sendo que nunca houve procura por parte dessa demanda para a realização de visita aos outros dois parques da cidade.

Igualmente ao que foi perguntado à guia de turismo, questionou-se à entrevistada sobre as razões de alguns parques da cidade serem mais utilizados e apropriados pelo turismo local do que outros, a fim de comparar as diferentes visões dos agentes selecionados. A consultora de viagens afirmou que por conta da atratividade que, por exemplo, o Parque da Cidade exerce em função do zoológico e do teleférico, este acaba por se destacar frente aos demais parques.

Deste modo, a visão da consultora de viagens ratificou a percepção da guia de turismo acerca da atratividade diferenciada do Parque da Cidade. A mesma afirma que o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros ainda não estão preparados para receber a demanda turística, tanto em termos de atrativos turísticos, quanto em questão de divulgação que ainda é incipiente, refletindo em baixa procura na agência

---

<sup>18</sup>Informações extraídas de entrevista realizada em maio de 2017.

<sup>19</sup> Idem.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

por passeios e roteiros que privilegiem esses espaços. Diante dessa colocação, observa-se que as opiniões da guia de turismo e da consultora de viagens são próximas e, por isso, convergentes, uma vez que apresentam a mesma justificativa ao paradoxo existente envolvendo o Parque da Cidade: a atratividade diferenciada.

No entanto, vale destacar algumas questões colocadas pela consultora de viagens no que se refere à segurança do Parque da Cidade, haja vista inúmeros assaltos que já ocorreram no espaço, que, segundo a entrevistada fez com que muitas agências deixassem de realizar visitaço. Deste modo, justifica-se a afirmaço da guia de turismo quando esta ressaltou que apenas duas agências estavam fazendo visitaço ao parque, diminuindo consideravelmente o quantitativo de turistas. Diante desse cenário, atenta-se ao fato de que o único parque público contemplado em visitaçoes pode ser efetivamente excluído dos roteiros turísticos propostos pelas agências de receptivo, lesionando, por conseguinte, a oferta turística local.

## **AGENTES PÚBLICOS**

### **GESTOR DO PARQUE DA CIDADE**

A terceira entrevista concretizou-se com o gestor do Parque da Cidade. Este agente público foi inicialmente questionado acerca da percepço dos usos por turistas dos espaços do parque, no qual o mesmo afirmou que “sempre vem turistas aqui [...], o uso é crescente”<sup>20</sup>. A partir dessa afirmaço, observa-se que o discurso do entrevistado demonstra já não estar de acordo com o que a guia de turismo e a consultora de viagens apontaram, tendo em vista a diminuico de agências de receptivo e, por conseguinte, de guias de turismo que fazem o passeio para o parque por conta da ausência de segurança que tem rondado o equipamento.

No que tange à relação das agências de receptivo com a gestão do Parque da Cidade, o entrevistado apontou que não são estabelecidos qualquer tipo de contato ou planejamento de como se dará a visitaço ao parque (os atrativos a serem

---

<sup>20</sup> Informaçao extraída de entrevista realizada em maio de 2017.  
ISSN: 1808-9755

visitados, o que será consumido, etc.). Foram ressaltados, por outro lado, os conflitos que ocorrem em decorrência da quantidade exacerbada de turistas que muitas vezes as agências levam em ônibus, uma vez que as vias de acesso internas do parque não comportam, congestionando demasiadamente o fluxo e tráfego de veículos. Com isso, o que se pode perceber é a falta de parcerias e diálogo entre o setor público e privado que resulta em práticas turísticas não planejadas, conflituosas e que geram impactos demasiados ao espaço, sobretudo ambientais, em termos de extrapolação da capacidade de carga.

Já no que concerne ao interesse dos guias de turismo e das agências de receptivo em encaminhar turistas ao Parque da Cidade, o gestor afirmou apenas desconhecimento. Em seguida, o entrevistado declarou que os turistas, em sua maioria, visitam o parque de forma autônoma, sem intermediação de agências e/ou guias de turismo. Diante disso, observa-se que o ponto de vista da gestão é totalmente distinto dos agentes mais diretamente ligados ao mercado (guia de turismo e consultora de viagens), porém mais semelhante aos resultados apresentados por Rodrigues e Santos (2017a) que apontam que os turistas visitam o parque através de amigos, parentes e internet; ou seja, desligadas de intermediadores.

Sobre os fatores que podem intervir para que o Parque da Cidade não seja tão utilizado pelos turistas quanto poderia, o gestor destacou a divulgação oficial que é ausente, o que poderia atrair bem mais visitantes externos ao estado de Sergipe para o parque. Corrobora-se com a visão do entrevistado, uma vez que a demanda turística apresenta baixo conhecimento sobre a existência dos parques públicos de Aracaju (apenas 20% possui algum tipo de conhecimento) (op. cit., 2017a), embora o Parque da Cidade seja, ainda, o mais propagado entre o *trade* turístico, segundo o que pôde ser observado nas falas das entrevistadas anteriores (guia de turismo e consultora de viagens), todavia ainda insuficiente.

Destarte, questionou-se ao gestor sobre as possíveis razões do Parque da Cidade receber mais turistas do que os demais parques de Aracaju, conforme demonstram estudos. O entrevistado não soube as razões para tal, mas acredita que a hospitalidade do Parque da Cidade é um diferencial que conquista a demanda turística, diferentemente das entrevistadas anteriores que apontam a atratividade

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

diferencial do parque – atrelada ao teleférico e ao zoológico – como fator determinante. Por fim, acerca do interesse dos turistas em visitar os parques públicos da cidade de Aracaju, o gestor afirma que “tem e muito [...], vindo de forma autônoma, sobretudo<sup>21</sup>”.

## GESTORA DO PARQUE DA SEMENTEIRA

Ao ser questionada sobre os usos do Parque Sementeira pelos turistas, a gestora afirmou que o equipamento é apropriado por essa demanda, porém não existem dados de visitação que possam comprovar o fenômeno. Apesar de a gestora afirmar a presença de turistas no parque, por outro lado, a mesma não soube informar quais as atividades que estes realizam durante sua permanência no espaço.

Quando questionada sobre o interesse dos guias de turismo e das agências de receptivo em encaminhar os turistas para visitação ao parque, a entrevistada afirmou que não há, uma vez que não é realizado e estabelecido o diálogo para que os usos sejam facilitados e ocorram efetivamente, bem como não vislumbra e visualiza no dia-a-dia do parque a presença de grupos de turistas. A gestora não soube justificar a razão pela não utilização do parque para fins turísticos por esses profissionais.

Neste sentido, evidencia-se que a existência de uso pelo parque pelo turismo (apontado pela entrevistada) se dá de forma desintermediada, ou seja, os turistas não visitam o Parque da Sementeira através de agentes do mercado turístico, mas sim, de forma autônoma – assim como ocorre no Parque da Cidade, defendido pelo gestor do mesmo.

O cenário supracitado é corroborado mediante os discursos captados nas entrevistas realizadas anteriormente com a guia de turismo e a consultora de viagens da agência de receptivo, uma vez que as mesmas afirmaram que o Parque da Sementeira não é apropriado pela atividade turística por aqueles que trabalham com a venda de roteiros e passeios turísticos, mesmo que haja demanda interessada em

---

<sup>21</sup> Informação extraída de entrevista realizada em maio de 2017.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

realizar a visitação, fator esse que interfere diretamente para a baixa procura e utilização turística do/no parque pesquisado.

Ao ser interpelada sobre as causas que, a partir da sua percepção, poderiam intervir para que o Parque da Sementeira não seja utilizado pelos turistas, a entrevistada cita a falta de comércio relacionado a lanchonetes, restaurantes, em suma, a inexistência de uma melhor infraestrutura para recepcionar o turista, fator que para a mesma, impede a atração dessa demanda consideravelmente. A partir disso, observa-se as congruências entre as afirmativas presentes nos discursos da gestão do Parque da Sementeira e dos agentes privados (guia de turismo e consultora de viagens), uma vez que ambos estão de acordo perante a ausência de infraestrutura e atrativos para a recepção da demanda turística.

Por fim, a agente administrativa afirmou desconhecimento quando questionada sobre o interesse dos turistas em visitar os parques públicos da cidade de Aracaju, sobretudo o Parque da Sementeira, diferentemente do gestor do Parque da Cidade que apontou com muita precisão a disposição e entusiasmo da demanda turística em visitar os espaços do parque, sobretudo, de forma autônoma.

## **GESTOR DO PARQUE DOS CAJUEIROS**

Adentrando na percepção do gestor acerca do turismo, questionou-se sobre os usos dados pelos turistas ao Parque dos Cajueiros. O entrevistado afirmou que “[...] tudo em Aracaju está subutilizado diante do que a cidade pode proporcionar ao turista, estando o parque embutido nesse montante”<sup>22</sup>. Sob essa perspectiva, o gestor relatou que a atividade tem evoluído muito na cidade, mas que é um “turismo pouco explorado”.

Diante dos resultados obtidos, corrobora-se com a visão do gestor que está enfocada na perspectiva do ínfimo planejamento e organização do turismo da cidade de Aracaju, o que impacta diretamente na pouca visitação da demanda turística aos

---

<sup>22</sup> Informação extraída da entrevista realizada em maio de 2017.  
ISSN: 1808-9755

parques públicos da localidade, incluindo o Parque dos Cajueiros que recebe mínima visitação por parte de turistas.

Buscando obter informações sobre a relação do *trade* turístico local com o Parque dos Cajueiros interpelou-se ao gestor sobre o interesse que os guias de turismo e as agências de receptivo possuem em transportar turistas com destino ao parque para realizar visitação. O gestor afirma que essa disposição existe por conta das peculiaridades que outros parques da cidade de Aracaju não possuem, pois o Parque dos Cajueiros possui diversidade de atrativos que entretém os visitantes e podem atrair ao turista. Todavia, o mesmo afirmou que a visitação por parte das agências de receptivo “pode melhorar”, ou seja, ampliar-se.

O entrevistado apontou que algumas reformas estão sendo realizadas no parque em questão e que ao finalizar as adequações necessárias, espera-se que o parque obtenha um *feedback* maior das agências em termos de visitação. Entretanto, segundo o que a consultora de viagens afirmou em seus relatos, para que o Parque dos Cajueiros seja apropriado por esse segmento (agências de receptivo) demanda-se divulgação, “apresentação” dos potenciais e atrativos para a demanda turística à iniciativa privada, pois estes não visualizam a possibilidade de apropriação na atualidade, bem como por conta pela ausência de atrativos. Com isso, as reformas tendem a não dar resultados, mas sugere-se que o diálogo entre ambas as partes – setor público e privado – poderia ser mais eficaz e sustentável, sobretudo, para os cofres públicos.

Dada às alegações do entrevistado, nota-se que a gestão enxerga o potencial que o Parque dos Cajueiros possui para ser visitado por turistas, o que é positivo para que futuramente o turismo se desenvolva nesse espaço e possa se apropriar conferindo-lhe usos. Contudo, percebe-se desconhecimento em termos de apropriação do parque pelas agências de receptivo e os guias de turismo, pois conforme relatado nas entrevistas anteriores por profissionais do setor, o Parque dos Cajueiros – assim como o Parque da Sementeira – não é ponto de visitação pautado nos roteiros turísticos.

Levando-se em consideração que o Parque dos Cajueiros é pouco apropriado pela demanda turística, comprovado a partir de diversas nuances, interpelaram-se ao

gestor quais os fatores que podem intervir para que o Parque dos Cajueiros não seja utilizado pelos turistas. O entrevistado reafirmou a pouca exploração do turismo na cidade de Aracaju que reflete e impacta diretamente no Parque dos Cajueiros e demais parques públicos.

Quanto ao interesse dos turistas em visitar os parques públicos da cidade, o gestor afirma que há, até porque “[...] dentro do contexto da subutilização do turismo em Aracaju, os três parques são muito bem utilizados, e que inclusive eles são até mais visitados pelos turistas do que pelos próprios aracajuanos e sergipanos, pois a maioria dos turistas que vem visitam os parques”<sup>23</sup>. Percebe-se que existem algumas afirmações do gestor, principalmente no que tange aos parques serem “bem utilizados” pelos turistas, que não são congruentes com o que foi comprovado mediante todos os procedimentos metodológicos adotados por essa pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o que se pode analisar é que a visão dos guias de turismo e da área de agenciamento é semelhante no que diz respeito à relação entre os parques públicos de Aracaju e a atividade turística. Percebe-se que o segmento de agências de turismo receptivo subutiliza o potencial dos parques públicos da cidade de Aracaju para visitação pelo turista, bem como realizam poucas pesquisas de mercado para compreender os aspectos da cidade que o turista deseja e tem interesse em conhecer. Por conseguinte, tem-se por resultado roteiros tursticos cristalizados, pouco diversificados, restritos e que não apresentam os muitos atributos que a cidade de Aracaju tem a oferecer aos seus visitantes, incluindo, nesse sentido, os parques públicos.

Por outro lado, observa-se que os agentes que explanaram suas opiniões, percepções e visões estavam ora em posições convergentes, ora divergentes. Deste modo,   inegável que se faz necessário em caráter de urgência um planejamento integrado com o estabelecimento de diálogos entre as gestões dos parques públicos com o *trade* e mercado turstico, para que discussões sejam fomentadas e os

---

<sup>2323</sup> Informa o extraída da entrevista realizada em maio de 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

diferentes pontos de vista explanados, a fim de que estes equipamentos de lazer possam ser (re) inseridos nos roteiros turísticos como os *cities tours*, mediante diversos estudos como de capacidade de carga, mercado, etc.

Neste sentido, é crucial o despertar dos agentes públicos e privados para perceber que os parques públicos podem se constituir em atrativos turísticos importantes de um destino ao levar em consideração que estes exprimem em sua paisagem a história, herança, construções sociais e características intrínsecas da localidade, ou seja, os parques possuem unicidade em suas configurações.

Somado-se aos pontos já destacados, ressaltamos os interesses dos turistas em visitar os demais parques públicos da cidade de Aracaju, conforme citado nas entrevistas, demandas essas que não podem ser desprezadas e/ou negligenciadas pelos agentes turísticos da localidade. Deste modo, cabe tanto ao setor público, quanto ao privado a responsabilidade de refletir criticamente e criativamente sobre os itinerários programados enquanto roteiros turísticos.

O planejamento no que tange aos roteiros turísticos deve partir do objetivo de estreitar e aproximar a atividade turística dos parques públicos da cidade a partir das parcerias e diálogos público-privados e de perspectivas inovadoras, não sendo apenas configurados com base em comissionamentos ou em grandes atrativos monopolizados que não permitem a diversificação da oferta turística.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, D. C. M., *et. al.* Parque Augusto Franco – Aracaju/SE: As diferentes formas de apropriação dos espaços públicos. *In: Anais do 1º Seminário de Turismo e Geografia*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010. p. 22-34. (CD-ROM)

CAPEL, Horácio. Jardines y Parques en la ciudad. **Revista Ciencias**, n. 68, 2002, p. 4-16. < <http://www.revistaciencias.unam.mx/pt/85-revistas/revista-ciencias-68/728-jardines-y-parques-en-la-ciudad-ciencia-y-estetica.html>>

GOMES, M. A. S. **Os parques urbanos e a produção do espaço urbano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

KIYOTANI, I. B.; ROCHA, L. S.; PAES, T. A. A. **Uso dos Parques Públicos como atrativo turístico e formação da imagem local: Estudo sobre o Parque Arruda Câmara** ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

– João Pessoa/PB. **Revista Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 8, n. 14: p.39-57, 2014.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Revista Ambiência**. Guarapuava, v. 1, n. 1: p. 125-139, 2005.

MELO, M. I. O.; DIAS, K. S. Parques Urbanos: Práticas de Lazer e Turismo. *In: IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012. p.1-15. Disponível em: <<http://www.intranet.cet.unb.br/portal/images/stories/divulgacao/mariana%20melo.pdf>>

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RODRIGUES, L. P.; SANTOS, C. A. J. O Parque da Sementeira como Espaço Público de Lazer, Turismo e Direito à Cidade. *In: Anais do Seminário Nacional 10 Anos do Curso de Turismo da UFS*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 112-122.

RODRIGUES, L. P.; SANTOS, C. A. J. As Dinâmicas de Uso, Não Uso e Contra-Uso dos Parques Públicos da cidade de Aracaju/SE. *In: Anais do XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017a. p. 1-21.

RODRIGUES, L. P.; SANTOS, C. A. J. Produção e Consumo dos Espaços Públicos de Lazer e Turismo. *In: II Seminário Nacional de Turismo da UFS*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017b. *No prelo*.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## ANÁLISE DA PERCEÇÃO E DO APOIO DOS RESIDENTES AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLA DA MICRORREGIÃO DO LITORAL SUL DO RIO GRANDE DO NORTE

Márcio Marreiro das Chagas

João Paulo Serafim Félix

Sergio Marques Júnior

### RESUMO

Esta investigação teve como finalidade analisar as percepções e o apoio dos residentes ao desenvolvimento turístico nas comunidades indígenas e quilombola do Catú dos Eleotérios, Sagi Trabanda e Sibaúma, situadas nos municípios de Canguaretama, Goianinha e Tibau do Sul. O presente estudo é caracterizado como exploratório e descritivo, com abordagem analítica quantitativa, do tipo survey, de corte transversal. A amostra foi realizada de modo não probabilístico, por conveniência. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um formulário em escala métrica de 11 pontos, com o total de 200 respondentes. O processo de análise de dados foi realizado por meio estatísticas descritivas com o *software Statistical Package for Social Science (SPSS 22.0)*. Dos resultados, foi evidenciado percepções positivas dos entrevistados sobre todas dimensões do presente estudo, exceto sobre a avaliação da atuação do poder público. Entretanto, vale destacar que a percepção sobre os impactos negativos do setor demonstrou-se evidente por parcela significativa dos respondentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo étnico. Comunidades Indígenas e Quilombola. Percepção do Residente. Apoio ao Turismo.

### ABSTRACT

This research aimed to analyze the residents' perceptions and support for tourism development in the indigenous and quilombola communities of Catú dos Eleotérios, Sagi Trabanda and Sibaúma, located in the municipalities of Canguaretama, Goianinha and Tibau do Sul. The present study is characterized as exploratory and descriptive, with quantitative analytical approach, of the cross - sectional survey type. The sample was performed in a non-probabilistic manner, for convenience. The instrument used for data collection was a metric scale form of 11 points, with a total of 200 respondents. The data analysis process was performed through descriptive statistics with the *Statistical Package for Social Science (SPSS 22.0)* software. From the results, it was evidenced positive perceptions of the interviewees on all dimensions

of the present study, except on the evaluation of the performance of public power. However, it is worth mentioning that the perception about the negative impacts of the sector was evidenced by a significant portion of the respondents.

**KEYWORDS:** Ethnic tourism. Indigenous and Quilombola Communities. Perception of the Resident. Support to Tourism.

## INTRODUÇÃO

A atividade turística consiste numa prática socioeconômica capaz de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural de um destino (EUSÉBIO; CARNEIRO, 2012). Desta forma, comumente, seus benefícios são relacionados a geração de emprego e renda, receitas para o estado, melhoria em infraestrutura, atividades recreativas e legislações específicas de proteção ao meio ambiente e qualidade de vida de uma comunidade (SILVA, 2014; SANTOS, 2014; VIEIRA, 2014).

Desta maneira, torna-se essencial o controle ininterrupto sobre as ações de desenvolvimento da atividade por parte dos *stakeholders* envolvidos para que este processo aconteça de forma sustentável, venha a minimizar seus impactos negativos e contribua para melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora, assim como para a experiência do visitante (OMT, 2005a; SCALABRINI; REMOALDO; LOURENÇO, 2014; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014).

O turismo sustentável também não pode prescindir da compreensão dos interesses e necessidades dos residentes, participação da comunidade e preservação do patrimônio cultural, social e ambiental de uma região de modo que proporcione a preservação ambiental e a equidade social neste processo, contribuindo para geração de divisas e fortalecimento endógeno da comunidade (FORTUNATO; SILVA, 2011). Estudos evidenciam que a participação dos diversos *stakeholders* no processo de planejamento e gestão do turismo, em especial a comunidade local e seus interesses, constituem fator essencial para que seja possível a realização de atividades sustentáveis que possam gerar benefícios as diversas partes envolvidas (BRANDÃO; BARBIERI; REYES JÚNIOR, 2013; SANTOS, 2014; VIEIRA, 2014; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014, SILVA, 2014).

Nesse sentido, a literatura corrobora que os fatores capazes de influenciar o apoio de residentes em determinadas comunidades ao desenvolvimento do turismo demonstram relação com os impactos positivos e negativos da atividade turística (SANTOS, 2014; SILVA, 2014; SILVA; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; VIEIRA, 2014), relações de apego do residente a comunidade (ALMEIDA, 2013; SILVA, CHAGAS; MARQUES JÚNIOR, 2016b; CHAGAS; SILVA; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016a), imagem dos autóctones sobre o destino (CHAGAS, 2008; SILVA, CHAGAS; MARQUES JÚNIOR, 2016b; OLIVEIRA; HARB, 2012; GÂNDARA, 2008) e relações de poder e confiança em atores governamentais (RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; SILVA, 2014; VIEIRA, 2014; SANTOS, 2014), entre outros.

Nas regiões de interesse desta investigação, assim como no estado do Rio Grande do Norte, o panorama do turismo regional é marcado fortemente pelo binômio “sol e praia” (SANTOS, 2014). Porém, nos municípios em que se localizam as comunidades de Sagi Trabanda e Sibaúma (objetos de estudo desta pesquisa), além de um atrativo patrimônio ambiental, ideal para exploração deste segmento do turismo, também são detentores de notável patrimônio sociocultural que ainda preserva e mantém sua tradição e cultura.

Deste modo, o turismo cultural nestes espaços surge como um fator de incremento a demanda já existente e oportunidade de ocupação para aqueles ainda não envolvidos na atividade turística. A inserção das comunidades autóctones no turismo, além de contribuir para o incremento da renda dos grupos envolvidos, também poderá influenciar de maneira positiva a percepção dos residentes quanto aos impactos do setor, estimular o sentimento de apego aos destinos e apoio ao turismo (FELIX; CHAGAS; MARQUES JÚNIOR; SILVA, 2017).

Tendo como foco o turismo étnico, segundo Silva e Carvalho (2010) e Brandão, Barbieri e Reyes Júnior (2013), o turismo nestes ambientes caracteriza-se por ações de desenvolvimento do setor baseadas na apropriação de traços culturais de um grupo/comunidade, procurando o desenvolvimento sustentável da atividade turística e valorização do lugar.

Sob esta perspectiva, este estudo buscou contribuir para democratização dos benefícios do setor nas comunidades envolvidas. Tendo como objetivo analisar a percepção dos antecedentes do apoio das comunidades indígenas e quilombola da microrregião do litoral sul ao desenvolvimento turístico local, buscou-se contribuir como uma ferramenta de auxílio aos poderes públicos locais na realização e planejamento de propostas e projetos de desenvolvimento do setor mais adequados a realidade e necessidades dos autóctones. Sendo assim, com este estudo procura-se analisar as percepções e o apoio das comunidades indígenas e quilombola de Sibaúma, Sagi Trabanda e Catú dos Eleotérios sobre desenvolvimento do turismo em seus territórios.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **TURISMO EM REGIÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

Desde o início de suas primeiras intervenções, o turismo em territórios indígenas estava estritamente ligado a ações de aculturação provocadas pelo setor, acreditando-se que tal processo implicaria em alterações sobre o estilo de vida e perda da identidade da comunidade (LEAL, 2007).

Autores defendem que atividade turística em áreas de comunidades étnicas tradicionais pode proporcionar, além da promoção da cultura, por meio da divulgação do patrimônio sociocultural, trazer consigo a valorização do patrimônio natural e cultural destas comunidades, gerando oportunidades de novas fontes de renda e da manutenção destes territórios (BRANDÃO; BARBIERI; REYES JÚNIOR, 2013).

Segundo Brito (2009), o turismo em áreas indígenas deve ser desenvolvido de maneira indissociável de práticas sustentáveis do uso dos recursos de um destino, além de estimular a elaboração de estudos relacionados a potenciais problemas decorrentes deste processo. Em caráter conceitual, este segmento do turismo pode ser percebido como práticas não tradicionais do setor, onde o objetivo do turista não está meramente voltado ou restrito a contemplação de paisagens naturais ou

artificiais, mas em presenciar manifestações de especificidades socioculturais (BRITO, 2009).

Percebe-se, então, que a atividade em regiões indígenas e quilombolas, se desenvolvida de forma sustentável, pode contribuir para geração de diversos benefícios aos envolvidos, além da preservação do patrimônio destes destinos. Nota-se também que um processo de desenvolvimento sustentável da atividade turística é indissociável do envolvimento e participação dos *stakeholders* afetados pelo setor. Além disto, observa-se que a comunidade envolvida e seus agentes sociais são tão importantes neste processo quando o poder público e iniciativa privada. Nesse sentido, no subtópico 2.2, serão apresentados estudos referentes alguns fatores influenciadores do apoio da comunidade local ao desenvolvimento do turismo, assim como conceitos e definições sobre dimensões exploradas no presente estudo.

## **ANTECEDENTES DO APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL**

Diversos trabalhos relacionados à análise dos fatores capazes de influenciar a percepção do residente em relação à atividade turística possuem como base a teoria das trocas sociais (SET) (SILVA, 2014; SILVA; CHAGAS, 2016a; SILVA, CHAGAS; MARQUES JÚNIOR, 2016b; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; VIEIRA, 2014; CHAGAS; SILVA; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016a). Nesta teoria, são observados os custos e aspectos positivos percebidos pelos residentes de uma dada comunidade provocados pelo turismo (VIEIRA, 2014). A teoria sugere que o apoio do autóctone ao desenvolvimento do turismo é influenciado pelas relações de troca estabelecidas por ele e pelo setor relacionadas a impactos positivos e negativos.

De acordo com Felix, Chagas, Marques Júnior e Silva (2017), a dependência econômica de residentes estabelecida por estarem envolvidos diretamente em práticas produtivas do setor do turismo afeta positivamente as percepções dos mesmos sobre a imagem do destino, o apego ao lugar onde vivem e o apoio deles ao desenvolvimento da atividade turística. Os autores também defendem o efeito da variável econômica sobre as percepções dos impactos positivos e negativos do turismo para os residentes. Segundo os autores citados, os residentes envolvidos

diretamente no mercado turístico apresentam percepções mais brandas dos impactos negativos do setor e despertam maior menção aos impactos positivos.

Nas palavras de Vieira (2014), a percepção positiva do residente sobre o desenvolvimento da atividade turística se sobressai a percepção dos problemas gerados pelo setor quando tal processo proporciona a preservação do espaço apropriado pelo referido fenômeno social, geração de emprego e renda para a comunidade e aumento do fluxo de visitantes no destino. Para ela, o apoio do residente ao desenvolvimento do turismo é influenciado, entre outros fatores, pela crença nos benefícios econômicos e sociais provenientes do turismo, além da preservação do patrimônio histórico do destino. A autora também faz ponderações relacionadas à percepção do residente sobre os benefícios econômicos do setor. Segundo ela, a ausência da percepção destes fatores está relacionada à insatisfação, falta de conhecimento e de participação dos autóctones em relação aos benefícios estimulados pela atividade turística.

Segundo Rodrigues et al. (2014), existe uma ligação positiva e direta entre a participação da gestão do poder público sobre a percepção dos benefícios advindos do turismo e, conseqüentemente, sobre o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável. Além disto, para eles, o envolvimento da comunidade se constitui como fator influenciador direto do apoio destes indivíduos ao desenvolvimento do turismo sustentável. Sendo a ligação à comunidade, fator indireto sobre tal apoio, mas, direto no que tange a percepção dos benefícios do setor.

No que tange ao apego do residente a uma comunidade específica, este comportamento pode ser entendido como um vínculo emocional entre pessoas com o espaço que estão inseridas, refletindo o quão forte é a relação emocional do indivíduo com sua comunidade (SILVA; CHAGAS, 2016a; CHAGAS; SILVA; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016a). A literatura assevera também que o apego do residente a uma comunidade é fator influenciador da imagem deste indivíduo sobre seu destino (CHAGAS; MARQUES JÚNIOR, 2016b; SILVA, CHAGAS; MARQUES JÚNIOR, 2016b). Ou seja, quanto maior o apego de um autóctone a sua comunidade, mais positiva será sua imagem sobre a região em que está inserido.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Para Chagas, Silva, Silva e Marques Júnior (2016a), o apoio do residente ao desenvolvimento do turismo é influenciado pelo apego do autóctone com o lugar onde vive, sendo que quanto mais forte for essa ligação, ela afetará positivamente também a imagem afetiva e cognitiva do autóctone com relação a sua comunidade. Ainda segundo eles, a parcela de indivíduos de uma determinada comunidade que possuem estes antecedentes entende de forma mais efetiva os impactos econômicos positivos estimulados pelo setor e percebem de forma mais branda os impactos negativos da atividade.

Observa-se, então, que o estudo dos fatores influenciadores do apoio do residente ao desenvolvimento do turismo demonstra-se um tema investigado sobre perspectivas e hipóteses distintas. Acredita-se ser interessante salientar que, no campo da literatura nacional, escassos são os estudos destes antecedentes em regiões Indígenas e Quilombolas, o que agrega ainda mais significância ao presente estudo que foi realizado.

## **COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLA DA MICRORREGIÃO LITORAL SUL POTIGUAR**

Localizados ao sul do estado do Rio Grande do Norte nos municípios de Baía Formosa, Canguaretama e Tibau do Sul, os grupos indígenas dos Eleotérios do Catú, Sagi Trabanda e a comunidade quilombola de Sibaúma consistem nos objetos de estudo desta investigação. Percebeu-se durante visitas técnicas *in loco*, que as regiões enfrentam problemas relacionados aos serviços de saúde pública, educação, transporte e infraestrutura básica (vias de acesso, sinalização, saneamento básico, entre outros). No que diz respeito aos principais componentes de renda das comunidades destas regiões, estes estão relacionados a agricultura, artesanato, comércio informal (feiras locais) e benefícios de programas sociais disponibilizados pelo governo federal e pelas prefeituras de cada município (CAVIGNAC; LINS; MAUX, 2006; SILVA, 2007; PEREIRA, 2015).

Situados em regiões litorâneas com fluxo, ainda que baixo, mas constante de turistas e excursionistas, a atividade turística e o artesanato são explorados por uma

pequena parcela da comunidade de Sibaúma e Sagi Trabanda, sendo que a primeira atividade mencionada tem provocado impactos ambientais onde é desenvolvida (CAVIGNAC; LINS; MAUX, 2006, 2006; PEREIRA, 2015).

Localizada no município de Tibau do Sul/RN, bem próxima a Praia da Pipa, (destino turístico indutor do estado) a comunidade quilombola de Sibaúma é definida por Cavnac, Lins e Maux (2006, p.3), "como uma comunidade negra tradicional que sofreu modificações drásticas ao longo dos anos". Para os referidos autores, estas transformações estão relacionadas ao investimento intenso na atividade turística (como a realização de projetos turísticos de grande porte), a crescente especulação imobiliária que, por sua vez, ocasionaram drásticas mudanças no estilo de vida dos autóctones e estimulou conflitos entre os *stakeholders* locais relacionados à disputa por território e propostas divergentes de desenvolvimento da atividade.

Na comunidade do Sagi Trabanda, observou-se que os problemas citados e ocorridos no distrito de Sibaúma são consideravelmente menores. Todavia, a partir de visitas técnicas e relatos de uma parcela dos entrevistados, a atividade já tem estimulado a especulação imobiliária e a concentração de renda para grupos específicos.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A metodologia utilizada nesta investigação caracteriza-se como exploratória e descritiva com enfoque analítico quantitativo, do tipo *survey*, de corte transversal. A amostra foi não probabilística, por conveniência, desenvolvida junto as comunidades indígenas do tronco Potiguara, Sagi Trabanda e Catu dos Eleotérios e a comunidade quilombola de Sibaúma, localizadas, respectivamente, em Baía Formosa/RN, Canguaretama/RN e Goianinha/RN e, por último, Tibau do Sul/RN.

O procedimento de coleta de dados foi desenvolvidotendo como instrumento um formulário em escala métrica de 11 pontos, no qual [00] indicava discordância total e [10] a plena concordância com relação as afirmações realizadas quanto ao desenvolvimento turístico nos territórios dessas comunidades tradicionais. Os dados

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

foram coletados durante o período de janeiro a março de 2017, chegando ao total de 200 respondentes.

O formulário aplicado foi dividido em 07 dimensões, com afirmações referentes a percepção dos impactos do turismo, tanto positivos quanto negativos (SILVA, 2014; VIEIRA, 2014), apego ao lugar (CHAGAS; SILVA; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016a), percepção de empoderamento dos residentes com relação a atividade turística, avaliação da atuação do poder público (RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; SILVA, 2014; VIEIRA, 2014) e apoio ao desenvolvimento do turismo (RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; VIEIRA, 2014), além do perfil sociodemográfico.

O processamento de dados foi realizado por meio do *software Statistical Package for Social Science* (SPSS 22.0). A análise dos dados foi realizada a partir de estatística descritiva.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### PERFIL DA AMOSTRA

A Tabela 01 apresenta o perfil dos entrevistados. Observou-se que a amostra do estudo foi composta por 64,5% do gênero feminino, restando ao masculino 35,5%. A categoria de estado civil que se mostrou predominante foi de casados (50,5%), seguidos por solteiros (44,5%), divorciados (4,4%) e outros (1%). Tratando-se do nível de escolaridade, a categoria que se mostrou com maior representatividade foi o ensino médio (45%), seguidos pelos níveis de ensino fundamental (44,5%), sem nível de instrução formal (6%) e superior (4,5%). A faixa etária dos respondentes ficou concentrada nas idades entre 36 a 50 anos com 28,5%, tendo em sequência de 18 a 25 (27,5%), 26 a 35 (23%), 51 e 64 anos (11%), 14 e 17 anos (7,5%) e mais de 65 anos (2,5%).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Tabela 01: Perfil da amostra.**

<b>Gênero</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Masculino	71	35,5
Feminino	129	64,5
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>
<b>Estado civil</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Solteiro	89	44,5
Casado/União estável	101	50,5
Divorciado	8	4,0
Outros	2	1,0
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>
<b>Faixa etária</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
14 a 17 anos	15	7,5
18 a 25 anos	55	27,5
26 a 35 anos	46	23,0
36 a 50 anos	57	28,5
51 a 65 anos	22	11,0
Acima de 65 anos	5	2,5
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>
<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sem instrução formal	12	6,0
Ensino fundamental	89	44,5
Ensino médio	90	45,0
Ensino superior	9	4,5
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>
<b>Renda (Reais)</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Até R\$ 937,00	140	70,4
R\$ 938,00 a R\$ 1.876,00	48	24,1
R\$ 1.877,00 a R\$ 3.752,00	6	3,0
R\$ 3.753,00 a R\$ 7.504,00	5	2,5
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>100,0</b>
<b>O senhor se considera/declara indígena ou quilombola</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	161	80,9
Não	38	19,1
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>100,0</b>
<b>Tempo de residência na comunidade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Menos de 1 ano	1	0,5
1 a 7 anos	16	8,0
8 a 20 anos	54	27,0
21 a 30 anos	46	23,0
Acima de 30 anos	81	41,5
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>
<b>Vínculo de trabalho com turismo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Sim	66	33,0
Não	134	67,0
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados do estudo, 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os dados da Tabela 01 demonstram que a maior parcela dos integrantes da pesquisa está fora de atividades produtivas do setor (67%), sendo a parcela de entrevistados envolvidos que trabalham com turismo de 33%. Foi possível observar também que o maior número de moradores reside no local a mais de 30 anos (41,5%), acompanhados pelos que residem de 8 a 20 anos (27%), de 21 a 30 anos (23%), de 1 a 7 anos (8%) e menos de 1 ano (0,5%). A renda familiar dos respondentes foi em sua maioria constituída pelo valor de até R\$ 937,00 reais (70,4%), seguidos de valores entre R\$ 938,00 e R\$ 1877,00 reais (24,1%), de R\$ 1877, 00 a R\$ 3752,00 reais (3%) e de R\$ 3752, 00 a R\$ 7504,00 reais (2,5%). Por fim, a parcela dos integrantes da amostra da investigação que se declaram ou se consideram indígenas ou quilombolas é de 80,9% e a parcela que não se declara ou não se considera integrantes destes grupos étnicos é de 19,1%.

## PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE AS DIMENSÕES ESTUDADAS

### PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS ESTIMULADOS PELO TURISMO

Na Tabela 02 é possível contemplar os dados das avaliações dos respondentes sobre a dimensão dos impactos positivos do turismo. A mencionada tabela dispôs de um total de seis variáveis. Percebeu-se elevada compreensão da dimensão explorada.

**Tabela 02: Percepções dos residentes sobre os impactos positivos do turismo.**

% Variáveis	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Media	Desvio padrão
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá aumentar a renda para as pessoas que moram aqui	0	0	0	0	,5	5	2,5	6	16	14,5	55,5	8,98	1,454

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá o emprego para as pessoas que moram aqui	1,5	0	,5	,5	,5	8	4,5	7	12,5	16	49	8,55	2,039
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram aqui	,5	,5	1	,5	1,5	8,5	6,5	10	19	15	37	8,19	2,008
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá melhorar a infraestrutura da Comunidade	1	,5	,5	0	1,5	9	7	11	18	14,5	37	8,16	2,031
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá estimular a valorização da cultura local	1	,5	2	1	1	6,5	8,5	7,5	15	13	44	8,25	2,007
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá estimular a preservação ambiental	1,5	1,5	2,5	2,0	3,5	9	7	14	11,5	13,5	34	7,65	2,508

Fonte: Dados do estudo, 2017.

Na Tabela 02, os dados da média das avaliações dos entrevistados da dimensão indicam elevada percepção dos impactos positivos do turismo estimulados pela atividade turística em suas comunidades. Desta maneira, este pode ser um aspecto positivo sobre o apoio deste *stakeholder* no crescimento da atividade em seus territórios, haja vista que quanto mais percebido tais fatores mais susceptíveis se tornam a desenvolver tal atitude (FELIX; CHAGAS; MARQUES JÚNIOR; SILVA, 2017, VIEIRA, 2014, EUSÉBIO; CARNEIRO, 2012; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; SILVA, 2014).

Com exceção da variável relacionada a crença dos respondentes que o turismo pode aumentar a renda dos residentes de suas comunidades, os resultados da tabela 02 apresentaram valores elevados de desvio padrão entre as variáveis contempladas. Isto sugere que, por mais que os entrevistados possuam percepções favoráveis dos impactos positivos do turismo sobre suas localidades, estas percepções apresentaram

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

significativa variação de respostas entre os respondentes à escala métrica dos questionários, principalmente na variável que considera o turismo como possibilidade de estímulo a preservação ambiental.

## PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE OS IMPACTOS NEGATIVOS ESTIMULADOS PELO TURISMO

A análise descritiva da dimensão dos impactos negativos do turismo foi avaliada por meio de sete variáveis. Seus resultados são demonstrados na Tabela 03. Nela se encontram os dados referentes a média e desvio padrão das avaliações dos respondentes sobre o constructo.

**Tabela 03: Percepções dos residentes sobre os impactos dos negativos do turismo.**

% Variáveis	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média	Desvio padrão
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá aumentar o crescimento desordenado da comunidade	6	3	1,5	5,5	5	12,6	8	12,6	13,6	9,5	22,6	6,62	2,965
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá aumentar os preços dos produtos e serviços na comunidade	7	1,5	3	1,5	4	7,5	7	7,5	17	11,5	32,5	7,25	3,038
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá aumentar a poluição ambiental	15	3,5	9	5	4	14	11	6	13,5	8,5	10,5	5,20	3,305
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá aumentar a violência	23	2,5	6	3,5	2,5	13	6	9,5	10	9	15	5,14	3,665

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá trazer aumento dos conflitos entre os moradores	23,5	4,5	4	6	5,5	17,5	7	7,5	8	5	11,5	4,59	3,450
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá trazer perda da qualidade de vida	22	5	8,5	6	8	14	8	8,5	7	4	9	4,32	3,303
Acredito que o aumento do turismo na comunidade poderá afetar negativamente o modo de vida da população local	28	8,8	8	7	9,5	9,5	7,5	6,5	7	3,5	5	3,59	3,208

Fonte: Dados do estudo, 2017.

Como podem ser observadas na Tabela 03, levando-se em consideração as médias das respostas, duas variáveis corroboram concordância dos respondentes que o aumento do turismo e suas comunidades poderá estimular o crescimento desordenado e aumento de preços dos produtos e serviços. De acordo com a literatura, este fator pode pôr em risco a atitude de apoio de autóctones ao desenvolvimento da atividade turística, pois são necessárias um conjunto de percepções positivas do setor para que uma atitude favorável ao seu desenvolvimento seja alcançada (VIEIRA, 2014, EUSÉBIO; CARNEIRO, 2012; RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; SILVA, 2014).

No que diz respeito às variáveis relacionadas aos problemas socioambientais, como o aumento da violência e a poluição ambiental, os resultados indicaram conflito com a expectativa do turismo melhorar a estrutura e o respeito ao meio ambiente, que gerou acentuada variação sobre suas avaliações.

Os demais problemas sociais relacionados ao aumento de conflitos e perda da qualidade de vida com o crescimento do setor (com médias inferiores a 4,59), demonstraram moderada atenção dos respondentes e sustentam valores expressivos de desvio padrão, indicando elevada divergência de percepção das variáveis.

## PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES LOCAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO O SEUS NÍVEIS DE EMPODERAMENTO

Da dimensão de percepção de empoderamento das comunidades e avaliação da atuação do poder público, foram exploradas um total de 06 variáveis, duas pertencentes ao primeiro constructo e quatro direcionadas ao segundo. Os resultados corroboram para a baixa avaliação do poder público e elevada percepção de empoderamento das comunidades. Os dados referentes a média e o desvio padrão das variáveis poder ser observados a seguir:

**Tabela 04: Percepções dos residentes sobre a avaliação da atuação do poder público e percepção de empoderamento das comunidades.**

%	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média	Desvio padrão
<b>Variáveis</b>													
Eu acredito que a comunidade tem o poder de influenciar as decisões sobre o turismo local	2	0	,5	1,5	4,5	7,5	9	5	14,5	17,5	40	8,16	2,258
Acredito que a opinião da comunidade é mais importante na tomada de decisão sobre o turismo do que de empresários ou outros grupos	1	,5	3	1	1,5	7	4	4	14	20	44	8,35	2,270
Acredito que o poder público atende as solicitações da comunidade	24	3	9	8	5	18	6	9,5	8,5	3	6	4,13	3,183
Acredito que o poder público atende as necessidades da comunidade	23,5	9	9,5	6	8	14,5	4,5	9	5,5	3	7,5	3,87	3,242
Acredito que o poder público atua de forma efetiva na comunidade	25	5	12,5	8	8	15	6	7	5,5	3	5	3,67	3,069
Acredito que o poder público desenvolve ações importantes na comunidade	25	,5	13,5	6	7,5	15,5	9,5	5,5	4,5	4	5,5	3,79	3,106

Fonte: Dados do estudo, 2017.

No que se diz respeito ao constructo referente percepção de empoderamento das comunidades em relação ao turismo, de acordo com a média das variáveis, os resultados da Tabela 04 apontaram que os respondentes acreditam que suas opiniões são tão decisivas sobre ações relacionadas ao desenvolvimento do setor em seus destinos quanto a de outros grupos de interesses locais. Observa-se que eles acreditam que são fortemente empoderados em relação as decisões tomadas em suas localidades, exercendo, inclusive, influência superior à de outros *stakeholders* percebidos como fortes *players* em todas localidades.

Já no construto relacionado a atuação do poder público, com médias iguais ou inferiores a 4,13, os resultados defenderam insatisfação dos entrevistados em relação ao desempenho deste *stakeholder*. Desta maneira, cabe salientar que, mesmo que a percepção de empoderamento das comunidades reflitam de forma positiva sobre seu apoio a atividade, a falta de confiança na atuação do poder público demonstrada pelas avaliações dos respondentes é, em contrapartida, fator negativo sobre tal atitude (RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; VIEIRA; 2014; SILVA, 2014).

## PERCEPÇÕES DE APEGO DAS COMUNIDADES LOCAIS

Com um total de seis variáveis, foram abordados na Tabela 05 os resultados do constructo de apego ao lugar. De acordo com a média do constructo, foi evidenciado forte sentimento de apego dos autóctones com suas localidades, além de valores pouco elevados de desvio padrão.

**Tabela 05: Percepções dos residentes sobre o apego ao lugar.**

% Variáveis	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média	Desvio padrão
Viver nessa comunidade significa muito para mim	0	0	,5	0	0	2	,5	5	3,5	8,5	80	9,54	1,169
Prefiro viver nessa comunidade do que em qualquer outra	0	,5	0	,5	,5	1,5	1	3	4	4	85	9,57	1,286
Sinto que essa comunidade é parte de mim	0	,5	0	0	,5	1,5	1	3	4,5	11,5	77,5	9,52	1,207

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Sou muito apegado a essa comunidade	1,5	0	0	1	0	3	2	2,5	5	9,5	75,5	9,28	1,754
Viver nessa comunidade diz muito sobre quem eu sou	2	0	0	0	0	4	2,5	4,5	7,	9	70,5	9,13	1,857
Me identifico com a vida levada nessa comunidade	1	,5	,5	0	,5	1	2	4	12,5	11,5	66,5	9,17	1,666

Fonte: Dados do estudo, 2017.

Com valores superiores a 9,10 de média na escala métrica que vai até 10, os resultados da Tabela 05 indicaram forte sentimento de apego demonstrado entre os membros das comunidades de interesse deste estudo e suas comunidades.

No que tange ao desvio padrão, os valores asseguraram baixas variações de percepções entre os entrevistados. Acredita-se que este resultado está relacionado ao fato de habitarem em solo indígena ou quilombola, lugar onde seus ancestrais viveram, onde seus hábitos, costumes e cresças, durante décadas, e até hoje, interferem na realidade destes locais, mesmo com toda influência do mundo globalizado. Desta maneira, acredita-se que estes fatores influenciam diretamente tal vínculo e/ou laço emocional e sentimento de pertencimento às comunidades. Acredita-se também que a dependência econômica dos autóctones e suas comunidades consistem em um fator antecedente do elevado grau de apego manifestado, conforme afirmam Felix, Chagas, Marques Júnior e Silva (2017).

De acordo com Chagas, Silva, Silva e Marques Júnior (2016a), Chagas e Marques Júnior (2016b) e Silva, Chagas e Marques Júnior (2016b), existe uma relação positiva e direta entre o apego do residente com sua comunidade e sua intenção de apoiar a atividade turística.

## APOIO DAS COMUNIDADES LOCAIS AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Na Tabela 06 estão presentes os dados da dimensão de apoio ao turismo, nela foram exploradas seis variáveis. De acordo com os valores das médias da tabela, foi demonstrada elevada intenção de apoio dos respondentes ao desenvolvimento do turismo em suas comunidades.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Tabela 06: Apoio da comunidade local ao desenvolvimento do turismo.**

% Variáveis	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média	Desvio padrão
Acredito que o desenvolvimento do Turismo é muito importante para a comunidade	,5	0	0	1	,5	2	2	4	8,5	18,5	63	9,20	1,496
Apoio o desenvolvimento do turismo na Comunidade	1	0	0	1	1,5	3,5	,5	4	6	12	70	9,18	1,749
Acredito que a comunidade deveria estimular mais o turismo	1,5	0	1	1	,5	2,5	2	7,5	10	14,5	59,5	8,90	1,942
Sou a favor do estímulo ao aumento do número de visitantes na comunidade	1	0	1	,5	,5	2	3	5	15,5	13	58,5	8,95	1,774
Acredito que a comunidade está melhor depois do turismo	2,5	0	2	1,5	,5	8	4	7	13,5	13,5	47	8,27	2,392
Prefiro que seja desenvolvido o turismo na comunidade do que outras atividades econômicas da região, como a cana de açúcar e criação de camarão, por exemplo.	1,5	0	0	1	2,5	5,5	3	5,5	10	18,5	52,5	8,69	2,029

Fonte: Dados do estudo, 2017.

Como pode ser visualizada na Tabela 06, a dimensão de apoio do residente ao desenvolvimento do turismo demonstrou médias elevadas sobre as variáveis exploradas, além de, com exceção de duas variáveis, baixos valores de desvio padrão. Desta maneira, é possível afirmar que a maioria dos entrevistados demonstraram elevado apoio ao desenvolvimento da atividade turística. Todavia indicaram menor consenso em suas percepções sobre os impactos positivos do turismo evidentes em suas comunidades e do setor como atividade econômica preferencial.

Em termos de relevância para o estímulo ao turismo local e para gestão da

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

atividade, os resultados são positivos uma vez que o apoio ao turismo, juntamente com a participação deste *stakeholder*, é fundamental para o delineamento de ações ou projetos de intervenção do setor em consonância com os interesses das comunidades, o que possibilitará que os benefícios do fenômeno social em questão sejam usufruídos por todos os envolvidos (RODRIGUES; VIEIRA; MARQUES; TEIXEIRA, 2014; SILVA, 2014; VIEIRA, 2014; CHAGAS; SILVA; SILVA; MARQUES JÚNIOR, 2016a).

## CONCLUSÕES

Do ponto de vista prático, tendo em vista a importância e necessidade do apoio dos residentes para a gestão sustentável e eficiente do turismo nas comunidades que são alvo do presente estudo, buscou-se expor as percepções deles, seus anseios, desejos e necessidades, na tentativa de promover o empoderamento destes grupos, historicamente relegados a segundo plano pela sociedade potiguar. Além disto, este documento também poderá ser utilizado como uma ferramenta de auxílio ao poderes públicos locais e agentes da iniciativa privada em propostas de intervenção no setor.

Da análise descritiva das percepções dos residentes, foi evidenciado elevada percepção sobre os impactos positivos do turismo, forte sentimento de apego a comunidade, acentuada percepção de empoderamento das comunidades, moderada percepção dos impactos negativos do turismo, avaliação negativa da atuação do poder público e, por fim, intenso apoio ao desenvolvimento do turismo.

Tendo em vista que os resultados indicaram baixas avaliações sobre os serviços e atuação do poder público dos locais estudados, recomenda-se aos poderes públicos locais maior atenção as necessidades e anseios de seus cidadãos, além de atuação mais afetiva e transparente. Nesta perspectiva, é fundamental a elaboração de ações que tenham como objetivo a inclusão, sensibilização e o incentivo a participação das comunidades locais na gestão e desenvolvimento do turismo para que seja possível aumentar a confiança e apoio ao turismo por estes grupos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Cristiane do Nascimento; BARBIERI, José Carlos; REYES JUNIOR, Edgar. **Análise dos impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo indígena**: estudo multicasos em comunidades indígenas de Roraima. In: Anais do XXXVII Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, p.1-16, 11, 2013.

BRITO, Telma Medeiros. Turismo e povos indígenas. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**. Vol. 3, n. 4, 2009.

CAVIGNAC, Julie Antoinette; LINS, Cyro Holando de Almeida; MAUX, Augusto. **De 'herdeiros' a 'quilombolas'**: identidades em conflito (Sibaúma - RN). In: Anais do XXX Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 24-28 out., 2006.

CHAGAS, Márcio Marreiro das. Imagem de destinos turísticos: uma discussão teórica da literatura especializada. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 10, n. 03, p. 435 – 455, 2008.

CHAGAS, Márcio Marreiro das; SILVA, Maria Analice Antônio da; SILVA, Victor Hugo da; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. **Classificação de residentes em relação ao apoio para o desenvolvimento turístico em comunidades indígenas**: uma tipologia empírica baseada em *cluster analysis*. In: Anais do X Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016a, Paraná (PR).

CHAGAS, Márcio Marreiro das; MARQUES JÚNIOR, Sérgio; SILVA, Victor Hugo da. **Imagem de destinos turísticos**: conceitos, modelos e casos. Natal: EditoraFRN, 2016b.

EUSÉBIO, Celeste; CARNEIRO, Maria João. Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos. **Revista Portuguesa de estudo Regionais**, n. 30, 2012.

FELIX, João Paulo Serafim; CHAGAS, Márcio Marreiro das; MARQUES JÚNIOR, Sérgio; SILVA, Victor Hugo da; Análise da relação entre dependência econômica e a percepção dos residentes sobre os impactos do desenvolvimento turístico da Praia da Pipa/RN, **Applied Tourism**, v.2, n.3, p.37-64, 2017.

MEDEIROS, Sâmila Thaís Barros Feijó de. **Um lugar para chamar de “meu”**: um estudo sobre relação afetiva com o lugar dos moradores da praia de Pipa-RN. 2005. 169f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2005.

OLIVEIRA, Iana Cavalcante de; HARB, Antonio Geraldo. **Imagem do destino turístico como fator de sustentabilidade para o município de Presidente Figueiredo**. In: Anais do XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Rio Grande do Sul, p. 1-15, 15 – 18 de out., 2016.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PEREIRA, Maria Gorete Nunes. **Potiguara de Sagi**: da invisibilidade ao reconhecimento étnico. 2015. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2015.

RODRIGUES, A. P.; VIEIRA, I.; MARQUES, C. P.; TEIXEIRA, M. S. Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade histórica do Norte de Portugal, **Tourism & Management Studies**, v.10, n.2, 17-25, 2014.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. **"...Em busca da realidade..."**: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). 2007. 271 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SILVA, Gilmara Barros da. **Fatores capazes de influenciar o apoio dos residentes ao desenvolvimento do turismo religioso em Santa Cruz – RN**. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2014.

SILVA, Rosijane Evangelista; CARVALHO, Karoliny Diniz. Turismo étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 203-219, 2010.

SILVA, Víctor Hugo da; CHAGAS, Márcio Marreiro das. **Análise da relação entre perfil sociodemográfico da comunidade local e o grau de apoio ao desenvolvimento da atividade turística**, In: Anais do XII Seminário da Associação Brasileira de Pós-graduação em Turismo (ANPTUR), 2016a, São Paulo (SP).

SILVA, Víctor Hugo da; CHAGAS, Márcio Marreiro das; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. **Classificação de residentes em relação ao apoio para o desenvolvimento de destinos turísticos costeiros**, In: Anais do XII Seminário da Associação Brasileira de Pós-graduação em Turismo (ANPTUR), 2016b, São Paulo (SP).

VIEIRA, Kaline Formiga. **Avaliação do apoio dos residentes no processo de gestão de projetos turísticos ambientais**: um estudo do vale dos dinossauros – Sousa/PB. 2014.116f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## PRODUTOS EXPERIENCIAIS: A PRESENÇA DAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS – PR.

Débora Gonçalves Alencar

Francisco José Gouveia de Castro

José Manoel Gonçalves Gândara

### RESUMO

Vistas as novas características do consumidor, como a procura por experiências enriquecedoras e atividades que propõem maior envolvimento com os aspectos socioculturais de um destino turístico, este trabalho apresenta a conformação de produtos experienciais para a Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná, e para tanto, utiliza-se do aporte da economia da experiência e do marketing do destino turístico como objetivo aplicar as dimensões da experiência de Pine e Gilmore (1999) para agregar valor ao consumo da atividade turística na região dos Campos Gerais – PR. Tem-se do setor audiovisual como um elemento que contribui para a leitura criativa do espaço turístico e suas potencialidades culturais expressas em documentários e séries de TV que tiveram como conteúdo das suas histórias atributos locais. Com uma abordagem qualitativa de pesquisa, o artigo possui um caráter exploratório visando identificar a conformação de produtos mediante o desafio de inovar na conformação de produtos turísticos através da criação de experiências propostas no Plano Estratégico de Marketing Turístico do Paraná para um Destino Inteligente (2018). Conclui-se que é possível aplicar as dimensões experienciais atreladas a um setor criativo, sendo esse o audiovisual, para compor produtos turísticos regionalizados, especificamente da região turística dos Campos Gerais, que ressaltam a cultura paranaense além de incentivar de forma inovadora o desenvolvimento econômico local.

**PALAVRAS-CHAVES:** Economia da Experiência, Marketing Turístico; Produções Audiovisuais, Produto Turístico, Campos Gerais-Paraná.

### ABSTRACT

Viewed as new characteristics of the consumer, such as the search for enriching experiences and activities that are more involved with the socio-cultural aspects of a tourist destination, this work presents a conformation of experimental products for a region of the United States, and for possibilities of experience and use of the experience of use and use of talent as objective is the application of the experience in Pine and Gilmore (1999) to add value to the consumption of tourist activity in the region of Campos Gerais - PR. One has of the audiovisual as an element that makes the

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

reading of a virtual space and its cultural potential expresses in documentaries and TV series that have turned into TV programs. With a qualitative research approach, the article has an exploratory character that aims at a set of products based on the challenge of innovating in the formation of products through the creation of marketing strategies in the Strategic Marketing Plan of Paraná for a smart destination (2018). Conclusion that it is possible to apply as the currents experienced as a creative sector, this being the audiovisual, to compose the regional tourist countries, of the tourist region of Campos Gerais, which is a culture of Paraná and a model of educational innovation.

**KEY WORDS:** Experience Economics, Tourism Marketing; Audiovisual Productions, Tourist Product, Campos Gerais-Paraná.

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural e geográfica que apresenta em suas atividades de lazer a vivência de experiências de viagens a partir da criação e formulação de produtos arranjados de diferentes formas, compostos por elementos de natureza emocional e, atualmente, por práticas que sugerem aprendizagem, conhecimento e transformação. O consumo da atividade turística tem a cada dia se tornado uma experiência multifuncional afetada por diferentes fatores como o grau de comunicação, percepção e informações antes, durante e depois da visita (Aho 2001, Middlenton & Clark 2002, Marujo 2016).

Em relação às motivações, a dinâmica da atividade do turismo encontra-se em constante evolução, interligada intimamente com a emoção e construções afetivas. Embora uma área distinta, enquadrada como uma atividade do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, o audiovisual se encontra também em expansão com criação de diferentes produtos de apelo emocional como séries, documentários, filmes dentre outros (Costa et al, 2017).

Muitos países procuram incentivar a presença do audiovisual em seus territórios vista a possibilidade de atingir potenciais turistas através do consumo prévio de imagens e representações da mídia. Do ponto de vista do marketing, se trata de um elemento a mais para a formação de uma imagem com base na própria interpretação do indivíduo ao assistir a um produto do audiovisual (Costa et al 2017, Mancions 2004, Kim & Richardson 2003).

O Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016) direciona o desenvolvimento do turismo no Estado do Paraná sob a orientação de três eixos específicos, sendo eles governança e sustentabilidade, qualidade e competitividade, marketing e inovação, a partir do viés da Economia da Experiência, para obter conhecimento em relação às características da demanda e oferta.

As dimensões da economia da experiência contribuem sistematicamente para com a conformação no que se refere às ofertas de serviços bem como no acréscimo de valor ao produto final a partir do manuseio de experiências memoráveis (Pine & Gilmore, 1999). A lógica da criação de experiências sempre esteve presente nas práticas de marketing de destinos turísticos, portanto é necessário compreender de forma ampla os distintos processos e elementos que contribuem para manusear experiências de forma que haja múltiplos sentidos cognitivos para direcionar a tomada de decisão (Lugosi & Walls, 2013)

Visto isso, o trabalho tem como objetivo aplicar as dimensões da experiência de Pine & Gilmore (1999) para agregar valor ao consumo da atividade turística na região dos Campos Gerais paranaense. Para tanto, são utilizadas produções de séries e documentários como instrumento para incentivar a releitura criativa de atrativos locais e conformar produtos experienciais. Segundo Connell (2012) entre um determinado filme ou série de TV e o turismo existe um potencial de associação e longevidade no que se refere à característica local.

A problemática de pesquisa se encontra no desafio de como inovar na conformação de produtos turísticos através da criação de experiências? Essa premissa constitui um dos enfoques estratégicos do Plano Paraná 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016), especificamente no eixo estratégico que corresponde ao desenvolvimento do marketing e inovação (Paraná, 2016, p 10). A investigação adotou abordagem qualitativa, exploratória e descritiva para abordar a contribuição da produção de documentários e séries para com a atividade do turismo. O campo de pesquisa foi à região dos Campos Gerais paranaense, uma região com um patrimônio histórico, natural e cultural importante para o desenvolvimento do turismo no estado do Paraná. (Horodyski 2006)

O presente trabalho está dividido em quatro partes além desta introdução, em sequência tem-se o marco teórico relacionado às características da economia da experiência, seguido do delineamento metodológico, análise de resultados no qual apresenta as possibilidades de trabalhar o domínio da experiência em conjunto com a produção audiovisual e por último as considerações finais.

## **A ECONOMIA DA EXPERIÊNCIA E O CONSUMO DA ATIVIDADE DO TURISMO**

O conceito de destino turístico foi problematizado por Framke (2014), que partiu da concepção clássica para a sociológica em que o destino é visto como resultado da prática social, em que toda atividade acontece em um lugar e essas atividades formam o lugar em que a produção de serviços é realizada, onde o consumidor é um co-produtor de uma experiência.

Jovicic (2016) insere no debate a importância do fator tecnológico, que analisa o conceito de destino turístico partindo do viés clássico/tradicional, passando pela abordagem sistêmica e terminando com o destino turístico inteligente, enfatizando as mudanças recentes, com o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação. Diante desse avanço, o autor esquematizou os destinos de experiência a partir da intersecção de diversos fatores que compõem a co-criação: oferta turística, demanda turística, co-consumo turístico e redes sociais.

Não menos importante, na economia da experiência, é o trabalho em rede que, segundo a percepção de Binkhorst (2008), abarca uma série de atores integrados e utilizando-se do aparato tecnológico disponível. Tal processo tem como fim a agregação de valor, uma vez que o turismo “representa um gerador de experiências e um motor econômico de primeira ordem” (Binkhorst, 2008, p. 49).

Os impactos da tecnologia nas experiências também foram objetos de estudo de Neuhofer, Buhalis & Ladkin (2012), que destacaram o papel das Agências Gerenciadoras de Destinos nesse novo paradigma tecnológico, mais especificamente na necessidade de achar diferenciados significados para atração do consumidor. No conceito de economia da experiência, segundo Andersson (2007), o turista assume um papel importante na cadeia de produção, ou seja, “a realização de um projeto de consumo, reunindo recursos em um conjunto de consumo que é necessário para

produzir uma experiência de turismo. Os bens e serviços de turismo são produzidos para produzir experiências” (p. 47).

Nesse caso, segundo o autor, o turista assume a responsabilidade pela “produção final” que determinará o valor final de toda a cadeia de produção onde o resultado desse processo, no qual o turista é ativo, é determinado por habilidades, criatividade e conhecimento, bem como o tempo e outros recursos do turista. Esse conceito cabe plenamente no planejamento de roteiro turístico, uma vez que a experiência é tratada como o propósito essencial da viagem, cuja necessidade de experimentar um destino é cada vez mais objetivado para otimizar sua experiência.

Richards (2014) introduz a ideia de “reprodução do cotidiano”, o que envolve trabalho emocional por parte de guias de turismo e outros atores envolvidos na produção de espaços. Para Richards (2014), a incorporação das experiências – vida no dia a dia – em locais visitados é uma das motivações de viagem mais importantes para os novos turistas culturais ou criativos. Esse viés justifica também o planejamento de roteiros de produtos turísticos como práticas emergentes, que é o resultado da combinação de recursos, habilidades e significados. O “novo sistema de co-criação de espaço entre turistas e residentes têm sido um resultado importante das mudanças nas práticas de turismo” (Richards, 2014, p. 9).

Já pensando no comportamento do consumidor, Cohen, Prayag & Moital (2016), avaliam as influências externas, identificadas como importantes fatores contemporâneos sobre o turismo, os quais, tecnologia, geração e o aumento da preocupação ética nas decisões do consumidor. Para os autores, os consumidores usam tecnologia para muitas tarefas relacionadas ao consumo, como busca de informações, comprando, compartilhando opiniões e experiências e entretenimento.

Seguindo a abordagem do comportamento do consumidor, bem como as influências externas, o Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016), propõe que, para a elaboração de roteiros de produtos de destinos turísticos, deve-se estabelecer as tendências-chaves para o Estado, como “influência estratégica da definição dos perfis dos consumidores” e “predominância do uso das tecnologias de informação e comunicação”.

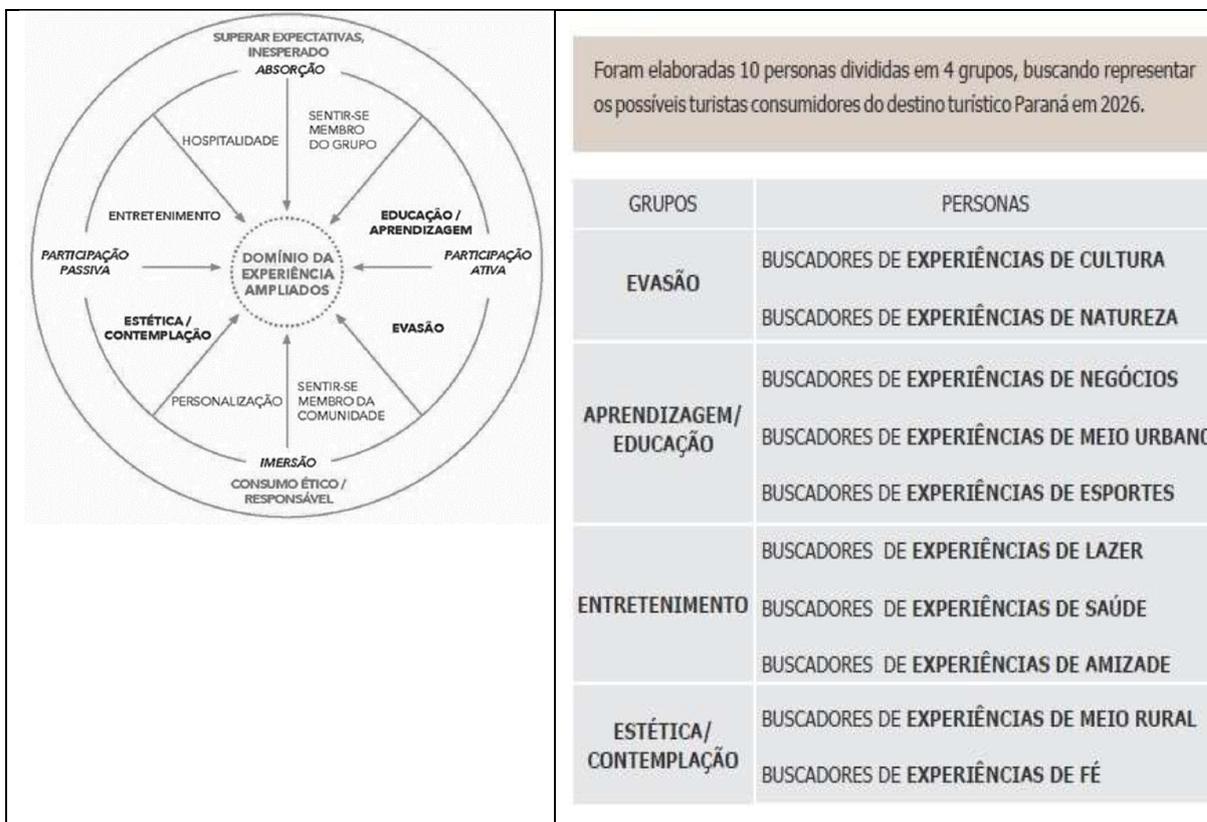
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Diante desse contexto teórico, o presente trabalho se fundamenta no uso da tipologia das dimensões de experiências elaboradas por Pine & Gilmore (1999), que foram categorizadas em absorção, imersão, participação ativa e passiva. No modelo estrutural, as variáveis utilizadas para explicar e caracterizar o perfil da demanda foram a educação/aprendizagem, escapismo/evasão, estética/contemplação e entretenimento. Esse modelo serviu de ponto de partida ao planejamento para a oferta segmentada de produtos turísticos, conforme o item “definição estratégica de segmentos e produtos” do Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016).

A participação dos agentes públicos e privados no processo de planificação de marketing dos destinos turísticos foi amplamente analisado por Buhalis (2000). Em sua explanação, o autor afirma que a participação dos agentes públicos e privados no marketing de destino facilita a consecução da política de turismo, que deve ser coordenada com o plano estratégico de desenvolvimento. A comercialização do destino também deve orientar a otimização dos impactos turísticos e a maximização dos benefícios para a região.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Figura 1 – Domínios da experiência**



Fonte: Plano Paraná Turístico 2026: Pacto para um destino inteligente (2016, p.79)

De fato, esse é o princípio inicial dos planos de marketing e de desenvolvimento do turismo, que pressupõem um processo de construção conjunta pactuada entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil, dos governos e das regiões turísticas. Essa foi a filosofia seguida na elaboração dos planos turísticos no Estado do Paraná.

A partir disso, emerge a necessidade da regionalização do espaço turístico a fim de instrumentalizar o ordenamento territorial do turismo no Paraná para o desenvolvimento dos produtos turísticos, contribuindo para a construção da imagem, identidade e posicionamento junto ao mercado consumidor. Para tal, a utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) é um dos elementos que contribui para o sucesso da divulgação, implementação, monitoramento, avaliação e resultado do Planejamento Estratégico dos Destinos Turísticos

Diante disso, os destinos turísticos paranaenses se defrontam com a crescente concorrência, tanto nacional quanto a internacional. Nesse caso, segundo Sainaghi (2006), todos os destinos devem posicionar seus produtos de tal maneira a lhes dar caráter e personalidade. Como exemplo, o autor cita o caso do mercado europeu, sua estrutura tradicional fragmentada, estimulou o desenvolvimento de Organizações de Gerenciamento de Destinos (OGD), cuja função é a de ajudar as empresas locais a construir uma vantagem competitiva sustentável e a criar vantagens competitivas para toda a região através de opções de posicionamento.

Para tal, cabe destacar a importância do trabalho de imagem e implementação de táticas administrativas unilaterais para uma análise sociocultural de longo prazo que foi proposta por Saraniemi & Kylanen (2014). O objetivo é “construir uma área de marca de destino, construindo geografias locais ou promovendo cooperação entre as diferentes partes interessadas na mesma região” (Saraniemi & Kylänen, 2014, p. 133).

Diante da necessidade de planejar os roteiros turísticos de acordo com o perfil de demanda por diversos tipos de buscadores de experiências, a Região Turística dos Campos Gerais expressa, com o máximo de aderência à realidade, as condições de oferta e estrutura para a criação de produtos turísticos.

Nesse sentido, de acordo com as classificações propostas por Pine & Gilmore (1999), e as personas turísticas expostas no Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016). Visto isso, o trabalho tem como objetivo aplicar as dimensões da experiência de Pine & Gilmore (1999) para agregar valor ao consumo da atividade turística na região dos Campos Gerais paranaense. Para tanto, são utilizadas produções de séries e documentários como instrumento para incentivar a releitura criativa de atrativos locais e conformar produtos experienciais.

## **DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Para o cumprimento do como objetivo aplicar as dimensões da experiência de Pine & Gilmore (1999) para agregar valor ao consumo da atividade turística e inovar produtos turísticos mediante a criação de experiências na região dos Campos Gerais,

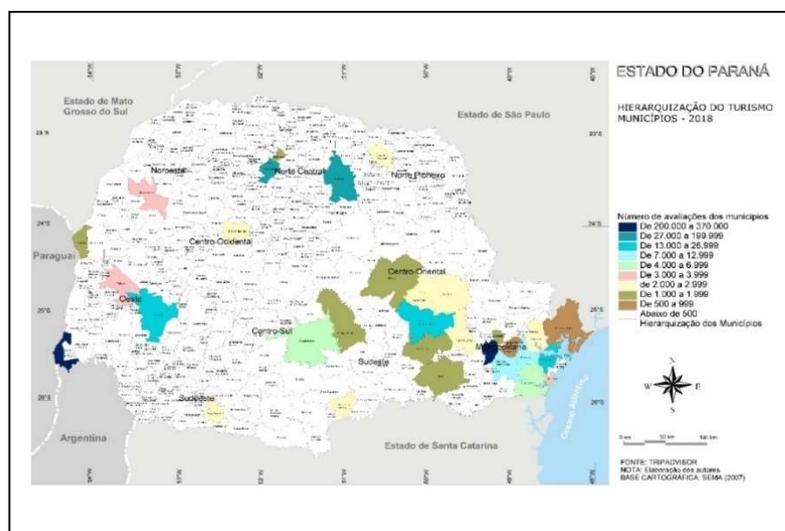
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

figura 02, a partir do setor criativo audiovisual, a investigação adotou a abordagem de pesquisa qualitativa com caráter descritivo e exploratório. O processo qualitativo de investigação se fundamenta em um conjunto de práticas que envolvem abordagem interpretativa do mundo, consideram-se contextos naturais e o significado dos fenômenos atribuído pelas pessoas (Denzin & Lincoln, 2011 *apud* Creswell, 2014).

Para criar a tipologia de hierarquização dos municípios turísticos do Paraná foram sistematizadas as informações com base nas avaliações disponíveis no TripAdvisor. Nesse critério, foram trabalhados os municípios com mais de 2.000 comentários entre hospedagem, bares, restaurantes e o que fazer (atrativos), ou que pelo menos contasse com um atrativo com mais de 100 comentários. Diante disso, pressupõem-se que, quanto maior o número observado de avaliações, maior a demanda por atrativos turísticos da localidade em questão (**figura 2**).

**Figura 2 – Hierarquização dos municípios turísticos do Paraná - 2018**



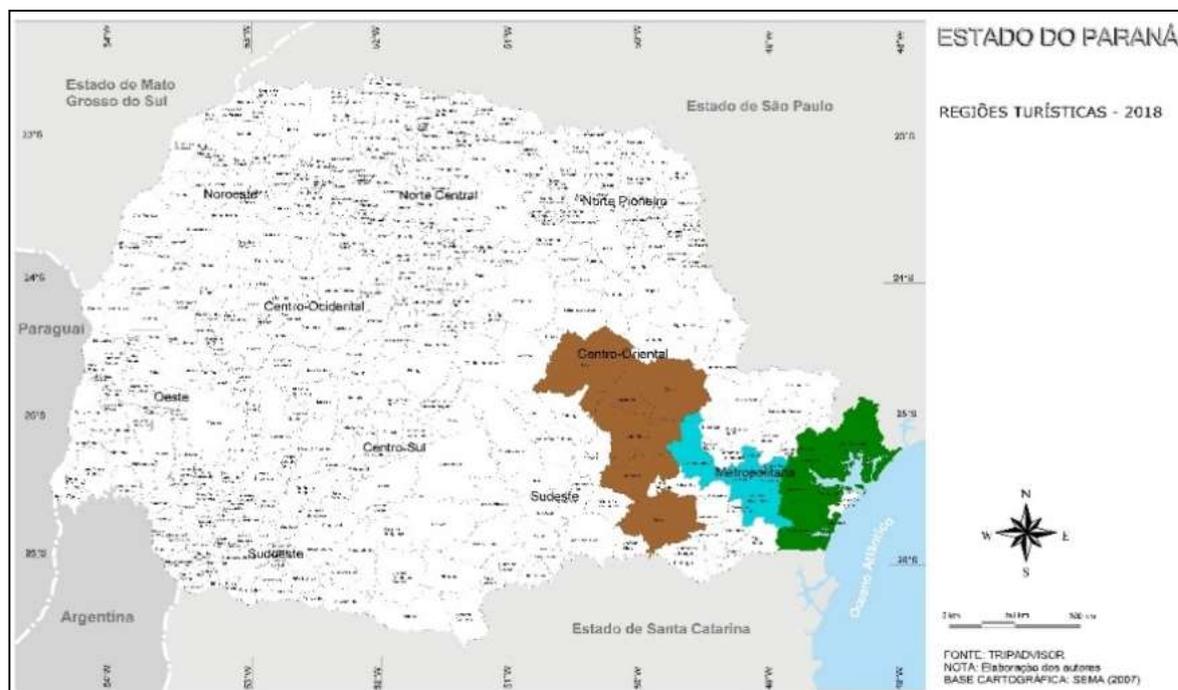
Fonte: Paraná Turístico 2026 – Plano Estratégico de Marketing para um destino inteligente

Por conseguinte, foram identificadas três regiões turísticas no Estado do Paraná: Região Metropolitana de Curitiba, Litoral Paranaense e Região Turística dos Campos Gerais. A tipologia resulta da identificação de três regiões compostas por localidades com atrativos turísticos homogêneos e próximas do maior centro

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

demográfico do estado, ou seja, há uma combinação entre a demanda e a facilidade de acesso (figura 3).

**Figura 3 – Regiões Turísticas do Paraná – 2018**



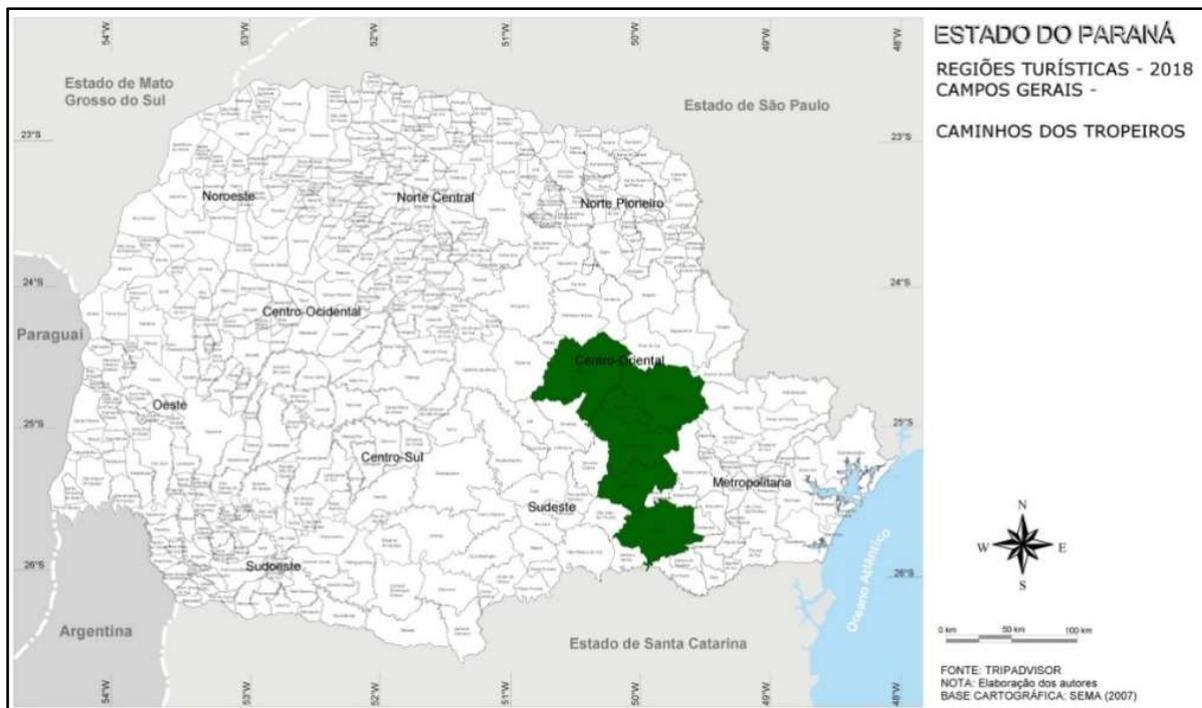
Fonte: Elaboração dos autores

O desenvolvimento da investigação, figura 4, inicia com a identificação das cidades em que a oferta do produto turístico é estruturada pelos seus atrativos, facilidades de hospedagem e alimentação, acessibilidade e imagem (Middlenton & Clark, 2002). Ao considerar essa premissa, a atividade do turismo se destaca na Região Turística dos Campos Gerais, que abrange os municípios de Ponta Grossa, Lapa (apesar de pertencer à Região Metropolitana de Curitiba, turisticamente se enquadra nos Campos Gerais devido às suas características geográficas e culturais relacionadas ao tropeirismo), Palmeira, Carambeí, Castro e Tibagi.

Seguidamente, foram identificadas as produções audiovisuais, especificamente séries e documentários, ocorridos nos municípios destacados no setor do turismo, para observar as possibilidades de conformar produtos experienciais a partir das dimensões da experiência de Pine & Gilmore (1999).

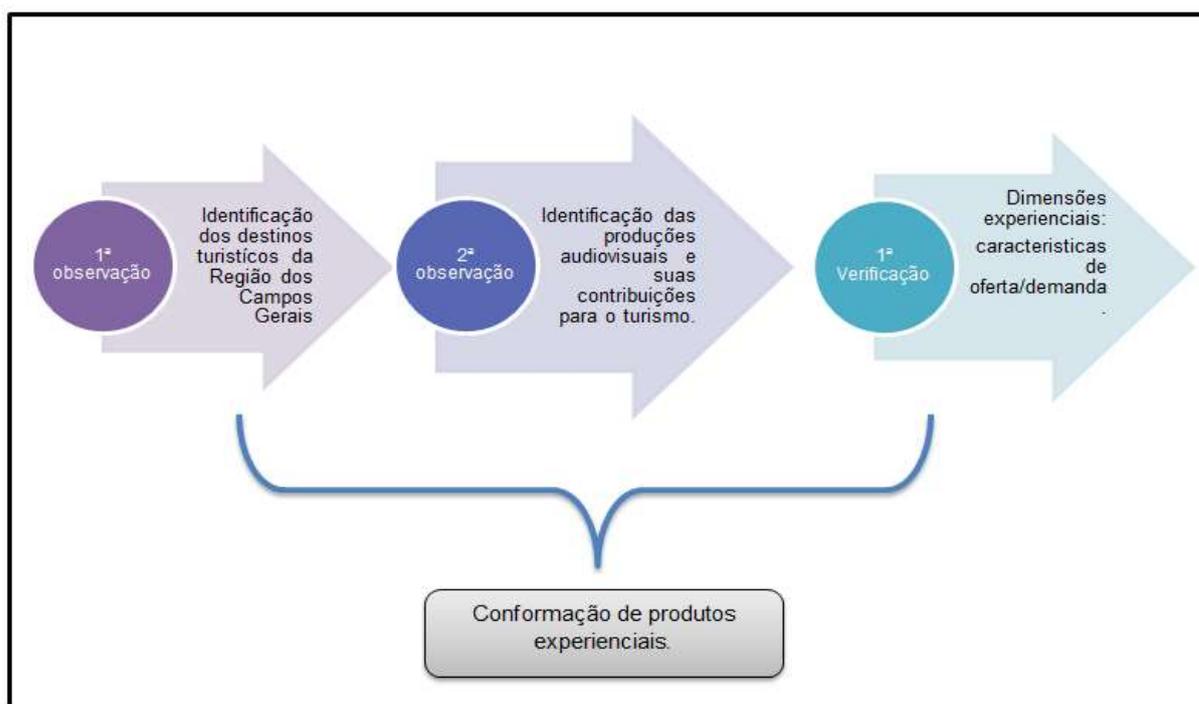
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Figura 4: Região dos Campos Gerais – PR.**



Fonte: Os autores

**Figura 5: Desenho da investigação para conformação de produtos turísticos.**



Fonte: autores, 2018.

ISSN: 1808-9755

Isto posto, verifica-se a presença do audiovisual na região dos Campos Gerais como possibilidade de conformar produtos e para tanto o aporte das dimensões da experiência de Pine&Gilmore para identificar os aspectos do produto ofertado. Os destinos turísticos são mais propensos a ter sucesso se reconhecerem as qualidades experienciais de suas ofertas atingindo competitividade ao agregar valor ao produto. Em relação ao campo da experiência, quanto mais diferenciado e personalizado um serviço maior a chance de tornar uma experiência satisfatória ao consumidor (Hosany & Prayag 2013, Mehmetoglu&Engen, 2011, Morgan, Elbe&Curiel 2009).

Contudo, para agregar valor ao produto, no sentido do desenvolvimento local, a dinâmica produtiva depende da introdução de inovações ao produto, de processo e de organização que impulem a transformação e renovação do sistema produtivo local (Vasquez Barqueiro, 2000). De fato, para que isso ocorra, é necessária a criatividade proveniente do capital humano estabelecido na Região.

## **A REGIÃO DE CAMPOS GERAIS E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS: A POSSIBILIDADE DE PRODUTOS EXPERIENCIAIS.**

A Região dos Campos Gerais – PR está localizada no centro do Estado e no Sul do Brasil, envolta em uma diversidade de cenários naturais característicos do planalto paranaense. No sec. XVIII e XIX configurou-se como uma região importante para a economia do país com o tropeirismo, atividade que ocasionou o fomento do comércio de mercadorias e animais na época com a formação de caminhos e trilhas que ligavam a região sul ao sudeste e centro-oeste. Desta forma, ocorreu o desenvolvimento da pecuária e o surgimento de cidades, essas por sua vez receberam imigrantes de diferentes etnias, italianos, poloneses, alemães, holandeses dentre outros, tornando os Campos Gerais também uma região rica em aspectos culturais com diferentes expressões. (Paraná 2016, Horodyski 2006, Matias & Mascarenhas 2008).

O Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2018) esboça um panorama de análise e avaliação das regiões turísticas do Estado, o qual visava identificar o nível de desenvolvimento do turismo sob a perspectiva da gestão,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sustentabilidade, marketing, infraestrutura de apoio, oferta e demanda. Neste referido estudo a região dos Campos Gerais aparece na primeira posição do desempenho dos municípios junto ao setor Turístico (Paraná, 2018).

Segundo Beeton&Calvani (2015) alguns distritos tendem a trabalhar o turismo reproduzindo o que viram em outros lugares limitando-se a um turismo cultural convencional, mas o comportamento do consumidor tem demonstrado a procura de um envolvimento maior durante a viagem mediante a experiências e histórias, para tanto o cinema pode ser um caminho possível para conformar produtos experienciais.

O cinema tem sido considerado um importante vetor para a conscientização em relação a um local através de imagens realça a natureza experiencial do envolvimento do indivíduo (Busby& Klug 2001). Existe a possibilidade de transmissão de elementos da identidade local e comercialização de atrativos turísticos através de um filme, bem como uma forma de agregar valor ao produto turístico(Rodríguez Campos &FraizBrea 2010).

Assim como o cinema, as séries, documentários, curtas-metragens dentre outros também são produtos audiovisuais que compõe um setor criativo que ao se relacionar com elementos e características culturais de uma cidade podem ocasionar vantagens competitivas frente a outros destinos e promoção da identidade através da combinação de elementos do espaço e suas formas de expressão além de contribuir para a geração de empregos e novas relações mercadológicas para a economia local (Santos, Alencar & Neves 2017)

A série Casos e Causos, exibida na Rede Globo aos domingos entre os anos 2012 e 2013, foi produzida pela TV local Revista RPC e resgata fatos, histórias e valores regionais do estado do Paraná<sup>24</sup>. Dentre as cidades que foram locação audiovisual e tiveram seus aspectos culturais como roteiros das histórias para série estão os municípios de Carambeí, Castro, Lapa e Palmeira, localizados na Região de Campos Gerais – PR.

Os municípios de Carambeí e Castro foram cenários para a curta metragem “Crime Idiomático” (2013), que conta história de um casal de descendentes de

---

<sup>24</sup> Disponível em <https://goo.gl/jbKfgY>. Acessado em Junho/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

holandeses que vivem no Brasil em 1940 e são surpreendidos por uma lei instituída pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, que proibia o uso de línguas estrangeiras em território nacional. As cidades citadas anteriormente foram berço das chegadas dos imigrantes holandeses no Brasil e, portanto, possuem preservados traços da arquitetura e gastronomia.<sup>25</sup>

O município da Lapa recebeu a produção da microsérie "Amor em Tempos de Guerra" (2013), ambientada no Cerco da Lapa e ruas da cidade tem como eixo da história é a Revolução Federalista em 1984. Dirigida por Beto Carminatt, a microsérie foi escrita depois de muita pesquisa e consultoria histórica "Fomos a fundo a livros, relatos de pessoas. Trabalhamos com essas informações e com os elementos de ficção", conta o diretor, a partir desse garimpo de dados.<sup>26</sup>

O município de Palmeira foi cenário e inspiração para a minissérie "Colônia de Cecília" e dirigida pelo cineasta Guto Pasko, que procurou destacar a importância política e social da experiência anarquista única dos imigrantes italianos em Palmeira entre os anos de 1890 e 1894. Para um efeito de verossimilhança com a história os 20 principais personagens dominavam o idioma italiano e todas as cenas foram gravadas tanto em português quanto no idioma nativo dos personagens, além de envolver fundadores e idealizadores da colônia com retratação de detalhes linguísticos, usos e costumes.<sup>27</sup>

Outras produções audiovisuais também se destacaram na Região dos Campos Gerais como o documentário "Tropeiro Alma sem Fronteira" (2003), produzido pela Cooperativa Cinema e Mídias Digitais e dirigido por Homero Camargo, que tem como narrativa o tropeirismo como movimento importante na articulação das relações econômicas e culturais no século XIX. Com filmagens nas cidades de Castro e Tibagi em 2002 o documentário reconstituiu acampamentos típicos que originaram inúmeras cidades no Paraná, no chamado "caminho das tropas".<sup>28</sup>

<sup>25</sup> Disponível em <https://goo.gl/G4AMXh> . Acessado em junho/2018.

<sup>26</sup> Disponível em :<https://goo.gl/PqdYHN> , Acessado em junho/2018.

<sup>27</sup> Disponível em:<https://goo.gl/ybsfHv> , Acessado em junho/2017.

<sup>28</sup> Disponível nos respectivos sites: <https://goo.gl/Y1rQfq>. Acessado em junho/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A cidade de Ponta Grossa recebeu o documentário ‘Bicho do Paraná’, que conduzido pelo produtor Vander Colombo, percorre o Estado para gravando ir traçando a trajetória do artista João Lopes, músico homônimo e compositor da década de 1980.<sup>29</sup> A música “Bicho do Paraná” é considerada hino não oficial do Paraná e esboça a vida no campo, “No mato a gente se ajeita, tudo o que se planta dá. Quero voltar pra minha terra, pro norte do Paraná” (João Lopes, 1970).

A primeira etapa das filmagens percorrem as principais cidades com o intuito de mostrar não só as belezas naturais do estado, mas também os estilos musicais que compõem a cultura paranaense, dentre eles o tamanco, o acordeão, o rock, o jazz e o blues. As gravações do documentário “Bicho do Paraná”, que tem previsão de lançamento local e nacional em 2018, ocorreram no Parque Estadual de Vila Velha em Ponta Grossa em maio de 2017.<sup>30</sup> Segundo o acordeonista Diego Guerreiro, em entrevista para o jornal regional do estado, o resgate e difusão da obra musical de João Lopes são significativos para a cultura paranaense.<sup>31</sup>

O documentário “Lembranças” (2011), filmado pelo diretor e produtor Zinho de Oliveira, tem como eixo principal as resgatar histórias e relatos da população da cidade de Tibagi. O documentário é composto por quatro temas principais em quatro partes de 12min, sendo o garimpo do diamante, casos do Guartelá, as antigas carreiras de cavalo e cinema. Segundo o diretor Zinho, o documentário “Lembranças” possui um cunho educativo com o intuito de ser apresentado em salas de aula e sessões itinerantes de cinema ao ar livre em todos os bairros da cidade e comunidades rurais. O curta-metragem foi lançado no Teatro Municipal Tia Inália em Tibagi.<sup>32</sup>

Para Richards & Wilson (2006) as indústrias criativas podem vir a ser um elemento interessante para desencadear processos criativos atraindo empresas e indivíduos no setor cultural e contribuindo para efeitos multiplicadores da economia e valor estético local. Segundo Vila (2015) o audiovisual é relevante para o turismo uma vez em que a imagem é uma sinergia, ambos os setores estão imersos na economia

<sup>29</sup> Disponível em <https://goo.gl/LyuHVe> . Acessado em junho/2018.

<sup>30</sup> Acessado em <https://goo.gl/PzLLtH> . Acessado em junho/2018.

<sup>31</sup> Disponível em : <https://goo.gl/2tZiJ7>, Acessado em junho/2018

<sup>32</sup> Disponível em : <https://goo.gl/2cPDYD> Acessado em junho/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da experiência procurando criar produtos experienciais e criativos para envolver seus consumidores. A tabela 01 abaixo demonstra resumidamente cada elemento cultural trabalhado nas produções audiovisuais dos municípios da Região de Campos Gerais - PR.

### Quadro 1: Elementos culturais locais abordados nas produções audiovisuais.

Município	Produção Audiovisual	Elemento Cultural	Possibilidades de produtos diferenciais para o turismo
Carambeí	Crime Idiomático	Imigração Holandesa	Roteiros temáticos, realização de festivais e oficinas.
Castro	Tropeiro Alma sem Fronteira	Movimento do Tropeirismo	
Lapa	Amor em Tempos de Guerra	Revolução Federalista em 1984	
Palmeira	Colônia de Cecília	Imigração Italiana	
Ponta Grossa	Bicho do Paraná	Estilo musical	
Tibagi	Lembranças	Relatos do cotidiano social	

Fonte: Autores (2018)

Ao associar a teoria das dimensões da experiência de Pine & Gilmore (1999) com as produções audiovisuais nos municípios citados que compõe a região dos Campos Gerais é possível conformar produtos experiências para desenvolver a dimensão de Educação/Aprendizagem e Escapismo/evasão. Visto que ambas as dimensões tem como característica as atividades relacionadas ao aprendizado em relação a aspectos culturais ou caraterísticas locais como oficinas, eventos de interação. As dimensões do entretenimento e da estética, também se encontram presentes. Nessas a absorção é passiva no momento do consumo, como exemplo tem-se como atividade neste âmbito concertos, peças de teatro, museu e contemplação de cenários de caráter único. (Mondo & Gândara 2017, Mehmetoglu & Engen, 2011).

Tem-se nas dimensões as características de consumo sendo a imersão nas dimensões de estética e Escapismo/evasão no qual há o com aprofundamento no destino com um consumo responsável e absorção como característica da dimensão

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de entretenimento e Educação/aprendizagem com atividades divertidas e de cocriação (Oh, Fiore & Jeoung 2007).

Cabe ressaltar que a proposta ou a vivência de experiências não são estáticas, duas ou mais ou até mesmo todas as características dimensionais das experiências podem ocorrer de forma simultânea (Oh, Fiore&Jeoung 2007, Mehmetoglu&Engen, 2011). Visto isso, o incentivo para criação de festivais de cinema, música e gastronomia, bem como roteiros temáticos podem vir a ser uma via para trabalhar o turismo de forma experiencial além de criar uma política cultural nas cidades. A rota turística temática bem como a promoção dos referidos festivais permitem acompanhar as necessidades dos consumidores em relação a oferta turística (Beeton&Calvani 2015, Rodriguez Campos & FraizBrea 2010, Costa et al 2017).

Dentre os municípios citados, Lapa se destaca com a realização do Festival de Cinema incentivado pelo Instituto Histórico e Cultura da Lapa com o objetivo de fomentar e cooperar com o desenvolvimento de políticas de proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade, e promover a participação e realização da difusão de eventos culturais.<sup>33</sup> Segundo Devesa et al (2012) festivais culturais compõem um panorama dinâmico interessante para o desenvolvimento local uma vez em que gera repercussões econômicas, sociais, culturais e turísticas, principalmente na cidade que hospeda o evento.

Outro demonstrativo da potencialidade da criação de produtos experienciais para o turismo na região dos Campos Gerais é o documentário “Tropeiro Alma sem Fronteira” que em sua pré-estreia contou com representantes do governo estadual, SEBRAE, Paraná Turismo, prefeitos da região e empresários do setor de turismo assinaram termo de adesão ao projeto turístico Rota dos Tropeiros, organizado pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais.<sup>34</sup>

Segundo Costa et al (2017) rotas temáticas constituem uma proposta inovadora para o turismo como um produto que aumenta a competitividade de um destino, mediante a este fato pode-se construir uma rota com base em documentários

---

<sup>33</sup>Disponível em <https://goo.gl/PvNCTa> . Acessado em junho/2018.

<sup>34</sup>Disponível em <https://goo.gl/nEbRRN> . Acessado em junho/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

e séries que retrataram as cidades que compõem a Região dos Campos Gerais e desta forma desenvolver um produto turístico com características experienciais.

A arte é um produto de relevância para a oferta experiencial de produtos do turismo, conferindo personalidade, diferenciação e inovação para um destino com o uso da criatividade como alternativa para o turismo cultural convencional e atendendo a demanda de novos consumidores que se caracterizam pela procura por experiências memoráveis com maior envolvimento local. (Costa et al 2017, Richards & Wilson, 2006)

Um aspecto importante do setor audiovisual é sua contribuição para com o desenvolvimento local como indústria criativa que possui um viés social, cultural e econômico para uma comunidade, pois incentiva a criatividade e a integração entre empresas, comunidade e governo promovendo novas conexões relacionadas ao espaço e ao capital social. (Gonçalves & Santos, 2014, Tomazzoni, 2012, Emmendofer & Ashton, 2014). A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro elaborou um mapeamento da Indústria Criativa em todo território nacional no período de 2013 a 2015, no qual o Estado do Paraná apresenta 6.230 empregos formais no setor de mídias editorial e audiovisual.<sup>35</sup>

A Cooperativa Cinema & Mídias Digitais ministrou o curso de cinema do Centro de Excelência em Educação e Produção Audiovisual, em 2002 em parceria com o programa Paraná Tecnologia, da Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, e Prefeitura de Tibagi. O intuito do curso era estimular as potencialidades de cada indivíduo e formar profissionais qualificados para o setor do cinema na cidade de Tibagi.<sup>36</sup> Para o realizador do documentário “Tropeiro alma sem fronteira”, Homero Camargo, a criação de um Cine Escola é importante para formação de técnicos e realização de oficinas para envolver a comunidade local.<sup>37</sup> Segundo Steingraber (2015) além do favorecimento do setor de serviços, a economia criativa, incentivada pelo audiovisual, possui características sociais de impacto do capital humano como a escolaridade de uma população.

---

<sup>35</sup>. Disponível em: <https://goo.gl/yIOyjU>. Acessado em março/2018

<sup>36</sup>Disponível em: <https://goo.gl/qmvQQt> . Acessado em março/2018.

<sup>37</sup>Entrevista ao Tela Viva – São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/xnrusu>. Acessado em maio/2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática de pesquisa deste trabalho se encontrou no desafio de como inovar na conformação de produtos turísticos através da criação de experiências. Uma vez em que existe aumento na busca por experiências pelos consumidores no turismo, faz-se interessante adicionar componentes criativos aos destinos, esses podem ser ligados à arte e cultura, permitindo que formas tradicionais de turismo utilizem novos e diferentes conhecimentos em relação ao local (Richards e Wilson, 2006).

Para os autores Pine&Gilmore (1999) a aplicabilidade da economia da experiência pode ser visualizada a partir da proposta de consumo dimensional compostos pela dimensão do entretenimento, da educação/aprendizagem, estética/contemplação e escapismo/evasão, que identificam os aspectos do produto ofertado. O turista, por sua vez, pode vivenciar uma experiência de forma o ativa ou passiva no que se refere ao envolvimento com determinada atividade, evento e local no momento de consumo.

O consumidor de turismo na atualidade vem buscado experiências que surpreendam, que seja algo além da expectativa, que o faça sentir-se membro do grupo local porém, dentro do conceito de consumo ético e responsável

A pesquisa demonstrou que a Região Turística dos Campos Gerais pode promover produtos experienciais para o turismo a partir das características das dimensões do entretenimento, da educação/aprendizagem, estética/contemplação e escapismo/evasão mediante ao incentivo de eventos culturais e roteiros temáticos associados ao local pelas histórias apresentadas em séries e documentários.

Visto isso, a região dos Campos Gerais possui potencial para desenvolver produtos experienciais com o apoio da Tecnologia de Informação e Comunicação, especificamente do setor audiovisual, uma vez em que houve produções de documentários e séries que envolveram aspectos culturais regionais.

Cabe destacar que a atividade de TIC, especificamente os setores de telecomunicação, é enquadrada como de alta intensidade tecnológica segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

critério, o turismo realizado de forma experiencial, por meio da ferramenta tecnológica, assume o mais elevado grau importância para o desenvolvimento socioeconômico da região em estudo.

De fato, a atividade audiovisual, como apresentado no Plano Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente (2016), levou a região a possuir um bom desempenho no setor do turismo, permitindo encorajar novas iniciativas de enriquecimento da oferta turística por meio de produtos inovadores e criativos para buscadores de turismo dentro do ordenamento territorial em questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHO, S. Towards a General Theory of Touristic Experiences: Modeling Experience Process in Tourism. **Tourism Review**, 56 (3/4), p.33-37, 2001.

ANDERSSON, T. D. The tourist in the experience economy. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 7, n. 1, p. 46-58, 2007.

BEETON, S., &CAVICCHI, A. Not quite under the Tuscan sun... The potential of film tourism in Marche Region. **Almatourism-Journal of Tourism, Culture and Territorial Development**, 6(4), 146-160, 2015.

BINKHORST, E. Turismo de co-creación, valor añadido en escenarios turísticos. **ARA: Revista de Investigación en Turismo**, v. 1, n. 1, 2008.

BUHALIS, D. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism management**, v. 21, n. 1, p. 97-116, 2000.

BUSBY, G., & KLUG, J. Movie-induced tourism: The challenge of measurement and other issues. **Journal of vacation marketing**, 7(4), 316-33//2, 2001.

CONNELL J. Film Tourism: Evolution, progress and prospects. **Tourism Management**, 33, pp.1007---1029, 2012.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa:- Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.

COHEN, S. A.; PRAYAG, G. ; MOITAL, M. Consumer behaviour in tourism: Concepts, influences and opportunities. **Current issues in Tourism**, v. 17, n. 10, p. 872-909, 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

DEVESA, M., BÁEZ, A., FIGUEROA, V., & HERRERO, L. C. Repercusiones económicas y sociales de los festivales culturales: el caso del Festival Internacional de Cine de Valdivia. **EURE**, Santiago, 38(115), 95-115, 2012.

FRAMKE, W. The destination as a concept: A discussion of the business-related perspective versus the socio-cultural approach in tourism theory. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, v. 2, n. 2, p. 92-108, 2002.

JOVICIC, D.Z. Key issues in the conceptualization of tourism destinations. **Tourism Geographies**, 2016

MARUJO, N. Turismo, turistas e experiências: abordagens teóricas. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**. N 20 (9), p 1 – 13, 2016.

NEUHOFER, B. ; BUHALIS, D. ; LADKIN, A. Conceptualising technology enhanced destination experiences. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 1, n. 1-2, p. 36-46, 2012.

OH, H. FIORE, A. & Jeoung, M. Measuring Experience Economy Concepts: Tourism Applications. **Journal of Travel Research**, 46 (2), p.119-132, 2007.

COSTA, D., BRANDÃO, F., & VIEIRA, A. Turismo Cinematográfico: Uma proposta de valor para a cidade do Porto. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 1(27/28), 2157-2170, 2018.

HORODYSKI, G. S.O artesanato dos campos gerais do Paraná. Dissertação Mestrado em Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

HOSANY, S.; PRAYAG, G.. Patterns of tourists' emotional responses, satisfaction, and intention to recommend. **Journal of Business Research**, 66(6), 730-737, 2013.

MATIAS, L. F., & MASCARENHAS, R. G. T. Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos campos gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, 2(2), 17-46, 2008.

MACIONIS, N. Understanding the film-induced tourist. In International tourism and media conference proceedings. **Tourism Research Unit**, Monash University: Melbourne, Australia. (Vol. 24) pp. 86-97, 2004.

MIDDLETON, V. T., & Clarke, J. **Marketing de turismo: teoria & prática**. Elsevier. Rio de Janeiro, 3ªed, 2002.

MEHMETOGLU, M., & ENGEN, M. Pine and Gilmore's concept of experience economy and its dimensions: An empirical examination in tourism. **Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism**, 12(4), 237-255, 2011.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

KIM, H., & RICHARDSON, S. L. Motion picture impacts on destination images. **Annals of tourism research**, 30(1), 216-237, 2003.

EK, R., LARSEN, J., HORNSKOV, S. B., & MANSFELDT, O. K. A dynamic framework of tourist experiences: Space-time and performances in the experience economy. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, 8(2), 122-140, 2008.

LUGOSI, P., & WALLS, A. R. Researching destination experiences: Themes, perspectives and challenges. **Journal of Destination Marketing and Management**, 2(2), 51-58, 2013.

MONDO, T. S., & Gândara, J. M. G. O turismo experiencial a partir de uma perspectiva socioeconômica mercadológica. **Revista de Análisis Turístico**, (24), 26-40, 2017.

MORGAN, M; ELBE, J; DE ESTEBAN CURIEL, J. Has the experience economy arrived? The views of destination managers in three visitor-dependent areas. **International Journal of Tourism Research**, v. 11, n. 2, p. 201-216, 2009.

PARANÁ.(2016). Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Esporte e turismo (Org).Paraná Turístico 2016: Pacto para um destino inteligente. Disponível em :<goo.gl/y8Xi9z>. Acesso em: Novembro 2017.

PINE, B. J., & GILMORE, J. H. **The experience economy: work is theatre & every business a stage**. Boston, Harvard Business Press, 1999.

RICHARDS, G., & WILSON, J. Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture? **Tourism management**, 27(6), 1209-1223, 2006.

RICHARDS, G. The new geographies of tourism: Space, place and locality. **Paper presented at the Wageningen Geography Lectures**, 13 January 2014.

RODRÍGUEZ CAMPO, M. L., & FRAIZ BREA, J. A. Consideraciones estratégicas para la promoción del turismo en Galicia a través del cine. **Revista Galega de Economía**, 19(2), 2010.

SANTOS, M. L., ALENCAR, D. G., & NEVES, S. C. As indústrias criativas de audiovisual e gastronomia no destino turístico Curitiba: uma análise através do filme Estômago. **Marketing & Tourism Review**, 3(1), 2018.

SAINAGHI, R. From contents to process: versus a dynamic destination management model (DDMM). **Tourism Management**, nº 27, 2006.

SARANIEMI, S.; KYLÄNEN, M. Problematizing the concept of tourism destination: An Analysis of different theoretical approaches. **Journal of Travel Research**, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

VASQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a um marco conceptual.** Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), agosto. Publicación de las Naciones Unidas, 2000.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## APLICAÇÃO DO SIG NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ESPAÇOS TURÍSTICOS

Antonio Carlos Campos

Cristiane Alcântara de Jesus Santos

Larissa Prado Rodrigues

### RESUMO

O desenvolvimento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) a partir da década de setenta no Canadá ocasionou algumas mudanças na produção e tratamento de informações, beneficiando os processos de planejamento e gestão dos espaços turísticos. Partindo desse pressuposto, percebemos que os estudos do turismo apoiados na ciência geográfica podem transformar o modo de comunicação e planejamento da atividade turística, uma vez que a prática turística apresenta uma complexidade no momento de espacialização dos componentes da oferta e da demanda. Diante disso, destacamos a ampla possibilidade de uso do *SIG/ Webgis* tanto por planejadores e gestores da atividade turística, assim como, pelos usuários finais dos produtos turísticos. Dessa maneira, o presente estudo pretende destacar a importância do uso das geotecnologias no turismo enquanto ferramenta capaz de articular as informações e subsidiar o processo de planejamento e gestão do território. Metodologicamente fez-se necessário o levantamento bibliográfico e análises de *webgis*, em plataformas específicas, considerando que se trata de ferramenta básica que pode auxiliar os destinos turísticos no processo de tomada de decisões, proporcionando um maior domínio das noções espaciais, expandindo e intensificando as experiências turísticas. No entanto, ressaltamos que, apesar desse potencial operacional e de gestão, torna-se de suma importância o controle na qualidade de dados e capacitação do corpo técnico, a fim de que seja possível incorporar a aplicação dos SIG's nos destinos turísticos.

**PALAVRAS – CHAVES:** SIG. Planejamento Turístico. Destinos Turísticos.

### APPLICATION OF GIS IN THE PLANNING AND MANAGEMENT OF TOURIST AREAS

#### ABSTRACT:

The development of Geographic Information Systems (GIS) since the 1970s in Canada has led to some changes in the production and processing of information, benefiting the processes of planning and management of tourist areas. Based on this assumption, we realized that the tourism studies supported by geographic science can transform the way tourism of the communication and planning, since tourist practice

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

presents a complexity in the moment of spatialization of the components of supply and demand. In view of this, we highlight the wide possibility of using SIG / Webgis both by planners and managers of the tourist activity, as well as by the end users of tourism products. In this way, the present study intends to emphasize the importance of the use of geotechnologies in tourism as a tool capable of articulating the information and subsidizing the planning and management process of the territory. Methodologically was necessary the bibliographic survey and analyzes of WebGis in specific platforms whereas it is necessary to as basic tool that can help tourist destinations in the decision making process, providing a greater mastery of spatial notions, expanding and intensifying tourism experiences. However, we emphasize that, despite this operational and management potential, control of the quality of data and the training of the technical staff is of paramount importance, so that it is possible to incorporate the application of GIS in tourist destinations.

**KEY WORDS:** SIG. Tourist Planning. Tourist Destinations.

## INTRODUÇÃO

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são cada vez mais considerados parte integrante de soluções e de projetos inovadores capazes de construir uma base de dados e atributos qualitativos que podem associar aplicativos móveis, internet e geocodificação de bases de dados.

Assim, os SIG's assumem uma importância cada vez maior em diversas áreas, incluindo-se o turismo, já que pode ser utilizado na maioria das atividades com um componente espacial, resultante dos dados geográficos que são inseridos no sistema. Assim, ao aplicarmos os componentes espaciais da oferta e objetos demandados, segundo pesquisas de demanda anteriores, podemos obter excelentes resultados no processo de análise e, sobretudo, de resolução de entraves no âmbito da atividade turística.

Duque e Mendes (2006) afirmam que através da cartografia e o uso de SIG é possível elaborar uma metodologia que possibilite o desenvolvimento do turismo a partir da visualização de cenários futuros. De fato, o SIG pode ser entendido como ferramenta muito importante no planejamento e desenvolvimento do turismo, por sua capacidade de criar mecanismos de localização, descrição, relação, e até mesmo, proporcionar roteirizações com vistas a promover a competitividade turística, a partir da elaboração de novos produtos turísticos.

No entanto, observamos que, no Brasil, o SIG não costuma ser utilizado como uma ferramenta decisiva no processo de planejamento turístico, uma vez que detectamos práticas pontuais, em que prevalecem os usos do SIG para a elaboração de mapas turísticos temáticos ou de itinerários turísticos. Santos (2017) aponta que as possibilidades do uso do SIG são inúmeras e importantes para o desenvolvimento da prática turística.

Partindo-se desse pressuposto, este artigo tem como objetivo destacar a importância do uso das geotecnologias no turismo enquanto ferramenta capaz de articular as informações e subsidiar o processo de planejamento e gestão do território.

A fim de atingir o objetivo proposto foram utilizados como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico, as análises de *webgis*, em plataformas específicas utilizadas em alguns destinos consolidados, bem como a tipificação e utilidade dos dados da oferta destes lugares como elementos fundamentais para propiciar a criação de um modelo de Geodatabase que concentre as ferramentas e os atributos necessários ao planejamento e gestão de destinos.

Neste sentido, priorizamos a utilização de dados *open source*, produzidos pelos cidadãos-turistas, e divulgados em diversas camadas que possuem suporte com os padrões *Open Gis Consortium* (OGC, 2013) como o *Web Map Service* (WMF), que provê imagens de mapas, e o *Web Feature Service* (WFS), que recupera ou altera descrições dos dados geográficos, bem como *Google Maps*, *Bing Maps*, *OpenStreetMap*, *GeoServer*, *MapServer*, *GeoRSS*, entre outros.

Como elementos relacionados a gestão dos destinos, a proposta metodológica se baseia na introdução dos dados de satisfação/ insatisfação sobre os destinos listados em sites de avaliação e busca de hospedagem e viagens, a exemplo do *TripAdvisor* e *Booking.com*.

## **SIG E TURISMO: DIÁLOGO NECESSÁRIO**

O desenvolvimento do SIG se deu no Canadá na década de setenta do século passado e, desde então, não existe um consenso sobre a sua conceituação. Silva

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(2003) aponta que a construção de um conceito é algo complexo, tendo em vista os seguintes aspectos:

- Os SIGs são considerados uma tecnologia recente que sofre influencia direta do acelerado crescimento teórico, tecnológico e organizacional da teoria da comunicação;
- O uso comercial dos SIG gerou figuras de linguagem que ora engrandecem, ora diminuem as verdades em torno dessa tecnologia;
- O avanço nos sistemas computacionais que suportam os SIG's gerou figuras de retórica e neologismos;
- O grande número de consultores de diversas áreas de conhecimento em SIG gerou informações conflituosas sobre o significado do termo, entre outros.

O certo é que, dentre tantas conceituações existentes, destacam-se às suas funcionalidades, seus componentes de base de dados e enfatizam os seus usos como ferramenta essencial para a tomada de decisões no âmbito dos processos de planejamento e gestão do turismo, conforme afirmam Santos; Ramos e Campos (2006), que o SIG é uma ferramenta que dentre suas características podemos destacar a agilidade na tomada de decisão e aplicação de marketing.

Nodari; Becker e Canale (2006, p. 217) destacam o uso das geotecnologias no turismo, especialmente nos recursos oferecidos pelo SIG:

A quantidade e o tipo de dados do setor turístico demandam uma ferramenta de gerenciamento que se defronta com as carências de um instrumento que otimize o armazenamento, análise e manipulação desses dados. Para o setor, um aspecto de grande importância é a necessidade de interligar um banco de dados com a localização espacial dos pontos turísticos ou de interesse turístico. Assim, a implantação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), em uma região de potencial turístico, subsidiaria o gerenciamento e a disponibilização de informações rápidas e precisas para comunidades e órgãos afins.

San Pedro; Serón e Cristian (2009, p. 1) afirmam que os sistemas de informações geográficas,

[...] es una integración organizada de hardware y software, datos geográficos y personal, diseñado para capturar, almacenar, manipular, analizar y desplegar en todas sus formas la información geográficamente referenciada con el fin de resolver problemas complejos de planificación y gestión. También puede definirse como un modelo de una parte de la realidad referido a un sistema de coordenadas terrestre y construido para satisfacer unas necesidades concretas de información<sup>38</sup>.

Já Polidoro e Barros (2010) afirmam que os Sistemas de Informações Geográficas mostram-se como uma ótima ferramenta capaz de sistematizar múltiplas informações que estão disponíveis, em diversas fontes capazes de agregar, em um único banco de dados, informações altamente úteis tanto para os turistas, comunidade, como para o próprio órgão responsável pelo planejamento e gestão da atividade.

Esta ideia também é corroborada por Zarzosa e Nuñez (2003, p. 13) quando afirmam que “un sistema de información es un conjunto de elementos ordenadamente relacionados entre sí de acuerdo a ciertas reglas. Sus principales componentes son: contenido, equipo básico, equipo lógico, administrador y usuarios”<sup>39</sup>.

A partir dessas conceituações, podemos perceber que os SIG's podem se converter em uma ferramenta que gera informações de suporte para o planejamento e a gestão turística, uma vez que pode ser utilizado como um mecanismo para integrar, visualizar e resumir informações complexas e diversas. Sua utilização pode auxiliar na gestão pública a partir da possibilidade de compilação de dados, da organização das informações antigas e geração de novas informações, além da transformação dos dados em informações turísticas, o que favorece a eficácia administrativa, sobretudo, no processo de tomada de decisões.

É certo que a organização e manipulação destas informações são vitais para o planejamento turístico, seja ele local ou regional, já que o SIG permite a análise e

---

<sup>38</sup>[...] é uma integração organizada de *hardware* y *software*, dados geográficos e pessoal, desenhado para capturar, armazenar, manipular, analisar e desdobrar em todas suas formas, a informação geograficamente referenciada com a finalidade de resolver problemas complexos de planejamento e gestão. Também pode se definir como um modelo de uma parte da realidade referindo-se a um sistema de coordenadas terrestre e construído para satisfazer necessidades concretas de informação. (Tradução nossa)

<sup>39</sup> “Um sistema de informação é um conjunto de elementos ordenadamente relacionados entre si de acordo com certas regras. Seus principais componentes são: conteúdo, equipe básico, equipe lógica, administrador e usuários” (tradução nossa).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

reconhecimento do espaço em meio digital. Assim sendo, se de um lado os consumidores/turistas necessitam da informação para tomar decisões relativas à prática e a experiência turística, por outro, esta informação tem que ser disponibilizada pelos fornecedores (setor público ou privado), a fim de apresentar os seus produtos/destinos de uma forma mais atrativa.

Com isso, podemos afirmar que o SIG pode solucionar alguns problemas que são detectados em diversos destinos turísticos, que vão desde a elaboração de mapas turísticos até o trabalho simultâneo com uma gama diferenciada de dados, que, em alguns casos, encontram-se dispersos. Com o SIG, os mapas podem ser atualizados de forma rápida e prática, uma vez que há facilidade e agilidade de atualização das informações; e, quanto aos dados, o sistema permite a integração de vários serviços de informação acessíveis através de diferentes plataformas, o que acaba favorecendo o processo de planejamento. Desta forma, os SIG's permitem "oferecer un modelo de la realidad geográfica cuyo uso es extremadamente interesante tanto en la vertiente de planificación como en la de divulgación o promoción informática del producto turístico"<sup>40</sup> (VERA et. al., 1997, p. 379).

No entanto, as dificuldades inerentes a utilização dessas aplicações geográficas são muitas, principalmente no que diz respeito às deficiências de corpo técnico capacitado para trabalhar com gerenciamento e compartilhamento de dados das administrações locais. Por outro lado, uma questão fundamental nesse processo consiste na construção de Geodatabase relacional sobre cada município (destino) ou um conjunto de informações que possam ser compartilhadas pelos diversos setores da gestão, bem como a construção de um *WebGis* (aplicação de Internet com interface de alimentação de informações aberta ao cidadão) dentro dos sites públicos das administrações locais, que poderão utilizar as informações e elaborar associações e interpretações espaciais diversas.

De fato, como afirmam Ramos; Rodrigues e Perna (2009, p. 22),

---

<sup>40</sup> "Oferecer um modelo da realidade geográfica cujo uso é extremamente interessante tanto na vertente do planejamento como na divulgação ou promoção informatizada do produto turístico", (Tradução nossa).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A *Internet* foi uma das TIC que emergiu na década de noventa, e que veio revolucionar o modo de viajar. Devido as suas características de interação, permite aos clientes a consulta de informação turística em diversos pontos do globo, bem como a reserva e compra de produtos turísticos, permitindo poupar tempo e dinheiro ao viajante.

As novas tecnologias são ferramentas cada vez mais utilizadas, não somente por grandes instituições e prefeituras, mas também por empresas que buscam o seu apoio para auxiliar nas tomadas de decisões que vão desde a localização estratégica para a sua implantação, até a criação de um banco de dados que aponta o perfil e a localização de seus clientes em potencial. Assim, o SIG é ferramenta que poderá se mostrar eficiente porque permite diagnosticar e analisar informações territoriais relevantes para o planejamento turístico.

De acordo com as ideias de Câmara; Monteiro e Medeiros (2004, p. 323), “a utilização dos Sistemas de Informação Geográfica nos últimos anos tem evoluído de uma forma cada vez mais consciente, aumentando sua importância como base sólida de conhecimento e de informação”. Porém, apesar do ritmo de crescimento significativo da utilização desta ferramenta aplicada ao turismo, percebemos que ainda há necessidade de disseminação dessa ferramenta, principalmente no que diz respeito a sua inserção no âmbito da gestão pública.

## **A APLICABILIDADE DO SIG NO TURISMO**

Como já abordamos anteriormente, o SIG tem sido incorporado em diversas áreas devido aos seus benefícios no que se refere ao tratamento de dados e, sobretudo, por sua capacidade de espacialização das informações. Porém, percebe-se que ainda não há muita utilização destes sistemas no diagnóstico, planejamento ou gestão dos destinos turísticos brasileiros.

O turismo pode ser entendido como um conjunto de atividades que implica relações complexas devido a quantidade de informação no âmbito socioeconômico e cultural. A organização e sistematização desses dados pode se dá através do SIG de maneira a facilitar os processos de planejamento, gestão e de inserção de novos produtos no mercado turístico, beneficiando os gestores públicos, iniciativa privada e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ao público em geral (comunidade e visitantes). Essa análise coaduna com as ideias de Contreras (2009) que afirma que a integração dos agentes citados acima facilita não somente a elaboração de materiais promocionais a partir dos SIG's, como também, no planejamento da atividade turística, a fim de promover o desenvolvimento turístico sustentável dos destinos turísticos.

Assim sendo, pretendemos, a partir desse artigo, apontar algumas possibilidades de aplicação do SIG para subsidiar a análise do sistema turístico integrado de qualquer destino turístico. Baseado no estudo de Ramón Morte (1997) sobre o SIG na atividade turística, destacamos algumas aplicabilidades do sistema:

- a) Integração da atividade turística nas tarefas de planejamento;
- b) Análise da paisagem e atividades de expansão turística rural/urbana;
- c) Prevenção de riscos naturais em espaços turísticos;
- d) Controle da atividade turística em espaços naturais protegidos;
- e) Impacto ambiental da atividade turística;
- f) Estudos de qualidade ambiental nos espaços turísticos;
- g) Gestão da qualidade das infraestruturas e serviços;
- h) Inventários sobre recursos e produtos turísticos de uma região;
- i) Capacidade de uso do território com fins turísticos;
- j) Promoção turística em espaços de interesse público, entre outros.

A aplicabilidade do SIG no turismo torna-se de suma importância pela agilidade no tratamento da informação geográfica e, na possibilidade de representação espacial dos territórios (LÓPEZ; LARIOS; CAMPILLO, 2008). Assim, destacamos que o SIG no turismo pode ser útil também para a construção/ manutenção de um banco de dados, elaboração de mapas e roteiros turísticos, vídeos, aplicações específicas para sites, entre outros.

Assim sendo, no turismo, o gestor público poderá utilizar o SIG para a realização de várias atividades correlatas, dentre elas destacamos a formatação e reestruturação de produtos turísticos específicos, em que o turista como produtor de

informações em redes sociais e avaliador dos serviços prestados nas localidades, vai atuar como elo de comunicação capaz de orientar o uso racional do espaço. Aranha e Guerra (2014, p. 43) afirmam que os SIG's possibilitam ao turista "uma visão geral do espaço geográfico de interesse turístico, com informações importantes para o planejamento de suas atividades de visita e a coordenação de seu tempo disponível".

## O SIG APLICADO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

Longe de apresentar uma receita pronta e decisiva na resolução dos problemas enfrentados pelos gestores públicos, a perspectiva desta pesquisa consiste numa contribuição técnica-científica para que as administrações e planejadores passem a considerar a análise espacial como uma estratégia no processo de tomada de decisão.

Neste sentido, os sistemas de informação geográficos gratuitos têm como uma de suas principais características a diversidade de atuação temática, uma vez que no plano municipal, os distintos agentes sociais correlacionam e interagem para produzir e reproduzir a sociedade de maneira dinâmica e em variados graus de complexidade, com níveis de utilidade e temporalidades diferentes (HARVEY, 2010). As aplicações e reconhecimento desses elementos e dinâmicas se tornam indispensáveis no processo de planejamento territorial, tendo em vista que para a elaboração dos diagnósticos turísticos, por exemplo, as fontes de informações são cada vez mais necessárias para que tenhamos condições de compreender a organização espacial e, por conseguinte, estruturar prognósticos substanciais a respeito dos elementos e comportamentos especializados.

Bahaire e Elliot-White (1999) em seus estudos sobre a aplicação dos sistemas de informação geográfica no planejamento do turismo apontam diferentes possibilidades do uso do SIG no apoio ao planejamento da prática turística (QUADRO 1).

### Quadro 1 potencial do sig no apoio do planejamento turístico

Natureza do problema	Aplicação dos SIG
----------------------	-------------------

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

---

Os agentes envolvidos nem sempre dispõem dos tipos de informação necessária a uma visão consensual e harmonizada.	Inventariação sistemática dos recursos turísticos e uma análise de tendências.
Dificuldade em determinar níveis de desenvolvimento sustentado do turismo devido à complexidade da definição deste conceito.	Monitoramento e controle das atividades turísticas. Ao integrarem dados turísticos, ambientais, culturais e socioeconômicos os SIG's facilitam o controle de indicadores de desenvolvimento sustentado.
Controlar o desenvolvimento, considerando as capacidades, usos e competências.	Identificar localizações adequadas e convenientes, áreas de conflitos e de complementaridade.
Impactos que não podem ser facilmente revertidos.	Simulação de resultados espaciais dos desenvolvimentos propostos e sensibilização dos agentes para as externalidades de suas ações.
Mudanças que podem produzir conflitos intra e inter-setoriais que podem afetar os recursos turísticos.	Integração de dados representativos do capital socioeconômico e ambiental em um dado contexto espacial.

---

Fonte: Adaptado de Bahaire; Elliot-White, 1999.

Nesse contexto, percebemos que o SIG pode auxiliar no processo de coleta, armazenamento e análise de informações turísticas que podem ser amplamente utilizadas para (re) conhecimento do espaço turístico, assim como, para o planejamento e a gestão destes espaços.

Assim, podemos abordar desde atividades como inventariação turística, diagnóstico, uso e ocupação do solo, elaboração de roteiros turísticos, até o planejamento das infraestruturas, equipamentos públicos e privados localizados no âmbito da intervenção da municipalidade, entre outros.

Na implantação de um Sistema de Informações Geográfica (SIG) é necessário definir para quem se destina as ações que vão ser criadas; quais os departamentos envolvidos; quem são os responsáveis pela manutenção dos dados e pelas despesas da aplicação, assim como, a checagem da validade das informações e as possibilidades de construção de cartografias interativas, que tenham características amplamente difundidas baseadas no plano de marketing preestabelecido.

A utilização de SIG ou Webgis em um site oficial de um município, por exemplo, deve ser definido de acordo com os objetivos e recursos disponibilizados pela localidade, bem como, de acordo com a projeção de desenvolvimento da atividade num período específico.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os sistemas de informações geográficas têm como papel proporcionar agilidade na geração de informações para suporte aos processos intelectuais, como decisões, planejamento e monitoramento; e, prover maior capacidade de manipulação de informações: *análise espacial, modelagem e simulações*. É utilizado como um mecanismo para integrar, visualizar e resumir informações complexas e diversas. O seu uso no nível gerencial tem como benefícios: a eficácia administrativa, com melhores ou novas informações, melhores decisões de caráter tático, planejamento, gerenciamento e alocação de recursos.

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), dentre elas destacamos a internet, tem motivado o desenvolvimento de toda uma nova classe de sistemas de informação, com arquiteturas diferenciadas em relação a seus antecessores (DAVIS Jr.; ALVES, 2006). Essa nova geração dos SIG's vinculados a *Internet Browsers* e Aplicativos sociais contributivos tem gerado uma maior agilidade no acesso às informações, maior possibilidade de suporte ao diagnóstico e ao monitoramento de problemas, além de promover o aparecimento de aplicativos e outros mecanismos mais adequados para visualização de informações dirigidas a comunicação com a população em geral e também com os visitantes.

Rosa (2005, p.15) esclarece que as novas tecnologias democratizaram as informações, uma vez que

hoje qualquer pessoa com acesso à Internet, mesmo que seja por meio de um telefone móvel, pode acessar um site de pesquisa de rotas, de acesso a mapas, pesquisar por mapas antigos ou mapas de lugares remotos. A geoinformação está em toda parte.

Os SIG's constituem um poderoso conjunto de ferramentas de inventariação, armazenamento, atualização, gestão, análise e exibição de dados espaciais. Sua incorporação ao cotidiano das pessoas tem tornado possível a elaboração de mapeamentos colaborativos, a partir do uso de *laptops, smartphones, tablets* e outros *wearable technologies* através de informação geográfica voluntária que evidenciam uma descentralização do processo de produção e controle da própria informação

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

espacial. Isso acontece quando os localizadores instalados nos equipamentos emitem sinalização de localizações que serão confirmadas e/ ou avaliadas pelos usuários.

Neste contexto, as informações geográficas voluntárias ou colaborativas têm sido determinantes em ações voltadas para o planejamento e gestão de destinos turísticos, principalmente para os destinos que têm carência de ferramentas para geração de dados que são imprescindíveis para a definição de ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento da prática turística local. Através destas informações, os gestores podem ter acesso ao perfil dos seus visitantes, assim como, às avaliações que estes fazem dos atrativos existentes e do destino turístico favorecendo o processo de planejamento.

Para associar as informações e os diferentes atributos coletados nas avaliações dos turistas ao Geodatabase de cada destino, o planejamento e a gestão deve utilizar um banco de dados do tipo relacional e apresentado em formato de *WebGisServer* ancorado em nuvem (*GIS Cloud*), em que se utiliza o conceito de SAAS (*software as a service*), onde os usuários, com qualquer tipo de equipamento, poderá acessar as especificações do destino (**figura 1**).



Fonte: <https://www.igismap.com/web-gis-application-development-and-gis-servers/>

Desta forma, podemos perceber que os SIG's se convertem em uma ferramenta que pode ser aplicada em distintas circunstâncias turística através do cruzamento de variáveis que podem produzir uma nova informação que integrada a outras bases de dados, pode auxiliar no planejamento e na gestão do turismo.

Como já discutimos anteriormente, espera-se que com o uso dos SIG's a oferta turística dos destinos seja ampliada de forma a consolidar novos produtos; a comunidade esteja mais próxima de seus bens patrimoniais, sejam culturais ou naturais, que informações sejam geradas de forma prática e rápida para a comunidade e órgãos afins responsáveis pela gestão e planejamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a exigência crescente dos consumidores no momento da escolha e compra de destinos e serviços turísticos, os SIG's podem funcionar como alicerce a partir da sua disponibilidade em uma página Web, tornando-se assim uma nova forma de divulgação e comercialização disponíveis para toda a comunidade *online*, permitindo a criação de novos serviços e produtos diferenciados que podem atingir novos nichos de mercado e alavancar a vantagens competitivas.

A variedade de alternativas para disseminação de dados geográficos pela Internet não deixa dúvidas quanto à enorme demanda que existe por informação espacial, o que justifica a importância da aplicabilidade dos SIG's para o desenvolvimento da atividade turística. Por essa razão, a publicidade, especialmente na modalidade *on line*, torna-se determinante para influenciar o consumidor, transformando potenciais visitantes em turistas. "Através do acesso prévio a imagens e informações de destinos turísticos, a Internet provoca a curiosidade do possível visitante, que estimulado em seu imaginário, sente-se despertado em viajar" (VIEIRA, 2013, p. 43).

O processo de gestão dos destinos, a partir do ambiente *on line* com base nas avaliações individualizadas postadas nas redes sociais e de compra de hospedagens, muitas vezes carece de análise qualitativa e mapeamento interativo, uma vez que as

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ações estratégicas de planejamento, como é o caso do uso dos formulários eletrônicos de pesquisas que podem ser enviados em lote para uma gama de consumidores via e-mail; ou mesmo, as análises baseadas em exploradores visuais de dispostos na internet, como o *Google Earth*<sup>41</sup>; *Bring Maps*<sup>42</sup> e sites especializados como TripAdvisor e Booking.com, em que os dados são disponibilizados cotidianamente por usuários podem contribuir com a gestão local. Porém, cabe ressaltar a necessidade de qualificação profissional se configura como elemento chave da gestão e na utilização das geotecnologias como ferramentas essenciais ao planejamento, mesmo em pequenos destinos, com atrativos limitados e sazonais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, R. C; GUERRA, A. J. T. (orgs). **Geografia Aplicada ao Turismo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

BAHAIRE T; ELLIOT-WHITE M, The Application of Geographical Information Systems (GIS) unsustainable tourism planning. **A review. Journal of Sustainable Tourism**, 1999.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V.; MEDEIROS, J. Representações computacionais do espaço: Um diálogo Os sistemas de informação geográfica e a questão geográfica entre a Geografia e a Ciência da Geoinformação. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.;

MONTEIRO, A. M. V. (Org.). **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Disponível em: [www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html](http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html). Acesso em: jul. 2004.

CONTRERAS, S. **Aproximación metodológica para la gestión de información georreferenciada en las entidades estatales en Colombia** (Tesis de maestría). Universidad Nacional de Colombia, Instituto geográfico Agustín Codazzi. Colômbia: Bogotá, 2009.

DAVIS Jr., C. A., ALVES, L. L. Infraestruturas de dados espaciais: potencial para uso local. **IP - Informática Pública**. Belo Horizonte (MG), v. 8, n. 1, p. 65-80, 2006.

DUQUE, R. C.; MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a cartografia**. São Paulo: Alínea, 2006.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

---

<sup>41</sup> Veja mais no site: <https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>

<sup>42</sup> <https://www.bing.com/maps>

LIMA, P. **GeoBR Intercâmbio de dados espaciais: modelos, formatos e conversores**. São José dos Campos, 1v. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2002.

LÓPEZ, J., LARIOS, C., CAMPILLO, L. **Aplicación de un SIG para Ubicar e Identificar las Zonas de Interés Turístico y la Infraestructura en la Reserva Ecológica Cascadas de Reforma, Balancán, Tabasco**. Semana de divulgación y video científico, 2008, p. 173-178.

MORTE, A. R. **Sistemas de Información Geográficas en la Actividad Turística**. Nuevas Tecnologías Aplicada al Turismo. Alicante: Universidad Internacional Menéndez Pelayo y Escuela Oficial de Turismo de Alicante, 1997.

NODARI, L. D. T.; BECKER, T.; CANALE, D. P. A aplicação do geoprocessamento como ferramenta de auxílio ao turismo. In: Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial, 7, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFCS, 2006.

OGC. **Open Geospatial Consortium**. 2013. Disponível em <http://www.opengeospatial.org/ogc>. Acessado em 10 de junho de 2018.

POLIDORO, M.; BARROS, M.V.F. Proposta Metodológica de Desenvolvimento de Sistema de Informações Geográficas em Ambiente WEB (WEBGIS) Aplicado ao Turismo. **Ar@cne Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, 133, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-133.htm>. Acessado em 20.09.2015.

RAMOS, C.M.Q., RODRIGUES, P.M.M.; PERNA, F. Sistemas e Tecnologias de Informação no Sector Turístico. **Revista Turismo e Desenvolvimento - Journal of Tourism and Development**, n.º 12, 2009, p. 21 – 32.

ROSA, Roberto. Geotecnologias na Geografia Aplicada. **Revistado Departamento de Geografia**. Uberlândia. V. 16, 2005.

SAN PEDRO, M.; SERÓN, N.; CRISTIAN, M. **Sistema De Información Geográfica Aplicado a Turismo y Patrimonio Histórico y Cultural**. Disponível em: [http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/19790/Documento\\_completo.pdf?sequence=1](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/19790/Documento_completo.pdf?sequence=1)- Zarzosa, N. Acesso em 22 de maio de 2018.

SANTOS, C. A. J. **El Turismo como Factor de Desarrollo: El caso de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental). Departamento de Geografía Humana, Universitat de Barcelona, 2017.

SANTOS, N.N.S.; RAMOS, M.G.G.; CAMPOS, M.T.S. Sistema de Informação Geográfico - SIG - Do Patrimônio Histórico, Cultural E Turístico Da Cidade De Pelotas-Brasil. In: **Anais da I Conferência Nacional Turismo e Tecnologias de Informação**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Geográfica.** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa e Instituto Politécnico de Coimbra, 2006.

VERA, F. et. al. **Análisis Territorial del Turismo.** Barcelona: Ariel Geografía, 1997.

VIEIRA, Laíze Leite. **Sigweb aplicado ao turismo: novas formas de comunicação para um novo turista.** Dissertação de Mestrado em Geografia. UFGO, Goiás, 2013.

ZARZOSA, N.; NÚÑEZ, A. **Sistemas de Información Geográfica.** Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2003.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## APROXIMAÇÃO ENTRE GEOGRAFIA E TURISMO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO NORDESTE BRASILEIRO

Aristides Farias

José Wellington Carvalho Vilar

Leylane Meneses Martins

### RESUMO

Quais temáticas da atividade turística instigam estudos por pesquisadores da área de geografia em nível de pós-graduação *Stricto sensu* na região Nordeste brasileira? Esta investigação buscou responder ao problema de pesquisa enunciado, por meio de pesquisa bibliográfica sistemática e pesquisa documental. O estudo caracteriza-se como exploratório, cuja abordagem do tratamento dos dados coletados foi qualitativa. O objetivo desta investigação foi identificar e analisar a produção de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em geografia da região Nordeste brasileira, defendidas entre os anos de 2014 a 2017, as quais apresentem aspectos no âmbito do turismo. Nos resultados, destacou-se a identificação de nove Instituições de Educação Superior com cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado em geografia, cujo maior número de produções foi de pesquisadores com titulação de mestre. Referente à estrutura metodológica, foram expressivos os estudos de caso de destinos turísticos com coletas de dados através de entrevistas. Comprovou-se que os eixos temáticos de planejamento turístico, turismo sustentável, turismo de base comunitária, participação social e preocupação ambiental em localidades turísticas foram os mais evidenciados, nos quais a geografia buscou colaborar com as práticas da atividade turística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia, Turismo, Programas de pós-graduação *Stricto sensu*.

### ABSTRACT

What themes of the tourist activity instigate studies by researchers from the geography area at *Stricto sensu* graduate level in the Brazilian Northeast region? This research sought to answer the research problem, through systematic bibliographical research and documentary research. The study is characterized as exploratory, whose approach to the treatment of the data collected was qualitative. The main goal of this research was to identify and analyze the production of dissertations and theses of the graduate programs in geography of the Brazilian Northeast, defended between the years 2014 to 2017, which present aspects in the scope of tourism. In the results, we

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

highlight the identification of nine higher education institutions with master's, professional master's and doctorate degrees in geography, whose greatest number of researchers were researchers for master's degree. Regarding methodological structure, there were significant case studies of tourist destinations with data collection through interviews. It was verified that the thematic axes of tourism planning, sustainable tourism, community-based tourism and environmental concern in tourist locations were the most evidenced, in which the geography sought to collaborate with the practices of the tourist activity.

**KEYWORDS:** Geography, Tourism, Postgraduate programs *Stricto sensu*.

## INTRODUÇÃO

A proximidade entre pesquisadores de áreas diferentes, suas instituições, pesquisas e publicações é evidente tanto no Brasil quanto no contexto internacional. Assim, verifica-se pesquisadores da temática do turismo atuando em áreas como administração, engenharia, educação, história, economia, geografia, entre outras.

A contribuição que a geografia fornece para o conhecimento das características, atividades e impactos do turismo é significativa. Pesquisadores têm se dedicado a estudar o turismo, em sua maioria no contexto teórico da geografia, com vistas a colaborar nas discussões acerca desta prática, a qual envolve as esferas social, ambiental, política, econômica e cultural.

A atividade turística acontece efetivamente no espaço, promovendo seu consumo simbólico e proporcionando-lhe (res)significações. Além disso, o encontro entre turistas e a população residente também se materializa no espaço turístico (ou não), o que proporciona capacidade para estudos sobre a experiência turística e os impactos de hospitalidade e/ou hostilidade vivenciados por visitantes e anfitriões, respectivamente, seja nas relações sociais ou ambientais. Estes estudos podem ser realizados também por pesquisadores da área de geografia, que busca por meio de diversas categorias de análise contribuir e estabelecer uma relação com o desenvolvimento do turismo em uma destinação.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu a partir da inquietação em conhecer quais os estudos do turismo os pesquisadores da geografia se interessam nos últimos anos, especificamente de 2014 a 2017, além de apresentar as  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

contribuições que realizam para a atividade turística pelo olhar da geografia, visto que são áreas que possuem aproximações nas análises e relações do espaço geográfico e turístico.

Quais temáticas da atividade turística instigam estudos por pesquisadores da área de geografia em nível de pós-graduação *Stricto sensu* na região Nordeste brasileira? Esta investigação buscou responder ao problema de pesquisa enunciado, por meio de pesquisa bibliográfica sistemática e pesquisa documental. O estudo caracteriza-se como exploratório, cuja abordagem do tratamento dos dados coletados foi qualitativa.

O objetivo desta investigação foi identificar e analisar a produção recente, no período dos anos de 2014 a 2017, de dissertações e teses sobre turismo realizada no âmbito dos programas de pós-graduação em geografia da região Nordeste do Brasil.

O artigo está estruturado em seis seções, sendo a primeira a presente introdução. A segunda está dedicada ao detalhamento dos procedimentos metodológicos empregados, a terceira, ao referencial teórico, composto pela análise da relação geografia e turismo, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da atividade turística, e a quarta seção está votada para a apresentação e discussão dos resultados, seguida pelas considerações finais e referências.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para apresentar a relação entre geografia e o turismo, realizou-se pesquisa bibliográfica através dos seguintes autores: Marcelino (1996), Rodrigues (1997), Cruz (2003), Pearce (2003), Albach e Gândara (2011), Sarti e Queiroz (2012) e Becker (2014) que dialogam e apresentam as características acerca do envolvimento entre estas áreas.

De forma qualitativa, por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi realizada pesquisa documental, no dia 12 de maio de 2018, junto às produções científicas dos programas de geografia do Nordeste do Brasil. Para selecionar as produções a serem analisadas, o primeiro critério foi inserir a palavra “turismo” na busca desta plataforma.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Ao empregar o termo “turismo” no campo de busca, o resultado foi de 40.964 produções de todo Brasil e de diversas áreas do conhecimento, sendo 29.708 dissertações de Mestrado, 6.129 de Mestrado Profissional e 5.127 de teses. Através da aplicação de filtros foi possível um refinamento de resultados compatível com o objetivo deste artigo (Quadro 1).

### Quadro 1: Etapas para refinamento de resultados.

Tipo Ano	Filtro 2014 a 2017
Grande área do conhecimento	Ciências Humanas
Área do conhecimento	Geografia, Geografia Regional
Instituição	Todas do Nordeste

Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 2018.

Após a etapa de refinamento de resultados, o segundo critério utilizado foi a leitura dos títulos das produções para, assim, constituir o quantitativo exato para análise das produções acadêmicas. O próximo passo, antes de iniciar a análise das dissertações e teses, foi o levantamento das áreas de concentração dos programas de pós-graduação em geografia (PPGs) das produções selecionadas, bem como sua possível influência no turismo.

O procedimento seguinte foi o de se estabelecer os seguintes critérios análise dos trabalhos e respostas à questão norteadora deste artigo: estrutura metodológica e eixos temáticos, para assim assinalar um resultado sobre as pesquisas desenvolvidas na geografia que abrange o turismo como foco predominante da investigação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### APROXIMAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E TURISMO

O turismo é uma atividade socioeconômica de deslocamento de pessoas realizada através de algum meio de transporte com pernoite em destinação fora da sua residência, passível de gerar ações produtivas tanto para o turista como para a comunidade receptora por meio da ocupação e transformação da relação espaço e

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sociedade. Esta dinâmica recebe cada vez mais importância acadêmica por envolver diferentes áreas da ciência e uma delas é a geografia. Segundo Cruz (2003), a geografia se interessa em pesquisar o turismo por ser um fenômeno social que consome espaço geográfico, base central da atividade turística.

Becker (2014) comprova a afirmação de Cruz (2003), quando afirma que:

a principal relação entre a Geografia e o Turismo vai se estabelecer no espaço geográfico como alicerce da oferta turística. [...] O espaço geográfico resulta da ação humana que interfere na realidade natural e cria paisagens humanas e humanizadas. Assim, o espaço geográfico modifica-se constantemente, e as paisagens incorporam novos objetos e novas técnicas criadas pelo conhecimento e pelo trabalho humano. Essas modificações relacionam e interrelacionam os diferentes espaços geográficos e criam a oferta turística (BECKER, 2014, p. 55)

Para Pearce (2003), existem seis temas que integram as discussões mais importantes da geografia do turismo: 1. A classificação da oferta; 2. A classificação da demanda; 3. Os espaços de lazer, veraneio e segundas residências; 4. Os fluxos turísticos internacionais e domésticos; 5. O impacto do turismo em áreas costeiras e urbanas; e 6. Os modelos de estrutura espacial turística. Todos os temas têm a relação espaço-sociedade presente para discussões e aplicações no turismo.

O espaço é o principal objeto de estudo da geografia e a paisagem é uma das suas categorias de análise. Estes elementos são essenciais para o turismo, visto que a paisagem é uma parcela visível do espaço geográfico que exerce importante função na apresentação de um destino turístico, influenciando fortemente a demanda turística (CRUZ, 2003). Para Rodrigues (1997, p. 72), “a paisagem é um notável recurso turístico desvelando alguns objetos e camuflando outros, por meio da posição do observador, quando pretende encantar e seduzir”.

Este enfoque é verificado por Sarti e Queiroz (2012, p. 6) ao afirmar que “a paisagem pode ser vista de diferentes óticas: na ciência geográfica é observada como objeto de estudo e na visão do turismo é um recurso, uma mercadoria”. Este é um dos aspectos que a geografia pode contribuir para o turismo, através de estudos da melhor forma de uso das paisagens naturais e culturais para o turismo.

Além da paisagem, existe o lugar, o território e a região, categorias de análise da geografia que são fundamentais para entendimento do espaço e sua transformação pelo turismo. Cruz (2003, p. 7) apresenta o termo lugar turístico como “uma expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos”.

O lugar é formado pelas relações cotidianas com interferência de grupos políticos e econômicos, além das dificuldades enfrentadas e anseios a serem construídos pelos autóctones. Já o território se mostra a partir das relações de poder existentes nos lugares. E todas estas categorias estão inseridas na região, formada por um conjunto de lugares que podem ou não ter características para desenvolver a atividade turística (SARTI; QUEIROZ, 2012). Ao tratar de região, existem estudos da geografia no turismo acerca do Brasil, devido ao deslocamento de pessoas e usos as faixas litorâneas, espaços urbanos e rurais e áreas naturais.

No litoral, o turismo traz a sua transformação através da construção de infraestrutura para criação de espaços turísticos e o uso dos atrativos naturais, além do quantitativo de fluxo de demanda advindos do turismo de massa e turismo de sol e praia (CRUZ, 2003).

A beleza cênica formada pelo conjunto de componentes da morfologia costeira é responsável pela atratividade turística. A zona costeira, composta por dunas, falésias, manguezais, lagoas, rios e riachos, é colocada na Constituição Brasileira como patrimônio nacional (MARCELINO, 1996, p. 181).

Os espaços turísticos foram construídos no Brasil, principalmente no litoral, com atrativos associados ao sol e à praia, muito valorizados até os dias atuais, incrementando e modificando as atividades preexistentes na localidade (SARTI; QUEIROZ, 2012).

Há muito tempo a praia exerce grande fascínio sobre as sociedades como espaço de lazer e de contemplação [...] com o intuito de aproveitar o máximo potencial turístico da praia, as

infra-estruturas turísticas de localidades litorâneas têm sido implantadas cada vez mais próximas da praia e, em muitos casos, na praia propriamente dita (CRUZ, 2003, p. 86).

A afirmação acima corrobora a criação de *resorts*, denominados de “paraísos privados para designar os territórios criados pelos megaempreendimentos hoteleiros” (Ibidem, p. 88), visto que oferece o que o turista procura concentrado em uma destinação turística: hospedagem, estrutura de lazer, quadras de tênis e poliesportivas, campos de *golf* e futebol, sauna, sala de ginástica e jogos, segurança, atrativos, restaurantes, lojas de *souvenirs*, lojas de conveniência entre outros equipamentos e serviços que completam a estada em um único produto oferecido.

A abundância das áreas naturais existente no Brasil faz com que também sejam utilizadas como atrativo para o turismo, em que o principal motivo de preferência na escolha do destino passa a ser conhecer a beleza natural. O turismo em áreas naturais deve ser pautado na responsabilidade social e na educação ambiental, baseado na legislação que protege unidades de conservação.

Já no espaço urbano, que geralmente dispõe de uma quantidade e diversidade de bens e serviços para a atividade turística, é possível detectar os segmentos do turismo que tendem a se desenvolver, tais como o turismo de negócios, de eventos, cultural, de sol e praia, de lazer, religioso e de saúde, com as ofertas de indústrias, centros de convenções, teatros, patrimônios materiais e imateriais, infraestrutura e equipamentos capazes de atrair uma demanda turística.

Fora do contexto urbano, são desenvolvidas atividades como o turismo rural, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo histórico-cultural, de lazer, de experiência, náutico, entre outros, onde a participação social ou o protagonismo da comunidade local são característicos para o desenvolvimento da atividade.

Mesmo proporcionando experiências diferentes aos turistas, os autóctones dos espaços urbanos e rurais podem ter o mesmo objetivo com relação ao retorno do desenvolvimento da atividade turística em seus territórios:

Parece perfeito que se considere o fenômeno de urbanização não exclusivo das mudanças que ocorrem só nas cidades, levando-se em conta que hoje,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

excluindo as diferenças extremas entre cidade e campo, é difícil distinguir o que é urbano do que é rural, em particular nos territórios marcados por fortes conteúdos de ciência, técnica e informação (RODRIGUES, 1997, p. 126-127).

As formas de desenvolvimento do turismo podem modificar as pessoas e os lugares, “refuncionalizar” os espaços e/ou criar espaços turísticos para que a atividade aconteça.

O turismo, a partir do consumo do espaço, atua na sua (re)produção de forma que induz a reconfiguração social, cultural e espacial das localidades. A lógica do turismo que hoje se funde à lógica do lazer e do consumo leva aos lugares os mais diferentes atributos do mundo, tornando uma grande ferramenta de difusão do processo de mundialização. O seu perfil sócio-espacial revela a importância da geografia no desvendamento de suas peculiaridades (SILVA, 2012, p. 59).

Enfim, a relação dos estudos da geografia no turismo se dá através da inter-relação entre os elementos do espaço geográfico e do espaço turístico, demonstrando a necessidade de pesquisas de caráter multi e interdisciplinares (ALBACH; GÂNDARA, 2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, segundo a Plataforma Sucupira, há atualmente sessenta e cinco programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em geografia, compostos por vinte e sete programas de mestrado acadêmico, três programas com cursos de mestrado profissional e trinta e cinco programas formados por cursos de mestrado e doutorado acadêmicos. Mais especificamente na região Nordeste, registra-se quinze programas distribuídos em catorze Instituições de Ensino Superior (IES), com oferta de cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado (Tabela 1).

**Tabela 1: PPGs em Geografia da região Nordeste brasileira.**

IES	UF	Total de PPGs	M	D	MP	M/D	Total de cursos	M	D	MP
FUFSE	SE	1	0	0	0	1	2	1	1	0
FUFPI	PI	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UEFS	BA	1	0	0	1	0	1	0	0	1

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

UESB	BA	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UECE	CE	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UFC	CE	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UVA	CE	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UFRN	RN	2	0	0	1	1	3	1	1	1
UERN	RN	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UFPB	PB	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UFPE	PE	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UFAL	AL	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UEMA	MA	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UFBA	BA	1	0	0	0	1	2	1	1	0
<b>Total</b>		<b>15</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>22</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

Fonte: Dados extraídos da Plataforma Sucupira (Capes) em 12 de maio de 2018.

Inicialmente, foram catalogadas 54 produções, sendo 31 dissertações de Mestrado, 2 de Mestrado Profissional e 21 teses. A partir do critério de análise dos títulos dos trabalhos, foram selecionados os que continham a palavra turismo ou termo correlato, tendo como sequência a leitura dos resumos e palavras-chave. Foram identificadas vinte e três produções de nove IES: Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A distribuição entre dissertações e teses não é determinante para os resultados desta pesquisa, mas são informações relevantes para o dimensionamento da participação do tema turismo no escopo dos projetos de pesquisas dos (PPGs) em questão. Entre as IES analisadas a distribuição de estudos (Tabela 2) indica que dos 15 PPGs, 9 possuem temáticas de turismo em seus estudos, ou seja, 60% do total, quantitativo expressivo que serve para constatar o envolvimento da contribuição da geografia no turismo.

**Tabela 2: Análise das produções das IES da região Nordeste do Brasil.**

IES	UF	Dissertação	Tese
UFS	SE	0	2
UEFS	BA	2	0
UECE	CE	3	4
UFC	CE	4	1
UFRN	RN	2	0
UFPB	PB	1	0

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>UFPE</b>	PE	0	2
<b>UFAL</b>	AL	1	0
<b>UEMA</b>	MA	1	0
<b>Total</b>	-	<b>14</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Por meio do levantamento das áreas de concentração dos nove PPGs selecionados, percebe-se a viabilidade e capacidade para inserção de eixos temáticos do turismo nas pesquisas. E de forma específica, apresentam linhas de pesquisa que correspondem a assuntos estudados de forma acadêmica e científica pelo turismo, tais como: políticas públicas, planejamento, sustentabilidade, participação social, inovação, tecnologia, espaços litorâneos, urbanos e rurais, dentre outros (Quadro 2).

Ainda que breve, a caracterização das áreas de concentração e linhas de pesquisa sobre as quais estruturam-se os PPGs em questão mostrou-se relevante para se contextualizar a análise das publicações identificadas. Importa salientar que, em maioria, os Programas são acadêmicos, de modo que as articulações entre Geografia e Turismo trata mais de aspectos conceituais e menos de tecnologias, produtos, soluções mercadológicas ou outras aplicações orientadas à administração de empresas, destinos ou serviços turísticos – o que será potencialmente verificado em PPGs de Administração ou Turismo, por exemplo.

## Quadro 2: Área de concentração e linhas de pesquisa dos PPGs com produções no turismo.

IES	Área de concentração	Linhas de pesquisa
UFS	Produção do espaço agrário e dinâmicas territoriais	1 - Produção do espaço agrário; 2 - Dinâmicas territoriais e desenvolvimento; 3 - Dinâmica ambiental
UEFS	Planejamento territorial	1 - Planejamento territorial e geoprocessamento; 2 - Políticas públicas, planejamento territorial e participação social
UECE	Análise geoambiental e ordenação do território nas regiões semiáridas e litorâneas	1 - Estrutura e dinâmica das paisagens semiáridas e litorâneas; 2 - Estrutura dinâmica do espaço regional, urbano e rural
UFC	Dinâmica territorial e ambiental	1 - Estudo socioambiental da zona costeira; 2 - Natureza, campo e cidade no semiárido
UFRN	Dinâmica Socioambiental e Reestruturação do Território	1 - Território, estado e planejamento; 2 - Dinâmica urbana e regional; 3 - Dinâmica geoambiental, riscos e ordenamento do território
UFPB	Território, trabalho e ambiente	1 - Cidade e Campo: espaço e trabalho;

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

		2 - Gestão do território e análise geoambiental; 3 - Educação Geográfica
UFPE	Regionalização e análise regional	1 - Análise, conservação e monitoramento de ecossistemas; 2 - Dinâmica superficial e climática das paisagens naturais tropicais úmidas e semiáridas; 3 - Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações; 4 - Produção e dinâmicas dos espaços metropolitanos e das cidades intermediárias; 5 - Espaço agrário, movimentos sociais; 6 - Educação, cultura, política e inovação na produção contemporânea do espaço
UFAL	Organização do Espaço Geográfico	1 - Dinâmica Socioambiental e geoprocessamento; 2 - Organização Socioespacial e Dinâmicas Territoriais
UEMA	Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço	1 - Dinâmica da Natureza e Conservação; 2 - Dinâmica do espaço: urbano e rural

Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 2018.

A partir dos vinte e três trabalhos selecionados conforme critério de análise de títulos, deu-se início a pesquisa documental nas dissertações e teses, na perspectiva de apresentar quais as temáticas associadas ao turismo foram estudadas por pesquisadores da geografia. Vale ressaltar que as obras analisadas (Quadro 3) encontram-se apresentadas em ordem cronológica de publicação, então não há hierarquia entre estas. A escolha desta estratégia deve-se ao foco nos objetivos e resultados, assim como nos temas de pesquisa adotados.

As obras analisadas encontram-se apresentadas em ordem cronológica de publicação, então não há hierarquia entre estas. A escolha desta estratégia deve-se ao foco nos objetivos e resultados, assim como nos temas de pesquisa adotados.

### Quadro 3: Dissertações e teses analisadas.

IES	Ano	Autor	Tipo de produção	Título
UFS	2014	GOMES, R. C. S.	T.	Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des)caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas
	2017	BOUDOU, C. J. M.	T.	Da “cidade-saúde à “cidade turismo”: A invenção da praia turística de guarapari (ES): Uma geografia histórica dos usos do litoral
UEFS	2015	SOUSA, A. R. P.	D. P.	Turismo e produção do território na Bahia: Impactos das políticas públicas em Valença
	2017	ROCHA, J. S.	D. P.	Um desenho a várias mãos: Plano Territorial de Desenvolvimento Turístico – subsídio para promoção do turismo, Território Passagem – Andaraí (Bahia)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>UECE</b>	2014	FERNANDES, L. M. M.	T.	O Ceará turístico: política de regionalização e governança nos destinos indutores
	2014	OLIVEIRA, P. R. A.	D. A.	Dinâmicas socioespaciais em Guaramiranga-CE: dos festivais à reocupação das segundas residências pelo turismo
	2015	BEZERRA, S. G. R.	D. A.	Reflexões sobre o turismo na paisagem de mulungu, Ceará, Brasil
	2015	FREIRE, D. F.	D. A.	Lazer e turismo nas barracas da praia do futuro: usos e conflitos territoriais na metrópole (Fortaleza/CE)
	2015	BORGES, R. C. O.	T.	A relação entre o turismo e o desenvolvimento local na sub-região serrana (corredor verde) no maciço de Baturité/CE
	2017	SAMPAIO, C. F.	T.	Territórios da fantasia: A produção socioespacial de resorts no litoral do Ceará
	2017	BARBOSA, L. M.	T.	Políticas Territoriais de turismo: concepções e impactos do Prodetur no nordeste brasileiro
<b>UFC</b>	2015	CARVALHO, G. L.	T.	A Política de Turismo no estado de Goiás: um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção
	2015	OLIVEIRA, W. R.	D. A.	A geoecologia das paisagens como subsídio ao planejamento turístico em unidades de conservação
	2016	RODRIGUES, F. N.	D. A.	Turismo e meio ambiente: da inserção dos Resorts à (in)sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz/CE
	2016	SILVA, N. J. P.	D. A.	Dinâmica Socioespacial dos Complexos Turísticos Residenciais nas Metrópoles Nordestinas
	2016	CASTRO, T. S.	D. A.	O Sol nasce para todos? Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará
<b>UFRN</b>	2014	MEDEIROS, T. B.	D. A.	O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana: um estudo a partir da praia de Ponta Negra - Natal/RN
	2015	ALMADA, J. A. B.	D. A.	Situações geográficas em movimento nas praias da área de proteção ambiental de Jenipabu: das ideologias ambientais ao território usado pelo circuito inferior do turismo
<b>UFPB</b>	2014	CALDAS, R. A.	D. A.	Potencial turístico e produção/trans formação do espaço pelo turismo no município do Conde-PB
<b>UFPE</b>	2014	MARTINS FILHO, J.	T.	Dinâmicas espaciais para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no Piauí: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo
	2016	CORDEIRO, I. J. D.	T.	O turismo no processo de (re)produção de espaços insulares pela acumulação por despossessão - Fernando de Noronha (Pernambuco)
<b>UFAL</b>	2017	MELO, J. C.	D. A.	A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira da cidade de Maceió-Alagoas
<b>UEMA</b>	2017	MUNIZ, G. P. S.	D. A.	Ecoturismo em Carolina-Maranhão: que prática é essa?

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Fonte: Elaboração própria a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, 2018. Legenda: T. (Tese); D. A. (Dissertação Acadêmica); e D. P. (Dissertação Profissional).

Para a elaboração desta seção, a fim de sintetizar a apresentação dos resultados da pesquisa, foram selecionadas, por aderência ao tema central da presente investigação, onze publicações para serem analisadas mais detalhadamente. Foram, então, removidos desta amostragem Martins Filho (2014), Medeiros (2014), Caldas (2014), Sousa (2015), Fernandes (2014), Oliveira (2014), Boudou (2017), Barbosa (2017), Rocha (2017), Sampaio (2017), Melo (2017) e Muniz (2017).

O estudo de Gomes (2014) analisou as relações socioespaciais envolvendo sujeitos locais e políticas de fomento no contexto do Turismo de Base Comunitária (TBC) nas seguintes comunidades brasileiras e mexicanas: Crasto (Santa Luzia do Itanhy) e Terra Caída (Indiaroba), em Sergipe, Prainha do Canto Verde (Beberibe), no estado do Ceará, e Puerto Morelos (Benito Juarez), na província de Quintana Roo e na cidade de Ocoyacac (região de San Pedro Atlapulco) – estas duas últimas no México. Dentre os resultados, destaca-se a identificação de diversas forças que atuam nos territórios dos sujeitos sociais locais (*stakeholders*). Estas forças, na visão da autora, se materializam por meio das relações de poder que emanam tanto das comunidades quanto dos agentes planejadores das políticas de fomento ao turismo e agentes privados. É possível notar, com isso, o distanciamento e mesmo a polarização entre as comunidades anfitriãs e os profissionais dedicados à gestão da atividade turística.

Bezerra (2015) tratou de investigar as transformações paisagísticas do município de Mulungu (CE), a partir do desenvolvimento do setor de viagens e turismo. O estudo teve o objetivo de compreender a dinâmica que envolveu esta atividade econômica no período de 2013 a 2014, na referida cidade. Neste sentido, procedeu-se pesquisa exploratória e adotou-se abordagem quantitativa na fase de tratamento dos dados coletados. Entre os resultados, é possível destacar que foi verificada uma dinâmica natural do turismo no município analisado, tanto em nível nacional quanto

internacional. A autora aponta que as transformações identificadas se mostraram complementares à economia local, de modo que se constitui até o presente em relevante fator de indução de investimentos no estado do Ceará.

Borges (2015) partiu do objetivo de examinar a relação do Turismo com o Desenvolvimento Local na Sub-Região Serrana (Corredor Verde) da Área de Proteção Ambiental (APA) no Maciço de Baturité, formada pelos municípios de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Palmácia, localizados no estado do Ceará, região Nordeste brasileira. O autor desenvolveu sua pesquisa de natureza quali-quantitativa, com tipologias exploratória e descritiva. Os resultados evidenciaram que a relação da atividade turística com o desenvolvimento local caracterizou-se, primeiramente, pela autonomia e, depois, pela interdependência. Em termos de impactos econômicos, verificou-se que o comércio observa melhora com o incremento dos fluxos turísticos, o que oportuniza melhoria da qualidade na prestação dos serviços de bares, restaurantes, pousadas, hotéis e serviços de transporte, assim como diminuiu a dependência das pessoas em relação aos benefícios federais.

A dissertação de Freire (2015) abordou os temas lazer e turismo no contexto da Praia do Futuro, localizada no município de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Trata-se de uma das principais praias da Região Metropolitana de Fortaleza e que oferta condições de balneabilidade ao longo de todo o ano, bem como serviços de apoio aos visitantes, destacando-se as barracas de praia, objeto de pesquisa contemplado pela autora. O estudo adotou os seguintes objetivos: analisar usos e conflitos territoriais provenientes da implantação das barracas de praia; compreender formas de apropriação do espaço urbano, na faixa litorânea onde se instalam barracas de praia; investigar territorialidades de empreendimentos comerciais; e compreender a posição do Estado, usuários e proprietários para chegar à aproximação da verdade dos fatos (FREIRE, 2015).

A partir da pesquisa, foram identificados conflitos e contradições decorrentes da interação de diferentes sujeitos sociais (*stakeholders*) que atuam na constituição do território da Praia do Futuro. Verificou-se, também, que os conflitos territoriais da Praia do Futuro eram relacionados, à época da pesquisa, à posse e aos usos do território, objeto de questionamentos levantados pelas autoridades competentes.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com a criação de unidades de conservação, Oliveira (2015) apontava a necessidade da realização de estudos sobre o processo de planejamento turístico em escala municipal no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil. O autor adotou como área de abrangência o município de Tutóia (MA), distante da cidade de São Luís cerca de 400 km. A pesquisa teve o objetivo de aplicar a Geoecologia das Paisagens como subsídio ao planejamento ambiental e turístico na esfera municipal, tendo como área de estudo o município de Tutóia (MA).

Entre os principais resultados da pesquisa foram identificadas unidades geoecológicas e compartimentadas, a fim de analisar, de forma mais detalhada as formas de uso e os problemas ambientais identificados na planície litorânea, fluvial e lacustre e no tabuleiro litorâneo. Constatou-se, a partir do conhecimento detalhado da área, da realidade local e da legislação pertinente, que Tutóia, na visão de Oliveira (2015), tem o potencial para tornar-se um município sustentável, compatibilizando seu crescimento econômico, especialmente a partir da atividade turística, com a proteção dos recursos naturais.

Carvalho (2015) buscou compreender o processo histórico que engendrou a política de turismo no estado de Goiás, articulando as escalas de intervenção federal, estadual e municipal, assim como procurou dimensionar os efeitos na ordem da renda e do emprego formal sobre os territórios turísticos goianos. Entre as principais conclusões da pesquisa, destaca-se que os impactos sociais e econômicos oriundos da atividade turística almejados não se concretizaram, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. A fragilidade das relações entre os atores do setor de viagens e turismo parece ter sido determinante para este quadro.

Por sua vez, Almada (2015) buscou analisar o processo de criação da Área de Proteção Ambiental de Jenipabu (APAJ) (RN) e as transformações no espaço geográfico das praias de Redinha Nova, Santa Rita e Jenipabu, a partir do processo de materialização da atividade turística, bem como suas implicações para os seus moradores. A visitação à APAJ é uma opção de atividade para os turistas que visitam ao município de Natal. Assim, verifica-se que o fluxo turístico incentivou a emergência de um discurso pró-turismo por conta do impacto positivo na economia regional. Um dos efeitos colaterais deste processo corresponde à situação de dependência

econômica advinda do turismo, o que é potencialmente incerto para as famílias residentes o equilíbrio do seu sustento devida a sazonalidade da atividade.

Já Silva (2016) contribuiu com a discussão das transformações socioespaciais inseridas no contexto do litoral das metrópoles nordestinas (estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte) nos últimos dez anos (2006-2016), por meio dos Complexos Turísticos Residenciais (CTRs), lançando luz sobre a questão dos megaempreendimentos hoteleiros, notáveis geradores de fluxos (turístico e investimento), impactos (sociais, econômicos e ambientais) e transformações espaciais.

Na pesquisa, são destacados os complexos que se consolidaram após a crise econômica mundial de 2008. Os resultados atestaram que as expectativas para o estado do Rio Grande do Norte foram frustradas pelo insucesso dos megaempreendimentos afetados pela crise de 2008. Enquanto isso, nos outros estados três grande CTRs tiveram destaque em termos econômicos: Aquiraz Riviera (CE), Reserva do Paiva (PE) e o Complexo Turístico Iberostar (BA). Uma importante contribuição do estudo foi o esforço em se caracterizar o modelo de desenvolvimento turístico experimentado recentemente no Brasil e, em especial, na região Nordeste do país.

Rodrigues (2016) tratou de analisar o desenvolvimento da atividade turística no litoral da região Nordeste do Brasil, com especial interesse no Porto das Dunas, praia situada no estado do Ceará, em Aquiraz, município que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, desde sua institucionalização em 1973. O objetivo do autor foi compreender a inserção dos *resorts* e as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelos empreendimentos em parceria com Associação de Moradores do Porto das Dunas. Neste sentido, entre as principais conclusões do estudo, verificou-se que além da adoção de um discurso sustentável, o qual ajuda a construir uma imagem positiva dos *resorts*, percebeu-se também a implementação de boas práticas gerenciais (Sistemas de Gestão Ambiental).

Cordeiro (2016) buscou defender a tese de que o turismo pode ser utilizado como um instrumento para viabilizar a acumulação por “desposseção” (anulação, revogação), tendo em vista a tomada de posse ilegal. Assim, a pesquisa tenta explicar

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

como o processo de “acumulação por despossessão” ocorreu historicamente no arquipélago de Fernando de Noronha (PE), importante destino turístico localizado na região Nordeste brasileira.

Entre os resultados da pesquisa destaca-se a ação governamental sustentada sobre trocas de favores entre burocratas e empresariado local e, além disso, “a manipulação da imagem de “paraíso” constitui um elemento fundamental na produção do espaço e na lógica da despossessão a partir do momento em que promove a legitimação da atuação dos burocratas” (CORDEIRO, 2016, p. 12). Tal contexto evidencia a urgência pela regularização fundiária no território nacional e, sobretudo, na zona costeira.

Por sua vez, Castro (2016) tratou de analisar impactos da implementação de políticas públicas de planejamento voltadas ao desenvolvimento da região Nordeste com especial interesse na década de 1990, quando tal processo se intensificou. A área de abrangência da pesquisa é o estado do Ceará, onde o processo de consolidação da atividade turística enquanto importante pilar da econômica regional foi especialmente intenso.

Na Região Metropolitana de Fortaleza é possível destacar o crescimento do mercado imobiliário a reboque do incremento dos fluxos turísticos e da (re)estruturação produtiva da “Costa do Sol Poente”. A partir da realização da pesquisa, verificou-se um processo histórico de estabelecimento de conflitos territoriais e a manutenção do patrimônio natural e dos modos de vida das comunidades litorâneas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se que os eixos temáticos planejamento turístico, turismo sustentável, turismo de base comunitária, participação social e preocupação ambiental em localidades turísticas foram os mais evidenciados, nos quais a geografia buscou colaborar com as práticas da atividade turística. Em relação aos métodos e temas pesquisados, foram expressivos os estudos de caso sobre destinos turísticos, assim como as coletas de dados realizadas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Destaca-se nos resultados a identificação de nove Instituições de Educação Superior (IES) ofertantes de cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado em geografia, cujo maior número de produções foi de pesquisadores para titulação de mestre.

A partir dos resultados obtidos verificou-se que, em geral, as dissertações e teses analisadas dos anos de 2014 (6), 2015 (7), 2016 (4) e 2017 (6) abordaram assuntos nas cidades e estados de mesma localização que suas IES ou, ainda, sobre estados vizinhos, devido potencialmente pela migração dos pesquisadores.

É possível projetar que estudos futuros poderão tratar de atualizar os dados aqui apresentados, além de comparar a quantidade de publicações com períodos diferentes. Outra possibilidade refere-se à convergência de temas como sustentabilidade – sobretudo em termos ambientais – e o (re)ordenamento territorial orientado para a atividade turística. Além disso, estudos futuros poderão empregar outras métricas de busca e mais à frente eleger outros critérios (autores, instituições, programas etc.) para o desenvolvimento de comparações no contexto brasileiro e mesmo internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBACH, V. M.; GÂNDARA, J. M. G. Existe uma geografia do turismo? **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. esp., p. 1-16, 2011.

ALMADA, J. A. B. **Situações geográficas em movimento nas praias da área de proteção ambiental de Jenipabu**: das ideologias ambientais ao território usado pelo circuito inferior do turismo. 2015. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BARBOSA, L. M. **Políticas territoriais de turismo**: concepções e impactos do PRODETUR no Nordeste brasileiro. 2017. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BECKER, E. L. S. Geografia e Turismo: Uma Introdução ao Estudo de suas Relações. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 1, p. 52-65, jan./mar. 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BEZERRA, S. G. R. **Reflexões sobre o turismo na paisagem de mulungu, Ceará, Brasil.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.

BORGES, R. C. O. **A relação entre o turismo e o desenvolvimento local na sub-região serrana (corredor verde) no maciço de Baturité/CE.** 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BOUDOU, C. J. M. **Da “cidade-saúde” à “cidade-turismo”:** a invenção da praia turística de Guarapari (ES). Uma geografia histórica dos usos do litoral. 2017. 137 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2017.

CALDAS, R. A. **Potencial turístico e produção/transformação do espaço pelo turismo no município do Conde-PB.** 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014

CARVALHO, G. L. **A Política de Turismo no estado de Goiás:** um estudo sobre as escalas institucionais de intervenção. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

CASTRO, T. S. **O Sol nasce para todos?** Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará. 2016. 295 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CORDEIRO, I. J. D. **O turismo no processo de (re)produção de espaços insulares pela acumulação por despossessão:** Fernando de Noronha (Pernambuco). 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2016.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo.** 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

FERNANDES, L. M. M. **O Ceará turístico:** Política de regionalização e governança nos destinos indutores. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

FREIRE, D. F. **Lazer e turismo nas barracas da praia do futuro: usos e conflitos territoriais na metrópole (Fortaleza/CE).** 2015. 199 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

GOMES, R. C. S. **Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des)caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas.** 2014. 172 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2014.

MARCELINO, A M. T. O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS FILHO, J. **Dinâmica espacial e condicionantes para o desenvolvimento dos serviços ligados ao turismo no Piauí: uma leitura geográfica da organização do espaço litorâneo.** 2014. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MEDEIROS, T. B. D. **O turismo de sol e praia e o circuito inferior da economia urbana: um estudo a partir da praia de Ponta Negra-Natal/RN.** 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MELO, J. C. **A emergência da urbanização turística com base na rede hoteleira da cidade de Maceió-Alagoas.** 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

MUNIZ, G. P. S. **Ecoturismo em Carolina-Maranhão: que prática é essa?** 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, natureza e dinâmica do espaço)–Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

OLIVEIRA, P. R. A. **Dinâmicas socioespaciais em Guaramiranga-CE: dos festivais à reocupação das segundas residências pelo turismo.** 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

OLIVEIRA, W. R. **A geocologia das paisagens como subsídio ao planejamento turístico em unidades de conservação**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2003.

ROCHA, J. S. **Um desenho a várias mãos: Plano Territorial de Desenvolvimento Turístico – subsídio para promoção do turismo, Território Passagem – Andaraí (Bahia)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial)–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA), 2015.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, F. N. **Turismo e meio ambiente: da inserção dos Resorts à (in)sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz/CE**. 2016. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SAMPAIO, C. F. **Territórios da fantasia: a produção socioespacial de resorts no litoral do Ceará**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2017.

SARTI, A. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Espaço, paisagem, lugar, território e região - a organização do espaço turístico. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

SILVA, C. H. C. S. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 2, p. 47-61, maio/ago. 2012.

SOUSA, A. R. P. **Turismo e produção do território na Bahia: impactos das políticas públicas em Valença**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial)–Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana (BA), 2015.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SUCUPIRA, Plataforma. **Cursos avaliados e reconhecidos**. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativo/s/quantitativoAreaAvaliacao.jsf>>. Acesso em: 12 mai.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **ARTESANATO E TURISMO: ANÁLISE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ALDEIA INDÍGENA PATAXÓ DE COROA VERMELHA- SANTA CRUZ CABRÁLIA –BAHIA.**

Salete Vieira Gregório

Tadeu Bonifácio dos Santos

### **RESUMO**

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o artesanato enquanto expressão da cultura Pataxó articulado ao mercado turístico sob a perspectiva de desenvolvimento local no centro de artesanato da aldeia urbana de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, na Zona turística Costa do Descobrimento, Estado da Bahia. Analisar esse cenário justifica-se pela relevância social, econômica e cultural da atividade, considerando os impactos e a influência do fenômeno turístico sobre a mesma. Para desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado como procedimento metodológico técnicas de pesquisa bibliográfica e documental a partir de uma revisão de literatura pertinente em livros, dissertações, documentos e artigos. Além de pesquisa de campo caracterizada pela observação *in loco* e aplicação de questionário e perguntas semiestruturadas com um grupo de 15 de artesãos indígenas no centro de artesanato de Coroa Vermelha. Nesse sentido verificou-se que artesanato constitui-se para esses indígenas uma estratégia de resistência identitária, bem como de adaptação na sua relação com a comunidade envolvente dentro da dinâmica de um mundo globalizado. Mostrando-se uma importante oportunidade de desenvolvimento local e (re)afirmação de suas tradições. No entanto, ressalta-se algumas lacunas nesse processo como a ausência de instituições públicas, civis ou privadas que apoiem a atividade artesanal indígena, uma vez ser esta a principal fonte de renda dessa etnia. Somado a isso, conseqüentemente a carência de um posicionamento mais estratégico do ponto de vista mercado. O artesanato Pataxó, portanto tem o desafio de manter-se como portavoza da cultura de seu povo sendo reorientado para suas raízes, buscado justamente nesse viés o seu principal diferencial de mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Pataxó. Identidade. Desenvolvimento.

### **ABSTRACT**

The general objective of this research is to analyze the craft as an expression of Pataxó's culture articulated whit tourist market from the perspective of local development in the handicraft center of the urban village of Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia city, in the Costa do Descobrimento tourist area, Bahia. Analyzing this scenario is justified by the social, economic and cultural relevance of the activity, considering the impacts and the influence of the tourist phenomenon on it. For the

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

development of this research was carried out as methodological procedure bibliographic and documentary, research techniques from a review of relevant literature in books, dissertations, documents and articles. In addition to field research characterized by in situ observation and application of questionnaire and semi-structured questions with a group of 15 of indigenous craftsmen in the craft center of Coroa Vermelha. In this sense, it was verified that handicrafts constitute for these natives a strategy of identity resistance, as well as adaptation in their relationship with the surrounding community within the dynamics of a globalized world. This is an important opportunity for local development and (re) affirmation of their traditions. However, there are some gaps in this process, such as the absence of public, civil or private institutions that support indigenous artisanal activity, since this is the main source of income for this ethnic group. Added to this, consequently the lack of a more strategic positioning from the market point of view. The Pataxó handicraft, therefore, has the challenge of maintaining itself as a mouthpiece of the culture of its people, being reoriented to its roots, precisely seeking in this bias its main market differential.

**KEYWORDS:** Tourism. Pataxó. Identity. Development.

## 1. INTRODUÇÃO

Turismo e cultura sempre estiveram imbricados no transcurso da história, tanto nas bases do que é considerado protótipo do turismo bem como na sua configuração moderna.

Nesse sentido, de acordo com Wainberg (2003) o turismo tem se constituído um fenômeno específico da comunicação humana, promovendo uma tarefa importante, porém desafiadora: apresentar o “estranho”, as singularidades alheias, como algo não ameaçador e passível de ser vivenciado. A viagem turística torna-se um dos mais impressionantes fenômenos humanos da contemporaneidade.

Trata-se de um encontro, um fenômeno de consumo e interação simbólica e sua construção é acionada pelo gatilho da diferença, de maneira que a sensibilidade e mundos distintos interagem, permitindo uma fluidez e diluição cada vez mais intensa das fronteiras. Assim fala-se em elementos que permeiam os aspectos materiais e imateriais de culturas autóctones, transformando patrimônios e heranças culturais em atrativos turísticos.

Nesse contexto destaca-se o artesanato indígena Pataxó, que é utilizado para uso doméstico, como também é comercializado para os turistas que visitam a aldeia

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

urbana de Coroa vermelha, no município de Santa Cruz Cabralia. O ofício artesanal tem se configurado como um dos principais símbolos artísticos e culturais dessa etnia.

Dito assim o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o artesanato enquanto expressão da cultura Pataxó articulado ao mercado turístico sob a perspectiva de desenvolvimento local no centro de artesanato da aldeia urbana de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabralia, na Zona turística Costa do Descobrimento, Estado da Bahia.

Analisar, portanto, esse cenário justifica-se pela relevância social, econômica e cultural da atividade, considerando os impactos e a influência do fenômeno turístico sobre a mesma. Além de gerar novos dados e informações sobre a temática podendo auxiliar no planejamento turístico local, incrementando de forma significativa esse segmento, beneficiando tanto a comunidade indígena bem como a população envolvente.

Para desenvolvimento o procedimento metodológico utilizado foi o qualitativo, quanto às técnicas de pesquisa foi empregado levantamento bibliográfico e documental que fundamentaram teoricamente os conceitos abordados no decorrer do trabalho por meio de leituras e fichamentos de literatura específica, em livros e periódicos, sites e artigos.

A coleta de dados primários se deu através da observação *in loco* e pesquisa de campo com questionário de perguntas semiestruturadas com 15 indígenas que produzem e comercializam o artesanato, amostragem de conveniência que segundo Dencker (1998, p. 179) é aplicada em “pesquisas piloto para levantamento de problemas, testes de questionário etc . Os elementos são escolhidos de acordo com a conveniência do pesquisador”, e por fim a análise dos dados a partir dos resultados obtidos.

## 1. ETNOTURISMO

Etnoturismo ou turismo étnico é uma importante e expressiva vertente do turismo cultural distinguindo-se pelo acesso às culturas tradicionais que se destacam pelo seu caráter excepcional e singular. Sendo definido pelo Ministério do Turismo  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(BRASIL, 2010, p.20) “como atividades turísticas que permitem a vivência de experiências autênticas com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”. Trata-se, desse modo, de uma experiência que permite uma imersão na cultura do outro, permitindo transpor “velhos estereótipos” e ideias preconcebidas promovendo o encontro entre diferentes expressões étnicas.

O turista busca estabelecer proximidade com a comunidade autóctone, participando dos seus ritos, manifestações e expressões culturais, apreendendo e aprendendo com e sobre o seu estilo de vida (VIEIRA; CARVALHO, 2013). Esse segmento turístico contempla as comunidades oriundas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas e as comunidades quilombolas que preservam seus legados étnicos como valores que direcionam seu modo de vida, costumes e práticas (BRASIL, 2010). Trata-se de uma forma de turismo que promove e valoriza o a etnicidade dos diferentes grupos sociais.

Nessa esteira de acordo com Bahl (2009) o composto do turismo étnico se realiza a partir dos resultados de dois tipos de sentimentos voltados ao estabelecimento de laços de identidade.

O primeiro está associado ao aparato social e cultural de uma localidade como seu marco de identidade e diferenciação, já no segundo, a ideia de divulgação da existência de uma etnia ou grupo em particular visando o seu reconhecimento e inserção num contexto nacional ou internacional (BAHL, 2009, p.124).

Assim essas comunidades acabam em muitos casos fazendo da atividade turística uma estratégia de posicionamento a partir da qual conseguem falar de si ao mundo, mantendo suas tradições. Nesse sentido, o turismo se configura como instrumento de revitalização de símbolos, sinais, e referências de um determinado grupo étnico, na medida em que seus traços de diferenciação será a garantia da atratividade turística, bem como de legitimidade frente a outros grupos sociais..

De acordo com Dias (2006) quando o turista visita uma comunidade, este surge como o diferente em relação àqueles que são semelhantes entre si por pertencerem ao mesmo grupo, e/ou a mesma etnia. Desse modo, a presença de turistas, com ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

práticas e costumes distintos, tende a realçar os traços culturais que caracterizam a comunidade receptora, uma vez que se estabelece uma linha nítida entre ambos. Dito assim, as relações interétnicas promovidas pelo turismo pode ser um estímulo para o aspecto identitário desses povos diante do outro.

Conforme pontua Freire (2006) é na interação que emergem as identidades étnicas e não no isolamento, não podendo, assim serem entendidas independentes das culturas com as quais se cruzam.

Dessa forma o grupo étnico é entendido como grupo cujos membros possuem uma identidade auto atribuída. Essas categorias étnicas, que classificam uma pessoa em termos de sua identidade básica e geral, são produzidas pelos próprios atores sociais. Os indivíduos se enquadram nas identidades étnicas, assim como essas identidades são reelaboradas por eles. (FREIRE, 2006 p.184) .

As identidades culturais não são intocadas, estáticas ou congeladas no tempo o que implicaria em uma ausência de contato com o mundo externo inviabilizando ou descaracterizando a sua essência em razão do seu uso pelo turismo. Antes, porém, se devidamente direcionado, o turismo, oportuniza um excelente dinamismo cultural, produzindo experiências importantes em sua prática e construção. De maneira que as comunidades ao envolver-se na experiência turística podem se transformar a partir da geração de novos padrões e permanecerem autênticas mesmo através da mudança (GRÜNEWALD, 2001).

De acordo com Cardozo (2006), portanto, a etnicidade ultrapassa os limites do autoctonismo, contemplando também a culturas transplantadas, ou seja, aquelas movidas do seu território para outro sendo ali reconfiguradas, como resultado do deslocamento turístico ou de migrações. De maneira que estas culturas étnicas, autóctones ou transplantadas, fundamentam-se em elementos que as referenciam em suas expressões identitárias, como arquitetura, gastronomia, festividade, língua,

dança, música, e artesanato, agregando mais valor e dinamizando a atividade turística, além de ser um diferencial estratégico para muitos destinos turísticos.

### 3. ARTESANATO COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL E TURISMO

O mundo contemporâneo encontra-se fortemente marcado pelo processo de globalização das economias, da oferta dos padrões de consumo no qual as organizações e os destinos turísticos apostam cada vez mais na criatividade como principal fonte de diferenciação (MENDES; GUERREIRO, 2010). Nesse contexto está o artesanato como um elemento iconográfico, isto é uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar a vida cotidiana de um povo, integrando nesse processo sua memória e manifestações culturais (FERNADES, 2009).

O artesanato nessa direção está intimamente ligado a etnicidade de um povo uma vez que traduz e materializa os seus valores, costumes, crenças e práticas promovendo uma importante interface entre o tangível e o intangível a subjetividade e objetividade. O artesanato apresenta-se com o objetivo de ser aquilo que transmite as raízes autênticas de uma cultura, um instrumento que transmite a história de uma comunidade (PINHO, 2002).

Não por acaso, o artesanato está em ascensão em todo mundo, no Brasil, depois de décadas de abandono, entidades como Serviço Brasileiro de apoio de Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), diversas organizações não governamentais, ONGs e designers promovem hoje a revitalização, o resgate do artesanato baseado nas mais variadas tradições culturais, abrindo caminhos para uma nova realidade do segmento (FRANÇA, 2005).

Marquesan e Figueiredo (2014), entretanto, sinalizam que o assédio do capitalismo sobre as manifestações culturais tem estimulado uma tendência à perda dos valores pertinentes às práticas artesanais e à descaracterização de certos aspectos simbólicos dessa cultura. Nesse aspecto, o artesanato seria visto basicamente a partir de uma lógica do capital globalizante, o seu valor simbólico identitário seria na melhor das hipóteses um adereço apropriado pela indústria do marketing como diferencial competitivo.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Como contraponto a interseção turismo e artesanato são apresentados por Pinho (2002) como um encontro salutar, uma vez que mantenha na sua prática uma imbricação com a cultura.

Mercado de turismo e produto artesanal são definitivamente um selo esperado e uma união oportuna. Mas vale lembrar que não estamos sugerindo que o produto artesanal, seja nessa mudança de enfoque, alocado ao que costuma designar por indústriano. Ao contrário, estamos afirmando que esta fusão é benéfica se tivermos claro que a proposta não é 'souvenirização' do produto artesanal, risco que se corre de fato, considerando que a indústria do turismo pode causar uma nova massificação de produtos artesanais, ao promover a produção de souvenirs descaracterizados. A busca é por um novo caminho e novas oportunidades, por novas conquistas de mercado, um feixe renovado de oxigênio para o segmento artesanal (PINHO, 2002, p.172).

Dessa forma, o artesanato pode ser entendido dentro das relações de mercado sem, todavia perder a sua capacidade de imprimir valores, crenças e costumes de um determinado grupo social. A sua inclusão produtiva posiciona-se como via estratégica para oportunizar famílias e comunidades o acesso ao mundo do trabalho favorecendo formas de desenvolvimento de sua capacidade de produção, tornando-as capazes de garantir sua sobrevivência, autonomia e cidadania (FRANÇA, 2005).

Assim a atividade artesanal apresenta-se como um dos eixos estratégicos de valorização e desenvolvimento de territórios destacando-se no conjunto de estratégias e atuação pelos setores públicos e privados (SANTOS, 2011). De modo que o estímulo ao artesanato articulado ao turismo tem se configurado como uma alternativa recorrente em projetos relacionados ao desenvolvimento de várias localidades.

Diante disso o fenômeno turístico traz oportunidades significativas para incremento da demanda do produto artesanal nas comunidades que se dedicam a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

essa prática, como expressão de identidade cultural, uma vez que é comum a procura de objetos simbólicos por parte do turista. Destaca-se nesse contexto o artesanato tradicional ou de raiz, como um objeto que traz consigo valor cultural agregado, o que lhe confere vantagem de mercado frente a outras modalidades do segmento (LIMA, 2005).

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Coroa Vermelha está distante da Capital Salvador 722 km, localiza-se a aproximadamente 16 km ao sul do município de Porto Seguro, e faz parte do município de Santa Cruz Cabrália, 8 km ao norte, na zona turística Costa do Descobrimento, Estado da Bahia (2015).

A região foi reconhecida e demarcada como Terra Indígena (TI) em 1996. Antes disso era apenas um bairro de Santa Cruz Cabrália; A Terra Indígena Coroa Vermelha é ocupada tradicionalmente pelo povo indígena Pataxó e tem uma população constituída por 950 famílias totalizando 5000 índios, tem uma extensão de 1.492 hectares - em duas glebas de 72 e 1420 hectares (SAMPAIO, 2010). Conectando os dois principais destinos da costa do descobrimento.

Essa aldeia distingue-se, sobretudo pelo seu aspecto urbano dispendo de uma estrutura tipicamente citadina, com hotéis, supermercados, bares, restaurantes, postos de gasolina, lojas e pavimentação. Fato que pode ser explicado em razão dessa aldeia ter sido reconhecida como Terra indígena muitos anos depois do seu processo de urbanização.

Segundo Neves (2015) é possível dividir as áreas da TI Coroa Vermelha em três partes para facilitar o entendimento a respeito da separação entre região turística e região não turística. Assim, compreende-se a TI Coroa Vermelha como estando dividida entre a região da Praia, composta basicamente pelo chamado Parque Indígena (praia, Cruz do Descobrimento, estacionamento e centro de artesanato), local onde é desenvolvido o comércio de artesanato; a região de mata, composta basicamente pela Gleba B da demarcação ou Reserva da Jaqueira; e as residências, distribuídas ao longo do bairro do Karajá.

A economia da aldeia gira principalmente em torno do artesanato para a grande parte dos moradores; embora outras atividades são também desenvolvidas pelos indígenas para sua subsistência como a agricultura, mariscagem, extrativismo vegetal e um pequeno número que conseguem se inserir como assalariados no comércio local (MAURO, 2007).

É notório que as relações interétnicas ao longo dos séculos com a sociedade envolvente fez com que novas necessidades de consumo fossem assimiladas pelo grupo, as quais não conseguem ser supridas, tão somente com o sistema de organização interno, fazendo com que o turismo seja visto como uma alternativa de subsistência, desenvolvimento e autonomia social pelos indígenas (MAURO, 2007).

A produção de artesanato articulado ao turismo apresenta-se nesse caso como o excelente segmento de mercado, no entanto, muito além de mera atividade econômica, tem sentidos fundamentais ligados à reconstrução e articulação da identidade e etnicidade desses índios.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O tratamento de dados dessa pesquisa se deu a partir da perspectiva de desenvolvimento local que pode ser definido como um processo endógeno em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de gerar dinamismo econômico e qualidade de vida para a comunidade envolvida (SANTOS, 2011). Nesse sentido a interface do artesanato indígena com o mercado turístico é visto como uma importante estratégia.

Fato que corresponde a uma nova tendência que pode ser explorada pelo destino, qual seja: o viajante ou turista de vanguarda que busca realização interior e é estimulado pela compreensão da cultura e da história de outros lugares (ALVIGHI, 2005).

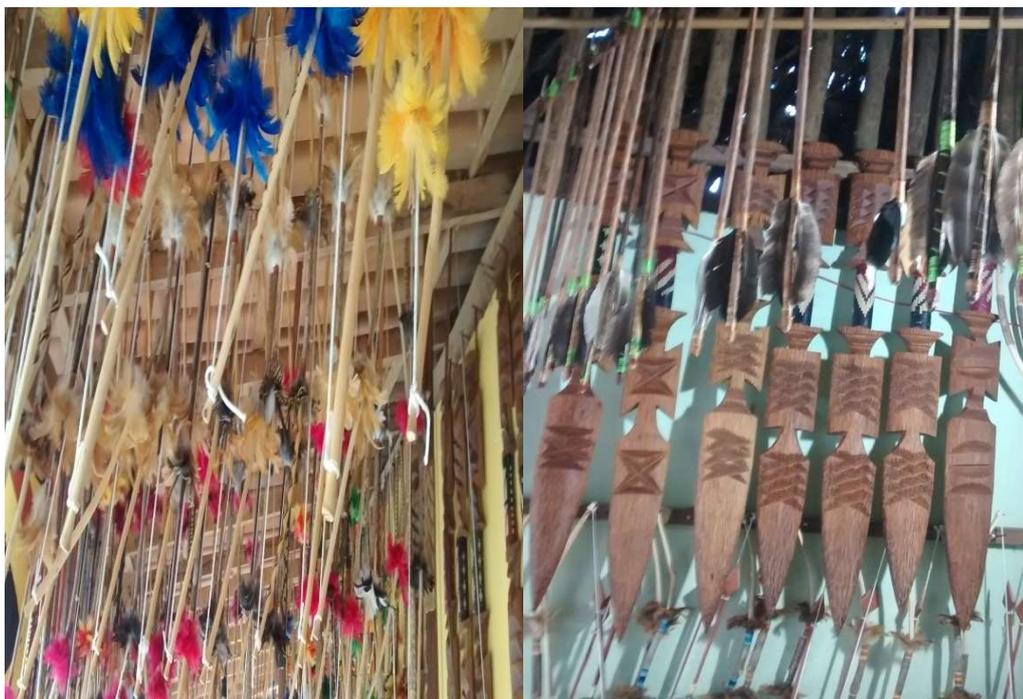
O artesanato indígena em certa medida se aplica a esta realidade, uma vez contrastado como aquilo situado como não habitual dos grandes centros urbanos, justificando um interesse relevante dos turistas pelo produto. De modo que o turista ao adquirir o artesanato como souvenir está definindo-se como um viajante que busca

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

e valoriza a cultura local, além de ser uma demonstração iconográfica de ter estado naquele lugar (DIAS, 2003).

Perguntou-se aos indígenas se o artesanato é a principal fonte de renda da comunidade aldeia de Coroa Vermelha, sendo a resposta afirmativa, não só da aldeia de Coroa Vermelha, mas de todo povo Pataxó. A potencialidade do artesanato Pataxó como principal forma de subsistência dessa etnia é indiscutível. No entanto a ausência de um posicionamento estratégico, é percebida como um principal entrave para um melhor desempenho na comercialização desses objetos (SANTOS, 2011). Ratificando essa realidade alguns dos comerciantes indígenas pareciam subestimar o impacto da cultura como valor agregado.

Figura 01: Arco, flechas e lanças.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A respeito de melhores condições de vida da comunidade indígena em função do artesanato, os índios responderam positivamente. Embora a massificação do artesanato, sobretudo por não indígenas tem diminuído as vendas. A produção e

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

venda de Artesanato na Coroa Vermelha não é mais exclusivo dos indígenas, o que tem provocado um declínio nas vendas dos índios Pataxó, conforme muito deles asseguram.

Ressalta-se, porém que a simbiose dos Pataxó e o artesanato faz deste um produto distinto, que se devidamente trabalhado poderá se destacar em meio a competitividade do mercado, promovendo sua identidade e garantido melhores condições de vida para a comunidade indígena (SANTOS, 2011).

Perguntou-se ainda aos indígenas se há incentivo de alguma instituição pública, privada ou civil com o objetivo de expansão do negócio, sendo respondido que atualmente não, mas já houve cursos oferecidos pelo SEBRAE. No entanto entre aqueles que foram ouvidos apenas dois responderam já ter participado de um desses cursos, o que é irrisório diante do valor que poderia ser agregado. A parceria dessas entidades seria capaz de oferecer uma orientação técnica e estratégica de mercado contribuindo para um grande salto nas vendas do artesanato indígena em Coroa Vermelha.

Tendo em vista que o estímulo ao artesanato tem sido crescente pelos diferentes setores da sociedade, público, privado e civil diante do seu potencial como instrumento de desenvolvimento local, além de promover traços, características e expressões culturais de um grupo social (SANTOS, 2011).

Assim, admite-se que as comunidades indígenas podem estar submetidas aos mesmos processos que os demais grupos humanos, o que não significa afirmar que as repercussões e consequências desses processos tenham efeitos idênticos sobre ambos. O artesanato mesmo tornando-se uma estratégia de sobrevivência construída pelo grupo, a sua identidade étnica deve ser um elemento de diferenciação expressada através dos objetos.

Quanto a uma avaliação positiva da relação da cultura indígena com o turismo, os índios responderam que enxergam como positiva essa relação, visto ser o turismo que mantém o seu comércio. A grande diversidade e fluxo de turistas que visitam Coroa Vermelha durante o ano faz do turismo o principal vetor de desenvolvimento dessa aldeia.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Contudo o turismo se mal planejado pode provocar uma série de efeitos colaterais para as comunidades receptoras. O planejamento adequado impõe-se, portanto, como imprescindível com objetivo de minimizar seus impactos negativos e maximizar os seus benefícios sem negligenciar o fomento e a preservação dos bens culturais materiais e imateriais das comunidades autóctones (DIAS, 2006).

Sobre o material utilizado na produção do artesanato foi considerado pelos indígenas um dos desafios. Este é um dos gargalos da produção do artesanato local, principalmente, no que se refere ao artesanato em madeira, uma vez que os recursos são limitados. Uma das alternativas é comprar o artesanato em madeira de outras aldeias. Embora já existam atualmente materiais alternativos para a produção do artesanato como eucalipto, coco, osso e a fibra de piaçava que são considerados sustentáveis.

Figura 02: acessórios de cozinha e maraca.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Desse modo o artesanato uma vez assegurando o seu destaque social, cultural e econômico deve estar calcado, sobretudo na sustentabilidade, permitindo um ciclo renovável de recursos, viabilizando a sua permanência no mercado (SANTOS, 2011).

Outro fato relevante observado ligado ao artesanato nessa aldeia é que, a maioria das lojas do parque indígena são em sua maioria utilizadas por não indígenas que alugam dos índios proprietários. Essa realidade parece ser resultado da ausência de uma orientação estratégica, uma vez que o calçadão possui um fluxo turístico mais expressivo que o centro de artesanato, o que nesse caso deveria ser o espaço mais utilizado para a venda de artesanato pelos indígenas.

O que sinaliza uma vez mais para a necessidade de uma qualificação estratégica por parte dos indígenas comerciantes e artesãos assegurando, todavia a distinção, criatividade e expressividade cultural do artesanato que são características essenciais no processo de (re)construção de identidade, além de serem percebidas pelas a maior parte destes indígenas como relevantes e apropriadas no contexto mercadológico tornando o segmento significativa oportunidade de desenvolvimento local.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da cultura pela atividade turística tem sido uma prática recorrente em muitos lugares do mundo, e em muitos casos posiciona-se como um importante vetor de desenvolvimento econômico. Além de seu aspecto econômico, trata-se ainda de uma oportunidade de mobilizar e sensibilizar a comunidade local para a importância da arte e da cultura e sua salvaguarda. Uma vez que a sua prática pressupõe sua preservação e manutenção para que estes permaneçam como atrativos.

Assim, buscou-se compreender o artesanato indígena Pataxó enquanto expressão cultural articulado ao mercado turístico sob a perspectiva de desenvolvimento local na aldeia urbana de Coroa vermelha, Santa Cruz Cabralia, Costa do Descobrimento.

Verificou -se que artesanato constitui-se para esses indígenas uma estratégia de resistência identitária, bem como de adaptação na sua relação com a comunidade

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

envolvente dentro da dinâmica de um mundo globalizado. Mostrando-se uma importante oportunidade de desenvolvimento local e (re)afirmação de suas tradições

No entanto, ressaltam-se algumas lacunas nesse processo como a ausência de instituições públicas, civis ou privadas que apoiem a atividade artesanal indígena, uma vez que esta é a principal fonte de renda dessa etnia. Somado a isso, conseqüentemente há a carência de um posicionamento mais estratégico do ponto de vista de mercado.

O artesanato Pataxó, portanto, tem o desafio de manter-se como porta-voz da cultura de seu povo sendo reorientado para suas raízes, buscado justamente nesse viés o seu principal diferencial de mercado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIGHI, Carlos Marcos. Turismo, Globalização e Cultura. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. et al. (Eds). **Análises Regionais e Globais do Turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

BAHIA. **Destinos**. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/roteiros/santa-cruz-cabralia/>>. Acesso em: 22 de mar. 2017.

BAHL, M. **Dimensão Cultural do Turismo Étnico**. In: ANSARAH, M. G. dos R.; PANOSSONETTO, A. (Org.). **Segmentação de Mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2009. p.121-140.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARDOZO, P. F. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. **Revista de Turismo / Patrimônio Cultural**, Universidade Paranaense-PR, v. 4, n. 2, p.143-152, 2006.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

FERNANDES, Hélênemarie Dias. **A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá-MS no contexto do desenvolvimento Local.** 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local)–Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2009.

FRANÇA, Rosa Alice. Design e artesanato: uma proposta social. **Revista Design**, Universidade do Estado da Bahia-Ba, v. II, n. 2, jul-dez, p. 9-15, 2005.

FREIRE, José R. Bessa. Sociedades Indígenas e Turismo. *In*: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo social: Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão.** Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

GRÜNEWALD, R. A. **Os Índios do descobrimento: tradição e turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa livraria, 2001.

\_\_\_\_\_. Turismo e Etnicidade. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003..

LIMA, R. G.. **Artesanato de tradição: cinco pontos em discussão.** *In*: ARTESANATO SOLIDÁRIO/ ArteSol (Org.). **Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo da tradição** (p. 13-42). São Paulo: Artesanato Solidário/ArteSol, 2005.

MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling; FIGUEREDO, Marina Mantas. De artesão a empreendedor: A ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de Relações desiguais de poder. **RAM. Adm. Mackenzie**, v.15, n.6, Edição Especial, 76-97, São Saulo-SP, nov./dez, 2014.

MAURO, Victo Ferri. **Turismo em terra indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira.** Brasília: Monografia (especialização)–Universidade de Brasília, 2007.

MENDES, Júlio; GUERREIRO, Manuela. **Reconstruir a experiência turística com base nas memórias perdidas.** *In*: NETO PANOSSO, Alexandre; GAETA, Cecília (Orgs.). **Turismo de Experiência.** São Paulo: Senac, 2010.

NEVES, S. C. “O Índio não gosta de ficar cativo”: Trabalho e Tradição nas Atividades Econômicas dos Pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha. **Revista Pasos**, *online*, v. 13, n. 01. p. 131-143. 2015

PINHO, Maria Sonia Madureira. Produtos artesanais e mercado turístico. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs). **Interpretar o Patrimônio: um olhar de exercício.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SAMPAIO. J. A. L. **Sob o signo da cruz.** Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Pataxó de Coroa Vermelha. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 2, n. 1, p. 95 – 176. jan/jun, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SANTOS, Thiago de Sousa. **Desenvolvimento local e artesanato**: um análise de dois municípios de Minas Gerais. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

WAINBERG, J. **Turismo e Comunicação**. A Indústria da Diferença. São Paulo: Contexto, 2003.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## AS VANTAGENS DO ENOTURISMO PARA AS VINÍCOLAS DO VALE SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

Maria Raíza Vicente da Silva

Priscila Galvão Duarte

### RESUMO

Apesar de recente, o enoturismo no Vale Submédio São Francisco já possui identidade, assim como os vinhos produzidos na região. A atividade enoturística costuma trazer alguns benefícios para as vinícolas e mercado vitivinícola de uma região, e por isso representa uma importante ferramenta de marketing e vendas para vinícolas do mundo inteiro. Diante da carência de estudos sobre o tema na região, esta pesquisa tem como objetivo analisar as vantagens do enoturismo para as vinícolas do Vale Submédio São Francisco. Foi realizado um estudo de caso com as cinco vinícolas que recebem turistas na região, sendo entrevistados os representantes, enólogos ou gestores de cada uma delas. Os resultados mostraram que o enoturismo é a principal estratégia de marketing das vinícolas e a maior vantagem observada pelas empresas é a oportunidade de educação do consumidor no consumo de vinhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vale Submédio São Francisco, Enoturismo, Vantagens.

### ABSTRACT

Although recent, wine tourism in the Sub-Valley of San Francisco there is identity, as well as the wines produced in the region. The enotouristic activity tends to bring some benefits to the wineries and the wine market of region, and therefore represents an important marketing and sales tool to wineries around the world. Given the lack of studies on the subject in the region, this research aims to analyze the advantages of wine tourism for the wineries of the Sub-Valley of San Francisco. A case study was carried out with the five wineries that receive tourists in the region, with the representatives, winemakers or managers of each one of them. The results showed that wine tourism is the main marketing strategy of wineries and the largest. The advantage observed by companies is the opportunity for consumer education in wine consumption.

**KEY WORDS:** Submédio São Francisco Valley, Enotourism, Advantages.

### INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as vantagens do enoturismo para as vinícolas do Vale Submédio São Francisco. Para isso, foi realizada uma entrevista estruturada com os gestores, enólogos e representantes das vinícolas para mensurar a ocorrência de cada vantagem apontada na literatura e seu grau de importância para cada vinícola.

A região do Vale Submédio São Francisco está localizada no semiárido nordestino e é formada pelos municípios pernambucanos de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, e pelos municípios baianos de Casa Nova, Sobradinho, Juazeiro e Curaçá. É hoje um reconhecido pólo econômico da fruticultura irrigada, resultado de uma série de políticas públicas focadas no desenvolvimento econômico da região, que ocorreram sobretudo a partir da década de 1980.

Segundo a CODEVASF (2010), a região do Vale do São Francisco é responsável por cerca de 15% da produção de vinhos brasileiros, que abastecem o mercado nacional e países como Portugal, França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Holanda. Além disso, é provavelmente a atividade mais promissora para geração de renda e empregos na região, podendo melhorar as condições de vida da população local. Atualmente é a segunda maior região produtora de vinhos finos do Brasil, atrás apenas do Rio Grande do Sul, sendo que a atividade vinícola gera aproximadamente 30 mil empregos diretos e indiretos (VINHOSVASF, 2011). Além disso, é uma das principais regiões turísticas trabalhadas pela EMPETUR e Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer de PE para o desenvolvimento do turismo no interior do Estado de Pernambuco, sendo esta atividade, uma importante fonte de diversificação da economia local.

O Turismo é uma atividade de grande expressividade econômica, seu efeito multiplicador, engloba diversos setores da economia e vem crescendo ao longo dos anos na região do Vale Submédio São Francisco. De acordo com a base de dados Hórus dos aeroportos brasileiros, só em 2017 foram contabilizados 247070 desembarques no aeroporto regional Senador Nilo Coelho em Petrolina. Esse número representa cerca de 8,2% a mais de desembarques do que o ano anterior. Além disso, a balança comercial do turismo em 2017 foi positiva, ou seja, a região recebeu mais pessoas do que emitiu.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O enoturismo na região ainda é um fenômeno recente, mas já possui identidade. Isso ocorre devido a especificidade dos vinhos da região, única no mundo a produzir a bebida em clima semiárido, indo de encontro as regiões tradicionais de produção de vinho, que ocorrem em regiões de clima temperado. As peculiaridades da produção vitivinícola do Vale são impressas nos seus vinhos, trazendo consequências também ao enoturismo. Uma dessas peculiaridades é ter uma produção de uvas e vinhos contínua ao longo do ano, ou seja, independente da época do ano sempre haverá videiras com frutos para o turista conhecer, ao contrário das regiões tradicionais.

Porém a região ainda carece de estudos sobre a atividade turística e mais especificamente sobre o enoturismo, cuja maioria dos trabalhos existentes analisam o surgimento da atividade na região. Esta pesquisa visa contribuir para a sensibilização dos benefícios que o enoturismo pode trazer não só a vinícola, mas também ao mercado regional do vinho como um todo, trazendo mais reconhecimento ao vinho do Vale Submédio São Francisco.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O turismo é uma atividade complexa e de variadas nuances, o que dificulta sua definição e classificação. Borman (apud BARRETO, 2003. p.10) define o turismo como:

Conjunto de viagens cujo objeto é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência de residência habitual é temporária. Não incluídas em turismo as viagens para ir ao local de trabalho.

A segmentação do turismo moderno nada mais é do que uma estratégia de marketing, visando facilitar para empresas e governos o acerto na forma eficaz e confiável de conquistar seus consumidores (turistas) em potencial. Dentro dessas classificações encontra-se o enoturismo, que neste trabalho está inserido na categoria “Motivação da Viagem”. O termo é resultado da junção de *eno* e *turismo*, sendo *eno*

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

derivado do grego *oînos* e significa vinho (VALDUGA, 2007), podendo ter por definição “visitar vinhedos, vinícolas, festivais do vinho e exposições de uva para vinho com degustação e/ou experimentação de atributos da uva para vinho de uma região” (HALL, pg. 3, 2004).

A revolução social e nos transporte, na metade do século XIX, propiciou o surgimento do enoturismo, que se tornou parte dos desejos específicos de viagem da então emergente classe média, que agora possuía recursos para tal. Um marco para o período foi a publicação da Classificação dos Vinhos de Gironde (1855), que seguiu os padrões estabelecidos pelo Syndicate of Bordeaux Wine-brokers. O material contribuiu como reforço e propaganda da qualidade do vinho de Bordeaux e foi usado com recurso de marketing para divulgação da região e de suas propriedades, que se tornaram atrações turísticas (HALL, 2004).

Para Bordini e Ruschmann (2009), o enoturismo conecta-se com os aspectos ambientais, culturais e gastronômicos da região onde se encontra, bem como aos produtos artesanais do turismo em áreas rurais. A capacidade de inseri-se em diversos tipos de turismo como o rural, de natureza e o cultural, transforma o vinho em um evento cultural de características históricas e culturais da localidade em que é produzido (SOUZA, PEREIRA, 2011).

Levando-se em consideração que cada safra é única, e que cada região possui aspectos próprios em seu *terroir* (VALDUGA, 2007), o enoturismo renova-se em si mesmo, trazendo regularmente os apreciadores da bebida para conhecer e saborear as novidades de cada safra.

Atualmente, o enoturismo é um relevante componente no mix de marketing, afetando na venda a varejo, o que já faz com que muitas vinícolas novas, tanto pequenas quanto grandes, realizem a escolha de seus terrenos considerando o tráfego turístico local (HALL, 2004). Para as de menor porte, o enoturismo cria um importante ponto de vendas local, para as de maior porte, propicia um canal promocional e de feedback de clientes sobre seu produto. Hall (pg 449, 2000) também afirma que:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Viticulture also has the capacity to provide sustainable land use in previously uneconomic areas, while tourism can help support the viability of land diversification and maximize the returns on existing viticulture.

Hall (2004), utilizando os trabalhos de Dodd e Bigote de 1995 e de Day em 1996 como base, descreveu as vantagens que a atividade enoturística gera para uma vinícola:

### **Vantagens:**

- (i) Aumento da exposição dos produtos da vinícola ao consumidor;
- (ii) Estabelecimento de fidelidade do consumidor com a empresa;
- (iii) Maior margem de lucro na venda direta ao consumidor, já que não há custos com distribuição do produto;
- (iv) Importante ponto de vendas para pequenos produtores;
- (v) Cadastro de visitantes em mailing para possíveis feedbacks futuros e informes sobre lançamentos de novos produtos;
- (vi) Oportunidade de educação do consumidor no consumo de vinhos.

A relação entre o enoturismo e as vinícolas é uma via de mão dupla. Segundo Hall (2000), para o *trade* turístico o vinho uma oportunidade de propaganda positiva do destino para consumidores de alto poder aquisitivo. Se determinado vinho é visto como de alto nível, possivelmente gerará interesse por outros produtos locais. O investimento no enoturismo termina por impulsionar regiões e algumas empresas rurais a diversificarem sua econômica e a serem mais competitivos em relação a mercados nacionais e internacionais. Daí a importância de uma regulamentação técnica de classificação, que teve seus primeiros passos iniciados na Europa, com distinções de produtos advindos em especial de regiões da França, Portugal e Itália (VALDUGA, 2007). Estas denominações de origem são amplamente usadas como forma de sistematizar, organizar, padronizar, comercializar e promover a bebida, a exemplo do conhecido vinho do porto, proveniente da região do Porto, em Portugal.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No Brasil, esta regulamentação começou pela promulgação da Lei de Propriedade Industrial Nº 2.979 de 14 de maio de 1996.

A classificação vem para contribuir positivamente na promoção de vinho e turismo, uma vez que o primeiro se distingue pelas características da localidade em que é produzido e o segundo, pelos atrativos da região. Sendo assim, a marca regional se torna significativa na impressão de rótulos e divulgação local (HALL, 2004).

### 3 METODOLOGIA

De acordo com a abordagem do problema, este estudo classifica-se como qualitativo e quantitativo. Segundo Malhorta (2012), as pesquisas qualitativas são aquelas que quantificam dados e comumente utilizam análises estatísticas e operações matemáticas na compreensão da realidade. Porém nem todos os fenômenos podem ser entendidos utilizando apenas operações estatísticas, e por isso, a pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivações, valores, crenças e atitudes no entendimento do fenômeno (MINAYO, 2001). Ao proporcionar um melhor entendimento do contexto do problema e utilizar análises matemáticas, este artigo possui um estratégia qualitativa e quantitativa respectivamente.

Quanto ao objetivo desta pesquisa, ela se caracteriza como Descritiva, que segundo Gil (2001, p.42) tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ao descrever o fenômeno enoturismo dentro das vinícolas, este estudo caracteriza-se como descritivo.

A estratégia de pesquisa é o estudo de caso múltiplo, adequado para quando se deseja investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto (YIN, 2001). Foram analisados cinco casos, sendo eles cinco vinícolas do Vale Submédio São Francisco: Bianchette, Botticelli, Garziera, Miolo Terra Nova e Rio Sol, distribuídas entre os municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande (PE) e Casa Nova (BA). O público alvo foram os gestores, enólogos ou representantes dessas empresas. A região conta com seis vinícolas ao total, porém o critério de

ISSN: 1808-9755

inclusão nesta pesquisa foi se oferecem serviços de visitação, sendo apenas as 5 citadas.

A coleta de dados utilizou pesquisa bibliográfica nas bibliotecas da Embrapa Semiárido em Petrolina, na UFRPE e na UFPE *campi* Recife. Também foram coletados dados secundários na Diretoria de Turismo de Petrolina, na Embrapa Semiárido e na Valexport. Quanto aos dados primários, foi realizada entrevista estruturada com questões abertas e fechadas com o público alvo. Também foram apresentados aos entrevistados as vantagens que o enoturismo traz as vinícolas e solicitou-se que apontem a existência ou não dessa vantagem e dessem notas de zero a cinco para explicar o grau de importância dela para a vinícola, sendo zero sem importância e cinco muito importante.

Para a análise dos dados foi utilizada estatísticas descritivas, análise documental e análise de conteúdo. Bardin (2016) explica que a análise documental visa apresentar o conteúdo de um documento de uma forma diferente do original, enquanto a análise de conteúdo é uma análise das comunicações utilizando procedimentos sistemáticos para descrição e interpretação dessas mensagens.

## 4 RESULTADOS

De acordo com os dados levantados por esta pesquisa, o enoturismo é a principal estratégia de marketing adotada pelas vinícolas, como mostra o Gráfico “Principais Estratégias de Marketing dos Vinhos”. A importância dessa atividade para as vinícolas fica evidente no fato de 80% delas já terem investido na adaptação de suas instalações para o receptivo de turistas. Quando questionadas sobre o retorno desses investimentos, quatro pontuaram aumento nas vendas diretas na vinícola, enquanto a outra não pode responder pois ainda não inaugurou as novas instalações para os turistas. Além dos investimentos em instalações físicas, distribuídos em melhorias na acessibilidade, na recepção, enotecas, salas de vídeo e degustação, houve também investimentos em mão de obra especializada no turismo em 60% dessas vinícolas, que contrataram funcionários especializados em atender a demanda turística.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Além do crescimento da receita vinda de vendas diretas aos turistas, novos mercados foram alcançados pelas vinícolas a partir do enoturismo. É o que mostra o Gráfico “Novas vendas a partir do Turismo”, em que 60% delas passaram a vender em novos lugares a partir de oportunidades surgidas através do enoturismo. Tal fato ocorre porque o visitante comum passa a procurar na internet os produtos ou os distribuidores em seus destinos de origem, além dos visitantes que comercializam vinhos/espumantes/sucos de uva e acabam desejando representar esses produtos em suas cidades.

Dentre as principais vantagens que o enoturismo pode trazer as vinícolas defendidas por autores como Hall (2004), esta pesquisa buscou analisar quais foram mais facilmente percebidas pelas vinícolas do Vale São Francisco, tendo em vista que essas vantagens variam conforme o tamanho e as características destes empreendimentos. Foi solicitado que os entrevistados dessem uma nota de zero a cinco para cada vantagem observada na literatura, sendo zero sem importância e cinco muito importante. A média dessas respostas foi apresentada no Gráfico “Vantagens do enoturismo percebidas pelas vinícolas”.

Gráfico 1 Principais estratégias de marketing dos vinhos



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Gráfico 2 Novas Vendas a partir do turismo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

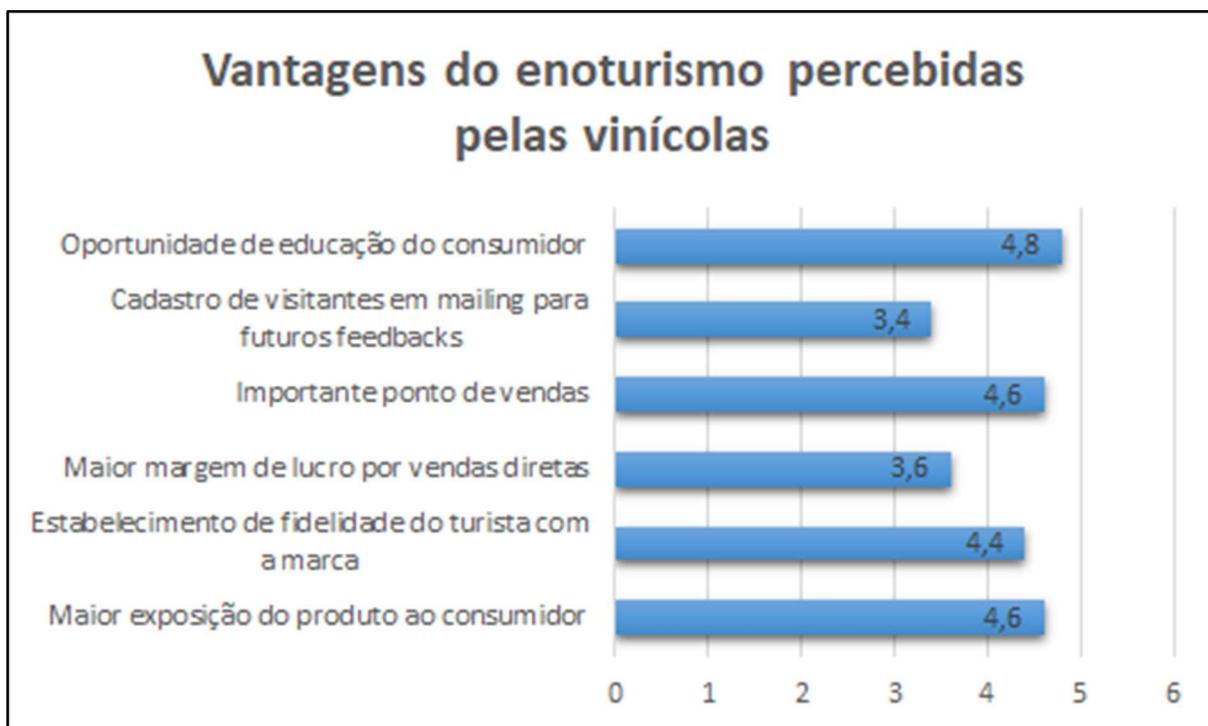


Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A principal vantagem percebida é a “Oportunidade de educação do consumidor”, com média 4,8. A importância desse aspecto torna-se evidente se levarmos em conta que o Brasil ainda não tem como hábito tomar vinho regularmente, como os países da Europa por exemplo. Enquanto no Brasil o vinho é taxado como bebida alcoólica, na Europa ele é um produto taxado e visto culturalmente como alimento, fazendo parte das refeições diárias. Tal aspecto mostra o distanciamento do brasileiro com o vinho, que ainda enxerga a bebida sobre uma lente de significação e sofisticação em seu consumo, precisando de um objetivo, um momento especial para consumi-lo (IBRAVIN, 2008). De acordo com a Tabela de consumo de vinhos per capita por país, do Wine Institute (2015), o consumo de vinho per capita no Brasil em 2014 foi de apenas 1,7 litros por ano. Quando comparamos o consumo do Brasil com dos outros países vemos o quanto consumimos pouco: países latino americanos como Argentina e Chile consomem respectivamente 23,46 e 17,46 litros, enquanto o primeiro lugar do ranking, o Vaticano, consome 54,26 litros por ano.

Gráfico 3 Vantagens do enoturismo percebidas pelas vinícolas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Entre os principais efeitos que a oportunidade de educação do consumidor gera como vantagens para a vinícola e para o mercado vitivinícola como um todo, foram citados pelos entrevistados: a possibilidade dos consumidores habituais de vinho de tirarem dúvidas e aprenderem mais sobre as peculiaridades dos vinhos daquela região; poder educar os não consumidores, que foram a vinícola somente a passeio, mas que saíram entendendo o básico para tornar-se um consumidor frequente; e a oportunidade de desmistificar que bons vinhos são só os estrangeiros, ensinando aos visitantes a desfrutar e valorizar a produção nacional e a produção do semiárido.

Ser um importante ponto de vendas e ter uma maior exposição do produto ao consumidor empataram na segunda posição entre as principais vantagens percebidas com média 4,6. É importante ressaltar que embora os entrevistados considerem a vinícola como um importante ponto de vendas, esse fator está mais relacionado com o marketing do que com o financeiro. A maioria das vinícolas do VSF são do tipo não familiares, com produção de grandes volumes que são vendidos a atacado, enquanto o varejo representa uma parcela muito pequena dessas vendas. Tal aspecto fica

evidente no fato da vantagem “Maior margem de lucro por vendas diretas” ter ficado em penúltimo lugar, com média 3,6 e ser pouco significativo para elas.

Já a vantagem “Estabelecimento de fidelidade do turista com a marca”, também teve importância elevada, com média de 4,4. Isso ocorre porque para os entrevistados, o turista tende a fazer referência aos aspectos positivos das suas viagens para amigos, colegas e familiares. Enquanto isso, a vantagem “Cadastro de visitantes em mailing para futuros feedbacks” teve a menor média, com 3,4. De fato, embora a maioria das vinícolas possua livro de visitas para formação de um mailing, ele é pouco usado na gestão estratégica dos empreendimentos, sendo que apenas uma usa os dados dos visitantes para fazer informes de novos produtos.

Mas não só o turismo pode trazer vantagens para as vinícolas, o inverso também é verdadeiro. Um vinho de alta qualidade e reconhecido internacionalmente pode promover a imagem da região para consumidores de alto padrão, e tal aspecto começa a ser percebido na região. Os espumantes do Vale São Francisco têm ganhado cada vez mais destaque em concursos e premiações internacionais, sendo que três, das cinco vinícolas já ganharam medalhas de ouro, prata ou bronze em concursos nacionais e internacionais. Percebe-se também o interesse de pessoas vindas de outras regiões produtoras nacionais e internacionais, como Rio Grande do Sul, Portugal, França, Chile e Argentina, demonstrando o crescente reconhecimento do Vale nas regiões tradicionais de produção de vinhos finos.

O Agronegócio pode fortalecer o turismo e o turismo pode fortalecer o agronegócio brasileiro. De acordo com o Ministro do Turismo, o Sr Vinícius Lummertz, em entrevista à Folha de São Paulo (2018), a França é um bom exemplo de como uma Indústria forte atrai turistas, que compram produtos como vinhos e perfumes, e como o turismo fortalece a indústria, gerando mais demanda para seus produtos. Um exemplo nacional é a cidade de Gramado, que vende mobiliários, alimentos e vestuários para turistas, fortalecendo sua indústria regional. É esse patamar que o Vale do São Francisco pretende alcançar: um vinho forte e internacionalmente conhecido, que atrai turistas para conhecer a região e que por sua vez, geram mais demanda para as vinícolas e outros produtos locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no decorrer deste trabalho, o vinho, assim como o enoturismo, são elementos que há muito permeiam a história. O primeiro, promovendo o transitar de pessoas seja, a passeios, a negócios, visando aprendizado ou apenas diversão. Mas sempre com uma razão, um fator motivacional. O segundo, utilizando se em parte deste para disseminar o fruto de que dele provém, espalhou-se pelo mundo, criando raízes nos solos férteis que encontrou, para enfim participar de refeições, festas e rituais.

Porém, a união dos dois, que resultou no termo e na atividade do enoturismo, só aconteceu muitos séculos depois, quando o vinho passa a ser o motivador da viagem e não mais um item descoberto numa viagem realizada por outras razões. Esta nova movimentação de indivíduos propiciou novas oportunidades de negócios, não apenas para as vinícolas, como para toda a região na qual está inserida. O aumento no fluxo de pessoas impulsionou a abertura e ampliação de meios de hospedagens, de alimentação, transportes e tantos outros itens, que utiliza destes serviços quando visitam a região. O vinho, provado e aprovado pelos visitantes, torna-se cada vez mais conhecido em outras localidades através da forma mais antiga de marketing, o boca a boca. Ao avaliar as entrevistas realizadas bem como todo o material bibliográfico utilizado neste estudo, verificou-se que retornar ao local de origem, não somente há o presentear das bebidas adquiridas nas vinícolas como a procura por estes produtos, abrindo portas para negociação de novos pontos de venda, bem como de novos visitantes, curiosos em conhecer o lugar de onde provém o vinho.

Com isso, conclui-se que o enoturismo traz consigo impactos positivos na divulgação do vinho, da vinícola e da região que a cerca; melhora a economia local ao impulsionar novos negócios e os já existentes e trazer fluxo de pessoas para deles usufruir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

- BARRETTO, Margarida. Manual de Iniciação ao Turismo. São Paulo: Papyrus, 2003.
- BORDINI, C. V., RUSCHMANN, D. van de M. Enoturismo. In: Segmentação do Mercado Turístico: Estudos, produtos e perspectivas. Editores: NETTO, A. P., ANSARAH, M. G. dos R. Barueri, SP: Manole, 2009.
- CODEVASF. **Investindo no Brasil**: Vales do São Francisco e Parnaíba. Disponível em: <[www.codevasf.gov.br/programas\\_acoes/codevasf\\_apresentacao\\_ai.pdf](http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/codevasf_apresentacao_ai.pdf)>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- FOLHA DE SÃO PAULO. O turismo brasileiro tem que se internacionalizar. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/turismo-brasileiro-tem-de-se-internacionalizar-diz-presidente-da-embratur.shtml>>. Acesso em 20 de março de 2018.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, Colin M. et al. (Org.). Wine tourism around the world: development, management and markets. Oxford: Elsevier, 2004. 348 p.
- IBRAVIN. Estudo de mercado de vinhos tranquilos e espumantes. Market Analys, 2008.
- MALHOTRA, N. Pesquisa de Marketing. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 735 p.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MITCHELL, R., HALL, C. MICHAEL. Wine tourism in the Mediterranean: a tool for restructuring and development. Thunderbird International Business Review. Vol. 42. N. 4. pg. 445-465. Jul-Aug 2000.
- PEREIRA, P., SOUSA, A. J. de. Estratégia empresarial: setor vitivinícola brasileiro, globalização e empresas do Vale São Francisco. Petrolina: Printpex Editora, 2011. 227 p.
- VALDUGA, Vander. O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, RS.
- VINHOVASF. Instituto do Vinho do Vale do São Francisco. Nota técnica. Disponível em:<<http://www.vinhovASF.com.br/site/internas/valetecnico.php>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

WINE INSTITUTE. Per capita wine consumption by country countries ranked by per capita consumption and countries listed alphabetically. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/maria/Downloads/World\_Per\_Capita\_Wine\_Consumption\_Revised\_Nov\_2015.pdf>. Acesso em 20 de março de 2018.

YIN, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ASPECTOS INFLUENCIADORES NO DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE MATINHOS (PR)

Christopher Smith Bignardi Neves

Caroline Pereira Martins

Isabele De Souza Carvalho

### RESUMO

Ao analisarmos o desenvolvimento do planejamento turístico do município de Matinhos, localizado na região litorânea do estado do Paraná, buscamos aspectos relacionados a fatores históricos, sociais, econômicos, ambientais e administrativos, objetivamos buscar as características referente à esfera em que se encontra o Turismo. Dentro disso, ao pertencer a uma estância balneária, seu maior atrativo se constitui no turismo de sol e praia e, portanto, o que é gerado no contexto econômico neste setor encontra-se principalmente de maneira sazonal concentrado nos meses de maiores temperaturas. Esse estudo teve seu ensaio baseado em uma pesquisa quali-quantitativa, fundamentado em acervos bibliográficos e documentos, coleta de dados por meio do IBGE, Iparde, Cadastur, bem como em páginas de internet e plataforma, utilizando a netnografia, além de uma observação in loco do município de Matinhos, com objetivo de analisar e corroborar o estudo documental, evidenciando as influências da atividade turística no planejamento e gestão municipal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento, Turismo, Matinhos, Litoral do Paraná.

### ABSTRACT

When analyzing the development of tourism planning in the municipality of Matinhos, located in the coastal region of the state of Paraná, we look for aspects related to historical, social, economic, environmental and administrative factors, aiming to find the characteristics related to the sphere in which tourism is found. In this, belonging to a seaside resort, its greatest attraction is the tourism of sun and beach and, therefore, what is generated in the economic context in this sector is mainly in a seasonal way concentrated in the months of higher temperatures. This study was based on qualitative and quantitative research, based on bibliographical collections and documents, data collection through IBGE, Iparde, Cadastur, as well as in Internet and platform pages, using netnography, in addition to an observation in loco of the municipality of Matinhos, aiming to analyze and corroborate the documentary study, evidencing the influences of the tourist activity in the municipal planning and management.

**KEYWORDS:** Plannig, Tourism, Matinhos, Paraná's Coastline.

## INTRODUÇÃO

Ao discorrermos sobre o turismo temos que levar em consideração, que este deve ser satisfatório não apenas para os turistas, mas também para os residentes, as melhorias do patrimônio turístico beneficiam ambos, desta forma Bahl (2004) e Boullón (2002), reconhecem que o patrimônio turístico de determinada localidade é constituído a partir da junção de quatro componentes, sendo: atrativos turísticos, empreendimentos turísticos, infraestrutura e superestrutura turística.

Para Boullón (2002, p. 58), [...] infraestrutura pode ser entendida como a disponibilidade de bens e serviços ofertadas por uma localidade que possibilite sustentar as estruturas sociais e produtivas, tais como a educação, os serviços de saúde, a moradia, os transportes, as comunicações e a energia. Com finalidade de apoio à população, o conjunto os investimentos em infraestrutura também são denominados de capital social fixo.

Boullón (2002, p. 71) acredita que seja necessário definir um âmbito para a atuação da localidade, em função da regionalização. Sendo este, o planejamento inicial para a operação turística, como forma de melhor gestão, pautados em critérios técnicos.

Para Bahl (2004, p.43) "deve-se supor que a fisionomia de alguns municípios poderá alterar-se pela necessidade da definição de espaços adequados e apropriados para instalação da planta turística". Neste mesmo pensar o autor identifica que não são todas as localidades que agrupam atrativos turísticos em quantidade aceitável para se desenvolverem como núcleos receptivos, precisando que seja feito um agrupamento do que existe na região formando um produto, o que possibilita ampliar as opções de atuação para a prática das atividades turísticas. Valls (2006 p. 15) também afirma que "o destino turístico se pode associar a qualquer unidade territorial que tenha vocação de planejamento e possa dispor de certa capacidade administrativa para desenvolvê-la"

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Este artigo foi elaborado com o propósito de analisar como se desenvolve os diversos setores que contemplam a introdução da atividade turística no município de Matinhos, no litoral do estado do Paraná, principalmente relacionados às políticas públicas, infraestrutura, econômico e social, assim como seus aspectos históricos e o atual cenário da região a fim de investigar a evolução e demais impactos na região.

É, portanto, possível reconhecer que o objeto da mesma aqui tratado possui tanto o promissor atrativo do turismo de sol e praia, como histórico e cultural, como será mais para frente discutido.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo utilizou uma abordagem quali-quantitativa, devido ao fato de que esta possibilita uma forma de “entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). Além, da observação in loco no município, com intuito de confirmar as leituras bibliográficas análise documental realizada. Segundo Gil (2002) para se obter melhores respostas à problemática aqui elencada, um estudo de campo é prudente a fim de contextualização, além de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, com base na produção acadêmica e utilizando como base o acervo da Universidade Federal do Paraná.

Para Godoy (1995) pode-se incluir a análise de documentos como uma possibilidade para a abordagem qualitativa, que por ter a característica de uma proposta não rigidamente estruturada, permite ao pesquisador a busca de novos enfoques, a partir do uso da criatividade, adquirindo um caráter inovador para a pesquisa documental. Para Creswell (2009) a principal função da pesquisa qualitativa é explorar e compreender significados.

Optou-se pelo uso de páginas na internet/plataformas por serem considerada fontes naturais de informação à medida que, por terem origem em um determinado contexto econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto (GODOY, 1995); o que caracteriza este estudo como netnográfico, modelo compreendido por Montardo e Rocha (2005, p. 01) como um estudo de práticas

comunicacionais mediadas por computador recebe o nome de Netnografia, ou etnografia virtual e sua adoção é válida no campo da comunicação pelo fato de que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço”.

A partir deste entendimento, foi utilizada na coleta de dados de plataformas como o Cadastur, IBGE, IPARDES, Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT, a página da Prefeitura Municipal de Matinhos, Paraná Turismo e demais que corroboram para a compreensão do planejamento e gestão do turismo no município aqui estipulado.

Isto posto, objetivo deste estudo é realizar uma análise do planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo no município de Matinhos, para que se proponha o correto desenvolvimento do turismo. Dessa forma, é preciso que estejam envolvidos os todos os setores dos destinos turísticos com a sociedade em geral, sendo essa última os primeiros interessados em decidir sobre o desenvolvimento turístico da área em conjunto com os modelos apresentados pelas instituições e associações interessadas (VALLS, 2006).

## **O LITORAL DO PARANÁ**

O litoral do Paraná é o segundo menor entre os estados brasileiros costeados pelo Oceano Atlântico, apresentando linha costeira de aproximadamente 100 km. Ao norte do litoral paranaense encontra-se o Estado de São Paulo, ao leste o Oceano Atlântico, ao sul o Estado de Santa Catarina, e a oeste, após a serra do mar, a região metropolitana de Curitiba.

Os sete municípios pertencentes ao litoral (Antonina, Guaratuba, Guaraqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná) correspondem a 3% da área do Estado do Paraná. Os municípios diferem bastante em tamanho de área, sendo Matinhos o menor destes, e Guaraqueçaba o maior (ESTADES, 2003).

Estades (2003), agrupa estes municípios em três grupos, caracterizando Paranaguá e Antonina, como portuários; Morretes e Guaraqueçaba, como rurais; Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, como praiano-turísticos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

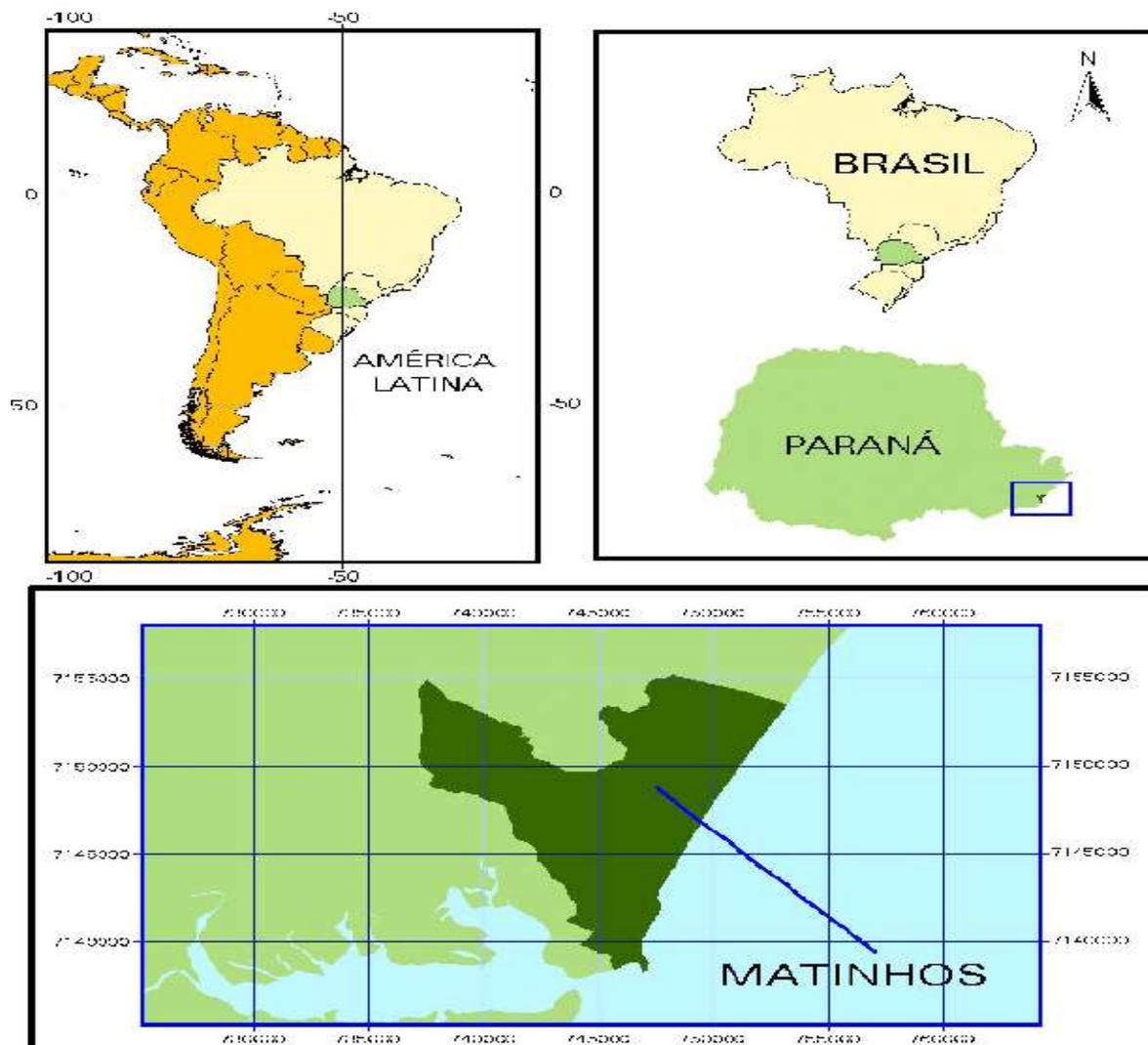
Chemin (2011) divide os municípios do litoral do Paraná segundo a natureza das atividades turísticas, os municípios que prevalecem de turismo de sol e praia, tais como Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, e municípios históricos, Antonina, Morretes e Paranaguá.

## **ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS (PR)**

O município de Matinhos está localizado na região litorânea do estado do Paraná, Sul do Brasil; faz parte da microrregião de Paranaguá, geolocalizado em 25°49'03"S e 48°32'34"W, possui área de 117,743 km<sup>2</sup>, possui segundo dados obtidos pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pesquisa censitária no ano 2010, o município de Matinhos, apresentava à época população de 29.428 pessoas (IBGE, 2010), em dados mais recentes, o IBGE (2017) estima a população em 33.450 pessoas, o que confere a densidade demográfica de 249,93 hab/km<sup>2</sup>, com crescimento geométrico populacional de 1,98%, o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,743 (IPARDES, 2018).

**Figura 1. Localização do município em relação ao Estado, País e Continente.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Filippim, 2015.

## ASPECTOS HISTÓRICO-TURÍSTICOS

Segundo Bigarella (2009), a região do litoral do Paraná era originariamente ocupada por índios tupi-guarani e passou a ser colonizada por europeus a partir do século XVI. Em 1920 o francês Augusto de Saint Hilaire descobriu as praias, o que levou as primeiras construções em 1926, localizadas a 3 km da Baía de Guaratuba.

Em 1927, com a inauguração da estrada do mar, que liga Paranaguá à Praia de Leste (Pontal do Paraná), diversas famílias, em sua maioria alemães, fixaram-se em Matinhos, entre elas a de Augusto Blitzkow, responsável pelo plano de urbanização de Caiobá.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com o surgimento de novas construções, intitula-se a criação de vilas, como as que surgiram em 1928 e em 1930, Vila Balneária Praia de Leste e Vila Balneária do Morro de Caiobá, respectivamente (BIGARELLA, 2009)

A Vila Balneária do Morro de Caiobá, foi a que mais cresceu, dando origem ao mais conhecido bairro de Matinhos, o Balneário de Caiobá (BIGARELLA, 2009).

Sampaio (2006) afirma que estes balneários deram-se pelas características paisagísticas agradáveis, pela proximidade com a Serra da Prata (que forneceria água potável), sobretudo pelo

desejo de fruição dos banhos de mar e do estar à beira-mar, para os 'banhos de sol', o caminhar, o relaxamento, a prática de esportes, o encontro, etc., e tem nas praias seu 'lócus' de realização, e nos verões, sobretudo, seu tempo de efetivação (SAMPAIO, 2006, p. 170).

Foi a partir da década de 1950, que a ocupação do uso balneário se intensifica, fixando-se em todo o litoral sul do Estado, Sampaio (2006) apresenta como motivo para a tal, a expansão agrícola. Com isso cresce o uso da orla oceânica, causando problemas socioambientais, mais evidente no final dos idos de 1970 (FILIPPIM, 2015).

Além do atrativo turístico natural desta cidade (praia), os turistas que aqui vinham realizam outras atividades como passeios por Caiobá e por Guaratuba, além de caminhadas ao Sertão e a Serra, descritas pelo autor como saudáveis e prazerosas (BIGARELLA, 2009)

Bigarella (2009) mostra que um dos primeiros empreendimentos foi a instalação da Vila Balneária do Morro de Cayobá, datado de 1929. O autor apresenta uma série de imagens, onde retrata as construções existentes na cidade nos idos de 1930. Graças a essas construções como o Hotel Beira-Mar e o Clube Familiar de Excursão (além da casa de Jacinto Mesquita) é que pode se registrar como um dos primeiros locais de entretenimento local, nestes acima citados, ocorriam bailes informais as músicas tocadas ao vivo e de diversos ritmos, para que agradasse todo o público.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Bigarella (2009, p. 217-219) lista com riqueza de detalhes os primeiros meios de hospedagem de Matinhos/Caiobá. O primeiro Hotel em Matinhos foi o Hotel-Restaurante, já na década de 1930 foi inaugurado o hotel e restaurante do Clube Familiar de Excursão, seguido em 1936, pelo Hotel Beira-Mar (que era o ponto “chic” à época), ao passar dos anos várias casas de moradores ou banhistas foram transformando-se em pensões, como exemplo cita a Pensão e Restaurante Sol Levante, a Pensão e Restaurante Matinhos, a "Pensão da Dona Meta" (Posteriormente sob nome de Pensão da Dona Bárbara). Em 1934 inaugurou-se o Grande Hotel Caiobá que funcionou até 1958. O empreendimento hoteleiro Heeren por possuir sua própria diligência, buscava os hóspedes em Paranaguá, sendo assim uma referência na Hospitalidade. Em 1947 é inaugurado o Hotel Atlântico, com instalações modernas e confortáveis, funcionando até 1960.

Para Mario Pock, ex-prefeito, em entrevista concedida a Lourenço e Schluter (2014) "Caiobá era a Copacabana do Brasil, para o Paraná era importante, realmente era importante", isso mostra a dimensão que Caiobá tomou, firmando-se como um destino de referência.

## ASPECTOS ECONÔMICO-TURÍSTICOS

O PIB *per capita* da população matinhense no ano de 2015 representou 27.115,87 reais, o salário médio dos trabalhadores formais de 2,1 salários mínimos, sendo que a população ocupada é de 36,5% (IBGE, 2018). A título de comparação, baseado no PIB *per capita*, ao se elaborar um ranking Matinhos aparece em 2º lugar na microrregião, 134º no ranking estadual, e em 1076º nacionalmente falando.

Destes dados pode-se perceber que 42,3% das receitas são oriundas de fontes externas, o que corrobora com a observação realizada, de que Matinhos não possui grande oferta de empregos a população que nela reside, procurando em outros municípios da microrregião empregos, sendo Paranaguá a cidade que mais emprega.

Segundo o IBGE (2010), Matinhos apresentava 25.400 pessoas em Idade Ativa, porém apenas 15.009 pessoas encontravam-se Economicamente Ativa. O índice da população idosa é de 31,62% (IBGE, 2010), o Ministério do Trabalho - MTE

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(2018) apresenta que em 1º de janeiro de 2018, havia 8310 empregados formais no município, distribuídos em 2233 estabelecimentos.

**Tabela 1. Número de Empregos Formais em 31/12/16, Variação Absoluta e Relativa nos anos de 2015 e 2016 por setor de atividade econômica**

IBGE Setor	2015	2016	Var. Abs.	Var. Rel. (%)
1. Extrativa mineral	17	18	1	5,88
2. Indústria de transformação	222	259	37	16,67
3. Serviços industriais de utilidade pública	7	9	2	28,57
4. Construção Civil	161	141	-20	-12,42
5. Comércio	2.171	2.150	-21	-0,97
6. Serviços	5.678	5.676	-2	-0,04
7. Administração Pública	1.427	1.506	79	5,54
8. Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2	2	0	0
<b>Total</b>	<b>9.685</b>	<b>9.761</b>	<b>76</b>	<b>0,78</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Ano-Base 2016 (MTE, 2016)

O setor de Comércio e Serviços representa o segmento da economia que mais arrecada para o PIB do município, seguido pela indústria. Cabe salientar que o desenvolvimento do segmento de comércio e serviços favorece o setor turístico, representando segundo o MTE (2016).

**Tabela 2. Número de Estabelecimentos (RAIS) nas Atividades Características do Turismo (ACTs) – 2016**

Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alojamento	27
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Alimentação	116
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Transporte Terrestre	3
Estabelecimentos (RAIS) nas ACTs - Cultura e Lazer	7
<b>Total</b>	<b>153</b>

Fonte: Perfil Avançado do Município de Matinhos (IPARDES, 2018)

**Tabela 3. População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010**

Atividades Econômicas pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar	Nº de pessoas
Transporte, armazenagem e correio	278
Alojamento e alimentação	892
Artes, cultura, esporte e recreação	214
Outras atividades de serviços	448
<b>Total</b>	<b>1832</b>

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Fonte: Perfil Avançado do Município de Matinhos (IPARDES, 2018)

## O TURISMO EM MATINHOS

Os estudos acerca do fenômeno turístico em Matinhos partem em grande maioria a partir da academia, a Universidade Federal do Paraná, possui um campus no município, incluindo o curso de Tecnólogo em Gestão de Turismo, fator que tende a produção intelectual de estudos sobre o fenômeno na região do litoral do Paraná.

No que cerne aos estudos realizados por órgãos institucionais a Secretaria de Estado de Turismo (SETU, atual Paraná Turismo), publicou em 2006 uma pesquisa que apresentava o perfil da demanda turística à época, compreendidos por Kushano (2015, p. 107) como “estudos estatísticos realizados com base em pesquisas primárias, com o intuito de ampliar e atualizar os dados existentes sobre o perfil da demanda turística no Paraná e seu potencial ainda inexplorado”.

Segundo a Secretaria de Turismo, o turista procede principalmente de Curitiba (56,9%), Região Metropolitana (9,8%), de outras cidades do Estado do Paraná (21,6%), de outros estados (9,6%) e inclusive de outros países (2,1%). A maioria dos turistas são do sexo masculino (64,7%). Os turistas que frequentam o município já possuem como hábito a visita à cidade litorânea, sendo que apenas 5,9% dos entrevistados não a conheciam (PARANÁ, 2008).

A visita ao município se dá acompanhado de familiares para 73%, enquanto 10,6% viajam em grupos ou excursões, e 16,4% afirmam viajar sozinhos (PARANÁ, 2008).

Quanto ao meio de hospedagem no município, o hotel é o que pouco predomina, sendo utilizado por 5,9% dos turistas, 15,4% alugam imóveis para a prática do turismo, 18,6% utilizam de imóveis de amigos ou parentes, ao passo que 56,4% possuem casa própria (casa de veraneio), outros 3,7% dos entrevistados utilizam de outros meios de hospedagem.

O local com mais visitação no município é a praia, sendo que Caiobá é o balneário mais frequentados por veranistas e turistas (BIGARELLA, 2009), Caiobá divide-se em duas praias, conhecidas como “Praia Brava” e “Praia Mansa”. Caiobá é

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

o bairro com maior incidência de condomínios/prédios. Matinhos é um município caracterizado pela predominância de segundas residências, tendo o IBGE (2010) recenseado 33.022 imóveis na área urbana, destes 23.302 não eram ocupados por moradores/habitantes.

Kushano (2015) *apud* Pierri *et al.* (2006) informa que o município de matinhos assim como muitas outras cidades de praiana brasileiras, se desenvolveu sem prévio e adequado planejamento urbano.

No entanto, há que se notar que, a partir dos anos 1950, e mais intensamente dos 1960 e 1970, o governo estadual melhorou as condições de salubridade e construiu uma estrutura viária de acesso para viabilizar esse novo uso da costa; porém, tratou-se de uma urbanização acelerada e desordenada (KUSHANO, 2015, p. 104).

Filippim (2015) apresenta detalhes destes investimentos

a construção de canais de drenagem que melhoraram as condições de saneamento e contribuiu para a erradicação da malária; a ligação entre Matinhos e Caiobá, em 1942; a construção, em 1948, de uma estrada ligando Praia de Leste a Matinhos, que eliminou parte do trajeto pela praia; e a ligação por terra, através de uma rodovia, entre Guaratuba, o Estado de Santa Catarina e Curitiba (FILIPPIM, 2015, p. 92).

Outro fator que deve ser ponderado é a sazonalidade, que é uma das mais fortes características no contexto do turismo, citado por Sampaio (2006), Estades (2003), Angulo (2000), Filippim (2015).

Os turistas dos primeiros decênios do balneário de Matinhos eram conhecidos como 'banhistas'. iam a praia somente nas férias de inverno, em junho e julho Bigarella (2009), por conta da malária que se propagava no verão. Com esta questão sanitária resolvida, o turista inverte seu período de estadia no município, visitando-o massivamente nos meses de verão.

Filippim (2015) e Kushano (2015) apresentam informações sobre o acréscimo de moradores no município nos meses de alta temporada, que compreende os meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O número de turistas no litoral aproxima-se a de um milhão (PARANÁ, 2013), enquanto que a população da região aproxima-se de 256 mil habitantes (IBGE, 2010). Angulo (2000) já abordava esse impacto turístico no início do milênio, apresentando as variáveis da sazonalidade, e os problemas da ocupação inadequada.

Chemin (2011) apresenta que o turismo de fato é um importante agente para o litoral do Paraná, caracterizado como um importante destino no Estado. Desta forma, o turismo age como desenvolvedor socioeconômico.

Buscou-se na base de dados da Cadastur quem são os prestadores de serviço do município de Matinhos, ao final desta elaborou-se o seguinte quadro com uma síntese geral por categoria e número de prestador.

**Tabela 4. Categoria e quantidade de prestadores de serviço turístico**

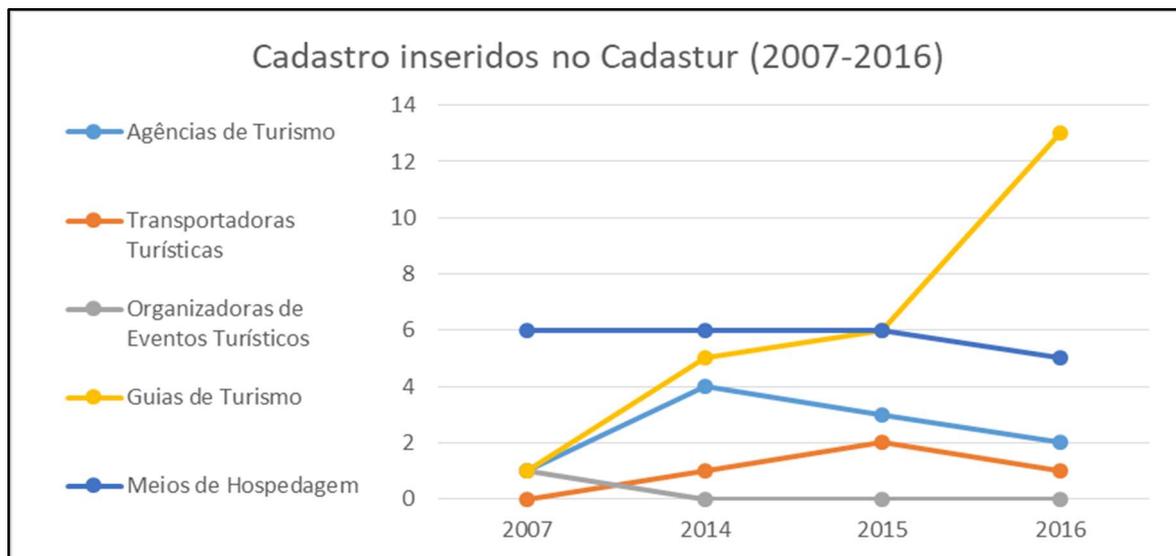
Categoria	Quantidade
Agência de Turismo	3
Guia de Turismo	12
Meio de Hospedagem	7
Organizadora de Eventos	1
Parque Temático	1
Prestador Especializado em Segmentos Turísticos	1
Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos	2
Transportadora Turística	1

Fonte: Cadastur 3.0

Para melhor ilustrar o desenvolvimento do turismo no município buscou-se na base de dados do Cadastur os empreendimentos inseridos na plataforma, a coleta de dados permeio os anos de 2007, 2014, 2015 e 2016, não inserindo os dados prévios do ano 2018.

## Gráfico 1. Evolução da quantidade de prestadores de serviço

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Os autores. Baseado em dados do Ipardes (2018)

Utilizando os dados da Secretaria do Turismo do Paraná elaboramos o seguinte quadro, representando dados sobre os Estabelecimentos Hoteleiros na cidade de Matinhos-PR.

**Tabela 5. Oferta Diária dos Estabelecimentos Hoteleiros, Unidades Habitacionais e Leitos em Matinhos**

ANO	Estabelecimentos Hoteleiros	Unidades Habitacionais	Leitos
2006	5	216	491
2007	4	201	461
2008	7	239	621
2009	6	229	715
2010	6	229	715
2011	7	217	716
2012	5	160	577

Fonte: Os autores. Baseado em dados da Paraná Turismo.

## 5. PLANEJAMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO

Matinhos é um município que busca o “desenvolvimento do turismo de massa, principal atividade econômica do município” (COLIT, 2006, p. 11), esse fator nos leva a ponderar que impactos negativos sejam evidenciados devido a falta de planejamento das ações governamentais e das iniciativas privadas, conforme pode-se observar anteriormente.

Para Simiqueli (2008, p. 47) *apud* Ruschmann (2000) o planejamento turístico “consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desse modo, os efeitos negativos nos recursos”.

A Prefeitura de Matinhos elaborou por conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, no ano de 2006 o Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado para o Município de Matinhos 2006. Deste documento saíram as diretrizes para o melhor funcionamento da gestão municipal, definindo ações e estratégias para alcançá-la. Porém pode-se perceber ao analisar tal documento que o fenômeno do turismo, não desenvolveu-se.

O referido plano apresenta, dentre diversas propostas para o município, a criação da “Via Férrea Litorina como o prolongamento da atual via ferroviária Curitiba-Paraguá, com função exclusiva de transporte de passageiros, fomentando as estratégias alternativas de mobilidade urbana e turismo local” (COLIT, 2006, p. 51). Este modal ferroviário, visa atrair mais turistas ao município, e ofertar uma modalidade de transporte diferenciado; para tal, propõe-se uma linha turística que circularia também pela beira mar.

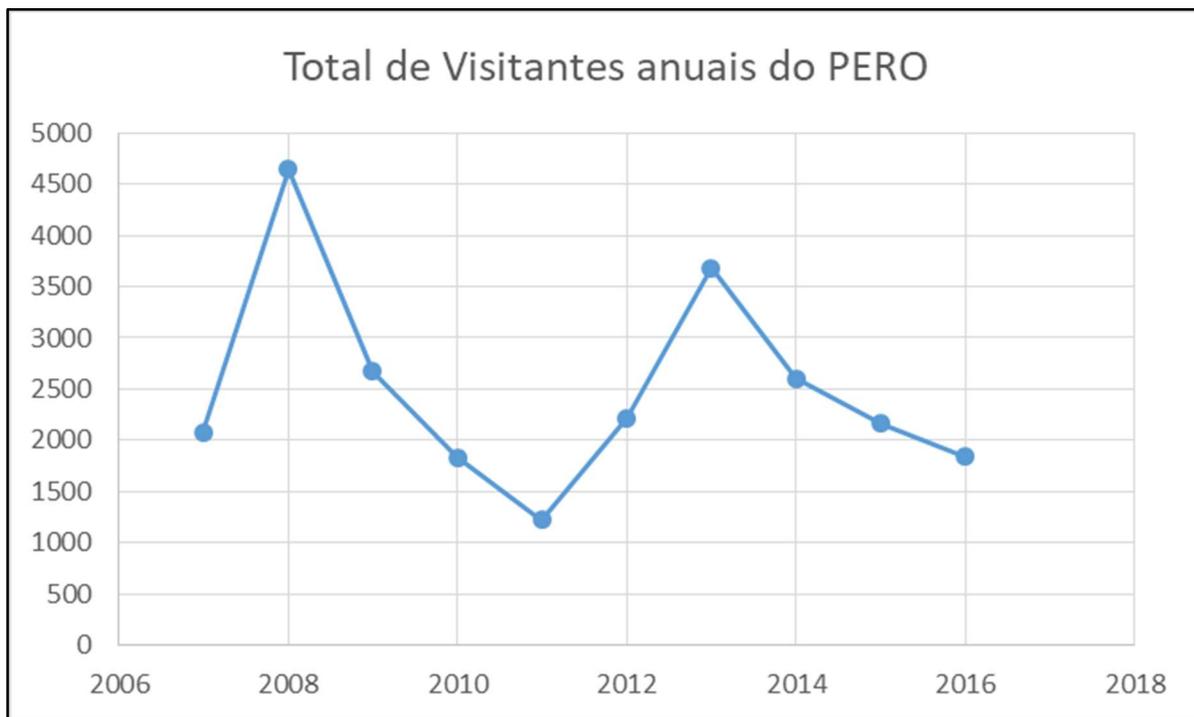
Outra proposta apresentada é a criação de Parques Municipais

Visando o incremento de áreas protegidas e de implantação de áreas e equipamentos de lazer, assegurando à população local recreação e educação ambiental, serão criadas as seguintes Unidades de Conservação Municipais: (i) Parque Municipal de Praia Grande; (ii) Parque Municipal de Sertãozinho; (iii) Parque Municipal Morro do Sambaqui; (iv) Parque Municipal do Tabuleiro; e (v) Parque Municipal Morro do Boi. (COLIT, 2006, p. 91).

Atualmente o município de Matinhos conta com dois parques em seu território, o Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, unidade de conservação não aberta para visitação; e, o Parque Estadual Rio da Onça é aberto à visitação, porém não é um dos pontos turísticos mais divulgados/visitados, segundo levantamento do número de visitantes.

**Gráfico 2. Representação de visitantes x ano no Parque Estadual Rio da Onça**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Os autores. Com base nos dados disponibilizados pelo Parque Estadual Rio da Onça.

Em 22 de dezembro de 1970, por meio da Lei nº 56, foi criada o primeiro Conselho Municipal de Turismo; somente em 18 de novembro de 1997, por meio da Lei Municipal nº 602, foi criado o Conselho Municipal de Esportes e Turismo, que passou a constituir os membros apenas no ano seguinte, porém sem atuação, tanto que foi sugerida no Plano Diretor (COLIT, 2006, p. 116) a criação do Conselho Municipal de Turismo, que deu-se por meio da Lei 1191, de 23 de abril de 2009, e atualmente inexistente, tramitando novamente no departamento jurídico da prefeitura e na Câmara de Vereadores.

O município apresenta dois postos de informações turísticas, inutilizáveis, e abandonou o projeto de criação do Centro de Recepção Turística, que previa o uso para

recepção e informações turísticas, promoção de educação ambiental através de palestras e conferências, organização de excursões e eventos turísticos que valorizem aspectos locais, realização de campanhas educativas e sócioambientais. A instalação desse equipamento poderá servir de apoio ao Curso de Turismo da Universidade do Litoral, a ser implementado (COLIT, 2006, p. 139).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A Universidade do Litoral, citada anteriormente, é um projeto de parceria com o Universidade Federal do Paraná (UFPR), o governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Matinhos. Deste projeto, resulta o Setor Litoral da UFPR, que atualmente oferta o curso de Tecnologia em Gestão de Turismo.

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da UFPR Litoral tem como diferencial sua relação com a sociedade local e regional, sua fundamentação teórico-prática (FTP), que promove o diálogo com a realidade procurando auxiliar no desenvolvimento econômico e sociocultural. Constituem-se ainda de espaços curriculares inovadores como o das Interações Culturais e Humanísticas e o dos Projetos de Aprendizagem. Fazem parte dos FTP, os conteúdos de hospitalidade, transportes, agenciamento, meios de hospedagem, marketing turístico, eventos, economia, meio ambiente, fundamentos do turismo, história e cultura, entre outros. (UFPR LITORAL, 2018, s/p).

Com a formação de profissionais relacionados à área do Turismo, a região do litoral do Paraná, e em especial Matinhos, passou a dispor de profissionais qualificados para o atendimento dos turistas. Esta qualificação profissional é uma necessidade local para melhorias no processo de planejamento e de gestão turística, compreendidos como

é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com as quais pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido” (BISSOLI, 1999, p. 34)

Desta forma, concebe-se que a gestão municipal do turismo, por meio da Secretaria de Turismo, carece de equipe profissional qualificada, e em maior número, de forma a atender os anseios dos empresários do setor, e também dos turistas. O potencial turístico do município é prejudicado, o baixo desenvolvimento dá-se diante da falta de recursos para a promoção do destino.

Ruschmann (1997, p. 84), afirma que é de responsabilidade da gestão pública “zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infraestrutura básica que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas”.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O turismo de sol e praia, segmento de maior influência no município fica prejudicado com constantes ressacas e erosões na beira-mar, colocando em risco os imóveis e o trânsito das pessoas.

Bissoli (1999, p. 35) ao afirmar que “o planejamento turístico, processo para o desenvolvimento do turismo, passa por uma vontade política e decisão de todos aqueles que estão empenhados no desenvolvimento do turismo”, corrobora com o perfil de Matinhos acerca do desenvolvimento do turismo: diversos projetos elaborados, nenhum executado.

A obra que maior representa o dito acima é a engorda da praia, e a construção de diques de contenção dos avanços da maré, apresentado e reapresentado pelos governos estaduais e municipais.

## CONSIDERAÇÕES

A ineficácia de planejamento para receber os veranistas que frequentam o Litoral Paranaense, ocasiona em precariedades visíveis nos diversos setores, podemos citar que somente no período de alta temporada o poder público se faz presente.

A inexistência de uma economia diversificada confere a Matinhos a estagnação da qual se mantém refém. O município se mobiliza para a captação de renda nos meses de dezembro a março, período em que os veranistas/turistas aqui deixam maior recurso financeiro. O elevado número de ambulantes que solicitam autorização para a venda de alimentos e bebidas na areia da praia é reflexo da precariedade de trabalho no município. À vista disso, não há outra fonte geradora de renda, vez que não há indústrias ou fábricas no município, adjunto a isso a prestação de serviços gira em torno das segundas residências, tais como serviços de reformas ou ampliação dos imóveis; limpezas mensais; serviços de jardinagem; caseiros e limpadores de piscina, entre outros.

Parte da população é dependente de aposentadoria ou pensão, outra parte de jovens está excluída do mercado de trabalho, caracterizando assim o município com

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

poucos trabalhadores formais, que atuam em pequenos comércios ou em outros municípios.

Observa-se em Matinhos que o atrativo turístico utilizado é a praia, mesmo assim cada vez mais turistas buscam novas experiências e atrações em outros segmentos, como ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural e outros. Isto posto, ao levar em consideração os atrativos turísticos alternativos do município, pode-se dizer que não somente há uma precariedade na oferta, como não há divulgação e/ou interesse dos empreendimentos existentes, a ausência de planejamento na infraestrutura, segurança e apoio ao turista.

A exemplo disso, as unidades de conservação existentes na cidade poderiam ser de grande potencialidade cultural-ambiental-turística, porém não atuam na perspectiva do ecoturismo ou do turismo de aventura, tanto que o Parque Nacional Saint-Hilaire Lange não elaborou até a conclusão deste plano de manejo. A ausência das políticas públicas torna impraticável ao turista e/ou residentes visitar estes parques.

Com a presença massiva de turistas na cidade, atrelada a falta de infraestrutura e falta de planejamento, os serviços básicos são afetados, refletindo na mudança do cotidiano dos residentes. Esse aumento exacerbado de pessoas refletem em situações, tais como: o aumento dos preços do comércio; Aumento da degradação do meio ambiente; Turismo hedônico; Precariedade no serviço de energia elétrica e fornecimento de água; Aumento do trânsito.

Portanto nesse estudo exploratório e descritivo evidencia-se que o município apesar de ter promissor futuro no desenvolvimento turístico ainda precisa de destaque e melhorias em especial no que tange a infraestrutura a fim de melhor receber seus visitantes e não prejudicar seu convívio com a população

Mesmo diante de tais obstáculos, é possível afirmar que o Município de Matinhos tem no turismo uma forte alternativa de renda e oportunidades. Ao oferecer atividades relacionadas ao turismo de sol e praia, deixa de atender os visitantes interessados em atrativos de parques naturais e unidades de conservação, ecoturistas ou turistas de aventura.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGULO, R. As Praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 99, p. 97-103, jul./dez. 2000. Disponível em [http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/99/rodolfo.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/99/rodolfo.pdf) acessado em 18/05/18.

BAHL, M. Agrupamentos turísticos municipais. Curitiba: Prottexto, 2004.

BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra – reminiscências. 3. ed. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BISSOLI, M. A. M. A.; Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999.

BOULLÓN, R. C. Planejamento do espaço turístico. Trad. Josely Vianna Batista. Bauru: EDUSC, 2002

CADASTUR. Ministério do Turismo. Disponível em <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/>. Acessado em 16/05/18.

CHEMIN, M. Constituição fisionômica e identidade visual em espaços de paisagens: um estudo de caso múltiplo em cidades turísticas do Litoral do Paraná. 2011. 299f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 2011. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/26382>. Acesso em 25 jun. 2018.

COLIT. Conselho do Litoral. Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado para o Município de Matinhos 2006. Disponível em [http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/matinhos\\_caderno\\_propostas.pdf](http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/matinhos_caderno_propostas.pdf). Acessado em 20/06/18

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 8, p. 25-41. 2003. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22047>. Acesso em 10/05/18.

FILIPPIM, M. L. A invenção de uma tradição carnavalesca: o carnaval de Matinhos - Paraná (Brasil) sob a perspectiva dos organizadores. 2015. 191 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 15/06/2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/40535>. Acesso em 25 jun. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), p. 57-63. 1995.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4<sup>o</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Matinhos. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>. Acessado em 02/06/18.

\_\_\_\_\_. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html> acessado em 25/06/18.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Matinhos. Junho, 2018. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83260&btOk=ok>. Acessado em 25/06/18.

\_\_\_\_\_. PERFIL AVANÇADO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS. Disponível em [www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=10&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=10&btOk=ok) Acessado em 29/05/18.

KUSHANO, E. S. Turismo, infância e cotidiano: percepções e sentimentos de crianças residentes em Matinhos (Parana-Brasil). 2015. 201f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 16/04/2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/38191> Acesso em 25 jun. 2018.

LOURENÇO, A. C. P.; SCHLUTER, B. L. Complexo parque balneário Caiobá: história e eventos sociais na projeção de Caiobá como destino turístico. 2014. 63 p. Matinhos. Disponível em <http://hdl.handle.net/1884/40735>. Acesso em 25 jun. 2018.

MONTARDO, S; Rocha, P. J. Netnografia: Incursões metodológicas na cibercultura. *Revista E-compós*, 4, p. 01-22. 2005.

MTE. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Ano-Base 2016. <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acessado em 22/06/18.

\_\_\_\_\_. Perfil do Município. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/perfil-do-municipio>. Acessado em 24/06/18.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Turismo. Estudo da Demanda Turística Litoral-PR 2000-2006. (2008). Disponível em [http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas\\_2012/Litoral\\_2000\\_2006.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Litoral_2000_2006.pdf). Acesso em 30/05/18.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. Dados gerais do Paraná 2000-2007. Disponível em [http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas\\_2012/Parana\\_2000\\_2007.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Parana_2000_2007.pdf). Acessado em 22/04/2017

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Turismo. Dados gerais do Paraná 2006-2011. Disponível em [http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas\\_2012/DadosParana2006\\_2011.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/DadosParana2006_2011.pdf). Acessado em 22/04/2017

\_\_\_\_\_. Paraná Turismo. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. Guia do Litoral: Paraná 2014. Curitiba: Paraná Turismo, 2013. 98 p.

\_\_\_\_\_. Dados e Estudos Turísticos – Meios de Hospedagem do Paraná 2009-2012. Disponível em <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/Hotelaria2012finalizado.pdf>. Acessado em 22/04/2017

RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 13, p.169-186, jan. 2006.

SIMIQUÉLI, R. F. Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: Participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental. 2008. 158f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Biológicas. Disponível em [http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/R\\_Simiqueli.pdf](http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/R_Simiqueli.pdf). Acesso em 29/05/18.

PIERRI, N. *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, Editora UFPR, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006.

UFPR LITORAL. Gestão de Turismo. Disponível em <http://www.litoral.ufpr.br/portal/cursos/graduacao/gestao-de-turismo/>. Acessado em 25/06/18.

VALLS, J. F. Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## COMÉRCIO AMBULANTE EM BALNEÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EM PONTAL DO PARANÁ – PARANÁ

Raquel dos Santos Vieira

Marcelo Chemin

### RESUMO

O artigo comunica resultados de uma pesquisa mais ampla finalizada em 2016, que se dedicou em uma de suas frentes a analisar o processo de criação de empreendimentos de vendedores ambulantes do município praiano de Pontal do Paraná. Neste município, atuam no comércio ambulante informal e temporário, 10% da população economicamente ativa, o que corresponde a aproximadamente 2,5% da população total do município (IBGE, 2010) que participa da economia local impulsionado pela turistificação do território. A investigação deriva de um estudo de caso. Para cumprimento de sua finalidade foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis vendedores ambulantes do município estudado. Os resultados mostraram que os vendedores ambulantes iniciaram seus empreendimentos a partir dos recursos disponíveis: “Quem eles são?”, “O que eles conhecem?” e “Quem eles conhecem?”. As redes de contatos, as alianças estratégicas e o medo que a atividade deixe de existir foram evidenciados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Processo de Criação de Empreendimentos; Comércio Ambulante; Turismo; Pontal do Paraná - Paraná.

### ABSTRACT

The article reports the results of a broader research completed in 2016, which focused on one of its fronts to analyze the process of creation of entrepreneurs of street vendors in the municipality of Pontal do Paraná. In this municipality, 10% of the economically active population work in the informal and temporary itinerant trade, which corresponds to approximately 2.5% of the total population of the municipality (IBGE, 2010), which participates in the local economy driven by the turistification of the territory. The research stems from a case study. To fulfill its purpose, semi-structured interviews were conducted with six street vendors from the studied municipality. The results showed that street vendors started their ventures from the available resources: "Who are they?", "What do they know?" and "Who do they know?". The networks of contacts, the strategic alliances and the fear that the activity ceases to exist were evidenced.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**KEY WORDS:** Venture Creation Process; Street Vending; Tourism; Pontal do Paraná – Paraná.

## INTRODUÇÃO

Em municípios balneários, como Pontal do Paraná, a sazonalidade de visitação é destacada como uma de suas principais características devido ao turismo de lazer ou sol e praia (LOHMANN e PANOSSO NETTO, 2012), compreendido como uma das principais atividades econômicas do litoral paranaense (IPARDES/BDE, 2011; SAMPAIO, 2006b; VIEIRA, 2016).

Pontal do Paraná está situado no litoral do Estado do Paraná e juntamente com mais sete municípios, compreendem a Região Turística Litoral do Paraná (SAMPAIO, 2006b). O referido município é o mais jovem município desta região, tendo se desmembrado de Paranaguá em 1997 (PIERRI, 2003; PIERRI *et al*, 2006).

No período de temporada de verão, dezembro a fevereiro, devido ao aumento do número de visitantes que se deslocam dos seus municípios de origem para o litoral paranaense, especialmente para Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, são criados em Pontal do Paraná empreendimentos no mercado informal para dar subsídio ao mercado formal no atendimento aos turistas. O território assume então uma dupla figura funcional e simbólica, na medida em que se converte em destino de férias, lazer e descanso para um expressivo contingente de visitantes e turistas, estimula, com isso, dinâmicas em sua população e economia, diretamente relacionadas ao campo do trabalho.

Um empreendimento é entendido aqui enquanto um processo de criar algo novo, dedicando tempo e esforço necessário, assumindo riscos e recebendo as recompensas (HISRICH e PETERS, 2004). Uma parcela desses empreendimentos informais opera na área de vendas, comercializando produtos como alimentos, bebidas e *souvenires*. Dentre estes estão os vendedores ambulantes, que são denominados desta forma por não possuírem um ponto fixo de trabalho (SULZBACH, DENARDIN e FELISBINO, 2012).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O comércio ambulante em Pontal do Paraná compreende aproximadamente 10% de sua população ocupada, ou seja, de 5.110 pessoas ocupadas (IBGE, 2016), 551 desenvolvem atividades como vendedores ambulantes. A atividade se constitui, dessa forma, em um recorte relevante para a economia do município. Por outro lado, estapassa por vezes despercebida aos olhares comuns e de políticas de qualificação, apoio e incentivo. (VIEIRA, 2016).

Diante do exposto, o artigo comunica resultados de pesquisa mais ampla finalizada em 2016. No presente recorte dá-se destaque ao processo de criação de empreendimentos no comércio ambulante turístico e informal em Pontal do Paraná – Paraná. A pesquisa foi articulada a partir de um estudo de caso, que envolveu entrevistas semi-estruturadas com vendedores ambulantes do referido município.

O estudo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na próxima seção será apresentada a área de estudo que compreende o município de Pontal do Paraná. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos que possibilitaram a realização deste estudo. Em seguida, serão apresentados ao leitor os resultados da pesquisa e as discussões acerca destes, para, por fim, tecer as considerações finais do estudo.

## ÁREA DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ

Pontal do Paraná, juntamente com mais seis municípios (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá) formam a Região Turística do Litoral do Paraná (SAMPAIO, 2006b). O referido município está localizado integralmente na planície costeira de Praia de Leste, na microrregião do Litoral do estado do Paraná (**figura 1**).

Da capital do Estado do Paraná, Curitiba, até Praia de Leste, ponto da orla oceânica de Pontal do Paraná mais próximo da capital, há uma distância rodoviária de aproximadamente 100 km (DER<sup>43</sup>, 2005 *in* SAMPAIO, 2006b). O principal acesso rodoviário a Pontal do Paraná e aos municípios da região litorânea do Estado do

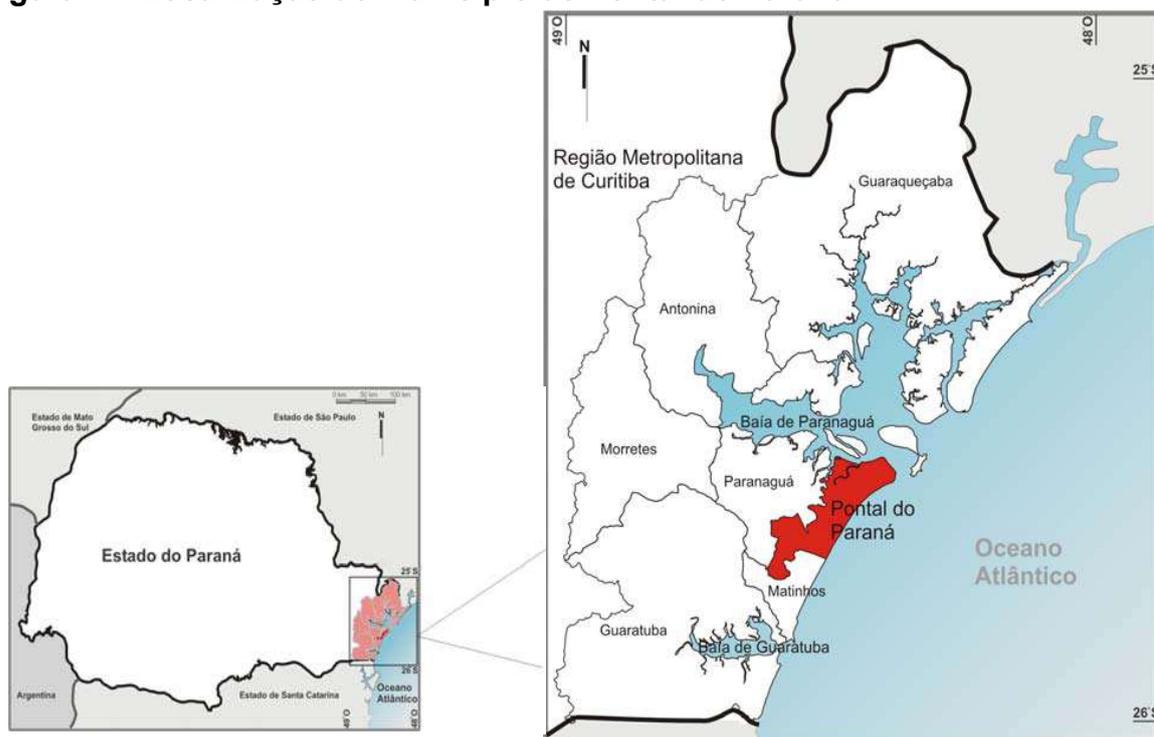
---

<sup>43</sup> DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. **Mapa Político Rodoviário do Estado do Paraná**. 2005.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Paraná é a Rodovia Federal BR 277, considerada o eixo central que leva ao município de Pontal do Paraná a partir da ligação com a PR 407, que liga Paranaguá a Praia de Leste, e a PR 412, que liga Praia de Leste a Pontal do Sul (PDTIS-LP, 2010).

**Figura 1 – Localização do Município de Pontal do Paraná**



Fonte: Paranacidade (2002) in Sampaio (2006)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), Pontal do Paraná possui uma área de 199,847 km<sup>2</sup> e população estimada de 24.352 habitantes.

A economia do município é baseada em atividades relacionadas ao turismo, que emprega boa parte da população fixa e atrai pessoas de fora do município, vindas até mesmo de outros estados do Brasil, durante o período de temporada de veraneio, que compreende os meses de dezembro a fevereiro.

No período considerado como baixa temporada, dos meses de março a novembro, a economia caracteriza-se pela pesca e dinamiza-se esporadicamente com a realização de pequenos e médios eventos. A atividade industrial no município

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

acontece no Balneário de Pontal do Sul, onde está instalada uma unidade de uma companhia que fabrica plataformas para exploração de petróleo e emprega parte da população local, de acordo com a demanda de trabalho existente (IPARDES/BDE, 2011).

De acordo com os dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, onde foram recenseados 27.336 domicílios, 20.165 são domicílios particulares não ocupados, sendo que destes, 17.695 são de uso ocasional, ou seja, constituem-se em domicílios de segunda residência.

## **METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

Esta pesquisa tem sua estrutura, procedimentos e abordagens planejados com base em Creswell (2010) e Yin (2010).

A opção por adotar a abordagem qualitativa se baseia em Godoy (1995) que menciona que na escolha da abordagem deve-se levar em conta a possibilidade de responder a questão de pesquisa.

Quanto aos objetivos a pesquisa se apresenta como exploratória, visto que possui a pretensão de abordar um tema não totalmente dominado pelo pesquisador, com a finalidade de aprofundar conhecimentos. (GIL, 2002).

O estudo de caso foi escolhido por consistir um método de pesquisa em que “o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos” (CRESWELL, 2010, p. 38). Justifica-se a escolha do método, ainda, em Yin (2010) visto que este método, “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (p. 39).

A estratégia de investigação adotada para essa pesquisa é a entrevista, que pode ser definida segundo Gil (2008, p. 109) como uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A entrevista semi estruturada, escolhida, é composta por uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (LAVILLE E DIONNE, 1999, p. 188).

Foi elaborado, como instrumento de coleta de dados, um roteiro para entrevista semi estruturada baseado em Sarasvathy adaptado de Pelogio (2011). O roteiro segue os princípios do *Effectuation*, metodologia de constituição de empreendimentos a partir do recursos disponíveis, conforme Sarasvathy (**Quadro 1**).

**Quadro 1:** Princípios do effectuation para elaboração do roteiro de entrevistas

PRINCÍPIOS DO EFFECTUATION PARA ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS	
Controle de Recursos	Quem eles são?
	O que eles conhecem?
	Quem eles conhecem?
Clareza de objetivos iniciais	
Tolerância às perdas e investimentos iniciais	
Alavancagem sobre contingências – Surpresas e dificuldades iniciais	

Fonte: Vieira (2016)

Foi realizado um pré-teste em novembro de 2015 e em seguida o roteiro foi aprimorado. As entrevistas foram realizadas face a face e por telefone, no período de dezembro de 2015 a março de 2016, foram gravadas utilizando-se um aparelho de telefone móvel para posteriormente serem transcritas e devidamente analisadas, conforme a abordagem do *Effectuation*.

## PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DOS VENDEDORES AMBULANTES DE PONTAL DO PARANÁ: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram entrevistados seis vendedores ambulantes sobre os aspectos do processo de criação de empreendimentos. Das seis entrevistas realizadas, três foram realizadas face a face, uma na sede da AVAPAR e as outras duas nas residências dos entrevistados; as outras três foram realizadas por telefone. As entrevistas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

realizadas face a face tiveram duração média de uma hora e as entrevistas realizadas por telefone, tiveram duração média de 30 minutos. As entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas.

Segundo a abordagem *Effectuation* os empreendedores utilizam-se dos recursos disponíveis para desenvolver seus empreendimentos na fase inicial de seus negócios, ou seja, a lógica do controle é muito explorada. Os recursos disponíveis aos empreendedores, segundo a lógica *effectual*, são “Quem são?”, “O que eles conhecem?” e “Quem eles conhecem?”.

## **CONTROLE DE RECURSOS: QUEM ELES SÃO?**

Dos empreendedores entrevistados, quatro são do sexo masculino e dois do sexo feminino, tem idades entre 38 e 62 anos. Cinco são casados e têm filhos e um é solteiro e não tem filhos. Três dos entrevistados estudaram Ensino Médio Completo, dois Ensino Médio Incompleto e um Ensino Básico Incompleto. Cinco informantes são naturais de cidades do Paraná: Guarapuava, Cafelândia e Borrazópolis, Paranaguá e Rondon e um é natural do Estado do Sergipe. Observa-se que o fato dos entrevistados não serem naturais do Município de Pontal do Paraná, nos adverte ao fluxo de imigrantes no Litoral do Paraná (MOURA E WERNECK, 2000).

Os anos de chegada em Pontal do Paraná dos empreendedores entrevistados foram 1997, 1999, 2007, 2013 e dois em 2001. Dois dos entrevistados residem no Balneário Ipanema, um no Balneário Praia de Leste, um no Balneário Shangri-lá e um no Balneário Pontal do Sul.

Os motivos que levaram os entrevistados a morarem em Pontal do Paraná, diferiram. Um deles apontou a qualidade de vida, o clima, não ter que pagar aluguel e por ser mais tranquilo pra criar os filhos. Outro apontou a falência de empresa familiar na cidade de origem como motivo para se mudar para Pontal do Paraná, outro para morar com a irmã após o falecimento da mãe. Uma indicou como motivo o casamento, uma indicou que se mudou para Pontal do Paraná por recomendações médicas para seu marido e um indicou como motivo para mudança para Pontal do Paraná, o divórcio da primeira esposa.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os pais dos entrevistados tinham as seguintes ocupações: do primeiro entrevistado, o pai era garçom e a mãe era do lar; os pais do segundo, terceiro e do sexto informantes foram agricultores e posteriormente, os pais do segundo entrevistado foram empreendedores familiares; as mães da quarta e da quinta entrevistadas eram do lar, o pai da quarta entrevistada era pescador e o pai da quinta entrevistada era madeireiro. Dois dos empreendedores entrevistados afirmaram ter casos de empreendedores na família: o informante 2 que teve uma empresa familiar com os pais e a informante 5, que têm como empreendedores em sua família, a cunhada, o irmão e o filho.

Dois dos entrevistados corroboram com o que aponta Dolabela (2008) que o empreendedor é um ser cultural, onde pode ser incentivado ou influenciado a empreender.

## **CONTROLE DE RECURSOS: “O QUE ELES CONHECEM?”**

Com relação à experiência profissional dos empreendedores entrevistados, três deles já tinham experiência como empreendedor, sendo que um deles já havia desenvolvido atividades como vendedor ambulante em outra região. As experiências em outros trabalhos indicadas pelos empreendedores foram distintas, como: farmácia, garçom, trabalho no exército, pedreiro, jardineiro, encanador, reparos em geral, auxiliar de serviços gerais, cozinheira e adestrador de cães. Observa-se a tendência em empreender utilizando-se conhecimentos técnicos e experiência empreendedora adquirido anteriormente, reduzindo riscos para o empreendimento.

Os informantes afirmaram ter outra fonte de renda ou trabalho remunerado que conciliam com as atividades de vendedor ambulante. As atividades ou fontes de rendas mencionadas pelos empreendedores foram: aposentadoria, motorista de van escolar (funcionário público), garçom, segurança, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, venda de salgados para festas.

Quanto aos treinamentos, cursos e capacitações realizados, afirmaram ter efetivado o treinamento de Vigilância à Saúde realizado pelo Departamento Municipal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica na sede da AVAPAR obrigatório para o

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desenvolvimento da atividade como vendedor ambulante. Três mencionaram ter realizado ainda os seguintes cursos: aproveitamento do resíduo do coco, panificação, capelania evangélica e atendimento ao turista; cozinheira e armador de ferragens.

## **CONTROLE DE RECURSOS: “QUEM ELES CONHECEM?”**

Sobre o item de Controle de Recursos, Quem eles conhecem, ficou evidente a realização de alianças estratégicas, apontada por Sarasvathy (2001a, 2001b) como de fundamental importância para empreendedores no processo de criação de empreendimentos *Effectuation*. As alianças estratégicas são evidenciadas pela realização de parcerias pelos empreendedores informantes, ação realizada no início das atividades e que se estende até o período de temporada de verão 2015/2016 (atual). A realização de alianças estratégicas estimula a cooperação entre os vendedores ambulantes e *stakeholders*, outro elemento identificado a partir das entrevistas com os informantes, e que contribui para eliminar e reduzir incertezas e construir barreiras que reduzam a competição desta atividade comercial turística.

Os fornecedores de cinco informantes são do município de Pontal do Paraná. A aquisição de produtos para comercialização pelos vendedores ambulantes em Pontal do Paraná contribui para o giro de capital no município e para o crescimento de empreendimentos formais locais.

## **CLAREZA DE OBJETIVOS INICIAIS**

Observa-se que três dos informantes iniciaram as atividades como vendedor ambulante no ano de 2015, sendo sua primeira temporada de atividades. Os outros três iniciaram suas atividades nos anos 1997, 1999 e 2003.

Dois entrevistados indicaram que não tinham nenhuma informação ou conhecimento sobre a atividade de vendedor ambulante em Pontal do Paraná. Estas afirmações corroboram com Sarasvathy (2001a, 2001b) que diz que no *Effectuation*, os empreendedores iniciam suas atividades com os recursos disponíveis e então

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

passam a divulgar seu projeto para outras pessoas com o intuito de receber retornos de como proceder com ações que eles poderiam realizar, ou mesmo, fazer parcerias.

Os motivos que levaram os empreendedores a desenvolverem atividades como vendedores ambulantes, ao ver tal atividade como uma possibilidade de obtenção de renda diferiram. Como apontado por Cruz (2014), no empreendedorismo informal, assim como no empreendedorismo formal, pode-se empreender por oportunidade ou necessidade. No caso dos entrevistados, a necessidade fica mais evidente nos Informantes 2 e 4. Nos demais informantes, existe a necessidade de empreender por complementação de renda, no entanto, os informantes identificaram na atividade de vendedor ambulante uma oportunidade, visto que poderiam complementar suas rendas a partir de outra atividade. O caso do Empreendedor 1 é o mais evidente de oportunidade, ou de ter transformado o que seria uma necessidade em oportunidade, pois conforme este informante, ele possui onze carrinhos e auxilia pessoas a iniciarem suas atividades como vendedores ambulantes onde recebe uma porcentagem do lucro das vendas como forma de pagamento.

Referente aos produtos comercializados pelos vendedores ambulantes, cinco dos informantes levam em consideração, a praticidade de manipulação do produto no momento de entrega ao cliente na praia no momento de sua escolha. Assim, quanto menor a manipulação, maior a preferência pelo produto. Uma das entrevistadas escolhe o produto a partir da opinião própria com relação à popularidade dos produtos entre os turistas, escolhendo o produto que segundo ela, é o mais popular ou um dos mais populares.

O período em que os informantes desenvolvem atividades se constitui, principalmente, no período de temporada de veraneio, feriados e alguns finais de semana quando há fluxo de turistas no município de Pontal do Paraná.

## **TOLERÂNCIA ÀS PERDAS E INVESTIMENTOS INICIAIS**

O informante 3 não realizou investimento inicial, pois contou com parcerias diversas para começar as atividades de vendedor ambulante. Este informante não considera necessário ter controle financeiro da atividade de vendedor ambulante.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os outros cinco iniciaram as atividades como vendedores ambulantes com recursos próprios e afirmaram ter recuperado o investimento inicial na primeira temporada de atividades. Dentre estes, o informante 2 realiza controle financeiro através de planilhas em um caderno e os demais informantes tem noção de seus gastos e/ou lucros.

## **ALAVANCAGEM SOBRE CONTINGÊNCIAS – SURPRESAS E DIFICULDADES INICIAIS**

As principais dificuldades enfrentadas pelos vendedores ambulantes durante a atividade são o calor e exposição solar, colocar e tirar o carrinho da praia devido ao seu peso, troco em dinheiro, colaboração entre os ambulantes, aprender a usar o carrinho e transporte dos produtos devido ao peso.

Os informantes 1 e 2 indicaram que todos os produtos comercializados pelos vendedores ambulantes são aceitos pelos turistas, não existindo um produto que seja mais comprado que os outros. Os demais informantes apontaram que os produtos mais comprados pelos turistas são: bebidas, coco verde, milho verde, pamonha e pastel. Cabe destacar que dentre produtos os citados por estes informantes como os mais comprados pelos turistas, apenas o pastel não é comercializado pelo informante que o citou. Os demais informantes indicaram seus próprios produtos.

As principais reclamações dos turistas quanto aos produtos comercializados pelos vendedores ambulantes se referem à qualidade do produto e ao preço considerado como alto.

Quanto ao futuro do turismo em Pontal do Paraná, os empreendedores esperam que sejam realizados investimentos na orla marítima e no turismo pelo poder público municipal, com vistas a atrair mais turistas para o município.

Sarasvathy (2001a; 2001b) aponta que na abordagem *Effectuation* é preferível controlar um futuro imprevisível ao invés de prever um futuro incerto. Isso foi constatado nos relatos de três respondentes (informantes 1, 2 e 3) quanto ao futuro da atividade dos vendedores ambulantes. Estes tem medo que a atividade deixe de existir devido à implantação de quiosques na praia, o que implicaria, segundo estes, ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

em desemprego para muitos vendedores ambulantes que não teriam condições financeiras de adquirir um quiosque. O informante 6 espera que atividade comercial turística dos vendedores ambulantes continue sendo desenvolvida no município de Pontal do Paraná. O informante 4 pretende continuar atuando na atividade de vendedor ambulante e o informante 5 acredita que deveriam ser realizadas mais parcerias entre os vendedores ambulantes.

Quando questionados quanto ao seu futuro profissional, o informante 1 mencionou que pretende se aposentar da atividade de vendedor ambulante e descansar, visto que ele já é aposentado pelo exército. Os informantes 2 e 3 não tem perspectivas, ou seja, não tem um plano ou pretensão e fazem suas escolhas a medida que as possibilidades aparecem. A informante 4 espera continuar como está e os informantes 5 e 6 pretendem ter seus empreendimentos em ponto fixo, sendo que a informante 5 pretende continuar vendendo o mesmo produto que comercializa como vendedora ambulante, o espetinho, e pretende ainda, vender salgados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse artigo objetivou analisar o processo de criação empreendimentos de vendedores ambulantes de Pontal do Paraná, município localizado no Litoral do Estado do Paraná. O estudo compreende uma fração de pesquisa de mestrado que objetivou analisar o comércio ambulante em Pontal do Paraná (VIEIRA, 2016) cuja origem motivou-se pelo desejo de compreensão das peculiaridades de Pontal do Paraná, no âmbito do turismo e do empreendedorismo.

Vale reiterar a importância da atividade comercial turística dos vendedores ambulantes para a economia do Município, pois esta compreende aproximadamente 10% da população ocupada do município de Pontal do Paraná, conforme o IBGE (2016). Por extensão reafirma-se a importância do turismo de sol e praia para a economia do município, como já indicada por Sampaio (2006a; 2006b) e IBGE (2016).

O estudo de caso foi o método escolhido para essa investigação. Foram coletados dados qualitativos referentes ao processo de criação de empreendimentos dos vendedores ambulantes, a partir de entrevistas semi-estruturadas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Conforme apontado pela autora Sarasvathy, os empreendedores iniciam seus empreendimentos a partir dos recursos disponíveis, ou seja, “Quem eles são?”, “O que eles conhecem?” e “Quem eles conhecem?”. Cabe destaque para o recurso “Quem eles conhecem?”, evidenciado pela realização de parcerias dos vendedores ambulantes.

As alianças estratégicas (SARASVATHY, 2001a; 2001b) foram evidenciadas no que se refere às parcerias realizadas pelos empreendedores entrevistados, onde estes afirmaram trabalhar mais de maneira cooperativa, realizando parcerias.

Os entrevistados relataram ter medo que futuramente a atividade de vendedor ambulante deixe de existir devido à implantação de quiosques na praia, o que geraria desemprego para os empreendedores que não tivessem condições financeiras de adquirir um quiosque.

Espera-se que esse estudo se torne um estímulo para outros pesquisadores investigarem sobre a atividade comercial turística dos vendedores ambulantes no litoral do Paraná sob diferentes abordagens, como econômica, ambiental, geográfica, administrativa, política ou interdisciplinar, possibilitando uma visão sistêmica e complexa do tema. Por fim, destaca-se que o estudo de Vieira (2016) se constitui em uma pesquisa pioneira sobre o tema, caracterizando-o como inédito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, C. A. B.; **O desenvolvimento do mercado informal como elemento de geração de novos empreendedores**. Revista Científica do ITPAC, Araguaína, v.7, n.4, Pub.1, Outubro 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. RAE, São Paulo. v. 35 n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

HISRICH, Robert. D; PETERS, Michael. P. **Empreendedorismo**. 5.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pontal do Paraná.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411995&search=||infr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso: Diversos em 2016.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Tipologias dos municípios paranaenses:** segundo indicadores socioeconômicos e demográficos. Curitiba: IPARDES, 2010.

LAVILLE Christian; DIONNE Jean. **A Construção do Saber:** Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. 2. Ed. São Paulo: Aleph, 2012.

MOURA, R. WERNECK, D.Z. **Ocupação Contínua Litorânea do Paraná:** uma leitura do espaço. In.: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.99, p. 61-82. 2000.

NORONHA, E. G. “**Informal**”, **ilegal, injusto:** percepções do mercado de trabalho no Brasil. RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 nº. 53 outubro/2003. p.111-129.

PDTIS-LP – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL. **Polo Turístico do Litoral Paranaense.** Governo do Estado do Paraná, 2010.

PELOGIO, E. A.; ROCHA, L. C. S.; MACHADO, H. V.; AÑEZ, M. E. M. **Criação de Empresas à Luz do Modelo de Decisão *Effectuation*:** Um estudo com Mulheres Empreendedoras no Município de Currais Novos/RN. XXXV EnANPAD. Rio de Janeiro/ RJ – 4 a 7 de setembro de 2011.

PIERRI, N. E. **O litoral do Paraná:** entre a riqueza natural e a pobreza social. usos e conflitos. In.: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n. 8. p. 25-41, jul./dez. 2003

PIERRI, N. E. et ali. **A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense:** condicionantes, conflitos e tendências. In.: Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

SAMPAIO, R. **Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário.** In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2006. Curitiba: Editora da UFPR. 2006a.

\_\_\_\_\_. **Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário.** Curitiba, 2006. Tese. (Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná). 2006b.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SARASVATHY, S. **Causation and Effectuation:** Towards a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. *Academy of Management Review*. V. 26, p. 243-288. 2001a.

SARASVATHY, S. **Effectual reasoning in entrepreneurial decision making:** Existence and bounds. Best paper proceedings, Academy of Management. Washington, p. 3-8, 2001b.

SULZBACH, M. T; DENARDIN, V. F; FELISBINO, J. N. **O trabalho em pequenos municípios praianos no litoral do Paraná.** *Revista Sociologias Plurais*. N. Especial 1. Out. 2012. P. 108-132.

VIEIRA, R. S. **Empreendedorismo Informal em Balneários Marítimos:** o caso da atividade comercial turística dos vendedores ambulantes de Pontal do Paraná – Paraná – Brasil. 2016. 179p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## DIAGNOSTICANDO REALIDADES CONCRETAS: UM OLHAR HUMANO SOBRE A PRAINHA DO CANTO VERDE

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Mayara Ferreira de Farias

Artemísia Soares

Francisco Fransualdo de Azevedo

### RESUMO

O desenvolvimento na perspectiva humana leva em consideração a rede de pertencimento na qual o indivíduo encontra-se inserido, formada por diferentes instrumentos ou objetos, que dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser. Deve estar imbricado às melhorias sociais e às liberdades de que desfruta a totalidade da sociedade, refletindo-se na qualidade de vida dos indivíduos e no seu bem-estar. Este estudo busca por novos paradigmas centrados na concepção de desenvolvimento local que complementa a noção do *eu* coletivo. Para tanto, alimenta-se da realidade local, da participação, cooperação dos sujeitos, instituições públicas e privadas, da efetivação de políticas públicas, além dos fatores econômicos e ambientais. No Turismo Comunitário, o processo de desenvolvimento das comunidades trabalha de forma cooperada e compartilhada para tal. O Diagnóstico Rápido Participativo permite apontar as potencialidades e vulnerabilidades apresentadas pelas comunidades que realizam atividades de turismo de base comunitária. O presente artigo tem como cerne a análise do turismo comunitário praticado na Rede Tucum com o uso do DRP. Apesar dos conflitos e das dificuldades encontradas na comunidade, turistas e pesquisadores são atraídos à Prainha do Canto Verde pela história de luta e resistência à especulação imobiliária que vem ocorrendo há mais de trinta anos no lugar. Este trabalho, portanto, defende a importância da solidariedade e da economia solidária no turismo e não busca contrapor às práticas que já existem, mas se preocupa em revelar suas limitações e mostrar que existem alternativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento. Diagnóstico Rápido Participativo. *Eu* Coletivo. Turismo de Base Comunitária. Prainha do Canto Verde.

**ABSTRACT:** Development in the human perspective takes into account the network of belonging in which the individual is inserted, formed by different instruments or objects, that depend on each other to reach their own reason for being. It should be embedded in the social improvements and freedoms enjoyed by society as a whole, reflecting the quality of life of individuals and their well-being. This study searches for

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

new paradigms centered on the concept of local development that complements the notion of the collective self. In order to do so, it feeds on local reality, participation, cooperation of the subjects, public and private institutions, the implementation of public policies, as well as economic and environmental factors. In Community Tourism, the community development process works in a cooperative and shared manner. The Rapid Participatory Diagnosis allows to point out the potentialities and vulnerabilities presented by communities that carry out community-based tourism activities. The present article has as center the analysis of the community tourism practiced in the Tucum Network with the use of DRP. Despite the conflicts and difficulties encountered in the community, tourists and researchers are attracted to Prainha do Canto Verde for the history of struggle and resistance to real estate speculation that has been taking place for more than thirty years. This work therefore defends the importance of solidarity and solidarity economy in tourism and does not seek to counteract existing practices, but is concerned with revealing its limitations and showing that there are alternatives.

**KEYWORDS:** Development. Participatory Rapid Diagnosis. *Eu* Collective. Community Based Tourism. Prainha do Canto Verde.

## INTRODUÇÃO

Compreender o processo de desenvolvimento se faz necessário para entender que existe uma forma de ser de cada lugar e são estas peculiaridades que constituem tanto o lugar quanto os seres que os habitam. Por essa razão, este modelo de “ser” coloca tanto o homem quanto o lugar, numa relação constitutiva que prioriza o modo de “ser”.

Neste sentido, quando os autores como Sen (2000) e Max-Neef (1998) referem-se ao processo de desenvolvimento na perspectiva humana, como o centro desta discussão, levam em consideração a rede de pertencimento na qual ele encontra-se inserido, formada por diferentes instrumentos ou objetos, que dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser (GOMES, 2013). Portanto, não quer dizer simplesmente crescer ou regular a distribuição da riqueza, o desenvolvimento vai além do aumento e do crescimento numérico de valores econômicos, estando este pautado pelo desenvolvimento do ser humano (RODRIGUES, 2002).

O desenvolvimento, então, deve estar necessariamente imbricado às melhorias sociais e às liberdades de que desfruta a totalidade da sociedade, refletindo-se,  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sobretudo, na qualidade de vida dos indivíduos e no seu bem-estar (AZEVEDO, 2014). Neste sentido, o desenvolvimento consolida-se quando os indivíduos tiverem os seus direitos básicos (saúde, educação, moradia, participação política não partidária) assegurados. Sendo assim, a liberdade individual é fator *sine qua non* no combate aos problemas enfrentados pelo ser humano (SOUZA, 1999).

Para Sen (2000), a expansão das liberdades não apenas concede à vida dos sujeitos, riqueza material e desimpedimentos financeiro, como também socialmente desimpedidos das amarras socioculturais, concede a liberdade de pôr em prática as respectivas volições, interagindo e influenciando os sujeitos ao seu redor.

Nessa mesma perspectiva, Sen (*idem*) argumenta que o desenvolvimento é compreendido como um estado de liberdade, o qual pode ser precursor de vários outros, entre eles o livre-arbítrio político, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e a segurança protetora. Estas liberdades poderão gerar, entre outros, o desenvolvimento econômico, que redundará em aumento da renda e da riqueza de um país, desta forma refletindo no aumento do intitulado<sup>44</sup> econômico da população.

Destarte, não se pode pensar o processo de obtenção da liberdade como sendo apenas uma expansão econômica, tecnológica ou simplesmente modernização social (infraestrutura urbana); tem que se trabalhar a liberdade também sob a ótica de outras vertentes, pois o atual estilo de desenvolvimento, predominantemente de viés econômico, no qual, muitas vezes, as empresas e instituições trabalham concentrando-se apenas no lucro individual, tem se mostrado, ultrapassado fato compreensível diante das inúmeras situações de desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelas camadas mais desfavorecidas (ZECHNER *et al.*, 2008).

Entretanto, Sen (2000) argumenta que para a concretização do desenvolvimento se faz necessário incluir a dimensão da segurança econômica, já que esta, com frequência, pode levar ao exercício dos direitos e da liberdade democrática, isto é, a prática das liberdades políticas e civis no seio das sociedades.

---

<sup>44</sup>Ou seja, a população se apoderar dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e a estabilidade social, política e econômica.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A democracia e os direitos políticos podem até ajudar a impedir a concretização da fome coletiva e outros desajustes econômicos que se refletem na vulnerabilidade social de determinados grupos.

Em se tratando de vulnerabilidade social, a sociedade brasileira em especial, a população mais pobre, cujo percentual aproxima-se dos 30%, quer dizer, aproximadamente 60 milhões de pessoas, tem cerceada a liberdade socioeconômica como também política. Tratam-se de sujeitos altamente dependentes de ações sociais, pautadas normalmente no assistencialismo.

Neste contexto, existem pessoas sociopoliticamente frágeis, pela fragilidade ao qual estão inseridas são facilmente ludibriadas com pequenos favorecimentos, que podem ser de ordem financeira, mercadológica ou prestação de serviços, de ordem pessoal ou coletiva, por políticos inescrupulosos que favorecem os menos favorecidos em troca de seus votos, perpetuando o assistencialismo, fragilizando cada vez mais este grupo e, assim, impedindo a expansão das capacidades e liberdades (AZEVEDO, 2014).

Os autores Sen (2000) e Aguiar (2007) afirmam, por conseguinte, que a base para um desenvolvimento justo é a obtenção de qualidade de vida, socialização do poder, distribuição de renda, democratização do acesso aos bens públicos, culturais, os benefícios da tecnologia, em suma, a obtenção de liberdades sociais, econômicas, políticas e civis.

Para tanto são necessários indicadores para a mensuração deste desenvolvimento. Os indicadores têm papel relevante neste contexto uma vez que, concentra informações que favoresem a tomada de decisão referentes às escolhas políticas, têm, também, a função de espelhar a forma e os rumos que tomam à gigantesca e misteriosa força da coletividade (HERCULANO, 1998).

Desta forma, diversos autores no decorrer da história os propõem, entre os quais os que medem o desenvolvimento pela riqueza como é o caso do PIB (Produto Interno Bruto) e o que centraliza o desenvolvimento no ser humano como é o caso do IDH (Índice De Desenvolvimento Humano), o qual agrupa quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

dispõe os cerca de 160 países em um *ranking*. No entanto, estudos teóricos mostram que mesmo o IDH não se mostra suficiente no processo de identificação das melhorias de vida da população sendo necessário articular o IDH com os indicadores ambientais.

Apesar dos avanços relatados, tais como os indicadores, se fazem necessários mecanismos de inserção voltados para comunidade local em atividades produtivas que proporcionem a seus membros buscar melhorias de suas condições sociais e econômicas e desta forma alcançarem o desenvolvimento pessoal e coletivo.

A construção do *eu* coletivo se apresenta como uma forma de viabilizar a transformação da realidade a partir do amadurecimento das ideias voltadas para os conceitos de independência, prática social, política e cidadania. Nesse sentido, cabe ressaltar que conhecer, em si, não transforma a realidade: transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação transformadora, e a conversão da ação transformadora em conhecimento, não apenas muda a realidade, mas muda também o sujeito (BOFF, 1996).

Trata-se, pois, da busca por novos paradigmas no que se refere à concepção de desenvolvimento humano e social que desencadeia um processo de desenvolvimento local que complementa a noção do *eu* coletivo, ou seja, um saber construído pelas relações sociais e pela história de vida dos sujeitos que possibilitará transformar possibilidades em realidades. Esta transformação só se concretizará mediante o trabalho coletivo e da valorização do saber popular através da observação de suas subjetividades incentivando suas ações na efetivação do *eu* coletivo.

A ação autêntica e espontânea dos comunitários não emerge, pois, da insistência repetitiva dos atos tecnicistas desenvolvidos pelas práticas de extensão rural no Brasil, o qual tem como foco a transferência do conhecimento levado e imposto por esses técnicos em detrimento do conhecimento tradicional presente, mas sim aquela cuja prática nasce de um processo de crescimento recíproco, onde juntos, em um esforço comum de apreensão da realidade que buscam transformar, fazem eclodir um terceiro conhecimento significativo em que a valorização do saber popular é acrescida do conhecimento acadêmico desenvolvendo entre as partes um sentido complementar, respeitoso, uma satisfação da construção mútua (MAX-NEEF, 1993),  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

assim é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado (FREIRE, 1978)

Para que este paradigma seja quebrado, se faz necessário alimentar-se da realidade local, da participação, cooperação dos sujeitos, instituições públicas e privadas, da efetivação de políticas públicas, além dos fatores econômicos e ambientais. Estas ações colocam o homem no centro do agir, sendo estas, parte de um processo sócio histórico, que se movimenta, se reconhece e se transforma.

Neste sentido, o turismo comunitário vem na contramão do já conhecido turismo de massa, o qual prima pela exaustão dos recursos naturais e humanos em suas relações socioeconômicas desiguais, no qual prevalece a economia de mercado que favorece o acúmulo de capital, o aumento do número de visitantes, dos deslocamentos e o inchaço dos destinos.

No contrafluxo, se tem algumas iniciativas que primam pelo desenvolvimento das comunidades locais e pela valorização do capital humano, em destaque, o turismo comunitário (dantes mencionado) que se embasa nos ditames da Economia Solidária.

No contexto do turismo comunitário, o processo de desenvolvimento das comunidades vem sendo gerado por iniciativas que decorrem dos arranjos produtivos locais e trabalham na perspectiva de proporcionar desenvolvimento de forma cooperada e compartilhada (SAMPAIO, 2008). Para tanto, se faz necessário o uso de metodologias que permitam a análise e futuro planejamento das ações nos lugares que praticam o turismo comunitário, tal como o Diagnóstico Participativo. Neste sentido, cabe indagar: qual é a contribuição do diagnóstico participativo no processo de construção das realidades concretas? Partindo do pressuposto que esta ferramenta permite apontar as potencialidades e vulnerabilidades apresentadas pelas comunidades que realizam atividades de turismo de base comunitária, o presente artigo tem comocerne a análise do turismo comunitário praticado na Rede Tucum. Os resultados provêm da realização das oficinas junto à comunidade para aplicação do denominado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Oficinas participativas dirigidas às comunidades e voltadas para identificar os problemas e, as potencialidades, além dos modos de vida, de pensar e de agir dos residentes.

## REVISÃO DE LITERATURA

### TURISMO, DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Em várias ciências e em várias teorias, o processo de desenvolvimento vem sendo compreendido associado a ideia de progresso. Esta concepção pode ser entendida em três momentos, sendo a primeira delas filiada ao iluminismo, que entende a história como caminho a ser percorrido para alcançar o racionalismo.

Esforços para a acumulação são compreendidos como o acesso a forma superior de vida. Todavia, estes sacrifícios impostos ao povo seriam apenas necessários para a constituição de um mundo melhor, igualitário, fato que não condiz com a realidade na qual as populações menos favorecidas são submetidas diariamente, sem direito ao mínimo para viverem com dignidade.

Sob esta perspectiva, diversos autores, entre eles Elias (1994), Max-Neef (1998) e Sen (2000), discordam da abordagem desenvolvimentista como objetivo a ser alcançado por meio de “degraus”, como se fosse uma receita, na qual basta-se colocar os ingredientes na ordem e na medida correta para se alcançar o resultado: o desenvolvimento padrão do Sul. Por essa razão, e na tentativa de compreender o cerne da desigualdade e vulnerabilidade na qual diversos sujeitos estão imersos, se faz necessário compreender a dicotomia existente entre crescimento econômico e desenvolvimento humano.

Os termos “desenvolvimento” e “crescimento econômico”, de maneira geral, são relacionados ao progresso das nações. Porém, não podem ser conceituados como sinônimos. Pensando sob esta perspectiva, pode-se observar que o processo de crescimento trabalhado de forma isolada poderá trazer desequilíbrio estrutural para determinadas economias, gerando aos seus governantes e governados dificuldades, tendo em vista que diversos governantes do Norte dão prioridades às monoculturas, sejam elas ligadas ao cultivo, através da agricultura de exportação, seja ela por meio

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

das indústrias petroquímicas, de beneficiamento, ou mesmo por intermédio das empresas de energias renováveis ou do turismo.

Na tentativa desenfreada de sanar as mazelas sociais, bem como aumentar a margem do superávit da balança comercial de seus países, os governantes concedem benefícios para que tais organizações se instalem em seu território, sejam eles de ordem financeira, fiscal, seja através da doação de terras. Ao passo que essas organizações, em sua maioria, permanecem nestes lugares até o término das garantias e facilidades ofertadas. Fato este que torna os governos locais vulneráveis e reféns dos caprichos do poder hegemônico.

Já o desenvolvimento, em grande parte dos casos, se mostra capaz de gerar o crescimento econômico de um povo desde que lhes assegure saúde, educação, moradia, discernimento político, entre outros benefícios (PASSOS; NOGAMI, 1998). Desse modo, para compreender o processo de desenvolvimento se faz necessário entender que existe uma forma de ser de cada lugar e são estas peculiaridades que constituem tanto o lugar quanto os seres que as habitam. Por essa razão, este modelo de “ser” coloca tanto o homem quanto o lugar, em uma relação constitutiva que prioriza o modo de “ser”.

Neste sentido, quando os autores Max-Neef *et al.* (1998) e Sen (2000), referem-se ao processo de desenvolvimento na perspectiva humana, colocam o ser no centro desta discussão, levando em consideração a rede de pertencimento na qual ele encontra-se inserido que possui diferentes instrumentos ou objetos que dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser (GOMES, 2013).

Levando em consideração o conceito de rede de pertencimento extraídos das obras de Santos (2010) e Gomes (2013), pode-se conjecturar que o modelo de desenvolvimento centrado no “ter” como receita para alcançar o progresso, apenas se constitui em modelos possíveis de “ser” e somente isso. Esta observação leva a refletir sob outros olhares, outros paradigmas colocando o indivíduo no centro da discussão como objeto de reflexão para a compreensão de sua existência e não em uma relação isolada de “ter” e “ser” como se fosse possível apenas “ter” e não “ser”.

Quando se leva em consideração a perspectiva do indivíduo nas relações socioeconômicas, compreende-se o desenvolvimento na perspectiva humana, e este busca levar em consideração o conhecimento de caráter emancipatório, a partir da experiência vivida pelos próprios comunitários, que podem absorver organizar e realizar novos valores acerca da solidariedade, produção coletiva e associada.

Assim, ao praticarem os princípios da Economia Solidária em suas relações, sejam elas sociais ou econômicas, fica evidente que a mesma faz frente à realidade perversa e desigual em que a população local está inserida, tornando-se possível percebe uma revalorização dos saberes tradicionais dos residentes e uma reconstrução de novos saberes educativos, embasado na inclusão social e não na submissão à lógica macroeconômica do capital internacional, como, por exemplo, as grandes corporações do turismo (SINGER, 2002).

Esses valores baseados na importância da troca mútua, no despertar para os aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e educativos da Economia Solidária em diferentes dimensões, assim como a difusão dos principais conceitos inerentes ao tema, promovem o desenvolvimento do capital social que, quando gestado sob essas práticas, se acumula e se fortalece na comunidade, visando o desenvolvimento de parcerias e de comunidades locais emancipadas.

Segundo Putnam (2006), a partir da ideia de comunidade cívica, na qual uma sociedade busca o bem coletivo e o desenvolvimento solidário das comunidades, o capital social refere-se à organização social através da confiança, cooperação, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade como organização, bem como a capacidade de participação e poder de ação que facilitam as ações da comunidade.

Para o autor, capital social também diz respeito às condições que favorecem esta mobilização, ou seja, à valorização do capital cultural de cada lugar pelos seus habitantes, significando a consciência e a fortificação de sua própria maturidade e independência. Isto é, laços de confiança, cooperação e identidade, a fim de desenvolver redes de solidariedade e de ajuda mútua, através da sua capacidade de criação, regulação e de adaptação às mudanças.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Desse modo, pode-se inferir que nada está isolado, tudo faz parte de uma densa teia de relações, uma grande rede. Segundo Milani (2005), o capital social pertence a uma coletividade ou a uma comunidade; ele é compartilhado e não pertence aos indivíduos, ele não se gasta com o uso, ao contrário, o uso o faz crescer.

Nesta perspectiva, nota-se a ideia de compartilhamento dos recursos entre os indivíduos pertencentes a determinado grupo ou sociedade. O capital social, assim como na economia, se acumula, pode produzir benefícios, possui reservas e uma série de valores, porém não se refere a um bem que possa ser trocado, mas sim usado como instrumento estratégico. Trata-se, em suma, de uma rede de pertencimento, que quanto mais forte, mais capaz será de gerar desenvolvimento (GOMES, 2013).

Putnam (2006) pondera que uma sociedade precisa possuir uma “virtude cívica” que seria o reconhecimento e a busca perseverante do bem público como interesse coletivo, pois a cidadania, os direitos e deveres, são iguais para todos. Assim, a união se dá por meio das relações horizontais de reciprocidade e cooperação, por meio da valorização, da solidariedade, do engajamento, e da honestidade.

## **DO LOCAL AO GLOBAL: ANÁLISES SOBRE AS HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES**

É no espaço contínuo que todos os sujeitos sociais entre eles a sociedade civil, o poder público os empresários entre outros, podem juntos estruturar a vida da comunidade e o espaço de convívio, é o que Santos (2010) chama de horizontalidade que se completa com as verticalidades, ou seja, o agir local influencia as tramas locais.

Para que as realidades concretas tenham sua soberania consolidada se faz necessário mecanismo de ação coletiva pelo qual os sujeitos tornem-se protagonistas de suas vidas e atuem como agentes de fortalecimento do *eu* coletivo, minando a consolidação das forças hegemônicas; a coletividade, neste contexto, atua como ferramenta de transformação das desigualdades. Desta forma, a organização social dos lugares pode e deve imprimir resistência a mundialização, mesmo nos lugares

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

onde ela se firma com mais rigidez e eficácia os lugares podem promover a revanche, revolta.

Os mesmos lugares que se articulam através das redes é que formam o espaço banal. Sendo assim a dialética entre o mercado universal e a resistência do lugar gera o conflito entre espaço local (vivido) e um espaço global racionalizado e distante. Assim, o processo nacionalizador distante, global chega aos lugares via objetos e normas através de redes, normas e formas a serviço de alguns que se contrapõem ao espaço banal, que impõe racionalidade às redes, ao mundo, ao mercado universal, e ao governo mundial. Em oposição a esta lógica, temos as redes solidárias que atuam nos espaços com o objetivo de fortalecer os lugares e seus sujeitos, porém as forças de mercado impondo sua lógica as relações sociais e solidárias podem enfraquecer os lugares.

Esta afirmação pode ser constatada no litoral leste cearense, pois o território se mostra dividido entre as comunidades que fazem resistência ao turismo massivo e predatório, no qual a população local se encontra inserida em subempregos ou empregos temporários em hotéis, bares e/ou restaurantes de terceiros; e as que desenvolvem o turismo comunitário no qual a população local é proprietária dos empreendimentos turísticos.

Foi esta resistência do local, que deu vida ao turismo comunitário no litoral leste estado do Ceará, à população de algumas comunidades, entre pescadores, indígenas e assentados de reforma agrária temerosos em perder suas terras entram em conflito tanto armado, quanto judicial objetivando a posse e uso da terra por eles e seus descendentes. Desta forma, enxergaram no turismo de base local a possibilidade de garantir que suas práticas tradicionais não desapareceriam nem tão pouco seriam substituídas por trabalho assalariado e mal remunerado.

Nesse sentido, se faz necessário também observar o território como abrigo e como recurso. Segundo Santos (2010), para os atores hegemônicos o território usado é garantia de sobrevivência dos interesses particulares. Assim, o desenvolvimento de suas ações é regido por uma frequente adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades não características do lugar.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Assim, a globalização estabelece relações externas e cada empresa funda regras de competitividade e buscam a localização que mais lhes convém baseadas na rentabilidade, que sofre influências do lugar ao qual foi instalada e, também, dependera da dinâmica social local, porém são momentos isolados de uma cadeia de produção que dificilmente se completa na região ou no país.

Esta realidade pode ser observada na “hotelaria brasileira” com destaque para os hotéis de bandeira internacionais, que obtém concessões de terra, de impostos e melhoria da infraestrutura de acesso, de transporte de abastecimento de água. As mesmas são concedidas objetivando a geração de emprego e renda à população que tem como risco a implementação de infraestruturas monofuncionais. Mas a equação do lucro é planetária, ou seja, há uma repatriação dos lucros para seus países de origem o que sobra para o lugaré pouco ou quase nada causando, assim, um desequilíbrio na região.

Este cenário determina uma profunda divisão territorial do trabalho mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera uso corporativo do território [...].Os atores globais têm o território como um abrigo, por essa razão buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao passo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (SANTOS, 2010).

La Blache (1894) corrobora com este pensamento quando propõe a categoria gênero da vida para descrever a relação entre o homem e a natureza, por meio das técnicas da sua cultura local. Por esse motivo, os objetos não podem ser observados isoladamente, pois a relação de uma mesma procedência permite discernir uma empreitada comum, formando assim o meio e neste uma íntima solidariedade que une coisas e seres.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Comunidades se articulam de forma coletiva na busca por desenvolver suas atividades tradicionais como a pesca, a agricultura, o artesanato entre outras, em consonância com o turismo, formato este que fortalece as relações comerciais, de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

compra, venda e distribuição fortalecendo com isso a cadeia produtiva local e as redes socioprodutivas.

Esta forma de organização está ancorada na autogestão dos recursos humanos e econômicos pertencentes à comunidade. Trata-se, pois, de práticas solidárias e democráticas de trabalho e distribuição de forma igualitária das riquezas geradas pela realização das atividades produtivas. Também alicerçada na interação entre os *comunes* e o turista motivados a vivenciar os valores, hábitos e tradições locais (RAMOS 2008). Neste sentido, afirma-se que existem diversas práticas embasadas na autogestão sendo desenvolvidas em várias partes do território brasileiro, como o turismo de base comunitária, o qual objetiva agregar valor à atividade laboral já existente.

Observou-se, ainda, que a maioria das comunidades que desenvolvem a prática do turismo comunitário estão concentrados na região norte e nordeste brasileiro. Tais grupos estão articulados por meio de redes como a Tucum<sup>46</sup> e o Projeto Bagagens que prestam assessoria e articulação entre as comunidades e os turistas potenciais, facilitando o acesso dos grupos ou das pessoas ao destino escolhido.

Além das redes de articulação, estas comunidades recebem a cooperação e a colaboração de instituições educativas que tem por objetivo contribuir com a gestão dos empreendimentos, que se concretizam por meio de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos entre o saber acadêmico e saber local, favorecendo assim o diálogo entre os sujeitos.

Pode-se constatar, ainda, que nas demais regiões brasileiras existem redes de articulação entre as comunidades que desenvolvem o turismo comunitário. Fato favorável aos grupos envolvidos, já que, de maneira coletiva, o esforço para a concretização desta prática suave possibilita uma maior probabilidade de desenvolvimento coletivo.

O ponto de partida destes projetos são, por conseguinte: a participação social, a coletividade e a solidariedade. Este tripé dá sustentação ao desenvolvimento coletivo, proporcionando aos seres humanos envolvidos em tais ações melhorias no

---

<sup>46</sup> Rede Tucum: Rede Cearense de Turismo Comunitário.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que se concerne aos bens sociais, econômicos, culturais entre outros, pois há um engajamento político participativo por trás de tais ganhos, ou ao menos deveria existir.

Em diversas realidades, o engajamento se perpetua, pois o *eu* coletivo se apresenta como base para todas as ações desenvolvidas pelos mesmos, entretanto se estes laços deixam de existir ou se enfraquece há grande chance da comunidade ou das comunidades perderem o foco chegando a retroceder.

No aspecto força político-participativo, como o que vem ocorrendo em Prainha do Canto Verde/CE, quando a luta se mostrava como interesse de todos, os benefícios também chegavam a todos. Atualmente, a partir da divisão da comunidade em duas associações, cada grupo luta por interesses próprios em detrimento do bem comum. Apesar disso, o turismo comunitário se mostra como uma realidade concreta, traçando caminhos opostos ao turismo de massa, no qual quem ganha, na maioria das vezes, é apenas o grande capital.

O turismo no Ceará, assim como no Rio Grande do Norte, se desenvolve “de costas” para a população local, de forma a esconder suas dificuldades e suas mazelas. Desta forma, por trás dos empreendimentos hoteleiros e das construções luminosas que objetivam atender apenas as necessidades dos turistas, existem comunidades como a de Mãe Luiza em Natal-RN, e Canto Verde em Beberibe – CE e Batoque no município Aquiraz-CE, lugares opacos com pouca atuação cidadã da parte de seus moradores, lugares nos quais os sujeitos estão expostos à vulnerabilidade social e econômica, com alto índice de criminalidade, venda e consumo de drogas.

Entretanto, os turistas que circulam tanto pela Via Costeira (RN), quanto pela rodovia CE 40 não imaginam que há pobreza nem tão pouco, comunidades carentes nestas cidades, já que sua formação - construção dos bairros e da CE litorânea - privilegia uma paisagem construída para esconder a desigualdade socioeconômica. Além desta política pública, diversas outras tiveram impacto não só na atividade turística, como na vida da população local, seja ela de maneira satisfatória ou não. Dentre elas, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NE I e II.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Conforme argumenta Azevedo (2015), o PRODETUR apresentou direcionamento tendencioso para algumas obras; supervalorização de obras de infraestrutura, de acesso, de transporte, de saneamento básico entre outras. Ainda, grande ênfase em obras que favorecem a fluidez espacial, e/ou estruturais (vias de circulação). Apresentou falta de preparo de tomadores de decisão na aplicação dos recursos. E, se realizou nos lugares por meio de um regime autoritário, que foge aos princípios da participação do residente nos processos decisórios.

Sob esta ótica, torna-se possível observar que as políticas de turismo no Brasil privilegiaram os fixos e fluxos em detrimento dos interesses da população local, o que tornou alguns espaços luminosos e outros opacos, como, por exemplo, a orla da praia de Fortim ou Iracema (CE): espaços luminosos, nos quais os serviços de iluminação, acesso ao saneamento básico se fazem presentes, bem como transporte urbano e turístico de fácil acesso.

Na contramão aos espaços luminosos, - nos quais a infraestrutura segue os passos da excelência, além da busca por serviços padronizados, ofertados aos turistas das Praias de Fortim, Iracema, Canoa Quebrada e Jericoacoara, todas no estado do Ceará - estão as comunidades da Rede Tucum, entre elas Batoque e Canto Verde que apresentam fragilidades expressivas, como as vividas pelos moradores destas comunidades, uma vez que há elevado indicio de vulnerabilidade social, alto índice de criminalidade, como presença de entorpecentes e crime organizado, ausência de serviços básicos como saneamento e transporte público de fácil acesso a todos os moradores.

Em contradição à expressiva fragilidade social, nas comunidades inseridas na rede de cooperação, entre elas a Tucum no Ceará, as associações e cooperativas se mostram fortes e desenvolvem tanto as atividades tradicionais - como a agricultura, a pesca, e a produção de artesanato e produtos à base de algas marinhas como sabonetes, xampus, entre outros, com o auxílio de lojas (entreposto comercial)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

denominado de bodega, que recebem as mercadorias dos sócios de maneira consignada<sup>47</sup>.

Em se tratando do turismo comunitário, a mediação é realizada pela rede de articulação, que também fortalece o desenvolvimento do turismo como atividade complementar, isto é, não como atividade principal, mas apenas como outra possibilidade de desenvolvimento para a comunidade local.

Apesar da forte relação entre as comunidades que constituem a rede cearense de Turismo comunitário, pode-se afirmar que, atualmente, as relações sociais estão enfraquecidas, em especial na comunidade da Prainha do Canto Verde localizada no município de Beberibe/CE.

A comunidade Canto Verde tem suas relações fragilizadas em decorrência da divisão desta em duas associações que lutam por objetivos distintos: enquanto a Associação dos Moradores continua na luta pela posse legal da terra, ratificando a Reserva Extrativista marítima e terrestre (RESEX)<sup>48</sup>, mecanismo estratégico de contenção da especulação imobiliária sofrida desde a década de 1970, época em que grileiros tentaram tomar posse do território de Canto Verde; uma nova associação - Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências, é criada em função dos desdobramento da criação da RESEX: a população passa a ser impedida fazer alterações em suas próprias casas, impedindo a entrada de pessoas externas à comunidade.

Este fato não apenas dividiu a pequena comunidade, mas vem causando intensos conflitos que envolvem até a integridade física dos envolvidos, gerando uma zona de tensão desfavorável ao desenvolvimento coletivo.

A tensão vivenciada pela comunidade tem acarretado prejuízos não só por uma gestão de convivência como também para a atividade turística. Após a criação da RESEX terrestre em 05 de junho de 2009, a comunidade vive um período de incertezas e troca de farpas: a Associação de Moradores se mostra favorável

---

<sup>47</sup>O associado coloca seu produto na loja da associação, sem ter que pagar por isso. Se o produto for vendido deixa-se um valor de cerca de dez por cento para cobrir as despesas, o restante vai para o sócio.

<sup>48</sup> Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

à existência da reserva extrativista costeira e marítima como mecanismo de proteção de suas terras e da vida marinha, entretanto a nova associação “Independente” questiona a criação da RESEX, alegando não poder vender o que é de direito de seus moradores, a terra, como também por lei estão impossibilitados de realizar reformas ou ampliações em suas casas.

Nos anos de 1999 a 2008, a comunidade se mostrava homogênea em seus objetivos, lutando pelo mesmo ideal, todavia a partir da criação da Reserva também no âmbito costeiro Canto Verde se divide em dois grupos um apoiado por um empresário do ramo educacional da cidade de Fortaleza outro por um estrangeiro que vive na comunidade há mais de vinte anos. Tal divisão tem gerado desavenças e redução da capacidade de luta e conquistas. Antes, se tratava de um grupo forte contra o poder hegemônico dos grandes empreiteiros e empresários, agora são dois grupos dentro da comunidade. Assim, há uma quebra da capacidade política e de articulação que reflete em seu cotidiano, em sua relação humana e social.

O conflito vivido pela comunidade gera impactos diretos nas atividades desenvolvidas, em especial no turismo, ao ponto que, percebe-se a diminuição do fluxo de turistas, em especial, em Canto Verde. Isto se torna perceptível na ausência de registro do fluxo de turismo entre os anos de 2011 a 2015, ápice deste conflito: por toda a comunidade havia faixa de ameaças para que o senhor estrangeiro deixasse a comunidade, fosse embora do lugar. Já nas faixas do grupo contrário se afirmava que “nem as terras, nem suas mulheres são mercadorias”. O grupo contrário atribui tal situação ao indivíduo estrangeiro.

O fluxo turístico até o ano de 2008 se mostrava em ascensão, também contava com a participação de todos os donos de pousadas, casas, hospedarias, ou os também conhecidos como “cama, café e rede”, um espaço dentro das residências ofertadas as visitantes e/ou turistas. Contudo, com a divisão da comunidade, cerca de quatro pousadas deixaram de fazer parte da Rede Tucum, entretanto o critério que os fez deixar a rede e, por conseguinte, deixem de ser vistos como infraestrutura para o turismo comunitário é apenas o fato de não fazer mais parte do grupo majoritário: a Associação dos Moradores.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Contudo, como não dizer que não realizam turismo comunitário, se é organizado por moradores de Canto Verde, seus fornecedores e prestadores de serviços também são do lugar? Quanto à análise deste artigo cabe aqui fazer uma ressalva: o fluxo turístico sofreu alterações que podem ser respondidas em parte pelo conflito interno e em parte pela instabilidade econômica brasileira que tem comprometido as viagens de lazer dos brasileiros.

O número de pernoite nos anos de 1999 a 2016 é superior ao número de turistas. Segundo o comitê de turismo local, a média de permanência na Prainha de Canto Verde é de 2,5 dias por pessoa com gasto média de R\$153,00 (cento e cinquenta e três) reais por dia. O gasto deste visitante está dividido entre hospedagem, alimentação, passeios, compras e doações, sendo a maior parte, destinado às necessidades básicas de qualquer ser humano: o descanso e a alimentação.

No período de 17 anos com intervalo de quatro anos, a comunidade de Canto Verde obteve um ganho acumulado de R\$ 1.137.172.50 reais. No entanto, estas cifras não têm se revertido em qualidade de vida para a população como um todo. Nesse quesito, observa-se que alguns tiveram suas vidas melhoradas, porém em uma comunidade na qual vivem 200 famílias com cerca de 1050 pessoas (Dados da Pesquisa, 2017), as contribuições advindas da atividade turística não impactam positivamente a comunidade como um todo, como preconizado pelo conceito de desenvolvimento à escala humana. Cabe frisar, todavia, que são poucos os que se encontram envolvidos diretamente com o turismo.

Dentre àqueles ligados à Rede Tucum há apenas duas pousadas. Já, àqueles ligados à Associação Independente se calculam quatro pousadas, os quais dividem o lucro entre os que são donos de estabelecimentos comerciais. Os demais moradores da comunidade não têm recebido os reflexos da atividade em seu cotidiano, como por exemplo, acesso aos benefícios socioeconômicos “prometidos” no discurso do turismo comunitário.

São muitos os problemas identificados pelo DRP, entre eles, a coleta de resíduos sólidos, para o qual não há destinação adequada, sendo armazenado em um galpão no início da comunidade, um “cartão postal” às avessas, já que o turista quando chega a Canto Verde é recepcionado pelo lixo a céu aberto. Além deste problema

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

constatado, as dunas e o mar se encarregam de destruir casas e toda a orla da pequena comunidade.

Apesar dos conflitos e das dificuldades encontradas por todos na comunidade, turistas e pesquisadores são atraídos à Prainha do Canto Verde pela história de luta e resistência à especulação imobiliária que vem ocorrendo há mais de trinta anos tendo seu marco inicial no ano de 1970, quando a população toma ciência de que um grupo empresarial teria comprado toda a comunidade da Prainha, por meio da grilagem. No atual contexto, novas eleições foram realizadas, uma chapa com novas perspectivas foi eleita na Associação dos Moradores: o presidente eleito vem se articulando na busca pela redução dos conflitos.

Luta-se pela continuidade e fortalecimento do turismo comunitário na Prainha do Canto verde/CE, tendo em vista que se trata de uma organização que busca parcerias internas (em cada comunidade) e externas, através de uma confiança motivacional, ou seja, a propagação do sentimento de coletividade que, por sua vez, também é capaz de gerar o de pertencimento, todos eles conjuntamente estimulam as ações coordenadas que deságuam na elaboração de uma rede de solidariedade e ajuda mútua, bem como em um turismo justo onde todos os envolvidos com a atividade sejam eles comunidade local e/ou visitantes (turistas) saem ganhando com o desenvolvimento dela.

Com isso, o turismo deixa de expatriar todo seu lucro para as multinacionais que desenvolvem o turismo nos países periféricos, sendo este um dos gargalos da atividade, além de gerar subempregos que segue a lógica de mercado no qual ganha quem mais tem, ou seja, os empresários do setor. O desafio também é, portanto, a distribuição dos benefícios do turismo comunitário à maior parte possível da população, se afastando mais ainda das bases da lógica do mercado homogeneizante.

Contudo, trata-se, sobretudo, de um novo olhar sobre a atividade turística que entende o turismo como mais uma ferramenta para o empoderamento do local como elemento constitutivo do processo de desenvolvimento humano, centrado na forma de ser de cada lugar e tendo nestas peculiaridades o constitutivo tanto dos lugares quanto dos seres que as habitam. Por essa razão, este modelo de ser coloca tanto o homem quanto o lugar, numa relação constitutiva capaz de transformar realidades concretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando refere se ao processo de desenvolvimento na perspectiva humana coloca-se o ser no centro desta discussão, porém, levando em consideração a rede de pertencimento, no qual ele encontra-se inserido, entre diferentes instrumentos ou objetos que dependem uns dos outros para alcançar sua própria razão de ser.

O turismo comunitário também pode ser considerado como uma forma possível de ser onde o humano seja ele turista ou população local participam do processo humano onde todos ganham, pois não há relação desigual em que só quem leva vantagens são os detentores da cadeia produtiva e os turistas que podem pagar pelos serviços prestados.

Nesta nova abordagem, os comunes são quem organizam e comercializam os produtos e serviços sem deixar de lado as atividades tradicionais como: pesca, agricultura, artesanato entre outras, por esse motivo o local é parte desta rede de pertencimento e empoderamento. Por isso, é relevante buscar novos olhares, novos paradigmas tanto para o aprimoramento da prática como das discussões teóricas a fim de contribuir com uma atividade turística justa e equilibrada.

Desta maneira, esse texto vem somar esforços na busca da ressignificação de práticas de turismo, como também da construção de novas formas de pensar e fazer turismo. Ao defender a importância da solidariedade e da economia solidária no turismo não se busca contrapor às práticas que já existem, mas na preocupação em revelar suas limitações e mostrar que existem alternativas.

Neste sentido, estudos, entre eles teses e dissertações, tanto no turismo quanto em áreas afins, vem sendo desenvolvidos sob esta ótica a fim de apresentar novas abordagens aos estudos do turismo como atividade que deve ser desenvolvida não como tábua de salvação para determinados grupos que sofrem com a vulnerabilidade social, mas como mais uma possibilidade de se integrar as atividades já existentes e somarem esforços para o desenvolvimento na escala humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

AGUIAR, G. M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. *In*: SEABRA, G. (Org) **Turismo de Base Local: Identidade Cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB. 2007.

ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. XX. 1990.

AZEVEDO, F. F. **Desenvolvimento Regional e Potencial Turístico no Seridó Potiguar**. Natal, RN: EDUFRN. 2014.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Norte. *Palestra sobre o Turismo no RN*. Natal. 2015.

BOFF, L. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996. (Coleção Leitura).

CORIOLOANO, L. N. **Turismo comunitário e Economia Solidária no Ceará**. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso em 14 maio 2018.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). (1995). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. pp. 15-47.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1978.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3.ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 2000.

GOMES, P. C. C. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Ambiente e Sociedade, ano 1, n. 2, p. 77-99, 1998.

LA BLACHE. V. **Atlas général Histoire et Géographie**, Paris, Armand Colin, 1894.

MAX NEEF, M. A. **Desarrollo a escala Humana: concietos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Montevideo, Uruguay: Editora Nordan.comunidad. Redes. 1993.

MILANI, C.; *et al.* **Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: Atores da Sociedade Civil e Políticas de Desenvolvimento Local na Bahia**. UFBA, Salvador. 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/>>. Acesso em 08 maio 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 1998.

PUTNAM, R. D. (2006). **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna, 5. ed. Rio de Janeiro: FGV.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec. 2001.

RAMOS, S. P. Diagnóstico e Intervenção nas comunidades para o desenvolvimento sustentável do turismo em Municípios do Estado de Alagoas. **Observatório do Turismo**: Núcleo de Avaliação. Disponível em: <[http://www.uniethos.org.br/\\_Uniethos/Documents/Observat%C3%B3rio%20do%20Turismo.pdf](http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Observat%C3%B3rio%20do%20Turismo.pdf)>. Acesso em 08 maio 2018.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2008

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel. 1985.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. Contexto. 2º ed. São Paulo. 2003.

ZECHNER T.; HENRIQUEZ Z., C. E.; SAMPAIO, C. A. C. *Micro-cuenca hidrográfica como unidad de planeamento transdisciplinar para la gestión territorial sustentable: una alternativa para la micro-cuenca de río sagrado* (Morretes -PR). Anais VI Colóquio de Transformações Territoriais: Curitiba, 2008.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## DIVIDIR MAIS E PAGAR MENOS: NOVAS FORMAS DE VIAJAR EM TEMPOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA

Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa

José William de Queiroz Barbosa

### RESUMO

O presente estudo visa discutir o tema consumo colaborativo no contexto da economia compartilhada, a partir das propostas de valor apresentadas em plataformas de consumo colaborativo em turismo, levando-se em conta o comportamento de consumidora geração *Millennials*. Para tanto, os construtos que deram base para as reflexões sobre o tema proposto foram a economia compartilhada, o consumo colaborativo em turismo e as propostas de valor das plataformas colaborativas em turismo. Para o desenvolvimento do estudo optou-se por uma abordagem qualitativa e a coleta de informações foi baseada na análise e observações sistemáticas dos sites de duas plataformas de consumo colaborativo em turismo (*EatWith* e *WorldPackers*), a partir de um roteiro adotando-se como técnica de interpretação dos dados e análise de conteúdo. A partir dos resultados, foi possível notar que ambas as plataformas apresentam propostas de valor estimulantes e, de certa maneira, semelhantes, porém a forma de manifestação e apresentação no site é diferente. Nesse sentido, este estudo possibilitou constatar que a prática de consumo colaborativo permite experiências e possibilidades que vão além das práticas convencionais, pelas suas características e pelos desejos e necessidades de seus usuários. Por isso, o consumo colaborativo é algo que vem se firmando como uma realidade cada vez mais viva no cotidiano de muitas pessoas, principalmente na vida dos *Millennials*, que se relacionam de forma estreita com este tipo de consumo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consumo colaborativo; economia compartilhada; *Millennials*; propostas de valor; plataformas colaborativas.

### ABSTRACT

The present study aims to discuss the topic of collaborative consumption in the context of the shared economy, based on the value propositions presented in platforms of collaborative consumption in tourism, taking into account the consumption behavior of the Millennials generation. To that end, the constructs that provided the basis for the reflections on the proposed theme were shared economy, collaborative consumption in tourism and the value propositions of collaborative tourism platforms. For the development of the study we opted for a qualitative approach and the information collection was based on the analysis and systematic observations of the sites of two platforms of collaborative consumption in tourism (*EatWith* and *WorldPackers*), from a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

script adopted as technique data interpretation and content analysis. From the results, it was possible to notice that both platforms present stimulating and, in some ways, similar value propositions, however the form of manifestation and presentation in the site is different. In this sense, this study made it possible to verify that the practice of collaborative consumption allows experiences and possibilities that go beyond conventional practices, their characteristics and the desires and needs of their users. Therefore, collaborative consumption is something that has been established as an increasingly alive reality in the daily lives of many people, especially in the life of Millennials, which are closely related to this type of consumption.

**KEYWORDS:** Collaborative consumption; shared economy; Millennials; value propositions; collaborative platforms.

## INTRODUÇÃO

A sociedade vive em constante mutação, causando reflexos nas mais diversas áreas e, nesse contexto, o conceito de propriedade está dando espaço para o de posse de bens, o que caracteriza um novo tipo de consumo baseado no uso temporário e, portanto, na experiência do indivíduo com um produto ou serviço. Acrescenta-se a isso o advento e a massificação da internet que ampliaram a possibilidade de conexão para a maioria das pessoas levando a uma perspectiva mais global das relações. Isso significa que atuar em rede ganhou um sentido mais amplo que começou a se projetar em todas as esferas da sociedade. A emergência de plataformas tecnológicas *peer-to-peer* (pessoa-para-pessoa), bem como novos *marketplaces* baseados em consumo colaborativo surgiram e seus impactos se projetam nas relações de consumo.

Isso se reflete em uma nova estrutura econômica, denominada economia colaborativa, cujo resultado é justificado pela iteração de um grupo como um todo. Nesse sentido, as empresas vêm sofrendo um processo de transformação, migrando de estruturas mais rígidas para novos modelos que assumem características mais horizontalizadas de produção, baseadas em comunidade, colaboração e auto-organização (BENKLER, 2006a; JOHN, 2013).

Se por um lado o ser humano tem uma inclinação à individualização, por outro as pessoas sentem necessidade de pertencer a grupos sociais (MONT, 2004). Quando essa perspectiva é transportada para o contexto do consumo verifica-se a

ISSN: 1808-9755

tendência destas atuarem de forma mais colaborativa, desenvolvendo práticas que passaram a ser denominadas de consumo colaborativo (BOSTMAN; ROGERS, 2011).

O sistema de consumo colaborativo surge como resultado de uma difusão de conceitos e modos de vida que traduzem preocupações ambientais, econômicas e sociais em consonância com avanços tecnológicos. Além disso, possuem motivações sociais e psicológicas voltadas ao atendimento das necessidades e desejos de maneira mais sustentável e atraente, com menos ônus para o indivíduo (BOSTMAN; ROGERS, 2011).

Essas características levam os consumidores a optarem por produtos e serviços que se adequem a sua filosofia de vida. E esse comportamento se nota fortemente nos indivíduos caracterizados como da geração Y, também chamada de *Millennials*, composta por jovens nascidos entre 1980 e 2000, que chegaram ao mundo conhecendo um computador e, portanto, vivem conectados, são informados, criativos e querem fazer a diferença (BRANCO, 2013).

Para além da perspectiva filosófica, os jovens também procuram alternativas de serviços turísticos que sejam acessíveis ao seu poder aquisitivo. Querem viajar, ganhar o mundo, ter experiências pagando pouco e a perspectiva de trocas colaborativas se adequam bem ao que buscam: conciliar preço e experiências positivas e gratificantes (RICHARDS, 2007; SOLOMON, 2014).

Do lado da oferta, algumas plataformas oferecem propostas de valor que procuram atrair esse tipo de consumidor e apresentam características de serviços específicas para tentar satisfazer as necessidades e desejos dos usuários e, principalmente, dos jovens.

Esse novo cenário tem provocado um incremento das práticas colaborativas em todo o mundo e, especificamente, no caso do turismo, várias plataformas tem surgido com esse enfoque, dentre as quais pode-se citar a *WorldPackers* e a *EatWith*, que se caracterizam como objeto deste estudo. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é melhor conhecer as propostas de valor dessas duas plataformas colaborativas em turismo, visando compreender o conjunto de suas ofertas, de forma que esse conhecimento possa contribuir para um incremento de informações sobre

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

essas novas práticas de serviços turísticos, bem como contribuir para o aprofundamento e desenvolvimento do tema em questão.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### ECONOMIA COMPARTILHADA

A economia compartilhada tem sua origem na década de 1990, nos Estados Unidos, impulsionada pelos avanços tecnológicos que propiciaram a redução dos custos das transações on-line *peer-to-peer* (SHIRKY, 2012) e viabilizaram a criação de novos modelos de negócio baseados na troca e no compartilhamento de bens e serviços entre pessoas desconhecidas (SCHOR, 2014). A economia compartilhada é feita por práticas comerciais que possibilitam o acesso a bens e serviços, sem que haja, necessariamente, a aquisição de um produto ou troca monetária (BOTSMAN; ROGERS, 2011). Dessa forma, a criação de um número cada vez maior de novos modelos de negócio também foi promovida e assim a economia compartilhada foi expandida (GANSKY, 2010).

A economia compartilhada, também chamada de economia *mesh* (GANSKY, 2010) ou consumo colaborativo (BOTSMAN; ROGERS, 2009) é uma nova tendência que cresce através de novas organizações e novos modelos de negócio, com foco no compartilhamento (GANSKY, 2010). É considerado um sistema socioeconômico desenvolvido acerca do compartilhamento de recursos humanos e físicos, o qual inclui a criação, produção, distribuição, o comércio e consumo compartilhado de bens e serviços por pessoas e organizações (GANSKY, 2010). Essas iniciativas comerciais incluem transações como o compartilhamento, empréstimo, aluguel, a doação, as trocas e o escambo (BOTSMAN; ROGERS, 2009).

Entretanto, a economia compartilhada também é entendida como um conjunto de iniciativas de consumo conectado, que enfatiza o reuso de produtos e as conexões *peer-to-peer*, elimina intermediários e possibilita interações face a face,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

além de proporcionar uma nova configuração dos modelos de negócio da economia tradicional (DUBOIS et al., 2014). O consumo colaborativo é uma maneira de acomodar necessidades e desejos de uma forma mais sustentável, atraente e com pouco ônus para o indivíduo (BOTSMAN; ROGERS, 2009). As iniciativas desse sistema têm motivações sociais e psicológicas que não são contínuas e que poderiam até ser destruídas pela presença do dinheiro (BENKLER, 2006).

## **PROPOSTAS DE VALOR E AS PLATAFORMAS COLABORATIVAS EM TURISMO**

Em ambientes instáveis e cheios de dúvidas, modelos de negócios bem estruturados e inovadores podem desempenhar papel fundamental, fazendo a ligação entre estratégia, processos internos e sistemas de informação, simplificando a comunicação entre esses componentes e favorecendo a difusão do conhecimento interno, o que por sua vez acaba gerando vantagem competitiva (OSTERWALDER, 2004). Osterwalder e Pigneur (2010) definem o ciclo de desenvolvimento de um modelo de negócios como a maneira como uma organização cria, entrega e captura valor.

Desta maneira, a proposta de valor, de acordo com Osterwalder e Pigneur (2010), busca solucionar os problemas do cliente e satisfazer suas necessidades, e cada proposta cria valor para um segmento de cliente com uma combinação de elementos direcionados especificamente àquele público específico. O segmento (ou segmentos) de clientes dita os diferentes grupos de pessoas ou organizações que uma empresa visa atingir e servir. Assim sendo, a proposta de valor se baseia em um conjunto selecionado de produtos e/ou serviços que satisfaz as exigências de um segmento de clientes específico. Portanto, é necessário saber que valor entrega-se ao cliente, quais são os problemas que ajuda-se a resolver, que necessidades estão sendo satisfeitas e que conjunto de produtos e serviços está sendo oferecido para cada segmento de cliente.

É notável esta tendência nas plataformas colaborativas em turismo. Os sites aqui estudados (*EatWith* e *WorldPackers*) buscaram uma maneira de inovar e trazer diferenciações em relação as práticas convencionais de compartilhamento, a partir de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

aspectos como menor custo, facilidade de execução, possibilidade de conhecer novas culturas e locais, experiências pessoais, entre outros. Tudo isso traz propostas de valor que podem ser percebidas pelos usuários, levando a organização a uma posição de vantagem competitiva sustentável, pois propostas de valor bem desenvolvidas incluem ideias inovadoras e criativas.

## **COMPORTAMENTO DE CONSUMO COLABORATIVO EM TURISMO E OS MILLENNIALS**

A internet tem transformado a indústria do turismo ao longo das últimas duas décadas. Consumidores têm tido acesso facilmente à informação e construído novos relacionamentos usando as mídias sociais (KUNZ; SESHADRI, 2015). As comunidades *on-line* oferecem uma grande variedade de possibilidades de estabelecer, manter e desenvolver relacionamentos entre indivíduos e negócios. Para os turistas, as comunidades *on-line* de viagem representam uma tendência crescente (BIALSKI; BATORSKI, 2007). De acordo com Kunz e Seshadri (2015), os encontros *on-line* entre os viajantes frequentemente levam a relacionamentos *off-line*.

Em simultâneo, os serviços turísticos, que tradicionalmente eram ofertados somente por negócios como hotéis, táxis ou operadores turísticos, têm sido aumentados e oferecidos, também, por pessoas que se dispõem a compartilhar temporariamente o que possuem ou o que fazem. Desta maneira, práticas alternativas de turismo têm surgido, no século XXI, pelas novas tecnologias de redes sociais (MOLZ, 2013). Portanto, comunidades *on-line* provavelmente ajudam usuários a construir relacionamentos *off-line* com estranhos (KUNZ; SESHADRI, 2015).

A geração “*Millennial*” se adequa a essa nova maneira de se relacionar, além disso, envolve cerca de 1 bilhão e 800 milhões de pessoas (CENSUS BUREAU, 2015); 92 milhões apenas nos EUA (MILLENNIAL WEEK DC, 2014). Embora variem de acordo com a idade, antecedentes culturais, condições econômicas e sociais, eles compartilham os mesmos “modos de comportamento, sentimentos e pensamentos”

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(MANNHEIM, 1923/1952, p. 291), desenvolvendo valores centrais semelhantes, comportamentos e padrões de consumo (MULLER, 1991; TAYLOR E KEETER, 2010).

De acordo com os principais estudos sobre o assunto, os *Millennials* parecem ser mais tolerantes, abertos a mudanças e diversidade do que as gerações anteriores: eles foram socializados em um período de grandes transformações em termos de modelos familiares e formas de coabitação, em uma época de crescentes processos migratórios, mudanças climáticas e crises econômicas cíclicas e recessões (RUSPINI, 2013).

Essas características nos mostram como os *Millennials* consomem o turismo. Conforme destacado pelo Millennial Traveller Report of the Expedia-Future Foundation (2016), os *Millennials* dão mais valor ao investimento em viagens do que outras compras; eles procuram experiências de viagem autênticas em vez da típica excursão pré-embalada; querem sentir-se em uníssono com o ambiente que visitam e experimentar a verdadeira vida local; eles exigem a personalização das atividades de viagem e usam a internet para personalizar suas viagens, adquirindo informações *on-line* diretamente de colegas que classificam serviços, experiências, bens e viagens (MMGY Global, 2014). Ao mesmo tempo, eles querem compartilhar suas experiências usando redes sociais: postar fotos no *Facebook* ou no *Instagram* ou “*twitter*” sobre a viagem se torna parte da experiência (MMGY Global, 2014) e uma maneira de construir sua identidade pessoal (JORDAN, 2016).

Como Richards (2007) destacou, os *Millennials* viajam com mais frequência, exploram mais destinos, gastam mais em viagens, reservam mais pela Internet, procuram experiências e informações reais e são viajantes intrépidos. Solomon (2014) também reconhece esses traços dos *Millennials*, enfatizando em particular sua hiperconectividade e sua atitude colaborativa; aspectos que aumentam o uso das plataformas de economia compartilhada também na organização de viagens, uma vez que os *Millennials* se sentem mais dispostos a aceitar a prática de consumo colaborativo, pois as vantagens principais são a economia de dinheiro e a possibilidade de fazer novos relacionamentos, atitudes que estão presentes tanto no estilo de vida desta geração quanto na idealização do consumo colaborativo.

## METODOLOGIA

Sendo o tema central deste estudo focado no turismo colaborativo e por ser este um fenômeno complexo, buscou-se um tratamento multidimensional, transdisciplinar e interrelacional (MERRIAN, 1998; CARVALHO; VERGARA, 2002). Essas características levam a optar e a seguir uma abordagem qualitativa, tanto para a coleta como para interpretação de dados.

A coleta de informações foi baseada em fontes de dados secundários que ofereceram o suporte necessário à análise dos resultados. Esta etapa do estudo foi realizada levando-se em consideração a construção do *corpus linguístico* da pesquisa, de acordo com Bauer e Aarts (2002). Para a obtenção dos dados de texto foram realizadas observações sistemáticas pelos pesquisadores nas plataformas de consumo colaborativo em turismo disponíveis na *web* (*WorldPackers* e a *EatWith*) – pois estas apresentam maior número de usuários e maior visibilidade. A primeira conta com mais de um milhão de usuários, segundo o próprio site da plataforma. A segunda tem participação em mais de 130 países, conforme a página da plataforma. Além disso, estão mais adequadas ao propósito deste estudo, pois se caracterizam como propostas que vão ao encontro do que buscam os *Millennials* como novas formas de fazer turismo. As observações foram feitas a partir de um roteiro estabelecido e a coleta dos dados foi realizada durante três semanas, com observações diárias e intermitentes, em períodos de uma hora, em média, para conhecer a proposta de valor das plataformas de turismo selecionadas e poder analisar detalhadamente as informações e as possíveis mudanças no decorrer desse processo. O critério de saturação dos dados nessa fase foi aplicado, seguindo a indicação de Creswell (2010).

Foi realizada ainda a pesquisa bibliográfica com a leitura de materiais já publicados em forma de artigos, anais de congressos da área, pesquisas específicas sobre o tema, livros especializados, além de informações constantes nos bancos de dados computadorizados como o *EBSCOHost*, *Journals* e periódicos constantes no Portal da CAPES, além de outros Bancos de Dados Eletrônicos disponíveis na Biblioteca da UFPE e os sites das empresas objetos de estudo desta pesquisa. Esses

ISSN: 1808-9755

dados ajudaram a entender melhor o problema sob investigação e foram de grande valia para este projeto.

Mantendo em mente as considerações epistemológicas deste estudo, os dados coletados a partir das observações foram transcritos, iniciando-se a fase de interpretação, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo com apoio na revisão de literatura que deu suporte ao estudo, embora não tenha sido um processo de submissão total aos pressupostos teóricos. Esse tipo de análise permitiu construir uma categorização das propostas de valor dos serviços da *EatWith* e da *WorldPackers*, com base nas informações das observações e da revisão de literatura. Assim sendo, a análise foi estruturada a partir de (a) uma **pré-análise do material**, para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico, a fim de estabelecer indicadores a interpretação das informações coletadas. A segunda fase foi (b) a **exploração do material**, que consistiu na construção das operações de codificação, considerando-se os recortes dos textos em unidades de registro, e a última fase (c) **interpretação**, que se caracterizou por captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas e observação), realizando-se uma análise comparativa com a justaposição das categorias encontradas nas análises, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram interpretados como diferentes.

Estabelecidos os parâmetros necessários, seguimos com a análise do material coletado com base nas informações retiradas das observações e da revisão de literatura, conforme apresentado no tópico seguinte.

## RESULTADOS

A proposta de valor diz respeito ao conjunto de produtos e serviços que geram valor a um determinado segmento de clientes, satisfazendo suas necessidades. Esses valores podem ser quantitativos (preço, agilidade na entrega) ou qualitativos (experiência de compra, comodidade) (LANDT; DAMSTRUP, 2013). Cada proposição de valor é criada de um conjunto definido de produtos e serviços que satisfaz as exigências de determinado segmento de clientes, visando a satisfazer suas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

necessidades particulares. É a oferta da empresa para os seus clientes, com características adicionais, atributos e agregada de benefícios (OROFINO, 2011; OSTERWALDER, 2004).

Portanto, aqui se analisa as duas plataformas colaborativas em turismo escolhidas para o estudo (*EatWith* e *WorldPackers*), para identificar quais dos elementos relacionados a proposta de valor estão presentes nas plataformas e de que maneira eles se apresentam.

## **EATWITH**

A plataforma *EatWith* foi criada em Israel e tem como ideia central listar anfitriões ao redor do mundo. O interessado que deseja cozinhar para seus convidados (viajantes que pretendem experimentar a plataforma) define um cardápio, o número de participantes e quanto será cobrado. O pagamento é feito pela plataforma, que fica com 15% do valor, sob forma de comissão. Os interessados em comer se cadastram, selecionam o que gostam e aguardam o retorno do anfitrião, que não precisa ser um chefe, mas cozinhar bem, ser hospitaleiro e morar em um lugar agradável. Ou seja, a proposta principal do site é fazer com que os turistas conheçam determinado local por meio da comida e da relação com o anfitrião, pois além da refeição, é possível conhecer a cultura do país, cidade ou estado pela convivência com o morador e pela troca de experiências que o encontro proporciona, um dos principais pontos que o turismo compartilhado oferece, pois de acordo com Kunz e Seshadri (2015), os encontros on-line entre os viajantes frequentemente levam a relacionamentos *off-line*.

A *EatWith* já tem participação em mais de 130 países e não para de movimentar a indústria da economia compartilhada, se tornando um dos grandes sites de compartilhamento atuais. Deste modo, assim como traz o *slogan* da plataforma, o participante é convidado a “*experimentar o mundo através dos habitantes locais*”.

A linguagem utilizada pela plataforma não é tão formal e rebuscada, facilitando o acesso pelos *Millennials*, uma vez que o site direciona sua linguagem e a plataforma como um todo a este tipo de público, que está mais engajado com internet e com

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

consumo virtual. O aspecto visual da página também é trabalhado de forma a deixar o acesso mais fácil e mais autoexplicativo, sem poluir a tela do computador, *tablet* ou *smartphone*, além de trazer imagens que instigam o consumo e a curiosidade por parte de quem acessa.

A plataforma também oferece interação com os usuários, quando os mesmos se cadastram no site e começam a pesquisar locais para viajarem ou se cadastram como anfitriões, cozinhando para os convidados. Além disso, a plataforma é de fácil manuseio e bem acessível, facilitando ainda mais os contatos entre anfitriões e convidados. Na **figura 1**, a seguir, é possível observar a página da plataforma.

**Figura 1: Página da plataforma *EatWith*.**



Em relação a proposta de valor e aos quesitos presentes neste conceito, foi possível notar, a partir da observação sistemática dos pesquisadores, que a plataforma EatWith apresenta dados específicos, conforme evidenciados no Quadro 1.

Proposta de valor, de acordo com Osterwalder e Pigneur (2010), busca solucionar os problemas do cliente e satisfazer suas necessidades, e cada proposta  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

cria valor para um segmento de cliente com uma combinação de elementos direcionados especificamente àquele público específico. No caso dos Millennials, é uma geração que busca rapidez, eficiência, utiliza a internet para tudo, viaja bastante, está aberta a novas experiências. Portanto, a proposta de valor oferecida tem que suprir todas estas necessidades deste tipo de público, caso contrário, será uma proposta inadequada e que não irá satisfazer as necessidades.

### Quadro 1: Proposta de valor apresentada na plataforma colaborativa em turismo *EatWith*.

PROPOSTA DE VALOR	COMO SE MANIFESTA
Valor entregue ao cliente	Oferece aventuras gastronômicas por preço mais econômico, além de agregar a experiência de viajar para conhecer novas culturas, pessoas, comidas e lugares. Também permite que o usuário conheça o país, estado ou cidade por meio de moradores locais.
Resolução de Problemas	Possibilita o contato com pessoas em lugares desconhecidos, além de fazer com que o usuário economize dinheiro, uma vez que as comidas preparadas pelos anfitriões têm preço mais econômico.
Satisfação de Necessidades e Desejos	Hospedagem, refeições, conhecer o lugar para o qual se pretende viajar de forma mais informal, economia, experiências pessoais.
Oferta de produtos e serviços	Turismo, economia compartilhada, consumo colaborativo, culinária, hospedagem.
Preço justo	Geralmente mais econômico do que se alimentar em restaurantes locais.
Experiências marcantes	Conhecer novos lugares a partir de moradores locais, experimentar novos sabores a partir dos pratos dos anfitriões, criar laços de amizade.
Comodidade	É possível se cadastrar pela internet, de forma fácil e rápida. O pagamento também é feito <i>online</i> e o processo de interação por meio da plataforma é bastante simples.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

### **WORLDPACKERS**

A WorldPackers é uma empresa que possibilita que viajantes encontrem um local de hospedagem e que troquem a estadia por trabalho, ou seja, o indivíduo trabalha por hospedagem e pode conhecer cidades e países. No site da empresa é possível fazer um cadastro como viajante ou como anfitrião e, segundo eles, viajar é um direito universal e que todos deveriam ter a oportunidade de fazer por pelo menos uma vez na vida.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A ideia consiste em encurtar o caminho entre quem pretende viajar e está com pouco dinheiro e donos de pousadas, albergues, ONGs, donos de pequenos negócios etc., que precisam de pessoas para trabalhar. Dessa maneira, os viajantes trocam hospedagem por trabalho e podem ter, de acordo com a *WorldPackers*, uma experiência cultural aprofundada e com custos muito reduzidos. É uma ideia bastante inovadora e que está funcionando muito bem, tornando a plataforma uma envolvida no mundo da economia compartilhada, também. O site já conta com mais de um milhão de viajantes e anfitriões pelo mundo.

A linguagem utilizada pela plataforma é bem apelativa e incita os usuários a aderirem a proposta do site, contendo muitos verbos no imperativo, como “comece”, “ajude”, “inspire-se” etc. O aspecto visual do site é bem detalhado, porém sem poluir a visualização, tornando a plataforma atraente. Também é possível interagir com a plataforma por meio do cadastro para viajar ou ser anfitrião. Além disso, o manuseio da página é simples, o que facilita a aderência pelos usuários. Na **figura 2**, a seguir, mostra-se a página da plataforma.

**Figura 2: Página da plataforma *WorldPackers*.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



No **Quadro 2**, são apresentados os dados da plataforma WorldPackers referentes a proposta de valor e como são desenvolvidos pelo site.

**Quadro 2: Proposta de valor apresentada na plataforma colaborativa em turismo WorldPackers.**

PROPOSTA DE VALOR	COMO SE MANIFESTA
Valor entregue ao cliente	A plataforma permite que o usuário viaje sem pagar pela hospedagem por meio de dinheiro, e sim através de trabalho no empreendimento. Ou seja, o indivíduo oferece sua disponibilidade para trabalhar no hotel e, em troca, ganha hospedagem “grátis”.
Resolução de Problemas	Para o usuário que vai trabalhar em troca de hospedagem, o principal ponto é que o dinheiro para pagar por ela é desnecessário, uma vez que se paga por meio de trabalho. Para o dono do meio de hospedagem participante, a falta de pessoas (quando há) para trabalhar no local é resolvida quando os usuários se dispõem a oferecer suas habilidades.
Satisfação de Necessidades e Desejos	Viajar sem pagar por hospedagem, economia, conhecer novos lugares sem gastar muito, experiência de voluntariado.
Oferta de produtos e serviços	Turismo, economia compartilhada, hospedagem, troca de habilidades por recompensas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Preço justo	O usuário acaba economizando bastante em sua viagem, uma vez que não precisa se preocupar em pagar hospedaria.
Experiências marcantes	Viajar economizando, troca de conhecimentos, aprimorar habilidades, sentimento de voluntariado e compensação.
Comodidade	A participação na plataforma é muito simples – tanto para o viajante quanto para o dono do meio de hospedagem. Tudo é feito via <i>online</i> e não há burocracias durante o processo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Em uma análise geral, foi possível detectar que as duas plataformas apresentam propostas de valor parecidas, mas com formas de manifestação diferentes. Além disso, ambas têm a mesma essência: compartilhamento e troca de economias. Enquanto a EatWith oferece a possibilidade de que o viajante conheça lugares novos a partir de comidas locais e do contato com o anfitrião, a WorldPackers tem como principal função oferecer a troca de trabalho por hospedagem a seus membros participantes. As duas propostas são inovadoras e de grande relevância para quem se interessa em experimentar cada uma delas, e isso é muito importante, pois segundo Kim e Mauborgne (1999), na economia atual, ideias e conhecimento devem ser tratados como ativos tão valiosos como o capital e os recursos naturais eram até os anos 1970.

Na plataforma EatWith, é possível perceber que a principal ideia é levar interações por meio de comidas e habitantes locais – essa é a proposta de valor principal do site. A WorldPackers tem como principal objetivo fazer com que viajantes troquem sua força de trabalho por hospedagem. Levando em conta as afirmações de Osterwalder e Pigneur (2010), quando dizem que proposta de valor busca solucionar os problemas do cliente e satisfazer suas necessidades, e cada proposta cria valor para um segmento de cliente com uma combinação de elementos direcionados especificamente àquele público específico, percebe-se que o principal problema resolvido pelas duas plataformas em relação aos usuários é a economia de dinheiro. Em relação ao ato de satisfazer as necessidades e desejos dos usuários, as duas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

plataformas apresentam praticamente a mesma manifestação: hospedagem, economia, conhecer novos lugares sem pagar muito.

Pode-se detectar que a oferta de produtos e serviços é a mesma para ambas as plataformas: turismo, consumo colaborativo, hospedagem. O preço é outro aspecto que se manifesta da mesma forma em ambos os sites, uma vez que o usuário economiza bastante utilizando-se das plataformas, portanto, o preço acaba se tornando justo.

Em relação às experiências que as duas plataformas podem proporcionar ao viajante, ambas possibilitam que o usuário viaje economizando, trocando experiências e relacionamentos, tendo contato com anfitriões locais. Porém, na EatWith, a questão da comida é um diferencial se comparado a WorldPackers, pois o foco da primeira está no envolvimento e benefícios sociais que a comida pode trazer aos indivíduos. Já na segunda, a principal ideia é fazer com o que o usuário tenha sensação de voluntariado, quando troca sua força de trabalho por algo em seu benefício, nesse caso, hospedagem. Assim sendo, ambas oferecem experiências marcantes, porém de formas diferentes. Por último, o aspecto da comodidade é basicamente igual em ambas as plataformas, uma vez que é possível resolver tudo online, se cadastrar para ser anfitrião ou viajante, realizar pagamentos necessários, navegar na plataforma de forma fácil e segura etc. Portanto, ambas as plataformas cumprem o que os Millennials necessitam, pois como Richards (2007) destacou, os Millennials viajam com mais frequência, exploram mais destinos, gastam mais em viagens, reservam mais pela Internet, procuram experiências e informações reais e são viajantes intrépidos. É possível encontrar todos estes aspectos em ambas as plataformas.

## CONCLUSÕES

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como as propostas de valor se manifestam nas duas plataformas de consumo colaborativo selecionadas: EatWith e WorldPackers. A primeira apresenta uma proposta de valor baseada na interação entre pessoas ao redor do mundo por meio da culinária. A segunda possibilita que o indivíduo tenha novas experiências de viagem além do

modo tradicional de viajar. Além disso, foi possível detectar que as duas têm a mesma essência: consumo colaborativo, economia compartilhada, que é o foco principal deste estudo. Também foi possível fazer uma conexão com os desejos dos Millennials, que gostam de viajar mais, utilizam a internet para tudo, preferem o virtual na hora de resolver problemas, estão mais abertos a economia compartilhada e mais dispostos a experiências não tradicionais. As necessidades desta geração são contempladas pelas propostas de valor de ambas as plataformas, satisfazendo o que os Millennials procuram.

De um modo geral, as plataformas exercem a prática de consumo colaborativo, uma vez que fornecem artifícios e possibilidades que estão relacionadas com os aspectos da economia compartilhada: trocas, consumir compartilhando, experiências de colaboração, dividir, economizar – características que também estão presentes na geração dos Millennials –, portanto, há uma relação forte entre o que foi visto de proposta de valor das plataformas e o que esta geração busca. Por isso, foi possível identificar que o objetivo principal deste estudo foi alcançado, ou seja, conhecer a proposta de valor das plataformas colaborativas verificando se estas se adequam aos os desejos e necessidades dos Millennials, constatando-se que esta geração tem o consumo colaborativo como uma prática presente na sua vida.

Porém, são necessários estudos mais aprofundados acerca do tema aqui discutido, uma vez que este apresentou algumas limitações, como a análise de somente dois sites e a opção pela não entrevista de consumidores neste momento. Esses dois pontos não inviabilizaram a validade do estudo, na medida em que o objetivo foi buscar subsídios iniciais para dar suporte a continuidade do estudo. Ressalta-se que a compreensão das propostas de valor apresentadas nos dois sites foram suficientes para atender a proposta deste estudo nesta fase exploratória.

Nesse sentido, este estudo possibilitou constatar que a prática de consumo colaborativo permite experiências e possibilidades que vão além das práticas convencionais pelas suas características e pelos desejos e necessidades de seus usuários. Por isso, o consumo colaborativo é algo que vem se firmando como uma realidade cada vez mais viva no cotidiano de muitas pessoas, principalmente na vida dos Millennials, que se relacionam de forma estreita com este tipo de consumo.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Como sugestão para futuras pesquisas, indica-se a avaliação das propostas de valor de um número maior de sites com serviços colaborativos a partir de uma pesquisa quantitativa, assim como um estudo para conhecer melhor os desejos e necessidades dos usuários desses tipos de plataformas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTINI, G. S. **Turismo e economia colaborativa: uma avaliação das plataformas online de serviços vinculados ao turismo**. 2017. Dissertação (Graduação em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A Construção do Corpus: Um Princípio para a Coleta de Dados Qualitativos. In: **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um manual Prático**. Editora Vozes. Petrópolis: 2002.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes. Petrópolis: 2002.

BENKLER, Y. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Yale University Press, 2006.

BIALSKI, P.; BATORSKI, D. **Trust networks: analyzing the structure and function of trust**. International Network of Social Network Analysis SUNBELT Conference, 2007.

BOSTMAN, R.; ROGERS, R. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BOTSMAN, R.; ROGERS, R. **O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BUREAU, C. (2015) **Millennials out number Baby Boomers and are far more diverse**. Disponível em: < [www.census.gov/newsroom/press-releases/2015/cb15-113.html](http://www.census.gov/newsroom/press-releases/2015/cb15-113.html)>. Acesso em: 20 jun 2018.

CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 42, n.3, p. 78-91, jul/set, 2002.

CASTRO, F. G.; GONÇALVES, B. S.; FIGUEIREDO, L. F. Mapeamento de características de sites de compartilhamento de refeições baseado no Modelo 3C de Colaboração. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 7, n. 1, 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CASTRO, F.G.; FIGUEIREDO, L. F. A economia criativa como proposta de valor nos modelos de negócio. **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 3, 2016.

DESIDÉRIO, Ana Carolina Rocha. **Multiplifica: um serviço colaborativo para refeições veganas em Uberlândia-MG**. 2017. Dissertação (Graduação em Design) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

DIAS, A. H. et al. Inovação de valor: o caso citizenm hotel. **Turismo, Visão e Ação**, v. 13, n. 3, 2011.

DUBOIS, E.; SCHOR, J.; CARFAGNA, L. **Connected consumption: a sharing economy takes hold**. Rotman Management, 2014, p. 50–55.

**EatWith**. Disponível em: <<https://www.eatwith.com/?c=BRL>>. Acesso em 20 jun 2018.  
Eurodicás. **Worldpackers, o que é e como funciona**. Disponível em: <<https://www.eurodicás.com.br/worldpackers-como-funciona/>>. Acesso em 20 jun 2018.

EXPEDIA-FUTURE FOUNDATION. **Millennial Traveller Report: why Millennials will shape the next 20 years of travel**. Londres, 2016. Disponível em: <<http://expediablog.co.uk/wp-content/uploads/2016/10/Expedia-Millennial-Traveller-Report.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.

GANSKY, L. **The mesh: why the future of business is sharing**. New York: Penguin, 2010.

GAVIOLI, M. C.; BASTOS, S. R. A hospitalidade da nova cena gastronômica promovida por sites de compartilhamento de refeições. **Turismo: produção científica, conhecimento(s) e inteligência(s)**, Caxias do Sul, 2017.

JOHN, N. A. Sharing and Web 2.0: The emergence of a keyword. *New Media & Society* 15(2): 167-82. 2013.

JORDAN, P. (2016). **How are Millennials influencing marketing and product development in tourism?** Disponível em: <[http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/guilintsmforum\\_peterjordan\\_toposophy.pdf](http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/guilintsmforum_peterjordan_toposophy.pdf)>. Acesso em: 20 jun 2018.

KIM, W. C.; MAUBORGNE, R. Strategy, Value Innovation, and the Knowledge Economy. **Sloan Management Review**, Spring, v. 40, n. 3, p. 41-54, 1999.

KUNZ, W.; SESHADRI, S. From Virtual Travelers to Real Friends: Relationship-building Insights from an Online Travel Community. **Journal of Business Research**, v. 68, p. 1822–1828, 2015.

LANDT, M.; DAMSTRUP, M. V. **Innovation adoption's effect on established business models as means to adjust in a rapid changing technological and innovative landscape: A case study on Business Models, innovation Hype**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Cycles and the street process for adopting innovations.** 2013. Dissertação (Mestrado) - Copenhagen Business School, Copenhagen, Dinamarca.

LINKEDIN. **VIDA ON-DEMAND: Tripda, Airbnb, EatWith e a economia compartilhada.** Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/vida-on-demand-tripda-airbnb-eatwith-e-economia-flavia-gamonar>>. Acesso em 20 jun 2018.

MANNHEIM, K. **The problem of generation.** Londres, p. 276-322, 1923.

MARASSI, A. C. B. O Turismo e as Plataformas Digitais para o Consumo Colaborativo. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, 2017.

MERRIAM, S.B. Qualitative Research and Case Study Application in Education. São Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MILLENNIAL WEEK DC (2014). **Millennials: by the numbers.** Disponível em: <[http://millennialweek.com/MILL-FactSheet\\_52914\\_v2.pdf](http://millennialweek.com/MILL-FactSheet_52914_v2.pdf)>. Acesso em: 20 jun 2018.

MILLENNIALS, sharing economy and tourism: the case of Seoul. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/JTF-12-2017-0055>>. Acesso em: 25 jun 2018.

MMGY Global (2014). **2014 Portrait of the American Travelers.** Disponível em: <[www.mmgyglobal.com/services/research/portrait-of-american-travelers/](http://www.mmgyglobal.com/services/research/portrait-of-american-travelers/)>. Acesso em: 20 jun 2018.

MOLZ, J. G. **Social Networking Technologies and The Moral Economy of Alternative Tourism: The Case of Couchsurfing.org.** Annals of Tourism Research, v. 43, p. 210-230, 2013.

MONT, O. Institutionalization of sustainable consumption patterns based on shared use. Ecological Economics, v.50, p.135-153, 2004.

MULLER, T. E. **Using personal values to define segments in an international tourism market, International Marketing Review**, v. 8, n. 1, p. 57-70, 1991.  
O Globo. **O Airbnb da comida: sites de jantares compartilhados ganham adeptos cariocas.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/ela/gastronomia/o-airbnb-da-comida-sites-de-jantares-compartilhados-ganham-adeptos-cariocas-17531234>>. Acesso em 20 jun 2018.

OROFINO, M. A. R. **Técnicas de criação do conhecimento no desenvolvimento de modelos de negócio.** 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

OSTERWALDER, A. **The business model ontology: A proposition in a design science approach**. 2004. Tese (Doutorado) - Université de Lausanne, Lausanne, Switzerland.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business model generation: a handbook for visionaries, game changers, and challengers**. New York: John Wiley & Sons, 2010.

RIBEIRO, A. T. V. B.; KRAKAUER, P. V. C. Motivação e características do empreendedorismo por estilo de vida: o caso da Worldpackers. **Seminários em Administração**. São Paulo, 2015.

RICHARDS, G. New Horizons II: the young independent traveller. **World Youth Student and Educational Travel Confederation**. Madrid, 2007.

RUSPINI, E. **Turismo tramutamenti familiari e peculiarità generazionali**. Milão, p. 81-106, 2013.

SCHOR, J. **Debating the sharing economy**. Great transition initiative. 2014.

SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVEIRA, L. M.; PETRINI, M.; SANTOS, A. C. M. Z. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando? **Revista de Gestão**. 2016.

SOLOMON, M. (2014). **2015 is the year of the Millennial customer: 5 key traits these 80 million consumers share**. Disponível em: <[www.forbes.com/sites/micahsolomon/2014/12/29/5-traits-that-define-the-80-million-millennial-customers-coming-your-way/#76ccf5e425e5](http://www.forbes.com/sites/micahsolomon/2014/12/29/5-traits-that-define-the-80-million-millennial-customers-coming-your-way/#76ccf5e425e5)>. Acesso em: 20 jun 2018.

Terra. **EatWith: a economia compartilhada chegou na cozinha**. Disponível em: <<https://chickenorpasta.com.br/2017/eatwith-economia-compartilhada-chegou-na-cozinha>>. Acesso em: 20 jun 2018.

VERA, L. A. R.; GOSLING, M. S. Economia compartilhada no turismo: uma discussão teórica sobre o consumo colaborativo e o compartilhamento. **Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios**, v. 10, n. 1, 2017.

WORLDPACKERS. Disponível em: <<https://www.worldpackers.com/pt-BR>>. Acesso em 20 jun 2018.

## ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS DE VISIBILIDADE TURÍSTICA

Jéssika França

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo central, refletir sobre os principais espaços públicos de lazer e de visibilidade turística, no município de Belém-PA a partir do olhar de seus habitantes. A pesquisa ocorreu no ano de 2016, onde o processo metodológico contou com a utilização de um formulário, semiestruturado e com a elaboração de mapas para uma maior legibilidade das informações levantadas. Dentre os resultados obtidos, merecem destaque, a representatividade das praças centrais, para o lazer dos moradores locais. Em seguida, os espaços públicos situados em área de orla, que são associados ao embelezamento urbano.

**PALAVRAS CHAVE:** Espaço público de lazer. Turismo. Cidade.

### ABSTRACT

This article has as main objective, to reflect on the main public spaces of leisure and tourist visibility, in the municipality of Belém-PA from the look of its inhabitants. The research was carried out in 2016, where the methodological process relied on the use of a semi-structured form and with the preparation of maps for greater readability of the information collected. Among the results obtained, the representativeness of the central squares for the leisure of the local residents deserves to be highlighted. Then the public spaces situated in waterfront area, which are associated with urban beautification.

**KEYWORDS:** Public space of leisure. Tourism. City.

### INTRODUÇÃO

O turismo como um fenômeno marcante da sociedade industrial, que obtêm importantes conquistas no campo da justiça do trabalho, têm no urbano um importante viés para o seu entendimento, haja vista que, a ampliação do tempo livre social, somado aos avanços tecnológicos, resultou na intensificação das viagens pelo mundo.

As melhorias nos meios de transportes e comunicação, somados à redução das horas de trabalho diário, além da ascensão do setor terciário, são apresentados como elementos impactantes no processo de busca por espaços de lazer em jardins e áreas verdes (CHOAY, 2011).

No período compreendido entre os anos de 1895 e 1930, as intervenções de melhorias nas cidades brasileiras são fortemente influenciadas por experiências europeias no que tange, especialmente, ao ajardinamento de parques e praças, projetos portuários, bem como de constituição de leis urbanísticas. Entre 1930 e 1950, ganha destaque a elaboração de planos urbanísticos voltados à integração da cidade entre bairros e áreas distantes, envolvendo o sistema viário, serviços de transporte, saneamento, entre outros. Já entre os anos de 1950 e 1964, entram em cena os projetos de regionalização (LEME, 1999).

O urbanismo compreendido como uma somatória de processos sociais concentrados no espaço nos possibilita um entendimento dialético sobre a relação entre espaço público de lazer e cidade contemporânea, importantes para a compreensão da produção urbana de Belém do Pará.

A experiência de lazer, partilhada nos espaços públicos da cidade, configura-se como um elemento cultural, fortalecido na sociedade contemporânea, comumente associado à qualidade de vida e sociabilidade. Ele vem consolidando-se como direito social, por alcançar, no urbano, maior ressonância. É no espaço de domínio público que o lúdico, enquanto constructo cultural, se reformula e se propaga, por meio das diversas formas comunicativas. É onde a singularidade humana é revelada, adquirindo visibilidade.

Certamente, o espaço público contemporâneo se difere da esfera pública grega, abordada por Hanna Arendt (2011), sem, contudo, perder a sua essência de locus privilegiado para as interações, entre meio social e físico, para “ver e ser visto”, para falar e ser ouvido, para o exercício do respeito mútuo e alteridade. Nele, a sociedade passa a se expressar e se organizar enquanto grupo, a dar voz às suas inquietações políticas. O “diferente” ganha vez, passando a ser respeitado, ou mesmo tolerado, pois o espaço encontra-se acessível a todos, independentemente de cor, origem, religião, condições econômicas e opções sexuais. Possui caráter universal, ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

no que tange às suas possibilidades de acesso, encontro entre diferentes e liberdade de expressão.

Com base nas argumentações acima expostas, este artigo objetiva gerar reflexões sobre principais espaços públicos de lazer e de visibilidade turística no município de Belém-PA a partir do olhar de seus habitantes.

A dimensão econômica presente nas intervenções urbanas conduz a um estudo dos impactos decorrentes da construção desses espaços, na produção da cidade, sob um viés da dialética marxista. Nesse sentido, autores como David Harvey (1996; 2000) e Milton Santos (1993), contribuíram para a construção teórica que sustentou o olhar empírico deste trabalho.

## **AS INTERFACES DO URBANO COM O LAZER NA CIDADE**

Mundialmente, no século XVIII, as cidades sofreram reflexos significativos das transformações econômicas e tecnológicas advindas da Revolução Industrial, a saber, o crescimento demográfico e o aumento da mobilidade urbana, que implicaram a agilidade da circulação de pessoas, bens e informações.

O direito à mobilidade. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio, uma prerrogativa permanente ou uma benesse ocasional? (SANTOS, 2007, p. 63).

No Brasil a industrialização aconteceu tardiamente, situando-se no século XX, em que o período compreendido entre as décadas de 1930 a 1960 foram as mais representativas em termos de desenvolvimento industrial, ocasionando um aumento do número de habitantes próximo às fábricas, contingente resultante especialmente do processo de migrações internas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Devido à cidade ser uma escala do urbano, influenciada pelos mesmos processos deste, notam-se facilmente os impactos econômicos e sociais aos quais ela está submetida. Logo, a cidade é oriunda de uma associação entre suporte físico e ação humana transformadora, na qual a sociedade se constitui e organiza-se há séculos. Nela, são estabelecidas as relações entre pessoas e grupos, resultando na composição de bens culturais e econômicos, formação política e religiosa.

No que tange às relações comerciais, pode-se dizer que as trocas estabelecidas agregaram um caráter centralizador aos espaços dentro da cidade e, simultaneamente, ampliaram as relações circundantes.

A concentração das atividades produtivas na cidade é responsável por um processo que leva à emergência de áreas centrais em função dos diferentes usos do solo, de que resulta uma alteração da forma urbana e uma segmentação social e espacial, num espaço urbano mais alargado e mais complexo (BARRETO, 2010, p.31).

A cidade como construção social, merece destaque neste estudo, sendo esta compreendida como:

A base sobre a qual se desenvolve a vida urbana. Esse “desenvolver” envolve a transformação do espaço meramente físico em espaço também sócio cultural, fazendo com que o entendimento e as intervenções sobre o mesmo se revistam de grande complexidade. Nesse processo de transformação da cidade, o espaço vai sendo impregnado por elementos materiais (naturais, adaptados e construídos) e imateriais (símbolos, imagens e valores), reflexos de um processo de intensa interação entre a sociedade e o seu espaço. (NYGAARD, 2010, p.49)

Retornando à compreensão de espaço público, este apresenta-se como lócus de mediação entre Estado e sociedade, utilizado como discurso político, por fazer-se cada vez mais presente nas ideologias do modo de produção capitalista, no que se refere à concepção de cidades.

Nas áreas centrais das cidades, há uma concentração variada de pessoas, infraestrutura e comercialização de bens e serviços, sendo comumente as de mais

fácil acesso para habitantes e visitantes, o que impacta na valorização e disputa do solo. Lefebvre (1991) e Santos (1994), a partir da discussão de centralidade, compreendem a cidade como um conjunto de espaços públicos representativos do social. Na realidade, é um grande espaço público, por englobar espaços com menor dimensão e igual valor, no que diz respeito ao seu potencial agregador de pessoas.

O papel assumido pela centralidade é incorporado à valorização do solo urbano, segundo a qual a construção de espaços e produtos imobiliários é resultante de um processo de seleção e hierarquização de espaços ou regiões da metrópole, para fins de concentração de investimentos. A centralidade possui uma dinâmica funcional, pois, a partir de atividades diversas, ela envolve especialmente a comercialização de bens e serviços. É fruto de um movimento dialético permanente e abrange diversas esferas e fatores condicionantes.

Por sua vez, a urbanização, um fenômeno de classe, influenciada pela concentração excedente de pessoas e de produtos no espaço geográfico, acarretou o surgimento das primeiras cidades, como atesta Harvey (2008, p.74): “A urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”.

Para Carrión (2007), a centralidade é importante por conter a maior escala, a maior funcionalidade, concentração de pessoas e conflitos. É um espaço público, por excelência, com grande significado para a cidadania, sendo esta uma condição que o converte em distinto e particular em relação ao restante da cidade. É lócus propiciador de troca de informação e expressão cívica, caracterizado pela heterogeneidade funcional e simbólica. “Ali estão as particularidades do marco inicial, as múltiplas organizações públicas” (CARRIÓN, 2007, p.19).

É o lugar privilegiado da tensão entre Estado-sociedade, público-privado; por isso, as relações entre sociedade e Estado devem ocorrer em prol da reconstrução do espaço público e da centralidade. O referido autor cita a praça como um lugar que deve ser valorizado e devolvido à cidade, por ser representativo de um espaço público, de e para todos (CARRIÓN, 2007).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A cidade, em termos gerais, e o espaço público, especificamente, ao serem lócus de disputa entre classes, revelador dos interesses divergentes, ganham ressonância com a atuação dos movimentos sociais que pressionam o Estado para a efetivação de direitos. Porém, este, apesar de principal mediador e fiscalizador dessas relações sociais, revela-se frágil e ineficiente.

A cidade é um conjunto de espaços públicos, ou a cidade em seu conjunto é um espaço público a partir do qual se organiza a vida coletiva e onde há uma representação da sociedade. Daí surge a necessidade de entendê-lo como um dos direitos fundamentais da cidadania: o direito ao espaço público, porque permite reconstruir o direito à associação, à identidade e à polis. Este direito ao espaço público se escreve no respeito à existência do direito do outro ao mesmo espaço onde construímos um espaço onde encontramos, sem um espaço onde construímos tolerância, que não é outra coisa, senão uma pedagogia da alteridade. Ou seja, a possibilidade de aprender a conviver com outros de maneira pacífica e tolerante (CARRIÓN, 2007, p.83).

Na concepção de Harvey (2008), o direito à cidade é uma construção coletiva, um direito comum ao usufruto do urbano, em que a construção e a reconstrução da cidade e do homem constituem um direito humano, negligenciado pelo Estado, conforme acentua:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (HARVEY, 2008, p.74).

Ao prosseguir, o referido autor declara que:

O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto (HARVEY, 2008, p.86).

No contexto atual, o desafio da alteridade na cidade inclui o respeito e a integração respeitosa da pluralidade cultural, o que implica pensar o espaço público em detrimento ao privado, como se pode conferir:

Pensa-se o espaço público e suas formas de constituição na vida urbana contemporânea enquanto espaço de comunicabilidade social, de enunciação dialógica entre diferentes grupos. Contudo, não se poderá esquecer a dimensão política do Espaço Público, e as formas de sociabilidade em geral, pois aprendemos com Weber (1991) que a vida social pauta-se pela escassez de bens materiais e simbólicos, o que gera permanente luta entre indivíduos e grupos sociais. É nesse sentido que a dimensão da negociação coletiva, torna-se importante vetor na constituição do espaço público (LIMA, 2007, p. 2).

As cidades sofrem com os conflitos urbanos, que interferem diretamente na atração de visitantes, por ser o turismo uma atividade sensível aos acontecimentos econômicos, sociais, ambientais e políticos. Se algo de errado ocorre na cidade e ganha repercussão através dos meios de comunicação, certamente a elasticidade da demanda turística será afetada.

Crise econômicas, catástrofes ambientais, epidemias e casos de violência, são apenas alguns dos fatores que afetam a decisão do consumidor, quanto a escolha de um destino.

Silva (2004, p.21) tece críticas, sobre o caráter embelezador, das intervenções urbanas realizadas pelo poder público em prol de uma “estética do lazer”, que oculta à realidade vivenciada pelos habitantes. O caos, o sentimento de insegurança, não compõem a publicidade elaborada para o turismo.

A sensação de insegurança é incompatível com o lazer, por chocar-se com o direito de ir, vir e permanecer no espaço. No turismo, a falta de segurança transforma-se em um fator decisivo no processo de escolha do destino da viagem, por isso, deve ser considerado como um importante fator de competitividade. Beni (2001).

Gollo (2004) acredita que a competitividade de uma região está condicionada pelo maior ou menor desenvolvimento das suas infraestruturas e qualificação profissional. Neste contexto, a segurança pública revela-se essencial por ser indissociável da rede de ofertas e serviços imbricados ao atendimento turístico.

A vulnerabilidade dos destinos turísticos ao ser propagada pelos meios de comunicação, conduz à substituição por uma cidade mais segura. (BRAGGIO, 2007).

A hospitalidade pública diz respeito também, a prestação de informações ao visitante, quanto à orientação sobre os riscos possíveis dentro da cidade e dos espaços de interesse turístico, indicando os pontos e horários que devem ser evitados, como forma de proteção à integridade física. De posse dessas informações, o visitante poderá se proteger melhor durante a sua permanência na cidade.

A Organização Mundial do Turismo – OMT ao apresentar um código de ética, aborda a necessária segurança dos turistas e de seus bens, sendo esta, uma responsabilidade do Estado que deve atuar em prol da prevenção, proteção, seguro e assistência. (OMT, 1997).

É importante enfatizar que, o modo de vida dos moradores locais é lido pelo visitante através da experiência vivenciada nos espaços que compõe a cidade e por isso, o planejamento do turismo, deve considerar a importância do espaço habitado e humanizado (SANTOS, 1988).

A utilização dos espaços públicos para fins de lazer sofre reflexos da institucionalização do tempo livre social, em que os fins de semana, feriados e férias se constituem em um tempo propício, mas não exclusivo ao lazer. Por este motivo, ele deve ser compreendido em sua relação direta com o mundo do trabalho.

A amplitude do conceito de espaço público possibilita a referência a espaços diversos (praças, parques, ruas, feiras livres, entre outros), considerados importantes na organização da vida urbana, pois proporcionam ação e expressão do coletivo.

Leite (2009) afirma que o espaço urbano só se torna público quando é investido de ações significativas. Para exemplificar, cita o fato de o espaço público ir além da rua, pois nele se realizam ações intencionais dos sujeitos. Nesse sentido, a cidade será entendida como centralidade, lócus da diferença e do exercício da civilidade.

Especificamente o espaço público lazer é muito mais do que uma simples forma física propiciadora de atividades prazerosas. Para o seu entendimento no âmbito da cidade é necessário considerar as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, bem como o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística e ambiental, além da vigilância. É comum que os seus

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

usuários, possam usufruir gratuitamente da infraestrutura física, a exemplo dos equipamentos esportivos e das programações ofertadas.

## **ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E VISIBILIDADE TURÍSTICA EM BELÉM**

Como estratégia metodológica, as entrevistas foram realizadas em duas avenidas centrais na cidade de Belém (Avenida João Alfredo e Avenida Nazaré, por comportarem um fluxo significativo de pessoas, oriundas de diversos bairros e níveis socioeconômicos, favorecendo, desta maneira, a imparcialidade no processo investigativo.

Para entrevistar os transeuntes, optou-se pela não seleção de plano amostral, acreditando que as respostas convergiriam rapidamente, tornando-se com isso, repetitivas. Este fato foi observado ao completar o número de 20 pessoas, porém foi dado prosseguimento ao trabalho, até atingir o quantitativo de 100. A seleção ocorreu de forma aleatória, considerando ambos os lados das ruas.

O mapa abaixo é uma representação das respostas, onde as praças República e Batista Campos destacaram-se. As respostas de 31% indicaram preferência por obter lazer na Praça da República; Outros 19% na Praça Batista Campos; 11% na Orla Portal da Amazônia; 9% no Complexo Feliz Lusitânia; 8% Ver-o-Rio.

22% citaram outros espaços, dentre eles: Av. Nazaré; Estação das Docas; Praça Brasil; Praça da Bíblia; Bibliotecas públicas; Bosque Rodrigues Alves; Mangal das Garças; Praça do Carmo; Ilha do Combu; Ilha de Mosqueiro; Ilha de Cotijuba; Mangueirão; Av. João Paulo II; Orla da UFPA; Igarapés; Praça do Carmo.

Ao serem indagados sobre qual espaço público de lazer consideravam como o mais importante na cidade de Belém: 24% responderam Praça da República; 19% Praça Batista Campos; 15% Complexo Feliz Lusitânia; 11% Estação das Docas; 7% Orla Portal da Amazônia. Outros 24% citaram outros espaços: Ver-o-Peso; Praça do Carmo; Mangal das Garças; Museu Emílio Goeldi; Jardim Botânico Bosque Rodrigues

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

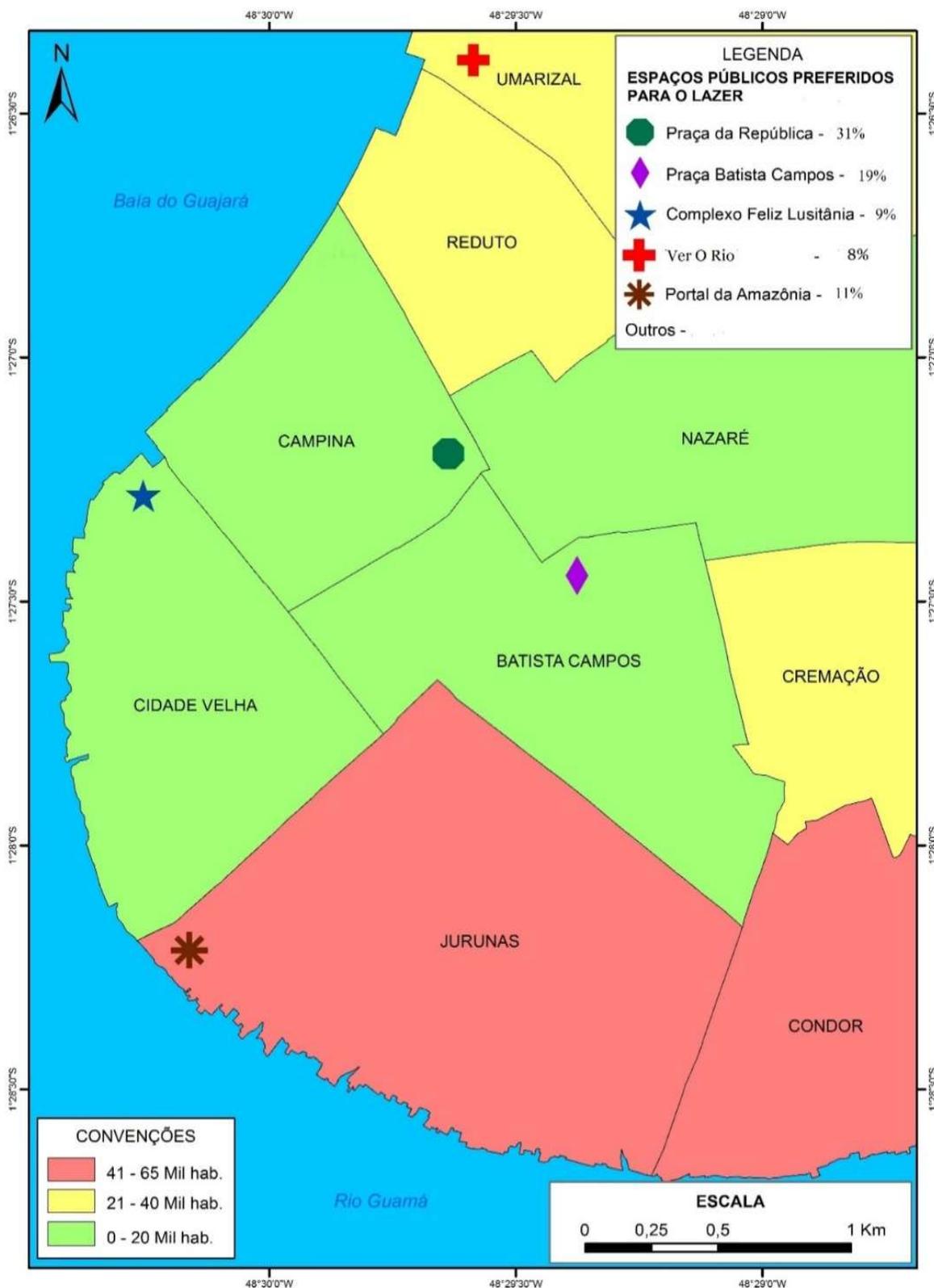
Alves; Ilha de Mosqueiro; Ver-o-Rio; Igreja de Nazaré e o Parque da Residência. A rua também foi citada, como um importante espaço de lazer.

É possível identificar uma pequena alteração com relação aos espaços públicos preferidos para a realização de atividades de lazer e os espaços eleitos como os mais importantes da cidade. O Espaço Ver-o-Rio foi substituído pela Estação das Docas, o que demonstra uma separação entre espaço de lazer e espaço destinado à exaltação da imagem de cidade.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Mapa 1: Espaços públicos eleitos para fins de lazer

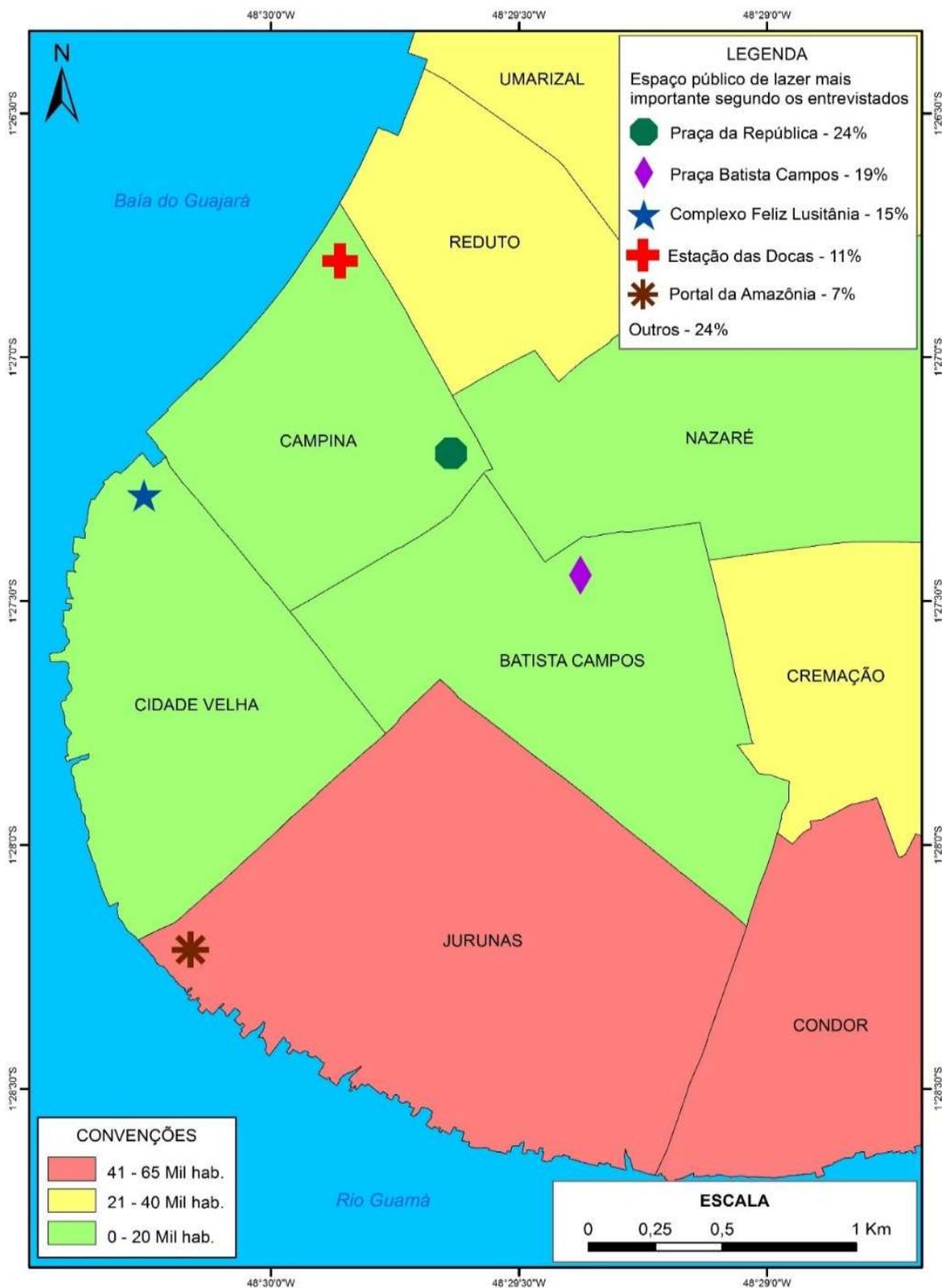
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **Mapa 2: Espaços públicos de lazer mais importantes na cidade**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

É possível perceber com base nas entrevistas realizadas, que Belém é compreendida por conjunto de espaços turísticos representativos, que assumem um importante destaque na construção da imagem de cidade<sup>49</sup> atrativa, competitiva e estratégica aos olhos do capital financeiro.

O público também foi questionado quanto às necessidade de melhorias nesses espaços. Para 45% há carência de segurança; 15% sentem a falta de investimentos da prefeitura em divulgação de suas programações; outros 15% afirmaram necessidade de maior preservação; 13% disseram faltar uma programação cultural permanente nos mesmos; outros 12% deram respostas diversas, como necessidade de lixeiras, Manutenção do mobiliário, Banheiros, Gratuidade nos museus, Projetos educativos, além de ônibus gratuito disponível, interligando os espaços públicos principais na cidade.

Esses dados nos conduzem a uma reflexão sobre a hospitalidade. Na cidade contemporânea está relacionada à rede de infraestrutura, à qualidade dos serviços prestos e receptividade dos moradores locais, sintetizando-se uma experiência. Grinover (2009, p.10) considera que, cada espaço da cidade pode ser transformado em uma experiência singular, por possibilitar ao visitante, um contato com os hábitos dos moradores.

Os resultados obtidos em campo são reveladores, quanto à preferência dos entrevistados pelas praças públicas da cidade para a realização de atividades de lazer.

Foi possível observar que, os espaços situados na área de orla encontram-se mais associados ao embelezamento urbano e comercialização da cidade pelo turismo. A imagem de cidade ribeirinha vem sendo muito divulgada no plano de marketing turístico local, em que os espaços públicos de Orla ganham destaque neste processo.

## CONCLUSÃO

---

<sup>49</sup>VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In ARANTES, O. B. F., A cidade do pensamento único - Petrópolis, Vozes, 2000.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

É entendido que, o turista sai do seu entorno habitual em busca de novas experiências na cidade de destino, fazendo com que as categorias cidade e urbano ganhem ênfase nas discussões contemporâneas voltadas ao desenvolvimento desta atividade. Nesta linha de raciocínio, o urbano é um espaço abstrato, da representação, que ganha forma na cidade.

Os resultados deste estudo revelaram que, às praças públicas de Belém ganham à preferência de seus habitantes, quando o assunto é lazer na cidade. Representam à possibilidade de acesso gratuito e liberdade de expressão.

Já os espaços localizados na orla urbana, são mais associados ao embelezamento urbano e à imagem de cidade. Neste sentido, observa-se uma visível separação entre espaço de e para o lazer, envolvendo a demanda de moradores locais e espaço de e para o turismo, destinado na sua essência, ao fluxo de visitantes.

Dentre às questões urbanas que mais impactam o usufruto do espaço públicos de lazer, a violência aparece em primeiro lugar.

É importante enfatizar que, a relação turismo e cidade se concretiza em contato direto com às questões urbanas, sendo a violência, um fato social que impacta negativamente a liberdade de ir, vir e permanecer, tanto dos habitantes locais, quanto dos visitantes.

É válido considerar que, o lazer não está restrito a um espaço específico, todavia, encontra condições apropriadas à sua realização somente em ambientes dotados de infraestrutura propiciadora de encontro entre pessoas, favorecendo a permanência segura e agradável destas. Soma-se a isso o caráter intencional da sociedade ao buscar o lazer nesses espaços.

É certo que, à experiência partilhada evidencia-se como necessária à vida humana e à constituição do social. No entanto, às práticas de lazer e sociabilidade em espaços públicos, encontram-se com grandes restrições na cidade contemporânea.

O discurso em defesa de espaços públicos como lócus socioeducativos, essenciais para a construção da cidadania, ganha destaque no âmbito político, o qual concebe o espaço de lazer como um lócus propício a encontros, trocas, diálogos e auxílio mútuo, resultando em interações valorativas ao coletivo.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. **La condición Humana**: Introducción de Manuel Cruz. 1. Ed. Buenos Aires, 2011.

ARISTÓTELES. **A política**. Athena: São Paulo, 1963.

BARRETO, Rogério. **O centro e a centralidade urbana** – Aproximações teóricas a um espaço em mutação. Cadernos curso de doutorado em geografia. FLUP, 2010.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12º edição. São Paulo: SENAC, 2007.

BRAGGIO, Laércio Antônio. **Turismo e Segurança pública**. Dissertação de Mestrado. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARRIÓN, Fernando. Espacio Público: Punto de partida para la alteridad. In: SEGOVIA, Olga. **Espacios públicos y construcción social**: Hacia um ejercicio de cidadania. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no rebatimento aos megaempreendimentos transnacionais. In: CORIOLOANO, Luzia Neide. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EDUECE, 2012.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: Utopias e realidade, uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GOLLO, Gelso Guimarães. **Segurança e Turismo**: Percepções quanto ao aspecto “Segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo. Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2004.

GRINOVER, Lúcio. **A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano**. Revista hospitalidade. Ano VI, nº.1, junho, 2009. p.4-16.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Ed. Hucitec, DP, 1980.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento**: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço & Debate, nº39, 1996.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: annablume, 2005.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

HARVEY, David. **O direito a cidade**. BH: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *de La production l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions. Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. SP: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Direito à cidade**. 1901. Tradução: Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Carlos (arquiteto e urbanista); AWAD, Juliana Di Cesare Marques. **Cidades Sustentáveis, Cidades inteligentes**: Desenvolvimento Sustentável num planeta Urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEITE, Rogério Proença. **Contra Usos da cidade**: Lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. 2ªed. Campinas: SP: Editora Unicamp; Aracaju, SE: Ed. UFS, 2007.

\_\_\_\_\_. Rogério Proença. **Espaços públicos na Pós-modernidade**. In: Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite (Org). Plural de cidade: Novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1999.

LIMA, Elaine Ferreira. **Velhos Centros, Novas Centralidades** Políticas de Enobrecimento Urbano e Usos do Espaço Público. Revista Scientiaplena. Vol. 3, n.5, 2007.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da Cidade, Segurança Urbana e Participação Popular**. Livraria do Arquiteto, 2010.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Turismo: panorama 2020 - influencias, flujos direccionales y tendencias claves - resumen ejecutivo. Madri, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

\_\_\_\_\_, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. SP: Hucitec, 1994a.

\_\_\_\_\_, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª Ed. SP: Hucitec, 1994b.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. SP: Edusp, 2007.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SARGES, M. de N. **Belém**: Riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SILVIA, Maria da Glória Lanci da. **Cidades turísticas**: Identidades e cenários de lazer. SP: Aleph, 2004.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão Pará**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In ARANTES, O. B. F., A cidade do pensamento único - Petrópolis, Vozes, 2000.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ITCP UFPR E TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES REALIZADAS

Raquel dos Santos Vieira

Sandro Miguel Mendes

Sandro Miguel Mendes

Luiz Panhoca

### RESUMO

O artigo apresenta como objetivo analisar as ações desenvolvidas pela ITCP UFPR no setor de turismo do Litoral do estado do Paraná. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e foi realizada a partir de dados primários, envolvendo observação participante e entrevistas; e dados secundários, a partir da pesquisa documental. Os resultados apontaram que as ações desenvolvidas pela ITCP UFPR concentraram-se no Município de Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná e foram empreendidas a partir dos projetos: "Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo", "Projeto de Economia Solidária e Turismo – ETUR" e "Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR". As ações desenvolvidas objetivaram a organização comunitária local, o estímulo à busca de alternativas de maneira autônoma pela comunidade para resolução de problemas comunitários, a implementação e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, valorização cultural, formação de novas lideranças locais e capacitação quanto aos princípios da Economia Solidária. Verificou-se que a ITCP UFPR se apresenta enquanto ator importante no que se refere ao desenvolvimento local e territorial comunitário no Município de Guaraqueçaba.

**PALAVRAS-CHAVE:** ITCP UFPR; Turismo; Litoral do Paraná.

### ABSTRACT

The article aims to analyze the actions developed by ITCP UFPR in the tourism sector of the Coast of the state of Paraná. The research presents a qualitative approach and was carried out from primary data, involving participant observation and interviews; and secondary data, from documentary research. The results pointed out that the actions developed by ITCP UFPR were concentrated in the Municipality of Guaraqueçaba, in the Northern Coast of Paraná and were undertaken from the following projects: "Incubation of Solidarity Economic Enterprises in the Tourism Productive Chain", "Solidary Economy and Tourism Project - ETUR "and" Mutirão More Culture Project at UFPR ". The actions developed aimed at local community

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

organization, encouraging the search for autonomous alternatives by the community to solve community problems, the implementation and development of community-based tourism, cultural valuation, formation of new local leaderships and training on the principles of Solidarity economy. It was verified that ITCP UFPR is an important actor in relation to local and territorial community development in the Municipality of Guaraqueçaba.

**KEY WORDS:** ITCP UFPR; Tourism; Litoral do Paraná.

## INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP UFPR) foi constituída enquanto um programa de extensão e pesquisa vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CDS, órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC UFPR). (BERGONSI, 2007). Atualmente, a ITCP UFPR é um programa vinculado à Coordenação de Extensão da UFPR.

A ITCP teve início em 1998, a partir da participação de um grupo de professores da UFPR no Seminário Nacional de Divulgação de Incubadoras de Cooperativas promovido pela Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/ UFRJ. (BERGONSI, 2007; POPP, 2002).

Em novembro de 1998 o programa foi aprovado pelo Comitê de Extensão, sendo que, em 22 de março de 1999, a ITCP UFPR foi institucionalizada como um Programa de Extensão vinculado à Coordenadoria de Apoio à Cidadania, órgão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com apoio de outras Universidades Públicas Brasileiras, da Unitrabalho e da CUT. (BERGONSI, 2007; POPP, 2002).

Paralelamente à instalação da ITCP UFPR, na ocasião do Seminário “Economia Solidária: Iniciativas de Autogestão e Cooperativismo Popular”, realizado em Curitiba, Paraná, ocorreu o lançamento da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, com a presença de pelo menos cem entidades representativas e apoiadoras. (BERGONSI, 2007; POPP, 2002).

A ITCP UFPR vem atuando na organização de grupos populares e na consolidação de empreendimentos cooperativos de pequeno porte, desenvolvendo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ações que objetivam capacitar os trabalhadores para a gestão, valores e princípios do cooperativismo e da autogestão. (BERGONSI, 2007).

Em 2003, a partir da identificação da demanda dos agentes comunitários por capacitação, a ITCP UFPR passa a ofertar cursos básicos de extensão universitária visando à formação em Educação Popular, Metodologia de Intervenção e de Cooperativismo, além de cursos instrumentais com conteúdos administrativos e de base econômico-financeira que possibilitem o exercício da autogestão. (BERGONSI, 2007).

Em 2008 a ITCP/UFPR foi desafiada a aproximar o tema da economia solidária ao turismo, sendo convidada a executar o Projeto “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo”, financiado pelo Ministério do Turismo através da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo. (MENDES, DOZSA e D’ARÓZ, s/d). Aproximando-se a partir de então do setor de turismo do Litoral do Paraná.

A proposta da ITCP UFPR apresenta como objetivo promover, através de articulações com as políticas públicas de governo federal e estadual, ações que possibilitem efetivar a proposta de Economia Solidária, com objetivo de geração de trabalho e renda, da qualificação profissional, do desenvolvimento da cidadania e da qualidade de vida, contribuindo desse modo para a inserção social dos trabalhadores e para o desenvolvimento sustentável local. (BERGONSI, 2007).

Por se constituir em um programa de extensão, a ITCP UFPR objetiva ainda proporcionar uma educação com uma nova lógica aos estudantes, por acreditar que o cooperativismo é um elemento pertinente em sua formação, uma vez que se fundamenta em valores, responsabilidade individual e coletiva, democracia e solidariedade. Nesse sentido, a ITCP UFPR propicia a oportunidade dos estudantes atuarem enquanto atores significativos do desenvolvimento, visto que se estabelecem fundamentos para a pesquisa aplicada e, através das intervenções destes na comunidade, resulta em uma experiência de trabalho diferente das obtidas em sala de aula. (POPP, 2002).

A experiência de aprender e ensinar com a comunidade se configura como elemento gerador de variáveis, como: compreensão das políticas públicas, observação da dinâmica e o papel do educador e da escola na economia local; não previstas na universidade. (ZECH et al, s/d).

A ITCP/UFPR trabalha com um arcabouço teórico e metodológico da Economia Solidária (SINGER, SOUZA, 2003), do Desenvolvimento Local (PREVOST, 2011) e com as Tecnologias Sociais (DAGNINO, 2011). Integram o Programa ITCP/UFPR bolsistas extensionistas e voluntários de diferentes áreas –gestão e empreendedorismo, turismo, produção cênica, agronomia, ciências sociais, medicina veterinária, meio ambiente e desenvolvimento, administração - em nível de graduação e pós-graduação – mestrado e doutorado, professores internos e externos da UFPR e um técnico administrativo.

O trabalho da ITCP/UFPR é desenvolvido em duas grandes ações: uma em Tunas do Paraná, localizado no Vale do Ribeira, onde se observa a qualidade técnica, a qualidade do serviço das cooperativas aos cooperados, a organização do grupo, a participação política das cooperativas e a sua inserção no debate local e regional e o empoderamento da cidadania; e outra no litoral do Paraná, a partir do Turismo de base comunitária, onde a relação homem x natureza se dá na organização e produção comunitária, aparece a associação de artesãos como grupo empoderado e o reflexo disso aparece na família, na comunidade e na sociedade. (DOZSA, PANHOCA E D'ARÓZ, s/d). O foco deste estudo está centrado nas ações desenvolvidas pela ITCP UFPR no litoral do Paraná.

A ITCP UFPR considera a potencialidade do turismo como ferramenta para o fortalecimento da gestão democrática e o desenvolvimento local, respeitando os ecossistemas, valorizando o trabalho e a cultura local e promovendo o estabelecimento de relações igualitárias, seja entre raça, gênero, etnia, território ou idade. (IGREJA et al, s/d).

Diante do exposto, o artigo apresenta como objetivo analisar as ações desenvolvidas pela ITCP UFPR no setor de turismo do Litoral do estado do Paraná. A pesquisa foi realizada a partir de dados primários: observação participante e entrevistas; e secundários: pesquisa documental.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O estudo está organizado em quatro seções, incluindo-se esta introdução. Na seção de número dois serão apresentados a metodologia e os procedimentos utilizados para realização da pesquisa. Em seguida, na terceira seção são apresentados os resultados obtidos. Por fim, na quarta seção são tecidas as considerações finais do estudo.

## METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa (GODOY, 1995) e caráter descritivo (GIL, 2002).

Para alcançar o objetivo do estudo foram realizadas pesquisas de dados secundários em livros, artigos de eventos e periódicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, bem como foram realizadas observações participantes (CRESWELL, 2010), visto que os autores deste estudo são integrantes da ITCP UFPR. Foram, ainda, realizadas entrevistas (GIL, 2008; LAVILLE E DIONNE, 1999) com informantes chave no decorrer das ações da ITCP UFPR.

## TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

Os sete municípios do Litoral do estado do Paraná - Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná - formam a Região Turística do Litoral do Paraná. (SAMPAIO, 2006).

Neste estudo, destacaremos o Município de Guaraqueçaba, onde os resultados do presente estudo, que serão apresentados na próxima seção, indicaram que estão concentradas as ações empreendidas pela ITCP UFPR.

O município de Guaraqueçaba está localizado no litoral norte do estado do Paraná, Brasil), a 167 km da capital Curitiba, o município faz divisa ao norte com o município de Cananéia (estado de São Paulo), a oeste com os municípios de Antonina e Campina Grande do Sul, e ao sul com o de Paranaguá (PR) e a leste limite com o Oceano Atlântico (Figura 1). Com população estimada em 2017 de 7.923 habitantes e área de 2.020,080 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018), o município encontra-se totalmente inserido na

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Mata Atlântica, tendo sua riqueza natural caracterizada pela elevada diversidade biológica e significativa ocorrência de endemismo, uma vez que 50% das suas espécies só ocorrem neste bioma. O que faz dessa uma área importante para a conservação da natureza. De tal modo, diversas áreas protegidas estão sobrepostas ao território, dentre as quais está o Parque Nacional do Superagui. (IGREJA *et al*, s/d).

**Figura 1: Localização de Guaraqueçaba**



Fonte: Brasil Escola (2018); Integra Litoral – PR (2018) adaptado pelos autores (2018).

Além das importantes amostras do ecossistema Floresta Atlântica, Guaraqueçaba abriga a riqueza cultural das comunidades caiçaras que habitam a região, representada pelo artesanato, pela pesca artesanal, pela cataia (cachaça artesanal local), pelo Fandango Caiçara (dança tradicional local), pelas farinheiras e pelas festas populares. (IGREJA *et al*, s/d).

Na Vila do Superagui, uma das comunidades de Guaraqueçaba, vivem aproximadamente 800 pessoas, com economia apoiada principalmente na pesca artesanal e no turismo. O acesso a esta vila, se dá apenas por barco, a partir de embarcações regulares e diretas. O fluxo de turistas para o local é mais concentrado nos meses de verão e durante feriados prolongados. (IGREJA *et al*, s/d).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ITCP/UFPR foi desafiada a aproximar o tema da economia solidária ao turismo, no ano de 2008, ao ser convidada para executar o Projeto financiado pelo Ministério do Turismo, através da Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo, intitulado “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo.” Na proposta apresentada pela ITCP foram previstas ações a serem desenvolvidas em dois destinos indutores do turismo no estado do Paraná: Foz do Iguaçu e Litoral do Paraná. Dentre os objetivos previstos pelo Ministério do Turismo constavam: Incubação dos Empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia Produtiva do Turismo; Construção de referencial conceitual e metodológico; Articulação de políticas públicas de turismo, de Economia Solidária e de promoção do desenvolvimento local e regional e Produção de conhecimento e formação de discentes. (MENDES, DOZSA e D’ARÓZ, s/d).

A proposta elaborada pela ITCP UFPR envolveu os seguintes objetivos: Elaboração do Diagnóstico dos empreendimentos de Economia Solidária na Cadeia do Turismo nos dois destinos indutores; Constituição e formação de uma equipe de incubação local; Incubação de empreendimento de economia solidária na cadeia produtiva do turismo e Sistematização e divulgação dos resultados do projeto. A incubação inicialmente prevista somente para Foz de Iguaçu foi contemplada em um segundo projeto cujas ações se concentram no litoral do Paraná – Projeto ETUR-Litoral. (MENDES, DOZSA e D’ARÓZ, s/d).

Na sequência, foi elaborado um diagnóstico do destino indutor Paranaguá, que possui como principal atrativo a Ilha do Mel. O diagnóstico contou com um processo de articulação com as principais entidades de pesquisa, de governo, e ou representativas do turismo na Região. (MENDES, DOZSA e D’ARÓZ, s/d).

As ações estavam previstas para serem desenvolvidas na Ilha do Mel. Contudo, os resultados do referido diagnóstico não apontavam as condições que o trabalho pretendia. A Ilha do Mel, enquanto um espaço turístico consolidado e saturado pelo grande número de empreendimentos, pousadas, restaurantes e demais estruturas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que não pertencem as populações tradicionais, condição que para equipe foi fundamental para, optar pelo trabalho na região de Guaraqueçaba. (MENDES, DOZSA e D'ARÓZ, s/d).

Ao mesmo tempo, a equipe participava de reuniões articuladas com: Fundação Municipal de Turismo (FUMTUR) e Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Paranaguá, com a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná (ADETUR) e com a UFPR Litoral (participação no III Colóquio Turismo. (MENDES, DOZSA e D'ARÓZ, s/d).

O início efetivo do trabalho com o grupo se deu em reunião onde foram identificadas as principais demandas e elaborado um plano de ação para ser executado no período e vigência do projeto ETUR. (MENDES, DOZSA e D'ARÓZ, s/d).

As atividades do Projeto de Economia Solidária e Turismo – ETUR - foram iniciadas em fins de 2013, no litoral do Paraná, no Município de Guaraqueçaba. (ITCP UFPR, 2018).

No referido município, a extensão tem como objetivo desenvolver o turismo de base comunitária (TBC), uma modalidade de turismo que dialoga com as premissas do desenvolvimento local (IRVING, 2009). A partir de observações e do diagnóstico no município buscou-se identificar e aproximar-se de empreendimentos solidários e de comunidades que apresentassem interesse na proposta do Turismo de Base Comunitária - TBC. No decorrer das reuniões entre a equipe da ITCP/UFPR e os cooperados, identificaram-se demandas como a revisão do regimento interno e do cumprimento dos acordos feitos entre si e resgate de alguns cooperados. Essa etapa foi concluída com a eleição de uma nova diretoria. (DOZSA, PANHOCA E D'ARÓZ, s/d).

Na Ilha de Superagui, inicialmente, buscou-se entender as dinâmicas sociais. Foram identificadas como se dão as relações comunitárias e as lideranças, organizações formais e informais e instituições que atuam no local: igrejas, escola, organização dos barqueiros, pousadas, associação de moradores, ICMBio, Universidades e movimentos sociais.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Na sequência, os moradores foram convidados para uma reunião para apresentação da proposta e participação da construção do projeto. Na referida reunião, realizada com a comunidade da Vila de Superagui, além da apresentação e construção participativa do projeto, foram apresentados o conceito e os pressupostos do Turismo de Base Comunitária.

Na etapa de identificação dos problemas da comunidade, foram identificados que os principais relacionavam-se à coleta de lixo, ao abastecimento de água, ao saneamento e a temas relacionados à juventude, como uso de drogas ilícitas e alternativas de trabalho e lazer insuficientes. Destacou-se ainda o pouco envolvimento e interesse da comunidade para a resolução dos problemas citados.

No decorrer das ações do projeto, foram realizadas oficinas para trabalhar os temas identificados, tendo sempre como pano de fundo a importância da organização coletiva e os princípios da economia solidária, visando o desenvolvimento local.

A partir dos diálogos, individuais e coletivos, com os moradores da Vila de Superagui, evidenciou-se o latente desejo de realizar uma festa comunitária, a festa do Camarão Sete Barbas. Nesse contexto foram realizadas uma série de reuniões para o planejamento da primeira Festa do Camarão Sete Barbas da Vila de Superagui, no ano de 2015. O objetivo da festa foi arrecadar fundos para melhorar a captação de água da Vila, a qual não recebe atendimento da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), visto que o saneamento, um dos problemas identificados, se agravava no verão, período que há maior visitação turística e conseqüentemente o abastecimento de água não atende à demanda.

Devido aos bons resultados alcançados pela comunidade com a realização da festa, a Associação de Moradores realizou com autonomia a segunda Festa do Camarão Sete Barbas da Comunidade de Superagui, mantendo o objetivo da manutenção do sistema de abastecimento de água, da primeira festa e, ainda, com o objetivo de reformar as pontes de madeira da trilha que dá acesso à Praia Deserta, um dos locais mais visitados da Ilha.

Observa-se que a realização da Festa do Camarão Sete Barbas consistiu um exercício prático e propôs a tomada de decisões do grupo e sua organização solidária

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

para o alcance dos objetivos, além de contribuir com a formação de agentes locais, promovendo a cooperação e a participação, além da constatação do surgimento de lideranças locais. Observa-se, ainda, que um dos resultados obtidos foi a articulação entre os processos associativos protagonizados pela Associação de Moradores e o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. (IGREJA *et al*, s/d).

Cabe destacar que a partir das ações da ITCP UFPR foi elaborado um mapa turístico da Ilha de Superagui (**figura 2**).

**Figura 2: Mapa Turístico de Superagui**



Fonte: Acervo ITCP UFPR (2018)

No ano de 2017 a ITCP UFPR foi convidada a integrar a equipe do Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR, financiado pelo Ministério da Cultura e desenvolvido

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desde o ano de 2015 sob coordenação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC – da UFPR. Este projeto apresenta como objetivo:

Criar Planos de Cultura das Instituições Federais de Ensino Superior e das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da concessão de apoio financeiro a programas, projetos e ações em espaços culturais que articulem a formação, inovação e difusão em arte e cultura, inclusive equipando e reestruturando espaços e ambientes de ensino e pesquisa já existentes, voltados para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, podendo contar com a participação de outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional. Outro produto esperado é a elaboração de um Plano de Cultura Institucional da Universidade Federal do Paraná. (PROEC, 2018).

A ITCP UFPR integra os eixos 4 – Diversidade Artístico- Cultural e 6 – Economia Criativa, Empreendedorismo Artístico e Inovação Cultural do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR. (PROEC, 2018). Neste projeto, as ações da ITCP UFPR situam-se na Ilha de Superagui e na Sede de Guaraqueçaba. Cabe destacar que as ações empreendidas estão indiretamente ligadas ao turismo.

Em Guaraqueçaba, as ações são voltadas ao fortalecimento da Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, que desde janeiro de 2018, constituíram uma loja para comercialização de seus produtos e troca de experiências com turistas e visitantes, com o grupo de Fandango Fandanguará, composto por jovens e adolescentes da comunidade que se preocupam em manter viva a cultura do Fandango Caiçara, e de sua valorização, e com lideranças locais que contribuem para a manutenção e valorização da cultura local, como o Coordenador Pedagógico de um colégio local que, em parceria com o Setor de Educação da UFPR, promoveu com os jovens da comunidade um curso para captação de técnicas artesanais locais a partir da fotografia capturada com celular, o qual foi intitulado como “Artesanias Caiçaras”. O referido curso obteve como resultado mais de mil fotografias que retratam 25 técnicas artesanais locais que vão desde a produção da coxinha de siri até a confecção da rabeca, instrumento tradicional utilizado no Fandango Caiçara.

Na Ilha de Superagui, as ações do projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR envolvem o grupo de Fandango local, visando a valorização desta dança local, a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Associação de Moradores e a Associação de Mulheres com o objetivo de fortalecimento da organização comunitária na vila.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou analisar as ações desenvolvidas pela ITCP UFPR no setor de turismo do Litoral do estado do Paraná. A pesquisa foi realizada a partir de dados primários: observação participante e entrevistas; e dados secundários: pesquisa documental.

Os resultados apontaram que as ações desenvolvidas pela ITCP UFPR concentraram-se no Município de Guaraqueçaba, Litoral Norte do Paraná e foram empreendidas a partir dos projetos: “Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo”, “Projeto de Economia Solidária e Turismo – ETUR” e “Projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR”, sendo que este encontra-se em andamento.

As ações desenvolvidas objetivaram a organização comunitária local, o estímulo à busca de alternativas de maneira autônoma pela comunidade para resolução de problemas comunitários, implementação e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, Valorização Cultural, formação de novas lideranças locais e capacitação quanto aos princípios da Economia Solidária.

Após o estudo, verificou-se que a ITCP UFPR se apresenta enquanto ator importante no que se refere ao desenvolvimento local e territorial comunitário no Município de Guaraqueçaba.

Destaca-se ainda a importância da extensão universitária para as comunidades, bem como ferramenta essencial para promoção do diálogo entre teoria, estudada em sala de aula, e realidade, práticas comunitária e locais, colaborando para a consciência da reflexão acerca do tripé ensino, pesquisa e extensão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BERGONSI, S.S.; LACERDA G. B de. (Org). **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social**: métodos e abordagens. Curitiba: PROEC, 2007.

BRASIL ESCOLA. **Paraná**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/parana.htm>. Acesso em: 04/07/2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAGNINO, R. P. **Tecnologia Social: base conceitual**. Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina. 1(1) 2011. pp.1-12.

DOZSA D.; PANHOCA L.; D'AROS M. S. **A ITCP/UFPR e a extensão universitária como fatores de promoção do desenvolvimento de comunidades**. s/d.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. RAE, São Paulo. v. 35 n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

IGREJA, A.; BETTI, P.; DOZSA, D.; D'AROS, M. S. **Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária**: Uma proposta metodológica em construção. s/d.

INTEGRA LITORAL – PR. **O Litoral do Paraná**. Disponível em: <http://integralitoralpr.blogspot.com/2013/12/guaratuba-caioba-matinhos-pontal-do.html>. Acesso em: 04/07/2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO *et al*(Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ITCP UFPR. **E-TUR**: Turismo e Economia Solidária no Paraná. Disponível em: [http://www.itcp.ufpr.br/?page\\_id=233](http://www.itcp.ufpr.br/?page_id=233). Acesso em: 28/06/2018

JUSTINO M. J. **Incubadora Tecnológica De Cooperativas Populares**: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/ PROEC, 2002.

LAVILLE Christian; DIONNE Jean. **A Construção do Saber**: Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MENDES S. M.; DOZSA D.; D'AROS M. S. **Capacitação dos cooperados da Arte Nossa**: a experiência da ITCP/UFPR. s/d.

PREVOST, P. **Enjeux didactiques dans la formation des agronomes**: cas de lanotion de terroir. NaturesSciencesSociétés 19, 50-55 (2011). pp. 50-55.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PROEC – Pró Reitoria de Extensão e Cultura. **Mutirão Mais Cultura na UFPR.** Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/maiscultura/index.html>. Acesso em: 04/07/2018.

SAMPAIO, R. **Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário.** Curitiba, 2006. Tese. (Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná). 2006.

SINGER, P., SOUZA, A.R. (org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ZECH, D. L.; MARTINS, F. P.; SILVA, K. T. N.; CARNEIRO, L. M.; D'ARÓZ, M. S.; DOZSA, D. **A ITCP e a produção do conhecimento como ferramenta para o desenvolvimento de comunidades.** Metodologías de Intervención Social. Producción de Conocimiento, Tecnología Social y Experiencias em Incubadoras Universitarias de Economía Solidaria. Volumen 1, Año 4.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## GRUPO DE MANIFESTAÇÃO CULTURAL NO BAIRRO DO RECIFE ANTIGO

João Gabriel Batista de Lima;

Letícia Cavalcanti Calabria;

Ludmila Raísa Cavalcanti Souza;

Itamar José Dias e Cordeiro.

### RESUMO

Pretende-se neste artigo abordar aspectos acerca de manifestações culturais pernambucanas e sua relação com o turismo, mais especificamente, o estudo de um grupo de ritmos regionais, o qual se apresenta no Bairro do Recife Antigo aos domingos. Para tal, discorre-se acerca de concepções que abrangem a descrição do turismo cultural, suas características e a capacidade de imersão cultural que as músicas possuem em envolver grupos de turistas a presenciar e participar das manifestações. A partir da observação etnográfica de seus costumes, vestimentas, instrumentos, ritmos tocados, ciclos do grupo e da interação entre o povo e o seu entorno se constata o importante papel na imersão e conseqüentemente na experiência do turista, por transmitir o sentimento de pertencimento, onde o transeunte se torna uma nova parte, mesmo que breve, de uma identidade tão bem firmada e diferente da encontrada em sua origem. Por se observar o requinte presente nas vestimentas e o acolhimento do público composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, entre outros (LGBTTI+), se sugere pesquisas voltadas às manifestações culturais através destes olhares revelados por este presente documento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura, Turismo, Turismo Cultural, Manifestações Culturais, Música, Imersão.

### ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss aspects of Pernambuco's cultural manifestations and their relationship with tourism, more specifically, the study of a group of regional rhythms, which presents itself in the Recife Antigo Neighborhood on Sundays. In order to do so, we discuss conceptions that describe the description of cultural tourism, its characteristics and the capacity of cultural immersion that the music possesses in involving groups of tourists to witness and participate in the demonstrations. From the ethnographic observation of their customs, dresses, instruments, rhythms played, cycles of the group and the interaction between the people and their surroundings, there is an important role in immersion and consequently in the tourist experience, by transmitting the feeling of belonging, where

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

the passer-by becomes a new, if brief, part of an identity so well established and different from that found at its origin. By observing the refinement present in the clothing and the reception of the Lesbians, Gays, Bisexuals, Transgenders, Intersexuals, among others, (LGBTTI+) public, it is suggested researches oriented to the cultural manifestations through these looks revealed by this present document.

**KEYWORDS:** Culture, Tourism, Cultural Tourism, Cultural Manifestations, Music, Immersion.

## INTRODUÇÃO

Segundo a UNWTO, (2009): “O turismo é um fenómeno social, cultural e económico que implica a circulação de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou comerciais / profissionais.” Esta atividade está em constante crescimento, sendo uma das mais rentáveis nas sociedades, e se apresentando nas mais diversas formas tais como: turismo de sol e mar, turismo cultural, ecoturismo, turismo de pesca, turismo de esportes, turismo náutico, turismo de estudos e intercâmbio, turismo rural, turismo de negócios e eventos, turismo de aventura e turismo de saúde. Estes, são separados partindo do estudo de suas demandas e ofertas específicas com o intuito da viabilização de seu planejamento, gestão, criação da identidade da prática, mercado e também a maximização da experiência, gerenciando os equipamentos e/ou produtos ofertados junto aos públicos de interesse (MTUR, 2010).

O turismo cultural surge a partir do elo entre a criação dos caracteres sociais pelo Homem e a prática da atividade turística, resultando na imersão e no conhecimento dos patrimônios e costumes de um povo a partir da comercialização da cultura (Santana Talavera, 2003). O desenvolvimento da prática turística no âmbito cultural surge das necessidades expostas a partir das mudanças do comportamento dos consumidores que exigem cada vez mais dos destinos e dos roteiros com a principal finalidade de atender suas primeiras expectativas diante da infraestrutura, seja básica, seja turística que compreende: transportes, agenciamento, hospedagem, alimentação, atividades recreativas, eventos, entretenimento e lazer, recepção, e outros caracteres complementares como a vivência local, patrimônio histórico e as

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

manifestações culturais, valorização dos bens materiais e imateriais da cultura local e entre outros (MTUR, 2010).

O turismo é uma atividade que provoca o deslocamento de pessoas ao redor do mundo, dispostas a trocarem conhecimento; mas o verdadeiro indutor que dá essa força ao turismo é a curiosidade de conhecer aquilo que é diferente do que se sabe, como ressalta Silveira (2004, p.12):

Em todo caso, sendo a curiosidade e a aventura as principais características que particularizam o ser humano, a viagem tornou-se um meio de evasão privilegiada que permitiu aos indivíduos o contato com outras realidades, o que na cultura ocidental marca o advento ou era do turismo.

Por exemplo, povos de língua de origem latina viajam para aprender em outro país uma língua de origem anglo-saxônica. E assim o visitante extrai conhecimento e deixa um pouco do seu no lugar. Essa curiosidade pelo diferente é nada mais nada menos que a curiosidade pela cultura do outro, seja muito ou levemente distinta do visitante. A cultura é tudo o que concerne os costumes, expressões do indivíduo: "[...] o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os seres humanos e destes com o meio ambiente." (MTur, 2010, p. 13).

É outro fato que a atividade turística, assim como qualquer outra atividade do ser humano, causa danos para o meio. É preciso manejar com cuidado as interações entre o mercado turístico e os patrimônios culturais materiais, imateriais e etc. "Abrir" uma cultura para um mundo de visitantes pode ocasionar grandes dispêndios, sendo o mais iminente deles o processo de aculturação, Cardoso de Oliveira (1981) em sua obra "O índio e o mundo dos brancos" fala sobre isso: "[...]pode-se dizer, sem risco de exagerar, que a influência norte-americana sobrepuja as demais (...) no Brasil as teorias de aculturação como que fascinaram os etnólogos e os circunscreveram a sua problemática" (p.22).

A ótica dos fenômenos aculturativos foram por um longo período de tempo os apoios para a criação do conteúdo etnológico do Brasil (Barbosa, 2015). Por isso a relação entre turismo e a preservação da cultura deve ser muito bem esclarecida

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

mirando no equilíbrio entre uma cultura preservada em si mas disposta a mostrar-se para o mundo.

Assim, a relação entre a cultura e a atividade turística não pode ocorrer sem a necessária compreensão das formas de caracterização e estruturação pertinentes ao segmento. O desenvolvimento desse tipo de turismo deve ocorrer pela valorização e promoção das culturas locais e regionais, preservação do patrimônio histórico e cultural e geração de oportunidades de negócios no setor, respeitados os valores, símbolos e significados dos bens materiais e imateriais da cultura para as comunidades. (MTur, 2010, p. 13)

Na UNWTO, foi criada uma pesquisa denominada *Tourism and Culture Synergies*, com 69 países participantes e 61 *experts* em turismo, a qual estabeleceu que as partes da cultura que mais influem no turismo são as tangíveis e intangíveis, é visto também que, todas as partes ligadas a herança são reconhecidas pela maioria dos países como constituindo um recurso turístico cultural (UNWTO, 2018). Incluindo entre estas, as manifestações culturais, ressaltando assim a importância das mesmas, não apenas para comunidade, mas incluindo também o turismo.

Ainda de acordo com dados retirados da pesquisa da UNWTO, foi constatado que as respostas dos países acerca dos motivos para a mudança do tamanho do mercado do turismo cultural, eram relacionadas, em grande maioria, com o desenvolvimento de produtos e medidas de mercado. Apontando como exemplos fundamentais a diversificação do produto cultural, novas atrações e rotas culturais, assim como, eventos e atividades de marketing. (UNWTO, 2018).

Por mais que o crescimento do turismo cultural não seja demasiadamente relacionado com o crescimento percentual da chegada de turistas internacionais, esse nicho encontra-se diretamente associado ao crescimento absoluto do número de ingresso de turistas, que é cerca de 4% ao ano, levando em consideração os últimos 5 anos. (UNWTO, 2018). Sendo assim, é de extrema facilidade a constatação da importância que o turismo cultural representa para a economia nacional, bem como, da extensa gama de oportunidades que essa atividade pode propiciar à localidade receptora dessa demanda turística.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A conceituação da cultura até chegar no que conhecemos atualmente percorreu um longo caminho. Edward Tylor, antropólogo britânico, foi um dos pioneiros nesta questão, definindo como: “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871, apud LARAIA, 1986). Inúmeros outros teóricos continuaram reformulando ideias sobre este conceito. Em 1994, mais de um século desde a definição da palavra Cultura por Tylor, o professor linguista Roger M. Keesing escreveu um artigo denominado “*Theories of Culture*” no qual organizou as convergências apresentadas nos pensamentos formulados por outros antropólogos na tentativa de conceber uma classificação única. Concluindo que “Conceber a cultura como um subsistema ideacional dentro de um sistema vastamente complexo, biológico, social e simbólico, e ancorando nossos modelos abstratos nas concretas particularidades da vida social humana, deve possibilitar uma dialética continuada que carrega uma compreensão mais profunda.” (KEESING, 1994).

Manifestação cultural é toda expressividade humana que representa a identidade cultural de um povo e seus costumes, ocorrendo por exemplo através de rituais e celebrações. Segundo Batista (2005), “A ligação entre memória e identidade é tão profunda que o imaginário histórico-cultural se alimenta destes para se auto sustentar e se reconhecer como expressão particular de um determinado povo.” Esse fenômeno, por sua vez, está intrinsecamente ligado com o setor turístico, ao passo que ambos estão vinculados à exposição ao outro, despertando tanto a curiosidade do estrangeiro como também o sentimento de pertencimento e orgulho de sua cultura pela comunidade local. Como é visto através da concepção de Martins (2003, p.45), “... onde se dá a atividade turística, de uma forma ou de outra dá-se o despertar de uma consciência de lugar, de ser local e de uma sentimento de orgulho, uma visão de povo...”. A partir disso se questiona sobre a relação firmada entre as manifestações culturais e o turismo, na capital pernambucana, pegando como referência a música para assim observar o seu papel na imersão dos turistas através da análise de um grupo tradicional.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Para a realização desta pesquisa foram feitas pesquisas bibliográficas sobre cultura e sua aplicação no setor turístico. Observaram-se os ensaios de um grupo de manifestação cultural, o qual optou-se por preservá-lo, não revelando o seu nome, entre os anos de 2016 e 2018. Os ensaios são executados aos domingos, das 16 às 19 horas, no bairro do Recife Antigo (Pernambuco). Para o processo de análise foi empreendido os ideais do antropólogo Bronisław Malinowski, que segundo (LAPLANTINE, 2000, p. 84): “nos ensinou a olhar” com o estudo etnográfico presente em sua obra Argonautas do Pacífico Ocidental, onde:

Na Etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos (Malinowski, 1978).

Este pensamento é ressaltado por Angrosino, (2009): “(...) muito do que se sabe sobre relações de campo, sobre abertura e direcionamento rumo a um campo e seus membros, sabe-se através da pesquisa etnográfica.”. A etnografia cujo pensamento referia-se ao trabalho de campo como um dos maiores instrumentos do relativismo cultural, buscando com isso, observar os objetos e ações culturais do grupo referido com o seu devido contexto e relevância.

## **BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO CULTURAL NO RECIFE ANTIGO**

Segundo Meneses, (2006) a existência do turismo cultural se dá a partir da busca intrínseca do Ser para a compreensão de outros grupos sociais partindo de suas distintas culturas e de sua manifestação construída historicamente no espaço. Ainda segundo o autor, essa busca deve ser estudada a partir de duas visões diferentes, o primeiro modo envolve a interpretação - esta última feita pelo maior número de pessoas possível - dos costumes passados dentre as gerações, que resulta no caráter cultural e histórico do determinado grupo; a segunda forma é a integração do cotidiano do grupo, complementando assim a sua crença citada anteriormente procurando honrar a população e sua identidade. Assim se edifica a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

necessidade do estudo das manifestações de uma determinada população, partindo de critérios semelhantes apesar de idealmente diferentes pois lida com identidades diferentes. Com isso se busca entender o contexto da capital pernambucana quanto ao turismo cultural.

Recife presentemente possui um polo de turismo cultural no bairro do Recife Antigo composto por museus, tais quais: Centro Cultural Caixa Cultural, Embaixada de Pernambuco - Bonecos Gigantes de Olinda, Centro Cultural dos Correios, Centro Cultural Torre Malakoff, Sinagoga Kahal Zur Israel, Cais do Sertão, e Paço do Frevo - sendo estes dois últimos conhecidos por possuírem recursos de áudio e manifestações de grupos culturais - e alguns outros.

A música apresenta de maneira simplificada valores culturais devido à sua presença nas mais diversas formas no cotidiano das pessoas, seja através de manifestações culturais - que já se tornaram conhecidas por acontecer nos sábados e domingos na Boulevard Rio Branco e no Centro Cultural Torre Malakoff, ambas situada no bairro do Recife Antigo - ou em exposições, como no museu do Cais do Sertão. Tendo esse sido apontado com um dos melhores museus do Brasil pelo portal online TripAdvisor no ano de 2016, onde no mesmo ano recebeu cerca de 90 mil turistas segundo levantamento da Fundação Gilberto Freire (CAIS DO SERTÃO, 2017).

Assim como, o Paço do Frevo, que trazem a beleza da cultura do povo pernambucano através de caracteres que vão além - mas sem tirar o foco - do material musical, sendo seus objetos de estudo: a vida do célebre artista Luiz Gonzaga e o, frevo, reconhecido em 2012 como Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO, quando já era considerado Patrimônio Imaterial do IPHAN, característico do carnaval pernambucano (IPHAN, 2014).

O uso da música - seja em museus ou em manifestações locais - possibilita a imersão do turista, pois mexe diretamente com a experiência do visitante, ao trazer o sentimento de pertencimento àquele grupo, seja tocando instrumentos de um determinado grupo de manifestação cultural, ou sendo inserido de maneira geral no cotidiano das pessoas daquele determinado local, ou melhor, desempenhando

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

funções características das pessoas daquela comunidade e que são distintas do encontrado em seu local de origem.

Desde o segundo semestre de 2016 foram acompanhados os ensaios de um grupo cultural musical que acontece todos os domingos na Rua do Apolo, bairro do Recife Antigo. Em 2016, o grupo tinha em seu corpo de integrantes cerca de trinta pessoas. Eles contam com uma professora que possui uma história prévia com os ritmos populares de Pernambuco e adquiriu conhecimento musical popular com outro grupo com proposta semelhante ao que ela criou, porém mais antigo e mais tradicional. Os ritmos trabalhados são o maracatu, maracatu rural, manguebeat, baianá, ciranda, xaxado, coco e xote. Desses, o maracatu se destaca sobre os demais.

O grupo conta com uma boa variedade de instrumentos que são marcantes em ritmos populares nordestinos e outros de herança de religiões de matriz africana, sendo eles: a) Alfaia: também chamada de Zabumba, este instrumento é responsável pelos toques mais marcantes da música, tendo afinações diferentes de acordo com o tamanho do seu aro. Seus músicos podem ser viradores - realizam uma espécie de solo, onde o virador executa séries mais rápidas no toque; b) Gonguê: este instrumento é confeccionado com um ferro de apoio para a mão e uma campânula também de ferro. Para tocar este instrumento é preciso de uma baqueta. Nas músicas ele é responsável por medir o tempo - função como a de um metrônomo, por exemplo; c) Ganzá: é basicamente um chocalho em forma de cilindro. Apresenta sons mais agudos e secos, podendo trazer muitas variações no decorrer das músicas, sendo sentidas de maneira mais sutil; d) Atabaque: oriundo do candomblé, o atabaque hoje já é incorporado em diversos grupos de música popular e em grupos de maracatu-nação. Os toques do atabaque são sempre para homenagear e agradar a um orixá, pois o maracatu é uma celebração dos ritos candomblecistas; e) Agbê: este instrumento veio dos rituais nos terreiros para os grupos musicais assim como o atabaque. Ele é uma cabaça envolta em uma teia de miçangas geralmente coloridas dispostas em padrão para trazer um apelo estético marcante. O agbê junto com o ganzá também é responsável por trazer um som de chocalho e dinamicidade, fazendo as marcações dos intervalos nas músicas; f) Triângulo: como o próprio nome sugere,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

este instrumento tem a forma de um triângulo de ferro, sendo tocado em sua área interna por uma espécie de baqueta também de ferro; g) Caixa de guerra e/ou caixa tarol: responsável por segurar toda a base da música da maioria dos ritmos, este instrumento é um tambor agudo que traz à música tons rufados graças a uma esteira que fica em sua pele de resposta - em sua parte de baixo.

As manifestações culturais acontecem em:

- a) Oficinas: o começo do ciclo é iniciado depois do carnaval, com a realização de oficinas, onde novos integrantes são admitidos, escolhem um instrumento e aprendem a tocá-lo durante essas aulas;
- b) Apresentações: concomitante às oficinas, acontecem apresentações esporádicas, à medida que eventos culturais populares aparecem e convidam o grupo a participar.

A agenda do grupo pode ser dividida em ciclos que acontecem ao longo do ano, eles, em ordem cronológica, são:

- I) Ciclo carnavalesco: concomitante aos ensaios para o ciclo natalino que começam no mês de julho, acontecem de forma alternada os ensaios para as festividades do carnaval, incluindo prévias;
- II) Ciclo junino: durante a etapa de oficinas e apresentações, também acontecem os ensaios para tocar nas festividades da temporada do São João;
- III) Ciclo natalino: durante os festejos que acontecem no mês de dezembro relativos às festividades deste período natalino, o grupo também é convidado a tocar pelas ruas do Recife Antigo.

Para cada um desses ciclos, existem vestimentas propícias. Mas o grupo sempre se apresenta com roupas coloridas - na sua grande maioria escolhem as cores do frevo: amarelo, azul, verde e vermelho -, sempre ornamentadas com brilhos e lantejoulas, acompanhados de sandálias de couro. Os homens usam chapéu de palha também adornados com itens coloridos, já as mulheres usam faixas coloridas no cabelo. Nas blusas e camisas está escrito o nome do grupo de forma circular em um degradê também nas cores do frevo.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

As mulheres sempre usam saia e os homens usam calça. Todos seguem um padrão, apresentando apenas leves variações de cores entre os integrantes, com exceção do porta estandarte, que usa calça pescador com franja nas pontas, camisa de mangas longas e maquiagem caricata no rosto. As cores de suas vestimentas geralmente são diferentes do resto do grupo, como a cor roxa por exemplo.

O perfil dos integrantes se dá da seguinte forma: O gênero hegemônico é o feminino. Em sua maioria adultos, com idade média de 33 anos. O público composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, entre outros (LGBTTI+), estão em maior número que heterossexuais. Todos os integrantes são de classe social média, com um bom poder aquisitivo.

Os ensaios acontecem durante os domingos, entre 16h e 16h30 da tarde, com duração de três horas. A grande maioria se atrasa e o ensaio acontece quase sempre com meia hora depois do horário marcado. Eles se concentram na rua do Apolo. Assim que todos estão presentes, eles se alongam e começam a introdução às músicas com a professora explicando o ritmo que irão tocar na vez.

Tocando em formato de círculo, o ensaio acontece com clima amistoso, a interação entre os integrantes se dá de forma harmoniosa, com alguns deles trocando de lugar para dançar, tocar e cantar com o maior número de pessoas entre si. Durante as mudanças de ritmo, alguns dos integrantes também mudam de instrumento, para atender às demandas de cada canção.

A professora toca uma caixa, disposta do no meio do círculo. Ela controla as entradas, intervalos e encerramentos das músicas com um apito e os alunos já estão familiarizados com os seus sinais. Ela analisa o som de forma conjunta, verificando o quão sincronizada está a batida dos diferentes instrumentos, para isso ela se coloca bem no centro do grupo, tampa os ouvidos e fecha os olhos. Quando identifica que alguém está fora do ritmo, ela se dirige à pessoa, muitas vezes sorrindo, dançando e fazendo marcações com as mãos para este pessoa seguir o ritmo que ela está demonstrando. A professora também divide a música por instrumentos, suspendendo quase todos e deixando apenas dois tipos tocando concomitantemente, para verificar se há alguma assincronia ou perda do tempo do compasso da música. As

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

observações e correções da professora se dá da maneira bastante sutil, evitando que algum músico fique inibido ou constrangido por estar errando alguma coisa.

Sempre um mês após as festividades carnavalescas é aberta a temporada das oficinas, onde novos integrantes são admitidos e fazem aulas experimentais com diversos instrumentos para testar sua química com cada e finalmente escolher um para continuar as oficinas. A mensalidade custa em média 80 reais, podendo variar de acordo com a situação financeira de cada pessoa e a aula experimental é grátis.

O grupo sempre acolhe e incentiva os novos integrantes. O veteranos estão sempre sugerindo que eles passem pelo maior número possível de instrumentos para saber com qual eles terão a melhor relação. Durante as músicas, os novos músicos estão sempre posicionados perto dos antigos e olham constantemente para seus movimentos a fim de reproduzi-los da maneira mais fiel possível.

O ritmo hegemônico tanto em preferência quanto em frequência é o maracatu, sendo ele nação ou rural. Sempre que um dos dois é tocado, há uma automática efervescência entre os integrantes e eles tocando de maneira mais enérgica, mesmo que já estejam cansados quando está perto do horário de encerramento do ensaio.

Como esses ensaios se dão em espaço aberto, qualquer pessoa que esteja passando pelas ruas adjacentes podem ouvir de longe e se aproximar para ver de perto o grupo tocando. Em absolutamente todo ensaio sempre há a presença de transeuntes que param nem que seja por um breve momento para tirar uma foto e admirar o entrosamento do grupo. Alguns ficam até o fim do ensaio, buscando lugares entre os carros estacionados próximos ao lugar ou se encostando em postes que iluminam os músicos, ou se sentam na calçada ou até mesmo pedem uma cadeira no bar que funciona como sede do grupo e deslocam essa cadeira para perto e se sentam para poderem apreciar melhor.

É possível observar que quando o transeunte é um turista, a interação é ainda mais imersiva. Os turistas não apenas passam e observam ou se demoram um pouco, eles estão sempre querendo entrar no nível ativo da interação e alguns até pedem para tocar alguns instrumentos e tirar fotos segurando-os. O grupo já está acostumado com essa presença externa de pessoas e nenhum dos seus integrantes se comporta

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de maneira mais inibida com a presença dos espectadores. E sempre estão bastante receptivos em relação à vontade dos turistas de interagirem e conhecerem o grupo e seus ritmos. Sempre que os transeuntes ficam até o final do ensaio, eles aplaudem com veemência e depois vão buscar informações sobre os dias de ensaio e horário.

Como dito acima, o grupo tem uma agenda anual e seus ensaios são realizados em favor de apresentações que se dão em três grandes momentos do ano. Durante esses três ciclos festivos do grupo, é possível notar elementos diferentes que se apresentam na equipe.

No primeiro ciclo do ano, o carnavalesco, o grupo se mostra mais disposto e é quando está reunido o maior número de integrantes. As roupas são coloridas para seguir o apelo estético visual que o período enaltece, e as apresentações são mais cansativas, dado que elas acontecem em sua maioria em Olinda durante o dia - demandando um condicionamento físico bom para aguentar o calor excessivo e a multidão que cerca o grupo nas ladeiras estreitas de Olinda - e o Recife Antigo durante a noite.

No segundo ciclo, o junino, as roupas já se apresentam de maneira a combinar com a vestimenta característica do período, e as cores do carnaval dão lugar ao vermelho, quadriculado, ao chapéu de palha e pinturas no rosto com *blush* e bolinhas pretas, batom vermelho e tranças de matuta nas mulheres. Durante essa fase, as apresentações são no Recife Antigo, Caruaru, Festival de Inverno de Garanhuns e outros lugares. Em sua maioria à noite, o que não exige tanto condicionamento físico por parte dos músicos.

No terceiro ciclo, o natalino, a vestimenta do grupo também é reutilizada, seja do ciclo anterior ou dos ciclos carnavalescos dos anos anteriores. Quem confecciona essas vestimentas é uma integrante do grupo que é costureira. As apresentações são ao redor da Folia de Reis, onde o catolicismo relembra a jornada dos três Reis Magos que vão ao encontro do Jesus recém-nascido para presentear-lo com incenso, ouro e mirra.

Pode-se perceber que o grupo tem o seu foco nas festividades do carnaval, mas isso não surpreende, visto que o seu foco está nos ritmos populares que são em

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sua grande maioria herança da cultura africana. Também levando em consideração que essa festa não é vista com bons olhos pelas religiões cristãs por abertamente enaltecer os prazeres da carne. Esse é o momento em que as religiões de matriz africana estão sendo protagonistas da festa e são evidenciadas. É o momento em que são prestadas homenagens e honras, o que não acontece durante o resto do ano.

Mesmo que esse grupo não siga nenhuma religião a qual esses ritmos são oriundos, somente pelo fato de estarem evidenciando esses ritmos populares que são parte da história de um povo e são elementos de uma cultura que se transformou no que temos hoje, já é um grande comunicador e amplificador da nossa riqueza cultural para os visitantes que buscam conhecê-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto no presente documento, se constata a genuinidade nas relações estabelecidas pelo turista com o meio que o cerca, que sua experiência é impactada - até mesmo definida - pelos mais diversos caracteres encontrados no local visitado, seus hábitos, interações, estruturação social, arte, gastronomia, religião, e outros fatores que estabelecem a cultura do lugar, percebidos a partir do contato mais direto com o meio e com as pessoas inseridas nele, a antes citada "imersão".

Com o passar dos anos os costumes de um grupo são transmitidos perante as gerações, que vão se enriquecendo com a influência do novo, porém sem fugir ou desprezar a riqueza histórica carregada por seus antepassados. A música - objeto de estudo deste artigo -, presente nas mais distintas formas de manifestações culturais, por ser repassada com potencial facilidade permite o contato mais simplificado entre os conhecimentos de uma comunidade e o turista, explicando não somente a letra e a melodia, mas também a origem e escolha dos instrumentos, da vestimenta, do público que proclama o seu contexto, que resulta na atração do transeunte por evidenciar da forma mais pura a cultura daquelas pessoas.

Diante do observado que o grupo é composto em sua grande parte por pessoas que abrangem a comunidade composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais, entre outros (LGBTTI+), se sugere a realização de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

pesquisas futuras abordando sobre a relação entre as manifestações culturais e este público com intuito de ressaltar a hospitalidade e o acolhimento das pessoas, que assim acaba atraindo também o turista.

Além disso, se foi constatado conjuntamente, a riqueza cultural das vestimentas utilizadas nas apresentações efetivadas pelo grupo estudado, o que se enquadra como um caráter elogiável e de grande potencialidade a ser desenvolvido, onde sua variedade ressalta a identidade cultural, pois, apesar de não ser um grupo religioso, há um padrão destas vestimentas, que eleva a imagem presente na localidade fazendo com que seja uma das partes fundamentais na lembrança do visitante. Partindo disso se sugere o estudo da observação do turista para com essas vestimentas e a forma que isso pode se dar sem gerar a vulgarização da cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, E. B. Momentos e contextos antropológicos: aculturação e emergência étnica. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, Boa Vista, vol. 1, núm. 1: 2015.

BATISTA, C. M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, vol. 5, núm. 3: pp. 27-33, 2005.

CAIS DO SERTÃO. “**Cais do Sertão recebeu 90 mil visitantes em 2016**”. Disponível em: <<http://www.caisdosertao.org.br/2017/01/02/cais-do-sertao-recebeu-90-mil-visitantes-em-2016/>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

IPHAN. **Frevo**, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/62>>, acessado em 14 mai. 2018.

KEESING, R. M. **Theories of Culture**.1994. Disponível em: <<https://is.muni.cz/el/1423/jaro2007/SAN206/um/Keesing-Theories-Culture-ARA-1974.pdf>> Acessado em: 16 jun. 2018.

LARAIA, R. B. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanesia**. 2.ed. -. Sao Paulo: Abril Cultural, 1978. 424p. il.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

MARTINS, C. **Identidade, percepção e contexto**. In: Turismo, Cultura e Identidade, org. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MENESES, J. N. C. **História & Turismo Cultural** - Coleção História &... Reflexões, 2007. Coleções: História &... Reflexões. 13,8 x 21,0 cm. 128 pág. Editora Autêntica.  
MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo e o Mercado**, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Segmentaxo\\_do\\_Mercado\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acessado em: 16 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**, 2010. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acessado em: 16 jun. 2018.

OLIVEIRA, R. C. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: editora da Unicamp; São paulo: Pioneira; Brasília: UNB, 1981.

SANTANA TALAVERA, A. **Turismo cultural, culturas turísticas**. Horiz. antropol. Online. 2003, vol.9, n.20, pp.31-57. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>>. Acessado em: 16 jun. 2018.

SILVEIRA, C. B. M. **O Paraíso Negociado** - Ensaio Etnográfico sobre Turistas em Resort. 2004. 123 páginas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.

UNWTO. **Glossary of tourism terms**. 2009. Disponível em: <<http://statistics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryterms.pdf>> Acessado em: 16 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tourism and Culture Synergies**. 2018. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418978>> Acessado em: 16 jun. 2018.

## O TURISMO COMO INSTRUMENTO DE EMPRESARIAMENTO URBANO E SUPORTE DA POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE MEGAEVENTOS: UM ESTUDO DE CASO EM LYON (FRANÇA)

Nathália Körössy

Itamar Dias e Cordeiro

Suely Maria Ribeiro Leal

### RESUMO

No contexto de empresariamento das cidades, novas atividades econômicas começam a ser estimuladas, incluindo relacionadas ao mercado financeiro, setor imobiliário, serviços em geral e setor turístico. Com o objetivo de analisar de que forma o desenvolvimento da atividade turística contribui para o empresariamento urbano, esta pesquisa teve como foco as políticas locais de captação de megaeventos, tendo como estudo de caso a cidade francesa de Lyon. Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e explicativa, com uma abordagem qualitativa na coleta e tratamento dos dados, tendo sido realizadas entrevistas com gestores municipais de Lyon, pesquisa documental e observações in loco durante 2015 e 2016. Como resultados, verificou-se que a captação de megaeventos é considerada uma questão estratégica da agenda urbana lyonnaise, sendo uma das principais vias escolhidas para afirmação da metrópole no cenário internacional. O turismo é um dos principais argumentos que justificam esse tipo de decisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo, empresariamento urbano, mega-eventos; Lyon.

### ABSTRACT

In the context of entrepreneurship of cities, new economic activities are beginning to be stimulated, including related to the financial market, real estate sector, services in general and tourism sector. With the objective of analyzing how the development of tourism contributes to urban entrepreneurship, this research focused on the local mega-events politics, having as a case of study the French city of Lyon. This is a descriptive and explanatory research with a qualitative approach in the collection and processing of data. Interviews were carried out with Lyon municipal managers, documentary research and on-site observations during 2015 and 2016. As results, it was verified that the capture of mega-events is considered a strategic issue of the urban agenda lyonnaise, being one of the main routes chosen for affirmation of the metropolis in the international scene. Tourism is one of the main arguments justifying this type of decision

**KEYWORDS:** tourism; urban entrepreneurship; mega-events; Lyon.

## INTRODUÇÃO

Diante da descentralização estatal e de dificuldades oriundas de um quadro de recessão econômica vivenciada a partir da década de 1970, os governos locais na Europa e Estados Unidos passaram a implementar ajustes em sua administração urbana capazes de os levar a uma atuação mais empreendedora e menos gerencialista. Surge assim o que Harvey (1996) denomina empresariamento urbano, isto é, um modelo de gestão e governança urbana que, independente do contexto político-partidário, pensa e produz a cidade como uma mercadoria capaz de atender às necessidades e expectativas de um público formado por investidores, empresas multinacionais, residentes de alto padrão e visitantes.

Como forma de dotar a cidade de um maior grau de competitividade, as administrações públicas locais passam a lançar mão de estratégias como: o aproveitamento de recursos urbanos intrínsecos (ou criados) para produção de bens e serviços; investimentos em estruturas e atividades relacionadas ao consumo (como centros comerciais, estádios esportivos, entretenimento, etc.); captação de recursos dos governos centrais; campanhas de marketing urbano e captação de megaeventos (HARVEY, 1996; SÁNCHEZ, 2010).

Neste contexto, novas atividades econômicas começam a ser estimuladas enquanto motor das cidades, incluindo atividades relacionadas a funções de comando e controle, mercado financeiro, setor imobiliário, serviços em geral e, especificamente, setor turístico. Estatísticas do turismo mostram uma atividade econômica em expansão que movimentou em 2015 cerca de 1,2 bilhão de turistas no mundo e gerou US\$ 1,5 trilhão em receitas de exportação (UNWTO, 2015). De acordo com o *World Tourism Barometer* da Organização Mundial de Turismo (UNWTO, 2018), em 2017 esse volume de turistas internacionais se expandiu ainda mais, registrando-se um aumento de 7%, sendo este o melhor resultado dos últimos sete anos. Diante de tais

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

indicadores, as cidades vêm cada vez mais competindo pela atração de visitantes para, com isso, promover um maior dinamismo econômico local.

Face ao exposto, esta pesquisa foca na relação entre o turismo e o empresariamento urbano, no atual cenário de concorrência das cidades pela atração de fluxos de investimentos e pessoas. Sendo assim, tem como objetivo analisar de que forma o desenvolvimento da atividade turística contribui para o empresariamento das cidades, especificamente no que se refere às estratégias de captação de megaeventos. Selecionou-se como estudo de caso a cidade francesa de Lyon, cuja gestão urbana empreendedorista consiste em um modelo de notório reconhecimento no cenário internacional na atualidade.

Essa pesquisa, portanto, foi concebida enquanto um estudo de caso, de natureza descritiva e explicativa, com uma abordagem qualitativa na coleta e tratamento dos dados, tendo sido realizada uma pesquisa documental em arquivos públicos e páginas web institucionais, além de observações *in loco* durante os anos de 2015 e 2016.

Com base nos achados da pesquisa documental, buscou-se analisar os discursos institucionais relacionados à política de captação de megaeventos e sua relação com a atividade turística. O *corpus* desta análise abrangeu, pois, alguns dossiês de candidatura a sediar megaeventos elaborados pelos gestores públicos de Lyon, bem como duas revistas institucionais que têm como público-alvo os residentes locais: a *Lyon Citoyen* e a *Grand Lyon Magazine*. Ambas possuem circulação em meio digital (por meio de páginas web institucionais) e impresso, sendo de distribuição gratuita. A primeira, editada pela *Ville de Lyon* desde 2003, possui uma edição mensal, tendo sido publicadas 130 edições entre 2003 e 2015. A segunda é produzida pela *Grand Lyon La Métropole* em edições bimensais desde 2002, tendo sido publicadas 50 edições entre 2002 e 2015. Para a identificação dos discursos, foram consultadas todas as edições de ambas as revistas.

## **O EMPRESARIAMENTO URBANO E A BUSCA PELA ATRATIVIDADE URBANA: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Segundo Hatem (2007), a atratividade é a capacidade que um território possui em oferecer às empresas e investidores um certo número de vantagens que atendam às suas necessidades e que são determinantes para a tomada de decisão quanto à sua implantação, referindo-se à atratividade econômica. Mas o conceito de atratividade urbana é mais amplo, abrangendo a atratividade residencial – relacionada à atração de residentes potenciais, principalmente aqueles qualificados em áreas que se alinham com as características produtivas da cidade – e a atratividade turística, a qual se refere à capacidade de atração de turistas e empresas turísticas. Entendida, portanto, como a capacidade de atrair e reter os diferentes públicos-alvo da cidade (BENKO, 1999; HATEM, 2007), a atratividade é uma noção construída tanto sobre elementos intrínsecos ao território (localização, clima, geografia, etc.) como aqueles que podem ser artificialmente criados – um projeto urbano com fins turísticos, por exemplo (BENKO, 1999).

A atratividade urbana, segundo Benko (1999), está relacionada à existência de indicadores favoráveis relacionados à demografia, à qualificação da população, à oferta de serviços de ponta, ao quadro fiscal, bem como de aeroportos internacionais e centros de negócios. Além disso, está relacionada à presença do que ele chama de vantagens imateriais. Dessa forma, elementos como imagem, identidade e representações do espaço urbano desempenham um papel determinante na atratividade de uma cidade.

O que a noção de atratividade põe em evidência é que a atuação empreendedorista, tal como coloca Harvey (2005), não se limita a criar um ambiente local propício aos negócios que seja capaz de atrair novas atividades produtivas, mas também novos usuários/consumidores externos. Nesse sentido, vale lembrar Braun (2008), ao ressaltar a necessidade de os agentes locais atuarem de modo a buscar convencer pessoas, negócios, investimentos e organizações de que a cidade é uma possível localização para residência, turismo ou oportunidade de investimento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a atratividade é colocada como um aspecto central a uma cidade que deseja manter-se ou tornar-se competitiva. E, para tal, o receituário prega que aos governos locais, face o cenário de competição interurbana acirrada, é forçosa a construção e/ou valorização desses elementos

urbanos capazes de fazer da cidade o lugar ideal para investir, trabalhar, viver/residir e visitar.

A criação de vantagens competitivas capazes de diferenciar a cidade de suas concorrentes se torna uma atividade essencial do empresariamento urbano. Isto porque, dentro da lógica empreendedorista, a competitividade de uma cidade no mercado mundial depende de sua capacidade em criar vantagens sobre as cidades concorrentes. Assim, Harvey (2005) coloca que o modelo empreendedorista passa a perseguir a competitividade urbana a partir de uma atuação que busca criar vantagens específicas para a produção de bens e serviços: enquanto que “certas vantagens derivam da base de recursos (...) ou da localização”, outras são criadas “através dos investimentos públicos e privados nas infraestruturas físicas e sociais que fortalecem a base econômica da região metropolitana como exportadora de bens e serviços” (HARVEY, 2005, p. 174).

Exemplos dessas estratégias seriam a realização de grandes projetos urbanos para regeneração de áreas degradadas; valorização de recursos urbanos, como cultura, patrimônio histórico, gastronomia, etc.; planejamento de novos bairros ligados a serviços e negócios; melhorias nos sistemas viários e de transportes públicos, entre outros. Grosso modo, o que tais ações visam é conformar uma mercadoria diferenciada, no caso a própria cidade-mercadoria, e que seja de interesse do público-alvo da cidade. Afinal, um lugar bom para se investir, se instalar, trabalhar, residir ou visitar pressupõe um ambiente físico aprazível.

Nesse sentido, Harvey (2005) aponta para um movimento de valorização dos aspectos e infraestruturas relacionados ao consumo em geral, à cultura e ao entretenimento. De igual modo, Sánchez (2010) enumera as seguintes vantagens competitivas como os novos imperativos do planejamento urbano para tornar a cidade atraente: construção de infraestrutura apropriada ao setor terciário avançado, incluindo rede de comunicação em fibra óptica; modernização dos transportes (portos, aeroportos, estações de trem, anéis rodoviários); criação de distritos empresariais e financeiros; construção de espaços residenciais de alto padrão e processos de gentrificação nas áreas renovadas; construção de redes hoteleiras de luxo e de

espaços seletivos de lazer e consumo, como shoppings, centros culturais e de lazer; e renovação de áreas centrais e frentes marítimas.

Além dessas vantagens competitivas de base territorial, também isenções e estímulos fiscais e financeiros passam a ser oferecidos pelos governos locais empreendedoristas como estratégia de diferenciação urbana (HARVEY, 2005). Se na vigência de regimes mais rígidos de produção os elementos monopolísticos relacionados aos custos das matérias-primas e transporte assumiam maior importância no processo de implantação produtiva, no atual regime flexível os elementos ligados aos atributos locais ganham maior relevância.

A segunda opção relatada por Harvey (1989; 1996; 2005) se refere à posição competitiva da cidade na divisão espacial do consumo. Para tal, diversas atividades econômicas devem ser incentivadas, entre elas o turismo e a economia do lazer e entretenimento. Importante notar que o turismo surge aqui como uma opção econômica, primeiramente para as antigas cidades industriais europeias e norte-americanas em processo de desindustrialização.

Nessa lógica, a cidade precisa “parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” e por isso, “os festivais e os eventos culturais também se tornam foco das atividades de investimento” (HARVEY, 2005, p. 176). Um dos exemplos pioneiros desse redirecionamento da ação local pode ser encontrado em Boston e Baltimore a partir da década de 1970. Segundo Hall (2007, p. 415), ambas experiências marcaram um “processo agora repetido numa série de cidades industriais norte-americanas mais antigas”, envolvendo “a criação deliberada da cidade-como-palco”.

Observa-se, pois, que o foco da ação empreendedorista não é o desenvolvimento econômico em si, mas a criação de uma imagem favorável à atratividade urbana. Nesse sentido, o espetáculo urbano e mesmo a qualidade de vida têm sido atributos frequentemente utilizados nessa “maquiagem” empreendedorista para criação de vantagem competitiva.

O terceiro ponto da atuação empreendedorista consiste na valorização das funções urbanas de comando e controle como forma de manter a cidade nos altos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

níveis da hierarquia urbana. As ações nesse sentido correspondem ao esforço de atração de atividades-sede relacionadas ao governo, ao mercado financeiro, mídia, etc. Para Harvey (2005, p. 177), embora esse tipo de estratégia seja custoso para a cidade devido às especificidades demandadas de infraestrutura, “a busca dessas atividades atrai cada vez mais como caminho dourado para a sobrevivência urbana”. Para ele, “o resultado, naturalmente, é dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana” (HARVEY, 2005, p. 177).

Finalmente, Harvey aponta como último traço característico a captação de recursos do governo central: “em quarto lugar, a vantagem competitiva com respeito à redistribuição de superávits através dos governos centrais (...) ainda tem grande importância, pois se trata de um mito que os governos centrais não redistribuem os saldos positivos na proporção que estavam acostumados” (HARVEY, 2005, p. 177). Até mesmo porque o autor considera que existem tipos de recursos, como os destinados à educação ou saúde, em que o corte público não ocorre. Assim, defende que os governos locais devem desenvolver a capacidade não apenas de gerar fontes próprias de arrecadação tributária (através de estímulos ao desenvolvimento econômico), mas também a capacidade de assegurar uma redistribuição dos recursos centrais.

Na visão de Harvey (2005, p. 174), essas estratégias de atratividade não se excluem entre si, sendo “a combinação dessas opções que proporciona a chave para as rápidas e recentes mudanças no desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos do mundo capitalista avançado”. Com tal tipo de atuação, objetiva-se dotar a cidade de atributos diferenciais relacionados às necessidades de cada público-alvo. Dentro desta lógica, a competitividade urbana dependeria diretamente de sua capacidade de operar dentro deste novo paradigma da gestão urbana (OCDE, 2007), apoiando-se no emprego do city marketing (HATEM, 2007) e demais ferramentas de gestão empresarial, como o plano estratégico.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Nesse sentido, a atuação dos agentes locais relacionados à promoção da atratividade urbana, tal como defende Hatem (2007), deve abarcar dois tipos de ações: de promoção territorial, as quais abrangem criação de uma imagem favorável do território, uso de publicidade, relações públicas com a imprensa, manutenção de página oficial na internet, etc.; e de prospecção junto aos investidores potenciais, tais como detecção de projetos de implantação através da participação em salões especializados, organização de seminários, elaboração e divulgação de portfólios, além de atividades de negociação (mediante o desenho de ferramentas para convencer o investidor, como: elaboração de uma oferta territorial, gestão de projetos, etc.) e de serviços de auxílio à implantação (assumindo o papel de facilitador principalmente para as questões administrativas, identificação de parceiros locais, etc.).

Também se referindo ao empresariamento urbano com foco na atratividade, Le Galès (1993) exemplifica ao menos cinco tipos de ações levadas a cabo pelos agentes locais:

- **Ações de planejamento urbano**, como alocação de infraestruturas e melhoria do ambiente construído.
- **Ações de apoio às empresas**, como assistência financeira (subvenções, isenções fiscais, garantia de empréstimos, participação no capital, etc.), aconselhamento empresarial (no processo de criação ou ampliação de empresas) e disponibilização de serviços específicos.
- **Ações de promoção e comunicação**, orientadas à atração de determinados segmentos. Nessa área de atuação, está incluída a elaboração de planos de desenvolvimento turístico e o uso de equipamentos culturais de prestígio no processo de criação ou melhoria da imagem da cidade.
- **Ações de qualificação e inserção da mão de obra local**, incluindo aquelas direcionadas a grupos menos favorecidos como jovens e deficientes.
- **Ações de organização ou de catalisação do desenvolvimento econômico local e criação de instituições e arranjos entre os atores urbanos**, incluindo a organização de redes com parceiros locais, nacionais e internacionais, tanto

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

públicos como privados, e a criação de agências de desenvolvimento econômico.

Para Le Galès (1993), ao atuar na promoção do desenvolvimento econômico local, o governo municipal acaba por integrar ações originalmente pertencentes aos diversos campos de atuação da gestão local, como urbanismo, cultura, comunicação transportes, etc. Juntas, essas áreas passam a compor o rol de atuação dos agentes locais na promoção da atratividade urbana. Sendo assim, o quadro de concorrência interurbana acaba abrindo caminho para a penetração da lógica concorrencial e da atratividade nos diversos campos da política urbana.

Borja (1997), por sua vez, defende a forma pela qual o governo local empreendedorista deve atuar enquanto promotor da competitividade urbana: deve buscar promover a cidade no exterior.

(...) desenvolvendo uma imagem forte e positiva, apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços (de comunicações, econômicos, culturais, de segurança etc.) que atraia para a cidade investidores, visitantes e usuários capazes de consumir e que facilite suas 'exportações' (de bens e serviços, de profissionais etc.) (BORJA, 1997, p. 89).

Nessa missão, argumenta que o governo local não deve atuar sozinho, visto que “o papel de promotor consiste, precisamente, em criar condições propícias à atuação dos agentes públicos ou privados (via planejamento, campanhas políticas, compensações econômicas etc.)” (BORJA, 1997, p. 89). Desse modo, deve buscar articular-se com outras administrações públicas e promover a cooperação público-privada para realizar a promoção externa da cidade.

Finalmente, a OCDE (2007, p. 32) coloca que a abordagem empreendedorista demanda que a política urbana esteja alinhada com os objetivos de promoção da atratividade territorial destinada a aumentar a atratividade e a competitividade transformando a cidade, assim, em um local “agradável de estar, de se viver, de trabalhar e de investir”. Desse modo, a Organização defende o empenho dos agentes locais na produção de uma cidade que seja atrativa para os diversos públicos-alvo por meio da condução de ações que ela denomina de “regeneração econômica”, a saber:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

criação e gestão de marca da cidade (ou seja, o emprego do city branding), o desenvolvimento de projetos de prestígio (flagships) e o desenho de projetos baseados na cultura e nos eventos.

Todas essas são ações não apenas de natureza física (relacionadas ao ordenamento e conformação do espaço urbano), como também simbólica e promocional-prospectiva que convergem para a transformação da cidade em uma mercadoria atrativa. Nesse contexto, os megaeventos, enquanto vitrine internacional da cidade, consistem em uma das principais estratégias de promoção da atratividade urbana.

### **3 O EMPRESARIAMENTO URBANO EM LYON**

A incorporação da abordagem empreendedorista à gestão urbana de Lyon emerge durante a década de 70 da intenção dos atores políticos e econômicos locais em internacionalizar a metrópole. Primeiramente pensada pelos atores econômicos, a questão da internacionalização foi paulatinamente penetrando na agenda política local até se tornar central nos planos de mandato dos maires (prefeitos) de Lyon e na política de desenvolvimento metropolitano (LINOSSIER, 2006, 2009; MAZUE, 2009; PAYRE, 2013), configurando-se como meta prioritária da gestão urbana, a ponto de ser tratada nos atuais discursos políticos de Lyon como uma questão essencial ao desenvolvimento econômico local (TOTA, 2007).

O primeiro passo nesse sentido consistiu na criação em 1974 da Agence de Développement Economique pour Lyon (ADERLY, também denominada Invest in Lyon nas ações de apelo internacional) por iniciativa de quatro entidades públicas e privadas: a Chambre de Commerce et d'Industrie de Lyon (CCIL), a Communauté Urbaine de Lyon (Grand Lyon), o Conseil Général du Rhône e o Groupement Interprofessionnel de Lyon (GIL-MEDEF). Trata-se de uma entidade de cooperação público-privada, co-presidida pelos presidentes da Metrópole (Grand Lyon La Métropole) e do CCIL.

Enquanto uma das primeiras agências locais de desenvolvimento criadas na França, sua concepção demonstrava uma clara preocupação local com a questão da competição interurbana no cenário nacional. Assim, com a missão de promover a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

imagem de Lyon e de atrair empresas internacionais, a criação da ADERLY pode ser considerada como um marco da emergência da governança empreendedorista e da utilização do city marketing como instrumento de empresariamento urbano e promoção da atratividade territorial. Nas próprias palavras da ADERLY, sua concepção passou a representar um novo modelo de governança a serviço do território e de suas empresas. Leia-se, ao serviço do capital. Atrelada à estrutura institucional da ADERLY, encontra-se uma equipe independente que trata especificamente da gestão da marca territorial da metrópole de Lyon: a ONLYLYON. Criada em 2007, ONLYLYON atualmente catalisa as demais estratégias de difusão internacional da imagem da metrópole de Lyon, constituindo-se não apenas numa marca, mas principalmente representando o programa de marketing territorial de Lyon.

Na época da criação da ADERLY, a região metropolitana de Lyon perdia força econômica no cenário nacional. Com uma economia até então fortemente industrializada, a região enfrentava um processo de desindustrialização (MAZUE, 2009; PAYRE, 2013). Se entre 1930 e 1950, a produção automobilística, petroquímica e agroalimentar ocupavam lugar de destaque na economia metropolitana, a partir dos anos 1970 a região passa a fechar diversas unidades de produção, obrigando a gestão pública local a pensar no desenvolvimento de novas atividades econômicas (PAYRE, 2013). Além disso, tanto na França, bem como em outros países europeus (Reino Unido, por exemplo), os municípios vivenciavam um processo de maior emancipação no plano econômico, promovido pelas leis de descentralização que implicavam numa menor participação do Estado-nação no nível local. Novas competências passaram a fazer parte da ação pública local e, com isso, a economia começa a ganhar centralidade na sua agenda política e os atores passam a exercer um papel de promotor da atratividade e do desenvolvimento econômico local. Muito embora, segundo Linossier (2006), essa ação pública local em matéria de desenvolvimento econômico corresponda a uma atuação mais indireta, através da busca pela diferenciação territorial como estratégia de atração de empresas.

A partir do reconhecimento da necessidade de uma nova forma de ação pública local face a uma maior ausência do Estado, coube aos atores públicos lyonnais a liderança da governança urbana e a coordenação de uma nova política urbana voltada

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

para o desenvolvimento econômico da região. A governança formada pela elite política e econômica local passou a pensar novas formas de desenvolvimento ligadas ao setor terciário e a acreditar na necessidade de posicionar Lyon nos mercados internacionais como estratégia (MAZUE, 2009). Foi com tal perspectiva que a ADERLY passou a desempenhar importante papel no direcionamento da economia industrial de Lyon a uma economia voltada para o terciário (PAYRE, 2013).

Nesse contexto, os atores públicos locais começam a situar na política urbana – especificamente no planejamento urbano territorial – a problemática da promoção econômica local e a adotar práticas empresariais de gestão no âmbito da ação pública. Tratam-se de ações que visam criar zonas industriais, zonas de atividades, edifícios para abrigar atividades econômicas, infraestruturas e equipamentos coletivos (LINOSSIER, 2006), além de missões de prospecção e captação de empresas e organizações internacionais, participação em feiras especializadas e ações de promoção da imagem urbana, destacando-se aí a ampliação da política local de captação de megaeventos, conforme analisado a seguir.

#### *4A POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE MEGAEVENTOS E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO EM LYON*

Mundial de Futebol, Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Jogos Olímpicos de Inverno, UEFA European Championship, etc. são os principais exemplos de eventos esportivos de alcance mundial na atualidade. Seu porte e sua penetração global conferem-lhes o prefixo “mega” e fazem deles um importante meio utilizado no empresariamento da cidade.

É justamente essa uma das principais ações do empresariamento de Lyon. Conforme afirma um dos entrevistados, a captação de megaeventos é considerada uma questão estratégica da agenda urbana lyonnaise, sendo uma das principais vias escolhidas na corrida pela afirmação da metrópole no cenário internacional e posicionamento no “Top 15” europeu.

Tendo isso em vista, foi criado em 2010, no seio do Pôle développement économique et international, emploi, insertion (DEIEI) da GRAND LYON, um departamento especificamente para prospectar e captar grandes eventos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

internacionais: o *Tourisme, Grandes Candidatures*, atrelado à direção *Attractivité et relations internationales*. Inicialmente composto por dois técnicos e atualmente com uma equipe de cinco profissionais, esse departamento foi concebido para trabalhar nomeadamente no desenho da política de turismo metropolitano (em conjunto com o *ONLYLYON Tourisme et Congrès*) e na identificação de possíveis candidaturas de Lyon para sediar megaeventos, sobretudo esportivos (pesquisa direta, 2015).

Segundo uma das entrevistadas, este órgão foi responsável pela captação de alguns jogos do campeonato europeu de futebol - *UEFA European Championship Euro 2016*, das finais da *European Rugby Challenge Cup* e da *European Rugby Champions Cup* de 2016, a *Copa do Mundo de Bridge* de 2017, além dos jogos de abertura e final da *Copa do Mundo de futebol feminino* em 2019. Ademais, vinculada à atual campanha de captação dos *Jogos Olímpicos de 2025* conduzida por Paris, está atuando para que Lyon possa sediar alguns dos jogos de futebol masculino que, “embora não sejam os mais importantes no conjunto de modalidades dos *Jogos Olímpicos*, ainda assim possuem uma capacidade midiática de difundir a imagem de Lyon”.

Ainda dentro do rol de eventos de grande porte e de incidência internacional, o receituário empreendedorista também recomenda a captação de eventos culturais internacionais, como a *Capital Europeia da Cultura*, ou mesmo o lançamento de eventos próprios relacionados à cultura, às artes e ao entretenimento, afinal, como lembra Sánchez (2010, p. 500), “animação e espetáculo parecem ser componentes essenciais da venda das cidades”. Nesse caso, Lyon foi candidata a ser sediar a *Capital Europeia da Cultura* de 2013, tendo perdido para a candidatura de *Marseille*.

A literatura acadêmica indica como principal benefício resultante da realização de um megaevento a repercussão internacional da cidade anfitriã. Desse modo, argumentos relacionados à promoção do desenvolvimento econômico, ao incremento do turismo, à melhoria das infraestruturas locais e à difusão da imagem da cidade têm sido frequentemente apropriados pelos discursos de governos, em todas as suas esferas, para justificar os esforços públicos cada vez mais intensos para sua captação e organização. Contudo, não obstante os argumentos do mainstream, o que a análise

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

do caso de Lyon permite corroborar é que a verdadeira função dos megaeventos no contexto capitalista é o de:

(...) posicionar a cidade-anfitriã na rede de cidades mundiais para atrair investidores, para realizar grandes transformações urbanas graças a novas infraestruturas, para criar consenso e para mobilizar uma parte não negligenciável da população urbana em torno de uma certa concepção de interesse geral” (GRAVARI-BARBAS & JACQUOT, 2007, p. 02, tradução livre).

Na verdade, o megaevento cumpre com um papel bem mais importante para o capital: ele opera na legitimação do projeto empreendedorista de cidade e de suas necessárias atuações. No caso de Lyon, essa é sem dúvida a perspectiva adotada, sendo comum encontrar nas revistas institucionais de circulação local Lyon Citoyen e Grand Lyon Magazine matérias e editoriais que defendem a política de captação de megaeventos como recurso essencial na “batalha” pela competitividade urbana (leia-se projeto empreendedorista de cidade).

Ao contrário de Barcelona e Rio de Janeiro, onde o megaevento serviu como ponto de partida para a implementação de grandes projetos urbanísticos, em Lyon a perspectiva é de instrumentalizá-lo para um reposicionamento da imagem da metrópole, na concepção dos megaeventos enquanto “veículos do city marketing” (BRAUN, 2008) e “metáforas poderosas das cidades empenhadas em vencer” (SÁNCHEZ, 2010, p. 466). Nesse sentido, a principal argumentação empregada pelos agentes institucionais lyonnais gira muito mais em torno da capacidade do megaevento em projetar a metrópole na cena internacional – “Lyon, atrativa e festiva – Fazer de Lyon uma encruzilhada incontornável da cena europeia” (para usar as palavras de Collomb no editorial da Lyon Citoyen de junho de 2015) –que do legado de infraestruturas que se costuma perpetuar, conforme pode ser observado na seguinte passagem:

O dinamismo internacional e a abertura do Grand Lyon sobre o mundo são dois elementos determinantes para a competitividade de nosso território, sua projeção mas também seu estilo de vida. Para isso, nós escolhemos de nos apoiar nos grandes eventos celebrados na escala internacional (...). Nesse contexto, juntar as forças vivas da metrópole em torno dessas ações, mostrar

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

a internacionalidade dos Grands-Lyonnais são a chave essencial de sucesso (Grand Lyon Magazine, nº 25, setembro de 2008, tradução livre).

É possível perceber nesse trecho que Collomb não apenas justifica a opção pela estratégia empreendedorista do megaevento, como ainda conclama a população a se engajar. Essa foi a tônica da comunicação institucional durante todo o processo de candidatura de Lyon à Capital Europeia da Cultura 2013. Entre 2006 (ano que marcou o início do processo de candidatura) e 2008 (ocasião na qual a candidatura foi indeferida em favor de Marseille), foram diversas matérias em ambas as revistas com a clara intenção de se criar uma mobilização popular em torno da candidatura, em particular, e das políticas empreendedoristas, de forma geral. O discurso de Collomb expressa bem esse anseio: “Esta candidatura é a expressão de uma ambição coletiva de toda uma cidade, de toda uma região metropolitana que tem desejo de se colocar em movimento, de se projetar, de construir o futuro” (Lyon Citoyen de dezembro de 2006, tradução livre).

Nas alegações sobre a importância dessa atuação, o turismo aparece como um dos argumentos que justifica esse tipo de decisão:

Lyon deseja o mundo. (...). Então sonhemos. 2013. Lyon brilha. (...). Como em Lille (2004), Liverpool (este ano), como em Sevilha quando da exposição universal, centenas de milhares de visitantes vêm e vão: públicos “festivaleiros”, evidentemente, mas também empresários e investidores para quem se implanta a maior vitrine do savoir-faire lyonnais (...). Além das subvenções europeias, 2013 deve provocar um afluxo de capitais de empresas as quais se sabe que a vida cultural é um dos primeiros critérios para decidir investir (Lyon Citoyen, julho/agosto de 2008, tradução livre).

Essa mesma matéria também cita os indicadores de Liverpool como algo positivo: 1 milhão de visitas no site oficial da cidade, 5.000 artigos publicados na imprensa mundial e o grande aumento de número de turistas. O turismo, uma vez associado aos resultados econômicos positivos já enfatizados com frequência nos discursos institucionais locais, é apresentado como uma das razões para sua realização. Ou seja, ao menos em certa medida, o megaevento é realizado para gerar

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

os benefícios econômicos do turismo. Nada mais natural, uma vez que um evento de ampla magnitude tende sempre a atrair grandes contingentes de visitantes.

Esse tem sido, aliás, um argumento empregado nos mais diferentes contextos empreendedoristas. No processo de mobilização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, por exemplo, o turismo constantemente foi apontado pelas autoridades municipais e federais como uma das finalidades. Isso se observa inclusive no próprio dossiê de candidatura: “Os investimentos de ambos os eventos são compatíveis com nossa estratégia econômica de longo prazo para gerar investimentos produtivos internos, fomentar o turismo e promover o Brasil nos mercados globais”. Nesse exemplo, o megaevento é colocado como um vetor para melhoria da infraestrutura turística, sendo esse um importante legado para fazer da cidade uma destinação turística de porte internacional.

Diferentemente da situação encontrada no Rio de Janeiro, o que o caso de Lyon mostra é que o emprego do turismo na argumentação em prol do consenso interno é secundário se comparado à sua apropriação na construção argumentativa dos dossiês de candidatura a determinados megaeventos. Considerando que as cidades concorrentes têm se esforçado para apresentar candidaturas bem formuladas e cada vez mais agressivas (GRAVARI-BARBAS & JACQUOT, 2007), os dossiês de candidatura vêm recebendo grande atenção por parte da equipe da GRAND LYON de modo a colocar em evidência as áreas de excelência da metrópole. Dentre os elementos singulares da cidade apresentados nesses dossiês, como o patrimônio UNESCO, a gastronomia e a cultura em geral, e as infraestruturas de alto padrão relacionadas a transportes, espaços públicos, etc., o turismo é colocado como um elemento de destaque.

Em suma, enquanto que em cidades como Rio de Janeiro o turismo foi ou é utilizado como justificativa para a realização do megaevento (no sentido de que a projeção internacional obtida durante a realização do mesmo, bem como algumas das infraestruturas construídas que ficam disponíveis para fins turísticos), o que se percebe a partir da análise do caso de Lyon é que essa é uma questão secundária. Como Lyon já possui uma infraestrutura turística desenvolvida, mais importante que justificar a realização do megaevento como uma forma de incrementar o turismo, o

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que se busca é o convencimento de que são justamente a infraestrutura e o know-howlyonnais em matéria de turismo/hospitalidade que assegurarão o sucesso do evento.

Eis, pois, a particularidade de Lyon no que toca à utilização de megaeventos como estratégia empresarialista da cidade: o turismo (isto é, a infraestrutura e a capacidade de gestão) não é utilizado como a finalidade, mas sim como um elemento de convencimento de que a cidade (Lyon) constitui a escolha mais acertada para a realização do evento. Em outras palavras: enquanto a maioria das cidades insiste na mesmice de que o megaevento será importante para desenvolver o turismo, Lyon inverte essa relação ao se posicionar como o local turisticamente ideal para a realização do megaevento.

Essa estratégia fica evidente, por exemplo, no dossiê da candidatura elaborado com vistas a pleitear a realização de alguns jogos da EuroCup sediada na França em 2016. No prefácio do dossiê, escrito por Collomb, lê-se que Lyon oferece:

Acessibilidade, larga capacidade de acolhimento, equipamentos de qualidade, experiência na organização de eventos, tradição festiva e hospitaleira, excelência esportiva de um clube de elite [o Olympique de Lyon] e um grande estádio emblemático (Lyon Candidature France - UEFA EURO 2016 - Une nature de gagnant, p. 03, tradução livre).

Além disso, na primeira seção do documento que apresenta Lyon enquanto uma cidade hospitaleira, o turismo é usado para atestar a ideia de que se há uma grande procura turística pela cidade (“6 milhões de turistas por ano”) é porque os agentes institucionais locais souberam se engajar ao longo dos anos para melhorar a oferta turística e a imagem. Logo, reforça-se o argumento central do dossiê de que Lyon dispõe de uma grande capacidade institucional para organizar e sediar um evento de grandes proporções.

Seguindo com a apresentação da cidade-candidata, o parque hoteleiro em expansão, a oferta gastronômica e as ligações aéreas também são evidenciados. Nesse sentido, o propósito do turismo aqui é contribuir em termos de infraestrutura necessária para esse tipo de evento.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Diante do exposto, o que resta evidente é que o turismo contribui para a captação do megaevento enquanto uma vantagem competitiva direta, sendo um elemento que ajuda a dar musculatura à candidatura. Dessa forma, o que o caso de Lyon revela é uma relação dialética na qual o megaevento ajuda a incrementar o fluxo de visitantes, estimulando assim o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, ao mesmo tempo em que o turismo (no caso, a estrutura turística prévia) dá suporte ao dossiê de candidatura e à própria realização do megaevento, afinal, o consumidor desse tipo de produto não é (em sua quase totalidade) o morador local. Megaeventos são pensados e produzidos para visitantes.

Diante, pois, da importância do megaevento na dinâmica de empresariamento da cidade, não é com surpresa que se observa a GRAND LYON (2016) declarar que: “para 2016-2021, o objetivo é de maximizar as taxas de transformação das candidaturas para a recepção de grandes congressos ou eventos esportivos em Lyon e de favorecer o desenvolvimento de eventos profissionais” (tradução livre).

## CONCLUSÕES

Empresariar a cidade significa a adoção, por parte dos agentes públicos e privados, de um conjunto de iniciativas em prol da competitividade urbana de forma a expressar a potenciais investidores uma imagem positiva da cidade. Essa imagem de lugar bom para se viver, investir e visitar não é obtida ao acaso, unicamente resultante da construção das vantagens competitivas urbanas. Pelo contrário, uma imagem forte é resultado de um processo de construção da atratividade urbana que começa com o desenho dessas vantagens e que somente termina com a sua comunicação e difusão entre os públicos-alvo da cidade por meio de estratégias de city marketing.

Dentre as estratégias de marketing empregadas atualmente no empresariamento das cidades, destaca-se a captação de megaeventos. No caso de Lyon, verificou-se que a política de atração de megaeventos, sobretudo os esportivos, tem lugar de destaque no seu receituário empreendedorista. De fato, trata-se de uma questão estratégica da agenda urbana lyonnaise, sendo uma das principais vias

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

escolhidas pelos agentes institucionais para destacar Lyon na corrida pela afirmação das metrópoles no cenário internacional.

Nesse contexto, verifica-se que o turismo figura como um dos principais argumentos direcionados à população local para justificar esse tipo de decisão. Esse é o caso não apenas de Lyon, como também se verifica no processo de captação da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

Menos comum, porém, é a contribuição do turismo enquanto elemento de atração em si. O caso de Lyon mostrou que o turismo contribui para a captação de megaeventos enquanto uma vantagem competitiva em si que ocupa lugar de destaque nos dossiês de candidatura lyonnaises analisados neste estudo de caso. Nesse sentido, o turismo é amiúde utilizado como um catalisador de argumentos para viabilizar ações que visam criar atratividade urbana, sendo a candidatura à EuroCup um exemplo.

Com tal perspectiva, pode-se inferir que em cidades onde a abordagem empreendedorista se faça presente, o turismo pode ser útil quando empregado como elemento argumentativo na construção dos discursos destinados tanto aos residentes quanto aos organizadores de megaeventos. Desse modo, pode servir tanto como uma via para a operacionalização de ações públicas que visam a implementação de estruturas na cidade, quanto como uma via de convencimento de públicos-alvo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENKO, G. (1999) Marketing et territoire. In: FONTAN, Jean-Marc; KLEIN, Juan-Luis; TREMBLAY, Diane-Gabrielle. Entre la métropolisation et le village global, Presses de l'Université du Québec, Québec, p. 78-122.

BORJA, J. (1999) As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana. In: FISCHER, Tânia (org). Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais, 2ª ed., Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p.79-99.

BRAUN, E. (2008) City Marketing: Towards an integrated approach, Erasmus Research Institute of Management (ERIM), Rotterdam.

GRAND LYON (2016) Programme de développement économique 2016-2021, Grand Lyon La Métropole, Lyon.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GRAVARI-BARBAS, M.; JACQUOT, S. (2007) L'événement, outil de légitimation de projets urbains: l'instrumentalisation des espaces et des temporalités événementiels à Lille et Gênes, Géocarrefour, vol. 82, n° 3.

HALL, P. (2007) Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX, Perspectiva, São Paulo.

HARVEY, D. (1996) Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio, Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n° 39, São Paulo, p. 48-64.

\_\_\_\_\_. (1989) The Urban Experience, Blackwell Publishers, Oxford.

\_\_\_\_\_. (2005) A produção capitalista do espaço, Annablume, São Paulo.

HATEM, F. (2007) Le marketing territorial – Principes, méthodes et pratiques, Éditions EMS, Colombelles.

JESSOP, B.; SUM, N. (2000) An Entrepreneurial City in Action: Hong Kong's Emerging Strategies in and for (Inter)Urban Competition, Urban Studies, vol. 37, n° 12, p. 2287-2313.

LE GALÈS, P. (1993) Politique urbaine et développement local : une comparaison franco-britannique, L'Harmattan, Paris.

LINOSSIER, R. (2006) La territorialisation de la régulation économique dans l'agglomération lyonnaise (1950-2005) Politiques, acteurs, territoires, Thèse de Doctorat en Géographie, Aménagement et Urbanisme, Université Lumière – Lyon II, Lyon.

MAZUE, E. (2009) Quand la Cité devient internationale... La politique d'internationalisation de Lyon à travers l'exemple de la Cité Internationale de Lyon (1983 – 2008), Institut d'Etudes Politiques de Lyon – Université Lumière Lyon II, Lyon.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES - OCDE. (2007) Villes et compétitivité - Un nouveau paradigme entrepreneurial pour l'aménagement du territoire, OCDE, Paris.

PAYRE, R. (2013) Le projet et la nécessité, l'internationalisation de Lyon comme enjeu politique, in PAYRE, R. (ed), Lyon Ville Internationale – La Métropole Lyonnaise à l'Assaut de la Scène Internationale, 1914-2013., Editions Libel, Lyon, p. 168-185.

SÁNCHEZ, F. (2010) A reinvenção das cidades para um mercado mundial, Argos, Chapecó.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

TOTA, B. (2007) Métropole européenne, économiquement dynamique et agréable à vivre cherche investisseurs, entrepreneurs, universitaires ou visiteurs pour assurer son développement, Institut d'Etude Politiques de Lyon, Université Lumière Lyon II, Lyon.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO (2015) Tourism Highlights: 2015 Edition, UNWTO.

\_\_\_\_\_. (2018). 2017 International Tourism Results: the highest in seven years, UNWTO, Madri.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM PERIFÉRIAS URBANAS: A EXPERIÊNCIA DE TRÊS COMUNIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

João Paulo da Silva

Cristina Pereira de Araujo

### RESUMO

Este trabalho busca compreender o reflexo do Turismo de Base Comunitária (TBC) na produção do espaço urbano. Para tanto, faz-se importante analisar a estruturação do TBC na esfera governamental e seu rebatimento nas comunidades onde ele se desenvolve. Assim, além da discussão teórica, também foi realizada uma pesquisa de campo em comunidades situadas na Região Metropolitana do Recife - Pernambuco. Os resultados demonstraram que o TBC, numa perspectiva miltoniana, é uma horizontalidade, uma das categorias de análise do espaço definida por Milton Santos (2014), pois tem figurado como uma proposta alternativa e que tenta resistir ao modelo hegemônico de estruturação do turismo sobre o espaço urbano, buscando fortalecer aspectos locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção do Espaço; Turismo de Base Comunitária; políticas públicas de turismo; Região Metropolitana do Recife.

### ABSTRACT

This work seeks to understand the reflection of Community Tourism in the production of urban space. It is important to understand how the structuring of Community Tourism in the governmental sphere was achieved and its repercussion in the communities where it develops. For this, besides the theoretical discussion, a field research was also carried out in communities located in the Metropolitan Region of Recife – Pernambuco, Brazil. The results demonstrated that the Community Tourism, in a miltoniana perspective, is a horizontality, one of the categories of space analysis defined by Milton Santos (2014), since it has appeared as an alternative proposal and tries to resist the hegemonic model of structuring tourism on the urban space, seeking to strengthen local aspects.

**KEYWORDS:** Space Production; Community Tourism; tourism public policies; Metropolitan Region of Recife – Pernambuco, Brazil.

## INTRODUÇÃO

O turismo é um importante fenômeno que atua na produção e no consumo do espaço urbano. Ao nos apoiarmos em Milton Santos (2014) e na sua perspectiva teórico-metodológica de compreensão do espaço, infere-se que o turismo é uma atividade que incentiva o surgimento e/ou ressignificação de diversos objetos técnicos que, por sua vez, interferem na lógica da divisão do trabalho nas escalas global, nacional e local. Afinal, como o próprio autor define, o espaço representa um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2014, p. 21).

No caso brasileiro, a lógica global da atividade turística nos leva a um processo de internacionalização dos destinos através da instalação de grandes redes hoteleiras e de complexos turísticos, figurando como uma verticalidade, ou seja, objetos hegemônicos que se inserem na escala territorial formando um espaço de fluxos, conforme ressalta Santos (2014). Enquanto verticalidade, a relação entre o sistema de objetos e o sistema de ações de um determinado espaço de uso turístico passa a ser orientada pelo mercado internacional, chancelada pelo Estado nacional.

Todavia, a preocupação com os impactos que esse modelo de desenvolvimento do turismo vem causando às comunidades locais só viria a ganhar destaque na pauta de ações do Estado brasileiro a partir da criação do Ministério do Turismo (MTUR), em 2003. Entre outras ações, o MTUR apoia o Turismo de Base Comunitária (TBC), um modelo alternativo de turismo, capaz de gerar desenvolvimento local nessas comunidades e formar produtos que pudessem compor a oferta turística brasileira. No âmbito da estruturação do espaço, essa modalidade de turismo pode ser encarada como uma horizontalidade, compreendida como as formas de convivência e regulação criadas a partir do próprio território (SANTOS, 2006).

Dito isto, este trabalho buscou compreender o reflexo do TBC na produção do espaço em três localidades da Região Metropolitana do Recife - Pernambuco, que vêm incorporando esse modelo de turismo como alternativa de geração de trabalho e renda. Na primeira parte do artigo realizamos uma discussão sobre o turismo como agente produtor do espaço e analisamos a estruturação do TBC na esfera pública. Na

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

segunda parte, apresentamos os resultados da pesquisa de campo e das entrevistas semiestruturadas aplicadas com representantes das iniciativas de TBC nas comunidades da Bomba do Hemetério e Ilha de Deus, em Recife, e Amaro Branco, em Olinda.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

### **VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO TBC**

O turismo possui uma importância fundamental como meio de acumulação capitalista e, portanto, interfere decisivamente na produção e no consumo do espaço urbano. Compreendemos o espaço urbano como um “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações”, conforme assinala Milton Santos (2014, p. 21), sendo os objetos o conjunto de elementos fixos no espaço, resultados do sistema de ações, constituído pelas técnicas e pelas relações humanas que produzem e reproduzem o espaço a todo o momento.

Assim, ao utilizarmos uma abordagem geográfica do turismo, devemos considerar que o Estado e o mercado são importantes agentes na produção do espaço, transformando-o em mercadoria na medida em que exacerba o valor de troca em relação ao valor de uso (CRUZ, 2007). Isso pode ser compreendido através do conceito de verticalidade de Santos (2014, p. 106):

As verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. (...) Esse espaço de fluxos seria, na realidade, um subsistema dentro da totalidade-espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico.

No turismo, as verticalidades podem ser representadas pelos padrões globais de desenvolvimento da atividade. Em qualquer que seja o espaço onde a atividade turística se manifesta, recomenda-se o uso de técnicas que padronizam a prestação de serviços nos empreendimentos turísticos, a exemplo do que ocorre nos *resorts* e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

hotéis de rede. Além disso, o processo de mundialização da sociedade, característico da verticalidade, pode ser observado nas tentativas de homogeneização dos espaços de fluxo turístico, através do uso de elementos comuns em vários países ou continentes, como modelos de espaços públicos de lazer, museus, centros de compras, padronização de equipamentos hoteleiros através das redes, etc.

Na contramão dessa lógica convencional e hegemônica de desenvolvimento do turismo, é possível notar o surgimento de modelos alternativos, que valorizam as peculiaridades do território e acentuam a resistência da sociedade aos elementos globalizantes. Esse cenário se aproxima do conceito de horizontalidades, quando Santos (2006, p.110) afirma:

As horizontalidades são zonas de contiguidade que formam extensões contínuas. (...) São contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm neste território a despeito da vontade de unificação e homogeneização típica das verticalidades. A presença dessas verticalidades produz tendências à fragmentação, com a constituição de alvéolos representativos de formas específicas de ser horizontal a partir das respectivas particularidades.

Enquanto as verticalidades se caracterizam pela ação de atores hegemônicos, nas horizontalidades todos os agentes locais são implicados. Para Santos (2002, p. 16), “as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais”.

Nessa perspectiva, o turismo precisa encontrar formas mais respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades anfitriãs. Segundo Murta e Albano (2002), é fundamental que os investimentos no turismo sejam adequados à vocação no lugar, possibilitando a população participar e usufruir de seus resultados.

Destaca-se, assim, o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma modalidade que privilegia o indivíduo e o seu lugar, embora faça parte de um movimento recente. Incentivado em áreas que possuem níveis significativos de vulnerabilidade social e econômica - como as periferias dos grandes centros urbanos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

-, esse tipo de turismo surge em países da América Latina - especialmente na Bolívia, Peru e Chile - e se alicerça em princípios endógenos de desenvolvimento ao considerar a participação popular nos processos de planejamento e gestão da atividade turística (CORIOLANO, 2012).

No Brasil, as primeiras iniciativas de TBC surgem com maior evidência no governo Lula, a partir de 2003, ano da criação do Ministério do Turismo. Nesse período, vários estados do país foram estimulados, através do Plano Nacional de Turismo 2003 - 2007, a atender territórios vulneráveis por meio da implementação de oportunidades de turismo baseadas na participação popular e na potencialização de suas características locais (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Esse acontecimento representou um marco importante na repercussão do turismo na produção do espaço, ou seja, um importante “evento” na visão de Milton Santos (2014). Para o autor, os eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características: “Os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos” (SANTOS, 2014, p. 147).

Surge então o TBC com a missão de proporcionar ganhos significativos a esses territórios no âmbito da geração de emprego e renda, no combate a pobreza e na valorização da cultura local. Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p. 362) o definem como:

Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo-cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Um dos princípios norteadores do TBC refere-se à integração do turismo na dinâmica produtiva local, sem se sobrepor às atividades econômicas tradicionais. Dito isto, é importante entender, como colocam Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), que o TBC não pode ser encarado como a panaceia para os problemas de localidades com alto índice de vulnerabilidade social e econômica. Mas sim, como uma estratégia de desenvolvimento local integrado com as demais atividades do território. Compreendendo o TBC como uma atividade capaz de integrar-se às demais atividades econômicas e sociais de uma localidade, podemos afirmar que esse

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

modelo de desenvolvimento turístico acaba por propiciar o fortalecimento de atividades tradicionais, como a pesca, a agricultura, etc (LENZ, 2011).

Portanto, numa perspectiva miltoniana, podemos considerar o turismo como uma verticalidade à medida que o enxergamos através da introdução de sistemas de objetos estranhos ao lugar, como a hotelaria de rede, os resorts, os parque aquáticos, etc., no TBC se sobressaem as contra-racionalidades, evidenciando-se assim, as horizontalidades.

As horizontalidades, como foi dito, representam os movimentos, as ações e as estratégias de resistência dos territórios à lógica capitalista vigente. Onde o TBC é incentivado, essas horizontalidades tornam-se categoria importante para a compreensão do espaço porque esse modelo de turismo se distingue do convencional, na medida em que a dimensão humana e a dimensão cultural são valorizadas, os saberes e as formas de organização social do lugar, além das atividades produtivas que são características daquele território (MALDONADO, 2009). Esse tipo de turismo representa uma contra-racionalidade porque suas características são concebidas e criadas a partir do próprio território, privilegiando o envolvimento de diferentes atores sociais locais, de forças endógenas, indo na contramão das formas convencionais de exploração turística dos territórios, pautadas na acumulação de capital e no atendimento a lógicas econômicas e produtivas globais, características das verticalidades.

## **A ESTRUTURAÇÃO DO TBC NO BRASIL**

Em fevereiro de 2003 a Embaixada da França no Brasil, por meio de um programa de cooperação em economia solidária, reuniu diferentes atores e instituições com o objetivo de potencializar a discussão sobre tipos de turismo no país que pudessem ser estimulados como alternativa ao modelo convencional e hegemônico, que tende a excluir e concentrar riquezas. Desse debate nasce a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) com a visão de tornar o Brasil um país referência no Turismo Comunitário e a missão de construir, fortalecer e disseminar modelos economicamente viáveis, ambientalmente responsáveis e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

socialmente justos por meio do turismo junto a comunidades rurais, tradicionais e urbanas (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011)

A Rede tem por objetivo fortalecer as iniciativas que já vêm operando dentro de uma perspectiva mais humanista e despertar, com isso, o interesse de outras comunidades para a construção de um turismo diferente, inclusivo e sustentável.

No âmbito do Ministério do Turismo, como afirmam Silva, Ramiro e Teixeira (2009), a discussão sobre TBC está relacionada à segmentação da atividade turística e, em geral, foram os representantes das iniciativas que provocaram o Governo Federal para que o mesmo se posicionasse no debate e estabelecesse, com isso, um direcionamento da Política Nacional de Turismo que pudesse fortalecer esse tipo de oferta no mercado turístico do país.

Dessa forma, no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, realizado em 2007, foi realizada uma reunião técnica para discutir o tema com a presença de técnicos do Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, como também representantes de algumas iniciativas de TBC pioneiras no Brasil: Acolhida na Colônia (SC), Projeto Bagagem (SP) e Fundação Casa Grande (CE).

Esse movimento resultou numa ação do Ministério do Turismo para estimular o surgimento de novas alternativas ao modelo convencional de turismo no país, que foi o lançamento, em 2008, de um edital de chamada pública para a seleção de projetos de fomento e apoio financeiro a iniciativas de TBC. O edital em questão foi elaborado pelo Ministério do Turismo com o apoio das organizações envolvidas diretamente com o segmento em questão, porém, com submissões, consulta pública, tanto no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável de 2008, em Fortaleza, como ao Ministério do Meio Ambiente, em todos os casos para discussão, reformulação e adequação do material (BRANDÃO, 2014).

O objetivo do Ministério do Turismo era o de fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de TBC, além de apoiar o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território, buscando a qualificação, certificação,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

apoio à produção associada ao turismo e o desenvolvimento local/inclusão social (MTUR, 2008).

Além disso, no documento destacava o formato das iniciativas que deveriam ser apoiadas:

(...) Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2008, p. 01).

A justificativa, portanto, concentrou-se de no fortalecimento de iniciativas que optam por uma atividade constituída por redes solidárias e justas, com foco no desenvolvimento local. Essa premissa se apoiou na realidade de alguns países latino-americanos que já vêm estimulando o TBC como alternativa ao turismo convencional:

As experiências de vários países, como o Equador, o Peru e, principalmente, a rede TUSOCO da Bolívia, apontam a possibilidade de desenvolver-se a atividade turística em um modelo em que as comunidades locais participam ativamente do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades turísticas e conseguem gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico. A atuação de operadores turísticos especializados, com destaque aos europeus, também demonstra o potencial deste nicho turístico (MTUR, 2008, p. 02).

Houve uma propensão maior para apoiar as iniciativas que já existiam e que visavam o fortalecimento de grupos organizados que já produziam bens e serviços voltados a atender a demanda turística. Estavam habilitadas a participar do edital ONGs, fundações, associações, OSCIPs e consórcios, além de órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta dos Estados, Municípios e o Distrito Federal. Todas as entidades deveriam demonstrar expertise relativa ao turismo, ao desenvolvimento local e à inclusão social.

Para a apreciação das propostas, cada entidade proponente deveria contemplar, pelo menos, uma linha temática e prever uma solicitação de apoio financeiro entre 100 e 150 mil reais, cujo prazo não deveria ultrapassar 18 meses.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Caberia ao Ministério do Turismo a fiscalização dos projetos apoiados através de visitas técnicas nas localidades onde eles estavam sendo executados e de relatórios analíticos com base nas metas definidas em cada plano de trabalho. Assim, foram selecionados 50 projetos de Turismo de Base Comunitária.

Como ressaltam Silva, Ramiro e Teixeira (2009), a previsão inicial era o recebimento de cerca de 100 projetos, com a seleção de 10 a 15 para apoio financeiro. Porém, foram recebidos mais de 500 projetos, superando as expectativas do Ministério do Turismo. As regiões Sudeste, Sul e Nordeste foram as que mais enviaram propostas, como mostra o gráfico abaixo:

Houve uma grande variedade de instituições que apresentaram propostas. Participaram do edital o poder público municipal e estadual, além de organizações sem fins lucrativos como ONGs, fundações, instituições de ensino superior, associações, cooperativas e outras entidades comunitárias. Todas as Unidades da Federação e o Distrito Federal enviaram propostas, mas os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia estão entre os que apresentaram o maior número de propostas.

Segundo o Hallack, Burgos e Carneiro (2011) a decisão do Ministério do Turismo em apoiar o TBC considerou que a expansão da gestão da atividade turística deveria estar sob a responsabilidade das comunidades locais, aliado a indicadores que apontavam o sucesso de outras experiências que tinham sido apoiadas pelo órgão antes do lançamento do edital. Além disso, os autores colocam que:

(...) do ponto de vista da demanda, pesquisas nacionais e internacionais demonstram o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências com culturas diferentes e ambientes preservados, revelando a potencialidade das iniciativas de turismo comunitário no Brasil (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 22).

Percebe-se que o principal resultado esperado com o desenvolvimento do TBC no país foi o de proporcionar ganhos substanciais ao território e às pessoas que ali vivem, seja no âmbito da geração de emprego e renda, como na valorização da cultura local, dos recursos naturais e na melhoria de infraestrutura básica estimulada pelo do

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

fluxo de visitantes nos destinos de TBC. Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p. 363) afirma que “a interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante”.

O apoio do Ministério do Turismo ao desenvolvimento do TBC no Brasil ocorreu no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT) e da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTUR). É importante ressaltar que esse eixo de atuação está alicerçado, como enfatizamos ao longo do trabalho, às diretrizes do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – *Uma viagem de inclusão*, baseado numa estratégia que alia o crescimento do turismo à distribuição justa de renda e ao desenvolvimento do território e das pessoas, perspectiva que também se observou no Plano seguinte.

É importante dizer que, após ter apoiado as 50 experiências de TBC selecionadas em 2008, o Governo Federal, com a participação de alguns estados e municípios continuaram a estimular a ampliação dessa oferta, inclusive com a participação de outros agentes de indução do TBC, como as instituições de ensino e as fundações de apoio ao desenvolvimento local. Porém, por estarmos vivenciando um hiato na política nacional de turismo, ainda não é possível mensurar os rumos que o TBC poderá ter nos próximos anos.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-PE**

No Estado de Pernambuco o desenvolvimento do TBC ainda é tímido. O que se percebe é que as iniciativas que têm despontado na região vêm alcançando essa condição graças ao envolvimento de organizações não governamentais e instituições ligadas às questões sociais, mas sem um apoio efetivo do Estado, como proposto pelo MTUR.

Para fins desse trabalho, elegemos três experiências de TBC na Região Metropolitana do Recife: Bomba do Hemetério e Ilha de Deus, no Recife, e Amaro Branco, em Olinda. A justificativa para escolha dessas iniciativas se dá pela

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

regularidade de operação e pelo nível de estruturação dos seus produtos turísticos. Faremos uma breve descrição das experiências a fim de compreendermos como o TBC foi desenvolvido nas localidades e quais os aspectos que contribuíram para que esta atividade representasse uma contra-racionalidade – horizontalidade - na produção do espaço urbano.

## **BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE TBC**

### *BOMBA DO HEMETÉRIO – RECIFE-PE*

Localizado na zona norte do Recife, o bairro da Bomba do Hemetério possui cerca de 12 mil habitantes e características topográficas e sociais comuns às demais localidades dessa região da capital pernambucana, formada por áreas de morro, terreno acidentado, moradias verticais e irregulares e infraestrutura básica deficiente.

Contudo, o local se destaca pela quantidade de grupos culturais e agremiações carnavalescas, sendo uma das principais forças da cultura popular no Estado. O Turismo Comunitário começou a ser implementado na Bomba em 2008, através do Programa “Bombando Cidadania” promovido pelo Instituto Walmart. Essa iniciativa foi determinante para a articulação de políticas públicas que acentuassem as possibilidades de empreendedorismo através da valorização da cultura popular (IADH, 2017).

Visando esse potencial, no ano seguinte foi criado um projeto de roteirização turística em parceria com o Ministério do Turismo que incluiu e fortaleceu diversos grupos locais do bairro, que se engajaram na criação de produtos turísticos e no fortalecimento das demais atividades produtivas locais (IADH, 2017).

As atividades e os roteiros turísticos que são operados hoje na Bomba do Hemetério fazem parte do Circuito Bomba Cultural, que oferece visitas guiadas aos atrativos culturais do bairro e de localidades vizinhas, como o bairro do Alto José do Pinho. Para isso, foram realizadas diversas oficinas de capacitação com artistas, grupos culturais, microempreendedores, artesãos e com o receptivo turístico. O

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

circuito é comercializado pela Universidart, uma organização não governamental que surgiu a partir do Programa “Bombando Cidadania”, a fim de atuar na gestão das atividades ligadas ao Turismo Comunitário e a economia criativa.

## *ILHA DE DEUS – RECIFE-PE*

A Ilha de Deus, situada na zona sul do Recife, está localizada no centro do maior manguezal urbano do Brasil, na reserva estuarina da bacia do Pina. Começou a ser ocupada nas primeiras décadas do século XX, e desde o início de sua constituição, a pesca vem sendo a atividade econômica predominante. O manguezal, vegetação característica da paisagem recifense, é fonte de atividades de sobrevivência relacionadas com a pesca, no caso da Ilha, de camarões, caranguejos, unhas-de-velho, siris e sururus.

A partir de 2011, a comunidade passou por um processo de urbanização executado pelo Governo do Estado de Pernambuco, furto de diversas lutas dos moradores locais. As palafitas deram lugar às casas de alvenaria mais dignas e as ruas cheias de lama, ao saneamento básico.

Além dos equipamentos públicos referenciados, à população é atendida por instituições comunitárias, com destaque para o Centro Educacional Popular Saber Viver, uma organização não governamental com mais de 30 anos de existência e que vem desenvolvendo atividades no campo da economia solidária, economia criativa, formação e capacitação profissional, projetos de educação ambiental e, mais recentemente, vem estimulando o desenvolvimento do turismo como alternativa de geração de trabalho e renda no local.

Há quase dois anos a comunidade se engajou do desenvolvimento do turismo, pois percebeu que essa atividade pode estimular a implementação de outras políticas públicas, além de promover os valores culturais e ambientais característicos do local e a geração de novas oportunidades de emprego e renda aos seus habitantes.

Atualmente, acontecem passeios de catamarã semanais até a Ilha de Deus, roteiros pedagógicos com escolas e instituições de ensino superior da região, além de visitas guiadas a grupos agendados. Essas visitas contemplam um circuito

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

panorâmico pela comunidade que colocam o visitante em contato com a cultura local, com a gastronomia e com os aspectos naturais e produtivos.

## *AMARO BRANCO – OLINDA-PE*

O bairro do Amaro Branco está localizado no entorno do sítio histórico da cidade de Olinda e, apesar de não ser costumeiramente contemplados nos circuitos turísticos das agências de viagens, a localidade conta com a presença de diversas manifestações da cultura popular pernambucana ligadas a arte, à dança e ao artesanato.

Desde 2009 que o bairro, assim como outros da periferia olindense, vem sendo alvo do Projeto “Turismo da Gente”, uma iniciativa criada pelo Instituto de Cooperação Econômica Internacional – ICEI com o intuito de desenvolver e difundir o Turismo Comunitário fundamentado no envolvimento direto das comunidades na elaboração e gestão da oferta turística. Além disso, o projeto tem como objetivo fortalecer o setor do turismo como instrumento de inclusão social, de desenvolvimento local participativo e de valorização do patrimônio imaterial e das tradições da cultura popular destas comunidades (ICEI, 2017).

Através de uma construção coletiva o ICEI está apoiando a geração de uma **Rede de Turismo Sustentável de Olinda**, composta por mais de 60 atores de três principais setores: Arte e Cultura; Empreendimentos Comunitários; e Serviços Turísticos.

Para participar do circuito do Turismo Comunitário em Olinda promovido pelo ICEI através do Projeto “Turismo da Gente”, o turista que visita a cidade pode visitar a sede da instituição que fica localizada no sítio histórico e contratar passeios específicos (como circuitos pelas comedorias populares, pelas agremiações carnavalescas ou visita aos ateliês dos artistas locais, por exemplo), além de vivências realizadas nas sedes dos grupos culturais ligados à dança, à música e ao artesanato, existentes no bairro do Amaro Branco.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## O TBC POR QUEM FAZ

O conceito de horizontalidades pode ser identificado no TBC na medida em que essa atividade representa, à luz do conceito miltoniano, uma contra-racionalidade, uma forma de resistir à hegemonia do capital e desenvolver a atividade turística a partir dos anseios do próprio local, com a participação da comunidade que ali reside. Pretende-se demonstrar como essas horizontalidades se manifestam nessa modalidade de turismo, promovendo o diálogo entre a teoria miltoniana e os depoimentos de alguns atores locais envolvidos diretamente com as iniciativas de TBC na RMR, nosso locus de pesquisa.

No turismo, quando há incentivo de participação dos atores sociais locais no processo de planejamento e gestão da atividade, amplia-se a possibilidade de benefícios importantes ao local, como a geração de emprego e renda, a preservação dos recursos naturais e culturais e a melhoria da autoestima das pessoas que fazem parte daquele território. Na comunidade da Ilha de Deus é possível identificar esse fenômeno trazido pelo TBC, segundo explica a senhora Josenilda, presidente do Centro Social Saber Viver:

O turismo trouxe muitas coisas importantes para a comunidade. Hoje as pessoas, que só trabalhavam com a pesca, agora trabalham em outras atividades voltadas ao turismo comunitário, como artesanato, gastronomia, condução turística, passeios de barco pelo rio, etc. Além disso, conseguimos estimular a preservação do manguezal através da sensibilização dos moradores e dos turistas. Todo mundo agora tem orgulho de dizer que mora da Ilha de Deus.

Na Bomba do Hemetério, os benefícios também foram sentidos, principalmente pelos agentes que representam os grupos e agremiações culturais do bairro, como explica Jorge, artista, produtor cultural e morador do local:

Os grupos de cultura passaram a ser mais bem valorizados. Muitos conseguiram, através do desenvolvimento do turismo, construir ou reformar suas sedes, que eram precárias. Antes, muitos grupos não tinham lugar para se apresentar ou ensaiar. Antes, nós tínhamos que sair da comunidade para se apresentar em outros locais. Agora, o turista vem até nós. É diferente para ele participar de uma apresentação de um maracatu, por exemplo, no local onde esse grupo surgiu e se desenvolveu.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Já no caso do bairro de Amaro Branco, em Olinda, a coordenadora do projeto do Turismo da Gente, da Ong ICEI, ressalta que o desenvolvimento do projeto possibilitou a inserção de muitos agentes locais produtores de cultura popular que não costumavam fazer parte dos circuitos turísticos das agências de turismo. Ela ainda explica que:

Essa inserção não só passou a dar voz e vez a pessoas e grupos esquecidos na cidade pelo poder público, como também pôde ampliar a oferta turística da cidade. O turista que faz o circuito através do projeto tem a possibilidade de conhecer mais espaços, locais e grupos culturais que ele não conheceria se tivesse contratado um city tour de uma agência convencional.

Outra questão que é possível perceber trata do fortalecimento dos atores locais. Esse empoderamento pela via do TBC tende a tornar as pessoas da comunidade mais resistentes aos processos de verticalização, embora quase sempre inevitáveis. É o que Milton Santos (2014, p. 286) explica quando afirma que as horizontalidades “são o retrato de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Esse processo que visa enaltecer os agentes locais que produzem e reproduzem o espaço urbano pode ocorrer de diferentes maneiras no desenvolvimento do TBC. Através do Projeto Bombando Cidadania, por exemplo, promovido pelo Instituto Walmart, várias oficinas foram realizadas na fase de implantação do projeto e que visavam a formação de lideranças comunitárias. Essas oficinas abordavam diversos temas importantes à formação do cidadão, como afirma a coordenadora da primeira fase de implantação do projeto no bairro, Karina Zapata:

As oficinas tinham o objetivo de inserir aquela comunidade em assuntos que eram comuns e importantes para qualquer cidadão. Abordávamos questões relacionadas aos direitos humanos, direito à cidade, meio ambiente, política e cidadania. Nosso intuito era o de formar pessoas mais conscientes dos seus direitos e deveres que pudessem estar à frente do desenvolvimento do turismo e da economia criativa na Bomba.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Na Ilha de Deus esse processo vem se dando mediante a realização de fóruns semanais, mobilizados pelo Centro Social Saber Viver, que contam a presença dos moradores da comunidade. Para a senhora Lânia, pescadora e moradora da Ilha, esses fóruns têm sido fundamentais para o sucesso do TBC na comunidade:

Agente tem a oportunidade de dar nossa opinião, de discutir o que é melhor para a comunidade. Eu sempre participo porque eu vejo que o turismo está mudando a Ilha para melhor, mas se nós não tomarmos conta disso, podem chegar empresas de fora e explorar de uma forma de não vai boa pra ninguém porque elas [as empresas] só pensam no lucro.

A fala acima chama a atenção para o potencial que o TBC tem para elucidar os agentes locais do espaço urbano sobre a lógica econômica vigente, pautada na acumulação do capital que, para isso, necessita explorar algumas localidades em detrimento do enriquecimento de outras. O senhor Nildo, que possui uma comedoria popular no Amaro Branco, reforça que o desenvolvimento do TBC implica também a formação de indivíduos mais conscientes críticos do papel do poder público:

O turismo é uma atividade que mexe com tudo. E, para dar certo, é preciso que o poder público faça a sua parte garantindo que a população tenha acesso a serviços básicos como educação, saneamento, saúde. É o poder público que deve investir em infraestrutura básica, melhorar a segurança, a sinalização das ruas... Quando começamos a participar do projeto [Turismo da Gente] a gente passa a compreender tudo isso e a cobrar mais dos nossos políticos.

Mesmo com a presença marcante de horizontalidades no TBC, é importante frisar que a lógica do turismo convencional é hegemônica e se faz presente em todo momento. O turismo transforma o espaço em uma mercadoria e, para tanto, precisa atender minimamente a normas globais de qualidade em serviços e produtos para ser capaz de existir e de atender a uma demanda de consumidores que, mesmo sensíveis e interessados no TBC pelo que ele produz e representa para local, sempre buscam satisfazer as suas necessidades de consumidores constituídas pela lógica do capitalismo. Sobre essa questão, observemos os depoimentos abaixo:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Embora o turismo aqui seja mais voltado para o social, nós sabemos que precisamos ter qualidade ou ninguém vai querer nos visitar, comprar nossos produtos (FÁBIO – Condutor local da Ilha de Deus).

Mesmo sendo feito numa comunidade da periferia do Recife, os turistas são exigentes. Eles querem ver que aqui tem segurança, tem comida boa. Porque eles estão pagando pelo passeio e quem paga vai sempre exigir qualidade (RIVALDO – Condutor local da Bomba do Hemetério).

O Turismo Comunitário também precisa obedecer a leis e normas para que tudo seja feito dentro do que o turista espera. Não é porque é um tipo de turismo que é feito em comunidades mais pobres que não deve ter um rigor de qualidade, de serviço (SEVERINO – Guia de turismo do Projeto Turismo da Gente – Olinda).

Esse fenômeno pode ser explicado pela interpretação das forças centrípetas e forças centrífugas que, segundo Santos (2014, p. 286), “atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas”. As primeiras conduzem ao processo de horizontalidade, já as segundas a um processo de verticalização. Porém, como afirma Santos (2014, p. 287):

Em todos os casos, sobre as forças centrípetas vão agir forças centrífugas. (...) Tal superposição faz com que a explicação do que se passa dentro de cada área deva obrigatoriamente incluir as escalas superiores. A solidariedade interna ao subespaço, providenciadas pelas forças centrípetas, está permanentemente perturbada pelas forças centrífugas e deve permanentemente ser refeita.

Embora a tendência atual seja a de uma unificação vertical dos lugares, ou seja, de uma homogeneização de técnicas e objetos baseados em estratégias globais de desenvolvimento, “os lugares também podem refortalecer-se horizontalmente, reconstruindo, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão com a sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 2014, p. 288). Observamos esse processo de resistência no TBC na medida em que o seu modelo pautado na autogestão e na participação popular têm contribuído para o empoderamento dos agentes sociais locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos de caso apresentados, podemos inferir que a influência do TBC na produção do espaço constitui uma temática que merece um aprofundamento teórico e empírico ainda maior. Ao utilizarmos a perspectiva teórico-metodológica de Milton Santos, valendo-se de algumas categorias de análise do espaço, percebemos que é necessário um esforço ainda maior para compreender as transformações que são operadas pelo turismo, necessitando de uma ampliação consistente no seu campo de análise. afinal, o turismo por si só não se explica. É na relação com o espaço que ele se realiza e, portanto, a partir de sua compreensão, é que se pode analisá-lo.

Ao evidenciar os movimentos que são engendrados pelo próprio território, a partir do TBC, a fim de resistir a uma lógica econômica hegemônica de produção do espaço, foi possível revelar que o mesmo tem representado uma importante contraracionalidade na produção do espaço das localidades da Bomba do Hemetério, Ilha de Deus e Amaro Branco, pois esse modelo de turismo tem estimulado a participação popular em movimentos que mobilizam capacidades e energias endógenas em prol da geração de emprego e renda, do combate a pobreza, da valorização dos recursos e do patrimônio local, como também no empoderamento dos atores sociais locais envolvidos diretamente com a atividade.

Embora o turismo convencional, expresso pela padronização da oferta hoteleira e serviços, seja predominante em Recife e Olinda, mais condizentes com o conceito de verticalidades à medida que introduzem elementos exógenos ao lugar e produzem sensação de estranhamento para a população autóctone, é importante sinalizaré possível o turismo se realizar no espaço enquanto mercadoria e ao mesmo tempo incluir a população local no processo de estruturação do turismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BRANDÃO, J. O. S. **Turismo de base comunitária**: ressignificando a concepção de comunidade. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Brasília-DF: 2014.

CORIOLOANO, L. N. O Turismo Comunitário no Contexto da Globalização. In: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (orgs). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CRUZ, R. C. A. (coord.). **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

HALLACK, N.; BURGOS, B.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente sustentável**, ano VI, vol. I, 2011.

IADH. Instituto de Acessoria para o Desenvolvimento Humano. Programa Bombando Cidadania. Disponível em: < <http://www.iadh.org.br/tag/bombando-cidadania/>> Acesso em 29 de Março de 2017.

ICEI **Brasil**. Projetos e Ações. Disponível em: < <http://www.iceibrasil.org.br/2012/07/18/projeto-turismo-da-gente-2/>> Acesso em 29 de Março de 2017.

LENZ, T.C.Z. Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 39-46.

MALDONADO, C. O Turismo Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MTUR. Ministério do Turismo. Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/No 001/2008. 2008.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (orgs). **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006a.

\_\_\_\_\_. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; DE SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR-Hucitec, 2002.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SILVA, K.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B. Fomento ao Turismo de Base Comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.;

## O TURISMO NA FAVELA DO VIDIGAL: BASE COMUNITÁRIA OU BASE MERCADOLÓGICA?

Fausi Kalaoum

Patricia Santiago

### RESUMO

Esse trabalho teve com objetivo principal analisar criticamente a forma como se deu a intensificação dos fluxos e ofertas turísticas que ocorreram na favela do Vidigal, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no ano de 2012, pelo viés do Turismo de Base Comunitária (TCB). A partir desse acontecimento, o Vidigal, favela vizinha de bairros como Ipanema, Leblon e Copacabana, conhecidos mundialmente como bairros turísticos, foi palco do crescimento não apenas da demanda, mas também da oferta turística. Assim, o principal questionamento a ser respondido por essa pesquisa foi: “estaria a atividade turística no Vidigal apoiada nos princípios do Turismo de Base Comunitária?”. Para alcançarmos resultados, esse trabalho foi construído com o uso de referencial teórico, entrevistas e observação em campo. A conclusão obtida ao fim da pesquisa aponta que o turismo no Vidigal está pautado em uma lógica mercantil e até mesmo exploratória, diferentemente da sua favela “irmã”, a Rocinha, que é apontada por Freire-Medeiros como tendo a prática do turismo de base comunitária.

Palavras Chaves: Vidigal. Turismo. Favela. Turismo Comunitário.

### ABSTRACT

This paper had as main objective to analyze critically, by the bias of the community tourism, the intensification of the fluxes and touristic supply that occurred in the favela of Vidigal, located in the South Zone of Rio de Janeiro city, after the occupation of the Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) in the year of 2012. From this moment, Vidigal, neighbor favela of Ipanema, Leblon and Copacabana world wide known as touristic neighborhoods, was a stage of the growth not only of the demand, but also the touristic supplies. Thus, the principal questioning of this research was “would the touristic activity in Vidigal be supported by the principles of Community Tourism?”. To achieve these results, this work was constructed with theoretical references, interviews and field observations. The conclusion obtained in the end of the research points that the tourism in Vidigal is ruled by a Market Logic and even exploratory, differently of its sibling favela “Rocinha”, that is pointed by Freire-Medeiros as Community Tourism Favela model.

Keywords: Vidigal. Tourism. Favela. Community Tourism.

## INTRODUÇÃO

As primeiras moradias do Vidigal foram erguidas na década de 1940, na margem da atual Avenida Niemeyer, que teve sua construção iniciada pelo engenheiro João Dantas, em 1886. Apesar de investir todo o seu patrimônio na tentativa de finalizar uma linha de ferro que ligaria o local que hoje corresponde ao Vidigal ao litoral Sul Fluminense<sup>50</sup>, o projeto do engenheiro não se concretizou até o fim de sua vida, mas serviu como base para a construção da Avenida que liga os bairros Leblon e São Conrado (MAXWELL *apud* TEPEDINO, 2007, p.60).

De acordo com o relato de um dos moradores da favela, as primeiras construções foram erguidas ao lado de onde hoje está construída a ciclovia Tim Maia<sup>51</sup>. Ainda segundo o relato, tal localidade passou a ser conhecida como Roberto Marinho, em alusão ao ex-empresário fundador da Rede Globo de Televisão. Essas mesmas construções, no entanto, foram demolidas e alguns de seus moradores foram transferidos para conjuntos habitacionais (como o de Vila Kennedy e o de Antares), outros recomeçaram a construção de suas casas na área denominada Catorze (14), ainda dentro da favela do Vidigal. A principal entrada do Vidigal, conhecida como Praça ou Pracinha só viria a ser ocupada posteriormente, concomitante com as moradias tanto do Catorze para acima (em direção as localidades da Pedrinha e do Largo do Santinho), como pelas diagonais que resultaria nas construções da Avenida Presidente João Goulart e proximidades (Rua 3, Rua Nova etc.).

Assim como nas favelas mais antigas, os moradores do Vidigal não escaparam das tentativas de remoção. Mesmo com a criação da Fundação Leão XIII (1947), que tinha o objetivo de atuar nas favelas a partir de medidas sócio-políticas – através de saúde, educação e habitação - ainda assim os moradores do Vidigal vivenciaram a primeira tentativa de remoção em 1958, através da empresa Melhoramentos do Brasil

---

<sup>50</sup> O litoral Sul Fluminense, também conhecido como Região Turística da Costa Verde, engloba os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

<sup>51</sup>A Ciclovia Tim Maia foi inaugurada em Janeiro de 2016, tendo 3,8 km de extensão, ligando os bairros do Leblon e São Conrado.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(MAXWELL *apud* TEPEDINO, 2007). Em 1967, em consequência da expansão demográfica dos bairros de Ipanema e Leblon, os moradores de Vidigal sofreram a segunda tentativa de remoção. Nesse mesmo período, a associação de moradores do Vidigal foi criada e por meio de lutas políticas, conquistou o direito de reparar os barracos em más condições, garantido assim a sua permanência.

Durante a construção do hotel de luxo Sheraton em 1968, acontece a tentativa de privatizar a praia conhecida como Praia do Vidigal ou Prainha. A atuação do hotel revoltou os moradores da favela, que representados juridicamente pela Pastoral das Favelas, por meio dos juristas Sobral Pinto e Bento Rubião, garantiram o direito de uso da praia (MAXWELL *apud* TEPEDINO, 2007). Segundo Gonçalves (2013), no ano de 1977 ocorreu uma terceira tentativa de remoção dos moradores com o pretexto de proteger a vida dos moradores que corriam risco de desabamento.

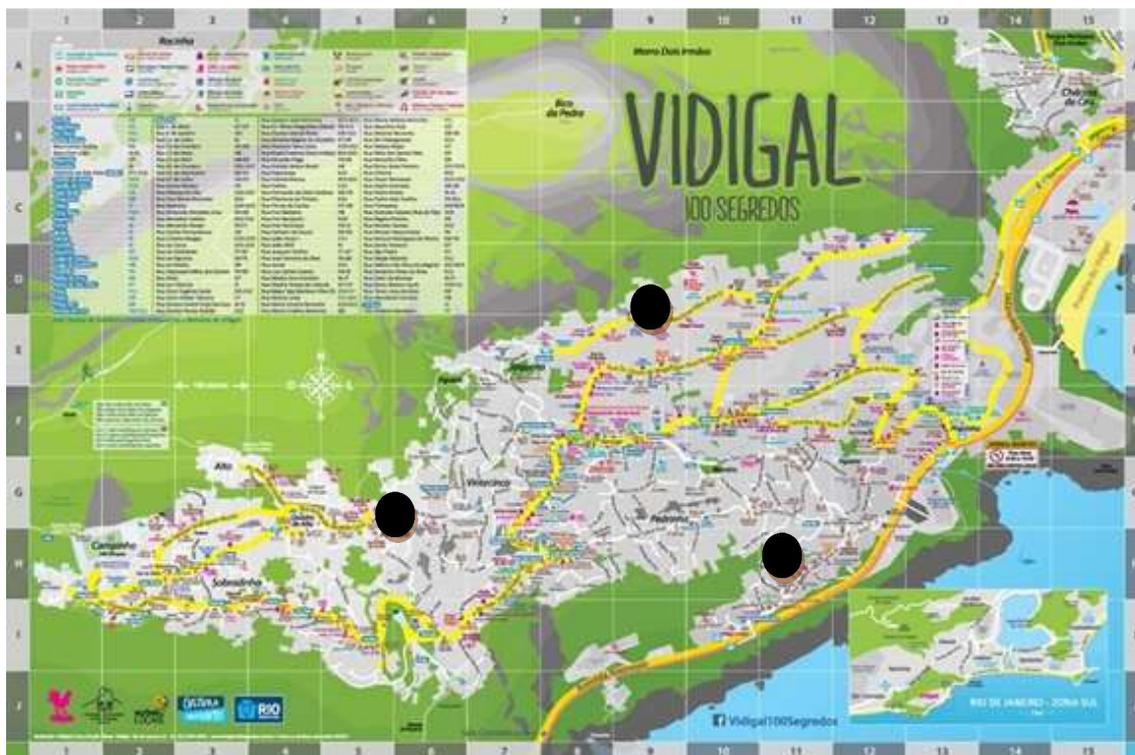
Em disputa jurídica, os moradores da favela do Vidigal não somente garantiram a permanência no local, mas também criaram um marco de encerramento das políticas de remoção coletiva com argumento político de urbanização do espaço. Dois anos mais tarde, os moradores do Vidigal receberam a ilustre visita do Papa João Paulo II que proporcionou melhorias de infraestrutura na favela.

## **A ANÁLISE DO TURISMO NO VIDIGAL PELA PERSPECTIVA DA BASE COMUNITÁRIA**

No século XXI, no ano de 2010, os dois primeiros albergues (ou *hostels*) surgiram no Vidigal: o Alto Vidigal, localizado na subárea conhecida como Arvrão; e o Vidigalbergue, localizado no Catorze. Em 2011, foi a vez de o terceiro albergue ser inaugurado, dessa vez, o *Vidigalhouse*, localizado na Rua Três. A **figura 1** ilustra a localidade dos três hostels:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Figura 1- Localidade dos três primeiros *hostels* da favela



Fonte: Vidigal 100 segredos

Ao fim de 2011, soldados do Batalhão de Operações Especiais, o Bope, ocuparam o morro durante a madrugada, dando início assim ao processo de instauração da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que teria a sua sede “inaugurada” em janeiro de 2012, criando assim um marco de **intensificação de fluxos e ofertas turísticas no morro do Vidigal**. Optou-se por utilizar o termo intensificação, pois, durante o trabalho de pesquisa, foram entrevistados quatro moradores locais, sendo dois deles ligados diretamente ao trade turístico e dois não. Um dos questionamentos tinha como objetivo investigar a gênese dos fluxos turísticos no morro (Quando o Vidigal começou a receber turistas?) e as respostas obtidas foram as seguintes:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

“Ao meu perceber, desde 2011”. (Proprietária do hostel - Entrevista concedida em 16/09/2017)

Não há data ou momento específico, mas pode se dizer que passamos a receber pessoas estrangeiras e diferentes partes do estado e do país como uma maior frequência, após a vinda do Papa João Paulo II, na favela”. (morador e guia local - entrevista concedida em 06/09/2017)

Ele sempre foi muito visitado, mas é claro que depois da UPP, o turismo começou a acontecer com mais frequência, desde o início da UPP. O que em geral mudou, né, depois da UPP foi justamente essa frequência. Deu o aumento do turismo né? E também novos estabelecimentos comerciais, como restaurantes, hotéis, hostels... enfim, tudo isso aumentou bastante o turismo no Vidigal, sem contar que após UPP, o Vidigal que era relativamente pop ficou um pouco mais. E também eu acredito que o Nós do Morro também impulsionou um pouco, propagou né, o Vidigal de uma forma geral devido a ascensão dos atores, do grupo e também a divulgação internacional né? A partir do filme do Cidade de Deus, a gente teve uma divulgação muito forte, o Vidigal como um todo”. (ator residente - entrevista concedida em 18/09/2017)

O Vidigal sempre recebeu muitos turistas porque aqui praticamente é o coração da Zona Sul. É a comunidade mais bem vista do Rio de Janeiro. Então o movimento de turista sempre teve um movimento bom, mas o tráfico atrapalhava muito, né, antigamente. E hoje o movimento é muito maior, mas sempre teve movimento muito legal”. (garçom - entrevista concedida em 02/10/2017)

Assim, não há um entendimento de quando os fluxos turísticos começaram a surgir no Vidigal, mas é inegável que a partir de 2012, com a entrada da UPP, os moradores do morro puderam testemunhar um *boom* em inauguração de estabelecimentos, fossem esses diretamente ligados a atividade turística, como no caso dos meios de hospedagens, ou a ofertas de apoio à atividade que tivessem os visitantes como público alvo bem definido.

No primeiro caso, houve um alastramento de ofertas de hospedagem da tipologia “albergue”, sendo sua principal característica os leitos em quartos compartilhados – podendo comportar mais de dez pessoas em um quarto – separados ou não por sexo. Se em 2011, esse número era de apenas três unidades, durante os períodos dos megaeventos no Rio de Janeiro, entre 2014 e 2016, cerca de vinte cinco albergues (ou hostels) se mantiveram em funcionamento no Vidigal, **sendo grande parte de empreendimentos familiar ou dos próprios moradores do morro**. Já no  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

segundo caso, apresentam-se alguns estabelecimentos com produtos formatados para o consumo dos visitantes, como é caso de restaurantes com cardápios bilíngues ou os espaços para festas e eventos, como por exemplos o Bar da Laje, Alto Vidigal e o Hotel Mirante do Arvrão.

O grifo no parágrafo acima chama atenção para uma informação importante: o fato de boa parte dos meios de hospedagem ter característica familiar, ou seja, diversos moradores utilizaram a sua própria residência para transformá-las em quartos compartilhados e administrar por conta própria seus negócios, fato este que pode remeter, no primeiro pensamento, a uma organização de base comunitária para o turismo do morro do Vidigal. De acordo com Irving:

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio-ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo (IRVING, 2009, p.111, grifo nosso)

Em uma microescala, poderíamos pensar que os moradores foram e são sujeitos do processo de intensificação da oferta e fluxo turístico – e porque não dizer da reterritorialização turística do Vidigal? -, contudo, esse entendimento pode tender à ingenuidade quando aprofundamos o olhar crítico sobre esse acontecimento e o compreendemos como consequência da ação do estado e não como iniciativa ou causa própria dos moradores do Vidigal.

Foi por meio da atuação do estado que se foi possível implantar novas demandas de consumo turístico e, em um processo concomitante, expandir a atuação do capital para novas regiões geográficas. No caso Vidigal, o Estado representado pela presença da UPP, criou possibilidades de investimentos do capital em espaços até então não alcançados a partir da sua ação de “pacificação”. Essa ação, por sua vez, não foi voltada apenas para a criação e fomento de um *trade* turístico, como também para o investimento imobiliário (Santos, 2014; Miranda e Fortunato, 2016). A partir da expansão da atividade turística no Vidigal, questionamos: seria o turismo da favela do Vidigal de base comunitária?

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Antes de tudo, há a necessidade de esclarecer, como faz Irving (2009), que Turismo de Base Comunitária (TCB), nesse trabalho, não deve ser considerado pelo viés de uma perspectiva clássica de ocorrer em comunidades de baixa renda ou em comunidades tradicionais, mas sim pela perspectiva de coletivismo, ou uma espécie de rede de cooperação entre os agentes do turismo. É sob essa ótica que analisamos a produção e o consumo da atividade turística no Vidigal:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (IRVING, 2009, p.113)

A Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) entende o TCB – ou nesse caso, apenas TC – da seguinte maneira:

Estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos (TUCUM).

A mesma rede ainda define oito diretrizes que ajudam a entender se a atividade se enquadra ou não no formato TCB. Entre essas, nos chama atenção as seguintes:

- As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar;
- O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;
- O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
- O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Se em uma primeira instância, dentro de um jogo de escalas, o turismo no Vidigal possa dar indícios de uma construção de base comunitária, quando alargamos o nosso conhecimento sobre a atividade no morro, encontramos contradições bem delineadas.

Desde 2012, como já dito, a oferta turística pós UPP aponta para a expansão dos meios de hospedagem e outros estabelecimentos. Apesar da existência de hostels ou albergues (estabelecimentos numericamente predominantes) e de três motéis – esses últimos localizados na Praça do Vidigal, já na parte baixa do morro -, grandes empreendimentos, financiados por capital externo, foram construídos, como o Bar da Laje e o Hotel Mirante do Arvrão. Outros estabelecimentos de apoio à atividade turística também foram inaugurados como restaurantes, hamburguerias *gourmet* e lojas especializadas em fumo. Essa intensificação dos investimentos de capital externo coincidiu com a aproximação dos megaeventos esportivos que ocorreram no território brasileiro. Podemos, assim, chegar ao entendimento que há pelo menos dois momentos distintos no aprofundamento da expansão da oferta e de apoio turístico no morro: o primeiro, compreendido entre 2012 e 2014, foram os investimentos menores, geridos por famílias oriundas da localidade; já em um segundo momento, a partir de 2014, uma nova onda de investimentos começa a ser aplicada ao morro. Nesse momento, afirmamos que a entrada do **capital** ocorre de fato, e negócios como Bar da Laje, Laje do Neguinho e Hotel Mirante do Arvrão são inaugurados.

Acontecimento de grande relevância para o turismo na favela do Vidigal foi a confecção do mapa “Vidigal 100 segredos” – utilizado nesse trabalho –, produto do alemão André Koller, que atualmente reside no Vidigal e é proprietário da empresa Vidigalo. Apesar de ter recebido ajuda dos moradores e do Instituto Pereira Passos (IPP) na criação do mapa (que teve sua quinta edição em 2017), a idealização e a criação de uma das ferramentas mais importantes e relevantes para a atividade turística no morro foi de iniciativa de um estrangeiro e não dos moradores locais.

Outra mudança significativa foi em relação aos empreendimentos menores, tais como os albergues. Se inicialmente grande parte deles estava sob o comando de famílias do Vidigal, esse quadro começa a se modificar no que consideramos ser a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

segunda etapa de investimentos no morro. A intensificação dos fluxos turísticos do Vidigal não resultou apenas na expansão de ofertas turísticas ou de turistas. Diversos agentes externos passaram a vislumbrar o bairro como potencial investimento ou como local para habitação. A crescente procura pelas terras do Vidigal incentivou também o aumento dos preços das mesmas e também do custo de vida.

O termo gentrificação – utilizado pela primeira vez por Ruth Glass no início da década de 1960 – é um processo urbano que valoriza e transforma áreas urbanas que até então eram ocupadas por camadas populares da sociedade e promove assim a mudança de classes nestes locais: Hamnett define o processo da seguinte maneira:

Simultaneamente um fenômeno físico, econômico, social e cultural. Gentrificação é comumente envolve a invasão pela classe média ou grupos de alta renda de bairros de classes trabalhadoras ou de áreas crepusculares multiocupadas e a substituição ou o deslocamento de muitos dos ocupantes originais. Envolve a renovação física ou a reabilitação do que foi frequentemente um mercado imobiliário altamente deteriorado, e a sua melhoria para receber os requerimentos de seus novos donos. No processo, a habitação em áreas afetadas, tanto as renovadas como as não, se submetem a uma significativa apreciação de preços. Tal processo de transição de vizinhança normalmente envolve um grau de transformação de ocupação de aluguel à posse. (HAMNETT, 1991, p.175)

Uma matéria publicada pela Carta Capital, em abril de 2014, já abordava a gentrificação como um problema no morro. Com a manchete intitulada “Gentrificação no Vidigal pressiona preços dos imóveis”, o texto narra a história de um homem (não identificado) que percorreu o morro com ofertas de compra da casa de moradores – a matéria informa o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por uma habitação de 35 metros quadrados<sup>52</sup>.

O trabalho de Miranda e Fortunato (2016) traz a fala de um membro da Associação de Moradores da Vila do Vidigal sobre o processo de gentrificação e a supervalorização dos imóveis. A fala do morador evidencia o problema da expulsão ao exemplificar que imóveis que custavam cerca de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em

---

<sup>52</sup>Cerca de R\$ 4.000,00 o metro quadrado. O índice FipeZap, que acompanha o preço médio do metro quadrado do país, informou que a área mais valorizada do Rio de Janeiro é a do bairro Leblon. Em 2016, o valor do metro quadrado do bairro ficou por volta de R\$ 22.000,00.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

2005, no ano de 2015 passaram a valer cerca de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Em uma busca na internet<sup>53</sup> por compra de imóveis no Vidigal, descobrimos valores que variam entre R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) até R\$ 2.200.000,00<sup>54</sup> (dois milhões e duzentos mil reais). Assim, podemos estabelecer uma relação entre o aumento da segurança e a intensificação do fluxo turístico, e também a especulação imobiliária. Em contrapartida, a redução da segurança pública pode tender ao enfraquecimento deste fluxo e desvalorizar as construções.

A gentrificação pode beneficiar um grupo minoritário de uma localidade, mas de forma geral, prejudica aqueles que não possuem um poder econômico elevado. Isso porque a gentrificação contribui para o aumento do custo de vida por meio da especulação imobiliária e pode finalmente redefinir o sistema social de um local, ao “forçar” que os antigos moradores procurem uma nova localidade onde consigam se adequar economicamente. Dessa forma, o processo não é um resultado desejável, pelo menos conscientemente, pelos grupos e agentes que buscam desenvolver o turismo de base comunitária. A fala de Silva orienta para esse entendimento:

Quando se fala em turismo comunitário ou de base comunitária, estamos nos referindo àquele turismo construído pela comunidade e para a comunidade, onde os atores sociais comunitários não apenas participam, mas têm controle efetivo nas decisões relativas ao turismo na localidade.

[...]

Esse turismo tem como subsídio o respeito às heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e por vezes resgatá-las (SILVA, 2014, p. 9, 10)

A definição de TCB, citada por Silva, da *WorldWideFund for Nature* (WWF) também ajuda a reforçar a ideia acima:

Aquele onde as sociedades locais possuem o controle efetivo sobre seu território, desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais. (SILVA, 2014, p. 10)

<sup>53</sup>Os sites consultados foram OLX e ZAP imóveis.

<sup>54</sup>Esses valores também foram investigados em 2015. Na ocasião, o valor de R\$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais) foi encontrado no zapimóveis.

Podemos compreender, partindo das definições e explicações demonstradas até aqui, que o TCB deve envolver não apenas os agentes que estão diretamente ou indiretamente ligados à prática do turismo. Ao invés disso, mesmo aqueles que não são beneficiados economicamente pela atividade – visto que o turismo contemporâneo é, em primeira instância, uma atividade econômica em um modo de produção capitalista - também devem ser considerados e ter poder de voz e decisão. Isso porque, apesar do aspecto e da importância do prisma econômico da atividade para os envolvidos, há ainda outras ponderações e perspectivas a serem consideradas, estando entre eles os impactos sociais, culturais, políticos e ambientais. Em uma abstração, podemos – e devemos – pensar o Turismo de Base Comunitária como uma grande teia ou rede que conecta uma comunidade num processo de criação e tomada de decisões para a atividade turística.

A mudança do perfil de investimento no morro do Vidigal, sobretudo a partir de 2014, marca mais uma das características que vão contra ao Turismo de Base Comunitária. Além dos meios de hospedagem, empresas de guiamento, como o caso da CruxEco, capital internacional como o da *Getyourguide* e até mesmo guias de turismo autônomos de fora do morro passaram a usufruir e impactar o território local. Já a empresa CruxEco realiza *tours* pelo Vidigal pelos valores de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) ou R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por pessoa. De acordo com informações do *site* da empresa, o passeio tem duração de 2 horas e meia e é garantido seguro e guiamento com um profissional credenciado, além do transporte (no caso da opção de R\$ 240,00). Outra empresa que trabalha com o guiamento dentro do Vidigal é a *GetyourGuide* que cobra entre 62 e 70 euros por pessoa em um passeio que de acordo com a empresa pode durar até cinco horas. O ponto de encontro dos que compram o produto é em frente ao hotel Sheraton – localizado no Leblon - e inclui guiamento pelo morro Dois Irmãos e pelas ruas da favela. Um contato via *e-mail* com a *Getyourguide* foi realizado com o objetivo de descobrir se os guias de turismo contratados pela empresa eram locais. A empresa respondeu não ter essa informação, visto que trabalhava com a terceirização do produto turístico ofertado. A

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

empresa cria parcerias com agências de receptivos locais e disponibilizam os passeios à *Getyourguide*.

Um dos principais produtos a ser consumido no Vidigal são as festas que ocorrem em uma das partes mais alta do morro, o Arvrão. Essas festas ocorrem no Bar da Laje, Hotel Mirante do Arvrão e no Alto Vidigal. Aqueles que sobem o morro para estar, exclusivamente em uma festa, utilizando veículo do empreendimento para ir e retornar, muitas vezes comprando ingresso antecipado, até está fisicamente na favela, tem um registro da sua experiência – por memória e fotos – se relacionando com um não-lugar. A interação e relacionamento com a comunidade local se tornam restrita ou nula, o que dificulta o desenvolvimento ou aprofundamento do conhecimento sobre aquele local – e pouco se assume que esse seja o objetivo desses excursionistas. Em termos de discurso e de experiência, o fato de ter frequentado o badalado Bar da Laje em uma favela carioca com uma “bela vista de todo Rio de Janeiro” pode render ao sujeito um status social. O lugar, afirma Rodrigues, “é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração” (1997, p.76). Afirmamos que a “experiência” favela para o excursionista está voltada para o consumo de alguns espaços, que altera as dinâmicas da população e impacta minimamente de maneira positiva a mesma.

Durante a realização de festas e eventos pelos empreendimentos, barricadas de madeira são colocadas na entrada do Arvrão para impedir que mototáxis cheguem até a escadaria de entrada (onde geralmente é o ponto final das motos). Essa providência acontece por conta do oferecimento oneroso de transporte provido pelos empreendimentos. Em consequência disso, os moradores, hóspedes, visitantes ou turistas que desejam subir ao Arvrão em dia de evento realizado pelo Bar da Laje e pelo Mirante do Arvrão, são deixados no Alto, ao lado do contêiner da UPP e precisam realizar uma caminhada curta para ter acesso ao local. O processo para descer é o mesmo, é necessário atravessar as barricadas e caminhar de volta até o contêiner que passa a ser, de forma temporária, o novo ponto final dos mototáxis.

Diante desse cenário, podemos compreender que os turistas vivenciam pouco o Vidigal. Nos registros fotográficos analisados, o Vidigal raramente surge como

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

elemento principal, e sim a paisagem que ele proporciona. A “experiência favela” muitas vezes se limita a utilizar a Avenida João Goulart – a principal via da favela que liga a entrada até o Arvrão– apenas como forma de deslocamento. A fala de um de nossos entrevistados é esclarecedora nesse ponto: “o turismo no Vidigal é **exploratório**, pois não centraliza o morador como agente da atividade turística”.

O turismo exploratório surge pela primeira vez em nossa pesquisa a partir da fala do proprietário de um dos hostels do Vidigal. No entendimento do entrevistado, guias de turismo – locais ou não e alguns estabelecimentos, incluindo os meios de hospedagem – desenvolvem a atividade turística apenas com o interesse de ganhos econômicos, sem se preocupar com o desenvolvimento local ou envolvimento da população. O turismo exploratório não é aquele que explora a pobreza como produto, como pode se pensar em um primeiro instante, mas é, na verdade, a materialização da atividade que visa apenas obtenção de lucros, deixando de lado os aspectos socioculturais e ambientais que pode se desenvolver a partir do turismo.

O termo turismo exploratório nas favelas cariocas surgiu também como agenda política. O Vereador Célio Luparelli propôs através do Projeto de Lei 1599/2015 a criação de Áreas de Especial Interesse Turístico (AEIT)<sup>55</sup> em alguns locais da cidade, como o Morro da Providência, Pavão-Pavãozinho, Vidigal e mais 18 localidades. Entre as propostas do PL, estavam;

Art. 2º O poder executivo realizará as seguintes ações nas Áreas de Especial Interesse Turístico constantes do artigo anterior, em caráter permanente e com a participação de profissionais da cadeia produtiva locais, guias locais, a Rede de Conexão de Turismo em Favelas (Contur), os fóruns de turismo locais e a Comissão Permanente de Turismo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro:

- I – Criação de roteiros históricos, culturais, gastronômicos e ecológicos, reunindo os principais ativos turísticos locais;
- II- Ampliação da divulgação nacional e internacional do Turismo em Favelas através da Secretaria Especial de Turismo e da Riotur;
- III- fomento a atividades de educação ambiental e de valorização histórica e cultural locais;
- IV – Realização de diagnóstico aprofundado dos serviços, recursos e atrativos turísticos das localidades e da disponibilização em meio digital e impresso através das publicações do Rio Guia Oficial;

---

<sup>55</sup>De acordo com o Art. 3º da Lei 6.513/77: Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

- V- Promoção da capacitação dos agentes de informações da Cidade em relação ao segmento e workshops para o mercado operador turístico;
- VI – Promover parcerias entre agências e operadoras de turismo e os guias locais que realizam o turismo de base comunitária;
- VII – Criação de fórum permanente de pesquisa sobre Turismo em Favelas, com a participação de departamentos de instituições de pesquisas voltadas para o estudo das favelas cariocas.

Apesar de em teoria o Projeto de Lei tentar minimizar ou coibir tal atividade, na prática, ao menos no Vidigal, estas permaneceram. Atualmente, a investida de minimizar essa prática ressurgiu através da iniciativa de dois proprietários de um dos hostels do Vidigal. No dia 16 de fevereiro de 2018, os sócios promoveram a festa de lançamento do grupo “Nova Era” – nesse evento o Favela *Experience* foi renomeado para Nova Era - que tem como objetivo principal criar um turismo de experiência que estabeleça como elemento principal da experiência a relação do turista com o morador. A Nova Era é uma empresa de turismo de impacto social e que tem como missão aplicar o turismo como ferramenta de desenvolvimento social. Segundo um dos sócios, é preciso reformular o atual modelo de atividade turística da favela, onde o visitante geralmente apenas sobe o morro Dois Irmãos e vai embora. Em suas palavras “isso não é turismo, é uma visita a uma montanha”. Ainda de acordo com o discurso proferido na festa, a empresa tem como missão proporcionar um turismo diferenciado, pautado na base comunitária e que permite quebrar preconceitos e desenvolver a empatia.

A proposta para que isso ocorra está apoiado em um preceito socioeconômico. Em primeiro lugar, distribuir 70%(setenta por cento) do rendimento da empresa para a comunidade através da construção de uma rede que abriga projetos sociais, fornecedores locais, Organizações Não Governamentais e empreendedores, onde cada um desses recebe uma porcentagem do trabalho realizado. O tour pela favela é realizado por guias locais, e não pelos donos do grupo Nova Era (que são estrangeiros). O objetivo desse guiamento local não é apenas mostrar a favela, mas também transmitir um pouco da história individual de cada guia para o turista. A combinação de *colivingecoworking*, onde pessoas que trabalharam em áreas diferentes compartilham um espaço e ajudam um ao outro faz parte do projeto de experiência da empresa. A ideia é trazer turistas para permanecer por pelo menos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

trinta dias no Vidigal e que assim, esse faça uso dos bens e serviços locais. Isso representaria superar a atividade superficial que atualmente ocorre no morro e promover uma troca mútua entre autóctones e alóctones.

A Nova Era criou parceria com a Companhia de Viagens *G Adventure* Canadá para a criação de projetos no Vidigal que são financiados pelo Planeterra. Entre esses projetos, há o de capacitação de guias e o desenvolvimento de artesanato local. Além da parceria com a *G Adventure*, a Nova Era concorre atualmente a um fundo da empresa *Booking* para o desenvolvimento sustentável do turismo. A empresa está entre os 10 finalistas e solicitou a quantia de 300 mil euros para desenvolver o turismo não apenas no Vidigal, mas também em outras quatro favelas ainda não definidas.

O grupo Nova Era tenta redefinir o perfil de turista que vêm ao Vidigal e como consequência, a práxis turística. A parceria com a *G Adventure* ajuda a garantir que os grupos que permanecerão ao menos por 30 dias no Vidigal possam conviver com os moradores do Vidigal e até mesmo desenvolver projetos sociais de maneira individual a partir de seus conhecimentos e aptidões (como o caso de um turista que tem lecionado aulas de tênis para crianças). No campo da ideia e do discurso a práxis turística se materializaria, no proposto pelos proprietários do Nova Era, em um **turismo com a favela**, valorizando em primeira instância as relações humanas, as memórias e as histórias, **e na favela**, onde os elementos físicos e geográficos surgem como pano de fundo. O objetivo principal aparenta ser o máximo envolvimento dos moradores com a prática da atividade turística, sem a intervenção de grupos externos, o que garantirá, em teoria, o desenvolvimento humano e econômico dos envolvidos, materializando assim um turismo de base comunitária de fato.

Se os idealizadores do Nova Era vão materializar essa prática de turismo, de base comunitária somente uma pesquisa posterior poderia demonstrar. O que fazemos aqui é evidenciar duas colocações. Primeiramente que apesar de a atividade turística ocorrer no Vidigal, pouco ou até mesmo nada da história do morro e das relações sociais entre moradores e turistas é posta como práxis turística. Em segundo lugar, a conformação da superestrutura de turismo tem grande influência dos agentes externos – mesmo que alguns deles hoje morem no Vidigal. Fato visto nas evidências de que foi preciso, por exemplo, que dois **investidores estrangeiros** pensassem e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

iniciassem um projeto que, em teoria, corresponderá a um turismo de base comunitária ou que um empresário do ramo de alimentos e bebidas – que é o caso da rede Belmonte – investisse no primeiro hotel do morro ou ainda a criação do Bar da Laje, que deixou de ser apenas uma oferta turística e ele próprio tornou-se um atrativo.

## CONCLUSÃO

A instauração da UPP Vidigal em 2012 provocou um fenômeno de intensificação de fluxos e ofertas turísticas no morro. Usamos o termo intensificação, pois, de acordo com diversos entrevistados, foi possível descobrir que o fluxo turístico no Vidigal ocorre há pelo menos 3 décadas. Graças a intervenção do Estado, por meio de uma suposta política pública de segurança, que criou um grande cinturão de UPPs pelas favelas da cidade do Rio de Janeiro, os moradores do Vidigal presenciaram o número de albergues saltar de três para mais de vinte e cinco. Esse processo, no entanto, não se restringiu apenas aos meios de hospedagem.

Se nos primeiros anos da UPP - entre 2012 e 2014 – parte dos empreendimentos foram inaugurados pelos próprios moradores, a aproximação dos megaeventos esportivos tais como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016) mudaram esse cenário consideravelmente. Vários dos hostels passaram a ser comprados e gerenciados pelos “gringos”, um bar que cobra R\$50,00 apenas a entrada (sem consumação) e um hotel de luxo forma inaugurados no Vidigal. Guias de turismo não locais e até mesmo empresas internacionais que terceirizam passeios pela favela remodelaram o “mercado turístico” do morro.

Diferentemente do turismo realizado na Rocinha, como apontado por Freire-Medeiros (2007), o turismo no Vidigal **não tem base comunitária**. Não existe uma rede de cooperação que conecte os agentes e criem vínculos que ajudem a constituir a atividade no morro. Também se difere da Rocinha, pois majoritariamente, não está voltado ao consumo da pobreza, tão comumente associado a esses territórios. Ao mesmo tempo esse turismo altera as relações e instaura uma hierarquia de poder. O impedimento do mototáxi de circular até o ponto final do Arvrão em dias de festas; a permissão ou restrição desses eventos tanto pela UPP, quanto pela facção em

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

comando; o uso, sem qualquer tipo de controle, da trilha Dois Irmãos e os impactos provocados no meio ambiente, desta forma os usos construídos a partir da atividade turística nos territórios do Vidigal produzem mais do que uma foto no *instagram* com a #bardalaje ou #doisirmãos. Estes usos acabam por produzir também abusos resultantes de uma atividade turística em que a sua superestrutura se apropria da favela como marca, e cria simulacros de consumo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Projeto de lei nº 1599/2015. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/6b2b4137702a18c483257ef30041e6d7?OpenDocument&ExpandSection=-3>. Acesso em 10 de junho de 2018.

CARTA CAPITAL – Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/gentrificacao-chega-ao-vidigal-e-pressiona-precos-dos-imoveis-8227.html>>. Acesso em 08 de janeiro de 2018.

CRUXECO. Disponível em: <http://www.cruxeco.com.br/>. Acesso em 30 de junho de 2018.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na laje**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

GETYOURGUIDE. Disponível em: <[https://www.getyourguide.com/?utm\\_force=0](https://www.getyourguide.com/?utm_force=0)> . Acesso em 10 de março de 2018.

HAMNETT, C. **The blind men and the elephant**: the explanation of gentrification. Transactions of the Institute of British Geographers, Vol. 16, No. 2, 1991.

IRVING, M. **Reinventando a reflexão sobre Turismo de Base Comunitária**. Inovar é possível? Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem, 2009.

MIRANDA, I. e FORTUNATO, R. Â. O turismo sobre o morro do Vidigal (Rio de Janeiro, Brasil): Uma análise exploratória. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, 2016.

OLX IMÓVEIS. Disponível em: <<http://rj.olx.com.br/imoveis>>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO – TUCUM. Disponível em <<http://www.tucum.org/>>. Acesso em 29 de junho de 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, K. S. R. **O turismo como agente impulsionador do processo de gentrificação na favela do Vidigal**: A visão do seu morador. Universidade Federal Fluminense, 2014.

SILVA, R. E. O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios Quilombolas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, 2014.

TEPEDINO, C. A. L. **Cotidiano escolar e mudança sociocultural**: A experiência do Colégio Stella Maris. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2007.

ZAP IMÓVEIS. Disponível em: <<https://www.zapimoveis.com.br/>> . Acesso em 25 de novembro de 2017.

## OS LUGARES DO TURISMO: MEIOS DE HOSPEDAGEM NA ILHA DE ITAMARACÁ, PERNAMBUCO

Josiane Nascimento Andrade

Cristina Pereira de Araujo

### RESUMO

Esta pesquisa propõe discutir a espacialização e características dos meios de hospedagem existentes na Ilha de Itamaracá, município da Região Metropolitana do Recife. Caracterizando-se como o município com maior índice de segundas residências no estado de Pernambuco, a Ilha de Itamaracá tem sua economia embasada, prioritariamente, no setor de serviços, figurando como destino preferido para veraneio da RMR entre os anos 1980 e 1990. Com a instalação dos grandes equipamentos prisionais e os grandes investimentos destinados ao litoral sul do Estado, o município perdeu a atratividade para os grandes empreendimentos hoteleiros, que não têm representação em seu território. Assim, com um grande número de residências de uso ocasional e ausência de outros meios de hospedagem, observa-se uma grande quantidade de imóveis cadastrados na plataforma Airbnb, que já representam 97% de toda a oferta de hospedagens no município. Para obter os resultados desta pesquisa foi realizado um levantamento dos dados disponíveis no IBGE, com a finalidade de compreender a dinâmica socioeconômica do município, bem como no Cadastur e no site da plataforma Airbnb, para que se obtivesse o quantitativo de meios de hospedagem e acomodações ofertadas, respectivamente. Observou-se que na área de estudo as segundas residências representam a principal forma de acomodação para o turismo, com a oferta de imóveis Airbnb concentrando-se nos setores em que esta modalidade tem mais força, como ao norte do Rio Jaguaribe.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo, meios de hospedagem, segunda residência, Airbnb, Ilha de Itamaracá.

### ABSTRACT

This research proposes to discuss the spatialization and characteristics of the means of lodging existing in Ilha de Itamaracá, municipality of the Metropolitan Region of Recife. Characterizing itself as the municipality with the highest index of second homes in the state of Pernambuco, Itamaracá Island has its economy based mainly on the service sector, being a favorite destination for the RMR summer vacation between the years 1980 and 1990. With the installation of the great prison equipment and the large investments destined to the south coast of the state, the municipality lost the attractiveness for the great hotel enterprises, that do not have representation in its

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

territory. Thus, with a large number of residences for occasional use and absence of other means of accommodation, a large number of properties registered on the Airbnb platform are observed, which already represent 97% of all lodging in the city. In order to obtain the results of this research, a survey of the data available at the IBGE was carried out, in order to understand the socioeconomic dynamics of the municipality, as well as in Cadastur and the Airbnb platform site, in order to obtain the quantitative means of lodging and accommodations offered, respectively. It was observed that in the study area the second residences represent the main form of accommodation for tourism, with Airbnb properties being concentrated in the sectors in which this modality is stronger, as in the north of the Jaguaribe River.

**KEYWORDS:** tourism, lodging, second residence, Airbnb, Ilha de Itamaracá.

## INTRODUÇÃO

A atividade turística é representativa para a economia dos municípios brasileiros. Destaca-se o crescente avanço dos números relacionados ao turismo doméstico e receptivo internacional pós anos 1990, inclusive pela proliferação de meios de hospedagem, sobretudo ao longo da zona costeira brasileira.

As transformações ocorridas na economia brasileira em consequência da globalização e do aumento dos investimentos estrangeiros favoreceram a articulação entre outros agentes econômicos e possibilitaram uma reconfiguração do setor imobiliário (ARAUJO, 2011; BARBOSA, 2014). Em Pernambuco, por exemplo, desde a década de 1990 pode-se observar que ocorre a inserção de empresas estrangeiras voltadas ao turismo imobiliário, aumentando a oferta de resorts, hotéis e segundas residências. Entretanto, o fenômeno da economia compartilhada e a ascensão da plataforma Airbnb no Brasil representam uma transformação nas dinâmicas turísticas características no litoral do país.

Interessa-se em compreender como este processo vem ocorrendo no município de Ilha de Itamaracá, integrante da Região Metropolitana do Recife. Uma característica marcante do município é a existência de grandes equipamentos prisionais em seu território, ocupando grandes áreas e inibindo o uso das proximidades por outras atividades, inclusive a turística. Assim, nota-se que embora tenha atrativos turísticos, como elementos históricos e amenidades naturais, a Ilha de Itamaracá não conta com muitos meios de hospedagem formalmente cadastrados no

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Cadastur. Entretanto, o município é o que conta com o maior número de segundas residências no estado de Pernambuco, representando assim a forma mais representativa de hospedagens.

Observa-se que, embora não conte com equipamentos como hotéis e pousadas registrados pelo Ministério do Turismo, os imóveis oferecidos na plataforma Airbnb vêm aumentando na Ilha de Itamaracá, contanto com 65 unidades em junho de 2018. Assim, ainda que o município não possa arrecadar impostos característicos dos meios de hospedagem com estes imóveis, a oferta pode representar maior atração de turistas e repercutir espacial, econômica e socialmente. Entre efeitos diretos e indiretos na economia do Brasil, o Airbnb acrescentou ao PIB R\$ 2,5 bilhões em 2016, com maior impacto no setor de alimentação (R\$ 623.933.935) e comércio (R\$ 501.371.464)<sup>56</sup>.

Diante disto, esta pesquisa tem como objetivo compreender a espacialização dos imóveis ofertados pela plataforma Airbnb em comparação às segundas residências e aos meios de hospedagem formais na Ilha de Itamaracá. Através de pesquisa exploratória no Cadastur e no IBGE apresenta-se a situação dos meios de hospedagem, bem como das segundas residências no município, de modo a identificar as áreas de concentração destes imóveis no município.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO ESPACIAL E SOCIOECONÔMICA DA ILHA DE ITAMARACÁ**

A Ilha de Itamaracá integra a Região Metropolitana do Recife, guardando diferenças com os outros municípios da mesma, principalmente acerca de suas características ambientais. Com população estimada de 25.346 habitantes (IBGE, 2017), o município apresenta-se como um dos menos populosos da RMR. Com uma população flutuante que chega a triplicar nos períodos de alta estação (JC ONLINE, 2013), sua infraestrutura, já precária, sofre uma sobrecarga prejudicial em diversos níveis.

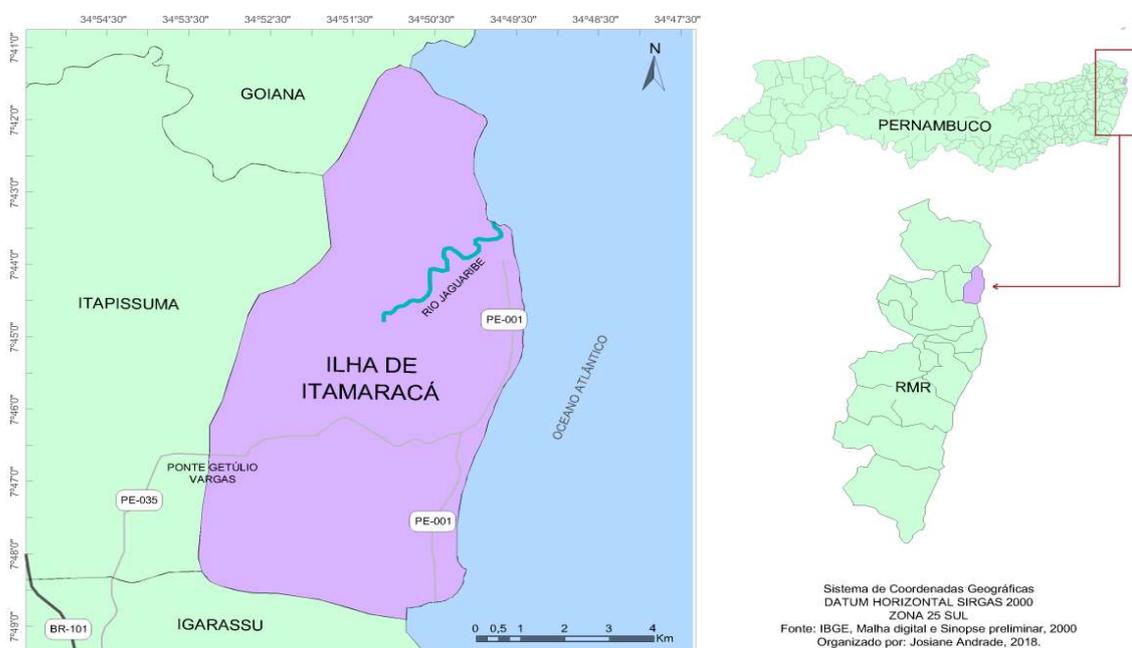
---

<sup>56</sup> Informações contidas no Panorama da comunidade Airbnb no Brasil, disponibilizado pela plataforma em 2016. Acesso em 28 de junho de 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Componente da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, a Ilha de Itamaracá conta com reservas, refúgios e áreas de preservação permanente em todo o seu território. Embora a configuração seja em sua maior parte urbana, observam-se na ilha atividades rurais e forte dinâmica pesqueira (CPRH, 2010). A presença de comércios e serviços é marcante, sobretudo, na orla marítima onde o turismo se constitui como principal propulsor. A **Figura 1** apresenta a localização do município.

**Figura 1 - Localização da Ilha de Itamaracá.**



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Outra peculiaridade do município é que nele se localizam unidades prisionais do estado de Pernambuco: Penitenciária Professor Barreto Campelo, a Penitenciária Agro Industrial São João e o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Embora a área da Ilha seja considerável, toda a urbanização se concentra na orla marítima. Uma das razões é a grande quantidade de áreas de reserva e Unidades de Conservação por toda a Ilha, que impedem quaisquer tipos de ocupação mais adensada.

O Rio Jaguaribe funciona como um eixo que divide a área com ocupação por

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

residências de uso ocasional e baixa densidade construtiva da área mais adensada e ocupada por moradores. Aproximando-se do extremo norte do município, observa-se a existência de condomínios fechados, cujas guaritas e bloqueios de acesso foram providenciados pelos próprios moradores (ou proprietários, pois a maioria é de uso ocasional). Já no sul da Ilha localizam-se os principais equipamentos turísticos do município, a Vila Velha e o Forte Orange. Há uma descaracterização do patrimônio histórico local, bem como uma falta de informação da população sobre tal acervo, enfraquecendo as possibilidades de que a Ilha de Itamaracá se configure como um polo turístico de maior importância na RMR (ILHA DE ITAMARACÁ, 2006).

A população itamaracaense é predominantemente urbana, com aproximadamente 78% (IBGE, 2017). A área mais urbanizada corresponde à orla marítima, com diferentes níveis de ocupação ao longo de sua extensão. Observa-se uma prevalência de comércios e serviços voltados para o turismo de sol de mar, que têm suas dinâmicas alteradas a depender do período do ano, considerando a alta e baixa temporada, resultando em “problemas como desemprego e desagregação social, aprofundando situações de pobreza e miséria” (CPRH, 2010).

Considerando alguns aspectos socioeconômicos, em se tratando de trabalho e rendimento, por exemplo, em 2015 o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 55.1% da população nessas condições (IBGE, 2017).

A comparação entre os índices de Gini e de Theil-L permite compreender que o nível de desigualdade no município é alto. O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos de acordo com a renda domiciliar per capita do município. Já o Índice de Theil – L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluindo do cálculo os indivíduos com renda per capita nula. Em ambos os casos quanto mais próximo de 1 for o valor, maior o nível de desigualdade. Para os 2 índices Ilha de Itamaracá ocupa o 2º lugar da RMR, ficando atrás apenas do Recife.

Outra questão preocupante no município é o saneamento. O lançamento de esgoto doméstico, feito diretamente nos corpos d'água, aumenta o nível de poluição, ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

afeta o equilíbrio natural do ecossistema aquático e amplia os casos de doenças de veiculação hídrica (CPRH, 2010). O município conta com 76,6% do seu esgoto coletado em fossa rudimentar e 19,9% em fossa séptica, não contando com uma rede de captação adequada (IBGE, 2010). Esta questão pode atrapalhar o município também economicamente, haja vista a não balneabilidade de algumas de suas praias mais populares. Em boletim de junho de 2018 a CPRH classificou 3 praias do município como impróprias para banho.

## A IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O MUNICÍPIO

O turismo é um elemento importante para a produção, reprodução e consumo do espaço litorâneo brasileiro por sua força na impressão de marcas e sentidos que impulsionam novos usos e dinâmicas. Desta forma, a criação de simulacros pelo turismo pode engendrar novas relações sociais (COSTA, 2012).

As repercussões do turismo também ocorrem espacialmente, haja vista as transformações que uma grande quantidade de pessoas pode ocasionar, por exemplo. Mas estas repercussões podem representar impactos muito negativos, principalmente no tocante à sazonalidade caso a economia local gire apenas em torno desta atividade.

Do ponto de vista cultural, os lugares que têm no turismo sua base de vida, também sofrem uma grande sazonalidade. Entendemos aqui a sazonalidade no sentido de que um lugar pode ser considerado o mais exclusivo, novo, divertido em um determinado momento histórico e em outro, ser deixado de lado, perder atratividade, e mesmo o movimento inverso. Isso ocorre devido a diversos fatores, mas que estão ligados principalmente à importância que é dada àqueles lugares como os principais centros de turismo do momento, que devem ser conhecidos por todos aqueles viajantes que se consideram na *avant premiere* do mundo. Ou seja, a produção, divulgação, venda e consumo dos lugares está ligada a uma temporalidade que é efêmera (SILVA, 2012, p.53).

A Ilha de Itamaracá sofre um processo relacionado à sazonalidade, mas em uma escala maior que apenas a maior visitação em determinada estação. Quando Porto de Galinhas passou a figurar como a “melhor praia do Brasil”, a Ilha perdeu sua atratividade nos fins de semana e férias da RMR (BRAGA, 2003). Isto ocorreu porque os padrões sociais e de mercado que davam a Ilha de Itamaracá um significado

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

interessante no contexto turístico mudaram quando outro destino passou a oferecer outras opções e outra simbologia.

O turismo tem representado de forma substancial o movimento em busca do novo, característico da modernidade, na constante procura por novos lugares e culturas a consumir. Destaca-se na economia capitalista e seu crescente desenvolvimento tem proporcionado resultados econômicos atrativos, somados, é claro, a processos desenvolvidos a partir de sua inserção nos espaços em que se realiza, como alterações em dinâmicas socioculturais, na produção do espaço e nos significados de lugares e paisagens (COSTA, 2012, p.152).

O potencial turístico da Ilha de Itamaracá perpassa os elementos naturais, históricos e culturais. Apesar disto, os equipamentos voltados para a atividade, como meios de hospedagem e restaurantes, não configuram um atrativo do fluxo de turistas (ILHA DE ITAMARACÁ, 2006). A Tabela 1 apresenta os meios de hospedagem do município cadastrados no Cadastur, comparando-os com do município de Goiana, vizinho à Ilha de Itamaracá. Destaca-se que os demais municípios vizinhos, Igarassu e Itapissuma, não possuem meios de hospedagem cadastrados.

**Tabela 1: Meios de hospedagem cadastrados na Ilha de Itamaracá e em Goiana.**

Município	Tipo de meio de hospedagem	Total de leitos	Total de unidades habitacionais - UHS
Goiana	Pousada	45	23
	Hotel	60	30
	Hotel	48	20
Ilha de Itamaracá	Hotel	346	100
	Hotel	99	33

Fonte: Dados do Cadastur, 2018.

O Cadastur é o sistema de cadastro do Ministério do Turismo para pessoas físicas e jurídicas que atuem no setor e é obrigatório para as atividades como agências de turismo e meios de hospedagem (Lei nº 11.771/08). Nota-se que embora tenha inclinação ao turismo, Ilha de Itamaracá conta com apenas 2 hotéis cadastrados.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Apesar disso, em busca exploratória<sup>57</sup> verificou-se a oferta de 7 pousadas e 1 outro hotel que ainda não constam do Cadastur, apesar da obrigatoriedade.

Segundo Castilho (2012), o turismo tem influenciado na modificação dos espaços no município impulsionando o mercado imobiliário que, por consequência, tem elevado os preços dos terrenos e moradores locais são relegados a se afastarem da praia onde o valor dos imóveis é exorbitante causando uma segregação mais acentuada nas camadas sociais. Carvalho (2009) aponta que a especulação imobiliária elevou os preços dos terrenos na década de 2000 em média três vezes os valores que eram comercializados no início dos anos de 1990, onde um terreno com uma dimensão de 13m x 40m custava em média R\$10.000,00 passou a custar em média R\$ 30.000,00. A autora atribui este aumento ao turismo e às segundas residências.

## SEGUNDAS RESIDÊNCIAS E SUA REPRESENTATIVIDADE PARA A ILHA DE ITAMARACÁ

A concentração mais expressiva de domicílios de uso ocasional em valores absolutos do estado de Pernambuco está na Ilha de Itamaracá, correspondendo a mais da metade de todas as residências, (IBGE, 2010). Entre os municípios brasileiros, Ilha de Itamaracá ocupa o 41º no Brasil (ARAUJO, 2011). Na Tabela 2 há a comparação entre os valores absolutos nos municípios litorâneos do estado.

**TABELA 2 - Comparação do número de domicílios permanentes e de uso ocasional nos municípios litorâneos de Pernambuco.**

MUNICÍPIO	TOTAL DE DOMICÍLIOS PERMANENTES	TOTAL DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL	PORCENTAGEM APROXIMADA DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL
Barreiros	12.515	250	2%
Cabo de Santo Agostinho	64.485	6.839	11%
Goiana	30.314	5.757	19%
Igarassu	29695	1.097	4%
Ilha de Itamaracá	16.970	10.308	61%
Ipojuca	29.018	4.507	15%
Itapissuma	7.060	111	2%

<sup>57</sup> Pesquisa realizada no site Booking, especializado em reservas, no dia 28 de junho de 2018.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Jaboatão dos Guararapes	215.795	3.408	2%
Olinda	124.628	1.440	1%
Paulista	107.037	4.830	5%
Recife	515.100	9.094	2%
São José da Coroa Grande	8.082	2.306	29%
Sirinhaém	11.458	757	7%
Tamandaré	11.394	5.168	45%

Fonte: IBGE - Sinopse do censo demográfico, 2010. Organização própria, 2018.

A porcentagem de domicílios de uso ocasional apresentada na tabela anterior segue a metodologia proposta por Tulik (2001). A autora observa que “a utilização exclusiva de valores absolutos tem-se revelado insuficiente e inadequada para avaliar a expressividade do fato em determinadas situações” (p.10). Desta forma, a autora propõe uma classificação com os índices incipiente (até 5%), fraco (5,1 a 10%), médio (10,1 a 20%), forte (20,1 a 40%) e excepcional<sup>58</sup> (acima de 40,1) para avaliação dos municípios em relação às suas residências secundárias.

Os dados referentes às segundas residências são contabilizados pelo IBGE desde a década de 1990, sob a classificação de “domicílios particulares de uso ocasional”. Sua importância se dá na compreensão da configuração urbana de municípios com potencial turístico, visto que sua existência concorre com outros meios de hospedagem no uso e ocupação do solo, além da possibilidade de associação com hotéis na consolidação de empreendimentos mistos. A relação das pessoas com este tipo de ocupação é diferente se comparada aos equipamentos mais tradicionais de hospedagem, pois, nestes, os turistas guardam uma relação de maior proximidade, apesar de manter residência fixa em outro lugar (ARAÚJO, 2011).

Se de um lado o turismo de hotelaria estabelece relações mais fugidas com o território e requer menos espaço (como no caso da hotelaria vertical que frequentemente aproveita a infraestrutura instalada e tem o estado como incentivador fiscal e financeiro para sua locação); de outro, as segundas residências não raras vezes atuam como elemento indutor do processo de urbanização, apresentando íntima associação com o mercado imobiliário (CRUZ, 2007, p.65).

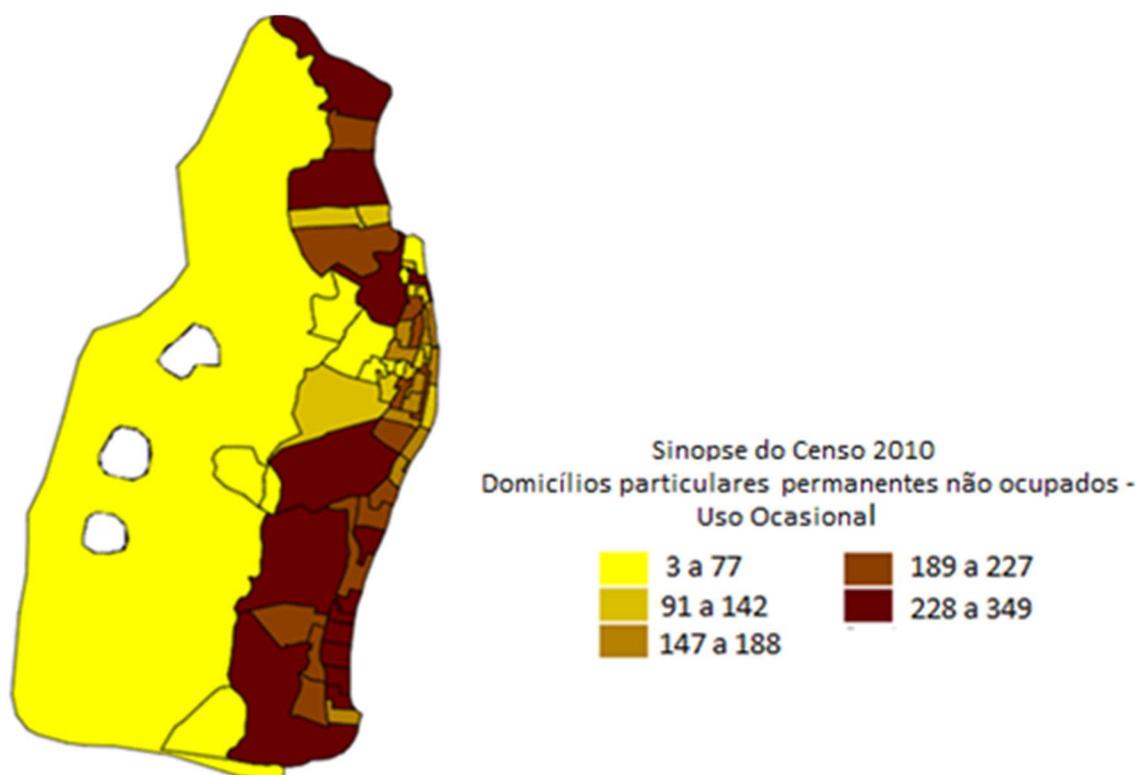
<sup>58</sup> Nota-se que os únicos municípios litorâneos de Pernambuco que apresentam índice excepcional são Tamandaré e Ilha de Itamaracá, cuja porcentagem é muito superior aos demais.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Elencando-se que um dos agentes mais fortes na consolidação da ocupação do espaço é o imobiliário e que o litoral tem vantagem locacional na escolha do uso do solo (MORAES, 1999), pode-se considerar que grandes centros urbanos atuam como geradores de emissividade, enviando seus turistas ocasionais para áreas de receptividade (TULIK, 2001). Assim, a proximidade com o Recife pode ajudar a justificar a existência de tantas unidades de segunda residência na Ilha de Itamaracá.

As áreas com maior incidência deste tipo de residência são as da orla marítima, com destaque para o extremo norte (Pontal da Ilha), aonde se localizam condomínios destinados para este fim. A **figura 2** apresenta a distribuição das residências de uso ocasional no município.

**Figura 2 - Distribuição dos domicílios de uso ocasional.**



Fonte: IBGE, 2017.

A expansão urbana da orla e a consolidação do padrão de ocupação das segundas residências ocasionam alguns problemas na área de estudo. Um deles é que, apesar de necessitarem de melhorias na infraestrutura urbana e nos serviços

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

públicos, esta modalidade representa uma grande parcela da inadimplência no pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU da cidade (ASSIS, 2001). Em 2006 o número de inadimplentes chegava a 75% de acordo com o Diagnóstico do Plano Diretor (p.17). A grande incidência de segundas residências observada no norte da ilha tem incentivo, inclusive, do próprio Plano Diretor municipal, que estabelece como diretriz o “uso do litoral ao norte do rio Jaguaribe para a consolidação do turismo de segunda residência e implantação de meios de hospedagem de pequeno porte e pousadas de charme” (ILHA DE ITAMARACÁ, 2007, p.7).

A população flutuante traz ainda questões relacionadas aos hábitos e relações de trabalho. A análise de dados do IBGE para a população economicamente ativa de acordo com o setor de atividade indica mudanças consideráveis desde a década de 1970, quando o turismo de segunda residência se consolidou na Ilha de Itamaracá. Em levantamento feito por Assis<sup>59</sup> (2001a), entre os anos de 1970 e 1991 houve um aumento de 33, 4% no número de trabalhadores no setor terciário itamaracaense, representando “acelerado processo de urbanização via turismo e [...] abandono das atividades tradicionais voltadas para subsistência” (p.129).

No entanto, padrão semelhante vem reproduzindo-se em muitas cidades litorâneas brasileiras, demonstrado, em muitos casos, que os moradores nativos não conseguem engajar-se no setor terciário devido à desqualificação e ficam marginalizados em empregos temporários ou subempregos na construção civil, como caseiros ou vigias das residências secundárias, como domésticas de fins de semana e temporadas de férias (ASSIS, 2001, p.129).

Para Hoogendoorn e Visser (2004) fatores como o aumento no preço dos imóveis, limitações de mobilidade residencial de propriedade, degradação ambiental, mudanças de usos e segregação residencial devem ser considerados como reflexos do turismo de segunda residência, e, por sua força na área de estudo, relacionam-se diretamente com muitos dos conflitos sociais e espaciais existentes.

---

<sup>59</sup> A pesquisa feita pelo autor considerou dados dos Censos Demográficos dos anos de 1970, 1980 e 1991.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Segundo Pereira (2014), análise das repercussões das segundas residências não deve considerar apenas quanto ao uso, mas também quanto à forma e temporalidade de utilização. Entre as tipologias observadas na área de estudo destacam-se as unidades em condomínios, localizadas principalmente na parte norte do município. Muitas destas unidades são exclusivas para locação, funcionando tanto como casas para fins de semana quanto para períodos maiores. Em pesquisa exploratória<sup>60</sup> foram identificados 5 condomínios e 3 privês voltados para as práticas de veraneio e segunda residência.

## **A FORÇA DO AIRBNB NA OFERTA DE HOSPEDAGEM**

A atividade turística se apropria do espaço para seu consumo, utilizando-se de objetos existentes e criando novos para seu uso (OURIQUES, 2005). Neste sentido, Guimarães e Borges (2008) destacam que o setor turístico é um grande incorporador de tecnologias, através das quais consegue reconfigurar a distribuição de produtos e extrapolar a lógica tradicional do mercado. A relação estabelecida entre os agentes é estreitada, as dinâmicas de divulgação e até mesmo a atração dos turistas é modificada.

Fundado em 2008 e em atividade no Brasil desde 2012, o Airbnb funciona como uma plataforma para oferta de imóveis por pessoas físicas, que podem dispor de quartos ou residências inteiras como local de hospedagem para outras. Há a possibilidade de se hospedar em quartos ou imóveis inteiros, com datas e valores acertados previamente e diretamente com o proprietário. Chamados pela plataforma de anfitriões, eles tinham renda anual média no Brasil de R\$ 5.500 em 2016 e o número de anúncios cadastrados era de 87 mil neste ano. Entre os anos de 2015 e 2016 o total de hóspedes internacionais recebidos nestes imóveis foi de 622 mil enquanto o de hóspedes nacionais foi de 650 mil<sup>61</sup>.

A economia compartilhada é importante para o desenvolvimento e, em alguns aspectos, democratização do turismo. Botsman e Rogers (2011) a tipificam em 3

---

<sup>60</sup> Pesquisa realizada no site Booking, especializado em reservas, no dia 17 de janeiro de 2018.

<sup>61</sup> Informações contidas no Panorama da comunidade Airbnb no Brasil, disponibilizado pela plataforma em 2016.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

formas: (i) sistemas de serviços de produto, que são aqueles onde o usuário paga pelo benefício decorrente do produto almejado sem adquirir sua propriedade; (ii) mercados de redistribuição, traduzidos nos sistemas que permitem aos seus usuários a troca de produtos entre si seja por dinheiro ou por outro bem; e (iii) estilos de vida colaborativos, onde interesse dos indivíduos é o compartilhamento de ativos intangíveis, como tempo, viagens/espacos, habilidades, caronas e dinheiro.

Schwab (2016) destaca que a discussão sobre a chamada indústria 4.0 no que transformaria as cadeias globais de valor através da incorporação de tecnologias aos processos e mercados já existentes. A chamada “quarta revolução industrial” cria um mundo em que os sistemas físicos e virtuais de fabricação e oferta se relacionam de forma global, ancorados no movimento de liberalização econômica.

A economia compartilhada tem vários ingredientes, características ou descritores: possibilitada pela tecnologia, preferência do acesso à propriedade, ponto a ponto (*peer-to-peer*), partilha de bens pessoais (em vez de bens corporativos), facilidade de acesso, maior interação social, consumo colaborativo e *feedback* do usuário compartilhado de forma aberta (resultando em maior confiança) (SCHWAB, 2016, p.146).

Assim, o Airbnb se construiu sob a lógica da economia de compartilhamento, pois, diferente de um hotel ou outro meio de hospedagem que ofereça acomodações, ele se apresenta como uma plataforma que viabiliza o contato entre pessoas com necessidade de hospedagem e pessoas que desejam hospedar outras. Desta forma, “o maior fornecedor de quartos não possui um único hotel” (SCHWAB, 2016, p.147), representando uma profunda mudança nas relações de propriedade, na tributação e na criação de economias secundárias.

Segundo Barbosa (2014), as transformações ocorridas na economia brasileira em consequência da globalização e do aumento dos investimentos estrangeiros favoreceram a articulação entre outros agentes econômicos e possibilitaram uma reconfiguração do setor imobiliário. Em Pernambuco, por exemplo, desde a década de 1990 pode-se observar que ocorre a inserção de empresas estrangeiras voltadas ao turismo imobiliário, aumentando a oferta de resorts, hotéis e segundas residências.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Entretanto, o fenômeno da economia compartilhada e a ascensão da plataforma Airbnb no Brasil representam uma transformação nas dinâmicas turísticas características no litoral do país. Segundo Rifkin (2001), há uma tendência no direcionamento das atividades econômicas para os serviços, com o acesso aos bens prevalecendo sobre a posse de produtos. Isto se explica pelos custos onerosos inerentes à propriedade, o que auxilia na decisão de se utilizar um produto ou ter uma experiência apenas pelo período de tempo necessário.

Na Ilha de Itamaracá, nota-se que a quantidade de imóveis disponíveis na plataforma é significativa, representando 97% das acomodações cadastradas do município<sup>62</sup>. O Quadro 1 apresenta uma síntese destes imóveis.

**QUADRO 1 – Síntese dos imóveis ofertados no Airbnb na Ilha de Itamaracá.**

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA	TOTAL
Ilha de Itamaracá	Apartamento inteiro	17
	Bangalô	1
	Casa inteira	36
	Chalé	4
	Condomínio inteiro	
	Flat	3
	Quarto compartilhado	1
	Quarto inteiro	2

Fonte: Elaboração própria com dados do Airbnb, 2018.

Nota-se que as acomodações ofertadas pelo Airbnb no município possuem concentrações específicas. Do total de 65 anúncios, 16 imóveis localizam-se nas praias situadas ao norte da ilha, onde não existe oferta de outro meio de hospedagem. Outra área com grande quantidade de acomodações é próxima ao Forte Orange, no extremo sul do município, com 19 anúncios. Já a Praia do Rio Âmbar conta com 14 anúncios.

<sup>62</sup>O cálculo considerou as acomodações disponíveis no Cadastur somadas às ofertadas no Airbnb, totalizando 67. Considera-se aqui o total de imóveis, independente da quantidade de leitos disponíveis em cada um.

## CONCLUSÕES

Observa-se que o turismo é uma atividade de grande relevância para o município de Ilha de Itamaracá, embora seus meios de hospedagem não acompanhem esta lógica. A grande concentração de segundas residências reflete o movimento de veraneio iniciado na década de 1970, quando o município figurava como principal destino para este fim na RMR.

Com a ascensão de Porto de Galinhas e os investimentos direcionados para o sul do estado, o destino perdeu sua atratividade. Pontos como a falta de saneamento e poluição das praias devem ser destacados, visto que a promoção do município para o turismo passa pela questão ambiental e da balneabilidade.

Considerando os impactos do Airbnb em outros países, pode-se dizer que em cidades com baixos estoques de imóveis para aluguel, a plataforma representa uma ameaça ao retirar residências do mercado de longa temporada, destinado à moradia, e direcioná-las para o aluguel por diárias. Cabe destacar que a área ao norte da Ilha pode ter índices altos de segundas residências, alijando a população local de seu uso e assumindo valor de troca especulativo, uma vez que os imóveis passam a ter a característica de meios de hospedagem.

No litoral brasileiro, onde as frentes de mar e adjacências são caracterizadas, principalmente, por hotéis, empreendimentos turísticos imobiliários e residências de alto padrão, o Airbnb pode modificar a lógica da transformação de equipamentos turísticos em moradias, fazendo o movimento contrário. Entretanto, sua não regulamentação pode representar perdas significativas para os municípios turísticos litorâneos, principalmente os de menor porte e cuja economia gire em torno do setor, como no caso da Ilha de Itamaracá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CPRH. **Diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz**. Recife: CPRH, 2010b. 388p.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CPRH. **Informativo da balneabilidade das praias de Pernambuco** - 27/04/2018 a 03/05/2018. Recife: CPRH, 2018. 4p. Disponível em: <[http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS\\_ANEXO/INFORMATIVO\\_DA\\_BANEABILIDADE\\_DAS\\_PRAIAS\\_DE\\_PERNAMBUCO\\_15\\_18.pdf](http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/INFORMATIVO_DA_BANEABILIDADE_DAS_PRAIAS_DE_PERNAMBUCO_15_18.pdf);4803010101;20180427.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

ARAÚJO, C. P. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos imobiliários. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2011. 368p.

ASSIS, L. F. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares:** um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2001a. 177p.

BARBOSA, A. G. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife:** produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014. 295p.

BRAGA, M. C. A. **A gestão do patrimônio do Estado em áreas de interesse turístico.** Os casos de Porto de Galinhas e Itamaracá. In: X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

CARVALHO, A. G. **Turismo e produção do espaço no litoral de Pernambuco.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

CASTILHO, C. J. M. **A construção de uma geografia consequente do turismo:** reflexão teórico-metodológica do turismo à luz da análise socioespacial. In CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso (org.). Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 15-34.

COSTA, C. R. R. **Turismo, produção e consumo do espaço litorâneo.** Geografia em questão v.05, n. 01, 2012. Marechal Cândido Rondon: Unoeste. p. 147-162. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5078/4942>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo:** De lugares a pseudo-lugares (Coord.). São Paulo: Roca, 2007. 140p.

GUIMARÃES, A.; BORGES, M. **E-turismo:** Internet e negócios de turismo. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HOOGENDOOM, G.; VISSER, G. **Second homes and small-town (re)development:** the case of Clarens. Journal of Family Ecology and Consumer Sciences, v. 32, 2004.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

p.105-115. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/jfec/article/view/52852/41454>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

ILHA DE ITAMARACÁ. **Diagnóstico situacional**. Ilha de Itamaracá, 2006. 47p.

ILHA DE ITAMARACÁ. **Plano diretor participativo da Ilha de Itamaracá**. Lei municipal nº 1.050 de 02 de abril de 2007. Institui o Plano Diretor do Município da Ilha de Itamaracá e dá outras providências. Ilha de Itamaracá, 2007. 43p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**: Ilha de Itamaracá. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260760>>. Acesso em 03 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo 2010** – Ilha de Itamaracá. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=22&uf=26>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

JC ONLINE. **Lixo e abandono no litoral norte**. Recife, 2013. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/01/20/lixo-e-abandono-no-litoral-norte-70675.php>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cadastur**. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, Alinea, 2005.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202 p.

RIFKIN, J. **The age of acess**. Nova Iorque: JP Tarcher / Putnam, 2001.

SILVA, C. H. C. **O turismo e a produção do espaço**: perfil geográfico de uma prática socioespacial. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 2. Santa Maria: UFSM, 2012. p. 47 – 63. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7334/4373>>. Acesso em 10 jun. 2017.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001. 113p.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## PATRIMÔNIO CULTURAL EM COMUNIDADE QUILOMBOLA: O CASO DAS LOUÇAS DE BARRO DOS NEGROS DO RIACHO/RN

Mayara Ferreira de Farias

Ana Catarina Alves

Almir Félix Batista de Oliveira Coutinho

Lissa Valéria Fernandes Ferreira

### RESUMO

O conceito de patrimônio cultural tem suscitado novas questões no que tange valorização de aspectos materiais e imateriais, envolvendo questões de educação patrimonial e identidade social. Neste contexto, as Comunidades Quilombolas podem apreciar a questão de preservação e conservação das questões relacionadas ao seu patrimônio cultural. Por isto, este trabalho tem como objetivo analisar a questão do Patrimônio Cultural em Comunidades Quilombolas, tendo como objeto de estudo a Comunidade Negros do Riacho/RN que tem ênfase na produção de louça como forte identidade cultural. Para tanto, realizou-se coleta de dados, em 2018, do tipo documental, bibliográfica e entrevista com representantes sobre a temática na localidade. Ademais, fez-se uso de entrevistas de histórias orais com sujeitos da comunidade para compreender fatos do passado. Os principais resultados da pesquisa evidenciam que os utensílios de barros produzidos pela Comunidade Quilombola Negros do Riacho/RN, sinalizam uma forte identidade cultural tanto material (o que é feito), quanto imaterial (como é feito), arraigada em um saber artesanal que passa de geração em geração, recebendo inclusive investimentos governamentais que não descaracterizaram sua essência. No entanto, atualmente esta produção é pequena (menor do que nos antepassados), realizada por encomenda, com pouco interesse e embora seja comercializado há muito que deve ser desenvolvido. Conclui-se que existe um patrimônio cultural na comunidade que precisa ser trabalhado com fins de valorização e direcionamento de olhares na produção propondo que seja iniciado um processo de inventário para um possível registro do Patrimônio Cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural. Comunidade Quilombola. Negros do Riacho/RN.

### ABSTRACT

The concept of cultural heritage has raised new questions regarding the valuation of material and immaterial aspects, involving issues of heritage education and social identity. In this context, Quilombola Communities can appreciate the issue of

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

preservation and conservation of issues related to their cultural heritage. Therefore, this work aims to analyze the issue of Cultural Heritage in Quilombola Communities, having as object of study the community Negros do Riacho / RN which has an emphasis on the production of crockery as a strong cultural identity. For this purpose, data collection, in 2018, of the documentary type, bibliographical type and interviews with representatives on the theme in the locality was carried out. In addition, interviews of oral histories with subjects of the community have been used to understand facts of the past. The main results of the research show that the mud utensils produced by the Quilombola Community Negros do Riacho / RN signaled a strong cultural identity both material (what is done) and immaterial (as it is done), rooted in a passing artisanal knowledge from generation to generation, even receiving government investments that did not deprive it of its essence. However, currently this production is small (smaller than in the ancestors), made to order, with little interest and although it has been commercialized a long time that must be developed. It is concluded that there is a cultural heritage in the community that needs to be worked with the purpose of valorization and direction of production, proposing that an inventory process be initiated for a possible overturning of Cultural Heritage.

**KEYWORDS:** Cultural heritage. Community Quilombola. Negros do Riacho / RN

## INTRODUÇÃO

O termo patrimônio relaciona-se com o que se conhece como legado e pode estar vinculado a adjetivos variados como genético, natural ou bancário. De modo geral, está muito próximo do que se denomina marco histórico (CID e CASTRO, 2013). No contexto deste artigo, será levada em consideração a questão do Patrimônio Cultural em Comunidade Quilombola.

Vale ressaltar que, são várias as raízes das comunidades remanescentes de quilombo existentes em todo o Brasil. Tais comunidades se constituíram através de variados processos como, por exemplos, no período colonial após a realização de fugas e a ocupação de terras livres e independente, os seus descendentes as mantinham por meio de herança garantindo a permanência nas terras que cultivavam, pós-escravidão por doação decorrente de serviço prestado ao Estado ou até mesmo através da compra de terras possibilitada pela abolição da escravidão (PADILHA e NASCIMENTO, 2013).

No caso da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, objeto de investigação deste trabalho, localizada no município de Currais Novos/RN, a sua raiz está na

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ocupação gradual da terra, que devido a sua longa permanência, obteve a legalização no que diz respeito à posse da terra para seus moradores.

Ponderar sobre os quilombos e quilombolas na atualidade é, portanto, avaliar sobre lutas políticas e, conseqüentemente, refletir sobre o seu processo de construção. Remete, assim, a um local de remanescentes de quilombos que possui memórias, tradições e identidade que chamam a atenção e que necessitam de novos olhares. É um local dotado de capacidade de auto-organização e poder de autogestão dos grupos. Deve-se considerar, também, os processos de expulsão que impediram estes grupos continuar organizados, ao ponto que em alguns casos os descaracterizou enquanto membros de uma comunidade, promovendo à desagregação, à extrema pobreza e marginalidade social (LEITE, 2000).

Levando em consideração a Comunidade Quilombola Negros do Riacho, tal marginalidade social e pobreza foi característica preponderante por muitos anos, criando estereótipos associados ao que aparentavam ser, esvaindo sua capacidade e dignidade enquanto ser humano. É neste contexto que se insere seu Patrimônio Cultural, representado pela produção de artefatos, materiais e inclusive modos de vida que permitissem sua vida social, como por exemplo, as louças de barro e sua maneira de produzir. Esta arte de fazer louças de barro, principalmente, panelas está sinalizada na entrada da comunidade com uma produção de panela de barro atraindo olhares de quem passa pela mesma.

Entendem-se como Patrimônio Cultural, todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, podem se articular e acumular-se com as produzidas pelas gerações anteriores. Como herança, cada geração as recebe, desfruta delas, podendo inclusive modifica-las de acordo com sua própria história e necessidades, dando a sua contribuição, resguardando ou esquecendo essa herança. Essas práticas são constituídas, por exemplo, pelo: artesanato, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas (GRUNBERG, 2007).

Deste modo, este trabalho questiona o que pode vir a ser considerado como Patrimônio Cultural na Comunidade Quilombola “Negros do Riacho” no município de

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Currais Novos/RN? Busca-se, analisar o Patrimônio Cultural em Comunidades quilombolas, especificamente na Comunidade acima citada, enfatizando a questão da produção de louça e de outros itens que têm o barro como matéria prima.

Reconhece a importância deste trabalho por suscitar que a sociedade reconheça seu patrimônio, estimulando ações futuras de seus integrantes, no sentido de procurar por políticas públicas, ações e direcionamentos que embasem e financiem o reconhecimento do Patrimônio Cultural da Comunidade Quilombola em questão. Ademais, pretende-se contribuir com pesquisas na área estimulando e servindo de fonte de dados para outros pesquisadores e estudantes que abordem a temática.

Assim, o presente artigo está estruturado em alguns eixos que explora o Patrimônio Cultural existente na Comunidade Quilombola Negros do Riacho, debatendo sobre o conceito de quilombo, questões relacionadas com a legislação brasileira relacionada ao tema, contemplando, ainda, conceitos e dimensões do patrimônio, cultura afro-brasileira, processo de patrimonialização e inventários culturais, questões sobre memória coletiva e identidade em Comunidades Quilombolas. E por fim, apresenta os resultados e considerações da pesquisa.

## **PLANO METODOLÓGICO**

Em consenso com autores de estudos metodológicos (STRAUSS, 2008; SEVERINO, 2007) este estudo se caracteriza como exploratório e em relação ao tratamento do objeto, nomeia-se qualitativo. Assim, o presente trabalho buscou, através da visão dos quilombolas do Riacho sobre a questão do apreender os sentidos do patrimônio, os quais devem ser acessados pelos próprios sujeitos.

A pesquisa realizou coleta no ano de 2018, sendo do tipo bibliográfica, documental e de campo através de entrevistas informais, sem uso de roteiro de entrevistas, com diversos representantes sobre a temática (Quadro 01). A escolha da não utilização de um roteiro de entrevista se justifica pela necessidade de dá significado aos que se pretende pesquisar, permitindo que os entrevistados falem abertamente sobre as vivências, relações e interações com o patrimônio que é o cerne da pesquisa.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Quadro 01: Representantes da pesquisa

Representações	Quantidade
Associação comunitária e Louçeiro dos Negros do Riacho	1
Louçeiros que realizam oficinas	1
Professoras que trabalham com a temática	3
Pesquisadoras da área	2
Representante do projeto “Mãos no Barro”	1

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2018.

A escolha destes entrevistados se dá devido à representatividade dos mesmos em relação à temática e notório conhecimento das ações e iniciativas realizadas na comunidade. É importante considerar que tais agentes da pesquisa não residiam na Comunidade, mas considerou-se válido o conhecimento destas que, de diferentes e variadas formas, conhecem sobre a realidade de quem vive e sobre o Patrimônio Cultural produzido e comercializado nos Negros do Riacho e que procuram alternativas para divulgar e promover a região quilombola em que se insere a Comunidade utilizada como objeto de estudo nesta pesquisa.

Utilizou-se, ainda, de entrevistas tendo como referencial a prática da história oral, as quais são utilizadas como fontes para que se possam compreender fatos do passado, juntamente com documentos que foram escritos, de fotografias e outras fontes de registros diversos. Desta forma, os pesquisadores incitam os seus pesquisados a falarem e lhes direcionam diversas perguntas sobre o que se quer averiguar. Paralelamente, possibilita a compreensão de como os indivíduos provam e decifram fatos, circunstâncias e formas de vida, seja de um determinado grupo ou de toda uma sociedade, facilitando, por conseguinte, a concepção de fatos passados e das experiências vivenciadas por outrem. Neste sentido, a utilização da metodologia através da história oral compreende conhecimentos prévios sobre o assunto para que se possam traçar perguntas a serem feitas ao longo da entrevista, seja ela formal ou informal (CPDOC-FGV, 2015).

## DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O patrimônio cultural possui um caráter multifacetado, ora estava relacionado à nacionalidade e as questões do estado nacional, ora significava uma imersão no processo de civilização no qual um grupo civilizado tentava impor a sua concepção e formas de preservação relacionados a temática a grupos não civilizados, em outro momento significou a proteção das formas singulares e ações preservacionistas de culturas em relação ao processo de globalização, chegando-se a percepção da multiplicidade de patrimônio decorrentes da diversidade cultural que compõe o nosso planeta. Deste modo, destaca-se a importância de patrimônio cultural para além dos monumentos construídos, mas também devendo atentar para a natureza imaterial do patrimônio mencionado.

Estas modificações/ampliações na ideia de patrimônio foram relevantes para a criação do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o patrimônio imaterial em 04 categorias com a finalidade de registrá-lo e protegê-lo. Para tanto esse registro seriam feitos livros debatendo as questões relacionadas com saberes, celebrações, formas de expressão, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, bem como lugares e espaços onde venham a se concentrar e reproduzirem práticas culturais coletivas (SANT'ANNA, 2000 *apud* MACEDO, 2014).

Entende-se, a partir do decreto, que a eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional, também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e histórias do passado, definindo assim o que querem guardar e definir como próprio e identitário. O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais. (ABREU, 2007).

Neste prisma, assim como ocorre em relação aos povos indígenas, a terra para os quilombolas é mais do que um bem econômico. Terra e identidade, para essas comunidades, estão intimamente relacionadas.

A partir da terra se constituem, então, as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e

imateriais, sendo, pois, o elemento fundamental e que singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas (PBQ, 2004 *apud* ASSUNÇÃO, 2009, p. 11).

Em uma visão antropológica, PQB (2007 *apud* ASSUNÇÃO, 2009) afirma que as comunidades quilombolas têm uma identidade étnica distinta do restante da sociedade brasileira e que a categoria quilombo deve compreender todos os grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e representação dos seus modos de vida característicos num determinado lugar cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados (ASSUNÇÃO, 2009).

Assim, as comunidades quilombolas se constituem em grupos étnicos que confere pertencimento através de normas e meio empregados para indicar aflições ou exclusão, cuja territorialidade é caracterizada pelo uso comum, pela sazonalidade das atividades agrícolas, extrativistas e outras e por ocupação do espaço que teria por base os laços de parentesco e vizinhança acentuados em relações de solidariedade e reciprocidade (ASSUNÇÃO, 2009).

Na perspectiva da preservação, tanto o tombamento, quanto o registro se constituem em um ato administrativo realizado pelo poder público com o intuito de preservar, através da Lei, bens de valor histórico, arquitetônico, cultural, simbólico e ambiental para a população, impossibilitando que venham a ser destruídas ou tiradas as suas características próprias, visando, assim, preservar referenciais, marcos de uma sociedade e de cada uma de suas dimensões interativas.

Tais ações podem ser aplicadas a bens móveis, imóveis e imateriais que sejam de interesse cultural, em nível municipal, estadual, nacional ou de interesse mundial, quais sejam: modos de saber e fazer, locais de sociabilidade e ou religiosidade, fotografias, livros, acervos, mobiliários, utensílios, obras de arte, edificações, ruas, praças, entre outros. Somente é aplicado a bens de interesse para a preservação da memória e referenciais coletivos, deixando de lado todo instrumento de preservação de bens que sejam apenas de interesse individual. O ideal num processo de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

tombamento é que não se tombem objetos isolados, mas conjuntos significantes (RABELLO, 2009)

Diante disso, pode-se inferir que no contexto de Comunidades Quilombolas, a questão do Patrimônio pode apreciar a questão de preservação e conservação das questões relacionadas ao seu Patrimônio Cultural, com ênfase na produção dos utensílios de barro pelos artesãos locais.

## **CULTURA AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Compreende-se por cultura afro-brasileira, toda e qualquer manifestação cultural realizada no Brasil que tenha sofrido alguma influência da cultura africana e que mantenha um elo relacionando o passado e o presente com possibilidades de manutenção no futuro. Neste contexto, enfatiza-se o papel dos negros nessa disseminação cultural através da realização de suas manifestações de danças, crenças, rituais, forma de preparar seus alimentos, gosto musical, ritmos, trabalhos artesanais, entre outras produções artísticas e culturais.

Contudo, tais manifestações nem sempre foram valorizadas, ocorrendo significativa mudança nos dias atuais. Por todo período colonial e no Império, chegando a meados do século XX, a matriz cultural europeia predominou, tendo sido a africana, por vezes, até proibida de serem estimuladas e exibidas. A capoeira, por exemplo, foi uma dessas representações culturais que eram, frequentemente, proibidas de serem realizadas. Em contraponto, algumas manifestações folclóricas foram estimuladas e toleradas, como por exemplo, expressões culturais como o lundu e as congadas.

Foi a partir de meados do Século XX, com a luta dos diversos Movimentos Negros que esta realidade passou a mudar, com algumas expressões culturais afro-brasileiras passando a ser admiradas e por vezes elevadas a condição de representantes da identidade nacional, atraindo olhares não só de pobres, mas principalmente de uma elite intelectual brasileira. Como destaque desta afirmativa, ressalta-se o papel do samba na disseminação das características afro-brasileiras

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

arraigadas de ritmo e *swing*. Ainda neste contexto de herança africana, ressaltam-se os desfiles de carnavais realizados em todo o país, sendo uma das representatividades que mais identifica o nacionalismo dos brasileiros. Já ao que se refere às manifestações de cunho religioso, destaca-se o fato de uma luta contra os ainda existentes preconceitos em relação a Umbanda e ao Candomblé.

Tais ações começaram a ser cada vez mais valorizadas possibilitando a publicação da Lei nº 10.639/2003, a qual modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), exigindo a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares em escolas do Brasil. A Lei Federal abre possibilidades para a preservação de acervos documentais, imagens e materiais audiovisuais, entrevistas com mãe pais de santo, ativistas, políticos e intelectuais negros, ou gravações de grupos de samba de roda, congadas, ternos de reis, por exemplo. Uma vez que não há como ensinar ser efetivar estas ações (SANSONE, 2011).

De acordo com Gomes (2009, p. 93) “Buscar práticas educativas que permitam aos professores e as crianças conhecerem a cultura negra é, pois, uma forma de promover relações de respeito e valorização da diversidade e da diferença dentro desse espaço de educação”. Neste contexto, “a educação patrimonial traz importante contribuição para fortalecer a interação entre a escola e a comunidade negra, assim como a educação na diversidade e na diferença”. Entende-se a Educação Patrimonial como um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita uma leitura do mundo em uma visão macro, ancorada nos processos histórico-temporais em que está inserido. Ademais, reforça a autoestima e valorização social (HORTA *et al.*, 1999).

Nos planos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para uma educação multicultural, contemplou a questão dos estudos da pluralidade cultural, englobando o conhecimento e a valorização da pluralidade relacionada com o patrimônio sociocultural do Brasil, bem como a questão da identidade e da memória nacional (NOGUEIRA, 2008). O supracitado autor infere, ainda, que, o decreto nº 3.551/2000 coloca como prioridade para o registro de determinados bens culturais de natureza imaterial ou intangível a sua continuidade histórica e relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, criado pelo decreto, está o reconhecimento e a valorização do patrimônio a partir da instituição do inventário e do registro. A meta é contribuir para preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade (NOGUEIRA, 2008). É importante pontuar que o inventário, mencionado acima, ainda não foi realizado na Comunidade Quilombola Negros do Riacho, fato que deveria ser levado em consideração para a efetivação de ações voltadas a esta questão.

Deve-se destacar também a dimensão territorial do Brasil que apresenta pluriculturalidade e busca-se, com isso, reconhecer a diversidade cultural dos povos e suas maneiras de expressar. Reconhecer a diversidade não significa que uma seja superior a outra, mas sim que há características regionais que faz com que a cultura seja tão rica e variada, e possa ser um recurso para o desenvolvimento (GRUNBERG, 2007, p.31-32).

Devem-se buscar, então, novas formas de colaborar para que escolas e diversos meios educacionais, como as comunidades se tornem espaços de variedade cultural e, sobretudo, de respeito, permitindo o reconhecimento de outras culturas além da europeia (GOMES, 2009).

## **PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E INVENTÁRIOS CULTURAIS**

Os processos de patrimonialização brasileiros iniciaram com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda na década de 1930 com o objetivo de preservar a cultura brasileira e fortalecer a identidade nacional. No entanto, conforme verificado no primeiro tópico, tais ações estiveram restritas a uma percepção de preservação de bem materiais e que nos anos seguintes, conforme foi se ampliando o conceito e a ideia de patrimônio, passou a uma série de novos tipos, como o arqueológico, o natural, até os ditos patrimônios imateriais, simbolizados pelas manifestações populares, dos saberes, das celebrações, dos modos de fazer e, principalmente, reiterando a necessidade de se pensar o patrimônio diante da diversidade cultural do Brasil (OLIVEIRA, 2016).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Paralelamente as ações do IPHAN, também se observam ações de inventário patrimonial por meio de pesquisas, como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros que buscam trabalhar a questão racial nos espaços acadêmicos trazendo discussões, trabalhos de extensão, seminários, cursos de formação que buscam valorizar a cultura negra e promover a educação das relações étnico-raciais (GOMES, 2009). Refletir a questão do Patrimônio Cultural Material para fins de inventário sugere, então, considerar os componentes históricos e etnológicos da formação de determinado grupo (ALMEIDA, 2006; GOMES; LINHARES, 1999; SOUZA FILHO, 2008).

É, neste sentido, que as comunidades quilombolas são exemplo de luta por seu reconhecimento, principalmente se considerar que o registro e propriedade de terras, locais de valor histórico, estão condicionados a identidade afrodescentes (NOGUEIRA, 2008). Identidades estas que foram construídas em disputas e negociação de sentidos e que continuam sendo marcas do seu processo e afirmação enquanto identidade negras (ZUBARAN, 2012)

Diante disso, vale inferir, ainda, que a consciência da nova definição do patrimônio como sendo um lugar de memória já não limitado à ideologia nacionalista de legitimação dos países que despontou determinado campo simbólico de conflitos e disputas, dimensionando, por conseguinte, a ação preservacionista para mais adiante de uma inclusão destes novos patrimônios (NOGUEIRA, 2008).

Neste sentido, a educação patrimonial tem papel central na construção desta nova sensibilidade, sendo o Patrimônio Cultural considerado como uma fonte e matéria-prima para a aprendizagem, seja de crianças seja de adultos, atingindo diferentes grupos sociais através das ações educativas, proporcionando, porquanto, um contato mais próximo com o patrimônio em sua dimensão quer seja ela tangível ou intangível. A experiência com esses documentos possibilita, pois, que todos os envolvidos neste processo adquiram experiências, conhecimentos, valorização e o sentimento de apropriação deste legado cultural (NOGUEIRA, 2008).

## **MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

No senso comum, a memória é significada como um acontecimento singular, peculiar de cada pessoa. Contudo, o sociólogo francês Maurice Halbwachs, entre as décadas de 1920 e de 1930, já enfatizava que a memória necessitava ser compreendida como um acontecimento coletivo e social, sendo estabelecido pela coletividade e submetido a transformações constantes (POLLAK, 1992).

Ainda segundo o autor supracitado, na maioria das memórias existe, pois, marcos que não variam, são quase que imutáveis. Tais afirmações foram possíveis ao realizar entrevistas de história de vida, por exemplo, onde notou que no desenrolar de uma entrevista muito extensa, existe alguma coisa que não varia. Em outras palavras, é como se em determinada história de uma pessoa, ocorressem fatos iguais levando em consideração memórias construídas de forma coletiva, existindo, por conseguinte, elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória não possibilitou que houvesse mudanças (POLLAK, 1992).

Assim, é importante salientar que a identidade cultural consiste em um conjugado vivo a partir de relações e inter-relações de um patrimônio simbólico que foi historicamente partilhado, e, portanto, passa a ser compartilhado por diferentes indivíduos de uma determinada sociedade. Sendo, assim, uma identidade marcada por representações que englobam uma série de situações que podem incluir, por exemplo, da fala até uma participação em determinados eventos (SOUSA, 2014).

Diante disso, vale ressaltar que, a constituição de um patrimônio cultural caracteriza-se por um campo em que a existência de conflitos estará na quase totalidade dos casos presentes, principalmente no concernem às possibilidades de construção da memória de uma coletividade. Desse modo, a preferência por bens culturais mesmo quando preocupados em representar seja a identidade nacional, ou signifique a representação dos diversos grupos/etnias que compõem uma determinada sociedade, isso será sem dúvida, uma intervenção política. (NOGUEIRA, 2008).

Destaca-se, ainda, que, por bastante tempo, o pensamento sobre uma identidade cultural não foi devidamente problematizado no contexto das ciências humanas. Além disso, com a ampliação das sociedades modernas, conseqüentemente, vários teóricos apresentaram perturbação ao que concerne ao

perigo que o progresso das mudanças tecnológicas, políticas e econômicas poderiam ofertar a grupos sociais específicos. Nesse prisma, determinados grupos defendiam a preservação de práticas e tradições específicas (SOUSA, 2014).

No contexto de identidade cultural de um povo, ressalta-se, ainda, que, o contexto sobre a territorialização quilombola é constituinte de lutas para uma tentativa de continuar a existir, considerando a reinvenção duma identidade política composta por direitos existentes em uma memória ancestral. Assim sendo, as memórias contem importância basal ao que concerne às comunidades com forte tradição oral e que descobre na reinvenção de suas identidades uma chance de recriar sua história (SOUSA, 2014).

A invenção de identidades político-cultural é, pois, recorrente, ao ponto que grupos específicos se colocam em constante oscilação para uma tentativa de reivindicar o que lhe é fundamental. É necessário, pois, compreender a elaboração desta identidade diante à precisão de batalhas pela conservação ou restauração de um território simbólico e material, considerando, porquanto, o procedimento de territorialização baseado no conflito das relações instituídas (SILVA, 2012).

Além disso, pode-se afirmar que é para além de uma identidade negra atrelada ao sujeito ou a uma cultura estática, que é necessário que haja o registro de determinado patrimônio histórico a ser divulgado e aberto a uma visitação ao público. Outrossim, esta noção de coletividade deve ser abrangida como algo que transporta reconhecimento de direitos de igualdade a todos os cidadãos, simbolizando, ainda, uma busca por promover cotidianos melhores, galgados no respeito e na dignidade humana. (LEITE, 2000).

No caso dos moradores do Riacho, os dissensos familiares assumiram um vocabulário étnico que dividiram os negros e os misturados - descendentes de negros e caboclos. Para os sujeitos miscigenados havia a possibilidade de revelar uma ou outra identificação étnica. Sempre que se coloca em questão a posse da terra, ressalta-se a herança deixada pelos negros velhos. No entanto, a marca negra que revela o direito de uso e posse do território expressa, igualmente, uma herança de escravos, elemento que deve ser esquecido ou ultrapassado, pois agrega estereótipos diversos, tem no seu íntimo um apelo pejorativo. Por fim, pode-se inferir que, um

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

passado em cujos destroços não possibilitou construir uma história prestigiosa, digna de ser lembrada e recontada entre gerações (SILVA, 2009).

Tais estereótipos relembram o que foi mencionado anteriormente, remetendo à Comunidade a uma imagem marginalizada diante a sociedade em que esta inserida, as quais consideram o local como um ambiente de pessoas pobres e sem interesse em receber pessoas a conhecerem a sua realidade. Contudo, tal imagem que alguns ainda possuem da comunidade, é ofuscada pela divulgação que professores da Comunidade, desenvolvedores de ações através de projetos, estudiosos da mesma e dos que são encantados pela louça de barro produzida divulgam sobre a mesma onde quer que estejam. Contribuindo, assim, para a consagração de o que os Negros do Riacho têm a oferecer a todos que visitam a localidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Comunidade Quilombola Negros do Riacho, está localizada no estado do Rio Grande do Norte, no município de Currais Novos/RN. Possui 3,6 hectares onde vivem cerca de 150 pessoas, cuja atividade econômica é centrada na pequena agricultura de subsistência e na produção de louça de barro. Existe a posse Legal da Terra, com registro no INCRA, permitindo que os mesmos permaneçam neste ambiente desenvolvendo suas atividades e trabalhos cotidianos, promovendo seu sustento e o conhecimento de preservação, conservação e ensino voltado ao Patrimônio imaterial através do Projeto “Mãos no barro” – o qual procura repassar para jovens e crianças o como fazer os utensílios de barro que são expostos e comercializados na Comunidade e possibilitam valorizar a cultura e identidade locais.

Afirma-se, desta forma, que identidade não é apenas aquilo que supostamente exigimos que o outro exiba e sim um sentimento de pertença e um sentido comum de origem histórica e cultural, fato identificado nos Negros do Riacho com grande veemência, ao ponto que seus moradores se orgulham de fazer parte da Comunidade e de se identificarem como produtores de panelas de barro. Assim, a panela imensa, encravada no meio do mato acinzentado, nas margens do asfalto, via de acesso ao

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Riacho por uma estrada de pedra e barro, monumentaliza um saber antigo e se torna um lugar de memória.

Em acordo entre a União, o Estado e o Município, foi realizado em 2005 o Projeto chamado Dignidade, de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com a intenção de promover a cidadania e diminuir as dificuldades sociais vivenciadas pelos moradores da Comunidade Negros do Riacho e conduzir atividades voltadas para as ações afirmativas do estado. A partir de tal Projeto, foram desenvolvidas ações como, por exemplo, o acesso à documentação civil básica, habitação, serviços relacionados com a infraestrutura, com o esporte, com a saúde, com a educação e com o lazer.

Neste projeto também foi instituído um espaço para produção coletiva da louça e exposição dos produtos que após a execução do projeto funcionou por pouco tempo. A cerâmica continuou a ser produzida esporadicamente, feita por encomenda e nas casas familiares, conforme dados da pesquisa. Dentre as ações do projeto que se mostraram inabaláveis foram o acesso a água, a edificação de 16 casas em substituição às moradias em taipa. As outras, de tão efêmeras, não conseguiram produzir resultados duradouros. Um exemplo claro dessa efemeridade foi o pouco ou nenhum sucesso alcançado pelas tentativas de tornar a louça um produto decorativo adequado às demandas do mercado, acrescentando a cerâmica um valor étnico e melhorando a técnica/estética na sua confecção com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Tais ações foram, por conseguinte, abortadas porque os moradores do Riacho se negaram a reaprender um ofício conhecido desde a infância e ensinado pelos mais velhos, um saber impregnado na história individual e familiar das louceiras (SILVA, 2009).

**Figura 01:** Painela de Barro no acesso aos Negros do Riacho/RN

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Alexandre Modesto (2017).

As louceiras consideram a técnica muito sofisticada e que remete ao uso de máquinas, o que descaracteriza a forma artesanal de elaboração das peças de barro, ao ponto que não existiria diferencial diante de outras peças produzidas por outros artesãos. As técnicas lhe eram sofisticadas porque nada diziam sobre a forma como aprenderam. A tecnologia, desta forma, através do advento de maquinários para a produção do artesanato, viria como algo que descaracterizaria a produção artesanal da Comunidade.

**Figura 02:** Louceira fazendo panela de barro.



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

As louceiras afirmam que o aprendizado da técnica é repassado em momentos pontuais na escola, com as crianças, como forma de instigar que estas elaborem suas próprias peças de barro e conheçam a cultura que sempre foi passada de geração em geração. Tais iniciativas estão arraigadas no seu processo histórico onde a confecção da louça antigamente unificava as gerações de uma mesma família, a parentela mais próxima e mesmo não reunindo todos os membros da comunidade, garantiam que os filhos auxiliavam suas mães nas atividades, e assim por diante (SILVA, 2010). É importante sinalizar que em meados dos anos de 1980, havia sete fornos para a queima das peças, construídos junto aos núcleos familiares (SILVA, 2010). A comercialização da louça ocorria de forma ambulante em toda a região (com trajeto feito em animais) ou nas feiras da cidade. Além disso, era elevado o número do

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

consumo e de produção das peças de barro (potes), promovendo, por conseguinte, o sustento de muitas famílias, as quais não precisavam pagar pela matéria prima.

A atividade é caracterizada por uma figura feminina, por questões históricas, práticas e simbólica, entretanto, os homens também foram incluídos na arte de trabalhar com o barro ao longo do tempo, uma vez que os afazeres masculinos estavam direcionados a atividades que exigiam maior esforço, como a lida com o carvão e o trabalho em comunidades circunvizinhas (SILVA, 2010). Atualmente, em 2018, a produção é feita por sete artesãos, sendo cinco mulheres e dois homens, e, portanto, tal configuração mudou, havendo encontros para a fabricação destes nas casas dos próprios louceiros. E existem somente dois fornos na localidade, refletindo o baixo número na produção de louças de barro na Comunidade. Utiliza-se a técnica ensinada pelos antepassados, refutando-se a ideia de modernização proposta em projeto.

Tal persistência está relacionada com a esperança de que tal conhecimento seja repassado aos mais novos e que estes possam dar continuidade a esta tradição na Comunidade. Além disso, vale destacar que existem momentos de confecção com o barro em períodos quinzenais com crianças, como forma de repassar o “saber fazer” para as gerações atuais, sendo, pois, um dos principais objetivos do projeto “Mãos no barro”, mencionados anteriormente. O saber fazer engloba, portanto, tanto o conhecimento sobre o solo de onde é retirada a matéria prima, quanto a forma de como sentir, pegar e modelar o barro.

A cerâmica é, portanto, um saber artesanal que passa de geração em geração, uma prática cultural, elemento de identidade e pertença. Ainda que produzida em pequena quantidade, a arte de fazer a louça demanda tempo onde cada louceiro imprime as peças sua marca e estilo, há diferenças entre as formas de fazer, cada um tem seu treino, marcado no movimento das mãos e do corpo (SILVA, 2010). De acordo com dados, contemporaneamente, os tamanhos dos objetos feitos de barro foram desenvolvidos em formas de miniaturas, como maneira de possibilitar uma maior produção e comercialização de tais produtos a quem visitar a Comunidade ou fizer encomendas para servir de lembrancinhas de aniversário. Já o pote d’água, deixou de ser produzido por falta de público comprador – como já mencionado anteriormente.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

São produzidas, neste sentido, algumas panelas pequenas, outras médias, alguns pratos, vasos e poucos enfeites.

Entende-se, através da visão dos atores da pesquisa: moradores da comunidade, professores, louceiros, representante da associação e estudiosos que pesquisaram ou pesquisam sobre a comunidade que, na atualidade, a produção de louça de barro ainda pode ser considerada como a identidade principal da Comunidade Negros do Riacho, mesmo que tenha havido uma diminuição da produção da mesma, comercializando-as, por conseguinte, na própria localidade, nas feiras livres realizadas na cidade de Currais Novos, por encomenda ou em momentos festivos do local.

O Patrimônio Cultural Material e Imaterial da Comunidade Negros do Riacho contempla artesãs que trabalham de forma pontual na produção de utensílios de barro (potes, panelas, jarros e miniaturas para momentos festivos – lembrancinhas) e máscaras africanas, além de casas de barro que mantêm sua originalidade e de possuírem a documentação de suas terras enquanto remanescentes de quilombolas.

Ainda há que considerar que, em meados de 2006, os moradores da comunidade, passaram a lutar pelo reconhecimento da coletividade como representantes de remanescentes de quilombos. Neste sentido, a certificação pela Fundação Cultural Palmares surgiu como uma forma de energização englobando ações afirmativas do Rio Grande do Norte. Tal iniciativa surge em detrimento das necessidades de afirmação das políticas públicas e seus políticos, que objetivam compensar perdas sociais vivenciadas por comunidades afro-brasileiras, revalorizando a cultura negra, a qual foi privada, em um contexto histórico, de direitos à cidadania, terra, e condições basais para sobreviverem (SILVA, 2009).

A entrega da certidão foi realizada em dois eventos como forma de reafirmar e lembrar os efeitos das políticas desenvolvidas pelos gestores. Procurou-se, também, revalorizar práticas ancestrais agregando valor cultural. Nesta perspectiva, a venda da louça de barro estaria atrelada a um elemento étnico de forte identidade cultural, deixando de lado o papel apenas de armazenar água ou de ser utilizada para cozinhar, e sim, quiser viria como enfeite exótico confeccionado pelos Negros que moram no Riacho (SILVA, 2010). A realidade da comunidade reflete que, no contato de pais,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

avós, netos e filhos, a tradição oral e de confecção da louça de barro tenta ser repassada como algo marcante na cultura da comunidade em questão. Contudo, a produção é pequena, feita por encomenda, poucos têm interesse em aprender as formas de como produzir a louça com o barro e, embora seja comercializada em momentos de feiras e nas casas das loiceiras em dias de visitação, ainda há muito que ser desenvolvido para sensibilizar aos novos a aprender e praticar com os experientes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância histórica da comunidade na atualidade remete para o fato de que utilizam para fabricar seus produtos/utensílios de barro, comercializando em feiras e a visitantes para a localidade, possibilitando uma alternativa econômica para sustento e como forma de colocar em prática o que aprenderam com seus ancestrais. Além disso, remete para a categoria de resistência que demarca, em grande medida, os sentidos da permanência e da unidade social e para o sentimento de pertenc a e a produ o de uma identidade étnica singular.

Parafraseando Cavignac (2010), apesar das dificuldades econômicas, os grupos tentam conservar a terra em que vivem, sendo muitas vezes o único bem que possuem o lugar onde está enterrado o passado: espaço ainda habitado pelos ancestrais e pelos espíritos sobrenaturais. A maioria dessas práticas antigas não   visível para o olhar dos estranhos. Para eles, a arte de fazer potes e panelas está impregnada na identidade dos “negros do Riacho” e os revelam por inteiro.

Conclui-se, portanto, que existe a necessidade de promover momentos de sensibiliza o da Comunidade ao que concerne à valoriza o local sobre o valor cultural, histórico, social e artístico de todos os integrantes da referida localidade, bem como de serem direcionados olhares para a produ o do artesanato produzido, pensando, ainda, em agregar valor a todos os trabalhos manuais considerados Patrimônio Cultural, possibilitando que seja iniciado um processo de inventário para um possível tombamento. Sendo, porquanto, a louça de barro produzida, a maior

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

representatividade do Patrimônio Material (cada peça) e Imaterial (modo de fazer) da Comunidade Quilombola Negros do Riacho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. *In*: \_\_\_\_\_. **Cultura Política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. *In*: ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: UFAM, 2006. p. 101-132.

ASSUNÇÃO, L. **Jatobá**: ancestralidade negra e identidade. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

CAVIGNAC, J. A. **A etnicidade encoberta**: ‘Índios’ e ‘Negros’ no Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/167/0>>. Acesso em 10 jul. 2018.

CPDOC. **O que é história oral**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 10 jul. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A.P.S. A educação para as relações étnico-raciais a partir do patrimônio cultural negro: educação patrimonial da cultura afro-brasileira e os(as) intelectuais negros(as). *In*: AGUIAR, M. A. S. A. E. (Orgs.). **Educação e diversidade**: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009, pp. 91-114.

GOMES, A. M.; CARDOSO, M. S. D. Apropriação e manejo de recursos naturais em Santana de Caboclos, terra de santíssimo. *In*: PAULA ANDRADE, M.; SOUZA FILHO, B. (Org.). **Fome de farinha**: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: Edufma, 2006. p. 113-144.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, M.L. P.; GRUMBERG, E; MONTEIRO, A.Q. (Org.). **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN\Museu Imperial, 1999.

LEITE, I. B. **Os Quilombos no Brasil**: Questões Conceituais e Normativas. Etnográfica, v. IV (2), 2000, pp. 333-354.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

LINHARES, L. F. R. **Terra de preto, terra de santíssima**: da desagregação dos engenhos à formação do campesinato e suas novas frentes de luta. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1999.

MACEDO, H. A. M. Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a história e o patrimônio cultural. **Revista Espacialidades** [online]. 2014, v. 7, n. 1.

NOGUEIRA, A. G.R. **Diversidade e sentidos do patrimônio cultural**: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, jul. 2008. pp.233-255.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: L. Almeida e E. Fernandes (Edts). **Métodos e técnicas de avaliação**: novos contributos para a pratica e investigação. Braga: CEEP, 2001.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado, 2016.

PADILHA, Lucia Mara de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Comunidades quilombolas brasileiras na perspectiva da história da educação**: estado da arte. 2015. Disponível em:<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo\\_simposio\\_4\\_541\\_lupadilha5@yahoo.com.br.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_541_lupadilha5@yahoo.com.br.pdf)>. Acesso em 10 jul. 2018.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. pp. 200-212.

RABELLO, Sonia. Rabello, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. (Reedições do IPHAN).

ROCHA, A. C. N. **Mapeamento urbanístico**: a materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano. 2015. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RAAO-7BEGZH>>. Acesso em 10 jul. 2018.

SANSONE, L. **Os dilemas da patrimonialização**: da invisibilidade a hipervisibilidade de alguns aspectos da cultura afro-brasileira. 2011. Disponível em <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1048&Itemid=353](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1048&Itemid=353)>. Acesso em 10 jul. 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SEVERINO, A, J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 Ed, Ed: Cortez. São Paulo, 2007.

SILVA, J. T. Quilombos no Rio Grande do Norte: História e Legislação. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0612.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Tradição oral e prática ceramista em uma comunidade rural negra no sertão do Rio Grande do Norte. **X Encontro Nacional de História oral: Testemunhos: História e Política**. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

SILVA, S. R. **Quilombos no brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. 2015. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

SOUSA, R. G. **Identidade Cultural**. 2014. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/sociologia/identidade-cultural.htm>>. Acesso em 10 jul. 2018.

SOUZA FILHO, B. **Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum**. São Luís: Edufma, 2008.

SOUZA FILHO, B.; ANDRADE, M. P. Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 75-99, jul./dez. 2012.

STRAUSS, A. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZUBARAN, M. A.; GONÇALVES E SILVA, P. B. Interlocuções sobre estudos afro-brasileiros: pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 130-140, 2012.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SUSTENTABILIDADE EM FERNANDO DE NORONHA (PERNAMBUCO-BRASIL)

Itamar Dias e Cordeiro

Nathália Körössy

### RESUMO

Desenvolvimento sustentável tornou-se um termo recorrente nos estudos em turismo. Embora a necessidade de um modelo sustentável do turismo seja um consenso, uma aplicação prática e ampla de uma política de turismo sustentável ainda não aconteceu. É preciso, portanto, ter cautela com iniciativas autodenominadas de sustentáveis. Diante disso, o presente estudo se dedicou a analisar a atuação do poder público no que tange à promoção de um turismo sustentável no arquipélago de Fernando de Noronha, um dos destinos insulares brasileiros mais conhecidos e desejados do país. A partir de observações não-participantes *in loco*; de entrevistas com funcionários e ex-funcionários da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), pesquisadores, ilhéus e ex-gestores; de pesquisas documentais e bibliográficas; e de pesquisas em páginas web do governo do estado e de operadores turísticos, chegou-se ao entendimento de que, em Fernando de Noronha, o sustentabilidade é confundida com preservação da natureza pois as outras dimensões (social e econômica) são negligenciadas pelo poder público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Turismo Sustentável; Políticas Públicas, Fernando de Noronha.

**ABSTRACT** -- Sustainable development has become a recurring term in tourism studies. Although the consensus on the need for a sustainable tourism approach, a comprehensive and practical implementation of a sustainable tourism policy has not yet taken place. So it is necessary to be cautious with initiatives self-described as sustainable. Face with this situation, the present study was devoted to analyze the performance of public sector in the promotion of sustainable tourism in the archipelago of Fernando de Noronha, one of the most popular and desired Brazilian island destinations. From non-participant observations *in loco*; interviews with officials and former employees of the Administration of the Fernando de Noronha State District (ADEFN), researchers, islanders and former managers; documentary and bibliographic research; and research on web pages of the government and tour operators, it was observed that, in Fernando de Noronha, sustainability is confused with preservation of nature because the other dimensions (social and economic) are neglected by the public authority.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**KEYWORDS:** Tourism; Sustainable Development; Sustainable Tourism; Public Policies; Fernando de Noronha.

## INTRODUÇÃO

Instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a finalidade de refletir sobre um necessário modelo de desenvolvimento alternativo ao que até então estava em voga, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável, presidido pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, apresentou, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável. Com sua popularização, a partir da Conferência de 1992, o desenvolvimento sustentável acabou por se transformar num dos grandes temas da atualidade e, como tal, acabou por ser aplicado em uma ampla gama de setores (FARSARI; PRASTACOS, 2000).

Nos últimos anos da década de 1980, o desenvolvimento sustentável tornou-se um termo recorrente nos estudos sobre o desenvolvimento, de uma maneira geral, e nas pesquisas em turismo, em particular; e embora não tenha implicado em inovações radicais, provocou uma reorientação no planejamento e gestão do turismo (LIU, 2003). É, a partir daí, que se passa a falar em turismo sustentável (HUNTER, 2002), entendido pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2004), como aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.

Embora a necessidade de um modelo sustentável do turismo seja um consenso e muitos governos nacionais e autoridades locais já tenham dedicado algum tipo de atenção ao tema, isso não significa que o mesmo esteja a ser transposto e implementado na prática (NITSCH; VAN STRAATEN apud MONIZ, 2006). Com efeito, apesar das afirmativas em contrário, uma aplicação prática e ampla de uma política de turismo social e ecologicamente responsável, em todos os âmbitos (empresarial, local, regional, nacional, internacional, tanto de consumidores como de produtores), ainda não aconteceu (KRIPPENDORF, 2003).

O que existe, portanto, é um grande *gap* entre a doutrina da sustentabilidade e sua aplicação ao mundo real (RUHANEM, 2004; SIMPSON, 2001; TROUSDALE, 1999). Nestas condições, a sustentabilidade do turismo acaba por ser um jargão para

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

gestores e políticos, um tema para conferências e um slogan para ativistas ambientais e do desenvolvimento, muito mais do que um objetivo a ser perseguido (SAARINEN, 2006).

Tal situação torna-se ainda mais crítica em ambientes insulares (TWINING-WARD; BUTLER, 2002; BRIGUGLIO; BRIGUGLIO, 1996). Isto porque, ao mesmo tempo em que estas pequenas regiões dependem bem mais do turismo do que as grandes regiões continentais (UNWTO, 2004; LIU; JENKINS, 1996), elas são ecologicamente bem mais frágeis (KOKKRANIKAL ET AL, 2003). Por conseguinte, são proporcionalmente mais vulneráveis às pressões do turismo.

Tendo em vista o imperativo de um turismo sustentável para os ambientes insulares, o presente estudo se dedicou a analisar a atuação do poder público no que tange à promoção de um turismo sustentável no arquipélago de Fernando de Noronha, um dos destinos insulares brasileiros mais conhecidos e desejados do país. Pertencente ao estado de Pernambuco, o arquipélago de Fernando de Noronha é um distrito estadual, cuja área encontra-se totalmente abrangida por duas unidades de conservação: uma de proteção integral, o Parque Nacional Marinho (PARNAMAR) de Fernando de Noronha; e a outra, de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo.

De modo a empreender este estudo, procedeu-se à análise da evolução da atividade turística e da atuação do poder público distrital e estadual para o desenvolvimento do turismo no arquipélago nos últimos cinco anos. Para tanto, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: observações não-participantes *in loco* entre os anos de 2012 e 2016; entrevistas com funcionários e ex-funcionários da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ADEFN), pesquisadores, ilhéus e ex-gestores; pesquisas documentais e bibliográficas, além de pesquisas em páginas web do governo do estado e de operadores turísticos. Convém esclarecer que, uma vez que determinadas falas levantaram aspectos delicados concernentes à gestão do arquipélago, achou-se por bem omitir os nomes dos entrevistados como forma de preservar suas identidades. Após a fase de coleta de dados, foi realizada uma análise de conteúdo a fim de compreender se as políticas públicas locais de fato promovem um turismo sustentável.

## TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

O principal interesse acadêmico sobre os impactos do turismo datam do início dos anos 60 e se resumem a pesquisas relacionadas à capacidade de carga (SAARINEN, 2006). Ao longo de duas décadas, a noção de capacidade de carga formou a base da abordagem e da gestão dos impactos negativos da atividade, porém, após este período, tornou-se um conceito problemático tanto em termos operacionais como teóricos (SAARINEN, 2006). Do reconhecimento das limitações da capacidade de carga e num contexto onde o desenvolvimento sustentável era tema sempre presente, amadurece e se efetiva o conceito de turismo sustentável (BRAMWELL; LANE, 2008).

De certa forma, pode-se dizer que o conceito de turismo sustentável é ápice de um amadurecimento teórico iniciado na década de 1960, com o reconhecimento dos impactos potenciais do turismo de massa; que atravessa a década de 1970 com as primeiras preocupações com a gestão de visitantes; e culmina com a emergência do conceito de turismo verde (*green tourism*) na década de 1980 (MONIZ, 2006; DANTAS, 2005; SWARBROOKE, 2000). Ao longo da década de 1990, o conceito ganha reconhecimento daqueles que trabalham com a atividade e acaba por tornar-se uma unanimidade o fato do turismo ter a sustentabilidade como única opção.

Conceitualmente, Butler (apud SOUSA, 2006, p. 34) define turismo sustentável como aquele que “se desenvolve e mantém numa área (ambiente, comunidade) de tal forma e a uma tal escala que garante a sua viabilidade por um período indefinido de tempo sem degradar ou alterar o ambiente (humano ou físico) em que existe e sem pôr em causa o desenvolvimento e bem-estar de outras atividades e processos”. Já para Swarbrooke (2000), trata-se de um tipo de turismo economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais a atividade no futuro dependerá, principalmente o ambiente físico e o tecido social da comunidade local. O Acordo de Mohonk<sup>63</sup> e a

---

<sup>63</sup> O Acordo de Mohonk é um documento que contém um conjunto de princípios gerais e elementos que devem fazer parte de qualquer programa de certificação em ecoturismo e turismo sustentável. Resulta do workshop internacional promovido pelo *Institute for Policy Studies* com o apoio da *Ford Foundation* em *Mohonk Mountain House* (Nova Iorque) em Novembro de 2000.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Carta de Lanzarote<sup>64</sup> expandem esta interpretação ao incluir a promoção de benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores.

Para Pearce (2003), trata-se daquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras e simultaneamente protege e amplia as oportunidades para o futuro; enquanto que o Relatório *Commonwealth of Australia* de 1991 (apud DRIML; COMMON, 1996) e Cater (apud LIU, 2003) não buscam por uma definição do termo, mas destacam uma série de princípios e características os quais um turismo sustentável deve atender, a saber: melhoria do bem-estar material e não-material; equidade intra e intergeracional; proteção da diversidade biológica e a manutenção dos sistemas e processos ecológicos; respeito pelo ambiente natural, cultural e social das áreas de destino; desenvolvimento econômico e social das comunidades locais; satisfação das necessidades (materiais e imateriais) dos visitantes e da população local.

As definições citadas são suficientes para se concluir que todas, apesar de seu enfoque, concordam, em maior ou menor grau, que o turismo sustentável assenta-se essencialmente em dois pressupostos: I) preocupação com a manutenção das dimensões social, ambiental e econômica; e II) garantia de bem-estar para as presentes e futuras gerações. Estes dois pressupostos traduzem, ao fim e ao cabo, os três pilares sobre os quais o turismo sustentável se fundamenta (UNWTO, 2004): a **sustentabilidade econômica**, que implica a criação de prosperidade nos diferentes níveis da sociedade, considerando a rentabilidade de todas as atividades econômicas. Fundamentalmente se trata da viabilidade das empresas e de suas atividades e de sua capacidade para se manterem no longo prazo; a **sustentabilidade social**, que implica o respeito dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade. Requer uma distribuição justa dos benefícios, que se centre na redução da pobreza. Dedicar-se principalmente às comunidades locais e à manutenção e reforço de seus sistemas de subsistência, bem como ao reconhecimento e respeito das diferentes culturas, evitando qualquer forma de exploração; a **sustentabilidade ambiental**, que implica a conservação e gestão dos

---

<sup>64</sup> A “Carta Mundial para o Turismo Sustentável” ou “Carta de Lanzarote” é o documento resultante da Conferência Mundial do Turismo Sustentável, realizada em Lanzarote (Espanha) em 1995.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

recursos, especialmente os não-renováveis ou que sejam fundamentais para a subsistência. Traduz-se na implementação de ações para reduzir a contaminação do ar, da terra e da água e para conservar a diversidade biológica e o patrimônio natural.

Nesta perspectiva, entende-se, tal como UNEP/UNWTO (2005) que o turismo sustentável não é uma tipologia de turismo (como o são turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, etc.), mas uma forma diferente de promover turismo.

### **Fernando de Noronha enquanto destino turístico associado à imagem de paraíso intocado e turismo sustentável**

Fernando de Noronha não só é um dos destinos mais conhecidos do país, como também é um dos mais desejados pelos brasileiros (FIPE, 2012). Associada sobretudo às praias, fauna marinha e belas paisagens, a imagem de Fernando de Noronha é constantemente enaltecida como um paraíso. Também frequentemente recebe títulos como os de “Praia mais bonita do Brasil” ou de “Melhor Ilha da América do Sul”, ambos segundo o TripAdvisor 2015/2016.

Em um estudo realizado por Pires (2008) sobre as peças de publicidade turística oficiais do Estado de Pernambuco entre os anos de 2004 e 2006, conclui-se que, apesar de serem construídas imagens como a do Pernambuco cultural e a do Pernambuco moderno, ainda é a imagem do Pernambuco paradisíaco aquela predominante, sendo Fernando de Noronha o melhor exemplo disso. Neste mesmo sentido, Dantas (2009, p. 155) considera que “as imagens de Fernando de Noronha oferecidas pela mídia se aproximam do relato idílico [de paraíso] consagrado no Ocidente em sua forma mais tradicional”. E é justamente nas belezas naturais que o governo do Estado vem se apoiando para veicular Fernando de Noronha como um destino turístico.

Aliás, o esforço para comercializar Fernando de Noronha não é apenas como um destino ecoturístico, mas sim o destino sustentável. Um exemplo emblemático disto é a descrição que é feita do destino no Manual do Operador (EMPETUR, S/D):

O Arquipélago de Fernando de Noronha, Patrimônio Mundial Natural (UNESCO, 2001), é um santuário ecológico que encanta, por sua beleza exuberante e exemplo de preservação ambiental, gente de todas as partes

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

do mundo. Com uma população de apenas 3.500 habitantes, entre moradores permanentes e temporários, o turismo é desenvolvido de forma sustentável, criando a oportunidade do encontro equilibrado do homem com a natureza (grifo nosso).

Além disso, programas institucionais de pesquisa científica e de preservação de espécies (a exemplo do projeto Tamar desenvolvido pelo IBAMA e o Golfinho Rotador), bem como iniciativas como coleta seletiva e compostagem de resíduos orgânicos fazem parte das ações de sustentabilidade ambiental empreendidas em Fernando de Noronha. Ainda no campo das ações ambientais capitaneadas pelo Governo do Estado de Pernambuco merece destaque o Programa Noronha Carbono Zero, anunciado em 2013. Tendo-se como meta o estabelecimento de uma economia de baixo carbono na ilha, transformando-a em um território pioneiro na compensação das emissões de gases de efeito estufa, este programa, em parceria com a iniciativa privada prevê uma série de medidas, tais como: migração total da fonte de energia atual (diesel) para a energia eólica e solar, o desenvolvimento de um sistema de carros elétricos carregados que poderão ser acessados a partir de aplicativos, a substituição em longo prazo de todos os veículos movidos a combustível por modelos elétricos, entre outras.

Tanto nas matérias de jornais, quanto nas páginas institucionais da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e do Governo do Estado, Fernando de Noronha é frequentemente enaltecido como um território diferenciado do ponto de vista da sustentabilidade. Termos como “paraíso ecológico”, “lugar intocado”, “natureza exuberante”, “gestão sustentável” têm sido comumente utilizados para se referir ao arquipélago. Em suma, o discurso construído em torno de Fernando de Noronha faz parecer crer que a sustentabilidade no destino é fato consumado. No entanto, tendo em conta que se declarar sustentável não implica, necessariamente, em sê-lo, o presente estudo se dedicou a colocar esse discurso da sustentabilidade em perspectiva.

## **FERNANDO DE NORONHA: TURISMO SUSTENTÁVEL?**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em conta a ênfase dada à proteção do patrimônio natural. A questão da beleza cênica e dos recursos naturais do arquipélago é recorrentemente citada pelo poder público. Sobre isso, convém esclarecer que, apesar do discurso, o fato é que, como qualquer destino, Fernando de Noronha também sofre com os impactos ambientais dos visitantes.

IBAMA (2005), por exemplo, atribui à visitação impactos como: diminuição da diversidade e densidade de organismos em função do pisoteamento pelas pessoas que visitam os costões rochosos para mergulhar, observar e fotografar; retirada de organismos (dos costões rochosos) para venda em outros estados ou com o intuito de levar uma lembrança da ilha; biopirataria de espécies de invertebrados (algumas espécies de moluscos de Fernando de Noronha já foram encontradas à venda em sites de conquiologia na internet); danificação da biota marinha incrustante (corais) devido à grande quantidade de mergulhadores inexperientes; introdução de espécies exóticas; e alteração no comportamento dos golfinhos decorrente do molestamento ocasionado pelas embarcações de turismo. Sendo assim, mesmo no que toca à proteção ambiental, Fernando de Noronha tem ainda muito o que avançar. Por outro lado, são notórios os esforços do poder público no sentido de tentar resolver esses entraves.

Contudo, não se observa o mesmo esforço no que toca à questão social. Embora proteção ecológica seja uma parte importante de um desenvolvimento dito sustentável, não se deve olvidar que o bem-estar das comunidades locais é igualmente fundamental. E nesse sentido, as políticas públicas implementadas em Fernando de Noronha deixam bastante a desejar. A expansão irregular das habitações é, possivelmente, a principal evidência disto.

De 1.241 pessoas em 1970, a população de Fernando de Noronha (residentes permanente e temporários) aumentou para cerca de 2.974 pessoas em 2016 (IBGE, 2016). No entanto, na contramão desse crescimento populacional (dada a exiguidade do espaço insular combinada às restrições legais relativas ao disciplinamento do uso e ocupação do solo de uma área natural protegida), a autorização para novas construções diminuiu. Isso fez com que uma parte da população ocupasse alguns edifícios abandonados. De acordo com Jornal do Commercio (2011):

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Favela em Fernando de Noronha tem nome de presídio. Chama-se Carandiru. É um prédio público, escondido no fim de uma rua enlameada e ocupado por famílias que não têm onde morar. São nove adultos e sete crianças disputando o mesmo banheiro, o mesmo varal. Brigando por eles até. Pai, mãe e filhos espremidos em quartinhos sem nenhuma privacidade. Quando chove, tem que colocar prego no forro, porque senão o teto cai na cabeça das crianças. Já ocorreu outras vezes. Toda noite, o medo é que aconteça de novo.

As condições de habitação nestes ambientes são, evidentemente, insalubres. Segundo relatou um entrevistado por esta pesquisa, nestes tipos de habitações insalubres...

(...) a promiscuidade é grande (...). Os mesmos arranjos que você encontra na população de baixa renda, você encontra também lá [em Fernando de Noronha] (...). É um arrumadinho que não é arquitetonicamente correto (...) e aí tem uma série de problemas: para onde é que vai o detrito, o lixo? E o saneamento? E outras coisas mais: (...) adolescentes, crianças e adultos convivendo (...) num espaço exíguo como você vê em população de baixa renda. E há a dificuldade de convívio também: há muita violência doméstica, há muita violência. E você só sabe disso quando você convive lá; porque oficialmente isso não existe em Noronha.

A falta de autorização para novas construções levou à outra prática que acabou por tornar-se bastante comum na ilha: a construção de “puxadinhos”. À medida que os filhos crescem, casam e têm, eles também, seus filhos, a casa original torna-se insuficiente. Como inexistente autorização para construir em novos lotes, a alternativa encontrada pela população local é fazer um acréscimo ilegal (“puxadinho”) da casa original. Neste, passam a coabitar avôs, pais, filhos e netos. São, portanto, três gerações dividindo um pequeno espaço sem nenhuma privacidade e com poucas condições sanitárias.

O que convém esclarecer é o lugar do turismo nessa dinâmica: o que motiva os ilhéus a construir esses anexos irregulares para neles morarem é a perspectiva de que, assim, a casa fique disponível para ser alugada aos turistas. Dada a forma e a velocidade com a qual essa prática vem sendo feita, Andrade et al (2007) comentam que a situação habitacional em Fernando de Noronha corresponde a um verdadeiro quadro de favelização decorrente da expansão informal das edificações com uso de

ISSN: 1808-9755

materiais inadequados; baixo nível de conservação em alguns setores e famílias morando em barracos nos fundos dos terrenos para usar a casa como pousada.

A combinação entre escassez de habitações e o fato de ser um dos destinos mais desejados do país traz à tona outro problema: o êxodo da população local. Como em Fernando de Noronha a quantidade de moradias já atingiu o máximo permitido pelo poder público, um empresário de fora da ilha que queira se estabelecer no local não pode simplesmente comprar um pedaço de terra e construir. Logo, o que muitos destes empresários fazem é estabelecer uma sociedade com um ilhéu.

A partir das entrevistas em campo identificou-se que esta prática funciona da seguinte forma: o primeiro entra com o dinheiro para construir, ampliar, reformar ou melhorar o estabelecimento, ao passo que o segundo entra com o imóvel ou terreno. Segundo apurado nessas entrevistas, os ilhéus, ao se associarem, costumam se mudar para o continente para viverem da renda. Isso porque o empresário fica responsável por administrar a pousada e pagar uma renda ao ilhéu.

Esse êxodo também é alimentado por outra dinâmica constatada in loco: o arrendamento de casas e de pousadas menores por grandes pousadas. Em Fernando de Noronha não é incomum grandes pousadas arrendarem as pequenas hospedarias para que estas sirvam de alojamento para seus funcionários. Isso se deve ao fato de que, no rastro do desenvolvimento da atividade, surgiram novas pousadas e, com elas, a necessidade de mais funcionários. Como a ilha carece de recursos humanos qualificados, alguns meios de hospedagem (sobretudo, os maiores e mais luxuosos) passaram a recorrer a pessoas de fora da ilha. Precisando de alojamentos para este novo contingente, esses meios de hospedagem viram no arrendamento das pequenas pousadas a solução para a acomodação de seus funcionários.

Uma pesquisa realizada por ADEFN/DHT (2014) com 174 meios de hospedagem identificou que 17 deles funcionavam como alojamento de outras pousadas. A consequência do arrendamento é que o ilhéu precisa deixar a casa a fim de que a mesma sirva integralmente como hospedaria para os funcionários dessas outras pousadas. Não tendo para onde ir na ilha, o destino da maior parte dessas pessoas acaba por ser o continente.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O que convém observar é que, desde um ponto de vista social, os que partem acabam por ser privados da convivência e das referências que tinham com um espaço que lhes era familiar e o qual ajudaram a produzir. Com essa emigração, os vínculos entre o homem e seu espaço se desfazem. Quanto aos que permanecem, lhes resta testemunhar os que partiram serem substituídos por haules<sup>65</sup> e turistas.

Embora seja legítimo dar o benefício da dúvida e esperar que algum tipo de relação positiva possa florescer desses novos arranjos, a experiência tem mostrado que a tendência é ocorrer o inverso. Pesquisadores e ex-gestores com os quais se conversou foram recorrentes quanto ao fato de que, com o desenvolvimento do turismo, aquilo que anteriormente era marcado por relações de solidariedade entre as pessoas, passou à condição de relações comerciais mediadas pela possibilidade de lucro. Como descreve Rocha Lima (2000, p.276):

Um morador assim se expressa quanto às mudanças de atitude entre os próprios habitantes: "... antes [do turismo] os donos de carros paravam para levar a gente [carona]. Hoje, não. Eles não param, pois, se levar a gente, não ganha dinheiro com o turista... [ele] é quem paga o aluguel do carro cada vez que vai para algum lugar; a gente não...".

Um entrevistado que trabalhou em Fernando de Noronha menciona que...

Trabalhei em Noronha por mais de 5 anos (...) e conhecia todo mundo lá. Quando volto lá [Fernando de Noronha] agora... 10 anos depois, não reconheço mais ninguém (...). Tá tudo muito mudado (...), as pessoas principalmente (...). Fiquei espantada, sabe?

Outro desdobramento desse êxodo é o esfacelamento do poder de mobilização local. Em recente obra para reinauguração do Palácio São Miguel (edifício que serve de sede para a ADEFN), houve um protesto de moradores. Segundo a moradora, Ana Paula da Silva, líder do protesto:

---

<sup>65</sup> De acordo com Rocha Lima (2008, p.297) que *haule* ou *haole* é um "vocábulo de origem havaiana, literalmente 'homens brancos'; como assinala M. SAHLINS (Ilhas de História, 1994:34) essa denominação refere-se, a princípio, aos surfistas que procuravam Noronha para a prática esportiva e depois, de maneira xenófoba e pejorativa, aos novos migrantes que vieram residir no arquipélago depois de 1986". Mesmo moradores residentes há décadas e, às vezes, chegados na ilha com poucos meses de idade são chamados de "haules". Neste mesmo sentido, IBAMA (2005, p.107) ressalta que "o haule é alguém que veio explorar a ilha e não deveria ter os mesmos direitos dos ilhéus".

Não somos contra a reforma do Palácio nem das ruas, estamos protestando pela desigualdade social, o desmando é grande. Carteira de morador sendo emitida para quem não mora na ilha, o setor de veículos comete arbitrariedades. O governo é feito para os ricos, o povo está oprimido (BLOG VIVER NORONHA, 2017).

Esse protesto atesta um poder de mobilização da comunidade local para fazer frente a uma situação que considera inadequada: as arbitrariedades cometidas pelo poder público que reverberam na qualidade de vida do ilhéu. Ocorre que tal tipo de protesto só se torna factível a partir do momento em que existe uma comunidade local que se mobiliza. A partir do momento em que os antigos residentes são substituídos por empresários de fora e turistas, essa situação muda radicalmente. Isto porque, sem uma comunidade local, as possibilidades de resistência, articulação e cobrança junto ao poder público pela melhoria de vida na ilha atrofiam-se e tendem a desaparecer. Quando é esse o caso, o próprio espaço tende a perder o sentido, a se converter em um “presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; (...) espaço do vazio” (CARLOS, 1999, p.28). Enfim, tende a transformar-se um espaço do provisório e do efêmero, no qual as relações entre os indivíduos são impessoais e sem referências comuns a um grupo.

Por fim, é preciso considerar que, do ponto de vista econômico, o desenvolvimento da atividade no destino não dá, igualmente, mostras de ser sustentável. Isto porque economias de ilhas com forte apelo turístico encontram-se em uma situação particularmente delicada face os mercados emissores. Ou seja, a eventualidade de algum tipo de recessão econômica no mercado de origem, ocasionada por fatores diversos, pode representar um colapso econômico de uma comunidade que tendeu a se desvencilhar quase por completo de outras formas de subsistência como é o caso de Fernando de Noronha (ELABORE, 2008).

Some-se a isso a questão do custo de vida. Alguns dos ilhéus com os quais se conversou revelaram gostar de viver em Fernando de Noronha, mas declararam que o custo de vida na ilha tem se tornado, de certa forma, proibitivo. Se por um lado parece aceitável o fato de que, por se tratar de uma ilha relativamente distante e com reduzidos canais de distribuição, os preços dos produtos sejam relativamente maiores

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

do que no continente, o que as entrevistas realizadas com alguns moradores e com a própria ADEFN permitiram entrever foi que o turismo também tem uma parcela de responsabilidade nesta questão.

O que acontece é que, dadas suas características, Fernando de Noronha tem um forte apelo junto a um público de um elevado poder aquisitivo. Segundo DHT/ADEFN (2016), 96% do público que visita o arquipélago é de brasileiros. Em sua maioria, esses turistas são casados, possuem nível instrucional elevado, idade entre 31 e 40 anos e nível de renda entre 6 e 10 salários mínimos. O tempo médio de permanência da maior parte deles é de 3 a 5 dias e o gasto médio em torno de R\$ 3.320,00. Esse tipo de perfil de visitante é desejável porque traz dinheiro, no entanto, é preciso considerar que ele também é o responsável pela alavancagem de preços dos produtos/serviços em geral, inclusive de itens básicos (dentre os quais a alimentação é o principal) que passam a ficar caros também para os locais. Essa pressão inflacionária, aliás, também foi relatada por alguns entrevistados como outro motivo pelo qual alguns ilhéus estão deixando a ilha para ir viver no continente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indo além da perspectiva ingênua e simplista que costuma considerar como sustentável um destino turístico apenas porque o mesmo apresenta belezas cênicas ou desenvolve ações midiáticas relacionadas com a proteção da natureza, a presente investigação se propôs a discutir a sustentabilidade do destino Fernando de Noronha a partir de uma reflexão sobre como a prática dessa atividade está repercutindo do ponto de vista social, ecológico e econômico.

A este respeito, uma primeira consideração a ser feita tem a ver com o fato de que o poder público confunde sustentabilidade com preservação da natureza. O levantamento sobre a atuação do poder público demonstrou que, majoritariamente, a proteção do meio ambiente é utilizada como elemento para atestar a sustentabilidade do destino. Tal acepção, no entanto, é, no mínimo, um equívoco. Isto porque sustentabilidade não se resume à proteção ambiental. No caso de Fernando de Noronha é evidente que questões de ordem social como déficit habitacional,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

assentamentos subnormais e êxodo de moradores rumo ao continente são igualmente importantes. E, a este respeito, o que se constata é que tais questões não recebem a devida atenção por parte do poder público.

Ademais, os arranjos que vêm sendo feitos entre empresários de fora e ilhéus tendem a, conforme já discutido, estimular o êxodo destes últimos. Como consequência, o que se traz para reflexão é a possibilidade de, no médio prazo, haver um desmanche da tessitura espacial. Ora, como falar, pois, em sustentabilidade na medida em que a população local vem sendo progressivamente substituída por empresários de fora e turistas? Como falar em sustentabilidade em um ambiente no qual a manutenção das condições para as futuras gerações de ilhéus satisfazerem suas próprias necessidades não está assegurada?

Face o exposto, o que este trabalho vem trazer à tona é a necessidade de se repensar a sustentabilidade em seu nível mais elementar: o do planejamento. É ponto pacífico que o turismo sustentável não se dá ao acaso. Autores como Inskip (1991), Swarbrooke (2000), Körössy (2007), Lai et al (2006), Moiteiro (2008), Schianetz et al (2007), Simpson (2001), UNWTO (2004), Yuksel et al (1999) são unânimes quanto ao fato de que um turismo sustentável só é possível com planejamento.

A omissão da dimensão social pelo poder público leva a crer que não há um planejamento para o turismo sustentável em Fernando de Noronha. E isso precisa ser revisto. Continuar limitando a sustentabilidade ao nível do ecológico é insistir em uma abordagem que não assegurará a perenidade de Fernando de Noronha enquanto destino. Neste sentido, é fundamental e urgente que se pense uma política de turismo sustentável para Fernando de Noronha, uma política que, evidentemente, enxergue para além do ecológico e que reflita algumas das questões socioeconômicas levantadas neste estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEFN/DHT – ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA/DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO. Diagnóstico da

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

situação atual dos meios de hospedagem do arquipélago de Fernando de Noronha. Recife: UFPE/PROEXT/DHT, 2014

ANDRADE, L.; GOMES, V.; DIAS, M.; MORAES, J. Conflitos da gestão ambiental urbana no arquipélago de Fernando de Noronha. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 21-25 de maio de 2007, Belém: 2007.

BLOG VIVER NORONHA. Palácio São Miguel é reinaugurado com protesto de moradores de Fernando de Noronha. Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/blog/viver-noronha/post/palacio-sao-miguel-e-reinaugurado-com-protesto-de-moradores-de-fernando-de-noronha.html>>, acesso em 30/12/2018.

BRAMWELL; B.; LANE, B. Priorities in sustainable tourism research. Journal of Sustainable Tourism, 16(1), pp.01-04, 2008.

BRIGUGLIO, L.; BRIGUGLIO, M. Sustainable tourism in the Maltese Islands. In: BRIGUGLIO, L. et al (eds.). Sustainable tourism in islands & small states: Case studies. Pinter: London. pp.162-179, 1996.

CARLOS, A. F. O Turismo e a Produção do Não-Lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; CRUZ, Rita de Cássia (orgs). Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, pp. 25-37, 1999.

CLARKE, J. A framework of approaches to sustainable tourism. Journal of Sustainable Tourism, 5(3), pp.224-233, 1997.

DANTAS, A. O uso de indicadores socioambientais para análise da atividade turística na Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis/SC. Tese (Doutoramento em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2005.

DANTAS, P. Destino da ilha sob a mira do Éden: Fernando de Noronha no percurso do tempo. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, 2009.

DHT/ADEFN – DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO / ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA. Avaliação do destino Fernando de Noronha – 2016: Relatório. DHT/UFPE: Recife, 2016.

DRIML, S.; COMMON, M. Ecological economics criteria for sustainable tourism: Application to the great barrier reef and wet tropics world heritage areas, Australia. Journal of Sustainable Tourism, 4(1), pp.3–16, 1996.

ELABORE – ASSESSORIA ESTRATÉGICA EM MEIO AMBIENTE. Estudo e determinação da capacidade de suporte e seus indicadores de sustentabilidade com

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

vistas à implantação do plano de manejo da área de proteção ambiental do arquipélago de Fernando de Noronha – Produtos 3 e 4 (documento submetido ao ICMBio). Brasília, 2008.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO – EMPETUR. Manual do Operador Turístico. EMPETUR: Recife, S/D.

FARSARI, Y.; PRASTACOS, P. Sustainable tourism indicators: Pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete. Proceedings of The International Scientific Conference on “Tourism on Islands and Specific Destinations”, University of the Aegean, Chios, 2000. Disponível em «<http://www.iacm.forth.gr/regional/papers/XIOSenglishversion.pdf>», acesso em 12/01/08.

FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011: relatório executivo. São Paulo: 2012. Disponível em <[http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda\\_turistica/downloads\\_demanda/Demanda\\_domxstica\\_-\\_2012\\_-\\_Relatxrio\\_Executivo.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/downloads_demanda/Demanda_domxstica_-_2012_-_Relatxrio_Executivo.pdf)>, acesso em 09.10.2015.

HUNTER, C. Sustainable tourism and the touristic ecological footprint. Environment, Development and Sustainability, 4(1), pp.07-20, 2000.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Plano de Manejo – Fase 1 da Área de Proteção Ambiental APA Fernando de Noronha, Atol das Rocas e São Pedro e São Paulo. Encarte 3: Análise da Unidade de Conservação: Parte 1. Brasília: IBAMA, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@: estimativa da população 2016: Fernando de Noronha. IBGE, 2016. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260545&idtema=130&search=pernambuco|fernando-de-noronha|estimativa-da-populacao-2016->>>, acesso em 20.10.2016.

INSKEEP, E. Tourism planning: An integrated and sustainable development approach. Van Nostrand Reinhold: New York, 1991.

JORNAL DO COMMERCIO. Noronha: o paraíso às avessas. Especial do Jornal do Commercio. 2011. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/especial/noronha>>, acesso em: 20.10.2015.

KOKKRANIKAL, J; BAUM, T.; MCLELLAN, R. Island tourism and sustainability: A case study of the Lakshadweep Islands. Journal of Sustainable Tourism, 11(5), pp.426-447, 2003.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

KÖRÖSSY, N. Turismo e recursos hídricos no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) - Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ªed. Aleph: São Paulo, 2003.

LAI, K.; LI, Y; FENG, X. Gap between tourism planning and implementation: A case of China. *Tourism Management*, 27(6), p.1171-1180, 2006.

LINS E SILVA, Marieta Borges. Fernando de Noronha: cinco de séculos de história. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

LIU, Z. Sustainable tourism development: A critique. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(6), pp.459-475, 2003.

LIU, Z.; JENKINS, C. Country size and tourism development. In: BRIGUGLIO, L. et al (eds.). *Sustainable tourism in islands & small states: Issues and policies*. Pinter: London, 1996.

MATTHIESON, A.; WALL, G. *Tourism: Economic, physical and social impacts*. Longman: New York, 1982.

MOITEIRO, A.I. Análise das percepções dos turistas em relação a boas práticas e indicadores de sustentabilidade. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) - Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2008.

MONIZ, A.I. A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores. Tese (Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais). Universidade dos Açores: Ponta Delgada, 2006.

MPPE - MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Controle Migratório em Fernando de Noronha - Perguntas e Respostas. Recife: MPPE, 2016.

PEARCE, David. *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph, 2003.

PIRES, Carolina. *Imagens de Pernambuco: uma análise semiolinguística do discurso publicitário turístico*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

ROCHA LIMA, Janirza. A simbologia triádica de Fernando de Noronha. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, V.24(2), pp.287-298, 2008.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ROCHA LIMA, Janirza. Nas águas do Arquipélago de Fernando de Noronha. Tese de doutoramento (Ciências Sociais), São Paulo: PUC, 2000.

RUHANEM, L. Strategic planning for local tourism destinations: an analysis of tourism plans. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 1(3), pp.239-253, 2004.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 33(4), pp.1121-1140, 2006.

SCHIANETZ, K.; KAVANAGH, L; LOCKINGTON, D. Concepts and tools for comprehensive sustainability assessments for tourism destinations: A comparative review. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(4), pp.369-389, 2007.

SIMPSON, K. Strategic planning and community involvement as contributors to sustainable tourism development. *Current Issues in Tourism*, 4(1), pp.03-41, 2001.

SOUSA, R. M. A sustentabilidade do destino turístico Porto Santo. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo). Universidade da Madeira: Porto Santo, 2006.

SWARBROOKE, J. Turismo sustentável. São Paulo: Aleph, 2000.

TROUSDALE, W. Governance in context, Boracay Island, Philippines. *Annals of Tourism Research*, 26(4), pp.840- 867, 1999.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a small island: Development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. *Journal of Sustainable Tourism* 10(5), pp.363–387, 2002.

UNEP/UNWTO – UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME/UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. Making tourism more sustainable: a guide for policy makers. UNEP/UNWTO: Madrid, 2005.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. Making tourism work for small island developing states. UNWTO: Madrid, 2004.

YUKSEL, F.; BRAMWELL, B.; YUKSEL, A. Stakeholder interviews and tourism planning at Pamukkale, Turkey. *Tourism Management*, 20(3), pp.351–360, 1999.

## POTENCIALIDADES DO TURISMO E DO ECOTURISMO NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA, PB

Antonio Rafael Barbosa de Almeida

### RESUMO

Os recursos ambientais, históricos e sociais existentes no estuário do rio Paraíba/PB e em seu entorno tornam este espaço de relevante interesse turístico e ecoturístico. Apesar da visitação turística já existir, trata-se de uma atividade que pouco se integra às necessidades e anseios das comunidades locais e com as práticas de conservação deste ambiente. Assim sendo, o trabalho objetiva visualizar como o turismo tem se desenvolvido na região estuarina do rio Paraíba e quais os potenciais e os entraves para a articulação desta atividade a partir das premissas do ecoturismo e do turismo sustentável. O estudo tem caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando-se do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas junto a uma amostra não probabilística de moradores de comunidades situadas às margens da região estuarina e utilizada a técnica de observação participante. Como resultados, destacam-se as possibilidades de se desenvolver a visitação turística e ecoturística no ambiente estuarino, ao passo em que são ressaltados os conflitos e os impactos existentes naquele ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** ecoturismo, turismo sustentável, estuário do rio Paraíba.

### ABSTRACT

The environmental, historical and social resources present in and around the estuary of the Paraíba River make this area of relevant tourist and ecotourism interest. Although tourism visitation already exists, it is an activity that is little integrated with the needs and wishes of local communities and with the conservation practices of this environment. Therefore, the work presented aims to visualize how tourism has been developed in the estuarine region of the Paraíba River and what are the potential and obstacles for articulating this activity based on the premises of ecotourism and sustainable tourism. The study has a descriptive and exploratory character, with a qualitative approach, using bibliographical survey and field research. For the collection of data, individual semi-structured interviews were carried out together with a non-probabilistic sample of residents of communities located on the banks of the estuary and using the participant observation technique. The results highlight the possibilities of developing tourism and ecotourism in the estuarine environment, while highlighting the conflicts and impacts that exist in that environment.

**KEYWORDS:** ecotourism, sustainable tourism, estuary of the Paraíba River.

## INTRODUÇÃO

A região estuarina do rio Paraíba caracteriza-se enquanto um sistema ambiental complexo e dinâmico, recortado por canais de baixa vazão, sujeito direto ao regime das marés e envolto por manguezais degradados e parcialmente preservados (ALVES, 2011; STEVENS et al., 2012). Localizado na área de maior adensamento populacional e dentre as de maior concentração empresarial e industrial do estado da Paraíba - a região metropolitana de João Pessoa - este espaço vem sendo acometido por significativos impactos que alteram e comprometem a sua dinâmica ecológica e a sua biodiversidade local.

A inadequada ocupação de suas margens e o predomínio de atividades produtivas que entram em conflito com os aspectos de conservação, como mostram os estudos de Nishida et al. (2004) e Stevens et al. (2012), ampliam a necessidade em suscitar alternativas econômicas que permitam resguardar a biodiversidade local de perturbações, ao passo que possam ainda serem fatores de desenvolvimento social e geração de renda. Nessa perspectiva, as potencialidades turísticas têm sido destacadas, já que se trata de um espaço com singularidades paisagísticas, ecológicas, culturais e históricas e que já vem atraindo fluxo de visitação em pontos específicos – a exemplo a praia fluvial do Jacaré, a ilha da Restinga (Cabedelo) e a comunidade de Forte Velho (Santa Rita).

A promoção de um modelo de visitação turística norteado pelos princípios da conservação ambiental e do mínimo impacto poderia conduzir a um cenário propício para o uso responsável dos recursos naturais e culturais na região estuarina do rio Paraíba, bem como no desenvolvimento equilibrado do lugar. Nesta perspectiva, o ecoturismo surge para o estuário do rio Paraíba e sua região de entorno como uma via alternativa para a promoção da conservação ambiental e do bem-estar das comunidade envolvidas em sua articulação através dos princípios do turismo sustentável (CHRIST et al., 2003).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Todavia, a carência de medidas atuais que norteiem o desenvolvimento equilibrado da visitação naquele espaço pode tornar o turismo mais um agente de degradação ecológica e de agravamento dos conflitos sociais locais. A partir de um panoramana no qual a visitação turística tem se expandido e estimulado o interesse crescente para a instalação de equipamentos turísticos e outros empreendimentos, problematiza-se a condução da prática turística realizada nos modelos atuais e como ela tem interferido e agravado as problemáticas e os conflitos existentes na localidade. Questionam-se ainda quais atitudes poderiam ser tomadas para que o planejamento e organização da atividade turística pudesse se constituir a partir de propostas que compatibilizassem os usos, a conservação e a participação comunitária no espaço estudado.

Esta pesquisa tem por objetivo observar e analisar como o turismo tem se estabelecido na região estuarina do rio Paraíba e quais os potenciais e as perspectivas na articulação para o desenvolvimento da atividade, sobretudo a partir de sua abordagem sustentável, para que ela possa se constituir enquanto uma atividade-chave para a conservação daquele ambiente.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho caracteriza-se enquanto um estudo descritivo-exploratório elaborado a partir de uma abordagem qualitativa. Para sua operacionalização, recorreu-se a divisão do mesmo em duas fases: a primeira, bibliográfica e documental, e na sequência, a fase de campo e a análise dos resultados.

Na primeira etapa, o autor reuniu pesquisas em livros e periódicos e realizou análises de documentos e matérias jornalísticas que se referiam a área de estudo, bem como, com a temática abordada - turismo sustentável, ecoturismo e conservação. Já num segundo momento, foi-se a campo para o reconhecimento e a análise do espaço estudado. Para a realização da pesquisa de campo foram selecionadas, por critério de conveniência, as seguintes localidades: praia do Jacaré (Capedelo), Prainha/rio da Guia (Lucena), Forte Velho e Ribeira (Santa Rita).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A partir de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a uma amostra não-probabilística entre janeiro a abril de 2016, foram colhidos oito depoimentos de residentes das localidades visitadas, sobretudo, com agentes com interface com o turismo e lideranças locais. Além disso, fez-se uso da observação participante conforme as orientações de Oliveira (2000), o que possibilitou um contato mais próximo e amplo com a realidade pesquisada, o que contribuiu para a caracterização do turismo e o vislumbre sobre as perspectivas da visitação turística e ecoturística no espaço analisado.

## ECOTURISMO

O crescimento das cidades atrelado às necessidades dos habitantes das áreas urbanas no (re)encontro com a natureza em seus momentos de ócio e lazer, a fuga momentânea dos centros urbanos e de seus problemas, a contemplação das paisagens e da biodiversidade local, além do contato com pequenas comunidades locais são apontadas por vários autores como evidências para o crescimento da prática turística em espaços naturais (RUSCHMANN, 2012; SABINO et al., 2012; WEARING; NEIL, 2014), conhecidas genericamente por ecoturismo.

Dentro do que se convencionou a chamar de “indústria turística”, o ecoturismo desponta como segmento de maior aproximação com as proposições ligadas aos conceitos de turismo sustentável, que por sua vez está atrelado à noção de desenvolvimento sustentável. Esta modalidade turística, que tem expressivo crescimento já em fins da década de 1980, consolida-se no mercado através da intenção de compatibilizar a conservação do patrimônio natural e da biodiversidade, a valorização da cultura local e a manutenção dos costumes, com a geração de emprego e renda.

O ecoturismo torna-se uma atividade relevante do ponto de vista comercial a partir do momento em que o homem, degradado por sua condição urbana e industrial, busca reencontrar-se com a natureza. Na perspectiva, Lindberg e Hawking (2005) entendem ecoturismo como sendo uma atividade que busca a satisfação do homem em estar em contato com o espaço natural por meio de uma visitação que vise os

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

aspectos da conservação ambiental e do desenvolvimento. Nessa direção, Meirelles Filho aproxima-se desse entendimento quando discorre sobre o ecoturismo como sendo:

uma oportunidade para experimentar o novo, reviver o contato com o mundo natural, perdido na metrópole, oportunidade para o encontro com sua própria individualidade (MEIRELLES FILHO, 2005, p.46).

A valorização da prática recreativa e turística em espaços naturais, além de sua escala humana, espiritual e individual, esteve orientada pelo movimento ambientalista que se consolidava no mundo (DALE, 2005). Porém, não se pode esquecer que, por mais que o ecoturismo represente a ressignificação da relação sociedade e natureza, esse movimento não foi associado apenas a um cenário de maior consciência ambiental e de busca por novas formas de satisfação das sociedades humanas. Lembra Brumatti (2014) que o turismo a partir do enfoque da sustentabilidade se constitui enquanto meio de reprodução e perpetuação da hegemonia econômica e política de uma atividade desenvolvimentista alinhada aos novos valores socialmente vigentes.

Em face disso, o fomento à prática ecoturística, em muitos casos, tem induzido a exploração econômica do ambiente e de seus recursos para além dos seus limites de recuperação e regeneração ecológica. Sob o aspecto social, a atividade tem afetado as relações comunitárias locais ao aprofundar as desigualdades e contradições, além de favorecer a perda da identidade (tradições, costumes e práticas) de grupos comunitários em destinos de ecoturismo. Ela tem, portanto, a capacidade de comprometer a médio e longo prazo o espaço natural onde é realizada (SONAGLIO, 2006; CORIOLANO, 2007).

Mesmo sob críticas, o ecoturismo tem sido aludido até os dias atuais enquanto uma atividade estratégica na articulação do turismo sustentável, isto é, na geração de renda e na conservação dos recursos ambientais e culturais locais por meio da visitação turística. Tanto é que a relevância dessa atividade cresce ao mesmo tempo em que se amplia a preocupação em estabelecer medidas de conservação dos

espaços naturais, da biodiversidade e dos processos ecológicos, bem como pelo crescente desejo pelo consumo das paisagens e dos ambientes e áreas naturais.

O ecoturismo é uma atividade complexa (LINDBERG; HAWKINS, 2005; PIPPI et al., 2011), que apresenta distintas dimensões, escalas e envolve a atuação em rede de vários agentes para poder se constituir. Assim, o incentivo a execução de projetos e atividades ligadas ao ecoturismo deve ser amparado por um conjunto integrado de ações que abarque os desejos e os interesses de seus envolvidos ao passo em que mantenha seus objetivos de conservação através do planejamento.

No que tange ao ecoturismo, o ato de planejar considerando suas distintas abordagens se relaciona a viabilizar o encontro de um horizonte saudável e equilibrado a partir do uso responsável dos recursos por esta atividade, minimizando erros, desperdícios e impactos e buscando alcançar os objetivos propostos.

A adoção de ferramentas de planejamento possibilita a criação de diretrizes norteadoras com vistas a ampliar e distribuir os benefícios gerados ao passo em que busca atenuar ou minimizar os impactos negativos oriundos de sua prática (SALVATI, 2003). Para Wearing e Neil (2014), faz parte de toda a ação de planejamento para o ecoturismo a identificação dos objetivos, a definição de estratégias, a consulta aos atores participantes e impactados pelo ecoturismo, a exposição dos conflitos relacionados com a atividade, assim como da criação de instrumentos e de medidas de controle e monitoramento, como estudos de zoneamento e capacidade de carga.

A participação comunitária e a gestão compartilhada do destino são dois aspectos fundamentais a serem contemplados no planejamento das atividades do ecoturismo, mas que nem sempre se fazem presentes na execução de projetos ecoturísticos. Para além de uma simples consulta, quando os anseios e as demandas comunitárias são consideradas a comunidade tende a mobilizar-se para a condução da atividade.

A gestão compartilhada é entendida aqui como sendo o estabelecimento de relações entre os atores locais, o setor público e a esfera privada, visando a promoção de um modelo de turismo que compatibilize os diferentes interesses de seus participantes e propicie o desenvolvimento social e econômico, salvaguardando o

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

patrimônio natural do ambiente. Para Bursztyn et al. (2009, p.86) “a gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região estuarina do rio Paraíba apresenta um conjunto singular de ilhas e praias fluviomarinhas, pequenos afluentes, ‘gamboas’, croas e mangues, consorciados a degradados fragmentos de mata Atlântica. Do ponto de vista ecológico, o estuário pode ser caracterizado enquanto um sistema de alta produtividade, sendo habitat de espécies que dependem, integral ou parcialmente, desse ambiente para completar seu ciclo de vida.

O avanço das atividades humanas e o crescimento populacional tem interferido acentuadamente na dinâmica ecológica desse ambiente, alterando o equilíbrio dos ecossistemas e das espécies que habitam aquele espaço, como mostram os estudos de Nishida et al. (2004), Marcelino et al. (2005) e Stevens et al. (2012). A pesquisa de Stevens et al. (2012), por exemplo, constata a diminuição dos fragmentos do bioma mata Atlântica no entorno da região estuarina na ordem de 41% apenas entre as décadas de 1970 e 2010.

Ainda no que se refere ao espaço em análise, a ocorrência de conflitos de ordem econômica, social e fundiária é significativa. Grande parte das comunidades inseridas às margens do estuário do rio Paraíba carecem de estruturas e serviços básicos que envolvem a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e que possibilitem a interação sadia com o estuário. A precariedade na oferta de assistência em saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, transporte e comunicação tem afetado a qualidade de vida, o bem-estar e a emergência de oportunidades para os moradores dessas localidades.

No cenário descrito, a ausência de oportunidades locais de geração de emprego e renda, especialmente em se tratando das comunidades inseridas na margem esquerda do estuário, como Livramento, Ribeira e Forte Velho, só não era

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

maior devido às práticas tradicionais – como a pesca e a coleta de crustáceos. Porém, a diminuição dos estoques pesqueiros na área estuarina, que pode ser reflexo da degradação daquele ambiente, foi ponto comum nos discursos dos moradores locais ouvidos no estudo. Com a diminuição dos ganhos advindos da pesca, é notória a evasão diária de moradores em idade produtiva para centros urbanos próximos, notadamente João Pessoa e Cabedelo, para ocupação em atividades da construção civil, no setor naval e do trabalho doméstico.

Fato recente, a provável chegada de investimentos externos de grande porte deve alterar ainda mais o ambiente analisado. Notícias divulgadas na mídia estadual e nacional dão conta da construção e operação um estaleiro de reparos no município de Lucena (O ESTADO DE S. PAULO, 2017; WSCOM, 2017), além da expansão do Porto de Cabedelo e da construção de um condomínio aeronáutico instalado no distrito de Livramento, no município de Santa Rita-PB. A vinda de megaempreendimentos no entorno da região estuarina contrasta com a dissolução das práticas econômicas tradicionais e o crescimento da exploração dos recursos naturais locais.

As medidas de conservação que abrangem o estuário do rio Paraíba e de seu entorno têm se mostrado pontuais e ineficientes, o que tem favorecido a degradação ambiental e social que ocorre ao longo do espaço estuarino. Iniciativas pontuais, a citar o projeto Extremo Oriental das Américas<sup>66</sup>, buscaram alertar para a necessária a conservação desse estuário, porém tais ações apresentaram resultados restritos e baixo apoio da sociedade e do setor produtivo em geral.

Nesta direção, o desenvolvimento de ações que envolvessem a estruturação conjunta do planejamento, monitoramento e controle da prática turística, aliados a

---

<sup>1</sup>O projeto Extremo Oriental das Américas foi uma ação conjunta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e outros parceiros que buscou encontrar meios para a conservação do ambiente estuarino e minimizar a perda da biodiversidade naquele sistema, propondo a criação de um mosaico de conservação formado pelas Unidades de Conservação e áreas de preservação existentes na região estuarina e seu entorno (ICMBIO, 2012).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

realização de pesquisas científicas e a articulação de atividades econômicas responsáveis que buscassem também o envolvimento comunitário poderia guiar a um cenário de maior conservação do ambiente estuarino. O fomento ao turismo norteado pelos princípios do desenvolvimento sustentável, aqui abordado enquanto “turismo sustentável”, emerge no contexto retratado acima e, se bem conduzida, pode ser um fator importante de conservação ambiental e geração de renda.

Sob a perspectiva do desenvolvimento turístico, o espaço estuarino reúne um conjunto significativo de recursos e potencialidades que advém, sobretudo, de seus atributos naturais e ecológicos, e que permitem pensar a atividade sob o viés ecoturístico. Agregado ao patrimônio natural local, os fatores histórico-culturais presentes naquele espaço contam parte relevante da constituição do estado da Paraíba e poderiam ser consorciados a atividade turística no espaço estuarino e em seu entorno – mas que ainda são praticamente desconhecidos pelos residentes de seu entorno e pouco aproveitado pelo turismo local.

Apesar da possibilidade do desenvolvimento da prática de visitação turística e ecoturística, não se tem ações estruturadas e contínuas voltadas ao recebimento de turistas e visitantes articuladas a medidas de planejamento turístico, conservação do meio ambiente e participação comunitária. Os recursos locais poderiam ser utilizados pelo turismo de diferentes formas: as áreas verdes parcialmente conservadas poderiam abrigar a realização de trilhas a pé, caminhadas interpretativas e atividades de cicloturismo; já a utilização do espaço estuarino poderia ser realizada através de passeios fluviais a bordo de embarcações tradicionais e esportes de aventura; e de modo abrangente, consorciando os dois ambientes, por meio de atividades de observação da vida silvestre, de vivências comunitárias e de realização de roteiros que integrem os espaços verdes, o patrimônio histórico-cultural, as comunidades e o estuário em si.

A execução do projeto “Trilhas dos Potiguaras” pelo governo estadual tem sido uma tentativa para expandir a atividade turística, sob o viés da sustentabilidade, no litoral norte paraibano e insere a comunidade de Forte Velho (Santa Rita) e o município de Lucena em um de seus roteiros. Contudo, questiona-se o pouco alinhamento das proposições da referida ação com as demandas comunitárias e do processo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

participativo de planejamento do turismo, à luz das ideias de Salvati (2003), Bursztyn et al. (2009) e Wearing e Neil (2014). Isto porque após o anúncio da realização do projeto no site oficial do Governo, que data do dia 07 de março de 2016, os moradores locais ouvidos durante a fase de campo desta pesquisa disseram não ter conhecimento a respeito de tal proposta e o detalhamento das suas possíveis ações.

A baixa mobilização e integração dos governos locais e das próprias comunidades em favor do desenvolvimento turístico, comprovada a partir de relatos de moradores ouvidos durante a etapa de campo deste estudo, foram vistas como forças contrárias a qualificação do espaço para o recebimento de visitantes. Soma-se a esta constatação a deficiência na estrutura e nos serviços básicos, que não prejudica apenas o turista, mas sobretudo, as comunidades inseridas no entorno do estuário.

A partir deste cenário observa-se que as potencialidades e recursos turísticos presentes na área estuarina não são aproveitados e o turismo não exerce seu papel no que tange a conservação do ambiente local e da integração comunitária. O turismo é uma prática presente em pontos específicos do estuário, como é o caso da praia fluvial do Jacaré (Cabedelo) ou da localidade conhecida como “prainha” (Lucena), contudo, trata-se da visitação que, apesar de se apropriar do espaço natural e da paisagem, ocorre sem qualquer apelo ecológico ou de promoção da conservação ambiental e que a curto ou médio prazo pode ser um agente de degradação do meio ambiente.

Por meio do cenário apresentado, a necessidade de repensar a atividade turística ao longo da região estuarina do rio Paraíba torna-se evidente. O planejamento e a gestão turística comprometida com a conservação do ambiente e a geração de oportunidades para os moradores locais são aspectos-chave na estruturação de uma prática turística e ecoturística equilibrada e que deve ser instituída por meio de um esforço conjunto entre o poder público dos municípios envolvidos, dos empreendedores e, sobretudo, da população local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Consciente das limitações e das dificuldades que envolvem a aplicação dos princípios que norteiam o ecoturismo e o turismo sustentável, esta pesquisa observou a estrutura voltada para o turismo na perspectiva de compreender a dinâmica da visitação realizada a região estuarina do rio Paraíba. Nesta direção, visualiza-se um cenário de grande potencialidade natural, histórica e cultural, que inclui atrativos e localidades que já são visitadas, enquanto outras praticamente desconhecidas.

O estudo observou os principais entraves e conflitos existentes naquele ambiente que incidem sobre a prática turística potencial e já desenvolvida. Os problemas ambientais e sociais presentes ao longo de quase toda a extensão da região estuarina, acompanhados da baixa mobilização comunitária em torno de proposições do turismo, foram considerados os principais desafios a serem superados no caso um projeto turístico norteado pelos princípios do ecoturismo venha a ser constituído naquele ambiente.

Evidencia-se, portanto, que a atividade turística, especialmente sob seu viés ecoturístico, pode ser um relevante agente no aspecto da conservação ambiental, da inclusão social e da geração de renda no ambiente estuarino do rio Paraíba. Todavia, até aquele momento, não se tratava de uma atividade articulada e integrada, a ponto de promover e estimular os seus benefícios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, T. V. de S. Impacto da degradação ambiental sobre a ictofauna do estuário do rio Paraíba - PB. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In:

BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BRUMATTI, P. N. M. Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. Caderno Virtual de turismo, v. 14, n.3, p. 280 - 297, dez. 2014.

ISSN: 1808-9755

CORIOLOANO, L. N. M. T.; Turismo e a relação sociedade-natureza - realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed. UECE, 2007.

CHRIST, C.; OLIVER, H.; SELENI, M.; JAMIE, S. Tourism and Biodiversity: Mapping Tourism's Global Footprint. UNEP and Conservation International, 2003.

DALE, P. Definindo ecoturismo... Para quem? In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). Ecoturismo no Brasil. Barueri: SP: Manole, 2005.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2005.

MEIRELLES FILHO, J. O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). Ecoturismo no Brasil. Barueri: SP: Manole, 2005.

NISHIDA, A. K.; NORDI, N.; ALVES, R. R. da N. Abordagem etnoecológica da coleta de moluscos no litoral paraibano. Tropical Oceanography, v. 32, n. 1, p. 53-68, 2004.

O ESTADO DE S. PAULO. Apesar da crise no setor, governo aprova R\$ 3 bi para estaleiros. In: O Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br>>. Acesso em 20 nov. 2017.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. 2. ed. São Paulo: Paralelo 15/UNESP, 2000. p.17-36.

PIPPI, L. G. A.; LIMBERGER, L. R. L.; LAZAROTTO, G. Ecoturismo: aspectos conceituais, reflexões e diretrizes para projetos paisagísticos. Paisagem Ambiente: ensaios, n. 28, p. 95-132, 2011.

RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 2012.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P; BESSA, E. Ecoturismo: valorizar a natureza para gerar negócios sustentáveis e renda – Natureza em Foco, 2012. In: SABINO, J. (Org.). Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira. [S.l.]: [s.n.], 2012.

SALVATI S. S. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária - ferramentas para um planejamento responsável. MITRAU, S. (Org.). Brasília: WWF Brasil, 2003.

SONAGLIO, K.E. A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em unidades de conservação. 2006. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

STEVENS, P. O.; ÁLVARES-DA-SILVA, O.; SASSI, R. Estuário do Rio Paraíba: perda de habitat e fragmentação de ecossistemas em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência, São Luís, 2012. Anais/Resumos da 64ª Reunião Anual da SBPC. São Luís, MA: SBPC, 2012.

WEARING, S.; NEIL, J. Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2014.

WSCOM. Estaleiro de Lucena deverá estar em pleno funcionamento em julho de 2021. In: Wscoml, 2017. Disponível em: <[http:// www.wscom.com.br](http://www.wscom.com.br)>. Acesso em 20 nov. 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## POTENCIALIDADES TURÍSTICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NEGROS DO RIACHO/RN: UMA DISCUSSÃO SOBRE TURISMO ÉTNICO E DE BASE COMUNITÁRIA

Mayara Ferreira de Farias

Ana Catarina Alves Coutinho

Almir Félix Batista de Oliveira

Mauro Lemuel de Oliveira Alexandre

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de implementação de um Turismo Étnico baseado nas potencialidades da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, localizada no município de Currais Novos no estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, discute-se conceitos sobre Turismo de Base Comunitária e Turismo Étnico a luz de teóricos como Graburn (1984), Grunewald (2003), Coriolano (2009) e Irving (2009), entre outros na perspectiva do desenvolvimento local. O estudo foi realizado por meio de pesquisa teórica e empírica, servindo-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, coletando dados por meio de entrevistas, observação direta e história oral. Os dados foram analisados por meio do discurso do sujeito coletivo e possibilitou a elaboração de uma Matriz SWOT. Os principais resultados da pesquisa revelam que a comunidade desenvolve ações singulares voltada para a comunidade que remontam a sua formação histórica, se configurando como potenciais atrativos, tais como: artesanato com barro através de técnicas históricas que é repassado para crianças da comunidade através do Projeto “Mãos no Barro”, Exposições fotográficas valorizando a história, festividades culturais, entre outras. Além dos aspectos intangíveis, a comunidade possui fácil acesso e uma beleza cênica que atrai olhares para a região. Fazendo uso da Análise SWOT identificou-se elementos positivos e negativos na constituição da comunidade. Conclui-se, portanto, que existe potencial de desenvolvimento do turismo étnico através da constatação de inúmeros atrativos turísticos e culturais, mas que não é utilizado de forma adequada, requerendo ações de planejamento profícuas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Étnico. Potencial Turístico. Comunidade Quilombola Negros do Riacho/RN

**ABSTRACT:** This research aims to analyze the possibility of implementing Ethnic Tourism based on the potential of the Quilombola Community Negros do Riacho, located in the municipality of Currais Novos in the state of Rio Grande do Norte. For this purpose, concepts such as Community-Based Tourism and Ethnic Tourism are

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

discussed in light of theorists such as Graburn (1984), Grunewald (2003), Coriolano (2009) and Irving (2009). The study was carried out through theoretical and empirical research, using bibliographical, documentary and field research, collecting data through interviews, direct observation and oral history. The data were analyzed through the discourse of the collective subject and made possible the elaboration of a SWOT matrix. The main results of the research reveal that the community develops singular actions aimed at the community that go back to its history formation, being configured as potential attractions, such as: handicraft with clay through historical techniques that is passed on to children of the community as by the Project " Hands in the Mud ", Photographic exhibitions valuing history, cultural festivities, among others. In addition to the intangible aspects, the community has easy access and a scenic beauty that attracts glances to the region. Making use of the SWOT analysis has identified itself as positive and negative elements in the constitution of the community. It is concluded, therefore, there is potential for the development of ethnic tourism through the recognition of numerous tourist attractions and cultural, but that is not used properly, requiring planning actions fruitful.

**KEYWORDS:** Ethnic Tourism. Tourist Potential. Community Quilombola Negros do Riacho / RN

## INTRODUÇÃO

No estudo do desenvolvimento do turismo, é comum uma abordagem centrada em uma visão economicista voltada para receita, emprego e renda, entre outros, que revelam uma parcela da importância do setor, mas não sua complexidade e essa se configurou por muito tempo a única forma usada para explorar o setor. Uma visão centrada somente na renda ou nas possibilidades economicistas, não permitiu e não permite um desenvolvimento em sua ampla concepção e que possibilite, se não uma relação em que todos ganham pelo menos garanta a redução ao máximo dos prejuízos (SEN, 2000).

O turismo, assim, deve ser considerado para além de uma atividade econômica, que envolve dinheiro, tempo, empresas, pessoas e prestadores de serviços, deve ser considerado no seu âmbito social e cultural, por ter em seu cerne pessoas tanto na condição de turistas, quanto na condição de moradores locais e que, portanto, devem/podem se beneficiar deste intercâmbio. Desta forma, o sucesso dessa atividade depende, não somente das belezas do lugar enquanto recurso, mas, principalmente, de uma prestação de serviço adequada, da qualidade desses

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

serviços, da hospitalidade e, principalmente, do bem-estar social da comunidade receptora que tem as pessoas como elemento principal (FARIAS E MARACAJÁ, 2012).

É válido inferir que, a partir do turismo, foram possíveis trocas culturais, gerando novas formas de interações sociais, e principalmente, de identidades sociais em nível local. Além disso, este fluxo transnacional de cultural possibilitou a organização social do significado contextual, o que gera localmente e por parte dos diversos agentes envolvidos, múltiplos olhares e interpretações (GRÜNEWALD, 1999b e 1999c; HANNERZ, 1992). Graburn (1984) argumenta que com o aumento de viagens e comunicações mundiais, não apenas os povos são vistos diretamente por estrangeiros visitantes, mas também seus artefatos têm penetrado nos confins do mundo e esses artefatos procuram passar uma imagem das identidades construídas por essas minorias.

É preciso repensar, redefinir ações que possibilitem, que levem a uma prática turística mais responsável, cujo papel não seja somente o de se preocupar com o econômico, mas levem em consideração todos os aspectos, como os sociais, os culturais, entre outros para se ter um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido conforme Oliveira (2017):

Em um passado não muito distante a resposta para esse questionamento com certeza seria um sonoro não, principalmente pela existência de empreendimentos que visavam apenas o lucro e o retorno dos investimentos de imediato, sem se preocupar com a degradação, seja do patrimônio cultural ou do patrimônio natural. Recentemente o que se tem observado é uma mudança paradigmática em relação a esses tipos de ações. Tem-se buscado já a algum tempo e em contraposição as atitudes do passado, adotar práticas profissionais para pensar e tratar os problemas diversos e nesse sentido o planejamento estratégico constituiu-se em um

aliado fundamental para o bom desenvolvimento da prática turística. (OLIVEIRA, 2016, pp 4-5)

Há, também, uma busca por elementos tradicionais no processo de etnicidade, que não envolve somente uma postura para o passado, mas para o futuro também, uma vez que há uma seleção do que interessa do passado para objetivos futuros e nesse movimento, tradição torna-se um elemento de uma escolha e deve ser aceito como parte da auto definição de um povo (ROOSENS, 1989).

Neste sentido, emerge diversos segmentos no turismo para atender uma demanda específica e dentre eles está o turismo cultural, enquadrado como um turismo quase que histórico, enquanto o turismo étnico seria cercado de atividades típicas e exóticas, onde a autenticidade e ancestralidade operariam um papel de destaque (LAC, 2010). O que Santana Talavera (2003) defende é que o turismo étnico tem um toque a mais de pitoresco, com certa excentricidade.

Para Beni (2006) o Turismo Cultural refere-se à afluência de turistas á núcleos receptores, os quais têm como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representados a partir do patrimônio e do acervo cultural. Outrossim, Cardozo (2004) infere que o turismo étnico é aquele relacionado às experiências turísticas, cujo atrativo seja a cultura de uma comunidade que se construiu e se representa fora das culturas centrais ocidental.

De uma maneira mais ampla: o turismo étnico, como sendo aquele relacionado às experiências turísticas cujo atrativo seja a cultura de uma comunidade que se construiu e se representa fora das culturas centrais ocidentais, independentemente de essa comunidade ser autóctone, ou transplantada. Além disso, as representações culturais dos grupos étnicos que exerceriam poder de atração de turistas seriam aqueles que mais fortemente expressariam identidades: arquitetura, artesanato, festividades, gastronomia, vestimenta, dança e música e outras manifestações relacionadas ao dia-a-dia do grupo e, que possam servir para delimitar sua fronteira étnica, passível de fruição turística (CARDOZO, 2004).

Apontando nessa direção, entende-se o turismo étnico como um fenômeno que tem refletido na oferta de um subsegmento do Turismo Cultural, de natureza peculiar – de herança cultural, de legado étnico, de raízes – atraindo a atenção do turismo em vários lugares do mundo (QUEIROZ, 2008).

É neste sentido que insere a Comunidade Quilombola Negros do Riacho, localizada no município de Currais Novos no estado do Rio Grande do Norte, que do ponto de vista da história apresenta características que identificam sua população, pertencente a um determinado território e são frutos da abolição da escravatura. Construíram sua trajetória marcada em memórias, lutas e, portanto, possuem modos singulares de vida que podem ser caracterizados como elementos a serem trabalhados na atividade turística.

Com base no exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a possibilidade de implementação de um Turismo Étnico baseado nas potencialidades da Comunidade Quilombola Negros do Riacho/RN.

Vislumbrou-se, assim, a possibilidade de prática turística na Comunidade Quilombola Negros do Riacho sob a perspectiva do turismo cultural como novas tendências e das discussões sobre etnicidade. Conjeturou-se, também, a provável inserção da Comunidade nos roteiros turísticos que tomem o interior do estado do Rio Grande do Norte e com base nessa potencialidade promover um desenvolvimento de forma sustentável que garanta a melhoria na qualidade de vida dos componentes dessa comunidade.

Com isso, ressalta-se que o material será disponibilizado para o acervo do centro cultural da comunidade, podendo ser fonte para leituras e de ações para aplicabilidade em ações futuras de melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, podendo influenciar na implementação de políticas públicas de desenvolvimento e fomento do turismo e da cultura em Comunidades Quilombolas existentes no estado.

## **TURISMO DE BASE LOCAL E REDES DE TURISMO EM UMA PERSPECTIVA SUSTENTÁVEL**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A partir da segunda metade do Século XX e pós-guerras mundiais, com a possibilidade de um mundo sem conflitos de caráter global, o deslocamento turístico se popularizou em função do desenvolvimento tecnológico, aumento do tempo livre e prosperidade econômica dos países do hemisfério norte, permitindo que os turistas alcançassem lugares mais distantes e entrassem em contato com comunidades tradicionais, diante disso o turismo passa a se configurar como uma atividade econômica em potencial para essas populações (FORTUNATO; SILVA, 2011).

Contudo, é relevante ressaltar que os benefícios econômicos provenientes da atividade turística nem sempre foram e em muitos lugares continuam sendo não suficientes para proporcionar às comunidades receptoras melhorias na sua condição de vida (CORIOLANO, 2009).

Nessa perspectiva uma das alternativas capazes de proporcionar a possibilidade de desenvolvimento endógeno e inclusão das comunidades receptoras é o chamado turismo comunitário, que surge como uma das repostas possíveis à lógica dominante da massificação e da elitização do turismo em nível mundial (ZAOUAL, 2009).

O surgimento desse tipo de turismo remonta à década de 1980, devido à necessidade de diversificação dos destinos turísticos em face à exigência de uma demanda pela procura por novas modalidades de turismo, dentre as quais se destacam o turismo cultural e o turismo de natureza. É neste mesmo contexto, que se discute a sustentabilidade no mundo e conseqüentemente no turismo. Assim, o mercado turístico passou a pressionar as comunidades residentes em locais com rico patrimônio natural e que possuem manifestações culturais únicas, no sentido de transformá-los em produtos viáveis (FORTUNATO; SILVA, 2011).

Neste contexto, afirma-se que, em contraponto a um turismo de massas surgem novas formas de gestão da atividade turística que têm como princípios respeitar as capacidades de absorção dos espaços de recepção, em termos naturais, culturais e sociais, promovendo a conservação dos recursos locais, físicos e humanos. São formas de gestão de um turismo alternativo – ou tomado como turismo de base local ou comunitária – caracterizando-se como uma mediação possível na busca pela dinamização da economia dessas comunidades, e trazer essa população para

participar ativamente dos processos de planejamento, implementação e dos ganhos decorrentes dessa atividade (OLIVEIRA; RICCO, 2013).

Embora não exista uma definição amplamente aceita sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC), há algumas premissas que indicam o alcance de seus objetivos, elas estão associadas à apropriação e empoderamento das comunidades no planejamento, implementação e avaliação de projeto, conservação dos recursos naturais e/ou culturais existentes, desenvolvimento voltado para a comunidade local e, por fim, a qualidade de vida do visitante (BURGOS E MERTENS, 2016).

Nesta perspectiva, o que torna no seu cerne um TBC é a organização e a participação da comunidade com predomínio das relações e dos serviços prestados. São as relações de colaboração entre seus membros, de compartilhamento das decisões e das ações, que podem garantir, que dão o tom, criando, assim, redes de relações sociais.

De acordo com Capra (1996) a rede é uma teia de relações que se conectam em distintos níveis e dimensões, e, portanto não uma linearidade em sua organização. São estas conexões e relações que dão sentido e significado a rede, por meio da comunicação. Desse modo, as redes sociais são caracterizadas por pessoas que são interdependentes e que mantêm relações para o desenvolvimento das ações.

Com isso, estas relações possibilitam o aumento de possibilidades conjuntas inclusive no gerenciamento do seu patrimônio natural e cultural, dirimindo os possíveis e prováveis conflitos sociais.

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento, principalmente se organizado por meio de uma rede social. Este tipo de turismo representa, ainda, a interpretação local do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização (IRVING, 2009).

## TURISMO ÉTNICO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Etnicidades são fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico. A distintividade dessa identidade, para caracterizar um grupo étnico, deve se remeter a noções de origem, história, cultura e, até, raça comum. Originalmente, destacaram-se duas perspectivas teóricas para se abordar e definir os grupos étnicos: uma essencialista, que se debruçava sobre a substância do patrimônio cultural e histórico das populações para perceber sua instintividade étnica, e outra, mais construtivista, que, focando as interações sociais entre as sociedades, notava suas fronteiras, que eram o que, efetivamente, definiria os limites do grupo étnico, independentemente se os traços de cultura ou raça fossem compartilhados com as sociedades vizinhas. Esta segunda tendência é a que recebeu maior notabilidade. Mas deve-se fazer uma ressalva ao dizer que, se a antropologia focaliza a interação social que cria as fronteiras étnicas, para os membros desses grupos o discurso étnico ressalta, na maioria dos casos, os conteúdos de sua origem, história, cultura ou raça – mesmo que esses sejam criados no presente para fins de auto representação ou de representação para os outros (GRÜNEWALD, 2003; GRABURN, 1984).

Dentro deste contexto, o mercado turístico, voltado a atender os anseios e necessidades dos turistas, criam diversas necessidades para seu consumo. Algumas destas, são consideradas pelos especialistas, como seria o caso da cultura e da etnicidade no turismo (CARDOZO, 2004).

O turismo étnico ou o turismo baseado no legado étnico vem se afirmando como uma alternativa frente ao turismo massificado no qual predomina o consumo desenfreado das culturas locais. Sob o paradigma da diversidade cultural e da pluriethnicidade, os turistas culturais apresentam-se como grupos de consumidores interessados na vivência cultural no âmbito de comunidades remanescentes de etnias específicas, ou naquelas em que predomina a representação do legado cultural herdado ao longo de processos históricos e sociais e reinterpretado no presente sob novas significações (SILVA; CARVALHO, 2010).

No entanto, deve-se discutir a verdadeira cultura e etnias destes grupos nas representações turísticas, pois o autêntico desperta crescente desejo e procura por

parte dos turistas. Sendo o turismo comunitário indígena um encontro étnico, ele remete diretamente a essa questão, tratada de modos variados por diferentes autores (GRABURN, 1984; FORTUNATO; SILVA, 2011).

Chambers (2000) mostra que o rótulo “turismo étnico” tem sido usado para se referir a atividades que engajam os turistas na experiência de eventos e situações culturais que são distintas da sua própria. Através de alguns exemplos ressalta como turismo focalizado sobre base da etnicidade provê interessantes exemplos de como diferentes indicadores e símbolos de status étnico podem ser negociados.

De uma maneira geral, penso que o turismo étnico pode ser percebido sob duas perspectivas: uma voltando-se para o que se busca no turismo, e, no caso, o nativo seria o foco da viagem. Mas outra perspectiva seria ver o turismo étnico pelo que o turista vê durante a visitação. Talvez se possa contra argumentar dizendo que toda visitação a outra nação já admitiria o fato do turismo étnico. Mas o que deve estar para defini-lo é o movimento de construir uma etnicidade específica para exibição na arena turística (GRÜNEWALD, 2003).

Pode-se inferir, ainda, que as relações interculturais, caracterizada pela ideia de autenticidade ganha grande relevância na medida em que configuram novas alternativas econômicas para as comunidades indígenas visando o fortalecimento da sua identidade. Deste modo, a cultura torna-se um bem econômico para o desenvolvimento local por meio do turismo (AZEVEDO, 2002).

Além disso, devido a essas características intrínsecas, várias comunidades que residem nesses locais, têm no turismo uma alternativa econômica e possibilidade de inserção no mercado, criando produtos autênticos em função de seus atributos únicos (GRABURN, 1984; FORTUNATO; SILVA, 2011).

O turismo de base local como mecanismo efetivo dos desenvolvimentos local, regional e de ocupação do território assume, pois, o papel de protagonista e se torna um elemento norteador pela melhoria da qualidade de vida das populações em localidades afetadas pelo fenômeno turístico, cuja participação de outros atores se torna essencial para esse desenvolvimento (OLIVEIRA; RICCO, 2013).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Além disso, a dimensão cultural, de acordo com Rodríguez (1997) busca as raízes endógenas, a diversidade e a pluralidade cultural, pela preservação do patrimônio, dos recursos culturais em respeito aos modelos autóctones. Através da capacidade de autogestão das comunidades locais, participando na tomada de decisões, procura sistemas alternativos de tecnologia e produção.

Praticado segundo essas diretrizes, valorizando as experiências comunitárias e a participação efetiva em todas as etapas da atividade, o turismo cultural que compartilha os princípios do etnodesenvolvimento, bem como os elementos básicos que impulsionam as comunidades quilombolas, é possível vislumbrar uma perspectiva potencial de um desenvolvimento holístico que proporcione de fato a melhoria desejada pelas comunidades tradicionais ao seu padrão de qualidade de vida. Além disso, vale inferir que no processo de organização da atividade turística como alternativa de renda e melhoria da qualidade de vida de seus moradores e geradora de sustentabilidade, os aspectos que marcam os laços de reconhecimento cultural e pertencimento da comunidade podem ser determinantes para o modelo de desenvolvimento que a comunidade deseja implantar e se corresponderá aos resultados e benefícios que almeja (SILVA; CARVALHO, 2010).

## **DESENHO METODOLÓGICO**

A compreensão dos dados principais da pesquisa se deu a partir da relação, interação, modo de vida e observação da Comunidade Quilombola Negros do Riacho que aceitaram colaborar com seus conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e vivências cotidianas na sua própria localidade.

Para o aprofundamento do trabalho e apreensão de informações necessárias ao andamento da pesquisa, foram coletados dados bibliográficos baseado em livros e artigos científicos e documentais já produzidos sobre a temática. Ademais, foi realizada entrevista como fonte de dado, utilizando formulário próprio, previamente estabelecido, baseado em perguntas abertas e aplicada como os membros pertencentes a comunidade.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A história oral ganhou destaque como fonte histórica e antropológica principalmente a partir dos anos de 1960 quando foi necessária a construção da narrativa histórica sobre uma série de grupos sociais que não tinha a escrita como forma de registro das suas histórias. Ainda sobre entrevista oral, destaca-se que a história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Além disso, elas são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar (CPDOC-FGV, 2015).

Da mesma forma, faz parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros (CPDOC-FGV, 2015).

Ainda sobre as opções de coleta de dado, utilizou-se a observação direta intensiva através da imersão do pesquisador no ambiente de estudo, com o uso de um formulário previamente elaborado. Esse instrumento permite a coleta de dados mediante uma série de perguntas que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador. Além disso, destaca-se que sua elaboração requer a observância de normas precisas a fim de que sua eficácia e a validade sejam mantidas. Exige também um pré-teste, ou seja, que o questionário seja testado antes de ser aplicado (CPS - CETEC, 2015).

A observação ocorreu de forma individual onde o observador assumiu, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo, ao ponto que se pode chegar ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. Tal observação foi introduzida pelos antropólogos no estudo das chamadas “sociedades primitivas”, e pode ser de duas formas distintas: Natural (quando o observador é parte do grupo que

investiga); Artificial (quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar a investigação). Ao ponto que, nos dois casos o pesquisador terá que ter cuidados e atenção para não tornar sua pesquisa tendenciosa. (FIORENTINI e LORENZATO, 2006; GIL, 1989; LAKATOS e MARCONI, 2010).

Neste contexto, o estudo é caracterizado como uma pesquisa exploratória, assumindo, ainda um caráter descritivo, pressuposto como elemento fundamental da abordagem qualitativa. De acordo com Gil (1994), neste tipo de pesquisa, tem-se como principal objetivo descrever as características do fenômeno investigado e principalmente estabelecer relações entre as variáveis.

Para a interpretação dos dados, utilizou-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), o qual consiste em uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos e tem como fundamento a teoria da representação social (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013). Outrossim, foi por meio desse procedimento que foram identificadas as opiniões/visões/memórias dos principais sujeitos da pesquisa de forma a determinar os resultados e discussões.

Buscando aprofundar nos resultados obtidos, também se fez uso da técnica de análise denominada SWOT, deriva das siglas inglesas, *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Thereats* (ameaças), para identificar os pontos fortes e fracos de uma organização, assim como as oportunidades e ameaças das quais a mesma está exposta.

Essa ferramenta é geralmente aplicada durante o planejamento estratégico promovendo uma análise do cenário interno e externo, com o objetivo de compilar tudo em uma matriz e assim facilitar a visualização das características que fazem parte da sigla (BASTOS, 2014).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Comunidade Quilombola “Negros do Riacho” está situada no município de Currais Novos, estando distante, aproximadamente, 193 km da capital Natal, localizada no Rio Grande do Norte.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Sua formação histórica data que a Comunidade possui mais de cem anos, perpassando por muitas dificuldades econômicas e sociais, características de uma comunidade deste gênero. Suas terras foram apropriadas de forma gradual por meio de ocupação e atualmente, segundo comprovação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), possuem como de direito de uma comunidade que ali vivem. No passado, de acordo com discurso dos entrevistados, comiam Xique-Xique e casca de fava verde<sup>67</sup> para cessar fome.

Ainda de acordo com relatos da pesquisa, as casas eram de barro e difícil era o acesso a obtenção de energia elétrica e, ao que concerne à água, grande era a distância para chegar até um riacho – aproximadamente 4 km. Contemporaneamente, as casas de taipa foram substituídas por de alvenaria e através de lutas sociais, marcadas no início de 2005, conseguiram a energia elétrica.

Sua organização social é marcada por eleição de um representante que assumirá a Presidência da Associação Local, com período de três anos de candidatura para dirimir esforços no que tange a organização da Comunidade.

Em relação a atividade turísticas e a estrutura que ela exige, é importante considerar que os 6 km que dividem a Comunidade com o município são compostos por uma estrada carroçável, com fácil acesso a quem trafega ou deseja conhecer a comunidade.

Há também alguns serviços na Comunidade como a estrutura de bares modestos regados a muita música alegre, vendas de sorvetes, artesanatos com pinturas que são aprendidas através de oficinas em parcerias com professor do Instituto Federal da cidade (Ilustrada, por exemplo, pela **Imagem 01**), além de mercearias com vendas de alimentos para suprir as necessidades alimentícias.

## **Imagem 01: Finalização de oficina de artesanato com pintura**

---

<sup>67</sup> Xique-xique é uma planta cactácea predominante nas regiões árias do Nordeste, que serve de alimento para o gado durante as secas. Já a fava é uma leguminosa, encontrada dentro de uma casca dura e verde. Normalmente se come o legume e de descarta a vargem (casca) por ser peluda e viscosa, além de servir somente para o acondicionamento do grão.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

Paralelamente, as estruturas e serviços que o turismo exige, há outras potencialidades que podem atrair o visitante, como: o Projeto “Mãos no Barro” – desenvolvidos com as crianças da Comunidade (ilustradas pelas **Imagens 03 e 04**, a seguir), com confecção de painéis, jarros, potes que são comercializados a quem interessar; Exposição fotográfica através do “Ponto de Memória”, realizado com crianças e adolescentes da localidade, os quais fotografaram pessoas, artesanato e realidades das vivências do local – mostrando, por exemplo, como era difícil a vida sem água representada por fotos de mulheres com potes d’água na cabeça, e outra mostrando a Caixa d’água que hoje a comunidade possui (representando a alegria e vitória que ela representa a todos os moradores); artesanatos vendidos pelas ceramistas em suas próprias casas (Ver **Imagem 04**) quando da visitação de turistas e estudantes; Festividades em comemoração ao São João (Danças juninas, Forró e vendas de comidas típicas e do artesanato das artesãs locais) e ao Padroeiro São Benedito (Festa e Leilão); apresentação do grupo escolar das crianças (com músicas que seus pais e avós ensinaram a exemplo da chamada “Alecrim Dourado”).

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Imagem 02. Crianças da Comunidade Negros do Riacho (Currais Novos/RN)



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

Ademais, também tem uma paisagem de caatinga que atrai diversos olhares – a beleza cênica. E também plantações orgânicas de coentro e alface na casa dos moradores que são vendidas na feira da cidade e garantem o sustento de algumas famílias.

## Imagem 03. Criança da Comunidade Negros do Riacho (Currais Novos/RN)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

ISSN: 1808-9755

## Imagem 04. Casa de moradores dos Negros do Riacho (Currais Novos/RN)



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

Deste modo, utilizando a técnica *SWOT*, como instrumento de análise e interpretação dos dados obtidos, visando sua profundidade, apresenta-se na **figura 01**, os principais resultados.

É relevante enfatizar, neste contexto, que os pontos fortes internos (forças) consistem em tudo que a localidade possui de qualidade positiva e que pode e deve ser utilizado para atrair maiores visitas e que necessitam ser mantidos como forma fidelizar a quem visita e que o mesmo não tenha suas expectativas frustradas, seja porque visitou em outro momento e existia esta característica boa, quanto pelo boca-a-boca positivo de outros que estiveram no local. De todo modo, é perspicaz afirmar que, o que a Comunidade tem “de melhor” para oferecer é o contato com seus

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

oradores (Ilustrada pela Imagem 05). Ao considerar os pontos fracos internos (fraquezas), vale ressaltar que elas podem inviabilizar algumas práticas da atividade na comunidade em alguns momentos e que devem ser pensadas como alternativas de fidelizar os clientes enquanto turistas e visitantes.

**Figura 01. Análise SWOT da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, considerando sua potencialidade turística**



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

**Imagem 05.** Moradora da Comunidade Negros do Riacho (Currais Novos/RN)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Rayssa Araújo (2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o debate levantado ao longo do trabalho, é salutar afirmar que a atividade turística é baseada na atração de pessoas através da realização de um deslocamento, os quais podem ocorrer pelos mais variados motivos. Destarte, enfatiza-se sobre a potencialidade histórico-cultural da Comunidade Negros do Riacho enquanto produto de um Turismo Étnico, o qual deveria ser implementado como forma de atrair turistas, servindo, além de divulgação das tradições e forma de viver de seus integrantes, como uma força indutora para o desenvolvimento da Comunidade no contexto da promoção de eventos, exposições que contemplassem manifestações culturais, mostra de artesãos e apresentações de artistas, agregando experiências diversificadas e com valor agregado à visita.

É basal que sejam planejadas ações de viabilização do Turismo Cultural na cidade de Currais Novos que possa estimular a realização do Turismo Étnico na Comunidade estudada, de forma que pode vir a ser considerado como um produto turístico comercializável, em consonância com a preservação da memória individual e coletiva, da identidade de um povo e do espaço de convívio dos mesmos.

Nesta perspectiva, infere-se que, para uma apropriação e uso do potencial turístico existente na localidade mencionada, é necessário que algumas medidas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sejam repensadas por parte da esfera políticas com ênfase na realização de um Planejamento Participativo efetivo, eficiente e eficaz.

Pode-se concluir, então, que a Comunidade Quilombola Negros do Riacho tem potencial turístico subutilizado em detrimento dos estereótipos traçados, sendo utilizado de forma incipiente, pontual e sazonalmente por escolas na realização de Turismo Pedagógico.

Deseja-se, porquanto, que outras pesquisas sejam desenvolvidas de forma a compreender a realidade da já referida Comunidade, bem como que sejam aplicados estudos semelhantes a estes em realidades diversas de outras Comunidades remanescentes de Quilombos, sejam do Estado do Rio Grande do Norte, ou de quaisquer outras Comunidades de dentro ou fora do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. Turismo cultural – traços distintivos e contribuição para o desenvolvimento endógeno. *In*: IRVING, M.A e AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura.2002

BASTOS, M. **Análise SWOT (Matriz)** – Conceito e aplicação. 2014. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em 10 maio 2018.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. 12.ed. atual. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

BURGOS, Andrés; MERTENS, Frédéric. As redes de colaboração no turismo de base comunitária: implicações para a gestão participativa. **TMStudies**, Faro, v. 12, n. 2, p. 18-27, dez.2016. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-84582016000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-84582016000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 13 jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.18089/tms.2016.12203>.

CARDOZO, P. F. **Possibilidades e limitações do turismo étnico**: a presença árabe em Foz de Iguaçu. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2004.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CHAMBERS, E. *Native tours: the anthropology of travel and tourism*. Illinois: Waveland Press, 2000.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança**. Coriolano. Fortaleza. EdUECE, 2009.

CPDOC-FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **O que é história oral**. <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 10 maio 2018.

CPS – CETEC. **Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/adistancia/pesquisa/aula2.htm>>. Acesso em 10 maio 2018.

FARIAS, M. F. de; MARACAJÁ, K. F. B. Projeto de educação ambiental em escolas na cidade de Currais Novos (Rio Grande do Norte, Brasil) como facilitador na relação da educação ambiental e o turismo. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 5, n.1, p. 104-123, abril de 2012.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Distúrb Sem**, São Paulo, 25(1): 129-136, abril, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mayane%20Farias/Downloads/14931-35965-1-PB.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2018.

FIORENTINI, D; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

FORTUNATO, R.A.; SILVA, L. S. **Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: O caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM)**. Disponível em: <[http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo\\_6.pdf](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_6.pdf)>. Acesso em 10 maio 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GRABURN, N. H. H. *The Evolution of Tourist Arts*. In: **Annals of Tourism Research**. V. 11, 1984. Pp. 393-419.

GRÜNEWALD, R. A. Apresentando: Índios e Negros na Serra do Umã. In: BACELAR, J.; CAROSO, C. (Orgs.). **Brasil: um País de Negros?** Rio de Janeiro / Salvador, Pallas. CEAO, 1999<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Etnogênese e “Regime de Índio” na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, J. P. (org.) **A Viagem da Volta**. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999b.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

\_\_\_\_\_. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.

HANNERZ, U. *The Global Ecumene. In: Cultural Complexity. Studies in the Social Organization of Meaning.* New York, Columbia University Press, 1992. pp. 217-267.

IRVING, M. D. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: BARTHOLO, R; GRUBERSANSOLO, D; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

LAC, F. **Acerca do turismo étnico indígena e o uso da história.** 2010. Disponível em: <[http://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/gt02/arquivos/02/Acerca%20do%20turismo%20etnico%20indigena%20e%20o%20uso%20da%20historia.pdf](http://www.uces.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/gt02/arquivos/02/Acerca%20do%20turismo%20etnico%20indigena%20e%20o%20uso%20da%20historia.pdf)>. Acesso em 10 jul.2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico.** Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil – 2000-2015).** São Paulo: PUC. Tese de Doutorado, 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidades históricas e Turismo: Cachoeira, São Cristóvão e Penedo.** Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 2017.

OLIVEIRA, H. R.; RICCO, A. S. Turismo e desenvolvimento sustentável de base local: um estudo de caso na comunidade da Ilha das Caieiras. **Destarte.** V.3, n.1. 2013. Disponível em: <<http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/article/view/146/151>>. Acesso em 10 maio 2018.

QUEIROZ, M. M. A. **Turismo de raízes na Bahia:** Um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho / Salvador e da Festa da Boa Morte / Cachoeira. 2008. Disponível em: <[http://afro-latinos.palmares.gov.br/\\_temp/sites/000/6/pdf/Dissertacao\\_Turismo\\_de\\_Raizes\\_na\\_Bahia\\_Mercia\\_Queiroz.pdf](http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Dissertacao_Turismo_de_Raizes_na_Bahia_Mercia_Queiroz.pdf)>. Acesso em 10 maio 2018.

RODRIGUÉZ, J. M. M. Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: CAVALCANTI, A. P. B. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e planejamento:** bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC- Imprensa Universitária, 1997.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ROOSENS, E. E. **Creating Ethnicity**: The Process of Ethnogenesis. London, Sage Publications. 1989.

SANTANA TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n. 19, p.31-58, out. 2003.

SEVERINO, A, J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23º Ed, Ed: Cortez. São Paulo, 2007.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. T. **O riacho e as eras**: Memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no Seridó Potiguar. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, R. E.; CARVALHO, K. D. **Turismo Étnico em comunidades quilombolas**: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, pp. 203-219, outubro de 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/view/19631/12828>>. Acesso em 10 maio 2018.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

## PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2008-2017): PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DAS METODOLOGIAS

Mayra Laborda Santos

Bruna Ranção Conti

### RESUMO

O presente estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica que objetivou compreender as principais contribuições teórico-metodológicas da produção científica sobre turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, compreendendo os artigos publicados nos últimos dez anos. A busca dos artigos ocorreu em seis bases, com o uso de critérios que auxiliaram no refinamento da seleção. Dos 21 artigos selecionados inicialmente, restaram, após a análise dos critérios de inclusão, apenas 6. O parco número de publicações, levando em consideração o critério de seleção do estudo, evidencia, dentre outras contribuições, a necessidade de desenvolvimento de pesquisas que contemplem o turismo de base comunitária com lócus nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, não só por esta ser uma categoria de Unidade de Conservação genuinamente brasileira, mas por contemplar em seus objetivos, previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a permanência de grupos sociais em seu interior, com histórico de uso tradicional do território, por meio do manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, o turismo de base comunitária é apresentado, então, como uma alternativa econômica viável para esses grupos. Com relação às metodologias adotadas nos artigos analisados, todas se enquadram em uma abordagem qualitativa. E os resultados demonstram ainda uma concentração de estudos na região sudeste do Brasil, apesar de as RDS estarem mais presentes na região Norte do país.

**Palavras-chave:** produção científica. Turismo de Base Comunitária. Reservas de Desenvolvimento Sustentável. 496razilia bibliográfica.

### ABSTRACT

The present study appears as a bibliographical research that aimed to understand the main theoretical-methodological contributions of the scientific literature on community-based tourism in Reservas de Desenvolvimento Sustentável, comprising the articles published in the last ten years. The search of the articles occurred in six bases, using criteria that assisted in the refinement of the selection. Of the 21 articles selected initially, left, after the analysis of the criteria for inclusion, only 6. The meager number of publications, taking into account the selection criteria of the study shows, among other contributions, the need for development of research covering the community

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

based tourism development in locus Reservas de Desenvolvimento Sustentável, not only for this to be a category of genuinely Brazilian conservation unit, but by contemplating in its objectives, laid down in the National System of Conservation Units, the permanence of social groups in your interior, with a history of use traditional territory, through the sustainable management of natural resources. In this sense, the community based tourism is presented as a viable economic alternative to these groups. With respect to the methodologies adopted in the articles analyzed, all fall into a qualitative approach. And the results show a concentration of study in the Southeast region of Brazil, although the RDS are more present in the North of the country.

**KEYWORDS:** scientific production. Community-based tourism. Reservas de desenvolvimento sustentável. Bibliographical research.

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre o turismo de base comunitária (TBC) surgem na década de 1980, ambientadas na América Latina, em um contexto de discursos alicerçados no desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza (MALDONADO, 2009). No que tange especificamente ao Brasil, as reflexões aconteceram, inicialmente, em um sentido marginalizado e com poucos estudiosos debruçando-se sobre a temática, uma vez que o cenário político ansiava por estudos com fins mercadológicos que traduzissem “estatísticas e receitas”, endossado pela ausência de políticas públicas que contemplassem a reflexão (IRVING, 2009).

O cenário brasileiro passa a modificar a partir da década de 1990, quando um grupo de pesquisadores leva a discussão da temática para os Encontros Nacionais de Turismo de Base Local, culminando na formação de redes de pesquisa e incentivo a iniciativas de turismo comunitário na América Latina, como a Red de Turismo Sostenible Comunitario (REDTURS), representando significativo avanço no desenvolvimento de projetos de pesquisa, publicações e parcerias com a gestão pública (IRVING, 2009).

A partir da aceção de que o TBC contribuiria enfaticamente na redução da pobreza e mazelas sociais, agências de fomentos, academia e Órgãos governamentais lançaram mão de iniciativas de apoio a pesquisas e projetos de TBC, das quais destacam-se duas ações do Ministério do Turismo que colaboraram para o aumento de publicações sobre o Turismo de Base Comunitária. Inicialmente, em ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

2008, a publicação do edital 01/2008, voltado para o apoio de projetos de TBC no Brasil, representando um avanço significativo no que tange ao movimento da gestão pública em prol do desenvolvimento de um turismo com protagonismo das comunidades tradicionais, ainda que não seja considerado, de fato, uma política pública. (BURSZTYN; SAN SOLO, 2009; BRASIL, 2008). A segunda ação diz respeito à publicação do livro “Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências”, que estabeleceu um marco nas publicações sobre o TBC no Brasil, ainda que o conteúdo seja considerado introdutório pelos organizadores do livro.

Diante desse contexto, os estudos científicos sobre TBC passam a receber diversas contribuições, com recortes conceituais, socioespaciais e metodológicos diversos.

Dentre os recortes geográficos dos estudos, destacam-se aqueles vinculados às Unidades de Conservação (Ucs). Uma pesquisa realizada por Bursztyn e Sansolo (2009) revelou que aproximadamente 80% das experiências de TBC no Brasil acontecem no interior ou entorno de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanentes. O turismo de base comunitária, no âmbito das unidades de conservação, é visto como promissor e vem sendo cada vez mais impulsionado nas categorias de UC em que é permitido, uma vez que os benefícios indiretos do uso dos ecossistemas dessas localidades, como as atividades de recreação e lazer, podem resultar em ganhos de mão dupla: benesses econômicas e conservação dos recursos naturais (BETTI, 2014; RODRIGUES, 2009). Nesse sentido, o turismo vem sendo apresentado, em parte da literatura e nos documentos que justificam a criação de algumas Ucs, como atividade potencial para a manutenção das populações locais situadas no interior e/ou entorno dessas áreas.

Por ser uma atividade realizada por “comunidades tradicionais” em seus locais cotidianos, o TBC é incentivado nas Ucs em que o estabelecimento desses grupos, bem como a exploração de parcela dos recursos naturais e o desenvolvimento de atividades econômicas é legalmente permitido, principalmente nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Unidades de Conservação de Uso Sustentável criadas para conservação da natureza e manutenção dos povos com histórico de uso tradicional da terra.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O interesse em analisar o TBC nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável se deve ao fato de que um modelo usado como referência, não somente no Brasil como internacionalmente, está localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Ademais, a cartilha publicada em 2017 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), intitulada Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes, apresenta o TBC como uma demanda trazida pelos grupos sociais moradores do interior e entorno dessas áreas.

Entretanto, mesmo diante do contexto de visibilidade alcançado pelo TBC, evidencia-se pouca contribuição acadêmico-científica sobre experiências em RDS, levando às seguintes questões: Quais as contribuições da produção acadêmico-científica sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável? Que análises foram feitas contemplando o surgimento da iniciativa de Mamirauá? Quais reflexões têm sido feitas sobre os projetos em curso no Brasil? Que caminhos metodológicos são utilizados nos estudos?

A proposta central deste estudo consiste em analisar a produção científica sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, identificando suas principais contribuições teóricas e metodológicas. Para tanto, teve como objetivos específicos a) elencar uma amostra da produção científica sobre TBC em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, considerando os estudos no idioma português produzidos entre o período de 2008 a 2017; b) refletir sobre os conceitos de turismo de base comunitária, identificando as principais premissas convergentes entre os estudos; c) discutir as possibilidades do TBC como alternativa de uso público em unidades de conservação; d) sistematizar e analisar os enfoques teóricos e metodológicos das pesquisas recuperadas nas bases científicas.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da utilização de uma série de critérios, descritos na seção metodológica deste artigo, como a escolha das bases de busca e as palavras-chave utilizadas.

Rejowski (2010), autora do primeiro estudo sobre produção científica em turismo no Brasil, realizado em 1993 como tese de doutorado, destaca que os estudos  
ISSN: 1808-9755

centrados na revisão e análise da produção científica do turismo colaboram para a criação de parâmetros e critérios de avaliação, compreensão do fluxo e apresentação do estado da arte de um determinado contexto, série temporal e local. Dessa forma, o presente estudo favorece a compreensão do cenário acerca das produções científicas sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, destacando as principais contribuições teórico-metodológicas fornecidas pelas pesquisas analisadas.

Com relação à estrutura do trabalho, inicialmente está apresentada a descrição dos caminhos metodológicos da pesquisa, destacando os procedimentos e técnicas utilizadas; em seguida, busca-se refletir acerca dos conceitos de turismo de base comunitária, evidenciando as principais premissas; posteriormente, realiza-se uma reflexão sobre as possibilidades de realização do TBC em unidades de conservação, com foco nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Mais a frente, descreve-se o cenário de inserção do TBC como objeto de estudo científico e os principais resultados da pesquisa bibliográfica, seguida pela análise das metodologias e teorias utilizadas nos estudos. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre as principais considerações do estudo, descrevendo as limitações e a importância da realização de pesquisas futuras.

## **PERCURSOS METODOLÓGICOS**

O caminho metodológico deste estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica. Para a seleção da amostra de artigos analisados, adotou-se uma série de critérios que conferiram rigor metodológico ao estudo. As bases de dados escolhidas para busca foram a Scielo, Scencedirect, Redalyc, Scopus, Publicações de Turismo e Web of Science, justificadas pelo fato de indexarem os principais periódicos nacionais e internacionais da área do turismo (SANTOS; REJOWSKI, 2013).

Para busca nas bases científicas, as palavras-chave utilizadas, por meio de operadores booleanos, foram “turismo de base comunitária” AND “reservas de desenvolvimento sustentável”.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Segundo Chueke e Amatucci (2015, p. 4) “os autores devem estabelecer os critérios de inclusão e exclusão de artigos, os quais não devem se basear apenas na busca por palavras-chave”. Dessa forma, a fim de refinar a pesquisa, o recorte temporal dos estudos compreendeu os anos de 2008 a 2017, contemplando a década com a maior quantidade de publicações sobre o TBC, de acordo com Grimm, Sampaio e Garcia (2017). Cabe ressaltar que o ano de 2018 não foi inserido, uma vez que o objetivo era trabalhar com a análise de anos completos e a elaboração deste estudo se deu no primeiro semestre de 2018.

A seleção dos periódicos nacionais se baseou na área e nível de qualificação segundo a CAPES<sup>68</sup>. Assim, foram utilizadas apenas as revistas classificadas na área de administração, ciências contábeis e turismo, com *qualis* de A1 a B3. A restrição da área de concentração deve-se ao fato de analisar artigos que têm como objetivo principal contribuições direcionadas especificamente para o arcabouço teórico do turismo, visto que o turismo tem sido objeto de estudo de diversas áreas. Já a seleção dos *qualis*, justifica-se pela preocupação em considerar estudos com maior rigor científico, com contribuições teóricas e metodológicas, de fato, relevantes (SANTOS; REJOSWIKI, 2013). O processo de seleção e refinamento da coleta de artigos pode ser visualizado na **figura 1**, a seguir.

**Figura 1 – Processo para seleção de artigos, com aplicação de critérios e filtros para exclusão e refinamento**

Base	Palavra-Chave	Recorte temporal	Leitura de título/	Leitura de Introdução	Qualis do periódico	Total
Redalyc	13	12	7	5	5	5
Scielo	0	0	0	0	0	0
Science Direct	0	0	0	0	0	0
Web of Science	0	0	0	0	0	0
Publicações em turismo	8	7	3	3	2	1
Capes	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração da autora (2018).

<sup>68</sup> Utilizou-se a classificação do triênio de 2013-2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Num primeiro momento, acessou-se as bases para a busca dos artigos por meio das palavras-chave. Em seguida, a aplicação do filtro temporal – considerando apenas os trabalhos de 2011 a 2017 – e a leitura dos títulos e resumos, para verificar se os estudos tratavam, de fato, sobre o TBC em RDS. Num segundo momento, importou-se os trabalhos para o *software* Mendeley-versão 2017, possibilitando a identificação de duplicatas e uma leitura mais acurada da proposta dos trabalhos, contemplando a introdução. Posteriormente, em uma terceira fase, verificou-se os nomes dos periódicos nos quais as pesquisas foram publicadas para, em seguida, realizar uma busca na Plataforma Sucupira e identificar a área de concentração e o *qualis* da revista.

Na seleção inicial foram recuperados 21 artigos. Dois desses trabalhos foram descartados por não terem sido publicados em anos pertencentes ao recorte temporal do estudo. Na leitura de títulos e resumos, 9 trabalhos foram desconsiderados por apenas mencionarem o turismo de base comunitária ou as reservas de desenvolvimento sustentável, sem discuti-los de forma articulada como temática central. Na leitura da introdução foram eliminados 2 trabalhos pois analisavam, além de RDS, áreas protegidas pertencentes a outros grupos e categorias, descrevendo os resultados de maneira conjunta, não sendo possível identificar quais dados eram referentes às RDS. Na verificação do *qualis*, apenas 1 trabalho não pode ser incluído, pois possuía classificação B4. Após esse processo, chegou-se a um número total de 6 artigos.

Para a organização e análise das informações dos artigos selecionados, foi elaborado um banco de dados no *software* Excel. Para alimentar o banco, extraíram-se as seguintes informações dos artigos: título, nome dos autores, temática central do estudo, ano de publicação, veículo de publicação, base científica da qual foi selecionado, nome(s) da(s) RDS em que foi realizada a pesquisa, método, procedimentos e técnicas.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?**

O turismo de base comunitária (TBC), ao contrário do que o mercado turístico e boa parte dos estudiosos afirmam, não se reduz a uma modalidade ou segmento de turismo. Ele se configura como uma metodologia de trabalho, norteadas por premissas que, a médio e longo prazos, visam trazer um aumento na qualidade de vida para as pessoas diretamente envolvidas (MIELKE; PIEGAS, 2013). Com isso, o turismo comunitário busca propiciar a convivencialidade<sup>69</sup>, estabelecendo uma relação social com interesse na cultura diferente da sua. Ultrapassa as relações mercantis, promovendo a interconectividade de modos de vida distintos (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, CORIOLANO; FERNANDES, 2014).

Fabrino, Nascimento e Costa (2016), ao analisarem a literatura existente sobre o turismo de base comunitária, identificaram seis aspectos teóricos do TBC, que convencionaram chamar de elementos-chave, considerados, segundo a análise dos autores, como fundamentais na constituição do turismo comunitário, a saber: (i) Dominialidade, (ii) Organização Comunitária, (iii) Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios, (iv) Integração Econômica; (v) Interculturalidade; e (vi) Saneamento Ambiental.

A Dominialidade compreende as questões de protagonismo das comunidades no desenvolvimento da atividade. Na Organização Comunitária analisam-se as formas de organização pertencentes à comunidade e, também, as articulações externas que fornecem apoio para o desenvolvimento do turismo. Na Democratização de oportunidades e repartição de benefícios, investigam-se as formas como os comunitários se organizam para divisão dos benefícios do turismo. Na Integração Econômica visa-se a identificação da população local na base da cadeia produtiva do turismo, produzindo insumos e fornecendo-os para a própria comunidade, que, por sua vez, vai gerar produtos para serem comercializados aos turistas. Na Interculturalidade observa-se o espaço como um lugar de convivência e trocas

---

<sup>69</sup> A convivencialidade, segundo Gomes *et al.*, “[...] é entendida como uma relação social na qual há interesse de um sujeito pelo outro, pela busca da alteridade, pelo diferente, pela autenticidade, assim, respeita-se os modos de vida que lhes são próprios, independente de serem caracterizados como modernos ou antiquados. A convivencialidade pode ser exemplificada pela troca de experiências entre hóspede e anfitrião, como por exemplo, a experiência de participar da preparação de uma refeição produzida pelos anfitriões, que pode incluir desde a compra dos alimentos ou a busca destes na horta, até a participação efetiva na confecção da refeição” (GOMES *et al.*, 2005, p. 1219-1220).

culturais entre os visitantes e visitados. E a Qualidade Ambiental, que identifica as formas de gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes e tratamento de água da comunidade, além da maneira como os recursos naturais são manejados, sob duas perspectivas: institucional e técnica (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA,2016).

Na concepção de Irving (2009, p. 211) o turismo de base comunitária “[...] só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”. A autora complementa afirmando que este tipo de turismo “[...] tende a ser aquele que, em tese, favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade [...] promove qualidade de vida, sentido de inclusão, valorização da cultura local e sentimento de pertencimento”.

Constata-se que os aspectos apresentados pela autora corroboram com os elementos-chave apresentados por Fabrino, Nascimento e Costa (2016). Dessa forma, é possível identificar alguns aspectos inexoráveis ao TBC: o protagonismo das comunidades, a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida, além da valorização dos modos de vida locais.

No estudo de Costa Novo (2014) a autora analisou os diversos conceitos de turismo de base comunitária e identificou algumas similaridades entre eles. O primeiro aspecto similar identificado entre os conceitos é a participação da comunidade como protagonista da atividade. O segundo aspecto refere-se à justa distribuição dos benefícios. E o terceiro aspecto atenta para o fato de que o turista não deve ser tratado como o “centro das atenções”.

Para o primeiro ponto, a autora enfatiza que é de suma importância o apoio técnico a estas comunidades, fornecendo-lhes capacitação e autonomia para serem protagonistas no gerenciamento de suas atividades. Com relação ao segundo aspecto, ressalta que é necessária cautela e bom senso entre os atores envolvidos no processo, uma vez que o interesse econômico pode gerar conflitos e interferir no desempenho da atividade. E o terceiro tópico aponta para o fato de que a comunidade não deve realizar suas atividades em prol dos turistas, mas sim desenvolvê-las junto com eles (COSTA NOVO, 2014).

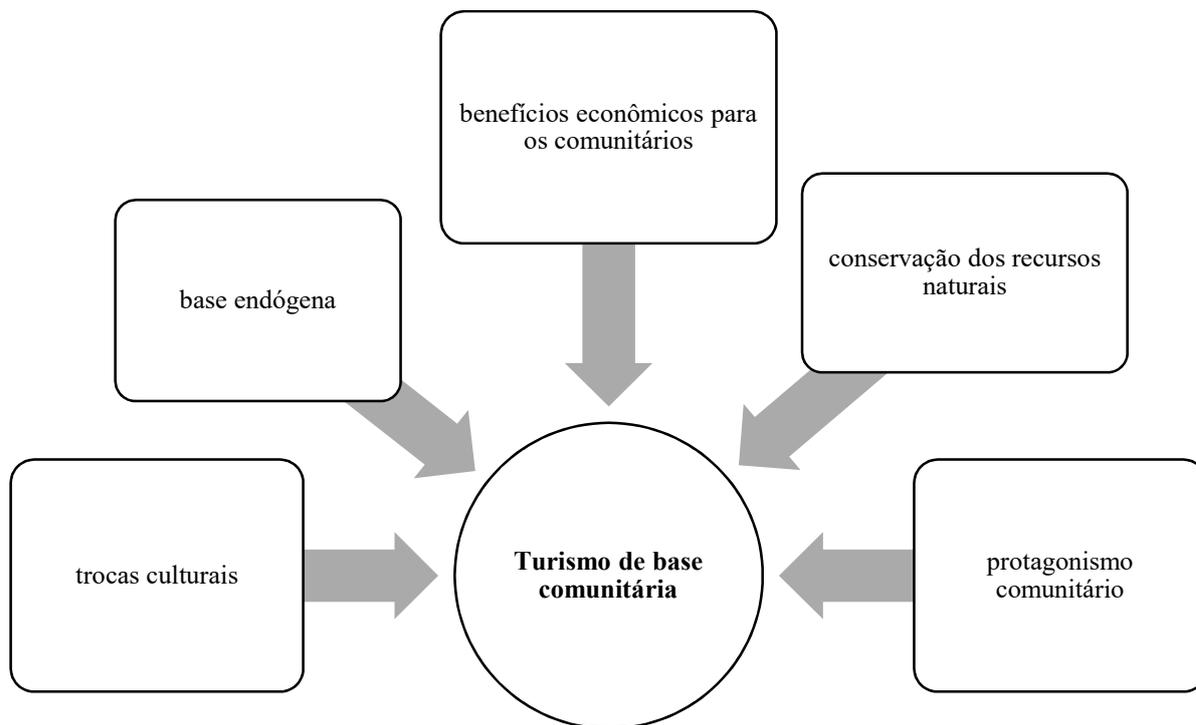
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Nesse sentido, Irving (2009) discute que algumas premissas centrais dos conceitos de TBC consistem em base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local; afirmação cultural e interculturalidade; O “encontro” como condição essencial. Já para Bartholo (2014) os elementos críticos do turismo de base comunitária são três: a participação e o diálogo efetivos da comunidade; as relações horizontais entre instituições e comunidade; e a fuga da utilização “do artigo definido”, ou seja, que opte-se usar a relativização em vez de verdades absolutas e genéricas.

A fim de analisar as reflexões dos quatro estudos (IRVING, 2009; COSTA NOVO, 2014; BARTHOLLO, 2014; FABRINO, NASCIMENTO E COSTA, 2016), evidencia-se seus pontos de congruência, elencados na figura 2, constatando que apesar do não acordo sobre um conceito “oficial” de turismo de base comunitária, há aspectos que se repetem entre as propostas, embora intitulados de maneiras diferentes.

## **Figura 2 – Elementos recorrentes nos conceitos de TBC**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Elaboração própria (2018) a partir de Fabrino, Nascimento e Costa (2016); Costa Novo (2014); Irving (2009) e Bartholo (2014).

As trocas culturais estão presentes nos encontros de Irving (2009) e na interculturalidade de Fabrino, Nascimento e Costa (2014). A base endógena converge na organização comunitária de Fabrino, Nascimento e Costa (2014), no envolvimento dos sujeitos sociais em Costa Novo (2014), no desenvolvimento local em Irving (2009) e na participação e diálogo efetivos da comunidade de Bartholo (2014). Os benefícios econômicos estão na Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios de Fabrino, Nascimento e Costa (2014) e na geração de benefícios diretos à população local de Irving (2009). A conservação dos recursos naturais está no saneamento ambiental de Fabrino, Nascimento e Costa (2014) e na escala limitada de impactos sociais e ambientais de Irving (2009). O protagonismo comunitário, por sua vez, é o elemento presente em todos os estudos, constituindo condição *sine qua non* para a existência do turismo de base comunitária.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE USO PÚBLICO**

As unidades de conservação (UC) são designadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) como o conjunto de áreas protegidas brasileiras legalmente instituídas pelo Poder Público (federal, estadual e municipal) com objetivos de conservação. As Ucs são divididas em dois grupos que compreendem, ao total, doze categorias, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos (HASSLER, 2005).

As Unidades de Proteção Integral permitem o uso dos recursos naturais de forma indireta, como atividades de educação e interpretação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico, restringindo a ocupação humana. As Ucs pertencentes a esta categoria são: Estação Ecológica, Parque Nacional/Estadual/Natural Municipal, Reserva Biológica, Monumento Nacional e Refúgio da Vida Silvestre (SNUC, 2000). E as Unidades de Uso Sustentável permitem a ocupação humana, desde que esteja associada às práticas de conservação dos recursos naturais. As Ucs pertencentes a essa categoria são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Floresta Nacional e, por fim, as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (SNUC, 2000).

De acordo com os objetivos da categoria a qual pertencem, as Ucs possibilitam um uso mais efetivo ou restrito dos recursos naturais dispostos em seus limites territoriais. O uso público nas unidades de conservação engloba uma série de atividades que pode ser realizada, tanto pelos comunitários quanto pelos visitantes, dentro de seus limites territoriais (LEUZINGER, 2010).

O foco deste estudo é voltado para as reservas de desenvolvimento sustentável integrantes do grupo das unidades de conservação de uso sustentável. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é entendida como

[...] uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (AMAZONAS, 2007).

Dentre as alternativas de uso público passíveis de serem realizadas nas RDS estão a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (SNUC, 2000).

O turismo, nesse âmbito, é visto como promissor e vem sendo cada vez mais impulsionado nessas áreas, uma vez que os benefícios indiretos do uso dos ecossistemas dessas localidades, como as atividades de recreação e lazer, podem resultar em ganhos de mão dupla: resultados econômicos positivos para aqueles que participam da oferta de tais atividades e a conservação dos recursos naturais (RODRIGUES, 2009).

Um modelo de implantação do TBC em Unidades de Conservação é a Pousada Uacari, localizada na RDS Mamirauá, no Amazonas. O sucesso da experiência é atribuído à gestão compartilhada da área entre o governo do Estado do Amazonas e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). O IDSM fortalece a participação comunitária na gestão da UC, por meio da capacitação de lideranças, fortalecimentos das articulações e associações, formação de agentes ambientais e outras iniciativas que influenciam a gestão comunitária (QUEIROZ, 2005).

A reflexão proposta pelos conceitos apresentados na seção 3 deste artigo aborda aspectos que vão além do protagonismo das comunidades e dos benefícios socioeconômicos, preocupando-se com questões relacionadas à conservação dos recursos naturais. Este último aspecto constitui um elemento fundamental às análises feitas em iniciativas de TBC desenvolvidas em unidades de conservação, uma vez que a proteção da natureza é premissa indissociável das áreas protegidas.

De acordo com o pensamento de Maldonado (2009), o turismo comunitário surge das necessidades econômicas das comunidades, que veem no turismo uma forma de obtenção de renda. Em se tratando do turismo em unidades de conservação, o cenário é semelhante. Betti (2014) afirma que o discurso das benesses econômicas

e da conservação dos recursos naturais é comumente utilizado para receber parecer favorável à implantação da atividade turística nas áreas protegidas.

Diante disso, ressalta-se que as práticas do turismo de base comunitária vêm se estruturando como a principal possibilidade de uso público nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e, com isso, ganhando contribuições que partem de parcerias dos agentes governamentais e institucionais, com participação ativa das comunidades. Exemplo disso é o fomento dado pelo ICMBio por meio da atuação do Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária (GT-TBC) criado no âmbito do I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas, com a promoção de duas ações voltadas para o TBC nas Ucs: a publicação de uma Cartilha intitulada “Turismo de Base comunitária: Princípios e diretrizes”; e a elaboração de um edital voltado para criação e fortalecimento de iniciativas, experiências e produtos de TBC em Unidades de Conservação (ICMBio, 2017).

Há portanto, uma necessidade de compreender os aspectos e a dinâmica desse tipo de turismo nessas UCS, não só para planejar e mitigar os possíveis danos que possam ser causados pela atividade, mas refletir como as comunidades presentes nessas unidades se organizam e se estruturam em prol do turismo. Essa compreensão abarca processos atinentes ao desenvolvimento de pesquisas realizadas em localidades com *cases* que possam fortalecer a discussão e propiciar elementos de análise sobre a atual conjuntura do TBC nas Unidades de Conservação.

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2008 A 2017): ANÁLISE DOS ESTUDOS**

Durante a seleção de trabalhos para composição do conjunto de artigos que seriam analisados, notou-se uma baixa quantidade de publicações que abordavam o Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, considerando a busca em seis bases de pesquisa e um período de dez anos. Buscando pela combinação de “turismo de base comunitária” e “reservas de desenvolvimento sustentável”, chegou-se a um total de 21 publicações. Acredita-se

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

que isto se justifique pelo fato da categoria RDS ser exclusiva do Brasil e existirem apenas 37 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, sendo 2 federais, 30 estaduais e 5 municipais (MMA, 2011)<sup>70</sup>. Ademais, a categoria está situada, majoritariamente, na região Norte do país, com 17 delas. Acredita-se, ainda, que outro fator se dê em razão dos entraves éticos, pois as unidades de conservação são regidas por legislações específicas (SNUC, 2000) que preveem uma série de procedimentos com fins de autorização para entrada e desenvolvimento de pesquisas científicas com suas respectivas populações.

Desta forma, a seguir estão elencadas as principais autorizações para a realização de pesquisas científicas em unidades de conservação de uso sustentável:

- a) Autorização do comitê de ética: as pesquisas devem ser submetidas a comitês de ética, que avaliarão seu conteúdo e o acesso a conhecimentos tradicionais das comunidades;
- b) Autorização do conselho e órgão gestor da Unidade de Conservação: as Unidades de Conservação de uso sustentável são regidas por um conselho gestor de caráter consultivo ou deliberativo. Assim, qualquer atividade realizada nos territórios da UC deve passar por consulta prévia do conselho gestor;
- c) Anuência da Fundação Nacional do Índio: se a pesquisa for realizada em comunidades indígenas, deverá solicitar anuência da FUNAI para acessar os povos indígenas.

Somadas a essas etapas, há uma série de diretrizes comportamentais que devem ser seguidas em se tratando de pesquisas em Ucs. O respeito aos horários de práticas religiosas, de descanso, de alimentação. Antes de fazer fotografias, filmagens ou gravação de áudio, é indispensável a autorização para a realização das atividades. O consentimento dos entrevistados pode ser dado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que pode ser assinado ou carimbado – pessoas que não sabem escrever usam o carimbo das digitais.

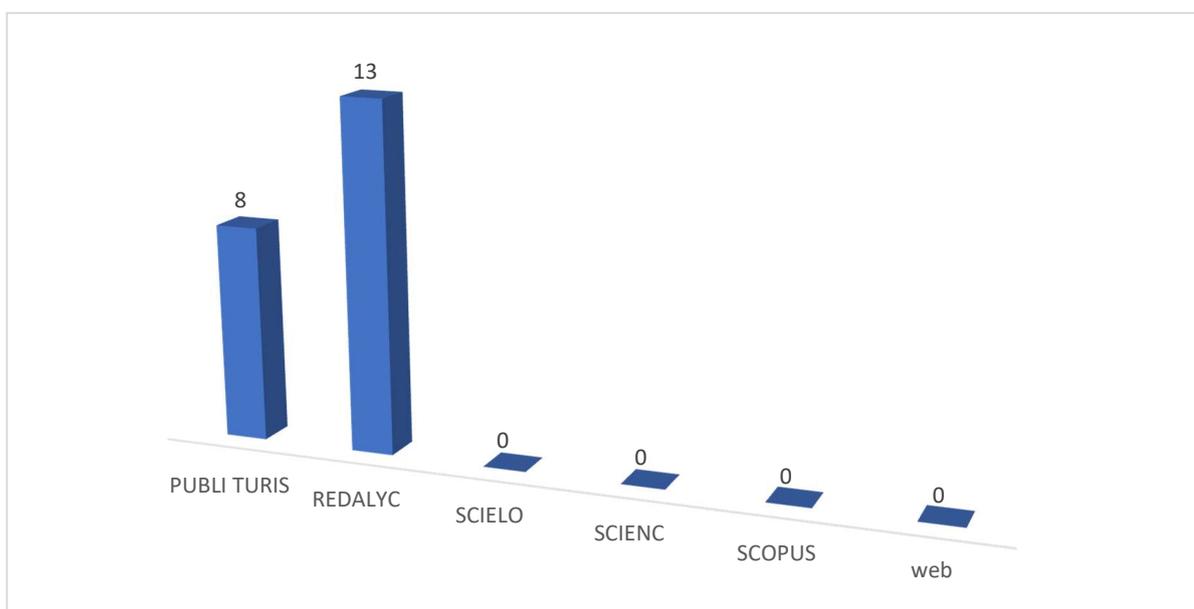
---

<sup>70</sup> Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2018.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A busca pelos trabalhos se deu, inicialmente, a partir de seis bases científicas, conforme **figura 3**.

**Figura 3 – Quantidade de artigos selecionados por bases científicas**



Fonte: Elaboração da autora (2018).

A base com a maior quantidade de artigos selecionados foi a Redalyc. Em seguida, o site Publicações em Turismo. Destaca-se, no entanto, que as bases Web of Science, Science Direct, Scielo e Scopus não retornaram resultado nas buscas com as palavras-chave utilizadas.

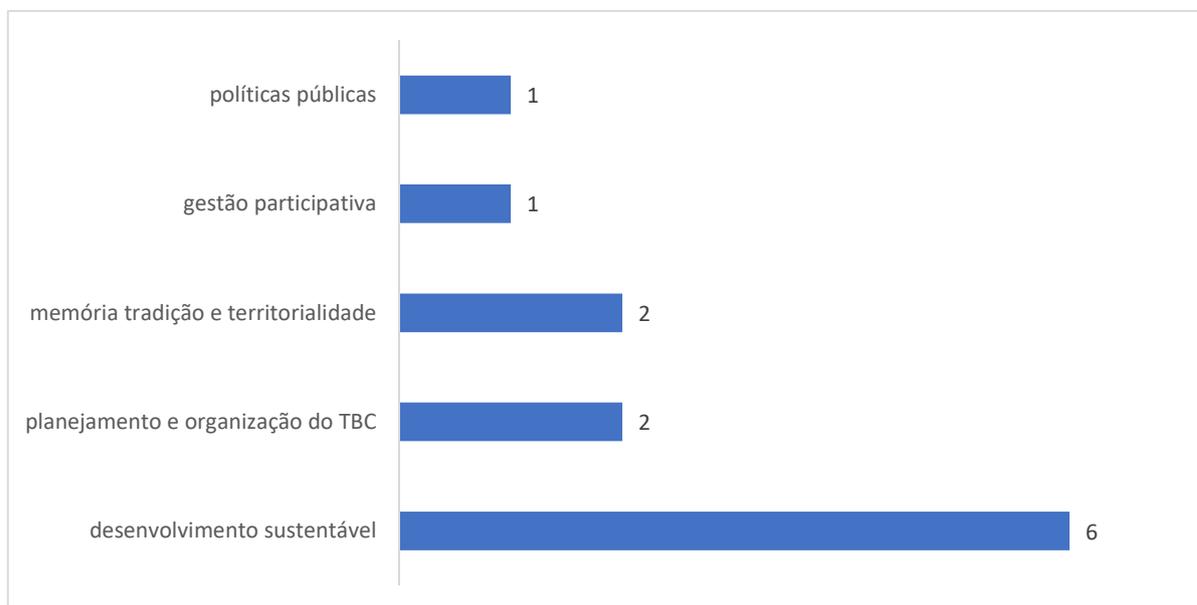
É interessante ressaltar que o site Publicações em Turismo é entendido como “uma base de dados de acesso livre que oferece um sistema de pesquisa dos artigos publicados nos principais periódicos científicos de turismo do Brasil” (SANTOS; REJOWSKI, 2013, p. 151). Na perspectiva dos autores, a criação do site é um avanço para a pesquisa científica em turismo, que facilitou, a partir de 2011, a busca por ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

periódicos, tornando desnecessária a repetição da procura em diversas fontes. Destaca-se, que ao realizar o procedimento de seleção de artigos na base Publicações em Turismo, utilizando a busca avançada por meio de operadores booleanos, identificou-se uma limitação, pois apenas 1 artigo foi encontrado. Entretanto, ao realizar uma seleção simples por uma única palavra-chave – usando primeiro Turismo de Base Comunitária e depois Reserva de Desenvolvimento Sustentável, encontrou-se outros artigos que tratavam do TBC em RDS, que apareceram nas buscas da base Redalyc. Ou seja, caso a busca tivesse sido realizada apenas na “Publicações em Turismo”, 7 trabalhos teriam ficado de fora da análise.

No que tange às temáticas de estudo, foi realizada uma análise dos textos, na tentativa de identificar sobre qual temática central versavam, conforme apresentado na figura 4.

**Figura 4 – Agrupamento dos estudos por temática central sobre a qual trata a pesquisa\***



Fonte: Elaboração da autora (2018).

\*Destaca-se que as pesquisas podem contemplar mais de uma abordagem, o que resulta em um número maior que o total de artigos analisados.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O trabalho de Mendonça, Moraes e Lima (2016) discutiu o papel do Estado priorizando um debate participativo com a sociedade civil em prol do desenvolvimento de um Turismo de Base Comunitária na Região da Costa Verde, Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco as políticas públicas motivadas por esse processo. Já no estudo de Peralta, Vieira e Osório (2015) foram abordados o envolvimento e o controle dos grupos sociais para uma gestão participativa na Pousada Uacari, localizada no Amazonas. Os estudos de Ferreira (2014<sup>a</sup>; 2014b) refletiram sobre o uso da memória, tradição e territorialidade na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. A autora destaca um acionamento de memórias coletivas para promoção de identidades culturais em função da defesa do território nativo. Os estudos de Gonçalves e Silva (2017) e Ferreira e Raimundo (2016) discutem questões acerca do planejamento turístico para o TBC no Rio Grande do Norte e São Paulo, respectivamente. Para tanto, analisaram os efeitos causados pelo turismo nos aspectos sociais, ambientais e culturais das localidades onde é praticado.

Nota-se ainda que, ao analisar o conteúdo dos artigos, todos abordam aspectos atinentes ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades sociais.

Com relação às revistas nas quais os estudos foram publicados, bem como seus respectivos *qualis*, estas podem ser visualizadas na **figura 5**, a seguir.

**Figura 5 – Quadro com a relação dos periódicos por qualis e frequência relativa**

Periódico	Qualis/ Fator de Impacto	Freqüência Absoluta
Caderno Virtual de Turismo	B1	4
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	A2	1
Revista Brasileira de Ecoturismo	B3	1
<b>Total</b>	-	6

Fonte: Elaboração da autora (2018).

O cenário apresentado na figura anterior suscita algumas reflexões: Será que o número reduzido de publicações em periódicos com *qualis* A1 e A2 reflete uma falta  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de critérios rigorosos dos pesquisadores de TBC em unidades de conservação quando da elaboração de suas produções? Será que as revistas com *qualis* superiores não estão indexadas nas bases utilizadas para seleção dos artigos? Será que o corpo editorial dessas revistas desinteressa-se pela temática?

Além dos questionamentos anteriores, é possível ainda pensar se um dos motivos está relacionado ao grande número de produções que se utiliza de abordagens essencialmente qualitativas, baseadas em estudos de caso. Além disso, há poucas revistas de *qualis* superiores (A1 e A2) na área de turismo e, em função da grande procura, acredita-se que exista um processo de análise mais metódico, baseado em um maior rigor científico das pesquisas, o que, por vezes, acaba por privilegiar metodologias quantitativas de análise e estudos mais abrangentes. Nesse sentido, os corpos editoriais dos periódicos optam por estudos que contemplem análises quantitativas, em que os resultados possam ser testados e validados (KOVACS; BARBOSA; MESQUITA; SOUZA, 2012).

Na figura 6, a seguir, é possível identificar os locais em que as pesquisas foram realizadas, os anos de publicação, e as RDS contempladas.

**Figura 6 – Quadro com temáticas de pesquisa e suas divisões por localização e tipo de área protegida**

QTD	Temática da pesquisa	Ano de publicação	Lócus do estudo	RDS
01	Desafios e possibilidades de implantação do TBC em RDS	2016	Peruíbe – São Paulo	RDS da Barra do Uma
02	Memória coletiva e defesa do território	2014	Ilha Grande – Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
03	Pressupostos para turismo de base comunitária	2016	Região da costa verde- Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
04	Turismo comunitário e tradicionalidade em defesa do território	2014	Aventureiro, Ilha Grande-Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
05	Possibilidades de Implantação do TBC	2017	Macau e Guamaré – Rio Grande do Norte	RDS Ponta do Tubarão
06	Gestão Participativa	2015	Tefé – Amazonas	RDS Mamirauá

Fonte: Elaboração da autora (2018).

É possível perceber que os estudos são recentes, iniciados a partir de 2014, seis anos após a publicação do edital 01/2008 do Ministério do Turismo, cinco anos após a publicação do livro Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências (2009) e três anos após a criação do Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária (2011). Vale destacar que há a citação de pelo menos um dos capítulos do livro de TBC nos seis artigos aqui analisados.

No que concerne aos lócus de estudos evidencia-se uma concentração na região Sudeste do país, com trabalhos desenvolvidos nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. É relevante pensar a região desses estudos, uma vez que os mesmos têm uma baixa concentração de RDS em seus territórios, levando a refletir o motivo do desinteresse ou da ausência de publicações sobre as RDS em contexto nortista, por exemplo, que é a região com maior concentração de RDS no Brasil. O Rio de Janeiro só possui uma RDS em todo o seu estado, a RDS do Aventureiro, criada em 2014, após recategorização. Ainda assim, possui mais publicações que o Amazonas, que concentra 17 RDS. Salienta-se, ainda, que apesar da existência de apenas um artigo no âmbito do Amazonas, este contempla a RDS pioneira na prática do TBC no Brasil, a Mamirauá.

A análise das metodologias dos artigos apresenta técnicas, procedimentos e instrumentos diversificados. A associação de multimétodos, por exemplo, mescla tipos qualitativos e quantitativos de métodos, como a combinação de pesquisa etnográfica e *surveys*. A **figura 7**, a seguir, apresenta as RDS e os caminhos metodológicos pelos quais se empreenderam as pesquisas nesses campos.

**Figura 7 – Quadro com os procedimentos metodológicos dos estudos**

Tipo de Área protegida	Abordagem	Método	Procedimentos, instrumentos e técnicas
Desafios e possibilidades de implantação do TBC em RDS	Qualitativa	Estudo de Caso	Observação participante e entrevistas abertas
Memória coletiva e defesa do território	Qualitativa	Etnografia	Observação direta e entrevistas em profundidade
Pressupostos para turismo de base comunitária	Qualitativa	Estudo de Caso	Entrevista e diário de campo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Turismo comunitário e tradicionalidade em defesa do território	Qualitativa	Etnografia	Entrevistas em profundidade, observação direta e histórias de vida
Possibilidades de Implantação do TBC	Qualitativa	Estudos de caso múltiplo	Observação direta, entrevistas
Gestão Participativa	Qualitativa	Estudo de Caso	Bibliográfica e observação não-participante, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.

\* Não se pretende discutir ou realizar análise crítica acerca dos termos observação direta e observação participante. A descrição foi feita conforme o uso de cada autor.

A abordagem com maior incidência foi a qualitativa, tendo o estudo de caso como método mais utilizado. Um estudo realizado por Kovacs *et al.* (2012) analisou 542 artigos publicados no Seminário da Associação Nacional de Pós-graduação em Turismo (ANPTUR) e revelou que aproximadamente 80% dos autores optaram pelo uso da abordagem qualitativa, com a utilização de estudos exploratórios e de casos. Reforça-se, assim, a tendência existente, do uso qualitativo do estudo de caso.

Yin (2001, p.19) destaca que o estudo de caso consiste em estratégia ideal de método “quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Assim, os estudos buscaram responder como e porque acontece o turismo nas unidades de conservação, destacando as formas organizativas das comunidades, desde o planejamento até a comercialização, as trocas culturais, os recursos econômicos e as práticas de cuidado e manutenção da natureza.

Para a coleta de dados, as pesquisas utilizaram, majoritariamente, as entrevistas semiestruturadas e a observação participante ou direta. Cabe ressaltar que os autores dos artigos analisados não descreveram os processos de estruturação de seus roteiros de entrevistas e a realização de testes, além de apenas dois estudos terem se preocupado em diferenciar as entrevistas quando estas foram realizadas em diferentes grupos de atores sociais.

O uso das entrevistas semiestruturadas no contexto das Reservas de Desenvolvimento Sustentável destaca-se, sobretudo, pela possibilidade de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

elucidação das questões para pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, tendo em vista, segundo Gama, Fernandes, Parente e Secoli (2018), os índices elevados de analfabetismo<sup>71</sup> das populações presentes nessas localidades. Com isso, ao utilizar esse método, tem-se a liberdade para esclarecer questionamentos e, conforme seja necessário, dar um novo direcionamento a entrevista.

Quanto aos processos de observação, não foram descritas as maneiras como foram realizados e quais aspectos evidenciados durante os processos. O uso de diário de campo foi mencionado, mas não especificado como uma técnica baseada em critérios metodológicos.

No que concerne ao uso da observação direta, destaca-se que se constitui como alternativa metodológica viável, visto que possibilita identificar agentes ocultos envolvidos com a atividade turística, visibilizando os grupos sociais locais; compreender a relação turista-residente, possibilitando a incursão no contexto sociocultural no qual esta relação se desenvolve (LEAL, 2010); e olhar o cotidiano comunitário “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, *passim*).

No tocante aos recursos usados para análise dos dados, o destaque foi para a análise de conteúdo (AC), que é uma proposta de sistematização e interpretação de todos os dados coletados na pesquisa de campo, sejam eles frutos de entrevistas e/ou observação. A AC consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Assim, a análise de conteúdo pretende analisar as mensagens explícitas e implícitas das mais variadas formas de comunicação. Deste modo, por meio do uso dessa metodologia seria possível interpretar as razões pelas quais as comunidades locais implementam o TBC em suas localidades, identificando as motivações,

---

<sup>71</sup>A taxa de analfabetismo (9,7%) pode ser considerada alta, particularmente se comparada a estudos prévios conduzidos com ribeirinhos (0,6%) e com as taxas identificadas nas principais capitais da Região Norte – Manaus (3,8%) e Belém (3,3%) (GAMA; FERNANDES; PARENTE; SECOLI, 2018, p.10).

obstáculos e objetivos que pretendem alcançar. Entretanto, segundo Silva e Fossá (2015), o uso da AC tem sido realizado de forma nebulosa, sem cumprimento das etapas necessárias para um uso confiável e validado. Neste direcionamento, destaca-se que os artigos analisados não apresentaram as etapas para criação de categorias de análise, inferência e interpretação, abrindo margens para o apontamento de questionamentos quanto à confiabilidade no emprego da técnica.

De modo geral, considerando o conjunto de artigos analisados por este estudo, nota-se uma deficiência no que toca aos aspectos metodológicos dos artigos. O uso repetido de entrevistas e observação revela uma tendência metodológica que ignora abordagens quantitativas e combinação de métodos como a triangulação. A crítica aqui apresentada não está relacionada à preferência dos pesquisadores pela abordagem qualitativa, mas à maneira como esses estudos vêm sendo desenvolvidos. É primordial que exista uma descrição minuciosa das etapas cumpridas pelo pesquisador com um desenho metodológico destrinchado passo a passo, pois é o método do estudo que confere validade científica ao mesmo.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O presente estudo apresentou uma pesquisa bibliográfica da produção científica do turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, a partir da análise de seis artigos. Assim, elencou-se essas pesquisas de forma a analisar e discutir o conhecimento produzido, enfocando os processos metodológicos utilizados.

Para alcance dos objetivos propostos fez-se, em um primeiro momento, uma análise teórico-crítica da literatura identificando as premissas centrais dos conceitos de turismo de base comunitária. Acredita-se que pesquisas bibliográficas são de suma importância para o avanço da ciência do turismo, pois identificam e sistematizam o estado da arte, destacando as principais contribuições, sejam elas teóricas e/ou metodológicas. Assim, os resultados desta pesquisa podem auxiliar nos debates sobre a produção científica que analisa o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto às limitações do estudo, ressalta-se que a análise das produções foi dificultada pela baixa produção encontrada em periódicos com nível elevado de *qualis*.

Desta forma, a fim de avançar no entendimento acerca da produção científica do turismo de base comunitária em unidades de conservação, acredita-se que exista a necessidade de pesquisas que componham um recorte temporal e categórico maior, com uma quantidade superior de trabalhos e que, de preferência, contemplem todas as categorias pertencentes ao grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Nesta partilha, espera-se sensibilizar os pesquisadores e produtores de conhecimento científico para a constituição de grupos de estudos, redes de cooperação e/ou fóruns de pesquisa, com vistas a reunir esforços a fim de publicizar os trabalhos sobre turismo de base comunitária, propiciando uma troca de conhecimento entre os pares e um avanço na produção, dando continuidade ao que já foi produzido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. **Lei Complementar Nº. 53** de 05 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Diário Oficial do Amazonas. 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHOLO, R. Sobre o Lugar do Turismo de Base Comunitária. IN: COSTA NOVO, C. B. M; CRUZ, J. G. da. (Orgs). **Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: EDUA, 2014.

BETTI, P. **Turismo de Base Comunitária e Desenvolvimento Local em Unidades de Conservação: Estudo de Caso na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba – Paraná**. Dissertação apresentada ao Programa de Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

BURSZTYN, I; SANSOLO, R. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. IN: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.142-161.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CHUEKE, G. V; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de negócios internacionais**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 1-5, mai./ago. 2015.

COSTA NOVO, C. B. M. Turismo de Base Comunitária na Região Metropolitana de Manaus. IN: COSTA NOVO, C. B. M; CRUZ, J. G. da. (Orgs). **Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: EDUA, 2014.

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. DO; COSTA, H. A. Turismo de Base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016

FERREIRA, H. C. H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 1, abril-, pp. 79-95, 2014a.

FERREIRA, H. C. H. Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro-Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 8, núm. 2, may.-ago., pp. 361-379, 2014b.

FERREIRA, P. T. A; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 150-167, ago. 2016.

GAMA, A. S. M; FERNANDES, T. G; PARENTE, R. C. P; SECOLI, S. R. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cad. Saúde Pública [online]**, v.34, n.2, fev., 2018.

GONÇALVES, S.; SILVA, G. C. J. Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 82-95, dez. 2017.

GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. C; GARCIA, M. Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica campo do turismo de base comunitária. **Gest. tur**, N° 27, jan-jun, 2017, pp 44 - 65.

HASSLER, M. L. A Importância das Unidades de Conservação do Brasil. **Sociedade e Natureza**. v.37, n.33, Uberlândia – MG, 2005.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. IN: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KOVACS, M. H; BARBOSA, M. de L. de A; SOUZA, A. G. de; MESQUITA, A. E. do P. Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triênio do seminário anual da associação brasileira de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

pesquisa e pós-graduação em turismo – ANPTUR. **Turismo, Visão e Ação**, v.14, n.01, 2012.

LEAL, Rosane Eduardo da Silva. A Etnografia no Estudo do Turismo sob a Perspectiva Antropológica. In: Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, 2010, São Paulo. **Anais do VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. São Paulo: UAM, 2010. p1-12.

MAGNANI, J.G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 17 nº 49, 2002.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. IN: BARTHOLLO, R; SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. DE.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MIELKE. E. J. C; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em análise**. V.24, n.1, abr. 2013.

PERALTA, N.; VIEIRA, F.S.; OZORIO, R.Z. Gestão participativa da Pousada Uacari: um processo em construção. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.1, fev/abr2015, pp.115-133.

REJOWSKI, M. . A produção científica em Turismo: Análise de estudos referenciais no Brasil e no exterior. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.21, n.2, p.224-246, ago. 2010.

RODRIGUES, C. G. de. **O uso do público nos Parques Nacionais: a relação entre as esferas público e privada na apropriação da biodiversidade**. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SAMPAIO, C., ZECHNER, T., HENRÍQUEZ, C., CORIOLANO, L., Fernandes, S. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(1), pp. 42-58, jan./mar. 2014.

SANTOS, G. E; REJOWSKI, M. Comunicação científica em turismo no Brasil: Análises descritivas de periódicos nacionais entre 1990 e 2012. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 7(1), pp. 149-167, jan./abr. 2013.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SILVA, A. H; FOSSÁ, I. T. Análise De Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, vol.17. n. 1, 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre : Bookman, 2001.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA BOA GOVERNANÇA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA A PARTIR DA OBSERVAÇÃO EMPÍRICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO PEIXE-BOI EM PORTO DE PEDRAS-AL

Keyla Gislane Oliveira Alpes

Vanice Selva

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre governança que demonstram a importância deste processo como fator diferencial para a eficácia socioambiental e econômica de empreendimentos humanos. Percebe-se que cada vez mais os modelos de desenvolvimento alternativos ao modelo hegemônico têm procurado incorporar em seus processos princípios como: parceria, co-responsabilidade, gestão compartilhada. Na atividade turística a modalidade de Turismo de Base Comunitária incorpora esta forma participativa, por se constituir a partir do protagonismo das comunidades locais, um fator importante para a inclusão social, econômica, política e sustentabilidade. Neste sentido, a prática da boa governança tem se mostrado um diferencial para o sucesso das experiências no turismo de Base Comunitária, como se percebe, por exemplo, na iniciativa realizada pela Associação Peixe-Boi de Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho formada por membros da comunidade que vivem próximas ao estuário do Rio Tatuamunha que está localizado entre municípios de Porto de Pedras e São Miguel, no estado de Alagoas. Para esta reflexão foram realizadas as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica sobre as principais categorias envolvidas na questão em estudo; observação *in loco* da prática turística, entrevistas informais com alguns associados e vivência da atividade turística de observação do peixe-boi.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança; Boa governança; Turismo de Base Comunitária; Associação Peixe-Boi; Sustentabilidade

**ABSTRACT:** This article aims to present a reflection on governance, identifying concepts based on authors that demonstrate the importance of this process as a differential factor for the socioenvironmental and economic effectiveness of human enterprises. It is noticed that more and more the models of development alternative to the hegemonic model have tried to incorporate in their processes principles as: partnership, co-responsibility, shared management. In tourism activity, the Community Based Tourism modality incorporates this participatory form, since it is based on the protagonism of local communities, an important factor for social, economic, political and sustainability inclusion. In this sense, the practice of good governance has been

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

shown to be a differential for the success of experiences in community-based tourism, as can be seen, for example, in the initiative of the Peixe-Boi Marine Drivers Association by members of the community living near the Tatuamunha River estuary, in the municipalities of Porto de Pedras and São Miguel, in the state of Alagoas. For this reflection the following steps were carried out: bibliographical research on the main categories involved in the issue under study; in situ observation of the tourist practice, informal interviews with some associates and experience of the tourist activity of observation of the manatee.

**KEYWORDS:** Governance; Good governance; Community Based Tourism; Peixe-Boi Association; Sustainability

## INTRODUÇÃO

Este artigo se vincula a um projeto mais amplo de pesquisa de mestrado que vem sendo realizado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco cuja temática é explicar a racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária e, neste sentido, é importante identificar como ocorrem os processos de governança nessas iniciativas por propiciar a percepção da dimensão do protagonismo de cada comunidade envolvida na atividade turística. Nesta perspectiva, este artigo apresenta uma reflexão sobre governança a partir da observação da iniciativa de TBC realizada por uma comunidade que vive próxima ao estuário do Rio Tatuamunha que está localizado entre os municípios de Porto de Pedras e São Miguel, no estado de Alagoas.

O crescimento da atividade turística, assim como de outras atividades econômicas, requer planejamento e ordenamento para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Entretanto, em diversas regiões do país, observa-se que a expansão desordenada tem resultado, inclusive, em sobreposição de impactos negativos, com prejuízos social e ecológico, que é prejudicial até mesmo para a imagem dos destinos turísticos. A prioridade para a dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamentos de renda, descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes. Esses impactos são ainda mais deletérios em localidades mais pobres, onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de melhoria das condições de vida, mas se transforma, muitas vezes, em aprofundamento ou no surgimento de dificuldades a serem enfrentadas pelas comunidades. Diante desta realidade, a governança pode contribuir para direcionar e equacionar a atividade turística de base comunitária ampliando sua possibilidade de sustentabilidade e conseqüente melhoria na qualidade de vida das comunidades que empreendem neste sentido.

A governança é ferramenta importante nos empreendimentos humanos e na ampliação da cidadania, facilitadora do nascimento social daqueles que ainda não lograram tornarem-se plenamente cidadãos devido a um sistema socioeconômico hegemônico excludente e exaustor dos recursos naturais. Ao “curar esta ferida social” da exclusão se torna possível pensar, planejar e agir na direção da consecução de uma sociedade sustentável, que se constrói do local para o global com a participação e em benefício da coletividade. As crises do sistema hegemônico são oportunidades, brechas para que novas configurações socioeconômicas e políticas possam ser pensadas e desenvolvidas em contextos para os quais o sistema capitalista até então não tem trazido soluções adequadas. Neste sentido, o fenômeno turístico de Base Comunitária (TBC) surge como uma atividade socioeconômica e política importante para a construção de uma sociedade sustentável, promotora de inclusão social e de redução dos impactos negativos sobre o meio ambiente natural onde essa a atividade turística se desenvolva.

Desde a década de 1990 no mundo o TBC surge como uma forma alternativa ao turismo de massa, por sua característica mais incluyente e conservador das culturas e dos ambientes naturais. No Brasil, esta modalidade turística torna-se mais evidente a partir do ano 2000, quando em algumas regiões do país começam a se desenvolver iniciativas turísticas desta natureza. Um exemplo desta iniciativa pode ser observado na comunidade que habita o entorno do estuário do Rio Tatuamunha localizado na divisa dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel no estado de Alagoas onde é realizado o turismo de observação do Peixe-boi Marinho e contemplação do manguezal. Nesta comunidade a prática da boa governança tem sido fator decisivo para que o empreendimento turístico desenvolvido pela

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

comunidade venha se traduzindo em melhoria da qualidade de vida da população local com o mínimo de impacto sobre o equilíbrio ecossistêmico da região.

## **DA GOVERNANÇA A BOA GOVERNANÇA – AMPLIANDO O CONCEITO**

Existe uma diversidade de conceitos acerca da governança, o que é apropriado, pois a partir desta diversidade é possível encontrar-se uma adequação para cada singularidade de contextos sociais, culturais, econômico, políticos e ecológicos do globo sob uma perspectiva sustentável.

O conceito de governança evoca diferentes acepções em distintos campos de conhecimento e contextos, sugerindo a emergência de um sistema de regras aceitas e legitimadas por um conjunto de indivíduos e/ou grupos em defesa de uma gestão transparente e imparcial de interesses coletivos” (Rodorff et al. P.20, 2015).

Jessop (1998) destacou a expressão governança remetendo originariamente a um esforço para pensar em formas de coordenação da ação coletiva como alternativa às leis do mercado e da hierarquia política convencional.

A Governança surge no meio corporativo como uma ferramenta de organização, tornando-se um termo aplicado a vários contextos e passando a assumir vários sentidos. Neste artigo, em particular, nos interessa considerar a governança socioambiental, aquela que faz a interface entre os sistemas sociais e ecológicos cada vez mais interdependentes entre si.

Com a hegemonia capitalista o Estado tem reduzido, na prática, o seu poder de liderança organizativa e de controle socioeconômico frente às grandes empresas, fato que põe em risco a sustentabilidade social e ecológica. A governança transcende o Estado porque envolve corporações, organizações não-governamentais e indivíduos (EAGLES, 2009). É a partir desta percepção da necessidade de uma gestão compartilhada na governança, da qual, o Estado e as grandes corporações

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

são apenas parte dos sujeitos envolvidos no processo e devem ser considerados em mesmo nível hierárquico que os demais sujeitos, em uma inter-relação que visa o alcance de metas ao mesmo tempo individuais e coletivas, objetivas e subjetivas comuns a todos os envolvidos, que se pode vislumbrar o que vem a ser uma boa governança ambiental que seja capaz de equilibrar o poderio social do patriarcado, da colonialidade e do capital com a participação e tomada de decisão pela sociedade civil organizada. Neste sentido, a apreensão do conceito de governança e sua prática despontam como uma possibilidade de reequilíbrio na composição de forças do modelo convencional de administração para uma descentralização do poder e ampliação da contribuição da sociedade no delineamento socioeconômico e tomada de decisão.

Dentre várias ferramentas para se analisar a governança destaca-se a Análise de Constelação (AC), recurso importante para organizar e traçar caminhos de gestão participativa corroborando com a construção do próprio conceito do que vem a ser a “boa governança”, por permitir a incorporação da singularidade de cada contexto. O uso da AC no planejamento, implantação e acompanhamento no processo do TBC é útil para equacionar esta atividade complexa, por ser multi setorial, envolver diversos atores sociais e interesses, perpassando pela conflituosa questão territorial, inclusive.

O seu uso põe em prática a gestão compartilhada, principal “virtude” da governança, cuja adjetivação para “boa governança” se deveu ao fato de que o conceito de governança original se desvirtuou e, na tentativa de fazer com que a denominação voltasse a expressar os valores elevados, que devem existir em associações humanas, na busca de alcançar objetivos comuns, tentou-se resgatar sua significação empregando-se também o termo “boa governança”, na hipótese, também, segundo Osmond (1998) de combater a outra governança.

É preciso que se perceba que a governança em si é um conceito que remete à redistribuição de poderes em processos de tomada de decisão, o que não necessariamente, equivale a que seja ampliado o grau de justiça e equidade de benefícios, podendo existir grupos que acabem por ser mais favorecidos do que outros no processo. Por isso surge o conceito de boa governança (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Cada contexto e atividade vão requerer determinados critérios, atributos e boas práticas na gestão para que seja considerada uma boa governança (ALVES; BURSZTYN, 2009) e, a possibilidade de alcançá-la ainda dependerá do contexto sociopolítico local. De qualquer forma, segundo Bursztyn e Bursztyn (2012), os parâmetros gerais para a qualificação da governança seriam os que constam no quadro abaixo apresentado (Quadro 1) e, a partir destes parâmetros é possível constatar nos empreendimentos a consecução da boa governança.

### Quadro 1 – Parâmetros para qualificar a governança

<b>Descentralização</b>	Maior poder de decisão ao nível local
<b>Subsidiariedade</b>	Delegação de funções que seriam do Estado a outros sujeitos
<b>Flexibilidade</b>	O Estado como negociador
<b>Decisões bottom-up</b>	Decisões tomadas “de baixo para cima”
<b>Participação / empoderamento dos atores</b>	Participação ampliada de todos os envolvidos
<b>Pertencimento</b>	Envolvimento
<b>Responsabilização (accountability)</b>	Prestação de contas
<b>Equidade e inclusão</b>	Todos devem ter os mesmos direitos
<b>Transparência</b>	Direito a informações claras, compreensíveis e atualizadas dos processos
<b>Segurança</b>	Garantia que as pessoas estejam livres de ameaças

Fonte: Adaptado de Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 168)

A boa governança, ou governança suficiente boa (GRINDLE, 2004), teria a virtude de exigir uma qualificação das gestões garantindo uma gestão participativa para o alcance de metas comuns com o intuito de promoverem na sociedade, antes de qualquer outro interesse, a equidade e justiça social.

Trazendo esta discussão entre a ideia de governança e boa governança para a perspectiva do turismo fazendo um comparativo entre o Turismo de Massa e o Turismo de Base Comunitária, tem-se que a forma convencional de empreender o

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

turismo não é capaz de pôr em prática a boa governança, devido aos seus princípios comuns aos do capitalismo, só pode almejar à prática apenas da governança e desta forma não é capaz de promover a justiça ambiental, esta impossibilidade se explica da seguinte forma: o Estado tem criado normas no turismo que ainda favorecem as grandes corporações turísticas que passam a adquirir um poderio crescente, através da acumulação do capital, econômico e territorial que passam a governar junto ou em “substituição” ao Estado que se exime, nessa conformação de governança a maior parte da sociedade civil acaba por ser “privada” de participação, tanto como consumidora do turismo e até mesmo excluída de trabalhar e obter renda através do turismo.

Por outro lado, o TBC cujos princípios e características são apresentados no quadro abaixo (Quadro 2), por ser embasado em outros paradigmas socioeconômicos, alternativo ao paradigma hegemônico torna possível a prática da boa governança

## Quadro 2: Elementos constitutivos a serem observados na prática do TBC com base em suas características e princípios

<b>Categorias para a análise de sustentabilidade do TBC</b>	<b>Elementos constitutivos a serem observados na prática do TBC com base em suas características e princípios</b>
<b>Sociocultural</b>	Valorização da cultura local
	Inter-relação-comunidade/turista
	Inter-relação entre os comunitários
	Relação de gênero e faixa etária
	Participação em projetos socioambientais locais
<b>Ecológica</b>	Uso do ecossistema local de forma sustentável
	Desenvolvimento de práticas na atividade para redução máxima dos impactos ecológicos
	Tratamento cuidadoso dos resíduos, água e energia
<b>Econômica</b>	Ampliação de oportunidades de trabalho e renda à comunidade
	Quantidade de comunitários diretamente beneficiados

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

	Caráter complementar da atividade em relação a atividades tradicionais local
	Situação financeira da atividade
<b>Político-institucional</b>	Protagonismo comunitário na atividade
	Formação de parcerias
	Inserção nos espaços da política pública
	Relação territorial
	Gestão institucional

Fonte: Adaptado de Braga (2015)

Considerando a lógica do TBC, segundo Eagles (2009), existem diversas formas de gerir os serviços de recreação e turismo em parques e áreas protegidas e, na maioria das vezes se realizam em parceria (governo, empresas, organizações não-governamentais e comunidades). O autor verificou também que quando o turismo é realizado num contexto de não lucratividade e inclusão de outros sujeitos sociais (não apenas os grandes empresários), alcança mais proximidade com a boa governança em comparação com modelos baseados na lucratividade e no setor privado.

Nessa outra lógica também se evitaria a alienação do trabalho turístico, da aplicação da renda gerada e também evita-se a exaustão dos recursos naturais. O turista também desaliena o usufruto do seu ócio essencial, porque o usufruto do lazer autêntico aquele capaz de promover enlevo e refazimento do corpo e do espírito (do qual o capital não é capaz de se apropriar), não se satisfaz na limitação de um mundo parcial, constrangido para acomodar a necessidade da sociedade “Moderna” e a “sede” do mercado financeiro – que na atividade turística chega expropriando e degradando. Diante desta realidade, é que, à guisa de formas perfeitas de empreendimentos humanos que são utópicos, o TBC desponta como uma alternativa ao modelo convencional de turismo por ser capaz de acomodar a prática da boa governança no seu desenvolvimento, caminho a ser trilhado para arranjos sociais mais sustentáveis.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Turismo de Base Comunitária que é uma forma de empreender o turismo alternativo ao modo convencional é entendido por Irving (2009), a partir da compreensão do que vem a ser comunidade, no sentido de coletividade e não de pobreza e marginalidade, fazendo com que esta forma de empreender não “caia no lugar comum” da estratificação de classe, mas seja visto como uma oportunidade para a inclusão social e uma governança democrática.

Bartholo (2011) traz algumas virtudes do fazer do TBC, ao explicar que existe um conjunto de ações no TBC que pressupõem uma conduta ética e que privilegia os aspectos culturais das comunidades sem anular os aspectos econômicos, desde que esses sejam fundamentados em valores humanitários e culturais.

Segundo Coriolano (2003), o Turismo de Base Comunitária pode ser definido como:

(...) aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida. (CORIOLANO, 2003, p. 41)

É com base neste novo modo de pensar o fazer turístico que arranjos socioeconômicos alternativos, como o TBC, vem ganhando espaço e credibilidade, como constata Coriolano (2006):

Contudo, apesar desta ampliação da visibilidade e credibilidade do TBC que vem crescendo no Brasil e no Mundo, por em prática atividades socioeconômicas que não seguem os mesmos princípios do sistema socioeconômico hegemônico, apesar de estar “inserido” dentro dele, é uma tarefa complexa por envolver mudanças de paradigmas social, cultural, econômico e político e questões territoriais, que, por si só, no Brasil e no mundo são sempre questões delicadas, que requer um maior avanço nas inter-relações pessoais e na governança.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Quando não se formula uma boa governança que planeje e organize o empreendimento turístico, como analisa Lumbabo e Costa (2009), pode, além da desarticulação, ocorrer uma superposição de ações, o que torna confuso e ineficiente o processo, gerando danos socioambientais.

## **BOA GOVERNANÇA NA ATIVIDADE TURÍSTICA DE BASE COMUNITÁRIA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

A atividade turística desenvolvida pela Associação Peixe-Boi ocorre em Área de Preservação Ambiental (APA) para a qual existem princípios específicos para a qualificação da boa governança, como consta no Quadro 3, que promove a melhoria da qualidade de vida, empoderamento da população local e conservação do ambiente natural.

*Quadro 3 – qualificação da governança em APA*

<b>Legitimidade</b>
<b>Transparência</b>
<b>Prestação de contas</b>
<b>Inclusão</b>
<b>Imparcialidade / justiça</b>
<b>Conectividade</b>
<b>Resiliência</b>

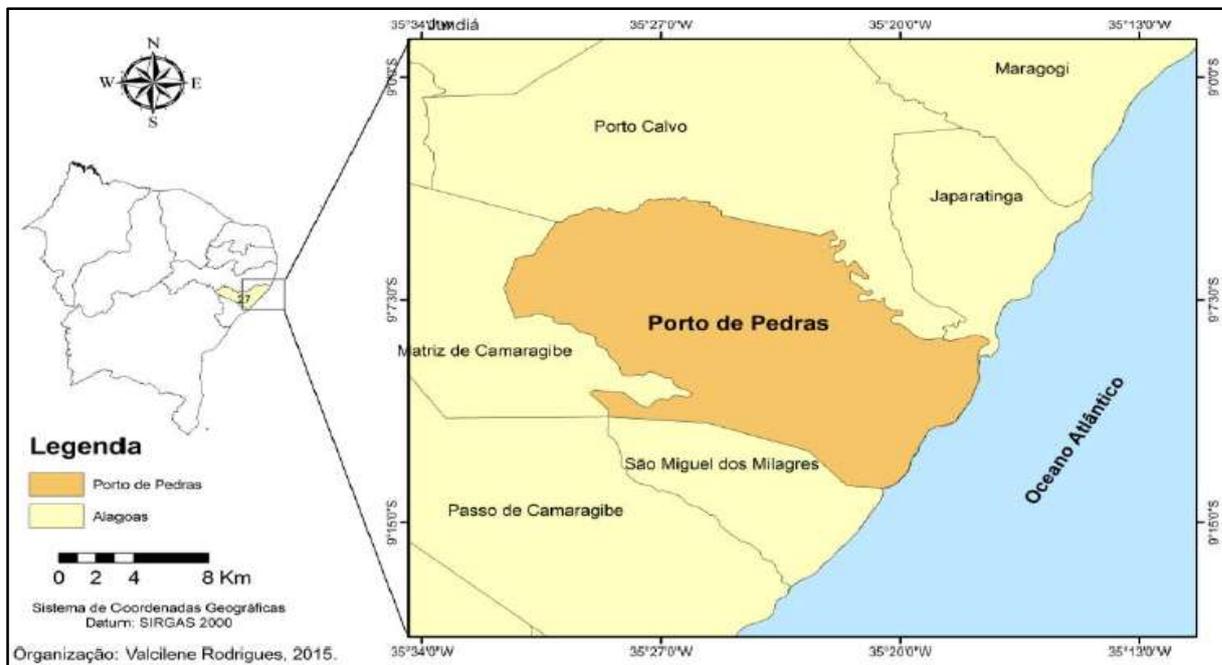
## **METODOLOGIA**

### **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

O turismo de observação do peixe-boi marinho e contemplação do manguezal são realizados por membros da comunidade que reside no município de Porto de Pedras-AL (Figura 1) que está situado na Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais. Esta atividade turística é realizada na divisa entre o município de Porto de Pedras e o município de São Miguel dos Milagres no estuário do rio Tatuamunha.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Figura 1:** Localização do município de Porto de Pedras, no Litoral Norte de Alagoas



Fonte: Shape **IBGE**, 2000. Organização Valcilene Rodrigues, 2015.

É um turismo orientado e fiscalizado pelo ICMBio, previsto no plano de manejo da APA Costa dos Corais para a Zona de Conservação da Vida Marinha onde ocorre a reintrodução dos peixes-bois (ICMBIO, 2016). Esta atividade organizada de forma comunitária tem gerado melhoria na qualidade de vida e empoderado a população local. A Associação Peixe-boi é uma instituição fundada no ano de 2009 (Fotos 1 e 2 na **figura 2**).

**Figura 2:** Sede da Associação de Condutores do Turismo de Observação dos Peixes-

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Foto 1: Maíra Braga (novembro de 2014) Foto 2 Keyla Alpes (junho de 2017)

A Associação está localizada no município de Porto de Pedras no litoral norte de Alagoas. Fundado em 1815, Porto de Pedras faz parte da denominada Rota do Charme, destino turístico conhecido internacionalmente. Situado na APA (Área de Proteção Ambiental) Costa dos Corais, possui praias bem conservadas, casas de veraneio e casarios históricos. Possui também uma atividade turística que é realizada por empreendedores de outros estados brasileiros, por estrangeiros e, de forma expressiva, pela comunidade local, inclusive na modalidade de Turismo de Base Comunitária (BRAGA, 2015).

## MÉTODO

Esta foi uma pesquisa: exploratória, de modo a proporcionar uma visão geral, esclarecer e aprofundar a reflexão acerca do TBC e da governança na comunidade de Porto de Pedras que empreende o TBC; qualitativa porque estava focada mais nos aspectos subjetivos que qualitativos na prática do TBC, na qualidade de vida alcançada pelas pessoas que estavam participando da atividade turística e da qualidade de sua participação na governança; e interdisciplinar porque procurou observar as dimensões social, econômica, ecológica e política para uma discussão mais integral quanto aos resultados positivos do TBC e sua relação com a boa governança.

## PERCURSO METODOLÓGICO

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Foi feita pesquisa bibliográfica sobre as categorias: governança; boa governança; Turismo; Turismo de Base Comunitária; Sustentabilidade e sobre a Associação Peixe-Boi, de modo a buscar subsídios teóricos para a análise da temática pesquisada.

Em agosto de 2017 foi realizada uma visita técnica à Associação Peixe-boi que possibilitou a observação empírica das práticas no TBC e de como era exercida a governança localmente. Essencial para validar a pesquisa, pois esta se constrói a partir da realidade observada para em seguida ser respaldada pelo embasamento teórico.

Para aprofundar as observações foram feitas entrevistas informais com algumas lideranças sobre o TBC e a prática da governança na Associação Peixe-Boi. A escuta do outro em uma pesquisa, para além da pura coleta de dados, devolve a humanidade a ciência cartesiana.

Essas entrevistas informais com algumas lideranças era importante para dar um acesso amplo e rápido à dinâmica do TBC e à governança no processo turístico empreendido pela Associação.

A vivência da atividade turística de observação do peixe-boi marinho e do manguezal foi realizada para observar a relação associado/turista como parte importante da percepção do TBC e da governança.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na iniciativa do TBC em Porto de Pedras-AL a descentralização do poder e os elementos que a constituem estão representados segundo mostra o quadro abaixo (Quadro 4).

### Quadro 4: Descentralização do poder na iniciativa do TBC em Porto de Pedras-AL

Atores sociais	Associação Peixe-boi Associação Milagrense de turismo sustentável ICMBio Instituto Yandê Associação de jangadeiros
----------------	--

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Elementos naturais	Praia do Patacho Ambientes Recifais Manguezais Estuário do Rio Tatuamunha Peixes-bois marinhos
Elementos Simbólicos	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
Elementos Técnicos	Economia Solidária Embarcações típicas Peças de artesanatos utilizando elementos naturais da localidade Organização relacional que estimula a cooperação

Os elementos acima relacionados, que são específicos da realidade da Associação Peixe-Boi, são aqui destacados pelo fato de serem importantes para a formulação da boa governança principalmente quando se faz uso da ferramenta Análise de Constelação, facilitadora da organização e planejamento do processo, bem como do envolvimento dos sujeitos interessados.

É importante salientar que antes do ordenamento em 2009, que propiciou a construção de uma governança pela comunidade local, havia uma superposição de ações devido aos diversos atores envolvidos e interesses no desenvolvimento da atividade de visitação ao peixe-boi e contemplação do manguezal com isso passaram a ser recorrentes os conflitos socioambientais e crescente a degradação do meio natural e social. Foi a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo ICMBio com a comunidade local em 2009, o uso deste instrumento estruturou a atividade turística e a comunidade passou a desenvolver o TBC de modo legitimado e orientado pelo ICMBio, com ganhos sociais e ecológicos. A Associação Peixe-Boi protagoniza a governança do empreendimento, mas recebe capacitação e supervisão do órgão ambiental competente, desta forma a comunidade se inclui socioeconomicamente de forma cidadã e sustentável.

Esta ampliação da cidadania esta representada no quadro abaixo (Quadro 5) apresentado de forma qualitativa, a partir da descrição das conquistas alcançadas pela

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

comunidade em questão na terceira coluna. A prática da boa governança identificada na Associação Peixe-boi tem tido papel importante nessas conquistas.

### Quadro 5 – análise da boa governança no TBC, realizado pela Associação dos Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho em Porto de Pedras-AL

Categories de análise do TBC	Elementos constitutivos do TBC	Situação atual do TBC realizado pela Associação Peixe-Boi
<b>Sociocultural</b>	Valorização da cultura local	Valorização, evidência e incentivo a história e cultura local ribeirinha e pesqueira
	Inter-relação-comunidade/turista	Interação construtiva sem prejuízos identitários
	Inter-relação -entre os comunitários	Boa interação podendo contudo ser melhorada. Antes do TAC e do TBC existiam muitos conflitos socioambientais
	Relação de gênero e faixa etária	O traço patriarcal ainda é presente, mas algumas mulheres estão inseridas inclusive no cargo de presidente (uma jovem) da Associação. Existe motivação dos jovens e incentivo para se inserirem no TBC, apesar da pequena escala do empreendimento.
	Participação em projetos socioambientais locais	O desenvolvimento do TBC tem empoderado a comunidade, propiciando credibilidade para o usufruto do direito a poder ser atuante e responsável socialmente (ser cidadão)
<b>Ecológica</b>	Uso do ecossistema local de forma sustentável	A comunidade tem plena consciência e sensibilidade de que o seu recurso de trabalho e renda é o ecossistema conservado
	Desenvolvimento de práticas na atividade para redução máxima dos impactos ecológicos	Interesse contínuo em se capacitarem e porem em prática os cuidados com o meio ambiente
	Tratamento cuidadoso dos resíduos, água e energia	Existe a informação e algumas práticas de cuidado podendo ser melhorado
<b>Econômica</b>	Ampliação de oportunidades de trabalho e renda para a comunidade local	Oportunidades indiretas para: artesãos, donos de restaurantes, comerciantes. Possibilidades futuras: trilhas; aluguel de bicicletas; outros passeios
	Quantidade de comunitários diretamente beneficiados	• 47 famílias. Associados: 3 na oficina; 20 condutores; 24 remadores; 1 funcionário contratado
	Caráter complementar da atividade em relação a atividades tradicionais local	A organização e cooperação possibilita que a maioria dos associados continuem exercendo também suas atividades anteriores ao TBC
	Situação financeira da atividade	A renda gerada permite que a instituição e seus associados se mantenham com recursos próprios. R\$ 349.270,76 em 2016

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>Político-institucional</b>	Protagonismo comunitário na atividade	Embora o TAC tenha sido uma imposição governamental, ao perceber a melhoria da qualidade de vida a comunidade local se apropriou do TBC com empoderamento e autonomia
	Formação de parcerias	Boa articulação com o ICMBIO; outras associações locais, pesquisadores e comunidade local
	Inserção nos espaços da política pública	Participação no CONAPACC; Participação na comissão do Fórum Socioambiental; Participação PAN Peixe-Boi Marinho
	Relação territorial	A Associação Peixe-Boi tem acesso livre no território onde desenvolve o TBC, observado o ordenamento que consta no TAC
	Gestão institucional	A Associação Peixe-Boi cada vez mais ocupa espaços na política pública. Empoderada e bem articula vem alcançando ganhos para o TBC e para a localidade. Quanto à gestão interna, ela evolui face aos desafios que as inter-relações requerem.

Fonte: Adaptado de Braga (2015)

Como é perceptível no quadro acima a Associação Peixe-Boi que desenvolve o TBC vem conquistando não apenas sua inclusão econômica, mas tornando-se sujeito impulsionador de transformações sociais e políticas locais mais profundas, ressignificando o conceito de cidadania, inter-relações com seus pares e com o meio natural, como que sugerindo um “Termo de Ajustamento de Conduta Ética (TACE)” à lógica da acumulação do capital. Diante de tamanhos desafios o instrumento da boa governança tem sido decisivo para as conquistas alcançadas pela associação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como alternativa ao Turismo de Massa, reproduz a lógica do sistema hegemônico capitalista, do qual ele é parte integrante, materializando uma realidade de exclusão social e degradação dos ecossistemas, o Turismo de Base Comunitária conduzido através de uma estratégia de boa governança pode materializar uma realidade socioeconômica mais inclusiva e conservadora dos ambientes naturais alternativa ao Turismo de Massa que por seguir a lógica e filosofia do sistema socioeconômico do capital dificulta a realização da boa governança, que tem sido demonstrado importante para a sustentabilidade do TBC.

Neste processo de reocupação do espaço, da qual a atividade turística realizada nos moldes de base comunitária também participa, a partir de uma outra lógica, é possível criar condições para a retomada da construção do projeto original (não aquele apropriado pelo capital) de humanidade atento a sustentabilidade. Para tanto, a prática da boa governança no processo de desenvolvimento do turismo (que deve ser realizado, também sobre uma outra lógica, em sintonia com a da boa governança e da justiça ambiental) é decisiva para que tal resultado seja alcançado.

Em termos práticos, a integração e articulação das políticas públicas na atividade turística planejada e organizada com o uso da ferramenta da governança, torna mais eficiente o desenvolvimento do turismo, em particular aquele empreendido, em escalas menores e no formato de base comunitária, forma sustentável de realizá-lo. De uma forma geral, a guisa de conclusões, é eficaz e promissor o uso do instrumento da boa governança no desenvolvimento de empreendimentos turísticos de base comunitária como caminho para se alcançar um desenvolvimento equânime, justo e sustentável.

A Associação Peixe-Boi que realiza o TBC, apresenta-se como um exemplo bem sucedido da prática da boa governança alcançando uma melhor qualidade de vida e contribuindo para a conservação do ambiente natural. Trata-se de uma atividade de Turismo de Base Comunitária bem estruturada, provavelmente tem contribuído para esse resultado diferenciado o envolvimento do ICMBIO como parceiro, bem como o fato de ser uma área de grande importância ambiental e beleza cênica, mas principalmente pelo nível de organização, cooperação, preparação, comprometimento e empoderamento da comunidade local envolvida na atividade que se estrutura através da prática da boa governança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHOLO, R. S (Coord.). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFPE, 2011.

BRAGA, M. B. **Turismo de base comunitária em suas regiões litorâneas: processos e resultados diferenciados**. 2015. 160f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2015.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de políticas e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

EAGLES, P.F.J. Governance and recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of sustainable tourism*, v. 17, n. 2, mar. 2009, 231-248.

GARCIA, M. L. V.; GOMES, M. V. P. **Meio Ambiente e Arena Pública: governança ambiental e suas implicações para as políticas públicas**. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 2016, v.21, n.69, p.101-118.

GRINDLE, M. S. Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries. *Governance*, v. 17, n 4, Oct. 2004, p. 525-548.

ICMBIO. Plano de manejo da APA Costa dos Corais. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Tamandaré, dez. 2012. Disponível em :<manejo/apa\_costa\_corais\_pm.pdf> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a Reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Image, 2009. P. 108-121.

IUCN. Governance of protected áreas. From understanding to action. IUCN-WCPA's Best Practice Protected Areas Guidelines. 2013. Disponível em: <HTTP//cmsdata.iucn.org/downloads/governance\_of\_protected\_areas\_understanding\_to\_action.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

JESSOP, B. The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International Social Science Journal*, v. 50, n. 155, p. 29-45, 1998.

LOCKWOOD, M. Good governance for terrestrial protected áreas: a framework, principles and performance outcomes. *Journal of Environmental Management*, v. 91, 2010, p.763.

LUMBABO, C; COSTA, D. S. **Territórios: conceitos e algumas práticas recentes de gestão**. In: *Gestão Pública: Práticas e desafios*. Recife: Bagaço, 2009.

MOTTA, M. L. e SILVA, T. C. Conceitos, metodologia e estudos sobre a técnica análise de constelação: uma revisão de literatura, *Gaia Scientia*, v. 10, n. 4, p. 497-515, 2016.

PRANTNER, M. 2012. Driving forces and barriers of electricity production from solid

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

biomass in Hungary: an empirical example for a multi-level constellation analysis. Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy, Germany. pp.310-337. In: Theory Development & Critical Perspectives. IST 2012 - Navigating Theories and Challenging Realities. 361p.

RODORFF et al. Governança da bacia hidrográfica do Rio São Francisco: desafios de escala sob olhares inter e transdisciplinares, RBCIAMB, n.36, jun 2015, p. 19-44.

SANTOS, E.C.S. **Governança na Gestão de Territórios Turísticos em Áreas Protegidas**. Dissertação (mestrado), 135f, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.

SCHÄFER, M.; OHLHORST, D.; SCHÖN, S.; KRUSE, S. Science for the future: challenges and methods for transdisciplinary sustainability research. African Journal of Science, Technology, Innovation and Development, Vol 2, N. 1, pp. 114-137, 2010.

## REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE NAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM ÁREAS URBANAS: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES

Carina Calixto

Vanice Selva

### RESUMO

O crescimento da atividade turística nas cidades traz a constante preocupação com relação aos impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos. Para amenizar esses impactos, a realização do planejamento turístico a partir de um diagnóstico aprofundado da localidade em conjunto com a participação ativa e de qualidade da população local e demais atores envolvidos tornam-se característica facilitadora. Tomando-se como referência que indicadores de sustentabilidade podem integrar o processo de planejamento para diminuir as dificuldades na inserção da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade em áreas urbanas, buscou-se como objetivo discutir os aspectos que dificultam a inserção de práticas sustentáveis de turismo na cidade do Recife-PE. A escolha dessa capital se deu por seu destaque no cenário nacional do ponto de vista do turismo e por desenvolver projetos públicos para requalificação da parte central da cidade a fim de expandir sua função turística. Para atender este objetivo foram utilizados dez indicadores do manual de Desenvolvimento Sustentável – Brasil (IBGE, 2015) por meio de interpolação linear simples para chegar a Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS). Os resultados mostraram que a maioria dos índices avaliados apresentou um potencial satisfatório para a sustentabilidade e os desfavoráveis se encontravam muito próximo ao limite mínimo da escala de desempenho, sendo este um fator responsável por classificar o Recife ainda com um potencial intermediário de desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVES:** Sustentabilidade; Turismo; Desenvolvimento; Áreas urbanas.

### ABSTRACT

The growth of tourist activity in cities brings constant concern regarding environmental, social, economic and political impacts. To mitigate these impacts, the realization of tourism planning based on a deep diagnosis of the locality together with the active and quality participation of the local population and other actors involved become a facilitating characteristic. Taking as a reference that sustainability indicators can integrate the planning process to reduce the difficulties in inserting sustainability in the development of activity in urban areas, the objective was to discuss the aspects that hinder the insertion of sustainable tourism practices in the city of Recife-PE. The choice of this capital it occurred due to its prominence in the national scenario from the point of view of tourism and for developing public projects for requalification of the central

part of the city in order to expand its tourist function. To meet this objective, ten indicators of the Sustainable Development Manual - Brazil (IBGE, 2015) were used through simple linear interpolation to reach the Sustainability Barometer Scale (SBS). The results showed that most indices evaluated presented a satisfactory potential for sustainability and the unfavorable ones were very close to the minimum limit of the performance scale, being this a factor responsible for classifying Recife still with a potential intermediary of sustainable development.

**KEYWORDS:** Sustainability; Tourism; Development; Urban áreas

## INTRODUÇÃO

Os debates envolvendo o desenvolvimento ea sustentabilidade vem imprimindo novas perspectivas à sociedade contemporânea, conduzindo a um trabalho de redesenho do modelo econômico que contemple novas formas de organização social, o aprimoramento da consciência ambiental, com o uso sustentável dos recursos e à melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, observa-se uma tendência na gestão de grandes e médios centros urbanos além da reflexão sobre essas questões, novas preocupações referentes às diversas formas de poluição, inclusão e cidadania, uso democrático dos espaços públicos, à busca de soluções em mobilidade, empresariamento urbano entre outros (SOUZA; LAPA, 2015; HANAI, 2012).

O turismo, inserido nessa complexidade de questões, emerge como a solução para muitas cidades tornarem-se competitivas em meio a um cenário de constantes transformações. Sendo considerado um aspecto cada vez mais relevante das cidades, sobretudo as de maior porte, por dispor de variada oferta preexistente em termos de infraestrutura, cultura, lazer e entretenimento, o turismo urbano ganha espaço nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável. No cenário brasileiro, várias cidades se destacam por essa variedade de oferta e, uma delas é Recife, que possui no seu patrimônio histórico-cultural e natural, ativos importantes para atrair turistas.

Apesar da contribuição econômica que o turismo proporciona no debate a cerca das dificuldades relacionadas aos processos de produção e apropriação do espaço urbano pelo turismo torna-se indispensável para identificar os principais entraves para o estudo do fenômeno turístico nesse cenário (ROSCOCHE, 2014).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Para entender os principais entraves como também possibilidades para as práticas sustentáveis de turismo, buscou-se com base em pesquisas já realizadas avaliar possibilidades tendo como referência para a cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco utilizando-se estudos que apontam índices de sustentabilidade e assim utilizá-los como subsídios para indicar um caminho favorável para o planejamento de um turismo sustentável nas áreas urbanas. Recife vem nos últimos vinte anos direcionando investimentos para um processo de requalificação do centro histórico com projetos para o crescimento do turismo. E daí vem a questão: o que dificultaria a inserção de práticas sustentáveis para o turismo em áreas urbanas como na cidade do Recife? E o que poderia possibilitar? Esta indagação conforma o problema de investigação deste artigo, no qual se tece suas principais análises a partir de dez indicadores do manual de Desenvolvimento Sustentável – Brasil (IBGE, 2015). Diante do questionamento busca-se discutir aspectos que dificultam a inserção de práticas sustentáveis de turismo. Para atender este objetivo foi encetada uma discussão sobre o turismo sustentável em áreas urbanas a partir de indicadores de sustentabilidade. Em seguida foram diagnosticados alguns fatores restritivos ao desenvolvimento do turismo quanto aos aspectos ambiental, econômico e social. A melhor forma de garantir se estes três aspectos estão sendo contemplados para o desenvolvimento do turismo em áreas urbanas é através da análise de indicadores de sustentabilidade.

## **SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL E TURISMO EM ÁREAS URBANAS**

### **TURISMO E TURISMO SUSTENTÁVEL**

Partindo da definição da Organização Mundial de Turismo oficial de turismo que o classifica como o deslocamento e atividades realizadas por pessoas durante suas viagens, principalmente com fins de lazer, negócios e outros (OMT, 2003), pode-se entendê-lo como um campo da Economia, no qual é necessária uma motivação (demanda) que pode ser das mais diversas ordens, e a oferta, que a partir das necessidades do mercado a mesma se adapta.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Saindo um pouco da visão econômico-mercadológica, pode-se fazer uma ponte com o campo da Sociologia, na qual se enxerga o turismo como uma opção de escapismo. Krippendorf (2001), afirma que fazer turismo significa conhecer lugares diferentes, libertar-se do estresse, buscar o anticotidiano. Ou seja, o turismo sendo visto além dos números gerados pelo setor econômico, mas como um importante agente para socialização entre os povos.

Dentro das diversas visões que se tem acerca do mercado turístico há uma preocupação em manter características tanto do local em questão quando do povo que ali vive. Nesse sentido, enxerga-se a necessidade da durabilidade da atividade e da resposta econômica e social para os lugares onde ele acontece, ou, ações que irão permitir que a atividade turística aconteça de forma responsável do ponto de vista da conservação do ambiente nas suas dimensões natural, social, cultural e econômica configurando-se o chamado turismo sustentável.

Segundo o Ministério do Turismo (2016. p.7):

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Sendo assim, entende-se o turismo sustentável como uma forma de explorar economicamente uma área de forma equilibrada e responsável, gerando ganhos para todos os envolvidos no processo, desde o *trade* aos autóctones das áreas em questão.

Cabral e Cyrillo (2008, p.6, *apud* PESSOA; NÓBREGA; SONAGLIO, 2017, p.9) ao discorrerem sobre turismo em áreas protegidas afirmam que “o turismo para se desenvolver de forma coerente e sustentável em uma localidade receptora, precisa do envolvimento e participação de todos os agentes, neste caso também da comunidade autóctone”. A mesma lógica deve ser seguida para as áreas urbanas; para que haja turismo sustentável é necessário que a comunidade autóctone aceite a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

atividade turística no local e participe ativamente no planejamento e nas tomadas de decisão.

Quando se fala em turismo sustentável muito erroneamente se relaciona a proteção no ambiente natural apenas, porém, explorar um local turisticamente de forma sustentável significa preocupar-se nas questões ambientais, sociais, culturais e econômicas do local. Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2016, p.8):

Para desenvolver a atividade de forma sustentável, deve-se buscar a economia de recursos, desde que este esforço não implique em prejuízos à qualidade e segurança dos serviços, à produtividade da equipe e ao conforto do consumidor, bem como não resulte na redução de postos de trabalho, e sim, na maior capacitação e contratação de trabalhadores da região.

Logo, é clara a importância de pensar sustentavelmente o turismo, de forma que o mesmo possa gerar benefícios ao *trade* e à localidade, abrindo um local de diálogo e educação entre visitantes e visitados, fortalecendo e perpetuando a cultura local e oferecendo oportunidades aos mais diferentes envolvidos.

No caso específico para a prática do turismo sustentável em áreas urbanas no seu planejamento é imprescindível a participação e envolvimento da população, pois, o ambiente urbano é complexo e a aceitação de práticas ou ações voltadas para o turismo pode ser dificultadas quando a sociedade encontra-se mobilizada na luta para a solução de conflitos urbanos existentes, pois, estão na busca de soluções para problemas já existentes no local e, portanto, alerta para outros possíveis que poderão se instalar com o advento do turismo. Por outro lado, outro aspecto dificultador que vai além da complexidade das realidades urbanas é o fato das municipalidades não incorporarem no seu planejamento e gestão integrada do ambiente urbano e nem sempre criam estruturas suficientes para a gestão do turismo. Esse aspecto pode ser observado em Selva (2012) ao abordar as políticas públicas e a gestão municipal do turismo constata que em espaços favorecidos por políticas públicas de governo para

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

o turismo os resultados espaciais não tem sido suficientes para a gestão e o ordenamento da atividade e conseqüentemente não tem contribuído para a conservação ambiental e para benefícios socioeconômicos locais o que implica na sustentabilidade do turismo. (SELVA, 2012, p 36)

## 2.2 Turismo em áreas urbana

Durante o século XX, o fluxo turístico esteve relacionado à fuga do cotidiano, sendo as cidades compreendidas como pólos emissores enquanto localidades menos urbanizadas configuravam como núcleos receptores. Contudo, essa característica vem se modificando, pois o fenômeno turístico destaca-se como um importante catalisador das economias locais. Desta forma, a oferta de infraestrutura, cultura, lazer e entretenimento das grandes cidades, têm atribuído maior relevância ao turismo em áreas urbanas (KUNZ; CÉSAR, 2014). Logo, em uma sociedade globalizada, o turismo em áreas urbanas se tornou uma ferramenta para contribuir na competitividade entre as cidades (ASHWORTH; PAGE, 2011), além de concorrer para o desenvolvimento local.

Nessa tendência, as áreas urbanas adquirem um novo desenho para agradar a recente profusão de turistas: a espetacularização. A sociedade do hiperespetáculo se destaca pela dependência da profusão de imagens midiáticas, na qual o espetáculo ocorre sob a demanda do consumidor com os adventos tecnológicos. O hiperespetáculo não se restringe às ações midiáticas, mas abrange todas as áreas do divertimento, inclusive o turismo. O turismo dos sonhos, um complexo de experiências, que se destaca pelo gigantismo dos equipamentos atuais, onde o lazer é comercializado como um show business (LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

Alguns aspectos das cidades influenciam o turismo em seus limites como a multifuncionalidade dos espaços urbanos, por vezes, dificulta o delineamento da função turística nestes espaços, mas isso não afeta o desenrolar do fenômeno turístico, embora este não seja homogêneo. A existência de uma infraestrutura prévia, que embora seja proveniente do investimento público, proporciona um lucro privado. Os produtos turísticos destas áreas são elaborados de maneira singular por cada

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

localidade, portanto, não há como criar um modelo de planejamento. Por fim, apesar de uma menor permanência, o turista que opta por destinos urbanos possui gastos maiores impulsionando mais fortemente a economia local (Ashworth; Page, 2011).

Para melhor compreender o turismo em áreas urbanas, é recomendado levar em consideração questões como a utilização do espaço urbano, a mobilidade urbana dos turistas, a centralidade espacial dos recursos turísticos e os resultados espaciais a exemplo da criação de novas paisagens e territórios turísticos.

No Brasil, a partir da década de 1990, houve uma profusão de ações estatais para dinamizar a atividade turística através de um rearranjo espacial e da normatização do turismo por meio de programas como PRODETUR<sup>72</sup>, PNMT<sup>73</sup>, PROECOTUR<sup>74</sup> e Planos Nacionais de Turismo, bem como, a Lei Federal nº 8.181/91 e Decreto nº 448/92, que adéqua à administração pública federal as novas demandas do setor turístico. Estes programas induziram a realização de projetos urbanos voltados à requalificação dos sítios históricos das cidades criando paisagens urbanas diferenciadas voltadas para o consumo de turistas. Entretanto, mesmo com todas estas ações, o território é negligenciado por uma visão economicista do fenômeno turístico, e assim, o espaço, que deveria ser compreendido em sua complexidade, fica reduzido a uma mercadoria. Daí surge o discurso falacioso de redução das desigualdades e melhoria da renda como se o turismo, por si só, pudesse reverter uma condição histórica e estrutural da sociedade. Logo, o turismo acaba por aumentar a fragmentação do espaço e aprofundar as desigualdades sociais (CRUZ, 2005).

A ideia de centralidade espacial dos recursos turísticos e mobilidade urbana dos turistas é interessante, e caminham juntas, pois na centralidade há uma concentração espacial de serviços como atrativos históricos, culturais e arquitetônicos, transportes, bares e restaurantes, entretenimento, lojas, entre outros. Já a mobilidade urbana analisa a movimentação e consumo dos turistas neste espaço urbano. Assim, a análise das redes a partir da conectividade destes atrativos e os caminhos percorridos pelos turistas facilitam o planejamento, a acessibilidade, a

---

<sup>72</sup> Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo

<sup>73</sup> Programa Nacional de Municipalização do Turismo

<sup>74</sup> Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal

sustentabilidade, além de reduzir custos (ARANBURU; PLAZA; ESTEBAN, 2016). Ao mesmo tempo em que o zoneamento da cidade preserva espaços urbanos não turísticos, mantendo a essência dos bairros e impedindo o aumento do custo de vida, traz consequências como a gentrificação urbana, levando até mesmo a um processo de higienização social principalmente em países periféricos (PAES, 2017).

Diante disto, embora o turismo em áreas urbanas seja beneficiado por uma infraestrutura pré-existente, o zoneamento do espaço com a criação de complexos turísticos centrais pode gerar consequências, por vezes, desastrosas para o desenvolvimento local sustentável, bem como, para o estabelecimento de uma atividade turística sustentável que contribua de forma positiva para a conservação do espaço, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

### **3. Gestão pública do turismo nas cidades**

Os debates envolvendo gestão pública e o turismo são considerados recentes no Brasil, uma vez que o processo de institucionalização da atividade turística e sua notoriedade na esfera pública nacional ganharam maior importância a partir da década de 1990 (CANDIOTTO; BONETTI, 2015). De acordo com González (2011), a gestão de um destino turístico é compreendida como um conjunto de ações que buscam o desenvolvimento da atividade em determinada localidade. Também pode ser considerada como um dos eixos de estudos mais importante no campo do turismo, uma vez que essa atividade se configura de maneira complexa e fragmentada, necessitando de ações organizadas e coordenadas para um desenvolvimento sustentável dos destinos (CARVALHO, 2014; PAVAN; BIZ; THOMAZ, 2015).

As cidades mostram-se como um dos principais cenários para a compreensão dessas ações, pois é nesse ambiente em que há uma maior concentração do consumo de mercadorias, serviços e experiências, bem como um “delineamento peculiar de desenvolvimento, estrutura, atividade e ocupação” (TEIXEIRA; VACOVSKI, p.58, 2017). Para Asworth e Tunbridge (2011), as cidades são importantes para o turismo, assim como o turismo é importante para as cidades e não podem ser dissociadas.

Diante dessa relação, o grande desafio do poder público está no gerenciamento eficaz do território para o desenvolvimento turístico.

Visando uma maior concorrência e ordenamento para desenvolvimento do turismo nas cidades, torna-se necessário que o poder público tenha a capacidade de promover a inovação de forma sistemática a fim de tirar seu maior proveito para obter resultados. Frente a essas responsabilidades, encontram-se as Organizações da Gestão de Destino (OGDs), que assumem o compromisso de gerir os destinos, tendo como objetivo orientar e coordenar os aspectos distintos para o desenvolvimento da atividade, possibilitando um ambiente de cooperação entre os *stakeholders* (UNWTO, 2007).

No Brasil as OGDs são em sua grande maioria geridas por órgãos públicos (SANTANA; KÖRÖSSY; HOLANDA, 2016). Esses órgãos possuem como principal função orientar ações e facilitar a articulação entre os atores, a fim de esclarecer suas responsabilidades dentro do processo de planejamento (GÂNDARA, 2006). Algumas experiências no país demonstram que o modelo de gestão turística das cidades com uma abordagem estratégica e participativa, com gerenciamento coordenado entre os elementos e organizações que o compõem nem sempre são satisfatórios. A ausência dessas ações é muitas vezes um reflexo dos interesses políticos, da baixa orientação educacional e profissional dos atores envolvidos no processo de planejamento.

Na perspectiva do planejamento urbano o turismo acaba se tornando um desafio, uma vez que este necessita ser desenvolvido dentro de suas complexidades, com o propósito da sustentabilidade social e ambiental e não apenas econômica. A gestão pública sustentável para o turismo deve ser orientada dentro de uma perspectiva holística, que englobe os agentes constitutivos desse contexto, sejam eles públicos ou privados, mas, ressalta-se a importância de trabalhar para “flexibilizar suas ações em benefício da coletividade agregando a participação de todos que compõem o sistema” (SILVA; ALVES, p. 158, 2016).

## **Melhores práticas para o turismo sustentável em áreas urbanas**

A ocorrência do turismo sustentável em áreas urbanas irá depender do desenvolvimento local sustentável das cidades. Assim, o planejamento turístico deve basear-se neste desenvolvimento, por isso, a visão de Sachs (2009) sobre crescimento econômico orienta para direcionar a gestão do turismo: (a) ordenado; (b) socialmente benigno; (c) crescimento ambientalmente sustentável; e (d) desenvolvimento cujos impactos econômicos, sociais e ecológicos são positivos. O desenvolvimento urbano não se resume ao espaço econômico ou à teoria econômica do desenvolvimento regional, mas a um desenvolvimento socioespacial autêntico da cidade (LEIPER, 1990).

A partir destas perspectivas, operacionalizar o planejamento, considerando desenhos de metodologias, políticas de turismo e inovações tecnológicas, configura-se como o principal desafio para o turismo sustentável em áreas urbanas (FERNÁNDEZ; SÁNCHEZ RIVERO, 2009). Para tanto, é preciso medir os níveis de sustentabilidade com indicadores interconectados ao sistema turístico, refletindo aspectos ambientais, econômicos e socioculturais dos destinos (ROBERTS; TRIBE, 2008). Outro fator primordial é a parceria entre representantes governamentais e *stakeholders* (ZAMFIR; CORBOS, 2015), pois leva em conta a participação dos atores, proporcionando um planejamento mais rico e detalhado e aproximado dos desejos da população.

Destacam Scott e Cooper (2010), que se faz necessário incentivar as inovações através de uma estrutura organizacional, investir na marca e na imagem do destino e melhorar as informações disponíveis em sites tanto para as pequenas e médias agências de viagem quanto para o próprio turista durante seu processo de escolha do destino. Os autores ainda indicam a, diminuição no transporte de visitantes, a sensibilização turística, a restauração de áreas da cidade e a promoção do comportamento verde tanto para os residentes quanto para os turistas como atitudes favoráveis para o turismo sustentável em áreas urbanas.

Estudo realizado por Zamfir; Corbos (2015) pontua a integração do turismo ao planejamento, limitação de resíduos e degradação do meio ambiente, educação, preservação do patrimônio natural e cultural, prática de melhor gestão baseada em estratégias sustentáveis de turismo urbano, evitar os limites da capacidade de carga,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

bem como desenvolver atividades recreativas sustentáveis. Além disso, ao se tratar de destinos brasileiros ou em países periféricos, as cidades possuem problemas maiores a serem superados, por isso, estes devem compor as discussões sobre as ações de planejamento desde o início (KUNZ; CÉSAR, 2014).

## **METODOLOGIA**

Para refletir e entender sobre o que dificultaria e o que possibilitaria a inserção de práticas sustentáveis para o turismo em áreas urbanas foi escolhida a cidade de Recife capital do Estado de Pernambuco, inicialmente por ser uma cidade que vem se destacando no cenário nacional do ponto de vista do turismo e desenvolvendo projetos públicos para requalificação da parte central da cidade e para a expansão da função turística.

Para verificar o potencial para a sustentabilidade do turismo no município tomou-se como ponto de partida o índice de desenvolvimento sustentável (IDS) a partir de dez indicadores do manual de Desenvolvimento Sustentável – Brasil (IBGE, 2015) e assim chegar a Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS) conforme as escalas de desempenho utilizadas nos estudos de Kronemberger (2008) e Amorim et al. (2014). Com índices de desempenho definidos previamente por estes estudos será possível por meio de interpolação linear simples fazer a transposição para a Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS).

Foram selecionados 13 indicadores, sendo 3 da dimensão ambiental, 9 da dimensão social e 1 da dimensão econômica (Quadro 1). A escolha destes indicadores ocorreu após a identificação dos dados nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no “Anuário Estatístico de Pernambuco” da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM).

A impossibilidade de utilizar um número maior de indicadores se deve à indisponibilidade dos dados ou ao fato de estarem obsoletos. Contudo, a proposta desta análise não é detalhar o nível de sustentabilidade da cidade do Recife, mas usá-lo como subsídios para indicar um caminho favorável para o planejamento de um turismo sustentável nas áreas urbanas.

**Quadro 01 – Dimensão, Indicadores e Valores de Referência**

Dimensão	Indicadores	Valores de Referência
<b>Ambiental</b>	Áreas Protegidas (%)	Considerou-se que para a preservação da biodiversidade de um bioma ou ecossistema, o ideal é que pelo menos 30% (em torno de 1/3) de sua área total esteja preservada de uma maior interferência humana. Assumiu-se que com menos de 10% de área protegida as perdas de biodiversidade são significativas.
	Acesso ao Serviço de Lixo Doméstico(%)	Nas áreas urbanas considerou-se que apenas 5% do lixo produzido pode ser “absorvido” no próprio domicílio sem implicações à saúde e ao bem-estar dos moradores. O mínimo tolerável para a coleta urbana de lixo é de 70%.
	Tratamento de Esgoto (%)	Por implicações sanitárias, poluição do solo e dos corpos hídricos, assumiu-se como sustentável somente quando a cobertura do serviço alcança 100%. Considerou-se que o mínimo tolerável seria 70%. Abaixo deste patamar a situação é insustentável.
<b>Social</b>	Taxa de Crescimento Populacional (%)	Definida a partir de taxas de crescimento populacional de países do mundo.
	Taxa de Desocupação (%)	Definida a partir das taxas de desocupação de países do mundo.
	Índice de Gini (%)	Varição própria do índice (0=perfeita igualdade e 1=desigualdade máxima); 0,5 é considerado um valor que representa fortes desigualdades na distribuição de renda.
	Rendimento Médio Mensal (R\$)	Utilizou-se como referência o valor do salário mínimo necessário para uma família de 4 pessoas (2 adultos e 2 crianças), calculado pelo Dieese para o ano de 2002, correspondente a R\$1.091,00.
	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	Baseado em PNUD (2002).
	Taxa de Mortalidade Infantil (%)	As taxas de mortalidade infantil são classificadas pela OMS em baixas (abaixo de 20 por mil), médias (20 a 49 por mil) e altas (50 por mil ou mais).
	Taxa de Alfabetização (%)	Baseado em PNUD (2002).
	Coeficiente de Mortalidade por Homicídios (nº/100 mil hab.)	Definidos com base no quadro internacional: África do Sul (114,8) (2001); Colômbia (70,0) (2000); Venezuela (33,2) (2000); Rússia (22,4) (2002); Paraguai (15,6) (2001); Argentina (8,2) (2001); Uruguai (8,0) (2002); Canadá (4,1) (2001) (Ipea, 2005).
Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Transporte (nº/100 mil hab.)	Definidos pelos autores, com base em WHO (2004): 6 (Reino Unido, Suécia), 7 (Japão, Holanda), 9 (Canadá, Alemanha), 15 (Estados Unidos), 20 (Nicarágua, Costa Rica), 21 (Tailândia), 24 (Colômbia), 41 (República Dominicana), 42 (El Salvador).	

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>Econômica</b>	PIB per capita (R\$)	Considerou-se que os valores de PIB per capita inferior a US\$ 2.000 apresentam baixo índice de desenvolvimento humano (nível insustentável na escala do BS). Por outro lado, PIB per capita superior a US\$ 40.000 apresenta alto índice de desenvolvimento humano, segundo o PNUD (2002) (sustentável).
------------------	----------------------	---

Fonte: Amorim et al., 2014.

Diante disto, serão elaborados quadros por dimensão para demonstrar os índices de desenvolvimento sustentável do Recife em comparação com a escala de desempenho definida por Amorim et al. (2014) e Kronemberger (2008) e com a Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS), que configura-se como um gráfico bidimensional, com os eixos variando de 0 a 100, dividido em 5 setores de 20 pontos: (i) Insustentável (0-20); (ii) Potencialmente Insustentável (21-40); (iii) Intermediário (41-60); (iv) Potencialmente Sustentável (61-80); e (v) Sustentável (81-100) (BELLEN, 2005). Baseado nesta classificação será elaborado um gráfico para indicar o potencial de sustentabilidade do município do Recife, no qual o eixo x e o eixo y representarão o bem-estar ecológico e o bem-estar humano respectivamente.

## O TURISMO SUSTENTÁVEL NA CIDADE DO RECIFE: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

### CARACTERIZANDO O LUGAR

O município do Recife situado no Nordeste do Brasil possui uma área de 218,435 Km<sup>2</sup>, uma população de 1.537.704 habitantes e densidade demográfica de 7.037,61hab./km<sup>2</sup>, conforme os dados coletados nos 470.754 domicílios recenseados segundo IBGE (2010). A expectativa de vida ao nascer é de 73,90 anos e a taxa de mortalidade infantil é 10,48 por mil nascidos vivos (IBGE, 2010). Dispondo de 1.052 escolas entre públicas e privadas, o município possui taxa de analfabetismo de 8,5%. Na saúde, existem 2.197 estabelecimentos com um total de 6.594 leitos para

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

internação hospitalar. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,772, configurando no 210º lugar entre os municípios brasileiros (CONDEPE-FIDEM, 2016).

O Recife possui a terceira economia do Nordeste atrás de Salvador e Fortaleza com um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 30,03 bilhões, equivalendo a 30,60% do PIB do estado de Pernambuco. O Produto Interno Bruto *per capita* é de R\$ 29.701,32 o quinto maior do estado, ficando atrás dos municípios de Ipojuca, Itapissuma, Cabo de Santo Agostinho e Fernando de Noronha com destaque para os três primeiros por serem pólos industriais do estado. O Valor Agregado Bruto (VAB) do município é de 0,08% para agropecuária, 16,71% para a indústria e 83,21% para os serviços. Estes dados demonstram a importante participação do Recife para a economia de Pernambuco (CONDEPE-FIDEM, 2016).

Entre os atrativos turísticos sobressaem o patrimônio histórico e arquitetônico, o carnaval multicultural, os espaços culturais, o terceiro polo gastronômico do país, as praias urbanas, o centro tecnológico (Porto Digital), os eventos e negócios e o pólo hospitalar. A infraestrutura dispõe de 217 equipamentos hoteleiros, 1.887 bares e restaurantes, 451 agências e operadores de viagem, 314 empresas para locação de automóveis, 136 estabelecimentos culturais e 408 estabelecimentos para entretenimento desportivo. No ano de 2016, foi ponto de entrada para 62.405 dos 4.368.894 turistas estrangeiros que visitaram o Brasil (CONDEPE-FIDEM, 2016). O turismo tem crescido no município, e o Recife figura no ranking das 10 cidades mais visitadas do país, e ultrapassou o Rio de Janeiro ao se tornar o segundo destino mais desejado para o verão de 2018 (PREFEITURA DO RECIFE, 2017).

Diante disto, a partir de sua relevância tanto econômica quanto para a atividade turística fica evidenciada a importância de desenvolver um turismo sustentável na cidade do Recife. Entretanto, o alcance da sustentabilidade se verifica através de indicadores sociais, econômicos e ecológicos. Assim, a partir das dimensões econômicas, ecológicas e sociais são apresentados indicadores (Quadros 1, 2 e 3) que demonstram o desempenho das práticas sustentáveis no município do Recife a partir das escalas de desempenho definidas por Amorim et al. (2014) e Kronemberger (2008) pelas classes da Escala do Barômetro da Sustentabilidade conforme o estudo de Bellen (2005).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Quadro 2 – Dimensão Ambiental – Desempenho dos IDS do Recife versus EBS<sup>1</sup>

IDS	IDS para Recife <sup>2</sup>	Escala do Barômetro da Sustentabilidade				
		0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
		Insustentável	Potencialmente Insustentável	Intermediário	Potencialmente Sustentável	Sustentável
Áreas Protegidas (%)	32,65	0-10	11-15	16-25	26-30	>30
Acesso ao Serviço de Lixo Doméstico (%)	100	0-70	71-80	81-90	91-95	>95
Tratamento de Esgoto (%)	30,41	0-70	71-80	81-90	91-95	>95

Fonte: 1. AMORIM et al., 2014; 2. CONDEPE-FIDEM, 2016.

## Quadro 3 – Dimensão Social – Desempenho dos IDS do Recife versus EBS<sup>1</sup>

IDS	IDS para Recife <sup>2</sup>	Escala do Barômetro da Sustentabilidade <sup>1</sup>				
		0-20	21-40	41-60	61-80	81-100
		Insustentável	Potencialmente Insustentável	Intermediário	Potencialmente Sustentável	Sustentável
Taxa de Crescimento Populacional (%)	0,78	>4,6	4,6-3,1	3,0-2,1	2,0-1,1	1,0-0,1
Taxa de Desocupação (%)	35,20	>21	21-16	15-11	10-6	5-0
Índice de Gini (%)	0,68	1-0,8	0,8-0,5	0,5-0,4	0,4-0,2	0,2-0
Rendimento Médio Mensal (R\$)	1.114,26	0-200	201-399	400-549	550-1100	>1100
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	73,90	<50	51-60	61-70	71-79	≥80
Taxa de Mortalidade Infantil (%)	10,48	≥100	99-50	49-20	19-10	9-0
Taxa de Alfabetização (%)	91,50	0-50	51-60	61-80	81-94	95-100

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Coefficiente de Mortalidade por Homicídios (nº/100 mil hab.)	58,20	150-30	29-12	11-4	3-2	1-0
Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Transporte (nº/100 mil hab.)	44,22	>20	20-16	15-11	10-7	6-0

Fonte: 1. AMORIM et al., 2014; 2. IBGE, 2010; CONDEPE-FIDEM, 2016.

#### Quadro 4 – Dimensão Econômica – Desempenho IDS do Recife versus EBS<sup>1</sup>

IDS	IDS para Recife <sup>2</sup>	Escala do Barômetro da Sustentabilidade <sup>1</sup>				
		0-20 Insustentável	21-40 Potencialmente Insustentável	41-60 Intermediário	61-80 Potencialmente Sustentável	81-100 Sustentável
PIB per capita (R\$)	29.701,32	<2000	2000-6000	6000-12000	12000-40000	>40000

Fonte: 1. AMORIM et al., 2014; 2. CONDEPE-FIDEM, 2016.

Diante do exposto nos Quadros 2, 3 e 4, foi possível identificar em qual classe da Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS) os índices de desenvolvimento sustentável do Recife se encontram. Desta forma, após a transposição do valor do IDSs para a EBS por meio de interpolação linear simples, determinou-se qual grau da EBS correspondente ao desempenho do IDS, conforme demonstraram os estudos de Kronemberger (2008) e Amorim et al. (2014). Assim, para facilitar a análise foram elaborados os Quadros 5, 6 e 7 com os graus obtidos a partir dos IDSs do município do Recife e identificar o potencial de sustentabilidade dos indicadores conforme as classe definidas por Bellen (2005).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Quadro 5 – Dimensão Ambiental – Grau dos IDS *versus* Potencial para Sustentabilidade

Tema	IDS	Grau do IDS	Potencial para Sustentabilidade
Biodiversidade	Áreas Protegidas (%)	86	Sustentável
Saneamento	Acesso ao Serviço de Lixo Doméstico (%)	87	Sustentável
	Tratamento de Esgoto (%)	9	Insustentável

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A dimensão ambiental obteve média aritmética de 60,67 graus no EBS conforme o Quadro 4, ou seja, pode ser considerada potencialmente sustentável. Contudo, é primordial destacar a baixíssima taxa de tratamento de esgoto para uma área urbana das proporções da cidade do Recife.

Já a dimensão social atingiu 50,11 graus a partir da média dos IDS (Quadro 5), classificando-a numa situação intermediária, em que ainda não é possível determinar a situação da sustentabilidade do município. Diante disto, tais elementos devem ser mais bem trabalhados pela gestão pública a fim de galgar melhores valores na Escala do Barômetro da Sustentabilidade. Vale salientar os baixos índices dos indicadores de segurança, aspecto fundamental para a atração e manutenção do fluxo turístico.

## Quadro 6 – Dimensão Social – Grau do IDS *versus* Potencial para Sustentabilidade

Tema	IDS	Grau do IDS	Potencial para Sustentabilidade
População	Taxa de Crescimento Populacional (%)	95	Sustentável
Trabalho e Rendimento	Taxa de Desocupação (%)	12	Insustentável
	Índice de Gini (%)	33	Potencialmente Insustentável
	Rendimento Médio Mensal (R\$)	84	Sustentável
Saúde	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	68	Potencialmente Sustentável
	Taxa de Mortalidade Infantil (%)	62	Potencialmente Sustentável

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Educação	Taxa de Alfabetização (%)	76	Potencialmente Sustentável
Segurança	Coeficiente de Mortalidade por Homicídios (nº/100 mil hab.)	5	Insustentável
	Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Transporte (nº/100 mil hab.)	16	Insustentável

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

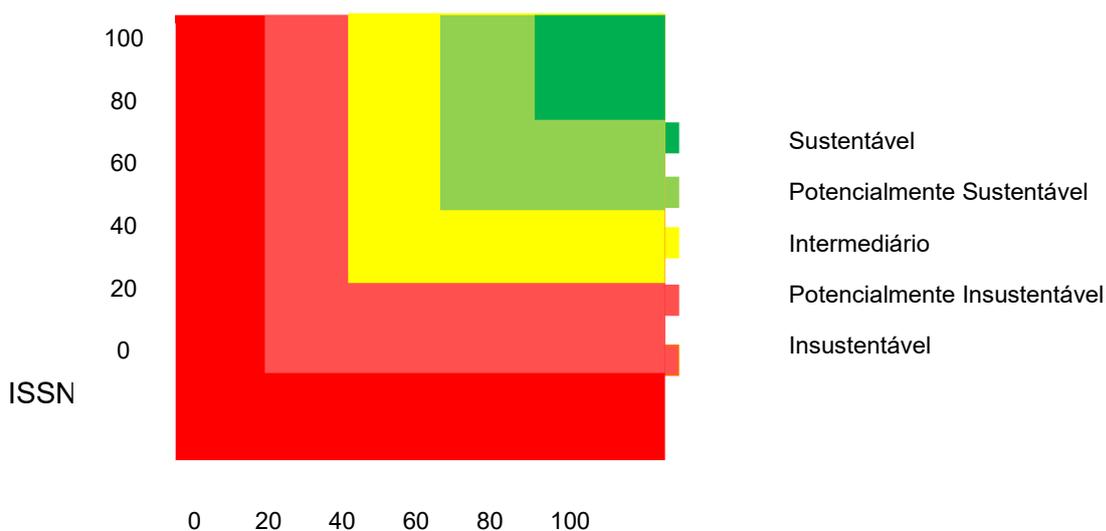
### Quadro 7 – Dimensão Econômica – Grau de IDS versus Potencial para Sustentabilidade

Tema	IDS	Grau do IDS	Potencial para Sustentabilidade
Economia	PIB <i>per capita</i> (R\$)	73	Potencialmente Sustentável

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A dimensão econômica foi considerada potencialmente sustentável a partir da avaliação do PIB *per capita* de acordo com o Quadro 6. Contudo, ressalta-se a desigual distribuição de renda na sociedade brasileira como um fator que pode alterar a sustentabilidade da mesma.

Figura 1 – Potencial do Recife no EBS



A partir da avaliação dos graus alcançados pela cidade do Recife, é possível afirmar que a cidade do Recife configura-se como intermediária ao atingir 54,31 graus, conforme demonstra a **figura 1**. O grau total do município foi obtido através da média aritmética dos graus de todos os IDSs. Logo, mesmo havendo índices sustentáveis individualmente, existem aspectos a serem melhorados de modo a atingir objetivos para a sustentabilidade. O planejamento estatal voltado para garantir um desenvolvimento sustentável auxiliará na obtenção de uma prática sustentável do turismo neste espaço urbano. Contudo, há fatores diretamente relacionados ao fenômeno turístico que devem ser analisados conjuntamente com questões estruturais.

## **POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DO TURISMO**

Considerando as informações obtidas sobre os indicadores e índices destacados no item 5.1, analisar a sustentabilidade do setor turístico poderá revelar informações importantes para o planejamento do turismo sustentável na cidade do Recife.

Um fator importante a ser considerado, é a efetiva participação dos atores sociais locais no processo de planejamento como afirmaram Silva e Alves (2016), UNWTO (2009) e Zamfir e Corbos (2015) e essa participação deverá ter altos níveis de qualidade e compreensão dos envolvidos. No Recife, já existe o Programa Recife Participa, que busca a atuação ativa e direta da população na gestão pública. Contudo, esta é uma ação da Secretaria de Governo e Participação Social, que deveria ser integrada às demais secretarias. Salienta-se ainda a necessidade de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

inteirar a população sobre a participação neste processo para que ele possa atingir seu objetivo.

Segundo Aranburu, Plaza e Esteban (2016), a centralidade dos recursos turísticos e a mobilidade urbana dos turistas devem figurar dentre os principais elementos para um planejamento adequado. Entretanto, há que se ter cuidado com o processo de espetacularização das cidades turísticas como descreve Lipovetsky e Serroy (2015), que pode trazer consequências como a gentrificação evidenciado nos estudos de Paes (2017). O bairro do Recife Antigo já apresenta sinais de uma situação semelhante, que deverá ser revertida para ser tornar sustentável.

Alguns elementos se aproximam do caráter sustentável desejado para o turismo no Recife, no que tange a sensibilização da população local. A Prefeitura do Recife através da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer (SETUREL) já desenvolve um projeto que vem cumprindo, de certa forma, esta função, Olha! Recife, que realiza passeios gratuitos a pé, de bicicleta, de ônibus e de barco com roteiros inovadores, atingindo principalmente os moradores da cidade. A SETUREL também vem investindo em eventos em espaços abertos e arborizados disponíveis a todos, e ainda fortalece a comunicação direta com os turistas por meio do site [visit.recife.br](http://visit.recife.br).

## CONCLUSÃO

O planejamento turístico a partir de um diagnóstico aprofundado da localidade em conjunto com a participação ativa e de qualidade da população local e demais atores envolvidos é uma característica facilitadora. Outras ferramentas, como os indicadores de sustentabilidade podem integrar o processo de planejamento para diminuir as dificuldades na inserção da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade. No entanto, esse percurso deverá ser traçado a longo prazo, visto que a maioria das metrópoles brasileiras são destinos de um turismo massificado, e possuem muitos problemas tanto de cunho social, quanto econômico e ecológico.

Ao realizar a transposição dos IDSs do município do Recife para a Escala do Barômetro da Sustentabilidade (EBS), percebeu-se que dos índices avaliados 61,54% destes classificaram-se como sustentável ou potencialmente sustentável, 30,76%

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

foram insustentáveis e somente 7,7% como potencialmente insustentável. Mesmo a maioria apresentando um potencial satisfatório para a sustentabilidade, os graus dos índices desfavoráveis se encontravam muito próximo ao limite mínimo da escala de desempenho, sendo este um fator responsável por classificar o Recife ainda com um potencial intermediário.

Assim, embora haja aspectos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do local, e até mesmo existindo mudança de visão da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer (SETUREL) ao buscar desenvolver alguns destes aspectos, estas ações ainda são incipientes e necessitam de um maior incentivo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade se liga a características estruturais da sociedade, assim o planejamento deverá iniciar-se na base e voltar-se para todos os elementos desta estrutura. Sem isso, o turismo sustentável fica restrito a ações e equipamentos isolados, sem atingir amplitude e proporcionar desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida da população.

A pesquisa apresentou limitações ao buscar avaliar o potencial de sustentabilidade da cidade do Recife e isto se deve a indisponibilidade e ao aspecto obsoleto dos dados disponíveis nos sites de órgãos estatais responsáveis por estatísticas sociais, econômicas e ecológicas. Como sugestão para pesquisas futuras poderia ser a avaliação do potencial sustentável tanto do Recife quanto da atividade turística por meio do Barômetro da Sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. CONDEPE-FIDEM. **Anuário Estatístico de Pernambuco**. 2016. Disponível em: <<http://www.anuario.pe.gov.br/>> Acesso em: 07 jul. 2018.

AMORIM, A. S.; ARAÚJO, M. F. F.; CÂNDIDO, G. A.. Uso do barômetro da sustentabilidade para avaliação de um município localizado em região semiárida do Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 25, pp. 189-217, 2014.

ARANBURU, I.; PLAZA, B.; ESTEBAN, M.. Sustainable cultural tourism in urban destinations: does space matter? **Sustainability**, n. 8, v. 699, p. 1-14, 2016.

ASHWORTH, G.; PAGE, S. J.. Urban tourism research: recent progress and current paradoxes. **Tourism Management**, n. 32, v. 1, p. 1-15, 2011.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV. 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e sustentabilidade, Orientação para prestadores de serviços turísticos**. Brasília, 2016.

CANDIOTTO, L. Z. P.; BONETTI, L. A. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19, 2015.

CARVALHO, F. C. C. Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. **ABET**, v.4, n.3, p.93 - 96, 2014.

CRUZ, R. C. A.C.. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado e território negligenciado. **Geosul**, n. 20, v. 40, p. 27-53, 2005.

FERNÁNDEZ, J.I.P.; SÁNCHEZ RIVERO, M. Measuring Tourism Sustainability: Proposal for a Composite Index. **TourismEconomics**, n. 15, v. 2, p. 277–296, 2009.

GÂNDARA, J. M; TORRES, E; LEFROU, D. A participação de todos os “atores” no processo turístico In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, **2006**.

GONZÁLEZ, M. V. La política turística: una arena de acción autónoma. **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 953-969, 2011.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **G&DR**, v. 8, n. 1, p. 198-231, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 348 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

KRIPPENDORF, J.. **Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 20 ed. São Paulo: Aluph Publicações e Acessoria Pedagógica Ltda, 2001.

KRONEMBERGER, D. M. P. et al. Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, v. 1, n. 20, p. 25-50, 2008.

KUNZ, J. G.; CÉSAR, P. A. B.. Uma análise das possibilidades e limitações do turismo no espaço urbano de Caxias do Sul/RS, Brasil. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. XI, n. 2, p. 223 - 245 ,dez. 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

LEIPER, N. Tourist attraction systems. **Annals of tourism research**, v.17, n. 1, p. 367-384, 1990.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OMT – Organização Mundial de Turismo. **Conta Satélite do Turismo, Quadro Conceitual**, Madrid, 2003.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PAVAN, C. S; BIZ, A. A; THOMAZ, G. M. Estudo comparativo dos modelos de gestão de destinos turísticos. In: **XIII Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2015, Natal - RN. XIII Seminário ANPTUR 2016, 2015.

PESSOA, A. L.; NÓBREGA, W. R. M.; SONAGLIO, K. E. Turismo, participação e sustentabilidade: percepção dos residentes sobre a criação da Unidade Estadual de Conservação Monumento Natural Cavernas de Martins/RN. **Paper do NAEA** 346, Março, 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-turismo-esportes-e-lazer>> Acesso em: 07 jul. 2018.

ROBERTS, S.; TRIBE, J. Sustainability Indicators for Small Tourism Enterprises—An Exploratory Perspective. **Journal of Sustainable Tourism**, n. 16, v. 5, p. 575–594, 2008.

ROSCOCHE, L. F. Turismo urbano e a segregação socioespacial: revisitando problemáticas. **Revista Okara: Geografia em debate**, v. 8, n.1, p.3-20, 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTANA, E. R; KÖRÖSSY, N; HOLANDA, L. A. Avaliação da gestão do destino turístico Recife. **Caderno virtual de turismo**.v. 16, n. 3, p. 30-42, 2016.

SCOTT, N.; COOPER, C. Innovation for sustainable urban tourism: some thoughts on best practice. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n.5, p. 1171-1190, 2010.

SELVA, V. S. F. Uma abordagem acerca de políticas públicas e a gestão municipal do turismo. In: CASTILHO, C. J. M.; SELVA, V. S. F. **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Editora UFPE, 2012.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SOUZA, L. H; LAPA, T. A. O processo de revitalização e atividade turística no “Bairro do Recife” (Recife, Pernambuco, Brasil): interposições ao desenvolvimento humano no contexto das teorias das cidades sustentáveis e da Conservação Integrada. **Revista Turismo e sociedade**, v. 8, n. 1, p. 124-144, 2015.

TEIXEIRA, Z. O. H; VACOVSKI, E. Gerenciamento de cidades, turismo e sustentabilidade: uma visão estratégica para o desenvolvimento do município. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 2, v.16. P. 55-74, 2017.

UNWTO - UNITED NATIONS WORLD TOURISM. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: Guia práctica. UNWTO: Madrid, 2004.

ZAMFIR, A.; CORBOS; R. A.. Towards Sustainable Tourism Development in Urban Areas: Case Study on Bucharest as Tourist Destination. **Sustainability**, n. 7, p. 12709-12722, 2015.

## RENDEIRAS DE PONTA NEGRA: PATRIMÔNIO CULTURAL, INDÚSTRIA CRIATIVA E TURISMO

Almir Félix Batista de Oliveira

### RESUMO

O objetivo desse trabalho é discutir o papel desempenhado pelas rendeiras moradoras da Vila de Ponta Negra, no Bairro de Ponta Negra, na cidade do Natal, na tentativa de manutenção da tradição da renda de bilro, relacionando-a ao Turismo, através da comercialização desse produto. Pretende-se analisar como as ações para a manutenção dessa tradição na condição de patrimônio cultural, tem contribuído para o turismo dentro da perspectiva da indústria criativa. A metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada, para obtenção de informações sobre o trabalho das rendeiras. Os resultados obtidos mostram a necessidade de uma maior valorização desta tradicional prática cultural para que ela se efetive como geração de renda e desenvolvimento local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Renda de Bilro; Rendeiras; Patrimônio Cultural; Turismo; Economia Criativa; Desenvolvimento.

### ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the role played by the dwellers of Ponta Negra Village, in the neighborhood of Ponta Negra, in the city of Natal, in an attempt to maintain the tradition of billet income, relating it to Tourism, through the commercialization of this product. It intends to analyze how the actions for the maintenance of this tradition in the condition of cultural patrimony, has contributed to the tourism within the perspective of the creative industry. The methodology used was the semi-structured interview, to obtain information about the work of the rendeiras. The results show the need for a greater appreciation of this traditional cultural practice so that it becomes effective as a generation of income and local development.

**KEYWORDS:** Billy Income; Rendeiras; Cultural heritage; Tourism; Creative economy; Development

### INTRODUÇÃO

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O poeta português Fernando Pessoa em seu famoso poema Navegar é Preciso<sup>75</sup>, dizia que “Navegar é preciso, viver não é preciso”, parafraseando-o gosto de dizer que “Preservar é preciso, viver é necessário”. Preservar é preciso em vários sentidos. O primeiro deles é o próprio ato/ação de preservar que se constitui em um campo de saberes que pressupõe muitos dados objetivos, como cálculos matemáticos e de equações físicas (estruturas, as suas cinéticas e os seus pontos de apoio e equilíbrio), ou de procedimentos para barrar as degradações provocadas por agentes biológicos (análise da ação de agentes químicos em um determinado altar ou uma pintura).

Um dos outros sentidos é o que incorpora saberes em que as subjetividades são mais aparentes. Preservar é preciso, porque se isso não for feito perdemos memórias, perdemos marcas identitárias, tanto na perspectiva do patrimônio material quanto do patrimônio imaterial. Afinal as memórias estão nas pessoas, nas experiências vividas, nas relações interpessoais. Estão no cotidiano e nos atos realizados, mas também estão presentes nos lugares, nos prédios, nos monumentos, nos objetos, nos espaços, naquilo que nos diferencia enquanto seres humanos. Tudo isso, lugares, espaços, vivências são carregados de identidade, nos identificam, nos dão suporte e nos fazem pertencer e nos reconhecer enquanto parte de um todo coletivo e composto pela diversidade.

Essas subjetividades precisam ser apresentadas e reconhecidas. Exemplarmente, no site do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/>), aponta o dia 18 de junho como o dia de comemoração do Tambor de Crioula e que a mesma consiste em:

---

<sup>75</sup> O poema escrito por Fernando Pessoa baseava-se em uma frase do General Romano Pompeu Magno – “*Navigare necesse; vivere non est necesse*”, cuja tradução é: Navegar é necessário, viver não é necessário, que teve a vida contada por Plutarco, escritor romano, em sua obra “Vida de Pompeu”. A frase também foi usada por Luís Vaz de Camões em “Os Lusíadas”, no século XVI e por Francesco Petrarca, poeta italiano do século XIV. Quando da utilização por Camões provavelmente ocorreu à mudança do termo **necessário** por **preciso**, demarcando a arte da navegação como algo de precisão científica e, portanto enaltecendo os feitos portugueses. Segundo Plutarco, Pompeu a usava para estimular os marinheiros que não queriam viajar e levar o trigo do Norte da África para a cidade de Roma sitiada por uma revolta escrava e por medo dos mistérios do mar e da possibilidade de serem atacados por piratas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(...) uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito. Essa manifestação afrobrasileira ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punha ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite. (IPHAN, 2014)

Uma manifestação cultural tradicional realizada em vários municípios do Maranhão, seus sons são antigos e remontam aos períodos da escravidão. Tocado e dançado em adoração a São Benedito, foi pesquisado e catalogado em 1938 pela Missão de Pesquisa Folclórica organizada pelo Mário de Andrade, quando este se encontrava a frente do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi reconhecido patrimônio cultural nacional no ano de 2007 por meio do processo administrativo nº 01450.005742/2007-71 e registrado como o registro de número 005 no Livro de Registro das Formas de Expressão<sup>76</sup>, sob a guarda do Instituto. A dança, a manifestação representa a memória, as tradições e também as lutas cotidianas daqueles que procuram mantê-la viva, relacionando-se com o turismo, principalmente por se tratar de umas das vitrines da cultura maranhense.

Assim, trago como exemplo para demonstrar como ações desse tipo reverberam no cotidiano das comunidades que a produzem.

O objetivo desse trabalho é discutir o papel desempenhado pelas rendeiras moradoras da Vila de Ponta Negra, no Bairro de Ponta Negra, na cidade do Natal, na tentativa de manutenção da tradição da renda de bilro, relacionando-a ao Turismo, através da comercialização desse produto. Pretende-se analisar como as ações para a manutenção dessa tradição na condição de patrimônio cultural, tem contribuído para o turismo dentro da perspectiva da indústria criativa.

---

<sup>76</sup> Os Livros de Registro serão apresentados/descritos ao longo do texto.  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL É PRESERVAR A MEMÓRIA E A IDENTIDADE**

As ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas comumente conhecido como patrimônio histórico ou arquitetônico, teve na constituição e implantação do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no ano de 1936 (criação do órgão) e na publicação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, seus marcos de fundação. Criava-se assim um órgão e se constituía uma lei para garantir a preservação e a salvaguarda do que se havia produzido desde o período colonial, a exemplo de igrejas, fortes/fortalezas, palácios e casarios, bem como no período imperial e no período republicano que estava prestes há completar cinquenta anos.

Essa preservação infelizmente, ou dentro de uma lógica do que era possível preservar naquele momento, incluindo aí os bens pertencentes ao diversos níveis governamentais, federal, estadual e municipal, teve sua política preservacionista direcionada aos bens culturais imóveis (como citado anteriormente) e quando muito das vezes aos bens culturais integrados (a exemplo dos altares das igrejas barrocas) ou relacionados a pinturas dos grandes artistas e a estatuária digna de ser preservada. A luta hercúlea do IPHAN, realizada em muitos casos com poucos recursos financeiros e pouco pessoal especializado e, posteriormente, pelos órgãos estaduais e municipais, quando das suas criações, caracterizou-se por privilegiar acentuadamente a proteção do patrimônio material e pelo negligenciamento da proteção do patrimônio imaterial.

Mesmo que essas ações tenham sido importantes no sentido de garantir certo tipo de preservação (a preservação do patrimônio tangível) ela constitui-se em menos do que poderia/deveria ter sido/ser feito. Alterações nessa política e na forma de preservação do patrimônio cultural começaram no início na década de 1970 com a ampliação da ideia de patrimônio, não se concentrando apenas no bem isoladamente, mas também levando-se em conta o entorno do mesmo, manteve-se com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural<sup>77</sup>, por Aloisio Magalhães em 1975, que se transformará ou servirá de inspiração para Fundação Nacional Pró-memória, quando

---

<sup>77</sup>CNRC tinha como projeto entender o Brasil para, a partir dessa compreensão, criar modelos de desenvolvimento social e econômico.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da incorporação do Centro pelo IPHAN e da transformação do Instituto em Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, culminando por fim, com a concepção encontrada nos Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Essa nova concepção era fruto dos avanços e discussões sobre a temática, tanto nacionalmente quanto internacionalmente e sobre os seus aspectos técnicos, bem como das discussões relacionadas a ausência de representação dos diversos grupos no patrimônio preservado até aquele momento.

Em consonância com essas questões técnicas, as questões políticas se ampliavam principalmente em países que passavam por processos de redemocratização (o caso brasileiro) e, portanto, necessitava valorizar outras memórias e outros atores sociais, nos trazendo a ideia de que nem só de construções arquitetônicas vivia o patrimônio cultural brasileiro.

Nessa perspectiva, esses novos atores e as suas memórias, por meio das suas tradições, seus modos de saber e fazer, suas religiosidades, suas referências identitárias também queriam o direito de serem vistos.

A sociedade brasileira foi constituída com uma diversidade cultural muito grande e o que se presenciava era a preservação/conservação e a conseqüentemente valorização de um só grupo social, de uma só etnia, de uma só religião, o modelo de preservação sempre vigente tinha como fundamento o que era produzido pelo homem branco, abastado, de religião católica.

## **A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELA UNESCO**

Criada em 16 de novembro de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e após a criação da Organização das Nações Unidas<sup>78</sup>, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO tem como objetivo atuar nas áreas de Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação para garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre os seus Estados-Membros, propiciando o desenvolvimento mundial

---

<sup>78</sup> Gostaria de lembrar a existência da Liga das Nações e as discussões sobre preservação, sendo a ONU uma derivada desta.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

e colaborando na formulação de soluções para a resolução dos múltiplos problemas que possam vir a desafiar diversas sociedades que compõem a ordem planetária.

Ao longo dos mais de 70 anos a UNESCO vem desenvolvendo ações nessas diversas áreas e gostaríamos aqui de elencar as referentes a área de Cultura, principalmente, as relacionadas a preservação/conservação/valorização do patrimônio cultural pelo mundo. Iniciemos comentando algumas das resoluções tomadas a partir das Reuniões Ordinárias promovidas pela organização em que o patrimônio cultural foi um dos temas centrais das discussões. Iniciemos com o quadro a seguir:

#### Quadro 01 – Conferências da UNESCO e o Patrimônio como Tema

Reunião/Atividade	Ano	Resoluções
9ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Nova Délhi.	1956	Recomendações que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas.
12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	1962	Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios.
13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	1964	Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais.
15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	1968	Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas.
17ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	1972	Recomendação para a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural.
19ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Nairóbi.	1976	Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea.
25ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	1989	Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.
31ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	2001	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural
32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Paris.	2003	Recomendação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

**Fonte:** Quadro elaborado pelo autor a partir de dados obtidos em: <http://portal.iphan.gov.br/>

Observando o quadro podemos verificar na atuação da UNESCO o processo de ampliação do conceito de patrimônio cultural. Na sua fundação o órgão assume o conceito e as recomendações que haviam sido preconizadas anteriormente sobre proteção/preservação a partir das Cartas de Atenas, a de 1931 derivada da Reunião da Sociedade das Nações, organizada pelo Escritório Internacional de Museus e a de 1933 derivada do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, ambos ocorridos na cidade de Atenas, na Grécia e que definiam o que poderia ser considerado patrimônio, como a sua importância para as cidades como exemplar histórico-arquitetônico a contar a história e demonstrar formas de construir, propunha a valorização do monumento, definia formas de preservação e conservação entre outras coisas.

As recomendações derivadas das Sessões das Conferências Gerais demonstram isso muito claramente. A partir da 9ª Sessão tem-se a preocupação com a proteção/preservação do patrimônio arqueológico, seguindo-se a preocupação com o patrimônio paisagístico e os sítios históricos, passando pela ideia da preservação do entorno dos monumentos, bem como a propriedade dos mesmos, chegando inclusive a discussão sobre os conjuntos históricos. É importante frisar que esse contexto de preservação é ainda mais ampliado quando passa a fazer parte da discussão às questões relativas ao patrimônio cultural imaterial presente já na 25ª Sessão quando da aprovação pelos Estados-membros das Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular no ano de 1989 e a necessidade de se pensar questões relacionadas às memórias, as tradições e o caráter identitário das mesmas.

Nos anos de 2001 e 2003 durante as 31ª Sessão e a 32ª Sessão foram aprovados dois importantes documentos que ampliariam mais ainda as discussões sobre o patrimônio cultural imaterial. O primeiro deles foi a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e o segundo foi o documento intitulado Recomendação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. O reconhecimento da diversidade cultural e de que as sociedades são compostas muitas culturas, sem hierarquizações, portanto, pluriculturais é de fundamental importância para a valorização de todas as manifestações culturais, independente de sua origem social, do seu rebuscamento

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

estético e de suas formas de realização/divulgação. Um documento de Recomendação a ser reconhecido por todos os Estados-membros como algo importante e necessário, independente das legislações nacionais, é mais uma forma de valorização e uma espécie de acordo mútuo em relação ao que preservar, como preservar e por que preservar.

## **PRESERVANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL**

Como já referenciado, a discussão sobre o patrimônio cultural imaterial no Brasil ganha força na década de 1980, culminando com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 com a seguinte formulação sobre a referida temática:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza **material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Constituição Federal, 1988)

Novos marcos foram determinados e definidos para se falar em proteção/preservação do patrimônio cultural no Brasil a partir da nova Constituição. Esses marcos levavam em conta as lutas travadas na sociedade brasileira pela urgente necessidade de se reconhecer outras memórias, outras identidades (pois essas eram plurais também), outras histórias, outras tradições para além daquela que sempre havia predominado junto as instituições responsáveis pelas diversas ações de preservação desenvolvidas fosse na esfera federal, estadual ou municipal, ou aquilo que se constitui-se como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

etnográfico, bibliográfico ou artístico”, (grifos nossos), conforme preconizava o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Além das variadas memórias, identidades e histórias, esses novos marcos também levavam em conta uma ideia que se tornou comum. Como defendida por Raymond Williams de que cultura era algo comum, algo produzido por todos e em todos os lugares, sem hierarquizações do tipo: cultura erudita superior X uma cultura popular e tradicional como algo inferior. Como se uma manifestação cultural popular - como o já citado de Tambor de Crioula - fosse menos importante. Essa oposição costuma contrapor cultura letrada e cultura não letrada. A proteção/preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro teve sua regulamentação jurídica com a promulgação do Decreto 3551/2000 que instituiu o chamado Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e também criava o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial além de dar algumas outras providências. O Decreto 3551 garantia a abertura de quatro livros de registro do patrimônio cultural imaterial brasileiro, a saber: o **Livro de Registro dos Saberes**, onde deveriam ser inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o **Livro de Registro das Celebrações**, onde deveriam ser serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o **Livro de Registro das Formas de Expressão**, onde deveriam ser inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e por fim, o **Livro de Registro dos Lugares**, onde deveriam ser inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

A razão por se criar uma nova categoria, a do Registro foi justificada pela característica de dinamicidade do patrimônio imaterial, por se basear em tradições móveis, na probabilidade da existência de características mutáveis das próprias manifestações, diferentemente da rigidez do tombamento. O Decreto definia também que diferentemente da prática de abertura do processo por indivíduo como no caso do tombamento, para o registro esse só poderia ser feito por, além dos entes

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

governamentais<sup>79</sup>, sociedades ou associações civis, buscando-se assim a participação dos diversos grupos formadores da identidade brasileira. Outro diferencial em relação ao Decreto 25 era a realização, pelo IPHAN de reavaliações periódicas dos bens culturais registrados, ocorrendo as mesmas pelo menos a cada dez anos, e este encaminharia relatório da avaliação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no intuito do mesmo decidir sobre a revalidação/manutenção do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Em caso de mantidas as características que levaram ao registro esse seria mantido e em caso de ser negada a revalidação por mudanças na manifestação que a descaracterizasse, a mesma seria negada, mantendo-se apenas o registro no livro, pela mesma se tratar de uma referência cultural de seu tempo.

Até o presente momento já ocorreu o registro de mais de 40 bens patrimoniais de natureza imaterial espalhados pelo território brasileiro, conforme tabela a seguir, sendo que alguns desses bens já fazem parte da Lista de Patrimônio da Humanidade promovida e gerida pela UNESCO, a exemplo de: o Samba de Roda no Recôncavo Baiano; a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; o Frevo; o Círio de Nossa Senhora de Nazaré; e a Roda de Capoeira.

## Quadro 2 – Relação dos bens imateriais protegidos pelo IPHAN

Item	Bem Patrimonial	Livro de Registro	Ano
01	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	<i>Livro dos Saberes</i>	2004
02	A Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi (Amapá)	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2004
03	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	<i>Livro das Celebrações</i>	2004
04	O Samba de Roda do Recôncavo Baiano	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2004
05	Modo de Fazer a Viola de Cocho	<i>Livro dos Saberes</i>	2005
06	Ofício das Baianas de Acarajé	<i>Livro dos Saberes</i>	2005
07	Jongo do Sudeste	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2005

<sup>79</sup>Os entes governamentais seriam para a abertura do processo de registro os seguintes: o Ministro de Estado da Cultura; as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; e por fim, as Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

08	Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	<i>Livro dos Lugares</i>	2006
09	Feira de Caruaru	<i>Livro dos Lugares</i>	2006
10	Frevo	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2007
11	Tambor de Crioula do Maranhão	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2007
12	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2007
13	Modo artesanal de fazer queijo de Minas, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre	<i>Livro dos Saberes</i>	2008
14	Roda de Capoeira	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2008
15	Ofício dos Mestres de Capoeira	<i>Livro dos Saberes</i>	2008
16	Modo de Fazer Renda Irlandesa – Sergipe	<i>Livro dos Saberes</i>	2009
17	Toque dos Sinos em Minas Gerais	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2009
18	Ofício de Sineiro	<i>Livro dos Saberes</i>	2009
19	Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis	<i>Livro das Celebrações</i>	2010
20	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	<i>Livro das Celebrações</i>	2010
21	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	<i>Livro dos Saberes</i>	2010
22	Festa de Sant' Ana de Caicó	<i>Livro das Celebrações</i>	2010
23	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	<i>Livro das Celebrações</i>	2011
24	Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá	<i>Livro dos Saberes</i>	2011
25	Rtixókô: expressão artística e cosmológica do Povo Karajá	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2012
26	Fandango Caiçara	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2012
27	Festa do Divino Espírito Santo de Paraty	<i>Livro das Celebrações</i>	2013
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	<i>Livro das Celebrações</i>	2013
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó	<i>Livro das Celebrações</i>	2013
30	Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí	<i>Livro dos Saberes</i>	2014
31	Carimbó	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2014
32	Cavalo-Marinho	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2014
33	Maracatu Nação	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2014
34	Maracatu de Baque Solto	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2014
35	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	<i>Livro dos Lugares</i>	2014

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

36	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	<i>Livro dos Saberes</i>	2015
37	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2015
38	Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha	<i>Livro das Celebrações</i>	2015
39	Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	<i>Livro das Celebrações</i>	2016
40	Caboclinho	<i>Livro das Formas de Expressão</i>	2016
41	Feira das Feiras – Feira de Campina Grande	<i>Livro dos Lugares</i>	2017

Fonte: Quadro criado pelo autor a partir de dados obtidos em:  
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122> - Acesso em: 28 de junho de 2018.

## O TURISMO COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A partir dos anos 60 e 70 do século XX, no Brasil, pela necessidade de alavancar o desenvolvimento econômico do país, dos estados e dos municípios, presidentes, governadores e prefeitos passaram a usar o Turismo como um dos principais recursos para isso. As atividades turísticas e suas práticas passaram a ser molas propulsoras do desenvolvimento.

A associação entre esses diversos gestores e o chamado *trade* turístico promoveu o uso dos recursos culturais e dos recursos naturais em grande monta sem muitas vezes se pensar na possibilidade de destruição dos mesmos. Com a constatação das diversas perdas causadas pelo uso desenfreado desses recursos fez-se necessário repensar essa forma de utilização e de exploração. O que antes parecia ser de uso inesgotável mostrou-se, em muitos casos, incapaz de ser ao menos renovado.

A busca por soluções para esses problemas levaram a necessidade de se repensar a forma como esses recursos estavam sendo utilizados e na tentativa de minimizar os pontos negativos que haviam surgido ao longo dos anos o planejamento foi adotado como algo de extrema e fundamental importância no momento de exploração desse patrimônio.

O planejamento estratégico, onde é preciso levar em consideração as ações de curto, médio e longo prazo, passou a ser a ordem do dia, sendo a primeira

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

preocupação para a conservação/preservação, fossem os recursos naturais ou os recursos culturais envolvidos.

Nessa perspectiva as ações para desenvolvimento da prática turística tomaram novos rumos, com o planejamento como ponto de partida e constante verificação para o cumprimento daquilo que foi pensado e decidido nos momentos iniciais, inclusive na obtenção de *feedbacks* sobre as necessidades de reorientação de tarefas, caso seja preciso, para se conseguir os resultados esperados como o desenvolvimento sustentável.

As ações que tem buscado aliar o turismo à preservação do patrimônio cultural tem se multiplicado pelo mundo e também aqui no Brasil. Essas ações mais comumente conhecidas como turismo cultural têm garantido a sobrevivência e o sustento de muitos que compõem essa prática. Os exemplos são muitos e gostaríamos de elencar alguns.

O primeiro desses exemplos é o do Samba de Roda do Recôncavo a Bahia, que conforme o Quadro 2 apresentado, foi registrado pelo IPHAN no ano de 2004 no Livros de Registro das Formas de Expressão. Importante pela valorização das memórias e histórias de homens e mulheres que trabalhavam nas plantações de cana e fumo das extensas áreas produtores do Recôncavo, de suas formas de sociabilidade, da sua musicalidade, das suas tradições e, também, por passar a ser uma vitrine usada para atrair turistas locais, nacionais e internacionais para conhecerem as localidades e sua cultura conforme a criação de festivais como o Festival de Samba de Roda de Cachoeira, promovido pela Caixa Cultural de Salvador, que já conta com mais de quatro versões, acontecendo sempre na primeira semana de dezembro e apresentando além dessa prática cultural, como também mostrando o rico patrimônio cultural material a ser visitado na cidade, bem como outras manifestações de caráter imaterial como a Irmandade da Boa Morte.

Outro exemplo consiste na relação já explorada há muito tempo entre preservação do patrimônio e turismo, inclusive com a prática turística promovendo e servindo como real estímulo à preservação, que é a que ocorre no Estado de Pernambuco. Para além de um rico patrimônio cultural material e tangível a ser visitado nas cidades de Olinda (com seu centro histórico tombado nacionalmente pelo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

IPHAN e constando da Lista do Patrimônio Histórico e da Humanidade), de Recife e adjacências como Igarassu e Itamaracá, onde existem casarios coloniais, fortes monumentais e igrejas com ricos altares e pedras centenárias, contam também com manifestações de caráter imaterial que garantem as cidades visitadas em períodos específicos como o Carnaval e em outros no decorrer do ano. Essas manifestações: o Frevo, o Maracatu de Baque Solto, o Maracatu de Baque Virado, o Cavalo-Marinho e o Teatro de Bonecos (mais conhecido como Mamulengo), registradas pelo IPHAN, configuram-se como importantes documentos das tradições populares e relevantes atrativos turísticos a serem apresentados.

## **O PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO COMO ECONOMIA CRIATIVA**

O conceito de economia criativa foi criado na esteira das mudanças verificadas ao longo dos últimos anos em busca de um desenvolvimento das diversas economias nacionais, regionais e locais, que não se pauta exclusivamente pelos aspectos econômicos, mas também levassem em consideração as questões sociais e culturais em busca de um desenvolvimento sustentável e que, nessa perspectiva, também se apresentasse como uma possibilidade de contraponto em relação ao processo de globalização homogeneizante.

O conceito tem por base a existência de uma série de atividades econômicas produtoras/distribuidoras de bens e serviços que se valem do capital humano, portanto, da criatividade e das habilidades individuais ou coletivas, para atingir seus objetivos. Essa criatividade, bem como as habilidades seriam insumos, componentes fundamentais dessa cadeia produtiva.

Existindo no Brasil formalmente já há algum tempo, teve no ano de 2012 com a criação da Secretaria de Economia Criativa<sup>80</sup>, através do Decreto 7743, de 1º de junho daquele ano, fazendo parte da estrutura organizacional do Ministério da Cultura, uma espécie de marco regulador e organizador da área. Decorrente das competências definidas pelo Decreto, a Secretaria definiu para o país 20 setores que comporiam a

---

<sup>80</sup> Atualmente transformada em Secretaria da Economia da Cultura conforme consta no site do Ministério da Cultura: <http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-da-cultura1>  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ideia de economia criativa e entre esses figuravam a exemplo de outros países: o artesanato, a cultura popular, a gastronomia, o turismo cultural.

Um dos principais pilares da economia criativa é o uso da criatividade e das habilidades individuais ou coletivas para a produção, distribuição e comercialização de bens e serviços e isso leva a obrigatoriedade de reconhecimento do Direito Autoral como algo de extrema importância para o setor. Nessa perspectiva, o direito autoral não pode ser reconhecido como somente aquele que diz respeito às novas mídias (softwares e mídias eletrônicas), ou relacionadas ao *design*, a arquitetura, a publicidade (cinema e televisão). Outros setores componentes dessa economia, ou mesmos de grandes multinacionais, como IBM e Microsoft – que têm seus lucros derivados da criatividade, mas também da produção do artesanato, da moda alternativa, das danças e da produção musical pertencentes a grupos culturais não tutelados por grandes grupos da indústria cultural, dos *souvenires* produzidos para apresentação de sítios arqueológicos e monumentos históricos.

Por outro lado, esse reconhecimento do direito autoral como algo presente em toda produção/distribuição de bens e serviços que tenham como um dos principais insumos a criatividade e as habilidades individuais e coletivas e, portanto, o reconhecimento da pluralidade de ideias originais leva também a necessidade de aprendizagem ou aperfeiçoamento em práticas de gestão que garantam ganhos capazes de mudar a vida daquelas pessoas que desenvolvem esse tipo de atividade, bem como garantam também, que a partir desse conhecimento mínimo, os mesmos não sejam ludibriados e vejam suas ideias serem apropriadas por outros ou por médios e grande grupos econômicos.

## **O PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO: AS RENDEIRAS DA VILA DE PONTA NEGRA**

A Vila de Ponta Negra faz parte do internacionalmente conhecido bairro de Ponta Negra, ainda considerado o principal cartão postal da cidade do Natal, não

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

somente por um dos principais atrativos naturais – o Morro do Careca<sup>81</sup> e da Praia de Ponta Negra, mas também por conter um dos maiores investimentos do chamado Turismo de Sol e Mar da cidade e do estado, a Via Costeira<sup>82</sup>. O bairro é fruto do processo de ocupação e expansão iniciado a partir das décadas de 1970 e 1980 e que teve como área inicial a própria Vila e as disputas territoriais<sup>83</sup> ocorridas nesse período. Composta inicialmente por pescadores, que após o ato da pesca se transformavam em agricultores, a comunidade manteve-se isolada e autossuficiente por várias décadas, pois além da pesca, produzia também, basicamente tudo o que era consumido pelos seus moradores, além de uma produção excedente que era comercializada nas feiras da cidade.

Com a ocupação do espaço e o desenvolvimento da prática turística, iniciada ainda na década de 1980, a novidade do espaço como local para veraneio, algumas práticas esportivas relacionadas com a praia e o mar, a possibilidade de exploração (subir e descer) o Morro do Careca, o bairro foi se expandido. Essas novidades entremeadas pela prática do turismo levou a uma internacionalização com uma presença de turistas vindos principalmente da Europa e também a transformação no principal *point* da cidade do Natal. Em pouco tempo, além de serem visitantes turísticos, essas pessoas transformaram-se em proprietários de imóveis no bairro, com um percentual de compra em torno de 60%, sendo os mesmos usados como segunda residência, para exploração imobiliária ou para abertura de negócios como: pousadas, bares, restaurantes e lojas comerciais.

Os processos de tomada de expressivas áreas anteriormente usadas para a agricultura que garantia o sustento da maioria das famílias dessa localidade, um abandono da prática da pesca pelos mais jovens, somadas a prática do uso turístico

---

<sup>81</sup> O Morro do Careca constitui-se em uma exuberante duna de areia de 107 metros de altura, localizada na Praia de Ponta Negra. Até a década de 1990 podia ser subida pelos que a visitavam. Com sua excessiva exploração e para evitar que a terra cedesse e garantir a preservação da mata de restinga, o acesso a mesma foi proibida e instalada uma cerca de proteção.

<sup>82</sup> O projeto Via Costeira consistiu na criação da Av. Senador Dinarte Mariz, ligando a Zona Sul a Zona Leste de Natal. Ao longo da praia foram instalados uma série de hotéis de padrão internacional (4 e 5 estrelas). Do outro lado da avenida encontra-se o Parque das Dunas, área de proteção ambiental.

<sup>83</sup> As disputas pelas terras começaram por meados dos anos de 1950 após a compra de um terreno pelo corretor Fernando Pedroza, irmão de Sílvio Pedroza, que havia sido Prefeito de Natal e a época Governador do Estado. Travou-se uma briga jurídica, acompanhada de ações armadas contra os moradores da Vila. Após ter ganho as terras, Fernando Pedroza doou parte delas a Arquidiocese de Natal e a Força Aérea Brasileira para construção da Base Militar Barreira do Inferno.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

do território sem nenhum planejamento e de forma predatória, bem como a ampliação do tráfico e do consumo de drogas e da implantação do turismo sexual promoveu um empobrecimento da população constituinte da Vila de Ponta Negra e os seus moradores foram os primeiros a serem atingidos, saindo da condição de autossuficientes economicamente para a condição de proletários, desenvolvendo o trabalho de ambulantes, empregados dos estabelecimentos/equipamentos turísticos, entre outros.

Em meio a esse processo de pauperização e mudanças em relação à forma de ganhar a vida é que encontramos uma das mais tradicionais formas de produção artesanal que acontecem na Vila, consistindo no trabalho desenvolvido pelas Rendeiras da Vila, que confeccionam a chamada Renda de Bilro. Organizadas em uma cooperativa, a mesma é responsável pela produção, divulgação e comercialização do que é produzido, responsabilizando-se também por atender aos turistas que visitam o local em busca dos produtos. Encontraram nessa atividade uma forma de complementação de suas rendas, porém para além disso, encontram também no trabalho artesanal uma identidade de rendeira, baseada em memórias pessoais e na história de vida de cada uma.

Essa tradição conforme conta<sup>84</sup> Dona (Vó) Maria de Lourdes de Lima (a rendeira mais antiga do grupo, que desenvolve a prática desde os sete anos de idade, portanto há mais de 70 anos) está se perdendo, principalmente, pelo fato de as novas gerações não terem muito interesse em aprender a atividade. Ela conta ainda que para manter a mesma (e estimulada pelo filho João Batista de Lima - o Joka, que viu na prática a possibilidade não só de manter a tradição e incentivá-la, como também de agregar valor aos negócios) passou a dar aulas sobre como fazer renda, como ser rendeira. Em visita a Associação<sup>85</sup> foi possível conhecer além de Dona Maria de

---

<sup>84</sup> As informações e falas usadas nesse trabalho foram obtidas/retiradas dos programas Momento Cultural produzido pela TV Câmara Natal – Câmara de Vereadores de Natal e intitulado Rendeiras da Vila de Ponta Negra (Duração: 04min43seg.) e do programa Tela Rural produzido pela TV Universitária e intitulado Rendeiras de Ponta Negra (Duração: 05min29seg.). Outras informações foram obtidas junto a Associação das Rendeiras de Ponta Negra, em conversa com Dona Maria de Lourdes e com Renata Deniz. A associação se organiza em forma de Cooperativa, responsável, como já citado, pela produção, venda e atendimento aos turistas e aos moradores da cidade do Natal e que também promove cursos de capacitação e aprendizagem da confecção de rendas de bilro.

<sup>85</sup>O endereço da Associação das Rendeiras de Ponta Negra é Rua Ver. Manoel Eduardo Coringa de Lemos, 488, Vila de Ponta Negra (em frente à Igreja Católica/Terminal de Ônibus).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Lourdes, outras rendeiras que também participam da atividade como: Ana Célia, Josefa Henrique de Lima, Maria Segunda, Fatima Crhustino, Renata Deniz (Maria Marhé), bem como o seu filho e responsável pela ideia Joao Batista de Lima – o Joka. Moradoras da Vila, muitas delas, assim como Dona Maria de Lourdes iniciaram na arte da renda ainda meninas, a exemplo de Ana Celia e Maria Segunda, ambas aos 07 anos de idade e sempre tiveram na Renda de Bilro uma forma de complemento da renda familiar.

**Imagem 01** – Material para confecção da Renda de Bilro



Foto:Acervo pessoal do autor.

A Renda de Bilro foi trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses e tem sua origem grafada na Itália, sendo transportada posteriormente para outras nações europeias, a exemplo da França e Portugal. Aprender a fazer Renda, assim como lavar, passar, cozinhar, bordar, costurar, as chamadas tarefas domésticas, fazia parte

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da educação das meninas e das moças pertencentes às boas famílias, principalmente na Zona Rural no período colonial. O conjunto de artefatos usados para confecção da Renda é composto dos seguintes utensílios: **a almofada** (que pode ter enchimento de materiais como folhas, crina, serragem, capim ou algodão, sendo coberta com tecido); **o suporte de madeira** para apoiar a almofada; **o molde**, feito em papelão, onde se risca ou pica desenho do que será trançado; **os alfinetes/agulhas** (para realização do trançado); **as linhas** (podendo ser monocromática ou de diversas cores) e **os bilros** (pequenos objetos de madeira, retos e em formato de cilindro, com uma pequena cabeça em uma das extremidades e na outra o local onde se enrola a linha para a realização do trançado) que dão nome a forma como é produzida a Renda.

Completando esse conjunto temos os pontos que são feitos para dar vida às rendas. Na Vila conforme constatamos os pontos básicos são assim denominados: trança, traça, coentro, paninho, trocado e meio trocado, existindo em outros locais pontos com a seguinte denominação: abacaxi, folha em renda, cocadinha, não-me-deixe, mata-fome, coração, palma, ziguezague, quadro, margarida, trocadinho, matachim, aranha, meus olhos e escadinha de Cupido.

**Imagem 02 – Os Bilros que dão nome a renda**



**Foto:** Acervo pessoal do autor.

**Imagem 03 – Algumas rendas em linha fina**



**Foto:** Acervo pessoal do autor.

Todas as peças produzidas são comercializadas, tanto para os turistas estrangeiros, quanto para os brasileiros na loja da Associação (único local fixo de venda) ou em feiras e eventos em que são expostas. Os preços variam de R\$15,00 – para peças pequenas como porta-copos, marca textos, brincos, etc. R\$ 150,00 – para

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

peças médias como blusas, saídas de praia, biquínis, podendo chegar até R\$ 3.000,00 – para colchas de cama, redes, vestidos mais detalhados. Outra forma de comercialização dos produtos é por encomendas que são realizadas as rendeiras. Os turistas que visitam e que compram os produtos produzidos e comercializados são em sua maioria casais com faixa etária acima dos 50 anos e com maior poder aquisitivo. Além dos turistas que visitam a Associação, também ocorrem visitas guiadas de escolas (públicas e privadas) e de alunos das universidades existente na cidade do Natal com finalidade de realização de pesquisa e entrevistas para a confecção dos trabalhos de conclusão dos cursos.

Como já citado anteriormente a Associação através das mestras rendeiras tem proporcionado a realização de Cursos, cuja metodologia de ensino foi desenvolvida pelas mestras rendeiras com alunos da UFRN, para aprendizagem da arte de fazer renda. Esses cursos são patrocinados por ONGs, algumas vezes por pessoas físicas e pela Tapiocaria da Vó – restaurante de propriedade do Joka. São oferecidos as versões Módulo Básico, Módulo Médio e Módulo Avançado e conforme informação da Renata Deniz:

Também é oferecido, o curso de designer de renda, que habilita e da autonomia a rendeira para inovar nos desenhos de suas peças (necessário ter no mínimo seis meses rendando) para que possa compreender a leitura dos pontos e a contagem da quantidade de bilros que serão utilizados para render. (Entrevista com Renata Deniz – 12/07/2018)

Para além dos cursos de capacitação em produção de Renda de Bilro promovidos pela Associação, como forma tanto de manter viva essa tradição quanto desta se tornar em uma forma de ganhar a vida para moradores da Vila ou quem assim desejar, está em andamento também a proposta (em fase inicial) de criação de um Memorial das Rendeiras da Vila, com funcionamento previsto no próprio endereço em conjunto com o espaço cultural e gastronômico Restaurante e Tapiocaria da Vó.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A ideia do Memorial começa a tomar forma já com as exposições de fotografias, onde constam não somente as atividades de produção e cursos promovidos pela Associação, como também imagens das diversas manifestações que ocorrem no bairro e das quais muitas das rendeiras participam, a exemplo do Pastoril, do Boi de Reis e do Babelô, dispostas nas paredes de taipa que compõem o cenário, assim como também estão expostas algumas peças produzidas por elas, além de desenhos e quadros de artistas locais (também moradores da Vila), bem como as almofadas e assessórios utilizados pelas rendeiras.

A proposta do Memorial pode ser resumida nas palavras da Renata Deniz “o Núcleo de produção artesanal Rendeiras da Vila tem mais de 20 anos de existência e, atualmente, se tornou em Ponto de Memória Rendeiras da Vila de Ponta Negra, referência da arte tradicional de rendar”. Ainda conforme Renata nos informou, ela está realizando um mapeamento e catalogação de moldes e bilros e das histórias das rendeiras da Vila e de outros lugares, a exemplo de Nísia Floresta e Baía Formosa, no Rio Grande do Norte, incluindo-se aí uma doação feita por uma rendeira de Baía Formosa de amostras de rendas e moldes, apenas picotados e não riscados, como é mais comum atualmente, com mais de 100 anos que pertenceram a sua mãe e a sua e que hoje fazem parte do acervo do Ponto de Memória.



Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Outra atividade promovida pela Associação e que consta das ações do memorial é a possibilidade que o turista tem de poder experienciar/vivenciar a arte de render, através da aprendizagem do trançar dos pontos básicos da Renda de Bilro através do Projeto denominado de Zoadá dos Bilros. A denominação tem como referência o som do bater dos bilros de madeira. A partir de uma contribuição compreendida entre R\$30 a 40,00, é contado a origem da renda na Vila, ocorreu um bate-papo com as próprias rendeiras, seguido da ação de ensino-aprendizagem do render, finalizando na degustação uma tapioca com café e visita ao ateliê, onde se pode conhecer e adquirir as peças produzidas pelas mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Conjunto de Imagens:

**Imagens 04/05:** As rendeiras rendando

**Imagem 06:** Exposição de trabalho das rendeiras

**Imagem 07:** Moldes picados

**Imagem 08:** Cursos promovidos pela Associação

**Imagem 09:** Renda sendo trançada com linha fina

**Fotos:** Acervo pessoal do autor.

**Imagem 10:** Exposição Memorial das Rendeiras da Vila

**Imagem 11:** Logomarca Rendeiras da Vila

**Imagem 12:** Rendeiras rendando

**Imagem 13:** Conjunto de Bilros.

**Fotos:** Acervo pessoal do autor.

Após quatro dezenas de manifestações

culturais tradicionais reconhecidas, registradas e preservadas pelo IPHAN ainda se faz necessário desenvolver ações consistentes no sentido de se promover a valorização e o reconhecimento de uma série de práticas que são realizadas pelos diversos lugares do Brasil e, na maioria das vezes não são conhecidas, nem pelos que convivem em maior proximidade com estas. Se “Preservar é preciso” é preciso (e aqui uso o termo em todas as suas utilizações possíveis) divulgar, valorizar, significar para que se possa preservar e manter viva as mais variadas tradições.

Nessa perspectiva o turismo enquanto prática social, cultural, econômica e política, tem um papel fundamental nas ações de troca de conhecimentos, de informações, de possibilidade de divulgação e de fidelização que proporciona, principalmente, quando se trata do turismo cultural realizado de forma planejada, a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

preservação e a valorização do patrimônio cultural, tanto na sua versão material quanto na sua versão imaterial.

São muitas as manifestações culturais a serem vistas e apresentadas, a exemplo do tambor de Crioula, que como manifestação registrada tem também atraído os olhares dos turistas, incluindo aí durante as apresentações a possibilidade de aprender os passos ou participar de cursos promovidos pelos grupos. E na perspectiva da Economia Criativa essas manifestações podem ser pensadas e trabalhadas como forma de garantir desenvolvimento entrelaçando duas práticas a do patrimônio cultural e a do turismo.

No que concerne a manifestação cultural desempenhada pelas rendeiras da Vila de Ponta Negra, podemos observar que elas têm procurado lutar em diversas frentes para continuar mantendo a tradição da fabricação da Renda de Bilro, seja como forma de ganho financeiro, seja como memória afetiva significada no ato de traçar e trançar as linhas em pontos aprendidos há muito tempo e que contribuíram também para traçar e trançar suas vidas, até mesmo para as aprendizes que buscam nessa prática não só uma possibilidade de sustento, mas um local de sociabilidade e de aprendizado de vida. A proposta do Memorial, mesmo ainda em caráter inicial tem como começado a apresentar frutos, como as exposições de fotos e objetos que passam a fazer parte do acervo e como as linhas trançadas a partir dos moldes picados sobre as almofadas começam não só a virar colchas ou toalhas, mas a contar história e reviver memórias, tanto para as rendeiras, os moradores da Vila e aqueles que as visitam em busca de encantamentos: os turistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Marco Aurélio (org.). **Política e Planejamento em Cultura e Turismo**. Ilhéus: Editus, 2009.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em Turismo**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol, ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A Construção do Turismo**. Megaeventos e outras estratégias de venda das cidades. Belo Horizonte: C/Arte, 2014.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GIANNECCHINI, Ana Clara. **O IPHAN e o Programa MONUMENTA**. Lições para a gestão do patrimônio cultural. TCC Especialização em Gestão Pública Brasília – DF Outubro/2014.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil** – 1988. Brasília-DF: Gráfica do Senado, 1998.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015)**. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado, 2016.

Entrevista com Dona Maria de Lourdes de Lima (Vó Maria) e Renata Deniz em 12/07/2018.

Roda de Conversa com as Rendeiras da Vila de Ponta Negra em 12/07/2018.

Sites:

Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (<http://portal.iphan.gov.br/>)  
Projeto Vozes da Vila – Realização: Universitária FM/Funpec –  
<http://vozesdavila.blogspot.com/2010/09/vozes-da-vila.html#>

Documentários:

**Estrondo** – Produtores: Ingrid Andrade, Angélica Almeida e Ygor Felipe – Duração: 17'36". <https://pontanegrablog.wordpress.com/2015/11/18/um-passeio-pela-historia-de-ponta-negra/>.

**Rendeiras de Ponta Negra** – Programa Tela Rural – Realização: TV Universitária – Duração: 05min29seg.

**Rendeiras da Vila de Ponta Negra** – Programa Momento Cultural – Realização: TV Câmara Natal – Câmara de Vereadores de Natal – Duração: 04min43seg.

A mistura de turismo e cultura em Pernambuco–**31/05/2016** – Acesso em **25/05/2018** – Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6295-turismo-e-cultura-juntos-e-misturados-em-pernambuco.html>

**Festival de Samba de Roda** – 11/12/2016 – Acesso em 25/05/2018 – Disponível em:<http://portalturismototal.com.br/index.php/2016/12/01/festival-de-samba-de-roda/>

## REQUALIFICAÇÃO E USO DE ESPAÇOS HISTÓRICOS PARA A GASTRONOMIA: ANOTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE BELÉM DO PARÁ.

Priscila Farias

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal abordar a discussão inicial sobre a requalificação e uso de espaços históricos para atender a gastronomia regional e sua crescente demanda na cidade de Belém/PA, bem como procurou compreender em que momento da história ocorre a aliança entre esses dois tipos de patrimônio cultural, material e imaterial, além de dialogar com a ideia de que a gastronomia paraense e seu caráter cultural, resultam nas particularidades de uma culinária rica e biodiversa. Como a gastronomia representa mais uma forma de expressão cultural dos povos devido a herança culinária que recebemos, essa manifestação cultural é fator de destaque dentro da atividade turística, estimulando o diálogo entre a Gastronomia, o Patrimônio Histórico, Centro Histórico, Geografia Urbana e Turismo. O recorte espacial do estudo concentra-se nos bairros mais antigos da cidade de Belém/PA. Visando alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foram realizados levantamentos e análises bibliográficas e documentais sobre o tema. Os resultados obtidos com a pesquisa validam a importância da união estratégica entre a gastronomia e o patrimônio histórico, com vistas a incentivar a valorização da cultura paraense, proporcionando experiências e reforçando a identidade das pessoas do lugar.

**Palavras-chave:** Gastronomia, Patrimônio Histórico, Centro Histórico e Turismo.

### ABSTRACT

The present work has as main objective to address the initial discussion about the requalification and use of historical spaces to attend the regional gastronomy and its increasing demand in the city of Belém / PA, as well as sought to understand at what moment of history the alliance between these two types of cultural, material and immaterial heritage, as well as dialogue with the idea that the gastronomy of Pará and its cultural catastrophe, result in the particularities of a rich and biodiverse cuisine. As gastronomy represents another form of cultural expression of the people due to the culinary heritage we receive, this cultural manifestation is a prominent factor within the tourist activity, stimulating the dialogue between Gastronomy, Historical Heritage, Historical Center, Urban Geography and Tourism. The spatial cut of the study is concentrated in the oldest neighborhoods of the city of Belém / PA. In order to reach the objectives proposed in this work, surveys and bibliographical and documentary analyzes on the subject were carried out. The results obtained with the research validate the importance of the strategic union between the gastronomy and the

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

historical patrimony, with a view to encouraging the appreciation of the culture of Pará, providing experiences and reinforcing the identity of the local people.

**Keywords:** Gastronomy, Historical Heritage, Historical Center and Tourism.

## INTRODUÇÃO

O Município de Belém possui um centro histórico que se posiciona como a materialização de processos sociais e reafirma a importância da cidade para a história da região norte do Brasil. A colonização da Amazônia e a proteção de suas terras estão representadas por edificações que se encontram no bairro de fundação da cidade de Belém, anteriormente chamado de Cidade e hoje é Cidade Velha, que compreende prédios e monumentos que revelam os primórdios do núcleo urbano de Belém, suas relações de poder político, religioso, social e comercial, bem como evidenciam relatos históricos e ao mesmo tempo tão atuais de exclusão, escravidão, prostituição, exploração e desigualdade social.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é considerado centro histórico de Belém, a área que compreende os bairros da Cidade Velha e Campina, pois são tombados na esfera federal e em outras instâncias. Contudo, convém destacar que para fins deste artigo, não serão levados em consideração somente os bairros protegidos pela legislação de proteção ao patrimônio material, serão analisados também os bairros da área de entorno ao centro histórico, como Reduto e Nazaré, uma vez que ambos possuem construções com características de períodos históricos importantes para a cidade, como a *Belle Époque*<sup>86</sup>, por exemplo, além de se revelarem enquanto centralidades gastronômicas da cidade.

Discutir as aproximações teóricas de centro e centralidade se faz necessária, uma vez que os conceitos de ambos estão inseridos em um contexto complexo de indefinições e correlações, em que se assiste a uma discussão levantada por vários

---

<sup>86</sup>Expressão francesa que significa “bela época”. No caso da Amazônia, faz referência ao período áureo da extração do látex e conseqüentemente ao processo de urbanização, modernização e embelezamento de espaços públicos e edificações.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

autores, que abordam características que se confundem, mas para fins deste artigo, entende-se que o centro:

caracteriza-se como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm, na força de sua continuidade temporal e na permanência de seus espaços coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica, por antonomásia, com a “cidade (TOURINHO, 2006, p. 280).

Para Tourinho (2006, p. 278), a centralidade é entendida como um atributo primordial do centro. Se manifesta “como qualidade do que é central, tornou-se ela própria medida, passando a identificar a aptidão que certos elementos urbanos têm para promover e impulsionar fluxos de intercâmbios”. A autora reforça ainda que:

Embora a centralidade não seja uma característica física, sua manifestação se dá no território de forma física, a partir da inter-relação que cada uma das partes do território tem, por um lado, com o padrão referencial, ou seja, com o Centro, e, por outro, a relação que esse Centro e os outros centros possuem com o território. Essas relações não apenas fazem parte da centralidade, são a própria centralidade (TOURINHO, 2006, p. 291).

As áreas centrais, na maioria dos casos, representam os centros históricos das cidades e por muitas vezes passam a integrar as estratégias dos governos de promover a cidade por meio de projetos de revitalizações. Contudo, essas áreas ainda podem representar resistência, oposição ao avanço do capitalismo, além de reforçarem memória de períodos históricos e transformações socioespaciais no decorrer do tempo. Entender a importância desses espaços para a memória coletiva de uma sociedade, é respeitar as lutas, as manifestações, a cultura e as conquistas de um povo.

Contudo, a deterioração dos centros históricos está diretamente relacionada ao avanço do capitalismo, pois na medida em que outras centralidades vão emergindo nas cidades, as áreas históricas passam a ficar obsoletas e, com o advento de investimentos em revitalizações e surgimento de equipamentos de lazer, os centros históricos passam por um processo de revalorização, ou seja, a ideia de desvalorizar

para valorizar que faz parte do jogo que o capital costuma fazer. A ideia da gentrificação cabe, em partes, nesta presente discussão.

Smith (2007, p. 63) diz que a gentrificação implica no deslocamento dos moradores das classes populares dos centros, porém, no caso do centro histórico de Belém (Cidade Velha e Campina), talvez não seja coerente afirmar que isso acontece, seria necessário aprofundamento em pesquisa, já que no bairro mais antigo ainda persiste a existência de habitações de famílias que residem na área há muito tempo. As residências são repassadas de geração em geração reforçando o sentimento de pertencimento que as pessoas possuem pelo lugar e reafirmando os laços com o rio e com o patrimônio cultural que existente ali.

Todavia, o centro histórico de Belém passou por um processo de revalorização de fragmentos de ambientes construídos. Convém destacar que os centros históricos, por mais que sejam testemunhos da vida social de outros períodos da história, podem ser analisados como espaços socialmente produzidos para atender as necessidades atuais, uma vez que o capital sempre encontra maneiras de expandir seus limites.

Se for do interesse do capital financiar a lógica da valorização dos centros históricos pelo uso e não pela memória, história ou cultura de um povo, assim o fará. A resistência dos centros históricos, por meio de lutas e organizações sociais cujo objetivo é a preservação de todo um contexto histórico e socioespacial, ajuda a “impedir” o avanço devastador do capitalismo. Todavia, é necessário e importante observar que as edificações tombadas precisam se articular com as dinâmicas da cidade e não serem congeladas ou cristalizadas, pois essa “dureza” pode contribuir para o avanço da degradação material do bem patrimonial.

Nesse contexto, a gastronomia assume um papel que merece ampla análise e discussão, já que a associação do turismo, gastronomia e centros históricos é uma realidade em várias cidades, inclusive em Belém. A aliança entre o patrimônio cultural material e a gastronomia é um fato a ser investigado, pois não se sabe ao certo quem agrega valor a quem. Investe-se na revitalização de uma edificação devido a sua importância para a memória da cidade ou pelo apelo histórico e arquitetônico que pode embasar o discurso da preservação do patrimônio das campanhas publicitárias no momento da implantação de um restaurante?

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma reflexão básica sobre o processo de requalificação de espaços e seus respectivos usos para a gastronomia, além de analisar as centralidades da gastronomia existentes nos bairros mais antigos da cidade de Belém, bem como revelar observações/percepções acumuladas ao longo dos anos sobre a capital do Estado do Pará.

A gastronomia, nos dias atuais, não é mais vista somente como uma maneira de satisfação de uma necessidade vital do ser humano, é vivência, é a possibilidade de conhecer e interagir com a cultura do outro, de ativar os cinco sentidos em um momento que hoje é considerado uma experiência e não simplesmente saciar a fome. As discussões conceituais sobre a gastronomia avançam a cada dia dentro da academia, ultrapassando as fronteiras das discussões nutricionais ou históricas da origem da gastronomia, avançando para diálogos com outras áreas do conhecimento científico, como a antropologia, geografia e turismo.

A cidade de Belém, após ser reconhecida, no ano de 2015, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –UNESCO, como uma das cidades criativas da gastronomia mundial, vem ganhando mais visibilidade nas mídias e está em evidência em cidades dos grandes centros urbanos, devido a apreciação de chefes de cozinha de renome nacional e internacional, que incorporaram em seus restaurantes ingredientes da Amazônia em seus cardápios.

Este reconhecimento passou a ser um indutor das políticas públicas de turismo do Município e do Estado do Pará, por meio da Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém - BELEMTUR e Secretaria de Estado de Turismo do Pará - SETUR, no sentido de dar prioridade a gastronomia nas ações governamentais, com o objetivo de estimular o crescimento do fluxo de turistas, por meio da diversidade gastronômica, demonstrada pelas iguarias típicas que representam a riqueza da biodiversidade da Floresta Amazônica. A gastronomia é, neste momento, a principal política pública orientada para a atração de turistas aos destinos turísticos do Estado.

Durante as discussões conceituais e críticas que nortearam a disciplina, surgiu o exercício de um novo olhar que converge para a visão da gastronomia como um elemento de atração para a requalificação e valorização de espaços de importância

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

histórica para Belém, que antes se encontravam degradados pela ação do tempo e dos homens.

Assim, alguns questionamentos surgiram durante as aulas, tais como: A modernização dos espaços após a requalificação pode esconder o tradicional, o arcaico, da cultura alimentar dos belenenses? O uso de espaços históricos para o turismo e gastronomia, destrói ou não o lugar? A gastronomia de Belém está se transformando em uma “indústria”? Os elementos da cultura popular de Belém estão sendo apropriados pela “indústria” da gastronomia? A gastronomia é paraense, mas para quem? Como o centro histórico de Belém é produzido para a promoção da gastronomia? Como ocorrem as mudanças no espaço urbano a partir da gastronomia? Belém pode ser uma cidade-produto da gastronomia?

Muitos questionamentos surgiram ao longo do processo de elaboração deste artigo, porém, tais questionamentos não serão contemplados com respostas neste texto, pois necessitam de aprofundamento nas pesquisas e aplicação de métodos para a obtenção de resultados. Contudo, são importantes para incitar o pensamento científico sobre uma área do conhecimento que está em voga no contexto atual do turismo no Estado do Pará, além de possibilitar reflexões que serão importantes para a construção da tese de doutoramento.

Para o desenvolvimento deste artigo, com abordagem qualitativa, o método utilizado foi a análise das anotações realizadas ao longo da execução da disciplina, bem como percepções e observações sobre as temáticas que envolvem este artigo e leituras da bibliografia básica recomendada. O presente texto evidencia as inquietações e apresenta, em linhas pouco profundas, o pensamento sobre a relação da gastronomia com a requalificação de edificações de legado histórico na cidade de Belém.

Em meados da década de 1990 iniciou o processo de revitalização de espaços do bairro da Cidade Velha, como a Igreja de Santo Alexandre, Palácio Episcopal, hoje Museu de Artes Sacras, Casa das 11 Janelas, Forte do Presépio, Praça Frei Caetano Brandão, Casario da Rua Padre Champanhath e Catedral da Sé. A iniciativa do Governo do Pará de revitalizar essas edificações importantes para a cidade, foi

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

imprescindível para o exercício de novos olhares sobre Belém, uma vez que a história da cidade encontrava-se negligenciada e escondida por trás do abandono e descaso.

Após a revitalização da área que passou a ser chamada de Complexo Histórico Feliz Lusitânia, em alusão a colonização portuguesa na Amazônia, uma nova dinâmica econômica e social passou a existir na área, incluindo o aumento no trânsito de visitantes pelos espaços, que passaram a ser devidamente organizados e sinalizados para fins de visita turística, educacional e cultural, além do aumento de postos de trabalho formais e informais, elevação na geração de renda e segurança pública, situações que proporcionaram vida mais ativa a uma área antes considerada perigosa e abandonada pelos belenenses.

Dentro do contexto do Complexo Feliz Lusitânia, na Casa das 11 Janelas - um espaço destinado a arte contemporânea e gastronomia, surgiu uma empresa que durante muito tempo foi ícone de qualidade, o Boteco das Onze. Neste lugar, a gastronomia era destaque, pois possuía criatividade e utilizava ingredientes da culinária local na montagem de seus cardápios, mas atendia uma clientela de poder aquisitivo mais elevado. No ano de 2016, o empreendimento encerrou suas atividades e uma nova proposta está sendo analisada para o lugar.

Ainda no contexto do bairro da Cidade Velha, vários prédios que no período áureo de movimentação de pessoas e de mercadorias, eram residências e comércios, foram requalificados e hoje abrigam espaços gastronômicos. Ao redor da Praça Frei Caetano Brandão, vários estabelecimentos foram inaugurados, dentre eles choperias, restaurantes italianos e bares.

Atualmente, há no entorno da praça um restaurante italiano, um bar e um restaurante conceitual que é referência em culinária tradicional, chamado Iacitatá, com ingredientes advindos de agricultura familiar, com a gestão de uma chefe de cozinha que atua de maneira diferenciada, contribuindo para que o restaurante seja reconhecido como um local que prioriza os hábitos alimentares da região, valorizando o pequeno produtor e estimulando o fomentoda cadeia produtiva de ingredientes da região amazônica que são utilizados e revendidos aos clientes no restaurante.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No bairro da Cidade Velha existem outros exemplos de associação da gastronomia com a valorização do patrimônio histórico e um deles chama a atenção do público pela inovação das iguarias com forte apelo da culinária do Pará, mas, principalmente, pela localização da empresa que está em um prédio do período colonial. A Portinha há anos é reconhecida por jornalistas e críticos de gastronomia como um lugar agradável, de excelente paladar e qualidade no atendimento. O nome do estabelecimento faz alusão a um pequeno espaço cujo único acesso de entrada e saída é uma porta que ainda resguarda características da arquitetura colonial.

No bairro da Campina se destaca a Estação das Docas que foi inaugurada no ano 2000, onde antigos galpões portuários foram requalificados e refuncionalizados para atender ao turismo e lazer. No complexo existem várias empresas que atuam na área de alimentos e bebidas. Contudo, convém ressaltar que a Estação das Docas desde sua inauguração sempre foi vista como um espaço elitizado e fora da realidade econômica de muitos belenenses. Trindade Jr (2006, p. 97) diz que:

apesar de não haver a necessidade de pagamento de ingresso para entrar na Estação das Docas, pode-se dizer que ela é também um espaço gentrificado do ponto de vista do consumo, seletivo e excludente, seja pela sua estética do espetáculo (luxo e suntuosidade), seja pela falta de identificação com a classe de menor poder aquisitivo, seja ainda pela ausência de condição econômico-financeira que possibilite o acesso aos benefícios que o empreendimento oferece.

Hoje é possível considerar que as centralidades do ponto de vista da gastronomia de Belém, estão nos bairros da Cidade Velha, Campina, Reduto e Nazaré, bairros mais antigos da capital, e que possuem edificações que foram requalificadas para receber empresas do ramo de alimentos e bebidas. A quantidade de empresas cujas atividades econômicas estão aliadas a gastronomia nesses bairros é extensa, colocando Belém entre as cidades que possui diversidade e qualidade na área da alimentação no país.

Atualmente, falar em visitar Belém, automaticamente ocorre uma relação com os sabores da gastronomia do Pará, onde o turista já inclui em suas programações, restaurantes e lugares que promovam esse contato com a experiência da gastronomia

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da Amazônia. A imersão, mesmo que pontual, na cultura e hábitos alimentícios do homem amazônico representa um dos pontos mais apreciados pelos turistas em viagens ao Pará.

Belém possui várias edificações que foram restauradas e requalificadas para a reprodução da gastronomia. Observa-se que esses espaços que antes pareciam estar fora da ordem global, na verdade estão inseridos no contexto na medida em que a cultura é vista como um alibi no processo de urbanização, uma vez que edificações abandonadas e depredadas passam a ideia de desvalorização, perigo e que podem incitar a violência, e esses casos intensificam-se nos bairros mais antigos devido ao processo de explosão de novos centros.

Esses bairros podem ser considerados centralidades da alimentação fora do lar de Belém não só pela concentração de estabelecimentos comerciais gastronômicos, mas por terem características como acessibilidade, circulação de pessoas, mercadorias e de relações firmadas entre agentes importantes para que o processo ocorra. É interessante observar que nessas centralidades existem fragmentos de pobreza, inclusive de quem está diretamente ligado a cadeia produtiva da gastronomia, como é o caso do Complexo Ver o Peso onde existe toda uma dinâmica de fornecimento de produtos oriundos da região das ilhas de Belém para atender os restaurantes. Contudo, percebe-se nitidamente que os fornecedores desses produtos são pessoas que possuem uma vida simples, desgastante, muitas vezes sem estrutura adequada de trabalho e que recebem valores baixos pela venda de seus produtos, e que muitas vezes são prejudicados por precisarem de atravessadores para conseguirem efetivar as vendas.

A cidade de Belém está passando por um momento de explosão de centralidades da gastronomia, perceptível em várias áreas, inclusive nos distritos. A moda dos *foodtrucks*<sup>87</sup> ainda está em evidência, mas está passando por um processo de desaceleração. Esse modelo de negócio gastronômico atraiu muitos

---

<sup>87</sup>Termo em inglês utilizado para nomear pequenos *trailers* que oferecem serviços de alimentos e bebidas com rapidez e praticidade. Na maioria dos casos, os *foodtrucks* ofertam alimentos que chamamos de *fingersfood*, ou seja, que se pode comer com as mãos, sem necessitar louças ou utensílios de mesa, bem como mobiliários como mesas e cadeiras para compor a infraestrutura necessária para o negócio.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

empreendedores devido ao baixo custo de investimento e praticidade. Há na cidade locais de concentração de *foodtrucks* de diversas especialidades gastronômicas e que atendem as necessidades dos mais variados tipos de clientes.

A processo de gourmetização<sup>88</sup> dos alimentos tradicionais, reforçam que os valores urbanos se apropriam do que antes era considerado arcaico ou simples. A intenção deste artigo não é desmerecer os esforços, estudos e técnicas empregadas na modernização da gastronomia, mas refletir sobre os limites desses avanços, sem que os mesmos venham a comprometer a cultura existente na culinária tradicional do Pará.

Entende-se que não é conveniente alterar os traços da tradição presente no modo de fazer, nos rituais e no uso de ingredientes de alguns pratos típicos do Pará. O tradicional promove o encontro de culturas, o intercâmbio entre pessoas e suas concepções de ordem cultural e antropológica. Se a culinária tradicional for sobreposta pela notoriedade da gastronomia *gourmetizada* e somente inspirada na tradição, a característica cultural de repassar conhecimento de geração para geração pode vir a sofrer sérias implicações de continuidade para o futuro.

Atualmente, pratos típicos como o pato no tucupi, por exemplo, já é possível perceber evidência de alterações, pois hoje é mais comum encontrarmos outras aves, como frango, peru e *chester*, em substituição ao pato. A hipótese está na praticidade de se encontrar essas aves nos supermercados e o valor cada vez mais elevado do preço do pato nas feiras livres, uma vez que é raro encontrar pato a venda nas redes de comércio varejista.

A gastronomia é um veículo de transformação e modernização, pois tem a capacidade de impor padrões globais, baseados principalmente nas escolas francesas, revelando que a subordinação em relação ao continente europeu está longe de findar-se. Os restaurantes ainda se baseiam em técnicas que surgiram há séculos na Europa e que ainda estão muito presentes no cotidiano dos empreendimentos gastronômicos, desde a utilização de nomenclaturas, arrumação

---

<sup>88</sup> Neologismo utilizado para referenciar alimentos que passaram por um processo de sofisticação para atender a paladares mais exigentes e que representam uma tendência atual do mercado de Alimentos & Bebidas (A&B).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

das mesas (*miseenplace*), atendimento, apresentação dos pratos, montagem de cardápios e técnicas de produção no interior das cozinhas.

Neste complexo contexto de jogo de interesses, de um lado existe a visibilidade que a gastronomia *gourmetizada* pode proporcionar para as iguarias tradicionais, estimulando o mercado e a produção das matérias-primas necessárias para a elaboração dos pratos, gerando renda para comunidades carentes, e por outro lado, as populações tradicionais que há séculos detém o conhecimento necessário na preparação das iguarias, acabam sendo invisibilizadas e passando a trabalhar pelo desejo em produzir mais, com uma visão meramente mercadológica do processo, podendo vir a comprometer o sentimento de pertencimento em relação a cultura imaterial presente na culinária do Pará.

Essa apropriação se torna arriscada na medida em que as comunidades tradicionais não são reconhecidas por sua importância neste processo. Reconhecer o papel das comunidades contribui para o fortalecimento da cultura. A difusão do contexto que envolve a gastronomia é uma ferramenta essencial para o reconhecimento das forças que atuam em conjunto para que o produto final chegue até a mesa dos comensais.

Cabe destacar aqui a tríade de Lefebvre que diz que o *vivido* aborda a ideia do cotidiano, de uma dimensão social enquanto possibilidade de transformação; *concebido* que parte da ordem do planejamento, do ponto de vista do espaço, é algo mais técnico e racional; *percebido* que remete a ideia das relações entre o que foi planejado e posteriormente executado. A gastronomia pode ser pensada a partir de Lefebvre quando defende a ideia do uso a partir do vivido, do uso como uma estratégia de resistência, e da apropriação de pessoas que usufruem de centralidades da gastronomia para satisfação de suas necessidades. As três categorias da tríade lefebvriana se entrelaçam, estabelecendo uma lógica baseada na relação do homem com a sociedade, onde o homem influencia e é influenciado pelo espaço.

É importante considerar para esta discussão que as pessoas têm direito à cidade, ao prazer, ao lazer e às experiências. Alves (2017, p. 4) ressalta que “lutar pelo direito à cidade é reconhecer que a segregação socioespacial existe”. A cidade não é apenas materialidade, é o local onde se manifesta o urbano, que é marcado

pelo consumo, pelo desejo de ter algo e pelo acesso aos bens de consumo, e o modo de vida urbano intensifica esta condição da busca pelas satisfações das necessidades dos indivíduos.

Alves (2017, p. 3) reforça dizendo que “a sociedade contemporânea marcada pelo consumo já estava apontada na obra de Lefebvre quando ele a caracteriza como uma sociedade burocrática de consumo dirigido”. Lefebvre (2016, p. 80) destaca que o urbano “trata-se, antes, de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra (trivialmente: os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras ditas culturais... [...] o urbano se manifesta como exigência de encontro, de reunião, de informação”.

A gastronomia é expressão da cultura de um povo, manifesta-se também pelo urbano e, por sua vez é condição para a produção e reprodução da vida, e que foi transformada em mercadoria no modo de produção capitalista e está a cada dia mais sendo condicionada a atender as necessidades de uma sociedade focada no consumo, o que pode enfraquecer a originalidade da culinária de um lugar. O modismo e o elitismo transformam a gastronomia em produto que, em alguns casos, não considera os reais valores desta manifestação cultural.

O Pará firma-se como destino turístico potencial de uma gastronomia a cada dia mais elitizada e reinventada, com criações de pratos com ingredientes regionais, mas com uso de técnicas e apresentação que diferem do tradicional. Essa nova gastronomia possui seu inegável valor no mercado, porém não pode ser priorizada em detrimento da culinária tradicionalmente regional que possui valores culturais marcantes na sociedade paraense há séculos.

Conclui-se, então, que a aliança entre a gastronomia e a requalificação de edificações históricas é válida a partir do momento em que ambos sejam valorizados e iluminados, sem perder a originalidade e a verdade existente nessas duas expressões do patrimônio cultural.

## **BIBLIOGRAFIA**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ALVES, G da A. **A segregação socioespacial na metrópole paulista**. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 33 - 42, 2011. Disponível em [www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203/77846](http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203/77846).

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política: o direito à cidade II**. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Humanitas, UFMG, 2016.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

TRINDADE JR, S. C.; Amaral, D. B. **Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.73-103, jul./dez. 2006.

SEABRA, O. C. de L. **“Territórios do uso: cotidiano e modo de vida”**. In: Cidades, vol 1, n. 2, Presidente Prudente: GEU, 2004, PP. 181 A 206.

SMITH, N. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. In GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688>.

TOURINHO, A. O. **Centro e centralidade uma questão recente**. In: CARLOS, A. F.A. e OLIVEIRA, A. U (Orgs). Geografias das metrópoles, São Paulo: Contexto, 2006, pp. 277-300.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO

Laís Cristina Faria Cordeiro

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

José Augusto Andrade Filho

### RESUMO

Este artigo aborda como o uso da tecnologia da informação pode contribuir com o desenvolvimento do turismo de base comunitária. É um estudo que mescla o turismo de base comunitária com a tecnologia de informação em prol do desenvolvimento das comunidades, seja socialmente, economicamente ou culturalmente. Uma reflexão a cerca do desenvolvimento local, é pensar que ele deve mudar o estado atual da localidade, de forma positiva, promissora e otimista. A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico com ênfase em artigos científicos que subsidiaram os seguintes temas: turismo de base comunitária, planejamento participativo e tecnologia da informação. Além disso, foi realizada uma oficina no Povoado de Crasto, Santa Luzia do Itanhy/SE com o objetivo de apresentação do tema à comunidade. Como resultado, observa-se a necessidade de auxiliar o Povoado de Crasto com os produtos e serviços oferecidos a partir de produtos locais. E também da necessidade de eternizar a história do surgimento e fatos ocorridos na comunidade, como as festas locais que foram se perdendo ao longo do tempo, mas que estão se consolidando novamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento participativo. Turismo de base comunitária. Tecnologia da informação.

### ABSTRACT

This article discusses how the use of information technology can contribute to local development. It is a study that blends community-based tourism with information technology for community development, whether socially, economically or culturally. A reflection on local development is to think that it should change the current state of the locality in a positive, promising and optimistic way. The methodology used was a literature review with emphasis on scientific articles that subsidized the following themes: community based tourism, participatory planning and information technology. In addition, a workshop was held in the village of Crasto, Santa Luzia do Itanhy / SE with the objective of presenting the theme to the community. As a result, there is a need to assist the People of Crasto with the products and services offered from local products. And also the need to perpetuate the history of the emergence and events

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

occurring in the community, such as local parties that have been lost over time, but are consolidating again.

**KEYWORDS:** Participatory planning. Community-based tourism. Information Technology.

## INTRODUÇÃO

Uma reflexão a cerca do desenvolvimento local, é pensar que ele deve mudar o estado atual da localidade, de forma positiva. O uso da tecnologia da informação para isso é uma inovação no meio do turismo de base comunitária. Pelo fato de ser temas discutidos atualmente, porém individuais, e para melhor desenvolver um trabalho com todas as temáticas, se faz necessário à ampliação dos estudos em conjunto.

Irving (2009) argumenta que é fundamental esclarecer a discussão e interpretação do turismo não apenas na vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade. Onde o turismo de base comunitária - TBC está vinculado à inclusão social, ele só poderá ser desenvolvido se os protagonistas do destino forem sujeitos e não objetos do processo. O TBC tende a favorecer o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo a melhoria de renda, a qualidade de vida, o sentimento de pertencimento e a valorização da cultura local.

O objetivo central desta pesquisa é discutir a possibilidade de desenvolvimento do turismo dentro de comunidades tradicionais através do uso da tecnologia da informação. São apresentados aspectos teóricos sobre as temáticas: turismo de base comunitária, planejamento participativo e tecnologia da informação, e a importância de se trabalhar os temas dentro das comunidades sem parceria com as pessoas responsáveis por desenvolver o turismo no local. Prevendo o empoderamento local, o desenvolvimento comunitário de várias comunidades em conjunto e o planejamento participativo.

Esta proposta prevê impactos sociais no que diz respeito às possibilidades de estímulo às comunidades para o processo de organização de uma atividade, que é capaz de promover a valorização da história, cultura e patrimônio local. Além de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

permitir reflexão e ação no desenvolvimento e capacitação de seus membros para a gestão do turismo.

Esta pesquisa se torna relevante para as comunidades a partir o momento que elas identificam um problema ou situação em sua localidade e confia na capacidade de outros comunitários auxiliarem. E da mesma forma propor ajuda e beneficiar outras comunidades que estão na mesma situação, de crescimento e desenvolvimento do turismo de base comunitário.

Com a aplicação da plataforma que é uma possibilidade de produto desta pesquisa, as comunidades poderão se desenvolver conjuntamente, fortalecendo o turismo de base comunitária, além de promoverem suas localidades de diferentes formas para turistas e pesquisadores. Podendo assim, revigorar a cultura, o desenvolvimento econômico e social, bem como o empoderamento e o processo de tomada de decisão.

## REVISÃO DE LITERATURA

### TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Coriolano e Barbosa (2012), afirmam que os elos da cadeia produtiva do turismo articulados em redes, ligam territórios, turistas, empresas, comunidade, ONGs e o estado na produção, consumo, sustentação e expansão da atividade turística, bem como a tecnologia transforma a maneira de interação das pessoas com o mundo.

Há turistas que buscam experiências, vivências em realidades diferenciadas das habituais, fogem do padrão do turismo convencional e compram núcleos receptores de turismo comunitário. [...] a fase de transição do capitalismo flexível está se consolidando, exigindo produtos de qualidade, personalizado, e de sustentabilidade social e ambiental, sugerindo, assim, novas formas de fazer turismo (CORIOLANO E BARBOSA, 2012, p. 570).

Angelevska-Najdeska e Rakicevik (2012) em relação à sustentabilidade no turismo argumentam que para a realização de um turismo de alta qualidade não é

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

necessário ser um turismo caro, mas é necessário manter os recursos turísticos e o respeito pelo meio ambiente local, sendo estes de responsabilidade do setor público e privado. Este conceito reflete no que diz respeito à gestão do turismo comunitário, pois está envolvido no planejamento, desenvolvimento e gestão do turismo.

De acordo com Mendonça (2012), a gestão do turismo não está associada somente à efetividade da prestação dos serviços e do seu potencial físico, está também ao relacionamento e à dinâmica no ambiente institucional dos diferentes segmentos do setor. Com isso há a seleção de parcerias potenciais sinérgicas em novas formas organizacionais de produção, o que pode resultar na maximização do lucro das organizações por meio da minimização dos seus custos de produção e pelo fortalecimento do ambiente institucional de locais atuantes na atividade.

O turismo comunitário para Coriolano e Barbosa (2012), surgiu como iniciativa à economia local, sem interferir nas atividades primárias da comunidade, como por exemplo, trabalhos manuais, atividades rurais, pesca dos ribeirinhos, entre tantas outras. Essas atividades é que fortalecem o turismo nas comunidades. “Associado ao turismo comunitário está o protagonismo da comunidade, valorização cultural, identidade local e zelo ambiental, reforçando assim, o poder endógeno”(CORIOLANO e BARBOSA, 2012, P. 570).

Algumas entidades que trabalham o turismo comunitário são citadas como modelos de gestão do turismo comunitário, por exemplo, a Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário), uma articulação formada desde 2008, por comunitários da zona costeira do Ceará. Os grupos comunitários adotaram a utilização de um caderno de normas e procedimentos internos, o qual diz que os participantes desta rede executam uma forma de turismo que valoriza as diversidades culturais e fortalecem as atividades tradicionais.

A Rede Tucum (2013) compreende o turismo comunitário como estratégia de garantia de território, além da oportunidade das comunidades possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Para Maldonado (2009), entende-se turismo comunitário como toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, em conformidade com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. De acordo com o pesquisador supracitado:

Uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. (MALDONADO, 2009, p. 34)

Contudo, a participação de agentes externos não é proibida, podendo ser essenciais em alguns casos, como no auxílio ao planejamento inicial, financiamentos, cursos, entre outras atividades. Coriolano e Barbosa (2012), dizem que:

A intervenção de agentes externos, não substitui a liderança local. Desse modo a opção por desenvolver a atividade exige iniciativas, planejamento e gestão da comunidade, para melhorar a economia, oferecer oportunidades ao lugar. Exige preocupação com o envolvimento participativo, combate ao individualismo, daí o avanço de gestões integradas de arranjos produtivos locais que passam a ser comunitários e facilitam os enfrentamentos. (CORIOLANO E BARBOSA, 2012, P. 571)

A proposta do uso da tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento de comunidades surgiu para minimizar a influência do agente externo dentro da comunidade. Proporcionando mais autonomia aos líderes locais através do contato com outras comunidades que utilizam o mesmo modelo de gestão.

Simpson (2008) argumenta que o envolvimento das comunidades em um nível significativo de participação em todas as etapas e iniciativas do planejamento proporciona às partes interessadas uma melhor chance de influenciar na formação, no desenvolvimento da comunidade e no proveito dos benefícios máximos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E O USO DA TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Para Hall (2001), o planejamento é um tipo de tomada de decisão e elaboração de políticas que lida com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente, e não individuais. Referindo-se da seguinte forma, um processo: Planejamento – Decisão – Ação. Para o referido autor, o planejamento no turismo é quando está totalmente voltado para processos, o que pode minimizar os impactos negativos e maximizar retornos econômicos nos destinos, assim, estimulando uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em longo prazo. Ainda sobre o planejamento no turismo:

Serve para auxiliar a determinar quem perde ou ganha no processo de desenvolvimento turístico, além de ajudar a contribuir para formas mais sustentáveis de turismo nas quais se vê o equilíbrio das metas econômicas, ambientais e sociais e que geram resultados mais justos às partes interessadas, o que significa não apenas os incorporadores, o setor turístico e o turista, mas também a comunidade maior cujo destino está sendo consumido. Mais fundamentalmente, o planejamento turístico deve tratar da criação de locais sustentáveis (HALL, 2001, p. 35).

Para Molina (2005), o planejamento consiste em associar e relacionar constantemente um grande número de variáveis quantitativas e qualitativas, trabalhar com métodos para minimizar situações não desejadas, e o planejamento turístico é um processo racional, onde o objetivo consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico, vinculados aos aspectos relacionados com oferta e demanda turística.

Em relação à estrutura governamental, Hall (2001), pondera que há forma de abordar a comunidade se for realizada incorretamente pode impossibilitar o planejamento turístico no local, onde a natureza dos sistemas governamentais dificulta a coordenação adequada das políticas de turismo em diferentes esferas de governo. Sendo que uma decisão comunitária baseada localmente, que não permite o desenvolvimento turístico em determinado sítio, diverge de um plano nacional ou regional.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Coriolano e Barbosa (2012) argumentam que as redes de turismo comunitário dinamizam o eixo da atividade turística, com o fortalecimento da representatividade das comunidades frente ao mercado consumidor. Porém, apenas as políticas de turismo não são capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico e local, o que ocasiona a necessidade de parcerias inteligentes.

Para Braga (2007), o planejamento turístico tem como pressuposto o conhecimento do destino turístico, onde são estudadas a oferta turística e a comunidade local, que, interfere ativamente na atividade turística. A autora supracitada argumenta que além da oferta e da demanda turística nas comunidades, há a concorrência de outros destinos tentando atrair a demanda, seja com atrativas prestações de serviços ou com equipamentos e atrativos turísticos.

Maldonado (2009) expõe sobre a parceria de negócios entre uma empresa privada e a comunidade. Quando ocorre a intervenção de agentes externos ou investidores externos, a comunidade assina um contrato sob forma de uma parceria de negócios, então a comunidade tem o direito aos lucros variáveis junto a renda fixa, seja mensal ou anual. Esta participação na gestão do negócio é progressiva, geralmente entre 10 a 15 anos a comunidade torna-se proprietária do investimento. “A partir do uso de técnicas de planejamento participativo, a comunidade é estimulada a pensar criticamente o uso de seu território e o desenvolvimento do turismo” (CRUZ, 2009, p. 106).

Buhalis (1998) esclarece que os serviços de turismo intangíveis não podem ser exibidos ou inspecionados fisicamente no ponto de venda antes de comprar, eles são adquiridos antes do tempo de uso e longe do local de consumo. Dependendo exclusivamente de representações e descrições, fornecidas pelo comércio de viagens, que possui a capacidade de atrair consumidores. Estas informações são muitas vezes, o ponto crucial para a satisfação da demanda turística, com isso as tecnologias de informação é a estrutura fundamental de informações que facilita a execução do turismo. Percebe-se então que a utilização de tecnologias de informação no planejamento do turismo é uma ferramenta imprescindível.

Conforme cita Hall (2001, p. 54), “o planejamento turístico comunitário é uma resposta à necessidade de desenvolver diretrizes de maior aceitação social para a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

expansão do setor”. Diante do exposto, espera-se com os resultados desta pesquisa oferecer às comunidades subsídios, oportunidades e requisitos de expansão do modelo de gestão de Turismo Comunitário através da evolução tecnológica atual, de forma participativa e independente das próprias comunidades.

Os serviços realizados dentro do turismo, como a compra de passagem e reserva de hotéis, eram realizadas somente através do contato com alguma operadora de turismo ou agências de viagem, que por sua vez utilizavam como meio de trabalho e gestão apenas os telefones (POON, 1988). Para a referida autora com o sistema de tecnologia da informação as agências conseguiriam trabalhar diretamente conectada ao sistema de reservas de um hotel, isso afetaria as principais áreas de operações de turismo intensivas em informações, como gerenciamento, marketing, distribuição, porém, não afetaria a entrega de serviços e nem a interação produtor-consumidor. “O ponto é que esse tipo de sistema de turismo torna ainda mais acessível e susceptível às aplicações de tecnologia da informação” (POON, 1988, p. 545. Tradução nossa)

De acordo com Buhalis (1998), a revolução tecnológica afeta todas as áreas, inclusive o turismo, fazendo com que os destinos turísticos como outras empresas precisem cada vez mais adaptar métodos inovadores e aumentar sua competitividade. Porque do outro lado do mercado há o consumidor novo, sofisticado, experiente e exigente que está cada vez mais familiarizado com as tecnologias de informação emergentes e requer produtos flexíveis, especializados, acessíveis e interativos. “Como a informação é o sangue vital da indústria de viagens, o uso efetivo das tecnologias de informação é fundamental” (BUHALIS, 1998, p. 411)

Braga (2007), afirma sobre a evolução tecnológica com o planejamento:

Diante do caráter dinâmico do processo de planejamento, a evolução tecnológica que vem facilitando e apressando mudanças tornou-se um fator que precisa ser sempre monitorado pela equipe de profissionais de planejamento, dominando as fontes de informação e antevendo os rumos da realidade em estudo (BRAGA, 2007, p. 2)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com o desenvolvimento turístico através da tecnologia da informação, Ramos (2010) afirma que há competitividade nos destinos:

Ao longo das últimas décadas, a união entre o turismo e as TIC tem ficado cada vez mais forte, uma vez que as TIC têm providenciado as ferramentas enquanto têm permitido um acentuado desenvolvimento da procura e da oferta, e por sua vez, os profissionais do turismo têm aumentado os seus requisitos tecnológicos, quer por expansão das suas necessidades quer por requisição dos utilizadores, de forma a garantir uma base tecnológica que permita a competitividade das organizações e consequentemente a sua sobrevivência. (RAMOS, 2010, p. 110)

O Brasil (2013), através do Programa de Regionalização do Turismo – PRT trouxe como premissas para a elaboração de diretrizes alguns itens, como abordagem territorial, integração e participação social, inclusão, descentralização, sustentabilidade, inovação e competitividade. Atentando as três últimas premissas que são articulam com o artigo, tem-se como definições o que segue no quadro 01:

### Quadro 01: Premissas do PRT que estão envolvidas no trabalho

Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2013, p. 23)		
Sustentabilidade	Inovação	Competitividade
Compreendendo o desenvolvimento sustentável das regiões turísticas como base para a preservação da identidade cultural, respeitando as especificidades políticas, econômicas, sociais e ambientais.	Definida como a capacidade da cadeia produtiva do turismo, de compreender que a estruturação dos destinos turísticos depende de uma nova visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade.	Entendida como a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas ao setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

Fonte: Embasado no PRT, 2013.

No que se refere à inovação propostas pelo PRT, está vinculada à exigência da formalização dos serviços e qualificação de pessoas, desta forma provocando a ampliação dos micro e pequenos empreendimentos, organizações associativas e cooperativas. Isto possibilitará a articulação em redes; demanda de investimentos em tecnologias; buscará a oferta de produtos e serviços segmentados que agreguem valores do patrimônio sociocultural e ambiental.

Percebe-se, porém, que as premissas relacionados à inovação, no que versa sobre a visão integradora do desenvolvimento produtivo e da competitividade na estruturação de destinos turísticos, não explicita de maneira clara ações que contribuam, por exemplo, no desenvolvimento do turismo comunitário, a fim de que as inovações contribuam de modo que no destino todos os envolvidos com a atividade possam se apropriar e se desenvolver tornando-se mais competitivo.

Para Li, Hu, Huang e Duan (2017), o turismo inteligente, sem generalização do tema, está ligado às tecnologias e as informações que tomam a partir delas, o que gera um desenvolvimento no turismo dentro da demanda dos turistas e da oferta dos locais turísticos.

A "Smartização" será outra importante inovação no setor de "informatização" do turismo e se tornará um novo catalisador para apoiar o desenvolvimento do turismo, confirmando a tendência de que a indústria do turismo esteja se tornando uma indústria de serviços modernizados. (LI, HU, HUANG e DUAN, 2017, p. 299. Tradução nossa)

Com a inovação no turismo comunitário, é possível que as comunidades se tornem um destino mais competitivo entre elas. Que o desenvolvimento comunitário seja em conjunto com outras comunidades, fortalecendo o crescimento e a rede do turismo comunitário que pode trazer benefícios para todas.

## **METODOLOGIA**

De acordo com Dencker (2004), ao se tratar de pesquisa em turismo, utilizar somente a observação dos fatos não é suficiente para se tornar uma pesquisa científica. Faz-se necessário a utilização de uma técnica para registrar, quantificar, ordenar e classificar os dados referentes ao comportamento turístico.

Para a discussão da revisão bibliográfica foi utilizada uma metodologia de natureza aplicada, de forma qualitativa do tipo exploratória. Na aplicação do método realizou-se o levantamento de informações bibliográficas de dados primários, em formato de artigos buscados na base de dados Science Direct e livros consultados na biblioteca do Instituto Federal de Sergipe. Os resultados das pesquisas realizadas para elaboração do artigo foram abrangentes individualmente, e escassos quando se pesquisou pelas palavras chaves junta.

A pesquisa bibliográfica realizada abordou pesquisadores na área do turismo de base comunitária, como Hall (2001); Braga (2007); Simpson (2008); Vignati (2008); Maldonado (2009), Cruz (2009); Mielke (2009); Coriolano e Barbosa (2012) e Brasil (2013) para melhor compreender este modelo de gestão, planejamento no turismo e conhecer as pesquisas na área.

Posteriormente foi realizada uma oficina para a apresentação do tema no Povoado de Crasto, localizado em Santa Luzia do Itanhy – Sergipe. A ideia inicial da aplicação das oficinas é iniciar a discussão acerca da temática tratada neste artigo. Com isso, buscou-se embasar a oficina nas ideias de Mielke (2009), que trata sobre como abordar a comunidade, dos valores, das questões mais teóricas, e Borges (2003), para abordar sobre a prática das questões, a coleta dos dados em si.

Para Mielke (2009), cada comunidade tem sua própria dinâmica para discutir os problemas e apresentar as soluções, onde todo o processo envolve oficinas de trabalho, e a participação de todos é fundamental. Como cada um tem suas atividades de rotina, trabalho, estudo, família e outras ocupações, é preciso que os encontros estejam em uma agenda efetiva, para que a discussão se desenvolva e não se perca a presença de todos os comunitários que estão envolvidos.

Os integrantes da oficina foram 11 comunitários ligados diretamente com alguma atividade que envolve o turista, como os pescadores que realizam passeios

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de barco, os donos e funcionários de restaurantes da orla do povoado, também participaram mulheres que realizaram o curso oferecido pela prefeitura para confecção de doces na região e um senhor que tem o costume de contar a história do povoado com peças produzidas em madeira por ele mesmo.

Os passos das oficinas foram embasados em Borges (2003), do livro Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um planejamento responsável, organizado por Sylvia Mitraud, conforme descritas abaixo:

Passo 1 – Apresentação dos mediadores e participantes: a pesquisadora apresentou Programa de Mestrado Profissional em Turismo. Logo em seguida os comunitários presentes se apresentaram, dizendo o nome e ocupação na comunidade.

Passo 2 – Apresentação do tema para a comunidade: ocorreu a apresentação da possibilidade de desenvolvimento do turismo dentro de comunidades tradicionais através do uso da tecnologia da informação.

Passo 3 – Percepção de como funciona o turismo na comunidade: os participantes foram questionados se realizam alguma atividade vinculada ao turismo, qual o fluxo de visitantes e como acontece atualmente o contato dos moradores com os turistas.

Passo 4 – Coleta das sugestões e opiniões: ocorreu um momento apenas para a fala dos comunitários, sobre o que acreditam não estar pronto na comunidade para o desenvolvimento da atividade turística, bem como o que realizam para melhorar.

Para a realização da oficina foi cedida a casa onde aconteciam as reuniões da associação de pescadores da região. E foram utilizados alguns recursos tecnológicos como notebook, câmera fotográfica, projetor e apresentação em *PowerPoint*. Além de extensão, canetas e papéis para anotações.

As propostas metodológicas aplicadas, bem como os conteúdos abordados conforme Borges (2003) possibilitaram a que durante o desenvolvimento de uma pesquisa os atrativos, os turistas, a infraestrutura, os serviços e a comunidade são os elementos fundamentais que devem ser pesquisados e avaliados para se chegar à compreensão mínima de suas características e necessidades.

## RESULTADOS E DICUSSÃO

Vignati (2008) lembra que dar visibilidade ao desenvolvimento participativo turístico é um grande desafio político, tanto por conseguir reunir pessoas de diferentes interesses para trabalharem juntas, como por chegar a um consenso com as mesmas pessoas. Contudo, o desenvolvimento participativo pode ser aplicado de maneira parcial, onde sua execução confere forças às decisões políticas.

As premissas do PRT aplicadas no dia a dia das comunidades, de acordo com o que foi levantado a partir das oficinas, embasam principalmente as necessidades em relação à competitividade dos empreendimentos. Dentro das oficinas, figura 02, houve relatos dos proprietários e funcionários de restaurantes que é preciso um treinamento ou direcionamento em relação à apresentação dos pratos, abordagem ao turista, criação de novos pratos com os insumos pescados na comunidade. As mesmas necessidades foram levantadas pelas doceiras.

### **Figura 02: Realização de oficina no Povoado de Crasto**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



A percepção dos moradores em relação ao turismo no povoado é a ausência de atividades que podem manter os turistas ocupados no local. Geralmente os turistas que frequentam a região vão para tomar banho de maré, mas não pernoitam ou nem utilizam os estabelecimentos de alimentação. Em outras oportunidades os turistas utilizam o povoado de Crasto como passagem para visitarem outros municípios ou comunidades através do rio.

A frequência de turistas é considerada pelos moradores como baixa, e acreditam que um dos motivos é a falta de divulgação da localidade. E o contato é realizado apenas quando o turista chega e vai de encontro aos pescadores para contratar um passei, ou travessia no rio. Ou quando pedem informação, não há um método de abordagem ao turista.

Outra preocupação por parte dos comunitários é em relação à história do Povoado de Crasto. Atualmente há apenas um contador da história de construção do povoado, onde o mesmo utiliza recortes em madeira para ilustrar, como mostra a figura 03. Um desejo local é eternizar essa história, através de um vídeo, exposição permanente ou outro meio de deixar registrados os fatos ocorridos na comunidade

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desde a sua fundação. Assim como fortificar as festas locais, que deixaram perder com o tempo, mas que estão se movimentando para resgatá-las, principalmente a festa dos pescadores.

**Figura 03: Contador da história do Povoado de Crasto**



A comunidade se considera um local turístico, tanto por razão da beleza local, como pela história, pelos serviços prestados e pela vontade de empreender na comunidade e assim atrair mais pessoas para conhecerem um local tranquilo e com identidade.

A partir das pesquisas bibliográficas, e do andamento dos estudos no mestrado profissional em turismo, surgiu a proposta de aplicação de um questionário de potencialidades nas comunidades tradicionais de Sergipe. A pesquisa está em andamento e prevê a aplicação deste questionário para alimentar uma plataforma de comunicação entre comunidades. Com a possibilidade de utilização da plataforma de comunicação, as comunidades poderão auxiliar líderes comunitários a partir de conhecimentos de outros líderes comunitários. Aumentando a capacidade técnica dos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

envolvidos na atividade turística, principalmente relacionadas à gestão e empoderamento.

A proposta de realização das oficinas e da possibilidade de aplicação plataforma de comunicação foi apresentada a diretoria de Turismo do município de Indiaroba. Em seguida realizaram um convite para apresentação da mesma ao Conselho Municipal de Turismo do local e aos líderes das comunidades de Pontal e Terra Caída durante o II Fórum de Turismo de Indiaroba. A proposta foi aceita, e a primeira oficina será realizada no mês de julho, juntamente com o questionário de potencialidades que foi mencionado anteriormente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O TBC é um modelo que visa o trabalho com a comunidade, como um todo, com o intuito de buscar melhorias através do aumento de renda dos comunitários, das ocupações, valorização da cultura e identidade, troca de conhecimento e experiências culturais. O artigo trata do uso da tecnologia da informação e comunicação no processo de desenvolvimento local em conjunto de comunidades.

A proposta do artigo toma como referência a explicação de Buhalis (1998), onde diz que a informação é uma fonte de poder em negociações com parceiros, a adoção de tecnologia da informação redefine o equilíbrio de poder entre os parceiros e muda seus relacionamentos de negociação. A inovação e a criação de redes eficazes através do uso de tecnologia da informação também permite desenvolver, mesmo que pequeno, um "tamanho virtual" e capacitar a competitividade.

A competitividade sugerida por Buhalis, e refletida na oficina do Povoado de Crasto aconteceria inicialmente com o auxílio na gestão dos empreendimentos locais, um dos pontos levantados pelos comunitários durante o encontro. Eles veem a dificuldade de moradores locais empreenderem no local, seja por conhecimento de abrir um empreendimento, ou até mesmo da qualidade e apresentação dos produtos e serviços já oferecidos, que são basicamente a gastronomia, banho de maré e passeios de barcos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Outro ponto levantado pela comunidade e que também será levantado por outras é a disponibilidade de um computador e de internet para a realização de troca de experiências entre comunidades. Elas necessitarão de apoio técnico desde a instalação de internet até o local onde se encontraram para as reuniões de tomadas de decisão. Também necessitam de auxílio para o planejamento e organização comunitária, principalmente com a organização das associações, que neste caso se encontra desativada.

A aplicação da tecnologia da informação influenciará a comunicação entre comunidades, de forma a uma auxiliar a outra com esses ensinamentos necessários para o desenvolvimento da comunidade em vários âmbitos. Permitindo que a vivência, experiências e conhecimentos possam ser transferidos através da informação e comunicação intercomunidades. Bem como o empoderamento nas tomadas de decisões e o empreendedorismo local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELEVSKA-NAJDESKA, K.; RAKICEVIK, G. Planning of sustainable tourism development. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 44, p. 210-220, 2012. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812011433>> Acesso em Ago/2017.

BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (inventário). In: MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil. 2003. 470 p.

BRAGA, D.. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização: Diretrizes . Brasília – DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/images/programas\\_acoes\\_home/PROGRAMA\\_DE\\_REGIONALIZACAO\\_DO\\_TURISMO\\_-\\_DIRETRIZES.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf)> Acesso em Ago/2017

BUHALIS, D. Strategic use of information technologies in the tourism industry. **Tourism management**, v. 19, n. 5, p. 409-421, 1998. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517798000387>> Acesso em Ago/2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CORIOLOANO, L. N.; BARBOSA, L. M. Internet e redes: articulações do turismo comunitário. In: BENI, MC. **Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Manole, p. 563-585, 2012.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 92-107, 2009. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)> Acesso em Jul/2017

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2004. 2ª Edição

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001. 296 p. Coleção Turismo Contexto.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. IN: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121, 2009. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)> Acesso em Ago/2017

LI, Y.; HU, C., HUANG, C.; DUAN, L. The concept of smart tourism in the context of tourism information services. **Tourism Management**, v. 58, p. 293-300, 2017. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517716000303>> Acesso em Jun/2017

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44, 2009. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)> Acesso em Ago/2017

MENDONÇA, M. C. A. Gestão de Potenciais Clusters Turísticos: uma proposta de metodologia de diagnóstico. In: BENI, MC. **Turismo: Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Manole, p. 87-109, 2012.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. 190 p.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 126 p. Coleção Turis.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

POON, A. Tourism and information technologies. **Annals of Tourism Research**, v. 15, n. 4, p. 531-549, 1988. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738388900485>> Acesso em Jul/2017

RAMOS, C. M. Q.. Sistemas de Informação para a Gestão Turística. **Encontros Científicos**, Faro , n. 6, p. 107-116, 2010 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1646-24082010000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-24082010000100011&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em Ago/2017.

Rede Tucum. Caderno de Normas da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário. Rosa Martins (Org.)-Fortaleza: Instituto Terramar, 2013. 40 f. Disponível em: <<http://www.tucum.org/documentos/tucum-caderno-de-normas-turismo-cumunitario.pdf>> Acesso em Jun/2018

SIMPSON, M. C. Community benefit tourism initiatives—A conceptual oxymoron?. **Tourism Management**, v. 29, n. 1, p. 1-18, 2008. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517707001501>> Acesso em Jul/2017

VIGNATI, F. Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países. **Senac Rio**, 2008.

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E UM TERRITÓRIO DE INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA ACOLHIDA NA COLÔNIA-SC

Marinês C. Walkowski

### RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se apresenta como importante estratégia de desenvolvimento local, e pode auxiliar na gestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e uma alternativa de renda para as comunidades. O Estado de Santa Catarina se destaca pelo desenvolvimento de novas atividades no espaço rural, por meio de iniciativas de diferentes Ong's e entidades voltadas ao setor turístico. Dentre os destaques está a associação Acolhida na Colônia, que por meio do Agroturismo, possibilita a inclusão social e geração de renda. O objetivo desta pesquisa é discutir o Turismo de Base Comunitária e caracterizar a experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Catarina. A metodologia utilizada consistiu em visitas a campo, pesquisa bibliográfica e exploratória sobre a temática investigada. Como estratégia de investigação utilizou-se o estudo de caso sobre a Acolhida na Colônia. Os principais resultados, demonstraram que apesar das dificuldades apontadas no desenvolvimento do TBC, a Acolhida na Colônia tem se mantido no território devido a forte articulação entre as lideranças, parcerias com as instituições de ensino e a manutenção da metodologia realizada pela equipe técnica do projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo de base comunitária. Acolhida na Colônia. Desenvolvimento.

### ABSTRACT

Community Based Tourism (TBC) presents itself as an important local development strategy, and can assist in the sustainable management of community resources and an alternative income for communities. The State of Santa Catarina stands out for the development of new activities in the rural area, through initiatives of different NGOs and entities focused on the tourism sector. Among the highlights is the association Acolhida na Colônia, which through Agrotourism, enables social inclusion and income generation. The objective of this research is to discuss Community Based Tourism and to characterize the experience of the Association of Agrotourism Accolade in the Colony in Santa Catarina. The methodology used consisted of field visits, bibliographical and exploratory research on the research topic. As a research strategy, the case study on the Acolhida na Colônia was used. The main results showed that despite the difficulties pointed out in the development of the TBC, the Acolhida in the Colony has remained in the territory due to the strong articulation between the

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

leaderships, partnerships with the educational institutions and the maintenance of the methodology carried out by the technical team of the project.

**KEYWORDS:** Community-based tourism. Welcomed in Cologne. Development.

## INTRODUÇÃO

O espaço rural se destaca pela beleza paisagística e diversidade de potenciais existentes, expressos pela produção do artesanato, agropecuária e pelo próprio patrimônio natural e cultural. O turismo pode auxiliar na geração de renda complementar e na dinamização e valorização do produto local, melhorando a qualidade do mesmo, incentivando a permanência das famílias de agricultores no campo.

A motivação fundamental para a viagem turística nos destinos naturais é a necessidade de romper com a rotina e a busca pelo convívio com a natureza. A paisagem possibilita esta mudança e oferece ao turista a troca de experiências culturais.

O espaço rural brasileiro tem passado por modificações, principalmente nas relações e formas de trabalho. Estas modificações possibilitam aos agricultores o aumento da renda familiar por meio de novas atividades como o turismo que visa à melhoria da qualidade de vida no campo. A redução dos limites entre os espaços rurais e urbanos, ocorre devido ao meio rural estar aderindo a atividades antes comuns aos meios urbanos, buscando dinamizar as atividades no campo (MIRANDA, 2012; MACHADO, TOMAZZONI, 2011, SANTOS, 2004).

Nos últimos anos, algumas iniciativas de turismo ocorrem nesses espaços (rurais e urbanos) e tem auxiliado na geração de emprego e renda para as comunidades locais. O Turismo de Base Comunitária, surgiu a partir da necessidade de valorização da cultura local e diversificação da oferta de serviços diferenciados (MANZANARES, MATEOS, 2017; CORIOLANO, 2009; ZAMIGNAN, 2012).

Contudo, algumas dificuldades e desafios ainda perduram, desde o surgimento das primeiras iniciativas, justificando-se a necessidade de atualização das informações sobre o desenvolvimento do TBC no território brasileiro.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O Estado de Santa Catarina, devido sua vocação para a atividade turística, tem investido em novas atividades no espaço rural, que vem crescendo cada vez mais por meio de iniciativas de diferentes Ong's e entidades voltadas ao setor turístico. Tal fato, tem despertado o interesse dos municípios em diminuir as desigualdades sociais e buscar novas alternativas de dinamização das atividades agrícolas e não agrícolas.

É neste contexto que se insere a experiência da Associação Acolhida na Colônia no território de Santa Catarina, e que será discriminada no presente artigo.

O objetivo desta pesquisa é discutir o Turismo de Base Comunitária e caracterizar a experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Catarina. A metodologia utilizada consistiu em visitas a campo, pesquisa bibliográfica e exploratória sobre a temática investigada. Como estratégia de investigação utilizou-se o estudo de caso sobre a Acolhida na Colônia. A autora da pesquisa possui envolvimento profissional com a referida associação, desde 2008, além de atuação acadêmica relacionada aos estudos sobre a temática do agroturismo, turismo comunitário e demais segmentos pertencentes ao espaço rural. O percurso metodológico de coleta de dados, adotados nesta pesquisa, incluem a pesquisa exploratória e descritiva, estudo em campo e observações.

## **TERRITÓRIO E ESPAÇO TURÍSTICO**

A noção de território se torna ampla à medida que abarca uma série de outras dimensões, incluindo os elementos que compõem a paisagem e o planejamento como ferramenta de ordenamento destas relações. Para alguns autores, o território também pode ser caracterizado pelas relações de poder (CAZZELLA, 2007; RODRIGUES, 2006).

No território é possível reconhecer os processos sociais de exclusão histórica, principalmente no que diz respeito às matrizes étnicas mais expressivas da população e às expropriações dos espaços. Assim, o território carrega as marcas do passado, a dinâmica atual e as linhas de força que mostram o que pode acontecer no espaço futuramente (FERREIRA, ANJOS, 2012).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Para Lefebvre (2000), o espaço passa a ser influenciado pelo modo de produção realizada por cada sociedade e tornam-se diacrônico e dotado de uma simultaneidade dinâmica, permitindo assimilar espaço-tempo, múltiplos pela sua própria condição de ser proveniente destas realidades e possibilidades.

O espaço pode ser definido como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. Este conjunto de sistemas nos permite entender as formas representativas de relações sociais passadas e do presente que estão acontecendo diante dos nossos olhos e se manifestam através de processos e funções e cujas modificações são reflexos de novas ações e acabam por criar novos objetos, transformando as relações no espaço (SANTOS, 2004).

Neste sentido, a lógica territorial é de construir e fortalecer interdependências entre os setores econômicos e entre as esferas políticas, sociais e espaciais. Para tanto, a constituição de redes de instituições apresentam uma correlação direta com a estrutura e a qualidade dos serviços existentes, além da apropriação por meio de representações sociais (CAZZELLA, 2007; RODRIGUES, 2006).

Para Pecqueur (1992) o espaço-território exerce forte influência no desenvolvimento, deixando de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das empresas. O território vai além da dimensão econômica e material e é fruto das relações existentes entre os grupos sociais.

A noção de apropriação do território e suas correlações tornam-se complementares ao conceito de paisagem que, por sua vez, pode ser entendida como um sistema que integra componentes do meio ambiente, por meio de um sistema homem meio ambiente, cujas relações tornam-se recíprocas em todas as esferas e dimensões. A paisagem é também portadora da herança natural e cultural e constitui um recurso para atividades econômicas, de gestão e planejamento (BASTIAN, 2001, apud LANG; BLASCHKE, 2009).

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. “É resultado de uma combinação dinâmica (instável) de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 2004, p. 141).

Sendo assim, o Desenvolvimento Territorial ocorre quando há a integração por representantes do poder público e da sociedade, pela diversidade de arranjos institucionais e pelos elementos que compõem a paisagem, podendo influenciar na elaboração de políticas públicas, ganhando novos significados, visando o desenvolvimento sustentável (MIRANDA, 2012; MACHADO, TOMAZZONI, 2011).

O planejamento dos recursos territoriais, que constituem a matéria prima do turismo, deve abranger a acessibilidade, a estrutura básica de alojamentos, restaurantes e demais estabelecimentos, assim como os atrativos (naturais e culturais) que propiciam o deslocamento de turistas e os comportamentos humanos. O planejamento do território visa o desenvolvimento local ou regional, em função das políticas que vem sendo adotadas e que visam à melhoria na qualidade de vida da população (MANZANARES, MATEOS, 2017).

Portanto, o espaço local pode ser entendido como resultado da relação antrópica, utilizando-se de elementos da paisagem, podendo torna-se uma região turística a partir das iniciativas realizadas por suas comunidades, resultado das próprias experiências e da relação da cultura com o território.

As organizações do território, dos elementos paisagísticos que o compõem e das condicionantes naturais e sociais existentes no espaço, tornam-se necessários para a prática turística, preservando a identidade cultural, sendo que os elementos que envolvem esta atividade podem ser vistos como um sistema em que interagem e se tornam independentes, porém complementares em relação a oferta turística.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

O conceito de Turismo de Base Comunitária – TBC, nasce considerando a perspectiva de se pensar em um melhor aproveitamento dos aspectos produtivos que podem integrar uma região e auxiliar no planejamento para se obter uma maior

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

eficiência econômica, social e ambiental. No final do século XX e início de século XXI, observa-se que o desenvolvimento de algumas atividades turísticas vem ocorrendo a partir de iniciativas endógenas locais e/ou regionais, baseadas em iniciativas comunitárias. Tal fato se comprova pelas diretrizes do atual Programa Nacional de Regionalização do Turismo, cujo enfoque está voltado para promover a cooperação entre os atores locais e as instituições de gestão pública e/ou privada, a fim de promover um turismo de forma mais sustentável (BURGOS, 2014; BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009).

Anterior ao surgimento do TBC, as experiências eram pautadas no conceito de Turismo Comunitário que, pode ser entendido como

aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades [...] o turismo de base comunitária é um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar (CORIOLANO, 2009, p. 70).

A associação entre os envolvidos pode ser formal ou informal, uma vez que estas iniciativas são bastante incipientes e geralmente se iniciam em territórios desprovidos de infraestrutura mínima e são reflexo de um processo endógeno.

As associações cumprem o papel de ser um novo ente turístico, um agente intermediário entre as articulações do Estado em políticas para o turismo e a vontade competitiva do empreendedor privado. Elas servem de instrumento de mobilização das comunidades em que estão inseridos os atrativos e empreendimentos, necessárias para a organização de eventos, marketing e atividades que envolvam muita gente e dinamizam os roteiros, criando uma mentalidade solidária e coletiva, de colaboração e ajuda mútua, diluindo os fracassos e fazendo com que as conquistas sejam de todos (BRAMBATTI, NITSCHE, 2018, p.18).

Para Bursztyn et al (2009), o TBC é aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão. Ocorre por meio de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

envolvimento participativo em todo o processo, desde o início, onde as ações voltadas ao turismo deverão propiciar a maior parte dos benefícios para a população local.

O turismo de base comunitária, até 1993, não fazia parte das discussões de turismo no Brasil, entretanto, já estava se consolidando na Europa. A primeira experiência no país foi com o projeto SILVES, na Amazônia, com apoio do governo da Áustria. Entre os anos de 1998 e 1999 algumas iniciativas começaram a se desenvolver, entretanto, desconexas. Dentre elas o projeto de Mamirauá e Vale do Guaporé (ligados aos Silves), Prainha do Canto Verde, Fundação Casa Grande e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (BASTEZINI, 2009).

Importante enfatizar que as discussões sobre o turismo de base comunitária no Brasil surgiram no Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997, configurando-se como o primeiro evento acadêmico a tratar e refletir sobre o fenômeno turístico e seus impactos em pequenas comunidades. A partir de então, diversas iniciativas ocorreram entre os anos de 1998 a 2000, se consolidando em 2003, com a realização do primeiro Seminário de Turismo de Base comunitária, reunindo diversas iniciativas de TBC no Brasil (IRVING, 2009).

Um exemplo emblemático da criação do TBC, ocorreu com a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), que foi criada em 2001, com o objetivo de articular redes que vêm sendo construídas em diferentes escalas local e nacional, com a finalidade de diversificar as possibilidades de emprego e renda, de valorizar a cultura local e de fomentar o associativismo (MORAES et al, 2017).

O maior potencial do TBC está na participação da comunidade no fazer a atividade turística, como parte integral do desenvolvimento sustentável do turismo, onde a comunidade expressa seus desejos e suas aspirações sociais, e o TBC abre esse espaço para que a localidade, mesmo com sua individualidade, se envolva em uma construção coletiva em busca de melhor qualidade de vida (GÓMEZ et al, 2015; MORAES et al, 2017; SAMPAIO SAMPAIO, ZAMIGNAN, 2012).

O chamado turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo convencional ou de massa. Para Bursztyn et al (2009), Pires (2002), Ruschmann (1999) e Mano et al (2017), um exemplo de turismo de massa são os

grandes empreendimentos (resorts) que acabam provocando a especulação imobiliária e a descaracterização da cultura local. Este fato fez com que algumas comunidades lutassem por seus direitos, resultando na criação de um turismo alternativo ou comunitário. Muitas dessas comunidades se concentravam no espaço rural ou espaços em que comunidades tradicionais como pescadores artesanais, grupos quilombolas, indígenas e outros grupos minoritários como os extrativistas vivem. Porém, é no espaço rural que muitas destas experiências de turismo vêm ocorrendo.

O espaço rural brasileiro tem passado por modificações, principalmente nas relações e formas de trabalho. Estas modificações possibilitam aos agricultores o aumento da renda familiar por meio de novas atividades como o turismo que visam à melhoria da qualidade de vida no campo. A redução dos limites entre os rurais e urbanos, ocorre devido ao meio rural estar aderindo a atividades antes comuns aos meios urbanos. Contudo, as desigualdades sociais ainda são grandes, uma vez que o meio rural padece com a falta de condições básicas e de infraestrutura.

No Brasil, há certa confusão conceitual, onde alguns autores ainda consideram o turismo no espaço rural como sinônimo de turismo rural. Porém, considera-se conveniente assumir propositadamente a amplitude da expressão “turismo em espaço rural” e vale justamente pelo fato de ser abrangente, tornando-se menos ambígua do que apenas “turismo rural”. Um exemplo é o agroturismo, que adquiriu características próprias, mas que é facilmente confundido com modalidades diversas como o ecoturismo, turismo ambiental, de aventura, entre outros; de modo que cabe assumir postura mais aberta, na tentativa de não fragmentar demais os parâmetros conceituais em função dos tipos de práticas recreativas aí existentes (ZIMMERMANN, 2003; PORTUGUEZ, 2002).

Ainda em relação ao TBC, em pesquisas mais recentes, observa-se dificuldades para o seu desenvolvimento em redes na América Latina. Dentre as dificuldades apontadas por Moraes (2017), está a limitada capacidade de gestão das redes de turismo comunitário; a falta de qualidade da oferta de prestação de serviços com relação à demanda; a elevada dependência de recursos externos; a limitação de membros envolvidos no processo; o estabelecimento de relações informais; a

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

inexistência de políticas públicas específicas para esse tipo de iniciativa; e a forte influência do setor turístico convencional, baseado na lógica do mercado nesse contexto.

Apesar das dificuldades apontadas acima, o Estado de Santa Catarina, devido sua vocação para a atividade turística, tem investido em novas atividades no espaço rural que vem crescendo cada vez mais por meio de iniciativas de diferentes Ong's e entidades voltadas ao setor turístico. Tal fato tem despertado o interesse dos municípios em diminuir as desigualdades sociais e buscar novas alternativas de dinamização das atividades agrícolas e não agrícolas. Muitas dessas atividades surgiram ante a necessidade de dinamizar as atividades no campo na tentativa de resgatar a autoestima do agricultor e revitalizar o espaço rural. As novas atividades não agrícolas, também chamadas de agricultura pluriativa, são uma forma de incrementar a renda familiar. Dentre os segmentos do turismo no espaço rural, o agroturismo pode ser considerado uma alternativa de turismo sustentável, contribuindo com o desenvolvimento territorial à medida que oferece aos visitantes, o convívio com o ambiente natural por meio de alimentos saudáveis, lazer e preservação da natureza e da cultura local (GUZZATTI, 2003).

Outro segmento que se destaca na preservação dos espaços rurais é o Ecoturismo, que segundo Pires (2002), pode ser entendido como um segmento que visa ideais de mudanças e inovação do turismo convencional de massas, buscando um turismo diferenciado em relação ao convencional ou tradicional. O Ecoturismo visa a educação, o envolvimento com a comunidade local, o apoio à conservação ambiental e a sustentabilidade, conciliando os interesses econômicos aos ambientais.

A prática de TBC exige uma nova forma de olhar para os problemas sociais, culturais e ambientais das comunidades de destino. Essa nova concepção de turismo é também influenciada pelas mudanças no perfil do turista contemporâneo, o qual busca por experiências turísticas com valores naturais e culturais, que primam pela autenticidade e originalidade dos lugares e pela responsabilidade e preocupação com a biodiversidade, por meio da interação com a comunidade visitada (MORAES et al, 2017, p. 14).

Por meio do TBC e dessa mudança de olhar, buscando a valorização dos aspectos sociais, culturais e ambientais e o envolvimento das comunidades, pode se promover o desenvolvimento no território.

O desenvolvimento regional, atualmente, alicerça-se em diferentes modelos e fatores que geram práticas e dinâmicas distintas. Alguns fatores, como cultura, tradição, crença, arranjos organizacionais, liberdade, capital social e associativismo, quando integrados, tendem a potencializar os ativos endógenos regionais. O processo de desenvolvimento regional envolve, além das transformações sociais, também um aproveitamento das diferenças regionais, ou seja, as regiões devem aproveitar suas vantagens comparativas e diversificar sua economia baseada nos recursos e nas especificidades de cada região (DAMO, 2006).

O Turismo Comunitário parte desta perspectiva integradora entre sociedade e território, gerando um processo contínuo de articulação das forças internas. Neste contexto, a participação da comunidade é um fator essencial nas iniciativas de Base Local, sendo fundamental, tanto na formulação e execução quanto na avaliação das propostas de desenvolvimento, e não apenas na legitimação das decisões pensadas por uma minoria (NERY, 2009).

Nessa perspectiva, o TBC se fundamenta “na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (MALDONADO, 2009, p.30).

Por seu carácter complexo, as redes sociais podem articular-se para desenvolver espaços únicos, com uma oferta de serviços e produtos atrativos. O impacto destas redes, acarretam transformações e geram benefícios para associações e pequenos negócios, e podem resultar em ferramentas de marketing social e de experiências (SHARPLEY, 2014; HENCHE, CARRERA, 2017).

No caso do desenvolvimento regional, todos os atores sociais, sejam públicos ou privados, são elementos importantes para se trabalhar qualquer modelo de desenvolvimento, já que o planejamento participativo poderá propiciar e garantir a representatividade dos atores, a partir da diversidade de interesses. A

sustentabilidade do desenvolvimento depende tanto do modo de conduzir as iniciativas, como dos valores e princípios das propostas de desenvolvimento.

## INICIATIVAS DE TBC PELO BRASIL

No Brasil, alguns Estados se destacam pelas iniciativas de organizações associativas de turismo no espaço rural e turismo de base comunitária. No Rio Grande do Sul, destaca-se os Caminhos da Colônia em Caxias do Sul, pela produção artesanal de vinhos, queijos e artesanato de diferentes materiais; e os Caminhos Rurais em Porto Alegre, onde são desenvolvidas atividades de turismo no espaço rural, por meio da produção associada com feiras orgânicas, turismo pedagógico, entre outros. Na região amazônica, um dos projetos mais expressivos é o Programa de Turismo de Base Comunitária do Instituto Mamirauá que, desde 1998, assessora comunidades locais para a prestação de serviços turísticos e ações de sustentabilidade. Em Santa Catarina, há a associação de agricultores integrada à rede *Accueil Paysan*, chamada Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC). Esta associação, que será enfocada mais detidamente na próxima seção, tem sido um exemplo de cooperação e diversificação da produção agrícola e do turismo no espaço rural.

O turismo de base comunitária vem sendo inserido nas discussões do turismo Brasileiro. A aproximação das experiências iniciou sua consolidação em 2003, com a realização do primeiro Seminário de Turismo de Base comunitária, reunindo as várias iniciativas de TBC no Brasil, realizado em Fortaleza. Ao longo dos anos que seguiram, outros eventos ocorreram, mas no ano de 2007, as ações foram focadas na busca de apoio para o fortalecimento do TBC, que sai da Secretaria de Políticas Públicas e vai para a secretaria de Programas. Em 2008 foi lançado o primeiro edital de apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária, pelo Ministério do Turismo, ao qual foram aprovados 49 projetos de diferentes destinos brasileiros. Nos anos subsequentes, não houve mais editais de apoio, dificultando o crescimento desse segmento em todo País (GUZZATTI, 2010).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Nota-se, que ao longo dos anos, muitos destinos não dispõem de informações consistentes acerca da realidade local e dos principais efeitos gerados pelas iniciativas de turismo de base comunitária. Isso também pode ser agravado, entre outros aspectos, pelo despreparo e a falta de articulação entre os atores locais, representados pelas organizações sociais, pelas instituições de gestão territorial local e a falta de políticas públicas. Esta situação, contribui para descontinuidade das políticas nacionais, estaduais e regionais de turismo, para o não envolvimento da comunidade local e para a geração de produtos turísticos incipientes, não articulados com o potencial da população, suas necessidades, anseios e preparo.

Percebe-se ainda, a partir de estudos existentes sobre esta questão, que as iniciativas comunitárias estão ocorrendo de forma desarticulada e, este fato, tem levado ao não aproveitamento da produção local e a falta de fortalecimento as iniciativas locais. Também é notório o baixo incentivo à oferta de produtos sazonais, a ausência de demanda pelos produtos locais pelo desconhecimento da existência dos mesmos nas comunidades, a desqualificação da oferta em relação aos padrões de qualidade e fornecimento demandados e por fim, a falta de organização das comunidades para provimento de seus produtos (3ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 2007). Cabe ressaltar que devido a data da publicação acima, será realizado novas pesquisas bibliográficas e em campo, visando a atualização do estado da arte acerca das publicações existentes sobre a temática. Para a elaboração deste plano de trabalho, foi realizado uma pesquisa preliminar em artigos recentes, e foram identificados algumas bibliografias<sup>89</sup> (nacionais e internacionais) que servirão de base para estudos posteriores.

No caso de Santa Catarina, o turismo no espaço rural, tem gerado renda em grande parte dos pequenos municípios da região serrana do Estado. Entretanto, faz-se necessário pensar em alternativas inovadoras que possam ser incorporadas às Políticas Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais como forma de articular os atores locais e amenizar as dificuldades encontradas pelas famílias que residem no campo.

---

<sup>89</sup>Importante salientar, que mesmo em artigos publicados recentemente, as referências bibliográficas estão defasadas em relação ao tempo, justificando a necessidade de novas pesquisas.

## **ACOLHIDA NA COLÔNIA - SC: UM TERRITÓRIO DE INCLUSÃO**

O projeto denominado Acolhida na Colônia, adota princípios de sustentabilidade, por meio do agroturismo, da inclusão social, da geração de renda, da construção de rede social dentro de um território de identidade.

Localizada na região sudeste de SC a 150km de Florianópolis, a região das Encostas da Serra Geral é um corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Duas vocações polarizam os atores locais no debate sobre desenvolvimento sustentável dos espaços rurais da região, sendo eles: o reflorestamento e a produção orgânica, combinada com outras estratégias de agregação de valor como o agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, entre outros, com opções para a pequena propriedade (unidade familiar). Segundo Cabral (2004), o espaço ocupado pelo território das Encostas da Serra, teve sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, que geraram a atual organização baseada na produção familiar.

Estas estruturas, em função de mudanças no contexto sócio-político e econômico, especialmente a partir de 1980, produziram demandas que acabaram resultando em um projeto de desenvolvimento territorial e uma rede cooperada de organizações. Tal fato, foi impulsionado pelos movimentos migratórios ocorridos na década de 90, de agricultores para centros urbanos do litoral catarinense, em função da crise da economia do porco macau, a queda dos preços do fumo - atividade que sucedeu a anterior como geradora de renda - gerou problemas e muito desestímulo.

Neste contexto, o projeto Acolhida na Colônia surgiu no Brasil em 1996, a partir de um movimento coordenado pela AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, em função da resistência dos agricultores familiares que desejavam permanecer em suas terras, apoiados por um grupo de técnicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, tendo como princípio, o respeito ao meio ambiente. É uma associação de agricultores integrada à Rede

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

*Accueil Paysan* (atuante na França desde 1987), que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo através do Agroturismo Ecológico (GUZZATTI, 2010).

De 1998, ano de sua criação, aos dias atuais, a AAAC vem conquistando o respeito de instituições nacionais e internacionais. Em 2008, a AAAC conquistou o título de “Destino Referência” no Segmento Turismo Rural, segundo o Macro programa de Regionalização do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, a partir de um arranjo constituído pelos quatro municípios: Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Rancho Queimado e Urubici. Tal reconhecimento tem trazido benefícios importantes, especialmente na divulgação do destino. O projeto, tem sua base em seis municípios, participantes dos territórios das Secretarias Regionais de Desenvolvimento, instituídas pelo governo de Santa Catarina, e um município no Estado do Rio de Janeiro (AAAC, 2018).

Os municípios de Anitápolis, Santa Rosa de Lima e Rancho Queimado se localizam entre as regiões nomeadas de Serras do Leste Catarinense (Complexo Serra do Tabuleiro) e Encostas da Serra Geral, e o município de Urubici no Planalto Catarinense (Figura 01).

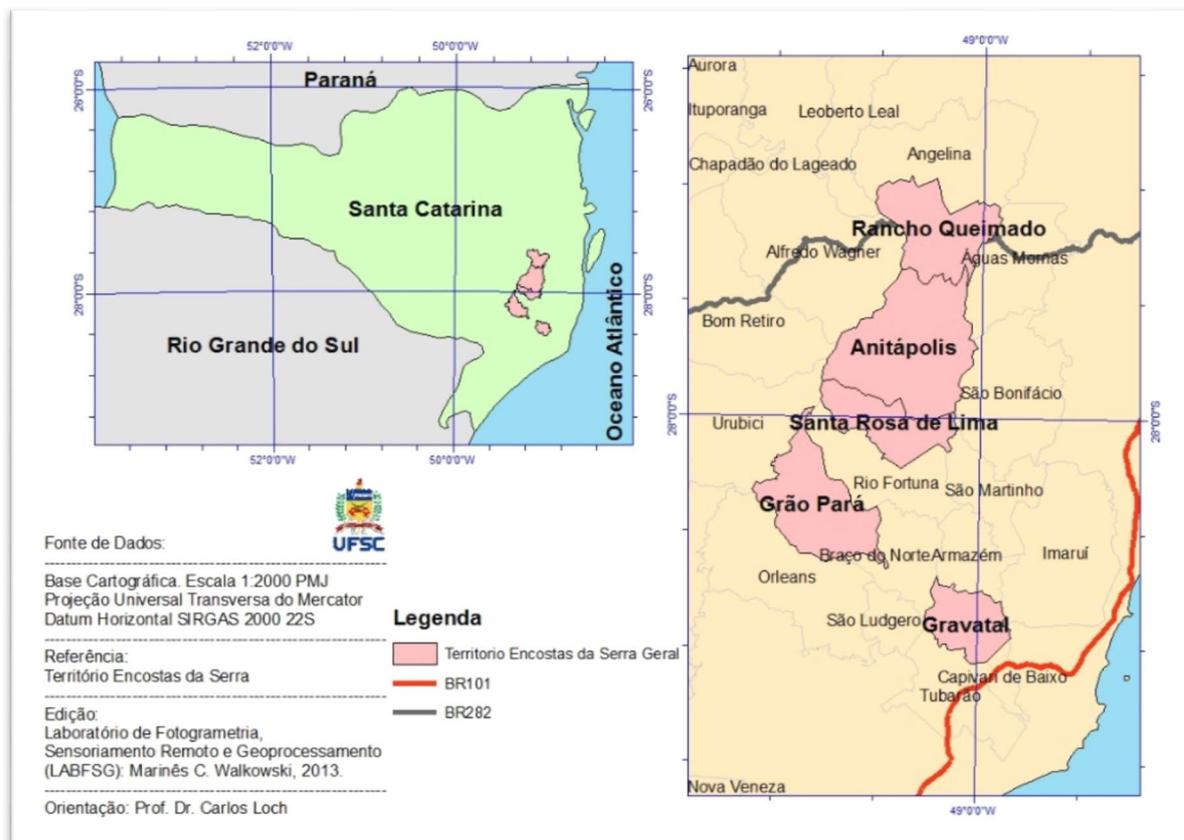
Em 2009, foi constituída a Associação dos Municípios das Encostas da Serra Geral, indicando a importância dessa região e o potencial para a construção do território.

A região é composta por municípios essencialmente rurais, com predomínio de unidades familiares de produção. A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia vem atuando no estado de Santa Catarina desde 1999 e conta atualmente com aproximadamente cento e setenta famílias de agricultores, distribuídos em 27 municípios. Faz parte da rede internacional de agroturismo *Accueil Paysan*, hoje presente em 31 países de quatro continentes, sendo que na América Latina a primeira experiência implementada é a da Acolhida na Colônia. Vale salientar que a Associação, no Brasil, é considerada a segunda maior filial e a mais organizada (GUZZATTI, 2010).

## **Figura 01: Território Encostas da Serra Geral**

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Walkowski, 2013.

Em relação à atual divisão territorial da administração pública estadual, Rancho Queimado e Anitápolis pertencem à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis, enquanto Santa Rosa de Lima pertence à SDR de Braço do Norte e Urubici, pertence à SDR de São Joaquim, conforme figura 01.

A região com maior número de municípios envolvidos no projeto é a Encosta da Serra Geral, composta pelos municípios: Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Grão Pará e Gravatal.

A Associação, também foi ampliada, por meio de um projeto de expansão em: Aurora, Atalanta, Agronômica, Agrolândia, Vitor Meirelle, Witmarsum, Presidente Getúlio, Lontras e Presidente Nereu, com base em recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (AAAC, 2018).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

E, com base em contratos por licitação com as prefeituras, está sendo ampliada para os municípios: Paulo Lopes, São Bonifácio e Consórcio Intermunicipal Quiriri (Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul).

Esta iniciativa tem sido pioneira no Estado de Santa Catarina e pode ser considerado um exemplo de turismo solidário, à medida que envolve a população, desde o início do processo e oferece a oportunidade de geração de renda aos jovens e adultos.

Em cada uma destas propriedades (unidade familiar), são trabalhados diferentes tipos de serviços, focando na complementariedade entre os mesmos: alimentação, hospedagem, venda de produtos e atividades de lazer.

Em relação ao Caderno de Normas da Associação, é norteado pelos seguintes princípios: produção associada; valorização e agregação de valor aos produtos locais; valorização da cultura e do saber fazer; oportunidade de emprego e renda para jovens e mulheres; organização e manutenção da agricultura familiar; associativismo e empoderamento dos agricultores.

Com base nestes princípios, a constituição de uma associação pode elevar a qualidade de vida, servindo de exemplo para que outros municípios se mobilizem, adequando suas atividades agrícolas e não-agrícolas às práticas mais saudáveis de vida, por meio de produção orgânica, além de agregar valor aos produtos e gerar renda com a vinda de visitantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Turismo de Base Comunitária é uma alternativa viável para as comunidades locais, atraindo um público cada vez mais voltado para a consciência ambiental e a valorização da cultura.

Desde a criação do TBC, foram diversas iniciativas que surgiram na América Latina e no território brasileiro. Contudo, estas iniciativas vêm tendo, nos últimos anos, dificuldades, sendo as principais, a limitada capacidade de gestão das redes de turismo comunitário, a inexistência (ou diminuição considerável) de políticas públicas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

específicas para esse tipo de iniciativa e a forte influência do setor turístico convencional, baseado na lógica do mercado, dentre outras. Sugere-se a realização de novas pesquisas que visem atualizar a situação e o andamento destes projetos no território brasileiro, especialmente os projetos que permanecem atuantes, seus ideários e perspectivas em relação ao desenvolvimento local sustentável, gerando assim, o interesse em dar continuidade a esta pesquisa, buscando realizar novas visitas em campo e atualizar o estado da arte acerca das publicações existentes sobre a temática.

Com base em visitas a campo, pesquisa bibliográfica e exploratória, observou-se que alguns projetos ainda persistem, destacando-se a Associação de Agroturismo, Acolhida na Colônia, em Santa Catarina. O agroturismo, presente como atividade principal na Associação Acolhida na Colônia, aparece como uma nova oportunidade de trabalho para estes agricultores, por meio da prestação de serviços de hospedagem, alimentação ou lazer. O turismo no espaço rural passa a ser visto como uma fonte de renda complementar para as famílias do meio rural, mantendo sua originalidade e preservando o patrimônio cultural e a melhoria nas condições de vida no campo.

Apesar das dificuldades apontadas no desenvolvimento do TBC, a Acolhida na Colônia tem se mantido no território devido a forte articulação entre as lideranças, parcerias com as instituições de ensino e a manutenção da metodologia realizada pela equipe técnica do projeto.

Neste sentido, o TBC compre sua função por meio de um melhor aproveitamento dos aspectos produtivos e de fortalecimento da agricultura familiar, além de contribuir com a melhoria na qualidade de vida do entorno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO ACOLHIDA NA COLÔNIA (AAAC). Disponível em: <[www.acolhida.com.br](http://www.acolhida.com.br)>. Acesso em 23 de março de 2018.

BASTEZINI, D. A. et al. **Jovens rurais e permanência no campo o turismo como possibilidade**. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC, Joinville, 2009.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BRAMBATTI, L. E, NITSCHKE, L. B. **Associativismo e Participação Comunitária: O Roteiro Rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil.** Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 10. v. 1, 2018, p. 71-84.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global, esboço metodológico.** trad. O. Cruz. R. RA'E GA, n. 8, Curitiba: Editora UFPR, 2004, p. 141-152.

BURSZTYN, I. et al. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p. 76 - 91.

CAZZELLA, A. A. **Base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise prospectiva.** XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Londrina- PR, 2007.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **Produção associada ao turismo.** Brasília, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança.** Fortaleza: EdUECE, 2009.

DAMO, M. R. S. **Análise da descentralização administrativa do governo do estado e os efeitos da fragmentação territorial no oeste catarinense.** Florianópolis, 2006. Dissertação de mestrado em engenharia civil, Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, E. F; ANJOS, R. S. A. **O território dos maracatusnação de Pernambuco: interpretação preliminar.** Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.1, 2012.

GUZZATTI, T. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC).** Florianópolis. Tese doutorado em geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GÓMEZ, C. R. P. et al. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos.** Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. vol.13, n. 5, 2015, p.1213-1227.

HENCHE, B. G, CARRERA, E. S. **Asociacionismo, redes y marketing em la transformación hacia el turismo experiencial: el caso del barrio de las letras Madrid.** Cuadernos de Turismo, n. 40, 2017, p. 315-338.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009, parte I, p.108-121.

LANG, S.; BLASCHKE, T. **Análise da paisagem com SIG.** Tradução Hermann Kux. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.  
MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. **A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil.** Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo. v.5, n.2, p. 226-247, 2011.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas.** In: BARTHOLO, R. et al. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. São Paulo: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MANO, A. D. **Turismo de base comunitária na favela Santa Marta (RJ): oportunidades sociais, econômicas e culturais.** Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo, 11(3), p. 413-435, 2017.

MANZANARES, A. F. A, MATEOS, H. M. S. **El acceso a los destinos rurales: una perspectiva para la planificación territorial del turismo em una región de interior (Castilla-la Mancha).** Cuadernos de Turismo, n. 40, 2017, p. 251-272.

MIRANDA, A. A. B. R. Pol. **O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no estado do Maranhão.** Públ., São Luís, v.16, n.1, 2012, p. 123-132.

MORAES, E.A.; IRVING, M.A.; SANTOS, J.S.C.; SANTOS, H.Q.; PINTO, M.C. **Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano.** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.9, n.6, 2017, p. 612-623.

NERY, A. R. **Do global ao local: reflexões sobre o turismo comunitário e o processo de desenvolvimento local.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009. 1 CD-ROM.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PECQUEUR, B. ***Territoire, territorialite et developpement***. In: Coloque Industrie et Territoire, IREPD, Grenoble, p. 20-22,1992.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

RODRIGUES, B. A. **Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. Enpublicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciências Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. **Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do rio sagrado, Morretes (PR)**. CULTUR, ano 06, n. 01, 2012, p. 25-39.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SHARPLEY, R. ***Host perceptions of tourism: A review of the research***. *Tourism Management*, 42, 2014, p. 37-49.

ZIMMERMANN, A. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In: ALMEIDA, J. A; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003, p. 127-142.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: METODOLOGIA PARA PROJETOS LOCAIS

Isabel Aparecida dos Santos Mayer

Thaise Costa Guzzatti

Mayra Vergotti Ferrigno, Cláudia Dias Nogueira

### RESUMO

O presente artigo aborda o Turismo de Base Comunitária na Agricultura Familiar (TBC-AF) e sua aplicabilidade ao projeto "Acolhendo em Parelheiros", através de metodologia participativa. Ainda em fase de aperfeiçoamento e implementação, o projeto coloca a mostra a viabilidade da metodologia e a importância dessa abordagem no desenvolvimento dos princípios que alicerçam o TBC-AF. O artigo tem como objetivo não apenas contribuir para efetivação desta modalidade de turismo junto a agricultores/as familiares, ancorada nos princípios de solidariedade, participação, cooperação e construção social, mas também divulgar a experiência de um projeto localizado em território rural da cidade de São Paulo. A metodologia, já utilizada pela atual Associação de Agricultores Acolhida na Colônia (Santa Catarina, Brasil) é apresentada em seus 6 passos, baseada em referências bibliográficas. A partir dessas considerações teóricas, contextualiza e analisa o projeto em andamento. São apresentadas reflexões sobre o contexto socioeconômico, ambiental e cultural, bem como as parcerias institucionais envolvidas. Mesmo que em fase de implementação, já é possível apresentar os significativos resultados desse processo de implantação de um turismo comunitário: autovalorização do agricultor beneficiado, coaprendizados no acolhimento de visitantes, intensificação das práticas de cooperação entre os participantes envolvidos são alguns resultados da metodologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo de Base Comunitária – Agricultura Familiar – Metodologia de Projetos – Agroturismo

### ABSTRACT

This article concerns Community Based Tourism in Family Agriculture (TBC-AF) and its applicability to the project "Acolhendo em Parelheiros", through participatory methodology. Still in the process of improvement and implementation, the project shows the feasibility of the methodology and the importance of this approach in the development of the principles that underpin the TBC-AF. The objective of this article is not only to contribute to the realization of this type of tourism with family farmers, based on the principles of solidarity, participation, cooperation and social construction, but also to disseminate the experience of a project located in the rural territory of the city of São Paulo. The methodology, already used by the current Association of Farmers Acolhida in the Colony (Santa Catarina, Brazil)

is presented in its 6 steps, based on bibliographical references. Based on these theoretical considerations, it contextualizes and analyzes the project in progress. Reflections are presented on the socioeconomic, environmental and cultural context, as well as the institutional partnerships involved. Even though it is possible to present the significant results of this process of implementing community tourism: self-valorization of the farmer benefited, co-learning in the reception of visitors, intensification of cooperation practices among the participants involved, some results of the methodology.

**KEYWORDS:** Community Based Tourism - Family Agriculture - Project Methodology – Agrotourism

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 80% dos alimentos produzidos no mundo, advêm de pequenas propriedades agrícolas (menos de 2 hectares), nas quais a principal mão de obra é constituída por homens e mulheres de uma mesma família (FAO, 2016). Os produtores e produtoras agrícolas familiares são responsáveis pelo gerenciamento de sistemas agrícolas diversificados, preservam os produtos alimentares tradicionais, contribuem para salvaguardar a agrobiodiversidade global. Estão integrados em redes locais e regionais com grande potencial de contribuição para avanço de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos. Apoiar a agricultura familiar é estratégico para a erradicação da fome no mundo (FAO, 2018).

Análises aprofundadas destas constatações, apontam para mudanças nas relações entre cidade-campo, levando a Organização das Nações Unidas (ONU) a declarar o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar e a propor na “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” entre os 17 ambiciosos objetivos do milênio, o objetivo 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015).

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006, mostram que 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste. De acordo com o levantamento, ela constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Estes números apontam, assim como os dados mundiais aqui, que as estratégias de desenvolvimento do Brasil não podem negligenciar este setor (IBGE, 2006).

Atualmente, cresce o número de pessoas que questionam termo "desenvolvimento", baseado em um modelo cujo cenário urbano-industrial é visto como a direção "natural" do progresso tecnológico e do desenvolvimento social. Percebe-se, porém, os impactos do modo de reprodução desse sistema, em diversas esferas (degradações ambientais e desigualdades sociais e econômicas). Nesta perspectiva, verifica-se que o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo que ele oferece em relação às novas demandas que passaram, nas últimas décadas, a caracterizar um novo padrão de qualidade de vida: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro, silêncio, relações humanas, cultura, qualidade alimentar e outras. Ruralidade não é mais sinônimo de atraso e passa a ser objeto de desejo e referência em termos de qualidade de vida.

As regiões rurais podem proporcionar alternativas aos problemas de trabalho e renda e para a melhoria da qualidade de vida, por meio de contatos diretos e intensos com a natureza. Esta perspectiva, permite conceber o desenvolvimento de novas atividades econômicas baseadas nos atributos rurais que passaram a ser valorizados pela sociedade urbana. Cita-se, nesta linha o *Turismo de Base Comunitária na Agricultura Familiar* – modalidade de turismo desenvolvida sobre bases associativas e solidárias em propriedades  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

rurais e por agricultores familiares. Seus princípios vão ao encontro das demandas que preveem o estabelecimento de relações intensas, embora intermitentes, entre os valores urbanos e os rurais. Além disso, pode-se reconhecer sua importante contribuição na geração de postos de ocupação produtiva e renda no meio rural; pela melhoria da infraestrutura e dos serviços rurais que proporciona; pela preservação do meio ambiente que gera; pelo reconhecimento e valorização da mulher que oportuniza; além de estratégica para aproximar os espaços - cada vez mais interdependentes - rural e urbano (SCHNEIDER; FIALHO, 2000; SCHNEIDER, 2004).

Neste artigo, as autoras optaram por privilegiar um recorte do que acontece no universo rural brasileiro: a agricultura familiar e a valorização e fortalecimento dos homens e mulheres envolvidos na produção agrícola. A hipótese deste artigo é que o Turismo de Base Comunitária na Agricultura Familiar (TBC-AF) pode ser uma estratégia para fortalecer os agricultores/as familiares, reduzir o preconceito da cidade com relação ao rural e contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar. Além de ser uma estratégia de participação dos agricultores familiares na cadeia produtiva do turismo, pode proporcionar a melhor forma de intercâmbio cultural, de trocas, de diálogos entre turistas e anfitriões, de experiências autênticas sobre os modos de vida e as percepções da comunidade. Para Santos (2010:127-128) é a forma de visitar intencionalmente a “alma” do lugar, “de criar laços de amizade, transformando estranhos em conhecidos”.

É neste contexto que se situa o presente artigo. Ou seja, o objetivo é oferecer contribuição ao conceito de TBC-AF tendo como referência uma metodologia ancorada nos princípios de solidariedade, participação, cooperação e construção social, a partir do estudo de caso do projeto “Acolhendo em Parelheiros”, desenvolvido em área rural da cidade de São Paulo, pela parceria de três organizações: o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac) organização fundada em 1981 e que atua em Parelheiros há 10 anos, fortalecendo grupos comunitários; a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) que congrega 34 agricultores/as familiares e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, uma iniciativa de TBC madura, com quase 20 anos de existência, reconhecidamente uma referência nacional e possuidora de uma metodologia de trabalho sistematizada e testada em diferentes realidades.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR (TBC-AF): UM NOVO JEITO DE FAZER TURISMO PARA MANTER UM JEITO DE FAZER AGRICULTURA**

A atividade turística é antiga, mas o fenômeno que se observa nos últimos anos, acelerado pela Segunda e Terceira Revolução Industrial e Informacional, incluindo o crescimento econômico de países capitalistas, modernização dos meios de transporte, conquistas sindicais como o direito a descanso e férias remuneradas aos trabalhadores, intensificaram as pelo poder viagens turísticas e o crescimento da indústria do turismo (SANTANA, 2010). Motivadas pela curiosidade de ver de perto paisagens que chegavam de lugares distantes ou aquisitivo que lhes permitia “pagar” pelo descanso, grupos cada vez maiores passaram a viajar por prazer (SANTANA, 2009).

Em pleno processo industrial e de crença no progresso e expansão do bem-estar social, indivíduos e investidores apostam e apresentam o turismo como alternativa ao desenvolvimento. Nas décadas seguintes, se confirmará a incapacidade de realização desta promessa. Em todas as direções, múltiplas atividades e serviços são desenvolvidos. Vende-se a ideia de “paraíso provisório”, de “local dos sonhos”, nos quais seria possível recuperar as energias para depois voltar a ser mais um na engrenagem capitalista.

Este tipo de turismo é alvo frequente de estudos e contestações no que se refere às suas consequências negativas, oriundas de atuação inconsequente que desconsidera as principais características do meio social e natural em que se insere (TRIGO, 1993; URRY, 1996; CORIOLANO, 2006; BURSZTYN et al., 2009; KRIPPENDORF, 1984; ZAQUAL, 2009). Para Bursztyn et al. (2009, p. 77), o turismo de massa “compromete as condições sociais, prejudica as condições ambientais e descaracteriza as heranças culturais de comunidades tradicionais”. Em função disso, surgem pelo mundo manifestações que questionam o “turismo de massa” e fomentam o surgimento de alternativas.

É cada vez mais consensual reconhecer o turismo como um fenômeno cheio de contradições, com efeitos negativos para os grupos economicamente vulneráveis “que passaram não a usufruir, mas a produzir serviços turísticos” (CORIOLANO 2006, p. 368). Zaqual (2006) critica o foco no lucro rápido, importando-se pouco com as condições de vida

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

dos cidadãos e cidadãs locais e ignorando os impactos ambientais, culturais e econômicos da “indústria turística”, acreditando (ou fingindo acreditar) que os bens fossem infinitos. Para o autor

A curto prazo, o lucro mata o lucro. Todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona. Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio (ZAQUAL, p. 58).

A análise bibliográfica aponta para uma vertente mais pessimista e outra mais otimista (SANTANA, 2009). A concepção pessimista do turismo (dominante nos anos 1970) entende que “os extensos benefícios econômicos são acompanhados por uma grande variedade de custos ambientais e sociais não-quantificados” (SANTANA, 2009, p.44).

A conceituação otimista (dominante na década de 1960), oferece uma classificação do turismo a partir de seus aspectos funcionais, sem pensar em sua integração, ou seja, o turismo é entendido como mais uma indústria da qual se procura retirar o máximo proveito no menor tempo possível (...). Com esta máxima, o turismo configura-se como um poderoso e benéfico agente de mudança, tanto econômico quanto social, estimulando o emprego e o investimento (SANTANA, 2009, p. 44).

Santana (2009, p.45) cita Jafar Jafari (1994) que acomoda estas análises em duas categorias: respectivamente “plataforma de defesa” e “plataforma de advertência” e cria outras duas: “plataforma de adaptação” que busca alternativa no turismo para o desenvolvimento, considerando de forma satisfatória as populações locais e “plataforma do conhecimento” que vê o turismo como uma multidisciplinaridade das ciências sociais e passível de ter modelos de desenvolvimento em que os benefícios sejam superiores aos efeitos indesejáveis.

Segundo Rejowski e Solha (2002), com o desenvolvimento desenfreado e até irresponsável do turismo, passou-se paulatinamente a uma postura crítica com a experiência turística, buscando-se também observar os interesses de todos os agentes do processo. Surgiram novos jeitos de fazer turismo, organizados em “segmentos” do turismo, a fim de atender às exigências de um turista mais crítico, consciente dos impactos sociais

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

e ambientais da atividade. São exemplos: o Turismo Solidário, Turismo Intercultural, Turismo de Natureza, Ecoturismo, Turismo de Experiência, Turismo Durável, Turismo de Proximidade, Turismo de Memória e História, Turismo de Valores (ZAQUAL, 2006).

Neste contexto, uma pluralidade e diversidade de experiências e iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) têm se multiplicado no Brasil e no mundo (SAMPAIO et al., 2014), como laboratórios de desenvolvimento do turismo pelas próprias comunidades, tornando a atividade uma importante e inovadora ferramenta para promover o desenvolvimento local. Tratam-se, em geral, de iniciativas que são pautadas na participação comunitária, na articulação dos atores locais e valorização do meio ambiente e, também, como um movimento de resistência das comunidades às formas predatórias de turismo.

Bursztyn (2012), ao analisar o desenvolvimento de diferentes iniciativas de TBC, destaca que um ponto importante a ser observado, é a forma como começam os projetos. É comum, segundo o autor, alguns serem induzidos a partir de financiamentos, caracterizando um movimento *top down* de implementação das atividades na comunidade o qual, se não de um processo de formação e articulação dos atores sociais a partir dos princípios do TBC, acabam desencadeando relações de dependência e disputa interna de recursos, o que compromete a sustentabilidade econômica desses projetos (BURSZTYN, 2012).

Mais especificamente no Brasil, o Ministério do Turismo (MTUR) evidencia a importância do TBC como modelo de desenvolvimento turístico sustentável, como

Um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades” (BRASIL, 2010, p.16).

O turismo passa a ser pensado, como uma estratégia de sobrevivência e entrada daqueles com menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e ressignifica a cultura (CORIOLANO, 2006: 374). Neste modelo, o cidadão local não é parte de um “espetáculo” moldado para agradar o turismo, não é passível de ser evitado como em um *resort*. No  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

TBC, a comunidade e seu cotidiano é o principal “atrativo”. É nele que o turista “mergulha”. Diminuem-se as barreiras entre o turista e o cidadão local. Por algumas horas, por alguns dias, unem-se as duas partes para que aquilo que o turismo propõe, ocorra: um deslocamento.

Nessa abordagem, observam-se elementos centrais que compõem o conceito de TBC, assim como também influenciam a diversidade de olhares sobre o tema, tais como: (a) autogestão; (b) associativismo e cooperativismo; (c) democratização de oportunidades e benefícios; (d) centralidade da colaboração, parceria e participação; (e) valorização da cultura local; e (f) protagonismo da comunidade por meio da apropriação dos benefícios advindos da atividade turística (BRASIL, 2010).

O Turismo de Base Comunitária na Agricultura Familiar (TBC-AF), se desenvolvido de forma planejada e participativa, com investimento em formação, comunicação e infraestrutura, pode consolidar-se como alternativa turística sustentável. Este conceito de turismo pode ampliar alguns dos efeitos desejáveis na atividade turística: aumento no investimento para conservação e manutenção do ambiente visitado; melhoria das condições ambientais e de infraestrutura do destino, trazendo benefícios para a população local; melhoria da renda dos pequenos agricultores; escolha e uso eficiente de tecnologias ambientalmente saudáveis; ampliação da produção orgânica; conservação, preservação, proteção e recuperação dos ambientes naturais; sensibilização e responsabilidade compartilhada com os turistas para as questões ambientais, contribuindo para conservação e proteção do ambiente visitado.

## **SER E FAZER NO PLURAL: UMA METODOLOGIA PARA TBC-AF**

A metodologia desenvolvida e utilizada pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Guzzatti, 2003) foi considerada adequada para ser utilizada como referência em projetos que busquem o desenvolvimento do TBC em áreas rurais pelos seguintes fatores:

*a) É proposta para ser desenvolvida em áreas rurais, por agricultores familiares.*

A metodologia foi formulada e é desenvolvida em pequenos municípios rurais com infraestrutura básica precária e geralmente sem qualquer tradição no turismo. Certamente não é a situação desejável ou uma vantagem competitiva das localidades em que se atua.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Ao contrário, sabe-se, desde o início do projeto, que esta será uma dificuldade que os envolvidos deverão estar atentos e que, organizados coletivamente, buscarão apoio para superar. Procura-se, com isso, superar o ciclo vicioso do turismo tradicional, que exclui comunidades com certo isolamento da possibilidade de desenvolver-se, através da valorização de aspectos culturais, naturais, dentre outros. Neste contexto, as matrizes propostas para avaliação do potencial turístico de localidades, as quais oferecem parâmetros para a apreciação da viabilidade de investimento no desenvolvimento turístico são rejeitadas por esta análise.

b) *Considera que todos os agricultores, a priori, têm potencial para a participação no projeto*

Apoiando-se em Boullon (2002), o potencial é encarado como a possibilidade de destinar o espaço real a algum uso diferente do atual; portanto, o espaço potencial não existe no presente, sua realidade pertence à imaginação dos planejadores, quando, depois do diagnóstico, ao passar para a parte propositiva, estudam-se as possibilidades de uso, neste caso, das propriedades rurais inseridas num circuito de agroturismo.

A metodologia está estruturada em seis etapas, descritas a seguir.

## **MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TBC-AF**

Segundo De Paula (2005), a mobilização e sensibilização da sociedade local pode ser considerada como o processo através do qual se busca atingir todos os segmentos da sociedade, para integrá-los à experiência de planejamento e gestão compartilhada. No caso em tela, o foco do esforço seria o envolvimento do tecido social local na implementação do TBC-AF. Sendo a proposta desenvolvimento em áreas rurais, é comum a baixa autoestima das pessoas do lugar, por terem visto, historicamente, parte de sua população migrar pela falta de oportunidades e pela ausência de investimentos públicos na infraestrutura básica e nos serviços essenciais que poderiam estimular a permanência dos mais jovens. Geralmente nestes locais não há atividade turística e há muitas dificuldades para que a mesma se desenvolva. Assim, conseguir que a comunidade local acredite em si mesma,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

na sua própria força e capacidade de realização é objetivo da etapa de mobilização e sensibilização.

Partindo-se do princípio que todos/as agricultores/as podem desenvolver atividades de TBC-AF em suas propriedades, cabe assegurar que o maior número de pessoas do município tome conhecimento da proposta de desenvolvimento do projeto, a compreendam e possam refletir sobre suas condições e interesse de participação.

Há várias estratégias que podem ser desenvolvidas simultaneamente para que isso ocorra. Geralmente o grupo de governança indica famílias do município que possuem características relevantes para um programa de agroturismo. Estas características podem ser o potencial paisagístico, com algum atrativo natural diferenciado (uma cachoeira, uma área de mata preservada, um rio etc), uma propriedade diversificada do ponto de vista da produção de alimentos ou onde aspectos culturais tradicionais estejam presentes, dentre outros. Estas propriedades são visitadas pelo grupo de governança para explicar a ideia do projeto e motivar a família a refletir sobre o assunto. Com a mesma proposta, famílias que exercem papel de liderança em suas comunidades também são visitadas para que possam divulgar a iniciativa para comunitários. Além das visitas, a utilização de meios de comunicação de massa, através da veiculação de matérias em jornais e rádios explicando o que é o Turismo de Base Comunitária e apresentando possibilidades para os/as agricultores/as do município são estratégias fundamentais para disseminar a informação e também para a criação de um clima favorável à sua discussão.

Na sequência, reuniões/palestras são feitas em comunidades, buscando reunir o máximo de agricultores/as interessados/as em conhecer a proposta. São explicados os conceitos relativos ao TBC e, principalmente, apresentadas experiências onde já é desenvolvido. Ao final, os/as participantes destes encontros são convidados/as a realizar uma saída de campo para conhecer *in loco* agricultores/as que já trabalham com a atividade turística. Depois disso, os que se sentem motivados/as à proposta são convidados/as a constituir o grupo que iniciará o trabalho no município. São os agricultores/as familiares pioneiros/as.

## **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DAS PROPRIEDADES RURAIS ENVOLVIDAS]**

Depois de constituído o grupo com as Unidades Familiares de Produção (UPF) interessadas e motivadas para o desenvolvimento do TBC, cabe pensar qual será o papel de cada uma delas num futuro circuito agroturístico. Ou seja, quais produtos e serviços vão oferecer, tendo em vista todo o conjunto que é necessário para que o turismo aconteça (serviços de alimentação e hospedagem, atividades de lazer e conhecimento, venda de produtos, guiamento, receptivo, dentre muitos outros). A proposta é que isso não seja feito por especialistas expertos em turismo, os quais lançariam seu olhar externo sobre a realidade das famílias e suas propriedades, propondo atividades que considerassem viáveis. A ideia, ao contrário, é que o grupo ajude a avaliar as possibilidades de cada UPF e se comprometa com o projeto escolhido “com” e “por” ela. Mas, como fazer isso se o grupo tem pouco ou quase nenhum repertório em turismo? A ideia é justamente fugir das concepções tradicionais do turismo, que valorizam mais a infraestrutura do que as pessoas envolvidas. Parte-se do princípio de que todos/as têm saberes e experiências para a trocar. A reflexão conjunta ajudará a construir uma proposta de turismo que seja adequada às suas realidades e objetivos.

Assim, a metodologia selecionada para esta etapa é o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Trata-se, conforme evidencia Verdejo (2006, p. 12), de “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento”. O autor indica que “os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação” (VERDEJO, 2006, p. 12).

No caso do TBC, as pessoas que compõe o grupo inicial motivado ao projeto, passam a realizar o DRP em encontros semanais ou quinzenais, na forma de rodízio nas UPF participantes. Há um técnico com experiência na temática que atuará como animador (ou facilitador) dos encontros. A unidade que sedia o diagnóstico deve receber o grupo como se fossem seus primeiros turistas. Nesta jornada o grupo será recepcionado, conhecerá a propriedade percorrendo as áreas selecionadas pela família, compartilhará refeições, contemplará a natureza, dentre outros. Ao final do encontro, o grupo fará uma avaliação dos “pontos fortes” e “pontos a serem melhorados” na propriedade/visita. Um roteiro contendo alguns pontos para observação gerais (atendimento, sinalização, paisagismo, alimentação, infraestrutura disponível, atividades de lazer, dentre outros) é

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

disponibilizado aos grupos. Ao final, o resultado é compartilhado com a família. Neste sentido, sinaliza Verdejo,

O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a idéia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. (VERDEJO, 2006, p. 12).

Interessante registrar que no primeiro DRP os participantes ficam um pouco reticentes com a metodologia, especialmente por acharem que não possuem “capacidade técnica” para avaliação. No entanto, vão percebendo que a proposta é que os conceitos sejam definidos no coletivo, a partir de perguntas orientadoras que eles mesmos estabelecem: o que é um bom atendimento? O que é importante para que as pessoas possam chegar em segurança nas propriedades? Como avaliar se uma comida é boa? A cada encontro observa-se nas propriedades, uma incorporação dos pontos avaliados e discutidos nos encontros anteriores. A metodologia permite que a cada visita uma formação nas temáticas do TBC seja desenvolvida, valorizando o saber prévio dos participantes, mediados pelo/a facilitador/a. Finalmente, a realização do DRP abre espaço para a discussão da próxima etapa que é a de cooperação, ao permitir que as famílias se encontrem e construam laços de confiança e solidariedade.

## COOPERAÇÃO

A partir deste ponto as UPF passam a planejar a implantação de seus negócios individuais (pequenas pousadas, restaurantes, pontos de venda de produtos etc). É importante que comecem a pensar enquanto grupo, na constituição de um circuito local de gestão cooperada. O elemento essencial para a cooperação é a confiança. Segundo Putnam (1996), “até mesmo as transações que aparentemente visam ao interesse próprio assumem um caráter diferente quando inseridas num contexto social que promove a confiança mútua” (1996, p.103). Na concepção deste autor, a confiança é um pré-requisito da participação política, do comportamento de obediência às leis, da cooperação horizontal e da tolerância pela diversidade de opiniões. Uma pessoa confia em outra porque tem

ISSN: 1808-9755

certas expectativas sobre o modo como esta outra pessoa vai reagir. Nesse sentido, a confiança reforça a ação coletiva e a cooperação, porque se baseia em expectativas da continuidade de padrões de comportamento estabelecidos e repetitivos.

Partindo-se do princípio que a confiança foi estabelecida a partir dos encontros e das relações de proximidade consolidada na etapa do DRP, os envolvidos iniciam organização e o plano gestão do circuito que estão construindo. É importante que o circuito turístico garanta a rotatividade, para que todas as UPF sejam beneficiadas. O grupo pode desenvolver uma marca comum que dê o sentido de pertencimento, de coletivo e fortaleça o local.

## **IMPLANTAÇÃO DOS NEGÓCIOS NAS PROPRIEDADES RURAIS**

Após a realização dos DRP, uma reunião coletiva para apresentação e discussão dos resultados é realizada. Neste encontro, a partir das fortalezas de cada propriedade e de suas ameaças, são definidas atividades iniciais para que as famílias integrem o circuito turístico. Um ponto importante que é observado é o investimento necessário para tirar o projeto do papel. A proposta é que se comece pelas atividades que demandem o menor investimento possível, pois sabe-se que o turismo demora a estabelecer-se e proporcionar algum retorno para a família e que este será um complemento às outras atividades desenvolvidas. Com pequenos investimentos, evita-se que a pressão dos financiamentos desestabilize as famílias e coloque o projeto em risco. Propõe-se aos participantes trabalharem com a noção de evolução, crescimento ao longo do tempo. Assim, integram o projeto com a atividade que demandam menor investimento (adaptando e dando novos usos para estruturas existentes) e, com o passar do tempo e os resultados auferidos com a atividade, passam para uma nova ou expandem a inicial.

Outra questão importante é a avaliação da disponibilidade da mão de obra. Uma realidade das famílias rurais é o envelhecimento e a pouca mão de obra disponível – em grande parte devido ao êxodo dos jovens. Neste sentido, considerar a realidade da família é fundamental para a definição do serviço turístico a ser ofertado. Há atividades, como por exemplo, alimentação, que geram muito mais trabalho que outras.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Tendo levado estes pontos em consideração e atentando-se para que nenhuma propriedade tenha ficado isolada (muito distante) das outras, o que dificultaria sua visita, passa-se a fase dos investimentos e da capacitação. Geralmente os/as agricultores/as não possuem recursos disponíveis e precisam recorrer a algum tipo de financiamento. Um dos recursos disponíveis no mercado é o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Isso implicará na taxa de juros aplicada ao financiamento.

O processo de implantação é permeado pela realização de capacitações que utilizam os dias de campo vivenciados como estratégia pedagógica, a partir de temáticas ligadas às atividades realizadas pelos participantes, por exemplo, um dia de campo de jardinagem e paisagismo acontece numa propriedade. No final do dia, além dos/as participantes aprenderem aspectos relevantes sobre a temática, terão exercitado este conhecimento elaborando um pequeno jardim. Como contribuição, a propriedade que sedia o encontro sairá com parte do trabalho realizado.

## **CERTIFICAÇÃO**

Após a implantação dos empreendimentos nas propriedades rurais, cabe ao grupo assegurar-se que princípios e compromissos estabelecidos na etapa da cooperação, foram seguidos pelos/as agricultores/as que assinam um termo de compromisso quando aderem ao grupo. A proposta é a utilização da certificação participativa realizada por um trio formado por dois/duas agricultores/as e um/a animador/a ou facilitador, ou técnico/a, que avaliam outras propriedades. Utiliza-se um *check list* para confirmar se os critérios mínimos foram contemplados. Ao final, emite-se um certificado de conformidade. Há regras que se não forem cumpridas integralmente impossibilitam a participação no programa e há regras que permitem prazo de adequação. Tudo é estabelecido previamente pelo coletivo.

## **PROMOÇÃO**

Finalmente a última etapa é a promoção do programa. Busca-se definir as melhores estratégias para comunicar aos futuros visitantes o circuito estabelecido. As formas tradicionais são utilizadas, baseando-se em portal da internet com apresentação do projeto e dos associados, possibilidade de reserva online e avaliação direta (acolhedor – acolhido);  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

acolhido – acolhedor); utilização de redes sociais; participação em eventos locais e regionais; nos pontos de venda diretos de produtos de associados, além da mídia gratuita. O boca-a-boca continua sendo uma ferramenta importante para promoção das propriedades associadas.

## **O CASO DE PARELHEIROS: O NASCIMENTO E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO “ACOLHENDO EM PARELHEIROS”**

A experiência do projeto Acolhendo em Parelheiros, apesar de estar em fase de implementação, já permite identificar elementos que demonstram o processo de estabelecimento de um programa de Turismo de Base Comunitária com foco em agroturismo a partir da metodologia desenvolvida e utilizada pela Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (Guzzatti, 2003), no estado de Santa Catarina. Isto porque, trata-se, não somente de uma proposta de criação de um roteiro turístico, mas essencialmente de um roteiro para a área rural da cidade de São Paulo concebido coletivamente com agricultores familiares orgânicos que, até então, não vislumbravam o potencial turístico de suas propriedades de forma sistêmica e em rede. Ademais, os passos dados pela iniciativa em direção a consolidação do TBC em Parelheiros evidenciam com clareza as etapas que configuram a metodologia de referência da Acolhida na Colônia.

## **PARELHEIROS: UM DISTRITO RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Situado na Zona Sul da cidade de São Paulo, Parelheiros é o distrito de maior dimensão territorial da capital paulista, representando 24% do território da cidade, com uma extensão de 360,6 km<sup>2</sup>. Região produtora de água, conta com bacias hidrográficas das Represas Guarapiranga e Billings e do rio Capivari, que abastecem cerca de 30% da Região Metropolitana, contando com extensas áreas de vegetação nativa e de produção agrícola.

Assim como outras zonas periféricas da cidade de São Paulo, é uma região com pouco investimento público em áreas sociais: há escassos equipamentos de saúde (os leitos hospitalares, por exemplo, ainda fazem parte de reivindicações da população e das promessas eleitorais), níveis mais baixos de escolaridade, em relação a outras regiões da

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

cidade (a subprefeitura de Parelheiros tem a pior taxa de população analfabeta com 16 anos ou mais: 4,89% - INEP 2005) e condições ruins de mobilidade para transporte coletivo (ruas com asfaltamento precário e poucas frotas de ônibus, que enfrentam distâncias e muito congestionamento para deslocamento dentro do bairro e sobretudo, para acesso a outras regiões).

Em relação à ocupação da região, apesar da colonização antiga de imigrantes alemães (desde dezembro de 1827, quando chegou do Porto de Santos o primeiro grupo de colonos alemães para essa região – PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2018) e posteriormente da imigração japonesa (década de 1930, com dedicação à atividade agrícola), atualmente Parelheiros recebe população de diversas regiões do país, sobretudo pessoas oriundas do nordeste do país (desde a década de 40), em busca de empregos e na expectativa de melhores condições de trabalho, na capital paulista.

Parelheiros está inserido, em uma região de rico patrimônio ambiental, mesclado a uma intensa diversidade cultural, contando com duas Áreas de Proteção Ambientais: a APA Bororé-Colônia e a APA Capivari-Monos e também áreas de reservas indígenas da etnia Guarani M'Bya (aldeias Tenondé Porã, Krukutu e Kalipety). No distrito seguinte, em direção ao sul da cidade, já na região de Marsilac, temos o início do Parque Estadual da Serra do Mar. E mesmo na condição de áreas protegidas, o que impõe regulamentações legais que restringem a ocupação desse território, a urbanização da cidade de São Paulo continua crescendo para essa região - atualmente conta com uma população de 131.183 habitantes (CENSO 2010), apesar dos escassos equipamentos públicos para atender essa demanda. É nessa área de Mata Atlântica, rica em recursos hídricos e biodiversidade, que parte da produção agrícola que abastece a cidade de São Paulo, é feita por pequenos produtores vinculados à cooperativa pela Cooperapas.

Ainda que o território de Parelheiros pertença a uma das maiores e mais urbanizadas metrópoles do mundo, é um distrito reconhecido como área rural da cidade de São Paulo. Em sua extensão, estão presentes os associados da Cooperapas, 34 agricultores agroecológicos registrados, cuja produção é orgânica. Esses trabalhadores são fornecedores em feiras orgânicas, para empresas, organizações e restaurantes da cidade de São Paulo. Porém, apesar de já fornecerem para públicos de destaque, a renda advinda da agricultura ainda é baixa se comparado aos custos de produção e necessidades das

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

famílias. Percebe-se necessário estabelecer uma forma mais direta e justa de relação entre produtores e consumidores. Além disso, a produção tem potencial para ser ampliada e as propriedades agrícolas, se estruturadas, podem ser pontos de agroturismo.

A região de Parelheiros, juntamente com o distrito de Marsilac, também é reconhecida como Polo de Ecoturismo de São Paulo (Lei Municipal nº 15.953, de 07 de janeiro de 2014) e vem ganhando visibilidade seja por seus atrativos naturais (cachoeiras, represas e parques como o Parque Natural Municipal da Cratera de Colônia) e atrativos histórico-culturais já citados (migração alemã e japonesa, aldeias indígenas, e outros locais de grande potencialidade turística, como o templo messiânico Solo Sagrado de Guarapiranga, o Cemitério de Colônia, o Centro de Cultura Afro-brasileira Asé Ylê do Hozouane).

## **ACOLHENDO EM PARELHEIROS: DA CONCEPÇÃO AO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO**

O projeto Acolhendo em Parelheiros é uma iniciativa que tem como proponente o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho – IBEAC. Fundada em 1981, a organização social tem como missão atuar no fortalecimento de uma cultura de direitos humanos e de cidadania participativa e solidária, transformando comunidades e territórios na concretização de direitos com base em ações sustentáveis e em uma metodologia capaz de ser reaplicada em outros contextos sociais. Desde 2008, decidiu focar suas ações em Parelheiros pautada na relevância da região para a qualidade de vida da capital, pelos baixos índices socioeconômicos e pelo alto potencial de desenvolvimento local.

O projeto é fruto do incentivo da ação empreendedora social promovida pela organização em Parelheiros tendo em vista o potencial de desenvolvimento local, geração de renda e contexto do Polo de Ecoturismo da região. Ele é desenvolvido em parceria com a Cooperapas (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo), a Associação Acolhida na Colônia, a Schumacher College, Sesc (Serviço Social do Comércio) de São Paulo, Agência Araribá Cultura e Turismo e os empreendimentos e projetos sociais locais Amara Cozinha, Vargem Grande Comunidade

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Saudável e Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, com o objetivo de desenvolver um programa de formação voltado ao turismo agroecológico, pautado na economia de base comunitária inclusiva e colaborativa, tendo como objeto a estruturação de propriedades rurais, equipamentos e empreendimentos comunitários locais para o turismo social.

Isto porque, estes espaços não estão preparados teórica e fisicamente para receber turistas e não compõem a rota turística convencional explorada prioritariamente por agências no centro na cidade, sem benefícios para os moradores dessa região.

Ao usar o potencial sócio-econômico das propriedades, os equipamentos e empreendimentos sociais comunitários presentes na região, bem como sua produção local, pautados nos princípios do trabalho associativo, agricultura familiar, sustentabilidade ambiental e turismo de convivência, estes moradores desencadeiam uma importante estratégia de fortalecimento local, conservação ambiental e geração de renda, proporcionando melhores condições de vida para si e sua comunidade.

O projeto vem sendo desenvolvido com base em etapas consonantes com a metodologia proposta, conforme comparativo apresentado na tabela a seguir:

**Tabela 1. Metodologia TCB-AF**

ETAPA DA METODOLOGIA TCB-AF	DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
<b>Mobilização e Sensibilização da Comunidade</b>	A primeira ação de mobilização do projeto se deu em uma reunião da Cooperapas. Na ocasião, a ideia de projeto foi apresentada e os agricultores associados foram chamados para participar da iniciativa. Um segundo momento de mobilização se deu quando a ideia já estava formalmente constituída como um projeto estruturado e com recursos garantidos pela aprovação do mesmo no edital Newton Fund do British Council. Esta segunda reunião ocorreu na sede de um dos parceiros do IBEAC e teve como objetivo apresentar a proposta e chamar os agricultores para participação efetiva no projeto.
<b>Diagnóstico Participativo</b>	Identificação de propriedades interessadas e visitas de análise da capacidade de atendimento e estrutura física disponível. Sete agricultores familiares se comprometeram a participar do projeto. O grupo realizou visitas de diagnóstico em todas as propriedades agrícolas identificando pontos fortes das propriedades e aspectos a serem aprimorados sobre: sinalização, acesso, atendimento, paisagismo, infraestrutura e equipamentos, alimentação, atrativos e atividades. A partir de uma análise das informações obtidas pelas visitas para mapeamento da capacidade de atendimento e estrutura das propriedades, foram identificadas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>Cooperação</b>	<p>temáticas para a realização de encontros de formação do GAP, a saber: agroturismo e práticas pedagógicas. Organização e decoração dos ambientes; paisagismo, jardinagem e ruralidade das propriedades agrícolas; trilhas; roteirização e precificação</p> <p>Atividades de articulação de parceiros para o apoio no desenvolvimento do projeto e do roteiro turístico. Em 2016 o IBEAC e a Acolhida na Colônia participaram de um edital de intercâmbio de metodologias apoiado pela organização Brazil Foundation. Nesta oportunidade, parte da equipe do IBEAC visitou a experiência da Acolhida na Colônia, e pode perceber as conexões e potenciais de implementação de sua metodologia em Parelheiros. No momento seguinte, o IBEAC submeteu uma proposta ao edital Newton Fund do British Council que, em 2017 foi aprovada e passou a ser implementada em cooperação com a Cooperapas, a Associação Acolhida na Colônia, a Schumacher College, Sesc São Paulo, Agência Araribá e os empreendimentos e projetos sociais locais Amara Cozinha, Vargem Grande Comunidade Saudável e Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura.</p>
<b>Implementação dos negócios nas propriedades</b>	<p>Estruturação física das propriedades agrícolas, equipamentos e empreendimentos comunitários. Definição dos investimentos a partir dos diagnósticos participativos</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) Propriedade Quinta Estação (Alan, Tiago e Mauro): utensílios e mobiliário para receber grupos (até 20 pessoas), estruturação de trilha ecológica;</li><li>2) Propriedade do Juarez e Fátima: utensílios, mesas e cadeiras para receber grupos para café ou lanche (20 pessoas), tenda para receber grupos (que seja desmontável e portátil), fogão de lenha e estufa;</li><li>3) Propriedade da Dona Irma: acesso para banheiro externamente a casa, estruturar varanda, utensílios, mesas e cadeiras para receber grupos para café ou lanche (15 pessoas);</li><li>4) Propriedade Seu Domingos (Eduardo): construção de 02 banheiros secos, fogão de barro e biodigestora;</li><li>5) Propriedade Nossa Fazenda: fogão a lenha; utensílios, mesas e cadeiras para receber grupo (almoço para até 30 pessoas), terminar varanda;</li><li>6) Propriedade Escolher Viver (Luciana): investir em uma horta, jardim de chá e ervas aromáticas;</li><li>7) Propriedade Paulina Fidêncio (Ismael): utensílios, mesas e cadeiras para receber grupos para café ou lanche (até 20 pessoas); tenda para receber grupos, trilha e banheiro externo a casa</li></ol>
<b>Certificação</b>	<p>Avaliação, levantamento dos resultados de implementação e lições aprendidas para revisão e melhoria contínua das ações. O grupo decidiu que a melhor estratégia para o momento, ao invés de criar uma associação, é associar-se à acolhida via termo de cooperação assinado pelo IBEAC</p>
<b>Promoção</b>	<p>Envolve a supervisão e recepção turística de grupos. O grupo já recebeu parceiros que vivenciaram um possível roteiro (Schumacher College e Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade de São Paulo). Está previsto com intermediação dos parceiros Arariba e Sesc, a realização de um famtour e realização de roteiros pilotos pelas unidades operacionais do Sesc São Paulo, dentro do Projeto <i>Brasileiro que Nem Eu</i>.</p>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados nesta pesquisa buscaram analisar os conceitos de Turismo de Base Comunitária e apresentar uma metodologia para sua implementação na Agricultura Familiar, de forma participativa, de baixo para cima, no qual os agricultores e agricultoras familiares se fortalecem, sentem-se valorizados e atuam de forma coletiva.

O caso apresentado para implementação da Metodologia de TBC-AF, projeto “Acolhendo em Parelheiros” desenvolvido em área rural de uma grande cidade (SP), revelou a consistência dos seis passos já experimentando em áreas rurais de unidades de conservação. As análises das etapas implementadas até o momento permitem destacar como alguns resultados significativos: a incorporação de conceitos e práticas entre um diagnóstico e outro; uma crescente apropriação dos princípios do TBC-AF e a importância da autenticidade do rural como um atrativo para os visitantes; é crescente a autovalorização do grupo de forma geral e das propriedades em particular - se antes tinham dúvidas quanto ao potencial turístico da região e de suas propriedades, hoje desejam permanecer e investir neste nicho; desde o início do projeto, algumas propriedades têm recebido visitas, especialmente de escolas e universidades que demandavam esta modalidade de turismo na cidade de São Paulo; é notória a articulação solidária desencadeada pelo projeto: há indicação de melhorias entre as unidades, colaboração no diagnóstico participativo, indicação de novos grupos de visitas, compra e venda de produtos, apoio mútuo em visitas, frutífera articulação com parceiros estratégicos para constituição e divulgação do roteiro (SESC e Araribá Cultura e Turismo); interesses de escolas com interesse em fazer visitas pedagógicas as propriedades do projeto; interesses de outros agricultores em compor o grupo do projeto e roteiro; projetos de investimento dos agricultores em suas propriedades visando melhorar o atendimento ao turistas.

O projeto tem repertório para desenvolver um roteiro integrando as unidades de turismo local, mas também, um roteiro complementar à política municipal de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

turismo da cidade de São Paulo. Esta nova etapa, certamente suscitará importantes aportes para a metodologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: Editora EDUSC, 2002.

BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

BURSZTYN, I.; BARTHOLLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009, parte I, pp.76 - 91.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. p. 1, col. 2. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 29 Abr 2018.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. Ecoturismo e contribuição ao desenvolvimento sustentável em comunidades - Ceará – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**- Número Especial EGAL - Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1 -19.

CUNHA, Licínio. Avaliação do Potencial Turístico. **Cogitur - Journal of Tourism Studies**, [S.l.], v. 1, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/22>>. Acesso em: 27 Abr 2018.

DE PAULA, J.; Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L.C.; **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

FAO – **Plataforma de Conhecimentos sobre Agricultura Familiar**. Disponível em <<http://www.fao.org/family-farming/es/>>. Acesso em: 29 Jun 2018.

GUZZATTI, C. T. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural**: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

programa de agroturismo nas encostas da Serra Geral. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2003.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VERDEJO, M. E. **Guia Prático: DRP**. Brasília: Gráfica ASCAR, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 Jun 2018

\_\_\_\_\_. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação/** IBGE, Coordenação de Geografia – Rio de Janeiro, 2017.

INEP - Instituto Nacional Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2005**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>> Acesso em 29 Jun 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, **Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole**. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/parelheiros/historico/index.php?p=411>>. Acesso em: 29 Jun 2018.

REJOWSKI, M.; SOLHA, K. T. Turismo em cenário de mudanças. In: REJOWSKI, M. (org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002, pp. 71-116.

SANTANA, A.; **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A.V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, v. 8, n. 15, 2000, p. 117-149.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

TRIGO, L.G.G. A viagem como experiência significativa in PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (orgs.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: Senac, 2010, pp.21-41.

\_\_\_\_\_; PANOSSO NETTO, A. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade**. São Paulo: Aleph, 2003.

U

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

RRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1996.

ZAQUAL, H.; **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.55-75.

## TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ

Raquel dos Santos Vieira

Thiago Zagonel Serafini

Cristina Teixeira

### RESUMO

O presente trabalho apresenta como tema o turismo de base comunitária (TBC) nas unidades de conservação (UCs) do litoral do Paraná, tendo como objetivo geral analisar o desenvolvimento TBC nas Unidades de Conservação do litoral paranaense. E como objetivo específico identificar e contextualizar as iniciativas de TBC, considerando as atividades turísticas realizadas e as UCs nas quais estão inseridas. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, com os instrumentos de pesquisa de entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica. Contudo, levantou-se que no litoral paranaense cinco UCs desenvolvem o TBC, como ferramenta de desenvolvimento das comunidades locais e de preservação ambiental, dispendo do apoio do Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio e da diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP para seu desenvolvimento, pois o consideram uma ferramenta importante para amenizar os conflitos entre as normativas de gestão e organização das UCs com as comunidades residentes.

**PALAVRAS-CHAVES:** Turismo de Base Comunitária; Unidades de Conservação; Litoral do Paraná.

### ABSTRACT

The present work presents as a theme the community based tourism (TBC) in the conservation units (UCs) of the coast of Paraná, with the general objective of analyzing the TBC development in the Conservation Units of the coast of Paraná. And as a specific objective to identify and contextualize the initiatives of TBC, considering the tourist activities carried out and the UCs in which they are inserted. The methodology used was the qualitative approach, with the research instruments of semistructured interviews and bibliographic research. However, it was pointed out that on the coast of Paraná five PAs develop TBC, as a tool for development of local communities and environmental preservation, with the support of ICMBio's Integrated Management Nucleus and the Directorate of Biodiversity and Protected Areas of IAP for its development, since they consider it an important tool to ameliorate the conflicts between the norms of management and organization of the PAs with the resident communities.

**KEYWORDS:** Community Based Tourism; Conservation units; Coast of Paraná.

## INTRODUÇÃO

O turismo tem início no fim do século XIX na Grã-Bretanha, como resultado da racionalização do trabalho e dos benefícios do tempo livre, externalizados pela prática das “férias”, que passou a representar um indicativo de cidadania, de direito ao relaxamento e ao prazer (ACERENZA, 2006). E é entendido como um fenômeno socioeconômico que compreende as atividades de pessoas que viajam e se hospedam em locais fora de seu ambiente habitual, por pelo menos uma noite e menos de um ano consecutivo, seja por lazer, negócios e outros fins (OMT, 2017). Para além de uma atividade econômica, o turismo constitui um fenômeno humano, como ressaltam Grimm e Sampaio (2011, p. 59), “o turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocar-se e permanecer-se”.

Durante muito tempo o turismo foi praticado de forma exploratória, desenvolvendo atividades econômicas que buscavam necessariamente o lucro. Essa forma de turismo convencional é caracterizada pela padronização dos produtos e serviços, e está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, induzido por avanços e crises do mercado global sendo atividade impulsionadora da economia (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Essa estreita ligação do turismo convencional com o desenvolvimento econômico modifica os territórios, promovendo as transformações desses locais em mercadoria. Tem por consequência a desapropriação de moradores locais, incorporando novas lógicas sociais e impondo uma nova oferta turística ao território através de uma nova estrutura de serviços (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Buscando contrariar essa lógica do turismo convencional, surgem formas alternativas de desenvolvimento do turismo como, por exemplo, o Turismo de Base Comunitária (TBC), o qual é entendido como como uma nova filosofia de se fazer turismo ou de se pensar o turismo (IRVING, 2009). É compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da atividade turística (MTur, 2008). Segue a perspectiva do desenvolvimento local, sendo desenvolvido dentro de uma escala limitada, conforme a potencialidade e capacidade da área receptora, democratizando as oportunidades e os benefícios do turismo. O TBC “busca se contrapor ao turismo massificado, através do respeito às tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las” (BARTHOLO, 2009, p.86).

Essa forma de turismo vindo sendo bastante discutida em áreas que possuem grande fragilidade ambiental e cultural, como as Unidades de Conservação (UCs), por apresentar características que preservam a cultura local, propiciam o desenvolvimento local e colaboração para a conservação do local (BARTHOLO, 2009).

As UCs são áreas de interesse para a conservação da biodiversidade, bem como para a manutenção de modos de vida das comunidades locais, onde as atividades econômicas são reguladas visando à conservação dos recursos naturais. À vista disso, há uma estruturação das UCs em duas categorias de uso as de Proteção Integral, as quais são mais restritivas e as de Uso Sustentável, que menos restritivas. Ambas as categorias permitem o uso turístico, entretanto para efetivação desse uso, ele deve estar previsto no Plano de Manejo da UC.

Destarte, as restrições impostas pelas categorias das UCs, podem gerar conflitos, já que podem contrariar a lógica de uso existe nessas áreas antes da constituição das UCs. Então, entende-se que a determinação de UCs pode gerar conflitos com as populações locais, principalmente quando estas estão inseridas em UCs as quais não preveem o uso e ocupação do território, restringindo, assim, a permanência e o uso dos recursos naturais (BETTI, 2014). Para algumas UCs, considera-se discriminatório o impedimento do uso do território pelas comunidades que tradicionalmente, desconsiderando a importância de determinadas populações humanas na conservação da natureza (DIEGUES, 2000).

Em meio a essas restrições, em vários casos de UCs “o turismo é a única atividade econômica permitida ou que representa importante forma complementar de renda para as populações locais” (BETTI, 2014, p. 25). Existe, portanto, urgência em se determinar maneiras de envolver estas comunidades no uso e gestão das UCs,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

mesmo que indiretamente, por meio da prestação de serviços turísticos (LEUZINGER, 2010). Nesta perspectiva, o TBC tem ganhado destaque.

De acordo com Betti (2014, p.25), “o TBC favorece não apenas o desenvolvimento social e econômico, mas também orienta uma atividade de mínimo impacto ambiental e, por esse motivo, vem sendo discutido como alternativa também no contexto de áreas naturais protegidas”.

Em geral, o turismo nas UCs tem sido promovido como atividade capaz de conciliar a conservação da biodiversidade, sensibilização da sociedade com relação as questões ambientais e o desenvolvimento de alternativas econômicas que beneficiem a manutenção dessas áreas e das comunidades locais (BETTI, 2014, p. 26).

No litoral do Paraná, a ocupação para fins recreativos e de lazer teve início nos anos de 1920, década em que se vivenciou a democratização do desejo ao lazer e, em especial, o desejo pelo lazer nos balneários (SAMPAIO, 2006a). A construção de estradas e a intensa ocupação dos balneários são as primeiras evidências de apropriação do espaço pelo turismo, onde ocorreram transformações sociais, econômicas e ambientais que alavancaram o domínio do turismo na região.

No que tange às UCs no litoral paranaense, essas somam 37 áreas, sendo 19 de Proteção Integral (PI) e 18 de Uso Sustentável (US), abrangendo 82% da área litorânea (IAP, 2012). Essa região configura-se entre os maiores percentuais de remanescentes de cobertura florestal, com índices entre 60 e 80% nos municípios (BETTI, 2014). Reconhecida pela UNESCO como pertencente à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em 1991, concentra ecossistemas de grande biodiversidade e relativa fragilidade em razão de suas características climáticas e geomorfológicas (ZANONI et al., 2000).

A partir desse patrimônio natural em relativo bom estado de conservação é que as UCs foram criadas visando sua proteção. No entanto, nessa área tão rica em biodiversidade também há uma população de 265.392 habitantes (IBGE, 2010), que possuem como principais formas de uso do solo a atividade portuária, a pesca, o

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

turismo, além da conservação de ecossistemas realizadas pelas UCs (PIERRI et al., 2006).

Então, estabelece-se um cenário de conservação ambiental *versus* desenvolvimento, apresentando-se um desafio, como proporcionar o desenvolvimento para as comunidades locais mantendo um alto nível de conservação ambiental? E nesse cenário que se volta a discutir o TBC nas UCs.

Procurando compreender de maneira exploratória a presença de iniciativas de TBC associadas às UCs do litoral do Paraná, nesse trabalho realizamos um levantamento destas iniciativas através de uma revisão bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas com dois coordenadores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsáveis pelo núcleo de gestão integrada da região do litoral do paranaense, e com o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Pretende-se identificar e contextualizar as iniciativas de TBC, considerando as atividades turísticas realizadas e as UCs nas quais estão inseridas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### TURISMO

O turismo teve início no fim do século XIX na Grã-Bretanha, como resultado da racionalização do trabalho e dos benefícios do tempo livre, externalizados pela prática das “férias”, que passou a representar um indicativo de cidadania, de direito ao relaxamento e ao prazer (ACERENZA, 2006). Outro fator que marca o início do turismo foi a comercialização de viagens organizadas, que começaram a ser realizadas por Thomas Cook, em 1841. (ACERENZA, 2006). Entretanto, fatores como a modernização/evolução dos transportes, dos meios de comunicação, entre outros, também influenciaram na atividade turística, seja no seu avanço ou na sua transformação.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

O debate sobre o turismo compreende uma gama de conceitos. De forma geral, o turismo é entendido como um fenômeno socioeconômico que compreende as atividades de pessoas que viajam e se hospedam em locais fora de seu ambiente habitual, por pelo menos uma noite e menos de um ano consecutivo, seja por lazer, negócios e outros fins (OMT, 2017). Para além de uma atividade econômica, o turismo constitui-se como um fenômeno humano, sendo considerado “causa-efeito de uma dinâmica humana, entre deslocar-se e permanecer-se”. (GRIMM e SAMPAIO, 2011, p. 59). Nesse sentido, Coriolano e Vasconcelos (2014, p. 11) complementam que o turismo “tira as pessoas do cotidiano e possibilita encontro com o novo, o diferente, o desconhecido, satisfação de prazeres, do luxo ao consumo, e a alguma coisa que possa levá-la ao resgate psíquico”.

Lohmann (2008, p. 221-224), afirma que “o efeito multiplicador da atividade turística estimula a acumulação de capital” e que esse estímulo pode ocorrer através da interferência do turismo na economia, podendo ser de forma direta, indireta e induzida. Conforme o referido autor, a primeira ocorre através de gastos dos turistas com a oferta turística (hotéis, restaurantes, transportes, alimentação), a segunda, de forma indireta, quando há investimentos na oferta para a demanda que sejam resultantes da receita de empreendimentos turístico e a terceira, de maneira induzida, a partir da circulação do capital que deixa de permanecer na cadeia produtiva do turismo e passa a gerar renda aos residentes.

Enquanto atividade econômica, o turismo só existe a partir da convergência de dois elementos determinantes: a demanda e a oferta turísticas, sendo que a oferta pode motivar a demanda e vice-versa. Além desses elementos, a motivação humana para a realização do turismo está intrinsecamente ligada a segmentação turística, que faz parte da caracterização e organização da atividade. Dentro do turismo existem ainda os modelos de desenvolvimento ou metodologias de gestão, que podem ser caracterizados como um “esquema a seguir” de modo a promover o desenvolvimento da atividade, como por exemplo, o Turismo de Base Comunitária.

A partir dessa variedade entre segmentos e modelos de desenvolvimento, entende-se que o turismo se apropria e utiliza diversos territórios, como também envolve uma demanda bastante diversificada. É nesse sentido que a discussão de

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

planejamento turístico ganha ênfase, apresentando-se como processo de ordenação das ações do homem sobre o território e visando direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos sobre os recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 1997).

Embora o turismo convencional, enquanto negócio, vise à obtenção de lucros e desenvolvê-lo implique em reproduzir a distribuição injusta da riqueza, essa atividade produz contradição ao se voltar para o desenvolvimento local, preservar o ambiente natural e proteger e fomentar práticas culturais, entre outros. (CORIOLANO, 2006). De forma sintética, considera-se que o turismo pode ser contraditório, dependendo de seu modelo de planejamento e gestão.

## **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

O turismo de base comunitária (TBC), que aqui se denomina como um “modelo de desenvolvimento”, no entanto, Irving (2009) o nomeia como uma nova filosofia de se fazer turismo ou de se pensar o turismo. É uma alternativa real aos modelos estabelecidos, tendo como premissa e objetivos principais no planejamento, a responsabilidade social e ambiental.

O TBC segue a perspectiva do desenvolvimento local, tendo preocupação maior com a comunidade receptora do que com o “destino turístico”; pautado na autogestão comunitária, no associativismo e cooperativismo; a atividade se desenvolve em escala limitada, conforme a capacidade e potencialidade de cada local; há a democratização de oportunidades e benefícios; valorização da cultura local; e, principalmente, protagonismo das comunidades receptoras na gestão da atividade; entre outros aspectos (IRVING, 2009; BRASIL, 2010).

No que se refere à reflexão teórica a respeito do TBC, essa ainda é incipiente, pois, durante muito tempo, esse modelo trouxe consigo o estigma de ser periférico,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

distante da realidade e das tendências políticas a nível nacional e internacional (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016). No entanto, entende-se que mesmo que esse modelo não seja o mais recorrente, não esteja totalmente abarcado nas políticas públicas de turismo e não haja visibilidade para as iniciativas, faz-se necessário o estudo e estímulo a essas práticas, tendo em vista seu caráter contra hegemônico, representando uma outra forma de se pensar e fazer o turismo, desde os conhecimentos e interesses locais.

É uma modalidade que contrasta com o turismo convencional, especialmente, o de massa. Além disso, o aspecto econômico da atividade relaciona-se a geração de renda para algumas comunidades, que buscam superar sua condição de pobreza. Ainda, destaca-se também o papel do turismo na preservação territorial desses grupos, frente à incorporação de processos de globalização (MALDONADO, 2009).

Além disso, o TBC é capaz de contribuir para a consolidação ética das dimensões do trabalho, social, política, cultural e humana e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade (IRVING, 2009). Nesse sentido, além do conteúdo econômico e social do desenvolvimento local, o TBC inclui a valorização da cultura, dos modos de vida, das tradições e das cosmologias locais. (IRVING, 2009).

Entende-se que essa forma de turismo “não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários” (SAMPAIO, 2005, p. 29).

Dessa maneira, o TBC é compreendido como um processo social gerador de atividades econômicas e não, simplesmente, como uma atividade econômica. Assim, considera-se que o TBC deve ser utilizado para o desenvolvimento local e não o contrário, a comunidade ser usada para o desenvolvimento desta forma de turismo. (IGREJA et al, s/d).

A vulnerabilidade socioeconômica, oriunda das ausências históricas de políticas públicas é um contexto comum nas localidades onde se desenvolve o TBC (SAMPAIO et al, 2011), isso devido a sua ligação ao desenvolvimento local que proporciona. Assim, a participação ativa de todos os moradores é uma regra, sem exclusão, marginalidade ou miséria (GRIMM E SAMPAIO, 2011).

## TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A interpretação do turismo como uma atividade econômica importante é observada nos mais distintos lugares, desde os grandes centros urbanos até em pequenas áreas rurais. Como exemplo, aponta-se o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas. Seu destaque ocorre devido ao contexto organizacional dessas áreas, as quais são regidas por estratégias de conservação, dentre elas, restrições para evitar a exploração intensa dos recursos existentes interferindo em atividades produtivas de populações que residem em seus limites.

O turismo em UCs pode ocorrer a partir de algumas características principais, como a contrariação/negação ao turismo de massa, onde surge uma nova demanda que busca por atrativos naturais, refugiando-se em redutos ecológicos e assim se distanciando-se da prática convencional da atividade, como também, pela a questão da valoração dos serviços ambientais e pela busca de mecanismos econômicos para a manutenção destas áreas e das comunidades que residem dentro e ao entorno delas (RODRIGUES, 2009).

O turismo tem se colocado como uma atividade produtiva possível em áreas protegidas em função do seu “baixo impacto” sobre os recursos naturais (RODRIGUES, 2009). Considera-se que o turismo é uma atividade geradora de renda para aqueles que tiveram suas atividades produtivas prejudicadas pelas restrições existentes em áreas protegidas (RODRIGUES, 2009). Considera-se também, que o turismo pode ser uma ferramenta de conscientização ambiental uma vez que para a manutenção do atrativo, e assim conseqüentemente sua a continuidade de sua exploração, o turismo trabalha com a conscientização ambiental do turista, muitas vezes através de ações específicas para esse objetivo ou através da interação que promove entre atrativo, turista e comunidade receptora, que conseqüentemente pode gerar uma sensibilização do visitante (RODRIGUES, 2009).

Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente afirma que o turismo “além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

regional, pode de ser uma alternativa de uso sustentável dos recursos naturais e culturais, podendo colaborar com o desenvolvimento econômico e social das comunidades (MMA, 2006), porém deve desenvolver-se dentro das diretrizes de conservação do local.

Entretanto, mesmo no contexto das áreas protegidas, onde as atividades econômicas são mais restritas, devido ao objetivo de conservação dos recursos, é necessário refletir que “a apologia ao turismo como ferramenta de “salvação” para compatibilizar a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento de comunidades locais. Este discurso pode estar muitas vezes acompanhado por equívocos e interesses econômicos que transformam a atividade turística em um canal para a “colonização” das áreas e para a utilização indiscriminada dos recursos naturais (RODRIGUES, 2009).

As unidades de conservação, ao serem idealizadas como santuários naturais, de natureza intocada, de imensidão e de vazio populacional, desapropriando a população que habitava esses territórios, verifica-se a predisposição à inserção do turismo nesses locais, o qual é visto como mais uma estratégia de lucro pelo modo capitalista de produção (BELLO, s/d).

Além disso, a atividade turística nesses espaços configurou-se como uma espécie de “fuga” do homem urbano, que buscava se reaproximar da natureza, em um momento histórico em que a beleza cênica, a monumentalidade e a excepcionalidade das áreas naturais passaram a ser valorizadas (BELLO, s/d), e assim o turismo passou a ser inserido nessas áreas e conseqüentemente houve uma quantificação de um elemento da natureza enquanto mercadoria, a qual possui um preço. Portanto, insere-se a questão do valor referente ao simbólico e ao imaginário na relação sociedade-natureza.

O turismo é inserido nessas áreas principalmente através de alguns segmentos e modelos de gestão, como por exemplo o Ecoturismo, o Turismo de Base Comunitária e o Turismo Sustentável, isso devido à proximidade desses conceitos com o pensamento ambiental.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No discurso hegemônico, esses segmentos e modelos de gestão surgem como formas alternativas de rendimentos econômicos, estratégias de proteção do modo de vida das comunidades locais, bem como ferramentas de promoção da conservação e, também, como geradoras de rendas para as próprias UCs. Entretanto, é importante destacar, que o turismo vai além desses preceitos, manifesta-se, também, como explorador desses recursos.

Nesse sentido, entende-se que o desenvolvimento e a existência do turismo “estão relacionados com a paisagem, para a implementação de infraestrutura de megaprojetos, nos quais a natureza tornou-se a mercadoria”. Assim sendo, a exploração do turismo está na baseada na representação da natureza, como a paisagem, e na apropriação dela pelos interesses capitalistas. (ALMEIDA, 2008, p. 77), demonstrando em primeiro lugar a prestação de um serviço, que objetiva o lucro (TAVARES, 2009).

Segundo Rodrigues e Arlete (2002, p. 48):

O turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais.

Sendo assim, entende-se que o turismo quando inserido nessas áreas tem o poder de transformar a realidade local, seja através da inserção da infraestrutura turística ou seja através da transformação do sentido simbólico dado ao local. Uma área que anteriormente era vista como lugar de moradia ou de proteção ambiental, passa a ser visto como um lugar turístico capaz de gerar renda para a comunidade local, ou seja, é transformada em uma mercadoria. Ocorre o (re)ordenamento ou a (re)adequação espacial e social em função do interesse turístico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O litoral paranaense possui a maior área contínua preservada da Floresta Atlântica brasileira. Além disso, as características físicas dos solos e a acentuada declividade da Serra do Mar, limitaram a exploração dos recursos naturais da região, forçando-a a explorar atividades de uso indireto desses recursos, para conseguir se manter no modelo de desenvolvimento hegemônico adotado nos últimos anos. O padrão de ocupação do território, gerado por esse modelo de desenvolvimento, foi a presença do turismo de massa e de segunda residência, sendo que a atividade industrial acabou se estabelecendo em outras regiões do estado (PIERRI et al, 2006), o que também facilitou a implantação de áreas proteção ambiental.

A primeira UC do litoral paranaense foi o Parque Estadual Rio da Onça no município de Matinhos, criado em 1981. Cabe destacar que nos anos de 1980 houve um estímulo à criação de UCs, devido à preocupação das autoridades públicas com a manutenção da conservação, constituindo uma extensa área de conservação ambiental (PIERRI et al, 2006). Atualmente, o litoral do Paraná possui 37 UCs que foram criadas ao longo do tempo nas esferas municipal, estadual e federal. Cabe destacar que 19 UCs são de Proteção Integral e 18 de Uso Sustentável (IAP, 2012).

No entanto, as UCs são políticas e ações de conservação e gestão ambiental que provocam um duplo movimento no litoral paranaense: de um lado contribuem para a preservação ambiental e de outro lado promovem conflitos socioambientais com as populações locais, já que promovem restrições às populações que tradicionalmente ocupam o território (TEIXEIRA, 2006).

Nestes casos, o turismo tem se colocado como uma atividade produtiva possível nessas áreas em função do seu “baixo impacto” sobre os recursos naturais (RODRIGUES, 2009), em especial, o TBC. No litoral paranaense foram identificadas iniciativas de TBC associadas a cinco UCs, sendo elas:

APA de Guaratuba: as comunidades estão organizadas em duas associações. A Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA) com a principal finalidade da gestão do abastecimento da água, e a Associação Comunitária Candonga com a finalidade da agroindustrialização de produtos in natura em sua sede (onde está instalada uma cozinha comunitária) e desenvolve ações com o intuito de atuar na defesa dos interesses sociais, culturais e econômicos das famílias associadas (GRIMM e SAMPAIO, 2011). Outra iniciativa ocorreu através do Grupo Guarapés, que é constituído por

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

aproximadamente 20 pessoas, moradoras das comunidades de Prainha, Porto Passagem, Cabaraquara, Parati e Caieiras. O Grupo tem como proposta a construção de um modelo de turismo que valorize as belezas e a cultura da região, ao mesmo tempo em que gera renda para famílias do entorno da Baía de Guaratuba (GUARAPÉS, 2018).

APA de Guaraqueçaba, Reserva Natural Salto Morato, Reserva Natural Sebuí: o TBC ocorre nessas UCs através da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba - Cooperguará Ecotur – que resultou do projeto Modelo de Ecoturismo de Base Comunitária, que objetivava desenvolver e implantar modelo de ecoturismo com base em sistema cooperativo, por meio de estímulo à gestão responsável de empreendimentos e serviços. A cooperativa reúne 25 empreendedores locais, como produtores rurais, artesãos, meliponicultores (criadores de abelhas nativas sem ferrão) além de pousadas, campings, lanchonetes e restaurantes com comidas típicas (SPVS, 2012).

Parque Nacional do Superagui: O TBC ocorre na comunidade de Barbados, onde a pesca artesanal e a extração de ostras podem ser considerados dentro da perspectiva do turismo comunitário, pois fortalecem tais modos de produção ao serem valorizados pelos visitantes (COUTINHO et al, 2014).

As práticas supracitadas de TBC nas UCs baseiam-se em alternativas sustentáveis para as atividades socioprodutivas e possuem, em geral, os modos de vida de populações tradicionais como principal atrativo. Entretanto, o TBC “não é mera política de geração de trabalho e renda, ele se apresenta como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade” (SAMPAIO, 2012, p.15).

Como abordado anteriormente, a vulnerabilidade socioeconômica, oriunda das ausências históricas de políticas públicas é um contexto comum nas localidades onde se desenvolve o TBC (SAMPAIO et al, 2011). E essa é uma característica marcante do litoral do Paraná, demonstrando não o potencial, termo mercadológico, mas a importância do TBC para as comunidades que, de acordo com Sampaio (2012), são consideradas tradicionais, que conservam padrões de subsistência, valores, costumes, solidariedade e outros aspectos distintos do modo de vida urbano-consumista.

Então, a partir dos dados expostos, observa-se que o turismo de base comunitária ainda é incipiente, “vem se disseminando em comunidades isoladas do litoral paranaense, em territórios encravados em Unidades de Conservação, servindo

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de contraponto ao chamado turismo de sol e praia, predominante nos balneários paranaenses” (SAMPAIO E GRIMM, 2013, p.16). No entanto, entende-se que mesmo que esse modelo não seja o mais recorrente, não esteja totalmente abarcado nas políticas públicas de turismo e não haja visibilidade para as iniciativas, faz-se necessário o estudo e estímulo a essas práticas, tendo em vista seu caráter contra hegemônico, representando uma outra forma de se pensar e fazer o turismo, desde os conhecimentos e interesses locais.

Por conseguinte, sobre o posicionamento dos órgãos ambientais que gerem as UCs em relação ao TBC, é observado em seu discurso público que o turismo é percebido como ferramenta de desenvolvimento e de proteção ambiental. Por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente afirma que o turismo pode ser interpretado “como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional” (MMA, 2006, p. 7).

Corroborando com essa interpretação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), enfatiza que:

à demanda pelo desenvolvimento de atividades turísticas, das comunidades residentes no interior ou ao entorno das áreas protegidas, cresceu significativamente nos últimos anos e conseqüentemente a atividade turística passou a ser interpretada a partir de duas vertentes: a primeira, como ferramenta importante para o fortalecimento dos programas de visitação, para a diversificação das atividades desenvolvidas e para a agregação de valor à experiência do turista nas áreas protegidas; e a segunda, no sentido de incrementar a renda das comunidades residentes e de aproximá-las da gestão das áreas protegidas (ICMBio, 2017, p. 01).

Ainda, o ICMBio afirma que “a manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida, assim como os benefícios econômicos provenientes da visitação em Unidades de Conservação, são necessários para mantê-la.” (ICMBio, 2017; MMA, 2006, p. 13).

Além disso, levantou-se que tanto o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP como os coordenadores dos núcleos de gestão integrada do ICMBio, afirmam que dentre as metodologias e formas de turismo, o TBC é a mais

indicada para as áreas protegidas e que existe um esforço contínuo dos órgãos ambientais para sua implantação. Entretanto, não há uma normativa nos órgãos ambientais que organizem o desenvolvimento da atividade, deixando essa organização a critério de cada gestor, o que muitas vezes pode acarretar um desenvolvimento desorganizado e descontínuo. Ambos órgãos afirmaram que há uma mobilização para a construção dessa normativa, para alcançar efetivamente os benefícios provindos do TBC.

#### 4. CONCLUSÃO

Devido ao contexto histórico de criação e implementação das UCs no litoral do Paraná, o qual se apresenta como um modelo que supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, que presume que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (ARRUDA, 1999) a partir de suas atividades tradicionais. Devido a isso, em muitos casos, são expropriadas ou se permanecem no local passam a conflitar com as diretrizes restritivas estabelecidas pela implantação das UCs.

Nesse sentido, percebe-se a predisposição à inserção do turismo nessas áreas, o qual é entendido como uma ferramenta de desenvolvimento econômico para as comunidades locais, como também, uma ferramenta de conscientização ambiental.

Esse trabalho buscou identificar e contextualizar as iniciativas de TBC, considerando as atividades turísticas realizadas e as UCs nas quais estão inseridas. Dessa forma, foi identificado que o TBC ocorre em cinco UCs, sendo elas: a APA de Guaratuba, o Parque Nacional do Superagui, APA de Guaraqueçaba, Reserva Natural Salto Morato e a Reserva Natural Sebuí.

O desenvolvimento do TBC nessas áreas ainda é incipiente, mas vem acontecendo gradativamente em busca por alternativas sustentáveis para as atividades socioprodutivas das comunidades, como também, apresenta-se como estratégia de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, além de levantar recursos para as próprias UCs.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Também, foi observado que o desenvolvimento do TBC é de interesse do núcleo de gestão integrada do ICMBio e da diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP. O TBC foi apontado como a forma de turismo mais indicada para essas áreas. Sendo interpretado “como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional” (ICMBio, 2017) além de ser considerado uma ferramenta importante para amenizar os conflitos entre as normativas de gestão e organização das UCs com as comunidades residentes. Entretanto, não há uma normativa que regulamente o desenvolvimento do TBC pelos órgãos ambientais, fato que pode resultar em um desenvolvimento desorganizado e descontinuo.

Portanto, entende-se que o TBC, mesmo que maneira incipiente, ocorre nas UCs do litoral paranaense com o apoio dos coordenadores e do diretor do núcleo de gestão das UCs. Observa-se que o TBM surge como uma ferramenta de compatibilização entre a conservação e o desenvolvimento das comunidades locais. E assim, mesmo que esse modelo não seja o mais recorrente, não esteja totalmente abarcado nas políticas públicas de turismo e não haja visibilidade para as iniciativas, faz-se necessário o estudo e estímulo a essas práticas, tendo em vista seu caráter contra hegemônico, representando uma outra forma de se pensar e fazer o turismo, desde os conhecimentos e interesses locais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, M. A. **Conceptualización, origen y evolución del turismo**. Mexico: Trillas, 2006.

ALMEIDA, M. G. Ambiguidades e contradições no discurso de naturofilia e nas práticas turísticas. Curitiba: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 77-86, jul./Dez. 2008..

ARRUDA, R. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**: Vol. 2, nº 5, p. 79-92, 1999.

BARTHOLO, R. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BELLO, C. M. A. **A apropriação da natureza pela atividade do turismo no Pantanal Brasileiro.** s/d. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/08.pdf>. Acesso em: 23/06/2018.

BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação:** estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba – Paraná. Dissertação (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, 2014.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. M. N T. Eixos do turismo: convencional e contra hegemônico em Jericoacoara-CE. **Revista FORMAÇÃO** (ONLINE), Jericoacoara, Vol. 3; n. 23, p. 101- 126, mai-ago/2016.

BRASIL, Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de Conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, dez. 2006, p. 367-178.

Coutinho, G.C.T.P.; Sampaio, C.A.C.; Rodrigues, L.P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.5, nov-2013/jan-2014, pp.972-989.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária:** dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 19, mar. 2011, p. 57-68.

GRUPO GUARAPÉS. **Projeto de turismo na baía de Guaratuba.** 2018. Disponível em: <http://www.guarapesturismo.com.br/sobre/projeto-de-extensao-turismo/>. Acesso em: 12/06/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

IBGE, 2010. **Censo populacional**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 05/06/2018.

IGREJA, A.; BETTI, P.; DOZSA, D.; D'AROS, M. S. **Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária**: Uma proposta metodológica em construção. s/d.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Curitiba: IAP, 2012. Disponível em: <[http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano\\_de\\_Manejo/PE\\_Ilha\\_do\\_Mel/anexo\\_4\\_03.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_de_Manejo/PE_Ilha_do_Mel/anexo_4_03.pdf)>. Acesso em: 02/06/2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, ET AL. **Turismo de base comunitária nas unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**. 2017. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_d\\_e\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2017.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_d_e_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf)>. Acesso em: 01/11/2017.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

LEUZINGER, M. D. **Uso público em unidades de conservação**. 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/234133209/Uso-Publico-Em-Unidades-de-Conservacao>>. Acesso em: 12/06/2018.

LOHMANN, G. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: LETRA E IMAGEM, 2009, p. 25-44.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2008. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

NASCIMENTO, C; A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, Édi A., FARIA, Maurício Sardá de, NOVAES, Henrique T., DAGNINO, Renato (Orgs.) **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas da economia solidária, v.1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Organização Mundial do Turismo (OMT). **Código de ética mundial:** o turismo fator de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://rec.web.terra.com.br/hoteltur/principios1.htm>>. Acesso em: 23/06/2018.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan. /Jun. 2006. Editora UFPR.

RODRIGUES, C. G. DE O. **O uso do público nos parques nacionais:** a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RODRIGUES, A. M. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística.** In: RODRIGUES, ADYR B. Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.42-54. (Geografia: teoria e realidade).

TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas reflexões sobre o arquipélago de Marajós – Pará. In: **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

TEIXEIRA, C. O que fazer com a pequena agricultura? As soluções diante da conservação. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 14, p. 69-81, jul. /dez. 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/9641>>. Acesso em: 07/07/2018.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável:** A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. 199p.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense.** 227 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SAMPAIO, C.A.C., LESAMA, M.F., ARAÚJO, J.R. Arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, solidária e sustentável. In: PHILIPPI JR. A., SAMPAIO, C.A.C., FERNANDES, V. **Gestão de natureza pública e sustentabilidade.** Barueri: Manole, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I. J. **Variabilidade climática e turismo: o papel do turismo comunitário para mitigação dos impactos.** Universidade de Caxias do Sul: X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2013.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL – SPVS. **Projeto de Ecoturismo** (Turismo de Base Comunitária). Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Projeto\\_de\\_Ecoturismo\\_\(turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\)\[39804\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Projeto_de_Ecoturismo_(turismo_de_base_comunitaria)[39804].pdf)>. Acesso em: 12/06/2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

VASCONCELOS, D. A. L. Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió-AL, Brasil. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 47-67, 2005.

ZANONI, M. M.; FERREIRA, A. D. D.; MIGUEL, L. de A.; FLORIANI, D.; CANALI, N., RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TURISMO DE FRONTEIRA: A ESTRADA DO PACÍFICO E OS FLUXOS TRANSFRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

Dermeson de Sousa Lima<sup>90</sup>

Luzia Neide M. T. Coriolano<sup>91</sup>

### RESUMO

A Amazônia Sul-Occidental é a região geográfica sul-americana representada pelos Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas, e com países vizinhos, Peru com os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e Bolívia com o Departamento de Pando. Região sujeita ao processo integracionista regional pela Estrada do Pacífico com progressivos fluxos de turistas, mercadorias, migrantes com dinâmicas territoriais na região da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. O objetivo do texto é analisar a dinâmica dos fluxos associados à Estrada do Pacífico relacionados também a integração regional promovida pelo turismo na região da Tríplice Fronteira, no Estado do Acre. Adota-se viés metodológico dialético na busca de compreender o jogo de forças, os conflitos e as contradições em região de fronteira. Realiza-se pesquisa institucional e de campo, prevalecendo à abordagem quanti-qualitativa. Constata-se que apesar do discurso negativo midiático sobre a Estrada do Pacífico, ocorre dinamização de circulação, com fluxos de pessoas, migrantes, turistas e mercadorias fortalecendo negócios locais e intra-regionais. Portanto, apesar dos conflitos socioespaciais e ambientais na concretização da Estrada do Pacífico, como rota internacional os fluxos pela rodovia são crescentes, e os resultados demonstram que a rodovia é preponderante na circulação regional, estimula a integração regional do território de fronteira, assim como o turismo e o comércio internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Sul-Occidental. Estrada do Pacífico. Fluxos. Turismo de fronteira.

### ABSTRACT

The Southwest Amazon is the South American geographical region represented by the States of Acre, Rondônia and south Amazon, also neighbouring countries as Peru with departments of Madre de Dios and Ucayali, and Bolivia with department of Pando. Region subjected to regional integrationist progress by the Pacific Highway with a

---

<sup>90</sup> Doutor em Geografia – PPGEA – UNB; Instituto de Meio Ambiente do Acre IMAC;  
[dermeson.lima@ac.gov.br](mailto:dermeson.lima@ac.gov.br)

<sup>91</sup> Programa Pós GraduaçãoPROPGEU/UECE; niversidade de Estadual do Ceara – UECE;  
[luzianeidecoriolano@gmail.com](mailto:luzianeidecoriolano@gmail.com)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

progressive flow of tourist, merchandise and migrants with territorial dynamic in the region of the Triple Frontier Brazil-Bolivia-Peru. The present paper aims to analyse the dynamic of the Pacific Highway flows, also related to the regional integration promoted by the tourism of the Triple Frontier, in the State of Acre. It is applied a dialectic method bias to comprehend the play of forces, the conflicts and the contradictions of the border region. Institutional and field research is carry out, prevailing the quantitative and qualitative approach. It is true that despite the negative media discourse on the Pacific Highway, occurs dynamic circulation, with people flows, migrants, tourists and merchandise strengthening local and intra-regional business. Therefore, despite the socio geographic and environmental conflicts in the implementation of the Pacific Highway, as an international rout, flows through the road are increasing, and the results show that the road is preponderant in the regional circulation, encourage the border regional integration, as well as the tourism and the international market.

**KEYWORDS:** Southwest Amazon. Pacific Highway. Flows. Border tourism.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia Sul-Occidental é a região formada, no Brasil, pelos Estados do Acre, Rondônia e sul do Amazonas, que, do outro lado da fronteira, está limítrofe com o Peru, com os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali, e, na Bolívia, com o Departamento de Pando. Nos países vizinhos, esses departamentos são divisões políticas administrativas equivalentes aos Estados no Brasil.

A região da Amazônia Sul-Occidental é estratégica para integração continental e regional entre os países do Brasil-Bolívia-Peru, estabelecida pelo poder público dos países fronteiriços que buscam alternativas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Nesta região, a estratégia de integração regional corrobora a conclusão da Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica no ano de 2010, que perpassa a região. A melhoria da infraestrutura rodoviária busca impulsionar a integração comercial, alavancando o fluxo do comércio.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A Estrada do Pacífico é denominação genérica da junção de rodovias que ligam o Brasil ao Peru. Neste contexto, a BR-364 se interliga com a BR-317, no território brasileiro, e ao passar a fronteira internacional do Brasil com Peru, passa a ser denominada também de Rodovia Interoceânica. A rodovia inicia-se na cidade de Porto Velho, em Rondônia, na confluência urbana da BR-364, prolonga-se até o Estado do Acre, interconecta-se com a BR-317 em Rio Branco, e segue o extremo sudeste do Estado margeando a fronteira com a Bolívia até a cidade acreana de Assis Brasil, na Tríplice Fronteira da Amazônia Sul-Occidental formada pelo Brasil-Bolívia-Peru. A partir daí segue o território peruano em um percurso em torno de 2.600 km de extensão, onde passa a ter a denominação de “Rodovia Interoceânica ou Carretera Interoceânica Sul”, percorrendo o Departamento de Madre de Dios, Cusco, Juliaca, até os portos peruanos da Costa do Pacífico. (IIRSA, 2010; 2016).

O objeto do texto é analisar o turismo de fronteira na Estrada do Pacífico na Amazônia Sul-Occidental, compreendendo o processo de integração territorial na Tríplice Fronteira Brasil, Bolívia e Peru, tendo como análise empírica e recorte espacial no Brasil, sobretudo no Estado do Acre. Analisa-se a circulação de pessoas e turistas campo de estudo da geografia, que caracteriza a geografia do movimento e da circulação com repercussões no contexto espacial e regional, e possibilita a relação da Estrada do Pacífico com a atividade turística e áreas afins. De forma geral, a pesquisa de campo analisa a circulação terrestre na Amazônia Sul-Occidental, por meio da Rodovia Interoceânica, observando viabilidade, gargalos e perspectivas futuras. Soma-se como apoio à investigação as imprescindíveis leituras que nos permitem fazer o filtro da análise que tem pretensão de contribuir para a elucidação da discussão sobre a integração territorial transfronteiriça.

## **FLUXOS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: A ESTRADA DO PACÍFICO**

A Estrada do Pacífico, inaugurada em 2010, exerce papel preponderante na circulação de fluxos da região da tríplice fronteira na Amazônia Sul-Occidental. A ligação rodoviária de cunho integracionista serve de rota internacional de pessoas, imigrantes, turistas e do comércio entre o Brasil e países contíguos das fronteiras. As

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

relações transfronteiriças do Brasil com a Bolívia e Peru mudam após a construção da estrada amplia os fluxos e as relações entre pessoas dos três países.

Os fluxos entre as cidades de fronteira apresentam dados ascendentes desde o funcionamento da Estrada do Pacífico. A rodovia do lado brasileiro foi concluída antes da do lado peruano, possibilitando um fluxo regional interno do Acre e em direção à Bolívia. Neste contexto, as cidades fronteiriças com maiores índices demográficos e socioeconômicos, concentram atividades econômicas e serviços melhores e fazem crescer o poder de atração. Como exemplo, se tem Rio Branco, capital do Estado Acre, Brasiléia e Epitaciolândia no Brasil, Cobija em Pando-Bolívia, Porto Maldonado em Madre de Dios-Peru, todas na região de influência da referida rodovia, que de forma geral, são evidenciadas por níveis de centralidade regionais nos respectivos países, Estados e Departamentos.

Na região de fronteira, os fluxos interfronteiriços estão em correlação direta entre os níveis de renda e mercado de trabalho dos países vizinhos. Atividades ligadas ao comércio informal e sazonal são intensas na região de fronteira, geralmente ligados ao comércio, agropecuária e ao extrativismo vegetal. As atividades socioeconômicas têm relação direta com as condições urbanas, trabalho e disponibilidade de serviços, nas regiões vizinhas, fronteiriças. Neste contexto, “o território é existencial, substantivado, também, no caso de cidades, por fluxos (redes): pessoas, de capitais, de dinheiro, de matérias-primas, culturais e de signos”. (SAQUET, 2013, p.87).

Contemporaneamente, a possibilidade de integração transnacional, cultural e econômica, além da questão geopolítica e de segurança, faz da questão fronteiriça um campo de grande relevância estratégica para o poder público estatal. Os espaços de fronteira configuram-se por processos identitário da lógica global e local, que são configurados através da mobilidade, interação e integração regional, um chamariz para atrair diversas atividades socioeconômicas, como, por exemplo, o comércio, transportes e o turismo.

Timothy (1995) discute a natureza política das fronteiras no turismo, examinando tipologias como ambientes atrativos, por culturas, disponibilidade de patrimônio histórico e ambiental, além de serviços, exemplificando marcos/monumentos de limites e parques. Somam-se outros aspectos atrativos, como

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

zonas e áreas de compras transfronteiriças (zonas francas) e de jogos de azar (cassinos) localizados geralmente em regiões de fronteira.

No Estado do Acre, os fluxos terrestres internacionais concentrados em torno da Estrada do Pacífico, são oriundos da Bolívia e do Peru. Os municípios concentram maiores fluxos, Plácido de Castro, Brasiléia, Epitaciolândia, fronteira com a Bolívia, e Assis Brasil na fronteira com a Bolívia e Peru. A passagem pela fronteira conta com órgãos públicos de controle migratório após a construção e funcionamento da Estrada, marcam a presença e o papel de controle do Estado na região de fronteira, responsável no controle transfronteiriço de pessoas e mercadorias na região da Amazônia Sul-Occidental. Os fluxos são oriundos dos países vizinhos Bolívia e Peru para Brasil, tendo as cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, cidades estas cortadas pela Estrada do Pacífico,

No município de Assis Brasil, concentra-se na Alfândega Brasil-Peru, formada pelo posto da Delegacia da Polícia Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Receita Federal, sendo a principal porta de entrada internacional com os países da Bolívia e do Peru, concentrando os maiores fluxos terrestres de origem internacional. Fora da região da tríplice fronteira existem outros dois postos de controle, na capital Rio Branco e outro na cidade de Cruzeiro do Sul no Vale do Juruá, estas cidades também concentram o controle migratório dos fluxos aéreos internacionais, nos seus respectivos aeroportos internacionais.

O município de Assis Brasil é a principal porta de entrada dos fluxos terrestres internacionais para o Estado do Acre. A entrada de pessoas pela Estrada do Pacífico entre o Brasil e o Peru pela cidade Assis Brasil entre 2010 e 2016 foi de um total de 115.312 pessoas retratando um fluxo ascendente no período de análise.

A seguir analisa-se dados primários e secundários relacionados à integração regional da região fronteira com relação aos fluxos total de pessoas, imigrantes, turistas tendo a Estrada do Pacífico via de circulação terrestre, na Amazônia Sul-Occidental, no Estado do Acre.

## **OS FLUXO DE TURISTAS PARA O BRASIL PELA ESTRADA DO PACÍFICO**

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A análise tem como base os dados disponibilizados no Sistema de Tráfego Internacional (STI) articulados com outros levantados pelo Ministério do Turismo, entre os quais aquele que revela o fluxo de turistas por via terrestre na região. Estas informações estão reunidas no Anuário Estatístico de 2017, que auxilia na análise de que a abertura da BR 317, ou Estrada do Pacífico, contribui para a dinamização do turismo de fronteira entre os três países - Brasil, Peru, Bolívia.

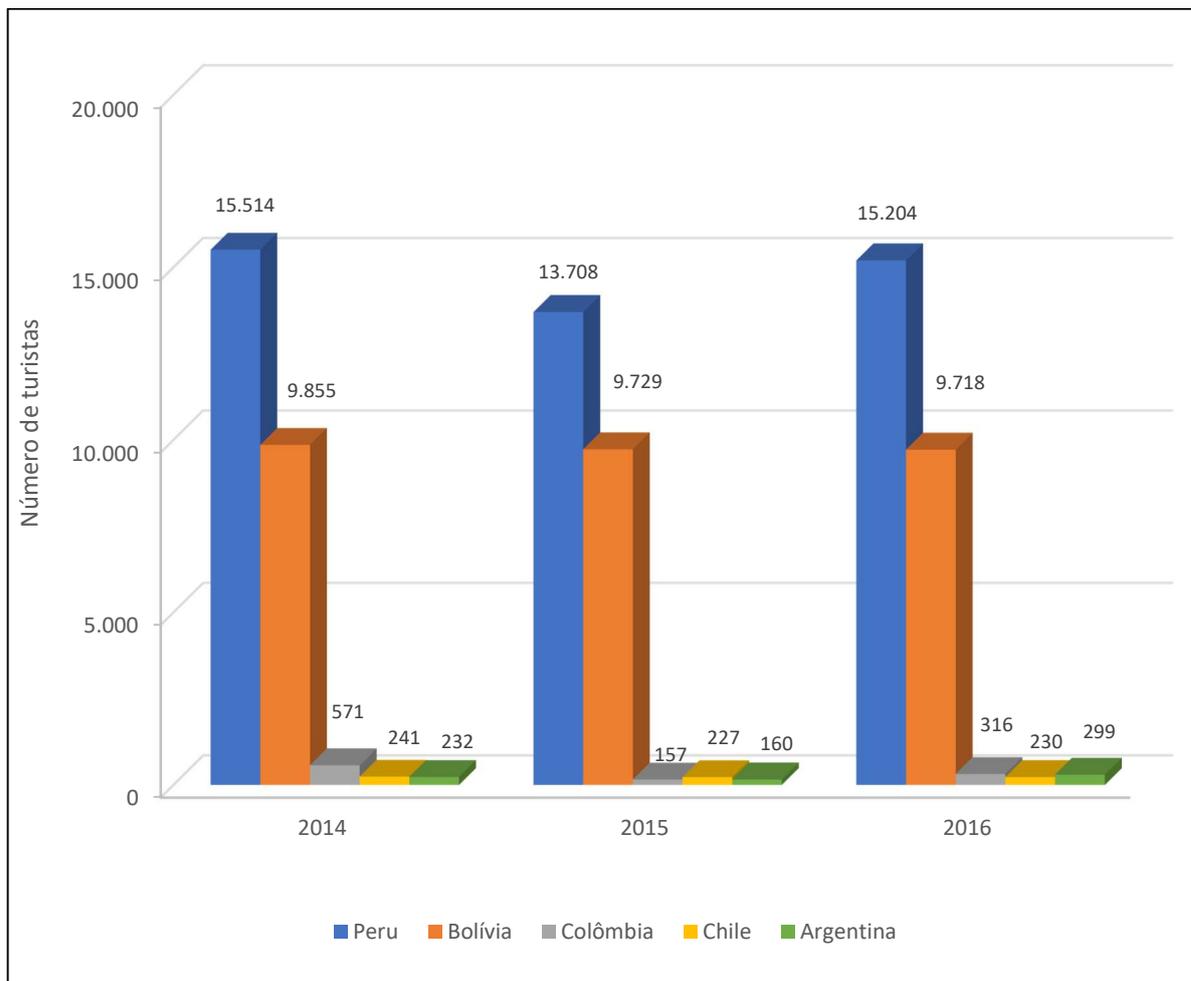
Indica que pessoas usam como via de acesso a entrada no Brasil a BR 317/Estrada do Pacífico/Rodovia Interoceânica, pois é a única via terrestre que se internacionaliza o Brasil com os países vizinhos da Bolívia e do Peru. Alguns setores socioeconômicos, como o turismo, fazem parte da dinâmica territorial transfronteiriça. Carvalho (2015) mostra a importância do controle migratório em regiões de fronteira sendo importância para o campo de análise.

Constata-se que número total de turistas que entrou no Estado do Acre, pela Estrada do Pacífico, tem maior representação nos países - Peru, Bolívia, Colômbia, Chile e Argentina – sendo a maior demanda, sendo de 26.413, em 2014. Há diminuição no número de turistas pela mesma via no ano de 2015, onde 23.981 (25.767) turistas cruzaram a fronteira do Acre. No ano seguinte, 2016, o número total de turistas no Acre pela Estrada do Pacífico aumentou para 27.066 turistas. (MTUR, 2017).

No Gráfico 01, apresenta-se os principais fluxos terrestres contabilizados no Anuário Estatístico do Turismo, com turistas que cruzam as fronteiras do Brasil e o Estado do Acre nos anos de 2014 a 2016.

### **Gráfico 1 - Fluxo de turistas pela Estrada do Pacífico entre os anos de 2014 a 2016**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: MTUR, Anuário Estatístico do Turismo, 2017; Organização própria

Peru é o país de maior procedência de turistas, registrando mais de 50% do total de turistas entre 2014 e 2016, com um número anual superior a 13.000 turistas, chegando ao maior número em 2014. Cerca de 15.514 turistas, fluxos estes tendo o Estado do Acre como porta de entrada, o que nos leva a entender que a Estrada do Pacífica foi o meio de acesso terrestre utilizado.

A Bolívia é o segundo país de origem de turistas, entrando no Estado do Acre pela Estrada do Pacífico, com média anual estável de aproximadamente 9.700 turistas entre 2014 e 2016. Os outros três países, Colômbia, Chile e Argentina, apresentaram número substancialmente menor de turistas que entraram no Acre entre 2014 e 2016. A cada ano, o total de turistas destes países foi menor que 5% do total de turistas que cruzaram as fronteiras do Acre, pela Estrada do Pacífico.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Confrontando-se dados turísticos do Brasil com os do Peru, os fluxos terrestres nas fronteiras, conforme dados do Ministério do Turismo do Peru, disponibilizado em séries históricas dos fluxos de turistas internacionais mostram que a entrada por fronteiras terrestres, pelo Posto de Controle Migratório da cidade da tríplice fronteira, a cidade peruana de Iñapari, estão na Tabela 1.

**Tabela 1 - Fluxo de chegada de turistas internacionais no Peru, na região de influência da Estrada do Pacífico**

PERU	Posto de controle migratório	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Variação
Madre de Dios	Iñapari	6.865	10.443	12.153	15.085	15.317	15.043	16.005	33,3%
	Puerto Maldonado	230	90	34	51	29	21	06	-50%

Fonte: PROMPERU, 2017; Organização: Organização própria

Os dados quando comparados aos fluxos em direção ao Brasil mostram ascendência e aproximam-se dos dados das entradas do Brasil, pela fronteira Acre, e Iñapari no Peru, ambos realizados por rota terrestre via Estrada do Pacífico. No período de 2010-2016 no posto da tríplice fronteira, na cidade de Iñapari cresceu fluxos de turistas em 33%, com destaque para o ano de 2016 que cruzaram 16.005 turistas em direção ao Peru enquanto no Brasil foram de 15.204.

No caso da cidade de Porto Maldonado, os fluxos turísticos são menores por via terrestre, pois turistas internacionais que visitam a cidade amazônica na maioria das vezes se deslocam por via aérea. Estes turistas optam em 82% visitar as reservas florestais de Madre de Dios, como a Reserva Nacional de Tambopata, se hospedando nos *lodges* de selva.

Enquanto 18% se utilizam de transportes terrestres para chegar à cidade, segundo pesquisa do Ministério do Turismo do Peru. Os turistas brasileiros que usam a rota da interoceânica têm como destino as cidades peruanas de Cuzco e Lima, principalmente, e tem na cidade de Porto Maldonado um ponto de apoio tanto para

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

carros de passeios, ônibus ou usam o transporte aéreo nessa cidade para seus destinos finais. (PROMPERU, 2017).

Os dados anteriores apresentados em séries históricas acompanham as tendências demonstradas sobre os fluxos brasileiros retratando aumento dos fluxos após a integração regional via Estrada do Pacífico. Os municípios e cidades de fronteira que possuem postos de controle migratório, como Assis Brasil, no Brasil e Iñapari, no Peru, se caracterizam por território de controle de fluxos, territórios de passagem do turismo, ou seja, territórios sem turismo.

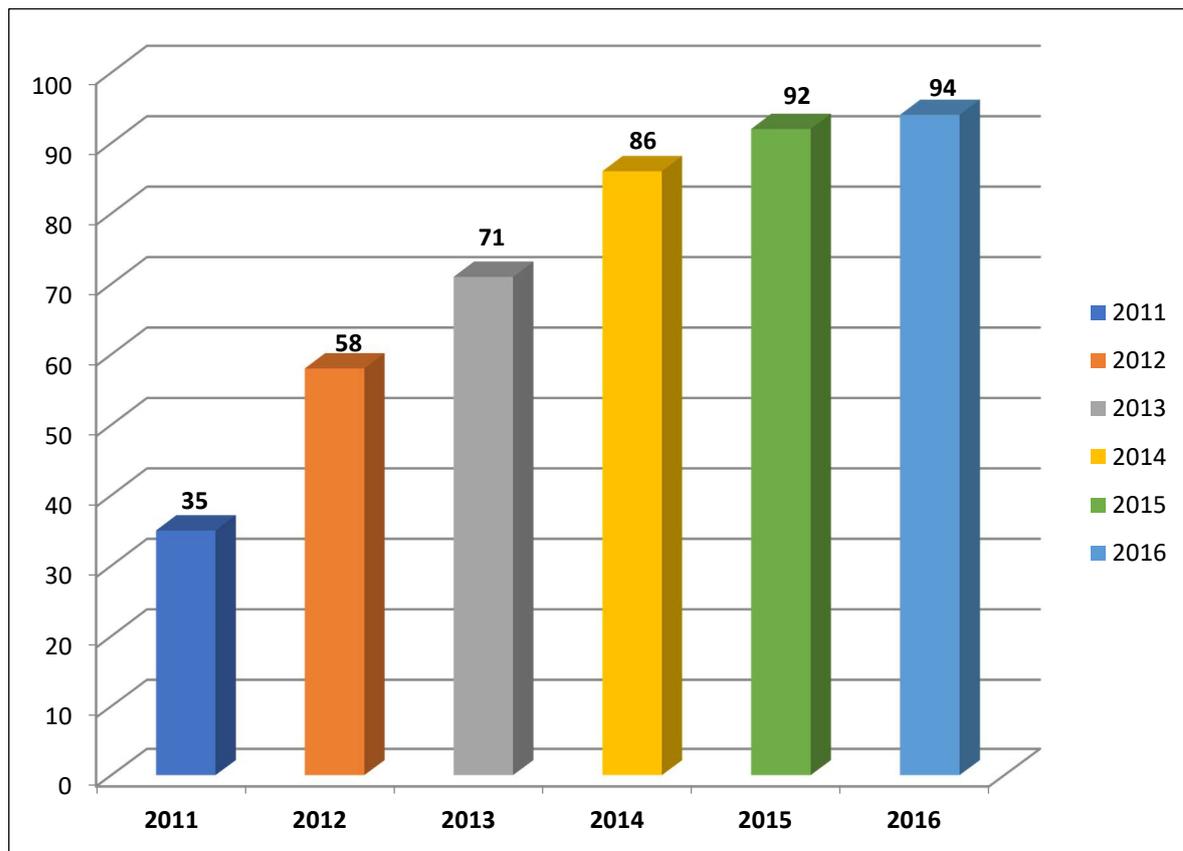
Portanto, com base nos dados constata-se que sob o prisma da dinamização dos fluxos turísticos, não somente o aumento do fluxo terrestre na fronteira, mas a ampliação dos serviços e produtos, e verificado por fontes oficiais como o Ministério do Turismo do Brasil e do Peru, órgãos estaduais e de empresas privadas e de serviços do setor de turismo que atuam na região de fronteira.

Para fundamentar análise do turismo interno no Estado do Acre, tem-se como aportes analíticos dados disponíveis pelo MTUR, Secretaria de Estado de Turismo-SETUR/AC, IBGE e trabalho de campo nos municípios da faixa de fronteira do Estado do Acre, localizados na região de influência da Estrada do Pacífico.

Neste contexto, a oferta da rede hoteleira no Acre acompanha os fluxos de turistas pelas fronteiras, como apresentado no Gráfico 02.

## **Gráfico 2 - Oferta hoteleira, Estado do Acre 2016**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: MTUR/Anuário Estatístico do Turismo, 2017; Organização própria

Nos municípios de fronteira na região da Amazônia Sul-Occidental, registram o aumento dos fluxos turísticos que acompanharam a oferta de meios de hospedagem, disponibilizando maior oferta de produtos e serviços e de apoio ao setor.

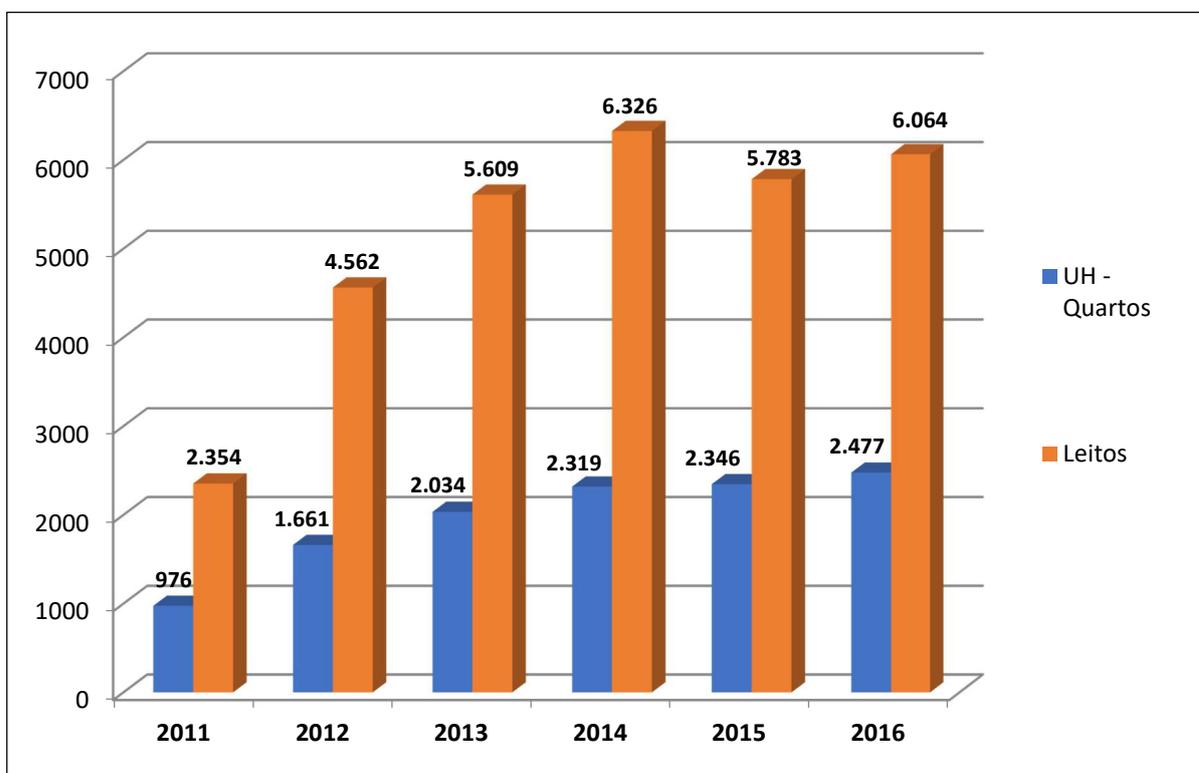
Os dados anteriores retratam que houve aumento de 37,23% no número de estabelecimentos, saltando de 35 hotéis, pousadas e similares em 2011 para 94 meios de hospedagens em 2016.

Conforme dados Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio, disponibilizado na Pesquisa de serviços de hospedagem do IBGE, em 2016 o Estado do Acre disponibilizava 110 estabelecimentos de hospedagem com 3.085 unidades habitacionais, disponibilizando 6.927 leitos. Estes dados apresentam divergências com os dados do Ministério do Turismo. A oferta hoteleira contribui com a evolução dos serviços prestados com ampliação das unidades habitacionais (quartos) e leitos (camas) disponíveis, ver Gráfico 03.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Nesse sentido, tomando como exemplo dados sobre a rede hoteleira do Acre, constata-se que o crescimento da oferta de leitos na região segundo informações do Ministério do Turismo, é que em 2011, o Estado somava 2.354 leitos, número que subiu para 5.783 em 2015, ampliando para 6.064 leitos em 2016. Estes dados de forma geral corroboram com a ideia de que o aumento da oferta turística acompanha a evolução dos fluxos turísticos de forma geral, quando outros elementos corroboram com o fato de que melhores condições de renda e via de circulação (fixos) facilitam os fluxos.

**Gráfico 03 - Evolução da oferta hoteleira, Estado do Acre 2017**



**Fonte:** MTUR/Anuário Estatístico do Turismo, 2016; Organização própria

A oferta de unidades habitacionais no Acre apresenta crescimento de 39,4% em números de quartos disponíveis no período de 2011-2016. Enquanto a oferta de leitos cresceu 39% no mesmo período anterior. Destaca-se neste contexto, a instalação de três hotéis de rede internacional na capital Rio Branco, que juntas correspondem de 328 unidades habitacionais (13%) da rede hoteleira do Estado do

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Acre, concentrando 12% dos leitos. Apesar de cidade de Rio Branco não ser o foco da discussão, mas, é a porta de entrada, caracterizado um polo distribuidor de fluxos turísticos, possuindo a melhor infraestrutura básica e turística.

Conforme pesquisa dos serviços de hospedagem do IBGE, o Estado do Acre disponibilizada rede hoteleira com média de 28 leitos por unidades habitacionais, sendo que 69,1% são hotéis, 8,2 % correspondem a pousadas, 21,8% a motéis e 0,9% são enquadrados como outros (dormitórios e hospedarias). O quantitativo de estabelecimentos de hospedagem é constituído por hotéis de 03 a 04 estrelas, que ocupam o terceiro lugar no *ranking* nacional nessa classificação de hospedagem, destacando-se também a em termos o quantitativo de motéis, ficando na mesma posição a nível nacional. (IBGE, 2017).

De forma geral, fazendo-se comparação das fontes de dados IBGE/MTUR, disponíveis no ano de 2017, verifica-se que a ampliação dos serviços de hospedagem voltados a atender o segmento turismo de negócios e eventos, e aos atrativos naturais. Neste último segmento os municípios da faixa de fronteira despontam pelo seu patrimônio histórico, cultural e ambiental.

Assim, contribui com oferta de equipamentos turísticos que se somam aos prestadores de serviços como as agências de viagens que além de oferecer pacotes para destinos nacionais, destaca-se também por viagens para Peru, com saídas via terrestre pelo Acre. Ressalta-se o crescimento de destinos internacionais por via terrestre, no caso do Acre em direção ao Peru, pela Estrada do Pacífico, tendo os maiores destinos Iñapari, Porto Maldonado, Cuzco e Lima, assim como, a utilização dessa rota para outros destinos sul-americanos, como Chile e Argentina via capital Lima, rota de menor distância via nacional comparado Brasília e São Paulo.

O crescimento das agências de turismo foi expressivo, apenas de 2014 a 2016 o número de empresas desta natureza subiu de 71 para 116 agências, tendo um aumento acima de 60%, ampliando a capacidade de atendimento e na oferta de serviços, como a organização de pacotes, viagens de lazer e negócios.

Com relação aos serviços de organização de viagem é crescente no Acre. De forma geral, tal segmento apresenta evolução de mais de 40%, tendo entre os fatores

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

considerados favoráveis para esse incremento, como destacado nos dados anteriores o aumento de fluxos turísticos tanto nacionais como internacionais, condições socioeconômicas favoráveis.

Na ampliação da oferta de serviços turísticos entre empresas privadas, destacam-se as locadoras de veículos em números de estabelecimentos. No ano de 2011 não tinham informações contabilizadas no Acre, e anos posteriores os dados catalogados pelo MTUR, registram 08 locadoras em 2012, diminuído para 07 em 2013, e voltando a crescer em 2014 para 10 estabelecimentos de aluguel de veículos, e mantendo esses números até o ano de 2016.

Concomitante com as agências de turismo somam-se os prestadores de serviços de apoio ao turismo, como as empresas de organização de eventos (congressos, convenções e eventos) que apresentou ampliação no número de estabelecimentos que prestam este de tipo serviço para organização de feiras, congressos, convenções e congêneres cadastrados, ver Tabela 02.

**Tabela 02 - Empresas organizadoras de eventos, congressos, convenções**

Unidades da Federação	Organizadores de eventos (congressos, convenções e congêneres)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Brasil</b>	<b>204</b>	<b>362</b>	<b>700</b>	<b>2.213</b>	<b>2.302</b>	<b>2.223</b>
Norte	03	16	28	150	142	149
Acre	--	08	07	10	14	18

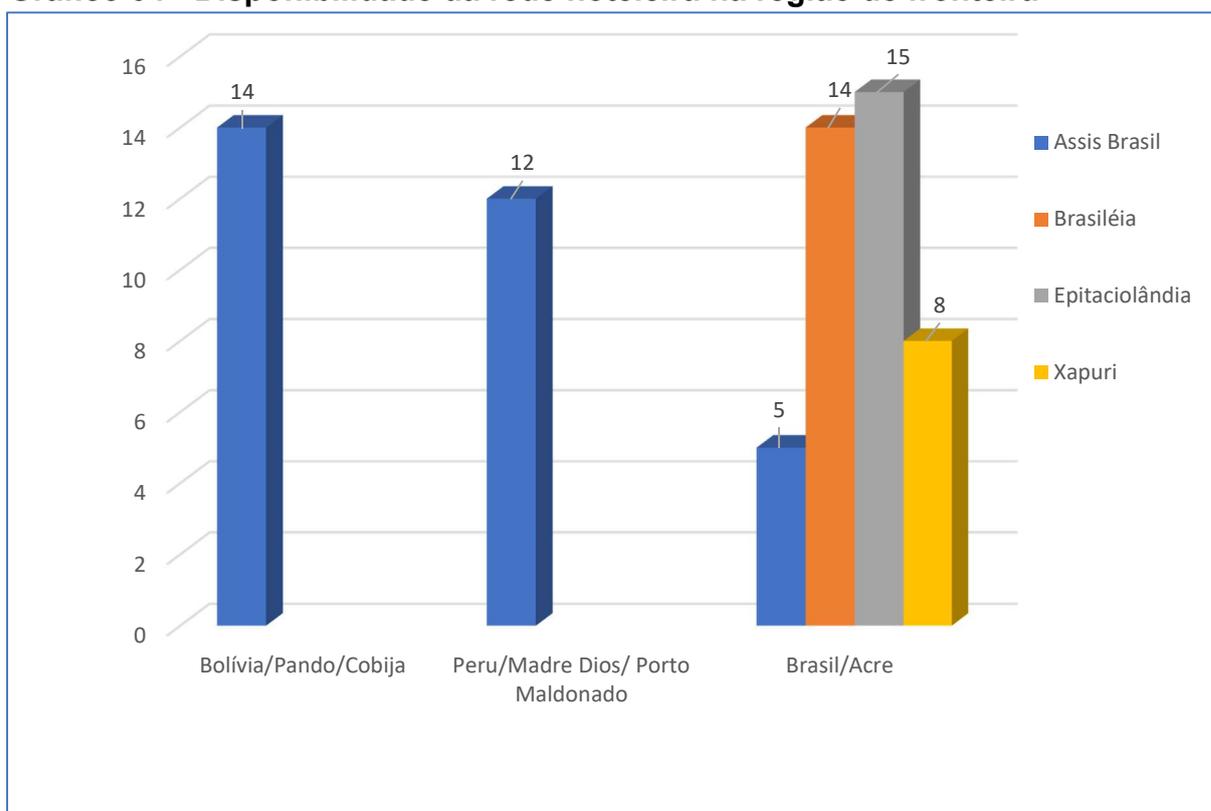
Fonte: MTUR/Anuário Estatístico do Turismo, 2017; Organização própria

Conforme se pode constatar na Tabela anterior, a evolução na oferta de serviços turísticos voltados na organização de eventos no Brasil e em todos os Estados da Região Norte. O Estado do Acre segue tendência nacional e mostra resultado favorável ao crescimento do turismo. No ano de 2014, no Acre, existiam 08 empresas em 2012, diminuindo para 07 em 2013 e voltando a crescer em 2014 contando com 10 empresas cadastradas do MTUR, todas as empresas organizadoras

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de eventos turísticos, no ano de 2015 esse número subiu para 14, enquanto em 2016 o Acre contava com 18 empresas que oferecem serviços de organização de eventos e feiras, tendo um aumento substancial de 44,5% no período de 2012-2016. Conforme levantamento de campo em 2016, ajustando aos dados do MTUR, 2017 a rede hoteleira expandiu, como demonstra as informações do gráfico 04 seguir.

**Gráfico 04 - Disponibilidade da rede hoteleira na região de fronteira**



MTUR/CADASTUR, 2017; Pesquisa de Campo, 2016; Organização própria

A região de fronteira inserida no contexto integracionista da Estrada do Pacífico/Rodovia Interoceânica, a rede de hospedagem dispõe 40 meios de hospedagem no Brasil, nos municípios de fronteira de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Enquanto nas cidades fronteiriças de Cobija na Bolívia a rede hoteleira dispõe de 14 empreendimentos de hospedagem divididos em hotéis, pousadas, *hostel* e apart hotel.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No caso peruano, na tríplice fronteira a cidade de Iñapari disponibiliza apenas um hotel, caracterizando-se como uma região de passagem, um território sem turismo. O crescimento dos serviços de hospedagem e turismo não pode ser associado apenas pela questão do modal rodoviário associado à Estradada do Pacífico, mais ao se ponderar que a rodovia retrata uma a única e principal via de circulação, o que possibilita maiores fluxos e demandas para regiões de fronteira, o setor de hospedagem e tende a se adaptar à demanda ofertando mais opções e buscando mais lucros.

Não existem dados estatísticos públicos sobre a expansão da rede hoteleira associado à malha rodoviária. Conforme, trabalho de campo nos municípios brasileiros de fronteira em set/2016, questionamos aos administradores sobre o ano de fundação dos empreendimentos, no geral 30% responderam que foram inaugurados após a construção da Estrada do Pacífico, enquanto 72% responderam que nos últimos anos o empreendimento passa por reformas e ampliação, como aumento no número de quartos, adequações como disponibilização de ar-condicionado, *wi fi*, café da manhã e estacionamento.

Ao se questionar a importância da BR-317/Estrada do Pacífico para empreendimento, em todos os estabelecimentos de hospedagem (100%) verificou-se que dependem da rodovia para fornecimentos de insumos no geral para o seu funcionamento, além de ser a principal via de chegada de hóspedes, criticando também as péssimas condições de manutenção da rodovia que interfere nos fluxos.

Na região da Amazônia Sul-Occidental, as cidades situadas nas bordas da fronteira que formam a tríade urbana Brasília-Epitaciolândia no Brasil e Cobija na Bolívia, disponibilizam a melhor rede hoteleira na região de fronteira. Os turistas procuram a região de fronteira principalmente atraídos pela Zona de Livre Comércio de Cobija, vizinha das cidades brasileiras. O turismo na região se volta ao turismo de compras principalmente de brasileiros atraídos por produtos importados a preços de baixos custos oferecidos no país vizinho, na cidade de Cobija.

A demanda de turistas que buscam lazer na região de fronteira é também para visitar municípios que oferecem produtos e atrativos ligados ao meio ambiente, como práticas de lazer voltadas a atividades ligadas ao ecoturismo, turismo de base comunitária em unidades de conservação, encontrados principalmente na RESEX  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Chico Mendes. Esta Unidade de Conservação de Uso Sustentável abrange os quatro municípios acreanos, além do PAE Chico Mendes que possui infraestrutura de hospedagem comunitária no assentamento. Destaca-se a Pousada Ecológica Cachoeira no município de Xapuri, que disponibiliza atividades e esportes radicais como arvorismo/arborismo, tirolesa, ciclismo em trilhas nas ecológicas. A hospedagem familiar e comunitária contempla o cotidiano dos extrativistas com a floresta, além de programação para observação de aves, fauna e paisagens. (LIMA, 2011).

Somam-se as festas ligadas ao turismo religioso, como festas e peregrinações dedicadas aos santos da floresta, como São João do Guarani em Xapuri, as peregrinações a Santa Seringueira “Santa Raimunda da alma de Bom Sucesso” em Assis Brasil. As manifestações religiosas são históricas e atraem centenas de peregrinos e turistas peruanos e bolivianos que se juntam aos brasileiros para participar anualmente das atividades na floresta, marcada pela peregrinação até capelas na floresta dedicadas aos santos. (SILVA, 2015).

Portanto, a relação entre os fluxos de turistas que cruzam as fronteiras pelo Acre, e a ampliação da oferta de serviços demonstra a importância da Estrada do Pacífico para concretizar o turismo de fronteira, fomentar a mobilidade e a circulação de transeuntes para os municípios da região de fronteira como local de residência ou destino turístico ou apenas de controle ou passagem, pois os serviços são necessidade para deslocamentos e fluxos transfronteiriços.

## CONCLUSÃO

A dialética capitalista se fez presente na formação econômica e social da Amazônia Sul-Occidental, as buscas de riquezas e para isso se fizeram tratados territoriais, firmados antes do século XX, não serem respeitados, no qual, as fronteiras foram aos poucos sendo alargadas conforme o interesse nos recursos naturais. Conclui-se que historicidade da Amazônia é fruto da ampliação das fronteiras por meio de acordos territoriais, que tem na rede hidrográfica do grande Amazonas as primeiras vias de penetração que perdura por séculos, chega a modernidade contemporânea do final do século XX, com as principais vias de circulação e fluxos de pessoas,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

mercadorias e bem. Realidade que passa a ser modificada na segunda metade do século XXI, com as primeiras implantações da malha técnica, por via aérea e rodoviária.

O território se tem formação como produto da organização produtiva do espaço produtivo, disputado e delimitado juridicamente pelo Estado por fronteiras e limites políticos. Absorve as premissas de espaço absoluto, relacional e relativo. Configura-se como estação dependente, portanto relativo e fronteiro, marcado por relações socioeconômicas em ambos os lados da fronteira, assim o território é relacional. Conclui-se que o território de fronteira da Amazônia Sul-Occidental envolve caráter jurídico e de poder, resultado do processo produtivo, fruto da ação humana com organização socioespacial.

A Estrada do Pacífico se concretiza interligando três localidades de fronteira, Acre, Pando e Madre de Dios, até então isoladas dos centros administrativos, suas capitais federais, mas isso é apenas um passo firme, abrindo inúmeras possibilidades que não podem ser abandonadas, pois são determinantes para integração regional. Facilita mobilidades, intensifica relações mútuas no espaço relacional e transfronteiro, mas as complexidades de relações precisam se intensificar com fluxos comerciais, migratórios, turísticos para desenvolver os lugares e a fronteira. Pois à medida que cresce e se fortalece encontra solução aos problemas locais impulsionando novas territorialidades. Pode-se concluir que em regiões fronteira existem nos fluxos interfronteiros correlação direta entre os níveis de renda e mercado de trabalho os países vizinhos e a circulação rodoviária por meio da Estrada do Pacífico. Atividades ligadas ao comércio informal e sazonal, que são ligados ao comércio, agropecuária e ao extrativismo vegetal, que e ao trabalho condições urbanas e a disponibilidade de serviços, com relação aos baixos são atraentes.

## BIBLIOGRAFIA

ACRE. Secretaria de Estado Turismo e Lazer-SETUL. **Demanda turística-Acre**. Rio Branco-AC: SETUL; Perfil Pesquisas Técnicas, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2016**. Volume 43. (Ano Base 2015). Brasília-DF: MTUR, 2016.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

IBGE, 2017).IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**Pesquisa de serviços de hospedagem 2016**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2017. 42p.

\_\_\_\_\_.**Redes e Fluxos e Território: Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE; Coordenação de Geografia, 2017. 79 p.

IIRSA. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA. **Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010**. Relatório de Avaliação. [S.l.]: IIRSA, 2010.

\_\_\_\_\_. (Site Oficial). Disponível em: <<http://www.iirsa.org>>. Acesso em: 20. nov. 2016.

LIMA, D. de S. **Uma viagem do desenvolvimento regional e local pelo turismo: o Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e a Pousada Ecológica Cachoeira em Xapuri - AC**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco-AC, 2011.

PERU. **La Comisión de Promoción del Perú para la Exportación y el Turismo – PROMPERÚ**. (site oficial). Disponível em: <<https://www.promperu.gob.pe>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SAQUET, M.**Abordagens e concepções sobre o território**. 3. ed. São Paulo-SP: Outras Expressões, 2013.

SILVA, R. D. da. **Espaços de peregrinação: a devoção nas estradas de seringa**. 2015.0159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Rondônia, Rondônia-RO, 2015.

TIMOTHY, D. Political boundaries and tourism: borders as tourist attractions. In:**Tourism Management**,v. 16, n. 7, p. 525-532, 1995. Disponível em: <<http://http://www.sciencedirect.com/science/journal/177/16/7>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TURISMO E ÁREAS PROTEGIDAS: A VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS – AM

Susy Rodrigues Simonetti

Pedro Wesen Soeiro

Glaubécia Teixeira da Silva

### RESUMO

O trabalho objetiva conhecer quem são os visitantes do Parque Nacional de Anavilhanas, no Amazonas, e as atividades desenvolvidas por eles nessa área protegida. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, cujos formulários foram aplicados aos visitantes de Novo Airão, cidade localizada em frente ao Parque, com a ajuda de *tablets*, utilizando o programa *Droid Survey*, um *software* em forma de aplicativo. Essa tecnologia possibilita o envio via *wireless* dos dados coletados para um serviço de armazenamento na nuvem. Os resultados deste estudo de caso revelam que os brasileiros são os principais visitantes do Parque, a maioria possui nível superior e realiza atividades correlacionadas ao ecoturismo como observação de mamíferos (botos), banhos e passeios de canoa durante sua passagem pelo Parque, e a experiência na Unidade de Conservação foi considerada entre excelente e muito boa. Os resultados da pesquisa também oferecem subsídios em favor da gestão do Parque.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parque Nacional de Anavilhanas. Unidade de Conservação. Uso Público. Ecoturismo.

### ABSTRACT

The work aims to meet who are visitors to the Anavilhanas National Park, in the Amazon, and the activities undertaken by them in this protected area. It is a quantitative and qualitative research, whose forms were applied to visitors of Novo Airão, a city located across from the Park, with the help of tablets, using Droid Survey, in the form of software application. This technology enables the sending of data collected through wireless to a cloud storage service. The results of this study show that the Brazilians are the main visitors of the Park, most have top level and performs activities related to ecotourism as observation of mammals (dolphins), baths and canoe trips during your passing through the Park, whose experience in the conservation unit was considered between excellent and very good. The search results also provide subsidies in favor of Park Management

**KEYWORDS:** Anavilhanas National Park. Unit of Conservation. Public Use. Ecotourism.

## 1 INTRODUÇÃO

O Parque Nacional de Anavilhanas – Parna (**figura 1**), localizado no Estado do Amazonas, entre os municípios de Novo Airão (70%) e Manaus (30%), tem em seus limites o segundo maior arquipélago fluvial do mundo, com aproximadamente 400 ilhas e 60 lagos, paranás<sup>92</sup> e furos<sup>93</sup>. Os números podem variar de acordo com a subida e descida do rio Negro.

O Parque possui grande relevância ecológica e beleza cênica, e permite que sejam realizadas pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (BRASIL, 2000), as atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico também são permitidas e incentivadas. É importante destacar que o termo comumente utilizado para o turismo em Parques Nacionais é ecoturismo.

Para que um atividade seja considerada ecoturismo, Nelson (2012) aponta algumas características imprescindíveis, tais como: a contribuição para a conservação do ambiente, o envolvimento comunitário, o elemento educativo, que pode ser interpretação ou educação ambiental, e a geração de renda para todos os envolvidos. A simples contemplação da natureza ou o uso dela, sem um compromisso com a área protegida ou com a população local, não pode ser chamada de ecoturismo. E para se planejar o ecoturismo, ou seja, um turismo sustentável, traçar o perfil do visitante é algo fundamental, especialmente em um Parque Nacional na Amazônia com as dimensões e peculiaridades que Anavilhanas possui.

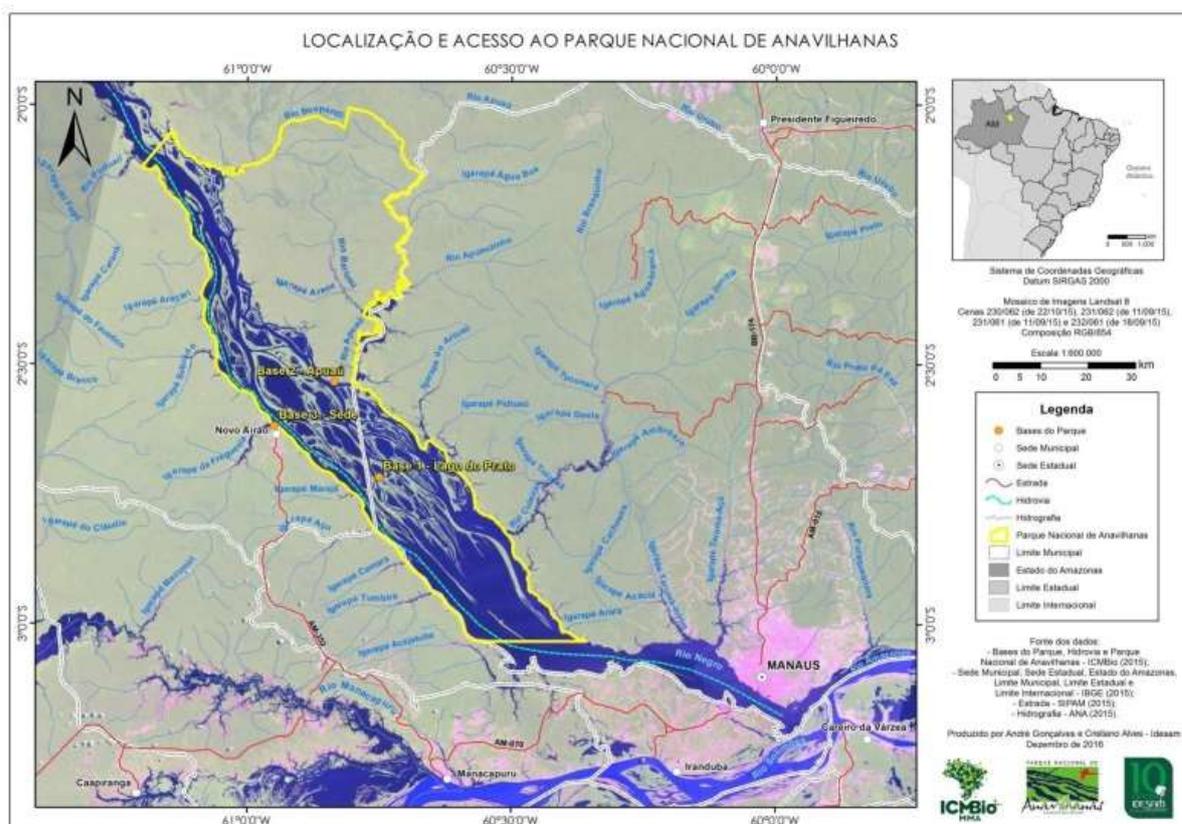
Consolidar o turismo sustentável não é uma tarefa simples, isso implica em “[...] envolver mais setores do que no turismo convencional, [...] os setores públicos e privados [...] devem ter suas responsabilidades ampliadas para incluir a preocupação com o meio ambiente, cultura, educação e saúde, entre outros.” (NELSON, 2012, p. 217).

---

<sup>92</sup>Braço de um rio separado do principal por uma ou várias ilhas.

<sup>93</sup>Espaço navegável entre árvores e que faz a ligação entre rios.

Figura 1 – Mapa de localização e acesso ao Parque Nacional de Anavilhanas.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas, 2017.

Os Parques Nacionais são considerados espaços fundamentais para a proteção ambiental do país e, a visitação por meio do uso público, passou a ser fortemente incentivada pelo governo federal. O uso público do Parna de Anavilhanas se baseia na Portaria nº 47 de 09 de abril de 2012, em que estão estabelecidas as regras básicas de visitação e os tipos de atrativos disponíveis ao público. Por se tratar de uma Unidade de Conservação de proteção integral, todos os operadores, guias e condutores de turismo devem ser cadastrados, elaborar e entregar relatórios mensais para a administração do Parque. Esses relatórios permitem, de forma colaborativa com as instituições parceiras, obter o levantamento do perfil dos visitantes do Parna

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de Anavilhanas, mesmo assim, esse esforço ainda é insuficiente para se conhecer, de forma sistemática e com maiores detalhes, o perfil da demanda.

A região de Anavilhanas foi transformada em Estação Ecológica, em 1981, e recategorizada em 2008 para Parque Nacional, gerenciado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Situado em frente à cidade de Novo Airão, o Parque tem uma área aproximada de 350 mil hectares.

Para Nelson (2012), dependendo da categoria e do zoneamento da área protegida, o uso público se configura como uma forma eficiente de utilização e aproveitamento das Unidades de Conservação. A visita em uma área protegida pode ter diferentes motivações: turismo, contemplação, recreação, esporte, observação de aves, pesquisas, visitas educativas, educação ambiental, entre outras. Mas é incontestável afirmar que tal visita é uma estratégia que pode ser mais estimulada, objetivando potencializar os benefícios do turismo.

De acordo com o Plano de Uso Público (PUP) do Parna de Anavilhanas, contido no Plano de Manejo, “a visita é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza (2016, p.308)”. Ao formalizar as atividades existentes por meio do PUP, a gestão visa ordenar a visita e propiciar um turismo mais sustentável, pautado na proteção dos recursos ambientais, nas experiências exitosas e diversificadas, e na segurança dos visitantes.

O crescimento do turismo nas Unidades de Conservação no Brasil se deve a vários fatores, dentre eles, Giraldella e Neiman (2010) destacam: melhores salários no país, maiores períodos de férias, acesso às áreas mais afastadas pela facilidade dos meios de transporte, e o destaque que as áreas naturais ganharam a partir de 2000, quando o SNUC94 foi aprovado.

Para Souza (2017), antes de adentrarem em um Parque Nacional, os visitantes investem nos bens e serviços na região – hospedagem, alimentação, transporte – bem como estimulam o fortalecimento de empresas familiares e pequenos negócios. Isto implica em afirmar, segundo o mesmo autor, que as Unidades de Conservação devem ser encaradas como geradoras de oportunidades de negócios e renda para toda a região onde o parque está localizado.

---

<sup>94</sup>Lei 9.985/2000.

Na concepção de Nelson (2012, p. 215), “o turismo pode gerar benefícios para as UCs, como renda para sua manutenção e para ajudar as comunidades do entorno”. Isso implica em afirmar que ao aplicar os princípios de sustentabilidade ao turismo, podemos transformá-lo em uma atividade que contribua para as economias locais, preserve os recursos ambientais e promova a melhoria das condições de vida dos envolvidos. Se um dos pilares (ambiental, social e econômico) relacionados à sustentabilidade da atividade não estiver em equilíbrio, não se pode falar de ecoturismo.

As atividades realizadas nos Parques Nacionais precisam estar fundamentadas no Plano de Manejo e, se possível, no PUP. No Parna de Anavilhanas, ambos os planos estão em vigor desde 2017, o que representa um diferencial para a Unidade de Conservação.

As práticas de turismo de baixo impacto, como o ecoturismo e o turismo comunitário, são mais indicadas para se desenvolver em áreas protegidas, sendo assim, devem ser baseadas em ações educativas e de interpretação do local, proporcionando contato com a natureza e estimulando a consciência ambiental. Desse modo, a visitação em Unidades de Conservação deve ser planejada e monitorada, visando ao turismo sustentável.

Na visão de Irving (2015, p. 55), “desenvolver o turismo em áreas protegidas, na escala de um país continental e na pluralidade de suas culturas não constitui uma missão simples de ser realizada”. Se esse contexto for pensado para a Amazônia e em um Parque com as dimensões de Anavilhanas, com mais de 350 mil hectares, a missão é muito mais complexa.

Assim, questiona-se: quem são os visitantes do Parque Nacional de Anavilhanas? Na busca de se elucidar esse perfil, o presente trabalho objetiva conhecer quem são os visitantes do Parna de Anavilhanas e as atividades desenvolvidas por eles nessa área protegida.

O estudo sobre os desafios do uso público no Parna de Anavilhanas vem sendo desenvolvido por Simonetti et al (2017); Vidal et al (2013) também desenvolvem estudos relacionados ao perfil e a percepção ambiental dos visitantes do Flutuante dos Botos, na cidade de Novo Airão.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os estudos que abordam o perfil de visitantes em Anavilhanas, ainda são incipientes, diante disso, essa pesquisa tem um significado bastante especial por possibilitar produzir conhecimento sobre essa realidade. Diante desse contexto, todos são beneficiados - os pesquisadores, a Universidade, o município, a gestão da área protegida -, pois o interesse compartilhado para além de uma motivação, é a força motriz que levará à construção do conhecimento, com informações que subsidiarão a atividade de planejamento de um turismo sustentável.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Desde 2013, o ICMBio iniciou uma parceria com algumas instituições tendo em vista criar uma base de dados de monitoramento da percepção do uso público pelo visitante em áreas protegidas. O projeto que vem sendo desenvolvido, está baseado na metodologia do Programa Nacional de Monitoramento de Uso Público, utilizada pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) para entender o uso das Florestas Nacionais pelos seus visitantes.

Estão envolvidos no estudo, pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), do Paraná; da Universidade de West Virginia em parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por meio desta pesquisa.

Com enfoque na região amazônica, em maio de 2015 três pessoas contratadas e treinadas por meio dessa parceria, iniciaram a coleta de dados para os estudos sobre a visitação no Parna de Anavilhanas. Esse tipo de coleta de dados é o primeiro do gênero na Amazônia, tendo iniciado na Floresta Nacional do Tapajós (Pará). A pesquisa é um dos primeiros estudos sistemáticos de monitoramento de visitantes em áreas de conservação gerenciadas pelo ICMBio no Brasil.

Este estudo de caso se apoia na pesquisa quanti-qualitativa e elegeu como ferramenta os formulários, aplicados aos visitantes com a ajuda de *tablets*, utilizando o programa *Droid Survey*, um *software* em forma de aplicativo que opera com um *website* ([www.harvestyourdata.com](http://www.harvestyourdata.com)). Essa tecnologia possibilita o envio, via *wireless*, dos dados coletados para um serviço de armazenamento na nuvem, e

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

utilizou como ferramenta formulários, aplicados aos visitantes de Novo Airão, cidade localizada em frente ao Parque.

Os dados foram coletados na entrada principal do Parna de Anavilhanas, em uma área conhecida como Flutuante dos Botos. O flutuante é um empreendimento particular onde diariamente há visitantes ávidos para terem contato com os botos-vermelhos (*Inia geoffrensis*). As entrevistas foram conduzidas pelas três pessoas contratadas e treinadas para utilizarem os *tablets*. Entre 12 de maio e 12 de agosto de 2015 foram aplicados 903 formulários, tanto durante a semana quanto nos finais de semana, para as pessoas que chegavam ao Flutuante.

De forma geral, os dados coletados dizem respeito a aspectos sociodemográficos, perfil da viagem e dos grupos, percepção dos visitantes, motivações e grau de satisfação da visita no Parque. Este estudo de caso tem como enfoque o perfil dos visitantes e as atividades desenvolvidas por eles nessa área protegida, a partir de uma análise quanti-qualitativa dos dados coletados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria dos visitantes do Parna é do sexo feminino, cerca de 51,2%. Os entrevistados do sexo masculino totalizam 48,8%, ou seja, 441 visitantes. É possível observar que os percentuais se aproximam, porém o maior fluxo de visitantes é do sexo feminino, totalizando 462 entrevistadas.

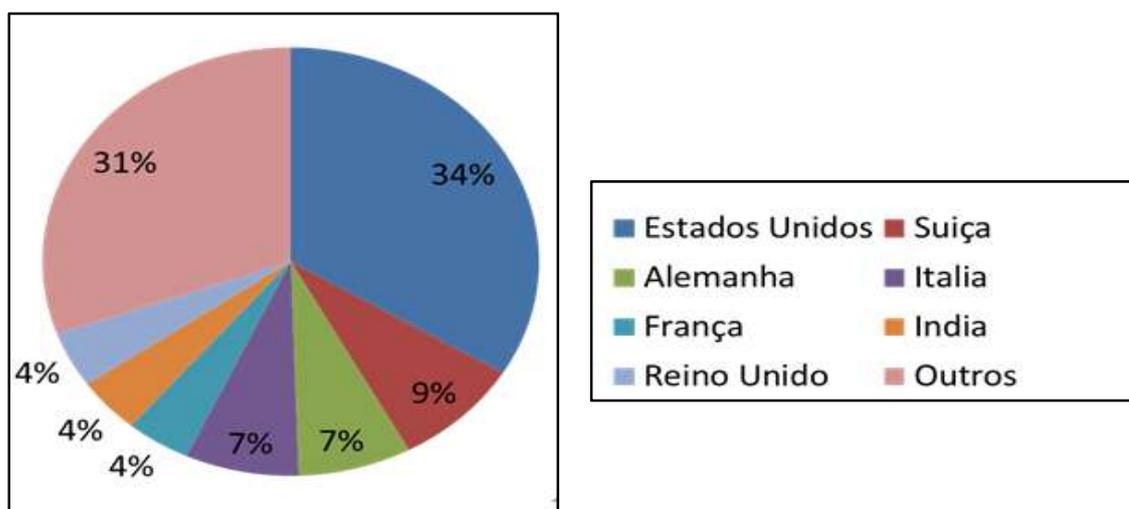
Um número superior de visitantes do sexo feminino também foi registrado no Parque Nacional do Medanha (RJ), na pesquisa de Tomiazzi et al (2006 apud VIDAL et al, 2013). Para os mesmos autores, as mulheres estão em busca de atividades de lazer e recreação em contato com a natureza. Para Moutinho (2000 apud VIDAL et al, 2013), “[...] o número de mulheres que viajam sozinhas ou em grupos aumentou consideravelmente nos últimos anos, e isso pode ser atribuído, entre outros fatores, à emancipação e melhoria social e econômica das mesmas”. Ambas as análises podem ser aplicadas aos resultados no Parna Anavilhanas.

Quanto ao país de origem dos visitantes, a maioria é oriunda do Brasil, totalizando 89,4% dos entrevistados, enquanto 10,6% são estrangeiros (**Figura 2**). Com relação aos visitantes estrangeiros (10,6%), a maioria provém dos Estados

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Unidos (34%), enquanto os demais são da Suíça (9%), Alemanha (7%) e Itália (7%). Houve ainda registros de estrangeiros do Reino Unido (4%), França (4%) e Índia (4%).

**Figura 2:** Origem dos estrangeiros no Parna Anavilhanas



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Os demais visitantes do Parna de Anavilhanas são oriundos de diversos países da América Latina, continentes Europeu, Asiático e Oceania, entretanto por se tratar de muitos países diferentes e com porcentagem de visitantes abaixo de 4%, optou-se por incluí-los na opção outros (31%).

É importante observar que a maioria (89,4%) dos visitantes faz parte do turismo doméstico e, dentre esses entrevistados, muitos (56,1%) não pernoitam no município, ou seja, estão apenas a lazer em Novo Airão, passando algumas horas no município e visitando o Parque, essa permanência temporária pode implicar na maior oferta de serviços turísticos na área de entorno de Anavilhanas.

Sendo assim, é possível afirmar que (NELSON, 2012, p.216),

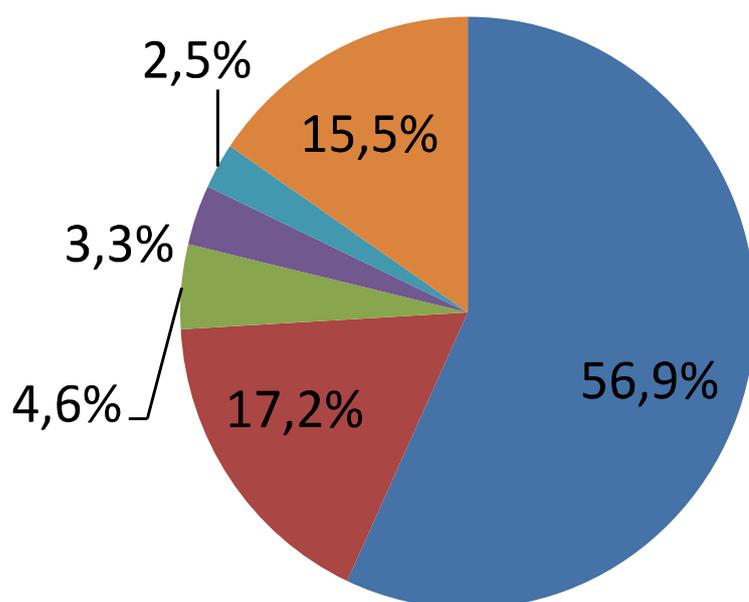
[...] o tempo de permanência dos turistas e a durabilidade da atividade turística nas UCs vai depender da diversificação de atividades ofertadas para estimular e encorajar o turista a ficar mais tempo na região e, preferencialmente, fomentar o desejo de retorno ao longo dos anos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Os visitantes de um dia contribuem para o estímulo à economia local, pois compram artesanato, geram receita para o município, fazem os passeios disponibilizados pelos operadores locais, todos cadastrados junto à gestão do Parque (SIMONETTI et al, 2017). Esta linha de pensamento corrobora com o entendimento de Souza (et al, 2018), ao afirmar que “[...] os gastos dos visitantes de dentro e fora das áreas protegidas estimulam a criação de empregos e atividades empreendedoras (operações de turismo, hotelaria etc.)”.

Dentre os turistas nacionais (**Figura 3**), observa-se que mais da metade dos entrevistados brasileiros são oriundos do estado do Amazonas (56,9%), os demais visitantes são dos estados de São Paulo (17,2%), Rio de Janeiro (4,6%), Minas Gerais (3,3%) e Distrito Federal (2,5%). O percentual de 15,5% está representado por visitantes (entre 1% e 1,9%) dos estados de todas as regiões do Brasil.

**Figura 3** – Visitantes nacionais do Parque Nacional de Anavilhanas



IS

■ Amazonas

■ São Paulo

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

No Parna de Anavilhanas, a visitação sem pernoite (56,1%), como citado anteriormente, é realizada na maioria das vezes pelos amazonenses (56,9%), tal constatação pode ser justificada pelo fato de que a cidade de Manaus e outras da região metropolitana, estão relativamente próximas a Novo Airão, ou seja, o custo e o tempo de deslocamento até o Parque são menores (VIDAL et al, 2013). Uma viagem de carro partindo de Manaus, dura cerca de duas (02) horas e trinta (30) minutos até Novo Airão, o que possibilita aos visitantes o deslocamento de ida, a realização de passeios e o retorno no mesmo dia. Não há cobrança para acessar o Parque, a visitação é gratuita e deverá ser autorizada pelo ICMBio.

Essas informações são importantes para a gestão do Parque no sentido de possibilitar meios para a criação de novos produtos e serviços a serem ofertados aos amazonenses, visitantes da área protegida. Além disso, por se tratar de uma visita de apenas um dia, pode-se criar estratégias que possibilitem aumentar o tempo de permanência desse público, com a oferta de atividades diferenciadas de visitação no Parque, promoções para residentes, campanhas de *marketing* e outras.

Sob outra perspectiva, a maioria dos atrativos turísticos no município de Novo Airão está fora da área urbana da cidade e o acesso se restringe ao uso de embarcação fluvial. Desta forma, o tempo reduzido de permanência em Novo Airão pode ser explicado pela “[...] escassez de outras atividades turísticas na área urbana da cidade e o elevado custo dos passeios fluviais no interior do Parna de Anavilhanas, que pode chegar a R\$ 150,00/pessoa por um roteiro de duas horas” (VIDAL et al, 2013 apud VIDAL, 2017, p. 66).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com relação a idade dos visitantes, o Quadro 1 apresenta as seguintes faixas etárias:

**Quadro 1 – Idade dos visitantes do Parque Nacional de Anavilhanas.**

IDADE	%
16 – 20	3,8
21 – 30	25,8
31 – 40	30,1
41 – 50	20
51 – 60	12
61 – 70	6,8
71 ou mais	1,5

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O Parna de Anavilhanas recebe visitantes de todas as faixas etárias, com predominância de indivíduos entre 31 e 40 anos de idade (30,1%). Os visitantes que possuem 21 e 30 anos representam 25,8%; entre 41 e 50 anos são 20%; entre 51 e 60 anos totalizam 12%; os visitantes entre 16 e 20 anos são apenas 3,8%; e a partir de 61 anos, são 8,3%.

Os estudos de Tomiazzi et al (2006 apud VIDAL et al, 2013) no Medanha e de Vidal et al (2013) em Anavilhanas, também tiveram a predominância de visitantes com idades acima de 30 anos, possivelmente, por uma suposta estabilidade financeira ou pela busca de um maior contato com a natureza. No caso do Parna de Anavilhanas, o contato com a natureza pode explicar essa visita, também apoiado em uma situação financeira mais favorável para esses entrevistados, mas essa questão não foi incluída no formulário.

Cerca de 43,4% dos entrevistados, estavam em grupos familiares visitando o Parque. Apenas 6,2% dos respondentes estavam sozinhos durante a visita. Os casais eram 18,6% e os visitantes que estavam entre amigos atingiu um percentual de 15,6%. Aqueles que responderam que estavam com a família e amigos eram 12,7%. Cerca de 3,5% responderam que estavam em grupos, comercial ou organizado, no dia da visita. É interessante notar a predominância de famílias visitando o Parque e que, 45% dos respondentes afirmaram haver pelo menos uma criança com idade inferior a 16

anos nos grupos, no entanto, os adultos constituem a maioria dos visitantes nesses casos.

O fato de o Parna de Anavilhanas receber visitantes de todas as faixas etárias é uma informação fundamental para que os gestores possam planejar as atividades e atingir públicos de interesses diversificados. Somente a partir do planejamento adequado a integridade ecológica será mantida e a experiência do visitante potencializada, e em virtude de o Parque possuir PUP, cuja “[...] ênfase está na experiência, educação e manejo dos impactos, envolvendo o público como parceiro [...]” (NELSON, 2012, p.223), as chances de sucesso no planejamento são maiores.

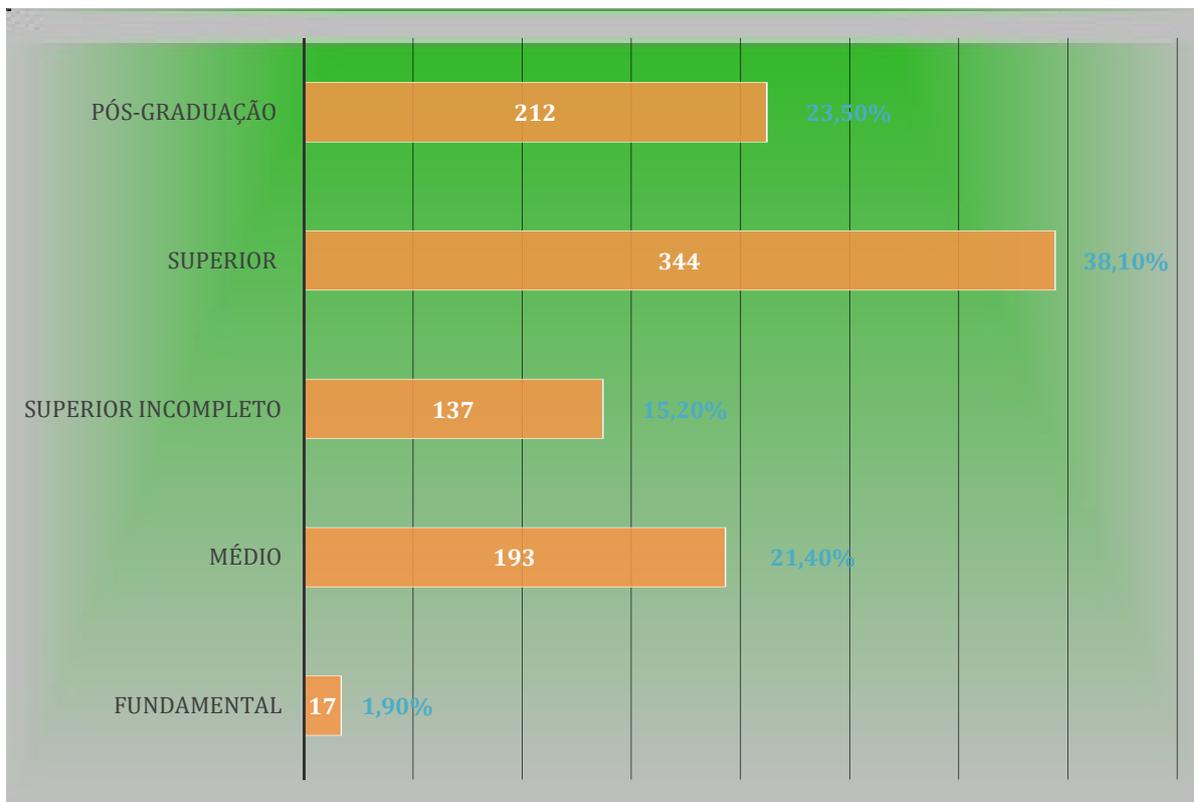
Com o objetivo de planejar o uso público nas Unidades de Conservação, mas especificamente o ecoturismo, Nelson (2012) recomenda que se conheça quem é o público, traçando seu perfil. A escolaridade faz parte do perfil do visitante, e no Parna de Anavilhanas, foi assim identificada (Figura 4):

Quando perguntados sobre o nível de escolaridade, 38,1% responderam que possuíam ensino superior completo, enquanto 23,5% possuíam pós-graduação. Ensino médio foi apontado por 21,4% dos respondentes, 15,2% responderam que possuíam superior incompleto e 1,9% ensino fundamental.

Sendo assim, este estudo corrobora com as proposições de Nelson (2012), que ao analisar uma pesquisa sobre o perfil dos ecoturistas do Canadá, chegou a conclusão que um nível de escolaridade mais elevado indica que os visitantes demonstram mais curiosidade e desejam aprender mais sobre o ambiente visitado.

#### **Figura 4 – Escolaridade dos visitantes do Parque Nacional de Anavilhanas**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A partir das informações sobre os visitantes do Parna de Anavilhanas infere-se que, quanto maior o nível educacional há mais interesse e maior necessidade de estar em um ambiente como o Parque, mas considera-los ecoturistas seria muito precipitado, “[...] isto porque a natureza preservada constitui a matéria-prima do imaginário do turista que procura esses locais, mas esse nem sempre está comprometido com a sua conservação (IRVING, 2015, p.74).

Possivelmente o fato dessas áreas terem sido “blindadas” da sociedade por muito tempo, gerou um afastamento e a ausência de elos mais fortes entre ambos, sendo necessário resignificar esse “lócus *pulsante* de encontro e transformação social” (IRVING, 2015, p.75), que são as áreas protegidas. Da mesma forma, há um afastamento entre os moradores do entorno e as áreas protegidas que, por diversas vezes, demonstram insatisfação relacionada à Unidade de Conservação, por representar, na visão deles, uma limitação ao uso dos recursos ambientais (PLANO DE MANEJO, 2017).

Em que pesem os limites dessa relação sociedade-natureza, pode-se considerar que o alto nível de escolaridade dos visitantes do Parna de Anavilhanas é um aspecto bastante positivo, pois os mesmos, teoricamente, compreenderiam melhor ou teriam maior propensão a se envolverem em trabalhos de sensibilização, ou ainda, estariam dispostos a utilizar técnicas e estratégias que diminuíssem os impactos causados durante sua visita.

Sobre os motivos que os levaram a visitar o Parna de Anavilhanas, 51,3% dos entrevistados responderam que a apreciação da natureza foi a razão mais importante; 33,8% afirmaram que o Parque é um bom lugar para se conhecer a cultura da região. Passar mais tempo com a família e amigos foi a justificativa para 8,9% dos entrevistados; outros 6% disseram que gostam do Parque porque é um bom lugar para a prática de atividades ao ar livre ou por ser próximo de suas casas.

A visitação pública deve ser encarada como uma estratégia que, ao ser estimulada, resulta em benefícios para as localidades, dentre eles, o turismo. (SIMONETTI e NASCIMENTO, 2012). A partir do contato direto promovido pela visitação pública, a comunidade passa a valorizar os recursos ambientais e socioculturais, despertando seu interesse pela conservação da natureza.

Dessa forma, “[...] não se pode ignorar em planejamento turístico, as reais motivações que alimentam, de fato, o desejo de viajar e os imaginários que orientam as escolhas de ‘destinos’ e a procura pelo sonho. A matéria-prima do turismo é o sonho” (IRVING, 2015, p.52).

Mesmo que o principal motivo tenha sido a apreciação da natureza, este estudo corrobora com Bruhns (2010, p. 164), ao afirmar que “não estamos vivendo um redespertar da natureza, mas talvez sua adoção como sendo uma decisão de estilo de vida. Decisão atrelada a relações de poder e estratificação social”. Essa afirmação fica mais clara, em termos de estratificação social, quando se observa que 75,6% dos visitantes utilizaram o carro como meio de transporte, bem como pelo nível educacional elevado, apresentado anteriormente.

Para todos os produtos, serviços e atividades disponíveis em Novo Airão - deslocamento, hospedagem, alimentação, passeios e outros - é necessário investir recursos financeiros, ou seja, a visita é realizada por aqueles que realmente podem arcar com os custos. Para uma minoria (8%) que afirmou que o Parque é próximo de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

sua casa, por isso estava fazendo a visita, supõe-se que os respondentes são moradores de Novo Airão.

A motivação da maioria dos visitantes, que é o contato com a natureza, traduz-se em uma visita ao Flutuante dos Botos para se conhecer os mamíferos aquáticos – botos-vermelhos (**Figura 5**). As interações com os botos (*Inia geoffrensis*) no Parna de Anavilhanas iniciaram no ano de 1998, quando uma criança passou a alimentar um dos animais que frequentava o entorno de um restaurante flutuante, ancorado na principal praia urbana de Novo Airão, nos limites do Parque (VIDAL et al, 2013). Atraídos pelo alimento ofertado, muitos outros botos-vermelhos passaram a frequentar a área e, gradativamente, a atividade de interação ganhou notoriedade entre os visitantes. O empreendimento particular Flutuante dos Botos se transformou em uma das principais atrações turísticas da cidade.

**Figura 5 – Boto-vermelho (*Inia geoffrensis*)**



Fonte: Simonetti, 2018.

ISSN: 1808-9755

Cerca de 54,2% dos visitantes afirmaram que a principal atividade no Parna de Anavilhanas é a observação de animais, neste caso, os botos. Também em função disso, supõe-se que as visitas em média são de apenas um dia (56,1%). Outras atividades populares no Parque são: banho de rio, passeio de barco/canoa, caminhadas/trilhas, visita às comunidades do entorno do Parque, compra de artesanato, almoço/piquenique, visita às cavernas e cachoeiras.

De acordo com o PUP contido no Plano de Manejo de Anavilhanas,

A visitação é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza. De modo geral, ao refletir sobre o meios de visitação no PNA, é preciso saber que a sazonalidade é uma realidade marcante da UC, pois vários atrativos só podem ser acessados durante uma época específica do ano. As praias e algumas trilhas terrestres, por exemplo, apenas no período de seca (entre setembro e fevereiro) e as trilhas aquáticas de igapó são visitáveis somente na cheia (de março a agosto). Contudo, ao longo dos anos, podem ocorrer variações na duração do período de seca e cheia. (PLANO DE MANEJO, 2017, p.308).

Ainda de acordo com o mesmo documento, o objetivo de se ordenar a visitação no Parque é assegurar a sustentabilidade do turismo, a proteção dos recursos ambientais da Unidade de Conservação e atender de forma satisfatória as expectativas e a segurança dos visitantes. Diante disso, cada atividade terá sua regra elaborada sob demanda, em consonância com o zoneamento da área.

O Parna de Anavilhanas não possui infraestrutura turística para ofertar ao visitante, nem mesmo para o pernoite. Todas as atividades realizadas em seus limites estão sob a responsabilidade de associações de condutores e agências autorizadas para atuar na Unidade de Conservação. No entanto, Novo Airão oferece uma série de meios de hospedagem que podem viabilizar, com conforto e segurança, a estadia dos visitantes.

De qualquer forma, Rodrigues (2018, p.52) chama a atenção para o fato de que, “[...] independentemente da motivação da visita, o acesso planejado e controlado aos parques nacionais requer a disponibilização de infraestrutura adequada e serviços de apoio compatíveis com a demanda de visitação.”

Ainda que existam diversas atividades para atender a demanda de visitantes do Parna de Anavilhanas, a interação com os botos-vermelhos é a preferida. E diante de muitas controvérsias surgidas em Novo Airão entre o turismo de interação *versus* a conservação da espécie, desde 2010 o ordenamento da atividade vem acontecendo, bem como pesquisas relacionadas ao tema. Uma proposta de Instrução Normativa foi construída pelo ICMBio, mas ainda aguarda publicação nas instâncias competentes. Mesmo diante da morosidade no trato dessas questões, o ordenamento da interação com os botos no Parque é pioneiro no Brasil.

Muitas capacitações, palestras, estudos têm sido realizados no Parque no sentido de sensibilizar as pessoas, evitando que as atividades de interação não ocasionem prejuízos à fauna e a experiência para o visitante seja bastante significativa. Ainda que para a maioria a visitação seja efêmera e reduzida à interação com os botos, não se pode descartar a importância que ela representara a sensibilização do visitante. “A visitação é uma atividade que pode fortalecer a conexão entre o parque nacional e o patrimônio público, independentemente da origem ou motivação do visitante” (RODRIGUES, 2018, p.61).

O Plano de Manejo (2017) do Parna de Anavilhanas sugere a criação de um centro de visitantes, e nessa perspectiva, a proposta consiste em transformá-lo em um centro de referência para se obter informações sobre os animais, bem como sobre o Parque. A interpretação ambiental nesse centro levaria o visitante a refletir, mais profundamente, sobre a dinâmica da Unidade de Conservação, seria “[...] uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local (BRASIL, 2006).

Por fim, é importante compreender como foi a experiência dos visitantes, e para isso, os respondentes foram convidados a avaliar uma série de domínios de qualidade, em uma escala que variava de 1 a 5, sendo 1 considerado ruim e 5 excelente. O item não aplicável foi utilizado como opção para aqueles que não utilizaram um serviço ou realizaram uma atividade. Foram avaliadas as condições da trilha, vias de acesso, interpretação ambiental, segurança, instalações, limpeza da área.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A partir dos dados coletados é possível afirmar que as trilhas foram bem avaliadas por 15,6% dos visitantes, com respostas entre muito bom e excelente. No entanto, um elemento fundamental que é a interpretação ambiental, incluindo guias turísticos, folhetos, painéis etc, foi avaliada por 39,9% dos respondentes como ruim ou razoável. Esse último percentual é reflexo da ausência de material informativo de qualidade a ser ofertado aos visitantes: a interpretação por meio de painéis e folhetos é quase inexistente.

Outro item que recebeu 77,2% avaliação entre ruim e razoável foram as vias de acesso. As respostas referem-se, principalmente, à estrada que liga Manaus a Novo Airão. A partir do Km 80 da rodovia AM-070 são 98 Km na AM-352 até a cidade de Novo Airão, sem qualquer sinalização e em condições precárias de circulação em grande parte do percurso. Limpeza, segurança e instalações foram itens bem avaliados, recebendo entre bom e excelente, pela maioria dos visitantes, com cerca de mais de 40% respondentes em cada um dos itens. Neste último item, os respondentes avaliam as estruturas visitadas, como o Flutuante dos Botos, por exemplo.

E por fim, tentando avaliar a experiência dos visitantes, havia no questionário uma escala que variava de 1 a 6, sendo 1 para ruim e 6 para perfeito (**Figura 6**).

**Figura 6 – Satisfação geral dos visitantes quanto a visita ao Parque.**

Experiência dos Visitantes no Parque Nacional de Anavilhanas	RUIM	RAZOÁVEL	BOA	MUITO BOA	EXCELENTE	PERFEITA
	1	2	3	4	5	6
	1%	4%	24,4%	30,9%	26,8%	13%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A maioria dos visitantes (95%) avaliou entre boa e perfeita a visita ao Parna de Anavilhanas, apenas 4% consideraram razoável e 1% ruim. Este resultado, deve-se ao trabalho de muitas pessoas ligadas às mais diversas instituições que se dedicam, durante todo o ano, a promoverem atividades como: gincanas ecológicas, concursos de desenho e poesia ambiental, palestras e cursos, vídeos de cunho ambiental.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Há ainda aqueles que estudam e preparam trilhas ecológicas, organizam mutirões de limpeza nas praias, sem contar as capacitações para servidores, gestores e comunitários das Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro, que inclui o Parque. Importa destacar que a existência dos Planos de Manejo e de Uso Público de Anavilhanas também contribuem para uma melhor gestão da Unidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pesquisas como esta no Parna de Anavilhanas, constituem-se em instrumentos que possibilitam o melhor entendimento sobre quem são de fato seus visitantes, as formas como realizam a visitação e quais as contribuições do turismo nessa área protegida para todos os envolvidos com a atividade.

De forma geral, os brasileiros são os que mais visitam o Parna de Anavilhanas e o público amazonense é o mais frequente nessa área protegida. Quanto ao grupo de turistas internacionais, eles se deslocam de vários países ao redor do mundo, a maior parte desses visitantes é proveniente dos Estados Unidos.

É importante considerar que, embora a maioria dos visitantes permaneça apenas um dia e aproveite o lazer nas praias do Parque ou visite o Flutuante dos Botos, Anavilhanas têm muito a oferecer. A interação com os botos-vermelhos é o maior atrativo do Parque, mas o visitante pode comprar artesanato, há opções de restaurantes com comida regional, passeios entre as ilhas, visitas à cachoeira, às comunidades do entorno, caminhadas em trilhas e muito mais.

Em que pese os problemas estruturais da cidade de Novo Airão, 95% dos visitantes consideram a visita ao Parque plenamente satisfatória. O ecoturismo se reflete nas visitas às cachoeiras, trilhas, cavernas, nas caminhadas, nos passeios de barco e canoa. No entanto, como os visitantes permanecem apenas um dia no Parna de Anavilhanas, não aproveitam, plenamente, os atrativos do Parque, há muitos atrativos naturais a serem visitados e os condutores e guias de turismo estão preparados para fazerem a visitação.

A gestão compartilhada vem ocorrendo no Parque, e esse é um aspecto muito positivo. Há vários atores sociais que trabalham em conjunto buscando a conservação

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

dos recursos paralelamente ao desenvolvimento do turismo. Essa parceria é uma importante ferramenta de gerenciamento da área protegida.

Com base nessas informações, seguem algumas contribuições ao Parque (SIMONETTI et al, 2017):

- é necessário fortalecer a relação entre a área protegida e o visitante, este último precisa de informações. Podem ser placas, folhetos que mostrem onde ele está e a importância da área;
- a implementação de um centro de visitantes, como propõe o Plano de Manejo do Parque, seria uma importante infraestrutura para receber os visitantes e disseminar informação e conhecimento sobre a Unidade;
- dotar o Parque de melhores condições de infraestrutura e serviços relacionados ao turismo, possibilitaria a permanência do visitantes por mais alguns dias na área, não apenas na área urbana de Novo Airão;
- a interpretação ambiental na área precisa ser melhorada e fortalecida, e a implementação de um centro de visitantes seria um espaço ideal para esse fim;
- as atividades de capacitação como cursos e palestras são um poderoso instrumento de sensibilização e merecem atenção especial, devendo ser contínuas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de gestão 2011**. Brasília, DF: MMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas, 2006.

BRASIL. **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**.

BRUHNS, H. O ecoturismo e o mito da natureza intocada. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. Maringá, v. 32, n. 2, p. 157-164, 2010.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ICMBio. **Parque Nacional de Anavilhanas.** Disponível em <[www.icmbo.gov.br/parnaanavilhanas](http://www.icmbo.gov.br/parnaanavilhanas)> Acesso em 23 de nov. de 2016.

IRVING, M. de A. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H.A. (orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2015.

NELSON, S.P. Uso público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M.O. (org.) **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação.** WWF-Brasil/IPÊ: Brasília, 2012.

**PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE ANAVILHANAS.** Novo Airão - AM, 2017.

RODRIGUES, C.G. de O. “Visitante-Cidadão” e “Visitante-Consumidor”: reflexões sobre o uso público dos parques nacionais. In: NASCIMENTO, E.P.; COSTA, H.A. (Orgs.). **Turismo e Sustentabilidade: verso e reverso.** 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Samanlu**, ano 12, n. 1, jan./jul. 2012.

SIMONETTI, S. R.; MENDONÇA, R. L.; SOEIRO, P.W. **Parque Nacional de Anavilhanas – AM: desafios do uso público na Amazônia.** Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social: repensando os paradigmas institucionais da conservação. Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 18 a 21 de outubro de 2017. Niterói: PPGSD-UFF, 2017. ISBN 978-85-89150-22-4.

SOUZA, T. do V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. de O.; IMORI, D. Economic impacts of tourism in protected areas of Brazil. **Journal of Sustainable Tourism**, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1408633>>.

SOUZA, T.do V.S.B. **As oportunidades de negócios escondidas nas áreas protegidas.** 2017. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/as-oportunidades-de-negocios-escondidas-nas-areas-protegidas/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

VIDAL, M.D. **Turismo Interativo com Botos (*Inia geoffrensis*) no Baixo Rio Negro, Amazônia Central.** Tese de doutorado. 2018. Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), 2018.

VIDAL, M.D.; SANTOS, P. M. da C.; OLIVEIRA, C. V. de; MELO, L. C. de. **Perfil e Percepção Ambiental dos Visitantes do Flutuante dos Botos, Parque Nacional**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**de Anavilhanas, Novo Airão – AM.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 7(3), pp. 419-435, set./dez. 2013.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CONSTITUIÇÃO DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO EM MARAGOGI/AL

Artemísia dos Santos Soares

Mayara Ferreira de Farias

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Francisco Fransualdo de Azevedo

### RESUMO

Um componente comum do discurso público como do discurso midiático sobre a atividade do turismo diz respeito a sua suposta capacidade de melhorar as condições de vida da população das nações receptoras de fluxos ou em escalas geográficas menores, de regiões ou lugares. Certamente que o turismo tem a capacidade de gerar riqueza e fazer circular a riqueza, todavia não se pode perder de vista a natureza dessa circulação e que a riqueza gerada pela atividade toca os lugares e as das vidas pessoas que vivem nesses lugares. Este estudo parte de uma breve discussão sobre a ambiguidade do conceito de desenvolvimento desdobrando-se na perspectiva de participação social como premissa fundante para a resistência a uma Divisão Territorial do Trabalho constituída a partir de uma formação socioespacial brasileira desigual, mais especificamente uma análise a partir da dinâmica turística no município de Maragogi/AL.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Desenvolvimento Local; Divisão Territorial do Trabalho; Maragogi.

### ABSTRACT

A common component of public discourse and media discourse about tourism activity is its supposed ability to improve the living conditions of the population of the receiving nations of flows or on smaller geographic scales of regions or places. Certainly tourism has the capacity to generate wealth and to circulate wealth, but one can not lose sight of the nature of this movement and that the wealth generated by the activity touches the places and the lives of the people who live in those places. This study starts from a brief discussion about the ambiguity of the concept of development unfolding in the perspective of social participation as a founding premise for the resistance to a Territorial Division of Labor constituted from an uneven Brazilian socio-spatial formation, more specifically an analysis from of the tourist dynamics in the municipality of Maragogi / AL.

ISSN: 1808-9755

**KEYWORDS:** Tourism; Local Development; Territorial Division of Labor; Maragogi.

## INTRODUÇÃO

### TURISMO E ESPAÇO GEOGRÁFICO

Estas transformações socioespaciais ocorridas nas três últimas décadas em Maragogi – populacional, territorial, multiplicação de equipamentos turísticos e evolução da infraestrutura básica – tem acarretado novas práticas socioeconômicas e o uso seletivo do território, contexto que coloca em questão o descompasso entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento social.

Assim, a desigualdade presente na dinâmica socioeconômica e política brasileira, apesar de não estar correlacionada estritamente à atividade turística, tem sido acentuada por meio do estabelecimento de modelos de desenvolvimento que põem em xeque a participação preconizada em suas políticas, clarificando em seus desdobramentos o que se crê enquanto descentralização que, portanto, não significa e não se concretiza como desconcentração, ou seja, a redistribuição da renda tão discursada em forma de bem-estar social, o desenvolvimento local.

Essa constatação auxilia na compreensão da ideia de desenvolvimento local relacionada ao turismo, afinal este tipo de desenvolvimento demarca uma escala geográfica, a escala local. Por fim, a escala local remete a uma dada sociedade e com a qual a mesma tem uma relação mais próxima e, sob esta perspectiva, este desenvolvimento se apresenta como uma forma de resistência ou mesmo uma contra racionalidade para a racionalidade hegemônica do capital.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Boletim de Ocupação Hoteleira**. Maceió: SEDETUR, 2014.

ALAGOAS. SETUR/AL. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) Polo Costa dos Corais**. SETUR, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ALAGOAS. **Estudo para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Alagoas**. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2015.

ALENCAR, J., CRUKÊN, I., FONSECA, I., PIRES, R., RIBEIRO, U. Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais. **Sociologias**. Jan/abr(15), pp. 112-146, 2013.

ALIÓ, M. A. **Experiencias de investigación participativa socioambiental em Catalunya**. Mercator, 12 Número especial (2)(set), 133-144, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Criação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e outras providências**. Brasília: IBAMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Banco do Nordeste do Brasil. **Prodetur**. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/inicio?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Finicio%3Fp\\_auth%3DWcmsMeei%26p\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle](https://www.bnb.gov.br/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=https%3A%2F%2Fwww.bnb.gov.br%2Finicio%3Fp_auth%3DWcmsMeei%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle)>. Acesso em: 11 nov. 2010.

CARVALHO, C. P. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: Edufal, 2012.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª. Ed. Maceió: Edufal, 2015.

CINTRA, A. **A reabilitação histórica de Calabar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

COSTA DE CORAIS CONVENTION VISITORS & BUREAU – CCCVB. **CCCVB – Quem somos**. Disponível em: <<http://www.costadoscoraisalagoas.com.br/cccvb>>. Acesso em: 8 set. 2017.

COSTA, C. **História de Alagoas**. 2ª ed. Maceió: SEC, 1983.

COUTINHO, A. A. **Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Turismo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

CRUZ, R. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.  
DUDA, J. I.; ARAUJO, L. M. Pólos de turismo no nordeste do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. V. 14. N.3. 2014. P.p. 204-218.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução à uma agenda. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. V. 1. P.p.12 – 31, 2002. Salvador: Casa da Qualidade. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/author/view/63>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

HEREDIA, B. **Formas de dominação e espaço social**: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco zero, 1988.

IBGE. **Panorama do município de Maragogi (2010 – 2012 – 2014 – 2015 – 2016)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/al/maragogi/panorama>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

INCRA. **Acervo fundiário**. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?jt7p882hs4g3kkloa8o8cfnc57#>>. Acesso em: 25 out. 2016

KASPARY, M. A. **Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal de Alagoas, 2012.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOBO, T. **Política social e descentralização**. Rio de Janeiro: MPAS CEPAL, 1990.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Nos rumos do ecoturismo e da inclusão social. O caso da Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI). **Caderno Virtual do Turismo**, dez/2005.

MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana**. Blumenau: Edifurb, 2012.

MONTEIRO, H. M. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: brasiliense, 1981.  
OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, v. 5. N. 2, maio-agosto/2002, p. 41-48.

PNUD. **IDGHM municípios – 2013**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em 11 ago. 2017

PUTMAN, R. D. ***Making democracy work: civic traditions in modern Italy***. New Jersey: Princeton University, 1993.

SANTANA, M. M. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Cepal, 2011 [fac-símile, 1970].

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n.54. São Paulo: AGB, 1977.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.

SEM, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, E. B., EMMENDOERFER, M. L., MONTEIRO, L. P. Gestão pública no turismo e no desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da federação brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais. *Tourism & Management Studies*, 9 n. 2. 2013. Pp. 50–56.

SOUZA, M. A. **Conferência proferida no I Ciclo sobre História das Ideias e das práticas políticas**. Fortaleza: FIEC/UVA. 16 de fevereiro de 2005.

TENÓRIO, D. A.; DANTAS, C. L. **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casa grandes de Alagoas. 3ª ed. Maceió: IAM, 1970.

TENÓRIO, F. G. A relação entre a sociedade civil e o estado de políticas na microrregião de Garanhuns. **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. 2010.

TOBAR, F. O conceito de descentralização: usos e abusos. **Planejamento e políticas públicas**. V. 5, pp. 31-51, 1991.

## TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL POR MEIO DA COOPERATIVA ARTEZA/ CABACEIRAS-PARAÍBA

Josefa Dilma de Farias Gomes Soriano

### RESUMO

O artigo tem como objetivo geral compreender como a Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira (ARTEZA) contribui com o processo de desenvolvimento do turismo no município de Cabaceiras-PB, localizado no interior do Estado da Paraíba. Os objetivos específicos são: contextualizar o turismo do município de Cabaceiras-PB, tendo em vista as principais manifestações turísticas locais; investigar o processo de turistificação local, com base nas percepções dos sujeitos ligados à ARTEZA e um morador local, analisando as formas como a população se envolve e enxerga as transformações que acontecem na comunidade em virtude da chegada e fomento ao turismo na região. Para tanto, a metodologia adotada foi de base qualitativa, com pesquisa bibliográfica acerca dos temas: turismo (BARRETTO, 2003); turistificação (KNAFOU, 1999; FRATUCCI, 2014); desenvolvimento local (DE PAULA, 2008; MARTINS, 2002); e sobre Cabaceiras (CABACEIRAS, 2018; IBGE, 2018). Para a coleta dos dados, adotamos a técnica da entrevista semiestruturada, tendo a finalidade de captar as percepções dos moradores sobre o processo de turistificação da cooperativa. As entrevistas foram realizadas por telefone e por meio de aplicativo de mensagens com gravação de áudios. Contudo, podemos concluir que o processo de turistificação da ARTEZA trouxe para a localidade o desenvolvimento social por meio da criação de empregos, renda e com a presença dos turistas despertou o orgulho dos artesãos com relação ao trabalho desempenhado, identificando o saber fazer e seus produtos como elementos da cultura e identidade local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turistificação. Turismo e desenvolvimento social. Cabaceiras-PB. ARTEZA.

### ABSTRACT

The article aims to understand how the “Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira” (ARTEZA) contributes to the process of tourism development in the city of Cabaceiras, located in the countryside of Paraíba State. The specific objectives are: to contextualize the tourism in the city of Cabaceiras, focusing on the main local tourist manifestations; to investigate the process “touristification”, based on the perceptions of ARTEZA’s members and of local residents, 730eoparque how the population is involved and observing the changes that take place in the community due to the presence and promotion of tourism in the city. Thus, the methodology adopted was qualitative, with bibliographical research on the themes: tourism (BARRETTO,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

2003); touristification (KNAFOU, 1999; FRATUCCI, 2014); local development (DE PAULA, 2008; MARTINS, 2002); and Cabaceiras (CABACEIRAS, 2018; IBGE, 2018). In order to collect data, the technique of semi-structured interview was adopted, with the purpose of getting the residents' perceptions of the process of touristification in ARTEZA. The interviews were conducted by phone and via an audio recording messaging application. However, it can be concluded that the process of touristification in ARTEZA has brought social development to the city, through job offers and the production of income, besides, with the tourists' presence, the craftsmen took great pride in their work, in which they show know-how and their products as elements of culture and local identity.

**KEYWORDS:** Touristification. Tourism and social development. Cabaceiras-PB. ARTEZA.

## INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social contemporâneo e global, que se configura pelos deslocamentos de indivíduos motivados pela fuga de seu cotidiano em busca de experiências. Trata-se de um processo complexo, que afeta e envolve comunidades, agentes da esfera pública e privada; e de acordo como essas transformações ocorrem, podem ser benéficas ou podem trazer danos à cultura e ao ambiente da localidade. Barretto (2003, p. 20) afirma que:

O turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência.

Com isso, a autora adverte que sendo o negócio apenas uma parte do fenômeno turístico, ao se olhar apenas pela perspectiva econômica, corre-se o risco do distanciamento da dimensão antropológica, identificando os turistas não como pessoas, mas meros portadores de dinheiro (BARRETTO, 2003).

Barretto (2003) ainda destaca que refletir sobre turismo apenas pela dimensão socioantropológica e ambiental pode se distanciar de suas derivações no plano

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

econômico, compondo visão romântica e deslocada da própria origem e histórico da atividade. Portanto, turismo é uma atividade realizada por indivíduos em sociedade e, devido a este fator, a imprevisibilidade é uma de suas características.

Diante disso, por meio deste artigo, propomos como objetivo geral compreender como a Cooperativa de Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira (ARTEZA) pode contribuir com o processo de desenvolvimento local do turismo do município de Cabaceiras, localizado no interior paraibano. Os objetivos específicos são: contextualizar o turismo do município de Cabaceiras-PB, tendo em vista as principais manifestações turísticas locais, tais como a Festa do Bode Rei, o turismo cultural e cinematográfico, além do geoturismo realizado no Lajedo do Pai Mateus. Outra finalidade é de investigar, com base nas percepções dos cooperados da Arteza, o processo de turistificação local, identificando as formas como a população local se envolve e enxerga as transformações que acontecem na comunidade em função da chegada e fomento do turismo na região.

Para tanto, a metodologia deste trabalho é de abordagem qualitativa, iniciada por meio da pesquisa bibliográfica acerca do tema turismo, turistificação e o contexto do município de Cabaceiras-PB. Houve a pesquisa documental por meio de consultas ao estatuto da cooperativa ARTEZA, além de entrevistas semiestruturadas realizadas por meio de aplicativo de mensagens e via telefone, com o presidente da cooperativa, artesãos (um cooperado e outro ex-cooperado), e também com um morador local que não possui direta relação com a cooperativa, mas que tem conhecimento referente à relevância desta para o turismo local.

O acesso a esses informantes foi devido aos contatos pessoais de um dos autores deste trabalho, por ser natural do município e ter familiares e amigos em Cabaceiras-PB. Assim, todos os entrevistados selecionados para confecção deste artigo autorizaram a menção a seus nomes e informações concedidas. Como critério para escolha dos sujeitos, iniciamos a busca por alguém que estivesse em cargo de gestão e que tivesse participado do processo de fundação da cooperativa; em segundo momento, encontramos um cooperado que atua interna e externamente; um ex cooperado que apresentasse a múltiplas visões – outrora cooperado e agora não mais ligado diretamente a cooperativa; e, por fim, buscamos alguém sem relação

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

direta com a ARTEZA, mas que faça parte da comunidade local onde está inserida, buscando desse modo trazer mais um olhar sobre o objeto de estudo.

Com isso, discorreremos sobre como o turismo vem se desenvolvendo na cidade de Cabaceiras-PB, mais especificamente nos limitamos, como objeto de estudo, à cooperativa ARTEZA, destacando seu papel como produtora de artesanatos, calçados e vestuários, responsável por promover o desenvolvimento econômico local, empregando moradores na produção e comércio de produtos para turistas e residentes. É válido destacar que, atualmente, os produtos da ARTEZA atraem turistas nacionais e estrangeiros. A cooperativa é considerada por sua população, bem como fundadores e cooperados, como um dos principais atrativos turísticos da cidade, responsável por difundir a identidade local e aumentar a visibilidade e produção da cooperativa.

Abordamos ainda os processos e as ações do saber-fazer que ocorrem na localidade, ou seja, como o ofício de curtume é preservado e passado para as demais gerações, havendo uma preocupação com o envolvimento da comunidade local, propiciando a criação de empregos e renda para o município e distritos. Assim, o turismo acontece na região propiciando transformações que corroboraram com o desenvolvimento social, econômico e cultural da localidade, além do fortalecimento da identidade local.

Desta forma, o artigo está estruturado em cinco seções, da qual esta introdução faz parte. A segunda seção exibe um breve histórico do município de Cabaceiras-PB e da Cooperativa ARTEZA, foco deste estudo. Na terceira, apresenta-se as teorias que fundamentam e embasam o trabalho buscando compreender o fenômeno turístico e seus artifícios de apropriação espacial e cultural – ao processo de desenvolvimento na localidade. A quarta seção está composta com considerações que abarcam o turismo na ARTEZA e na comunidade da Ribeira, onde está localizada a cooperativa, visando compreender o processo de turistificação e como a população local analisa e participa desse processo, as motivações, dificuldades, transformações e desdobramentos na comunidade decorrentes desse fenômeno. E, por fim, na quinta seção, são elencadas as principais considerações, sinalizando, dentre outros resultados, que o processo de turistificação da ARTEZA trouxe para a localidade o

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desenvolvimento social, por meio da criação de empregos e renda. E, com a presença dos turistas, despertou o orgulho dos artesãos com relação ao trabalho desempenhado, identificando o saber fazer e seus produtos como elementos da cultura e identidade local.

## CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

Segundo registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a cidade de Cabaceiras-PB fica a aproximadamente 180 quilômetros de distância da capital paraibana, João Pessoa, e 65 de km da cidade comercial Campina Grande, o município está situado no Cariri Paraibano, rodeado pelo Planalto da Borborema, detentora de uma extensão de aproximados 453 km<sup>2</sup>, cerca de 300 km acima do nível do mar e um dos menores índices pluviométrico do país. Sua população local estimada é de 5.570 habitantes, sendo mais da metade da população (2.818 habitantes) composta por moradores da zona rural (IBGE, 2018).

Apesar de apresentar um número pequeno de habitantes, o município de Cabaceiras-PB é a quinta cidade mais antiga do estado, e ainda de acordo com IBGE (2017), está entre as cidades com menor índice de chuva do Brasil, apresentando geologicamente características de desertificação e temperatura constantemente aproximada aos 25° o que torna a paisagem árida e o que dificulta a vida na localidade.

Mesmo diante de tal adversidade, essa característica atrelada ao ambiente considerado por sua população e visitantes como bucólico, permitiu que a cidade de Cabaceiras seja constantemente cenário de produções audiovisuais que, no ano de 2007, deram a Cabaceiras o título de “Roliúde Nordestina” conforme (**Figura 1**), sendo este o título presente no letreiro, logo na entrada da cidade, fazendo alusão ao letreiro de Hollywood em Los Angeles, na Califórnia. O que surge como motivo de brincadeiras passa a ser ressignificado em orgulho e novas oportunidades de negócios para o cabaceirense.

Cabe ressaltar, a título de curiosidade, que esse orgulho se dá em virtude da projeção da cidade que é hoje conhecida nacional e até mundialmente. Anteriormente,  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

alguns moradores locais, como relata a moradora entrevistada Maria Suelene Oliveira, alegavam que a cidade não constava no mapa do Brasil, em função de sua pequena população, pouca importância, visibilidade e até da irrelevância cultural. Explicou na entrevista concedida aos autores:

[...] Oxente, a gente vivia aqui, ninguém sabia que a gente existia não! Cabaceiras nem existia no mapa do Brasil, a gente era um povo isolado desse mundão de meu Deus! Hoje a gente só fala que mora aonde foi gravado o filme da Padroeira – Auto da Compadecida, e todo mundo já sabe de onde agente é. (OLIVEIRA, 2017).

**Figura 1 – Cabaceiras – Roliúde Nordestina**



Fonte: Acervo próprio (2007).

No que diz respeito à história da cidade, há discrepâncias nas histórias que relatam sobre a fundação da cidade, porém os relatos encontrados no *site* oficial do município de Cabaceiras (CABACEIRAS, 2018), bem como a maioria dos nativos entrevistados, moradores da cidade, relatam que em meados do século XVII, o Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Lêdo, acompanhado do bandeirante Antônio de Oliveira, vindo da Bahia, teria sido o primeiro desbravador da cidade, por volta de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

1670. Isso tendo ocorrido em terras hoje denominadas como Carmojó, porém naquele momento intituladas Boqueirão, servindo de base para hastear a bandeira, símbolo no combate dos índios bodopitás e cariris, os então habitantes daquela região. Nesta localidade foi construída uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Cabeças (CABACEIRAS, 2018).

Conta-se ainda que anos depois, já em 1835, construiu-se a capela de Nossa Senhora da Conceição, e ali se formou o povoado que no ano seguinte recebe a denominação de Cabaceiras, em virtude do excesso de árvores de mesmo nome, sendo elevada ao *status* de cidade no ano de 1938, dando início ao município hoje existente (CABACEIRAS, 2018).

Cabe ressaltar que em torno da origem da cidade, há muitas controvérsias, histórias e supostamente algumas lendas, entretanto, consideramos aqui as informações baseadas em fontes oficiais tais como o IBGE e a página oficial do próprio município.

Terra de importantes atrativos culturais e ambiente propício para produções cinematográficas (o baixo índice pluviométrico é fator positivo para as produções), a cidade de Cabaceiras tem como pontos turísticos locais: o Ponto de Cultura; o Centro Cultural e Museu Histórico, que funciona na antiga cadeia da cidade; o Memorial Cinematográfico, local onde ficam informações (reportagens de jornais e fotografias) de produções audiovisuais realizadas na cidade e região. A igreja e a pracinha, com seus espaços em mosaicos, apresentadas como obras de arte expostas nas paredes e bancos, feitos pela própria comunidade e onde está a escultura do “Bode Rei”, símbolo do maior evento cultural da cidade, considerado pelos gestores municipais, que falaremos mais adiante. Há ainda o mercado municipal, onde o visitante pode comprar comida e artesanato em couro, estes produzidos e desenvolvidos pela cooperativa Arteza. A cidade apresenta, ainda, o típico casario colorido datado dos séculos XVIII e XIX, boa parte ainda preservando sua fachada original.

Outro importante atrativo cultural que não podemos deixar de abordar é a Festa do Bode Rei, já citada anteriormente, é um evento oficial do município, acontece sempre no primeiro final de semana de junho, iniciando na sexta-feira. É a festa mais

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

famosa da cidade e já tradicional em todo Estado. Atrai e recebe em um único final de semana cerca de 40.000 visitantes.

O evento trata-se de um festival caprino e ovino, que tem como intuito abrir os festejos juninos na região, em que o bode é visto e tratado como um verdadeiro rei: a culinária tem como principal ingrediente a carne de bode – em todos os pratos e iguarias, e ainda tem o famoso “xixi de bode”, uma espécie de licor feito com leite de cabra e cachaça, bebida que faz parte da tradição local e que pode ser degustada durante todos os momentos acompanhando os diversos pratos e iguarias da culinária (ovino, caprina). É importante mencionar a total relação da caprinocultura com a ARTEZA, visto que tem como principal matéria prima o couro.

Outros importantes eventos são as festas religiosas da cidade, da padroeira Nossa Senhora da Conceição e do co-padroeiro São Bento, conforme **figura 2**, durante o dia procissão religiosa, quermesse e bingo para angariar recursos para as obras da igreja e as típicas barraquinhas de paroquianos (CABACEIRAS, 2018).

À noite, o festejo ganha tons de festa profana, como afirma a entrevistada paroquiana Maria Suelene Oliveira, que ressalta o quão interessante é o apoio que o pároco João Jorge, holandês, fornece às atividades de cunho cultural na comunidade. Durante os festejos, apresentações de balé e capoeira, além de apresentações teatrais, são algumas atividades incentivadas pelo padre e promovidas pela comunidade na festa (OLIVEIRA, 2017).

## **Figura 2 – Igreja Nossa Senhora da Conceição e São Bento**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Acervo Próprio (2017).

Forró pé de serra é o ritmo que embala a festa, as bandas e grupos típicos e locais da região se apresentam e promovem suas músicas, alegrando a noite na cidade, garantindo diversão e cultura para moradores e turistas.

A religiosidade é aspecto bastante marcante em Cabaceiras-PB, em especial a religião católica, contando com 3741 habitantes que se declaram católicos, conforme dados do IBGE do censo realizado em 2010 (IBGE, 2018). Assim, a cidade é popular pelos seus cruzeiros denominados Cruzeiro da Pedra, Cruzeiro do Rosário, Cruzeiro do Século e o Cruzeiro da Menina, todos eles lugares de expressão da fé emisticismo predominante na localidade como os autores Alves, Souza e Araújo (2008, p.99) ressaltam que na cidade: “[...] há muitos anos se pratica o turismo religioso, sendo que destes lugares, os mais tradicionais são os cruzeiros, enquadrando-se predominantemente no tipo de peregrinação de romaria.”

Mas não somente de festejos e eventos culturais e religiosos vive o município. Cabaceiras detêm importantes atrativos naturais e potencial para ecoturismo, turismo de aventura, bem como a modalidade do geoturismo. Sendo este:

ISSN: 1808-9755

[...] um novo segmento de turismo em áreas naturais, realizado por pessoas que têm o interesse em conhecer mais os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local, sendo essa a sua principal motivação na viagem (MOREIRA, 2011, p.16).

A beira do rio Tapera, o visitante se depara com o monumento natural denominado pelos Cabaceirenses como Sacas de Lã, com aproximados 50 metros de altura, como ressaltam os autores Papes e Souza (2011 p.120) “[...] pedras gigantescas, em formatos retangulares postas uma sobre as outras formando um imenso paredão.” Trata-se de rochedos empilhados pela natureza, com aparência de sacos de fardos de lã, o que explica a origem do nome – como o nativo não tem o hábito de falar o termo fardo, ele se refere ao fardo como sacas que seriam sacos de lã; em temporadas chuvosas, aos seus pés da formação rochosa, forma-se uma espécie de lago ou piscina natural, onde turistas e moradores se encontram para um mergulho e para refrescar-se das altas temperaturas. Há, ainda, a prática do *rapel*, por alguns turistas que visitam a localidade, descendo até o rio para contemplação da paisagem e plantas nativas da região.

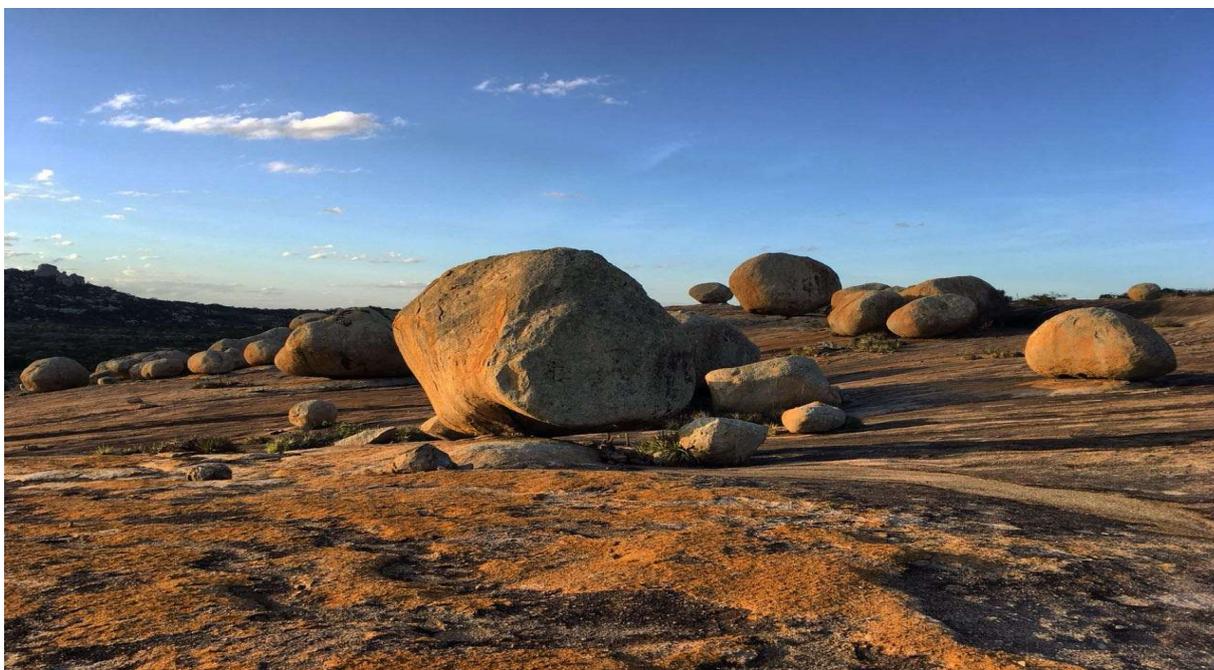
Outro atrativo turístico importante da cidade, que recebe visitantes e estudiosos do Brasil e do mundo, é o Lajedo de Pai Mateus, apresentado na **figura 3**. O Lajedo de Pai Mateus é o ponto turístico da região que mais recebe visitantes ao longo do ano, considerado por estudiosos como a gênese do turismo na localidade, geomorfologicamente consiste em uma composição aproximada de 100 blocos milenares em granito, distribuídos em uma área de estimada de 1,5 km<sup>2</sup>, uma paisagem importante no processo de turistificação de Cabaceiras, a partir deste atrativo, a Cidade sensibilizou-se para o fomento do turismo.

Lá existe uma caverna com evidentes sinais de ter sido habitada por um possível negro ermitão, fugido de cativo, e que ali viveu isoladamente. A beleza natural do lajedão, agregado a estes aspectos da tradição popular, tornam este local um ponto turístico na Paraíba, além de resgatar valores de nossa história, mesmo que seja por meio de fantasias ou lendas, como afirma o dito popular “povo falou, vai vê, foi ou é ou ta pá ser”. (SEABRA, 2012, p.375).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Nos dias atuais, pesquisadores e estudiosos buscam constantemente o Lajedo de Pai Mateus para investigação de suas formações rochosas e particularidades, além do local atrair os turistas para a realização das suas diversas trilhas ecológicas, sempre acompanhados de um guia de turismo local.

### Figura 3 – Lajedo de Pai Mateus



Fonte: Acervo Próprio (2017).

Importante ressaltar, como narra o geógrafo, professor e pesquisador Luciano Guimarães, um de nossos entrevistados, na figura de ex cooperado da Arteza, sobre a existência de uma proposta em tramitação no Serviço Geológico do Brasil (CPRM), para incluir o Lajedo de Pai Mateus no quadro de geoparques nacionais.

[...] Há uma proposta em tramitação para inclusão do Lajedo de Pai Mateus no grupo de geoparques existentes, o que contribuiria ainda mais para com as pesquisas, também com a preservação e conservação do espaço e das formações existentes, nossa fauna e flora protegidas (GUIMARÃES, 2018).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Sobre essa configuração de legislação, relevante para a continuidade das pesquisas e também para a localidade, compreende em seus aspectos:

A geologia e a paisagem influenciaram profundamente a sociedade, a civilização e a diversidade cultural de nosso planeta, mas até poucos anos atrás não havia o reconhecimento internacional do patrimônio geológico de importância nacional ou regional e não havia especificamente uma convenção internacional sobre o patrimônio geológico (CPRM, 2018, [s.p.]).

Ainda sobre essa classificação, o Serviço Geológico do Brasil caracteriza:

Geoparque (ou 686 e o parque, em inglês) é uma marca atribuída pela Rede Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO a uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente através do turismo, e envolve um número de geossítios ou sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um geoparque. (CPRM, 2018. [s.p.]).

A compreensão da utilização de um espaço, de maneira a permitir atividades de estudo e ao mesmo tempo a utilização para a realização de atividades turísticas que propiciam e primam para o uso e desenvolvimento da comunidade local, traz novas possibilidades, gerando integração e sensibilização ambiental.

## **ARTEZA: OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO TURISMO LOCAL**

Nesta seção, apresentamos nosso objeto de estudo, a ARTEZA, a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras LTDA., tendo em vista destacar sua relevância na produção de artigos de vestuário, artesanatos típicos e o turismo que é desenvolvido no Distrito de Ribeira por conta da cooperativa.

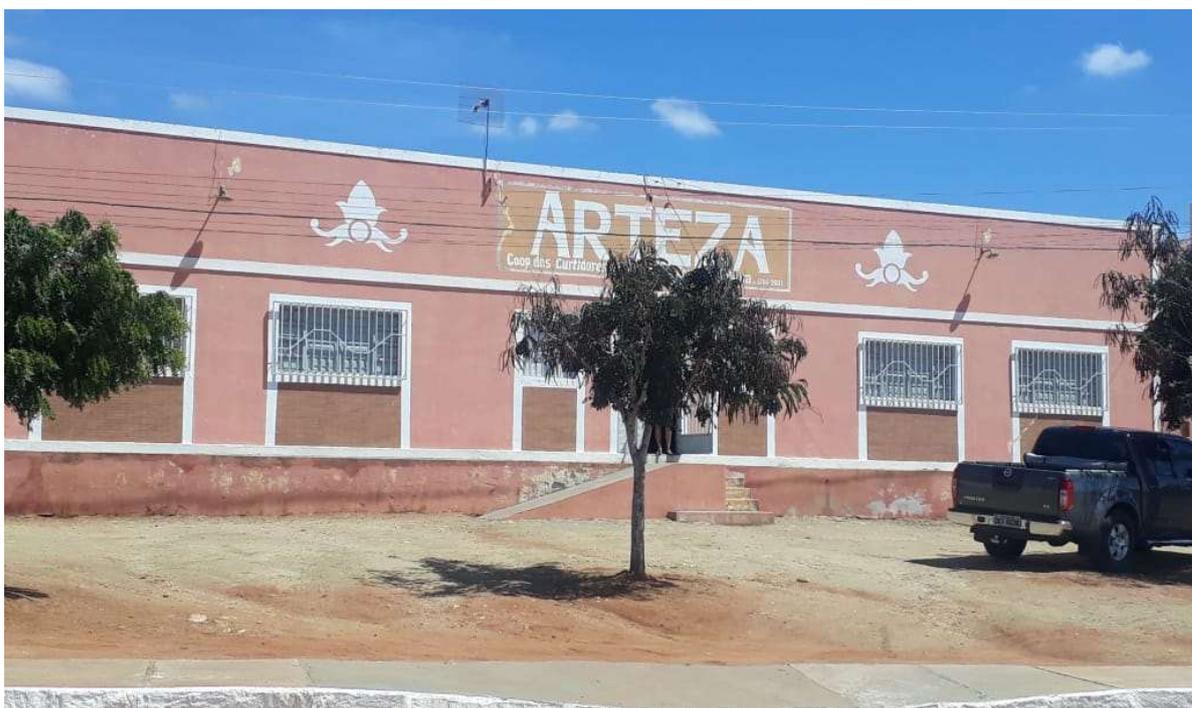
A ARTEZA foi oficialmente fundada em Assembleia realizada no dia 31 de julho do ano de 1998, como determina seu estatuto em seu capítulo segundo:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Baseada na ajuda mútua, na participação dos associados e nos princípios e valores do Cooperativismo, tem por objetivo a prestação dos serviços aos seus membros e a defesa de seus interesses socioeconômicos destes, buscando proporcionar-lhes condições técnicas e financeiras para o pleno exercício de suas atividades produtivas, visando incremento de suas rendas e à melhoria de suas condições de vidas. (ARTEZA, 1998, p.01).

A sede da cooperativa, visualizada na **figura 4**, reúne os curtidores e artesãos do distrito da Ribeira, onde trabalham com o setor produtivo de couro e com toda a cadeia produtiva da caprinovinocultura, além do turismo motivado pelo interesse em conhecer a produção local, bem como o interesse em realizar compras de artigos diretamente na cooperativa.

**Figura 4 – ARTEZA**



Fonte: Acervo Próprio (2017).

Sendo assim, buscamos investigar e abordar de maneira mais ampla como se deu o processo de turistificação e seus desdobramentos na Arteza, destacando as transformações ocasionadas pelo fomento do turismo na localidade, bem como as

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

atividades que a cooperativa desenvolve na comunidade, observando seus potenciais e como isso propiciou o desenvolvimento e integração social.

Para tanto, há de se destacar alguns conceitos importantes sobre o processo de turistificação e ocupação dos espaços. No artigo que trata das complexidades que envolvem a temática de turismo e território, Knafou (1999) aborda o processo de turistificação como sendo processos de apropriação dos espaços por diversos agentes do turismo, caracterizando deste modo um fenômeno socioespacial. Fratucci (2014) reafirma a necessidade de assumirmos que a dimensão espacial produzida pelos diversos agentes sociais do turismo é muito complexa, indo além dos espaços apropriados pelos turistas e pelos agentes do mercado. Há de se considerar importantes estudos sobre os impactos negativos e positivos do turismo na comunidade em que o processo de turistificação ocorre, tendo consciência de que esses impactos atuam nas esferas ambiental, cultural e política.

Na esfera política, destacamos a Lei Geral do Turismo (2008) com o seu Art. 5º, parágrafo IV, que versa sobre os objetivos nacionais de turismo:

Estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 2008, [s.p.]).

O objetivo desta lei pauta no argumento em estimular criação, consolidação e difusão de destinos turísticos, tendo em vista a diversificação e melhor distribuição de fluxos de turistas, com vistas a beneficiar o desenvolvimento econômico e social. No caso da região da Ribeira, o papel da ARTEZA tem essa missão, pois além da cooperativa proporcionar oportunidades de geração de emprego e renda para a população local, o saber-fazer e os produtos oriundos deste despertam interesses dos turistas em visitar a região.

O distrito da Ribeira tem em torno de 600 habitantes, está situado a 14 quilômetros do centro do município de Cabaceiras-PB. A cooperativa foi fundada no final da década de 1990, por um grupo de 28 artesãos curtidores do distrito da Ribeira.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

É importante ressaltar, conforme entrevista fornecida pelo presidente da cooperativa (neto e filho do fundador), Ângelo Márcio, que o apoio da prefeitura nesse processo de formação e fundação foi essencial para manutenção da ARTEZA. Em 2018, a cooperativa completa vinte anos de existência e atuação na comunidade. Nesse sentido, o presidente afirma que:

Desde o início, tivemos grande apoio por parte da prefeitura, buscamos os gestores, os homens estavam deixando a cidade e buscando sustento em outros estados. Eles nos cederam o espaço que é nossa sede até os dias atuais, e nos ajudaram. (MEIRA, 2018).

A cooperativa foi fundada com a finalidade de proporcionar emprego e renda para os moradores da região que, vivendo em uma área rural com o mais baixo índice pluviométrico do país, a agricultura não garantia sustento das famílias e a criação de caprinos e ovinos foi uma opção de sobrevivência e razão para que as pessoas não tivessem que migrar para outras regiões.

Não deixar uma tradição e o ofício de curtidor acabar em uma grande missão, como afirma o presidente da cooperativa. Ensinar aos seus filhos e netos o ofício que trouxe sustento econômico a toda família, além disso, como afirma:

Nossa preocupação não era fomentar a atividade coureira que era bastante rústica, tanto na parte de couro como na parte de artesanato. A atividade coureira veio de fato para sustentar seus filhos na terra além de dar continuidade ao ofício. (MEIRA, 2018).

Com essa afirmação, notamos que a atividade coureira foi a alternativa para manter as gerações mais jovens na localidade, gerando empregos, renda e o conhecimento referente ao ofício do curtume, ou seja, a continuidade do saber fazer. Referente ao desenvolvimento local, é importante que pensemos na amplitude que esse conceito compreende:

Mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento sui generis, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autorreferenciados de qualidade de vida na comunidade. (MARTINS, 2002, p. 51).

Com isso, notamos que diante dos desafios impostos pela própria geografia local, a cooperativa foi solução naquele momento. Porém, existia a necessidade de se buscar mais qualificação além de ensinar o ofício às novas gerações. Inovar na confecção dos produtos e buscar novos mercados também eram anseios dos cooperados, visto que a mão de obra era pouco qualificada. Mas é interessante perceber que houve prioridade em ocupar vagas com moradores locais, esse sendo apresentado como grande propósito da Arteza. Neste direcionamento, Meira (2018) destacou:

Buscamos a parceria do SEBRAE e do SENAI, além de incentivos do Banco do Nordeste, da Secretaria de Indústria e Comércio, tanto na qualificação, quanto na organização. No Turismo, logo no início formamos uma parceria com uma agência alemã, a GTZ, que foi nossa parceira no projeto, isso no caso dos turistas estrangeiros.

As Instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Paraíba (SEBRAE-PB), passaram a ministrar cursos na cooperativa e a fornecer oportunidades de aprimoramento em suas unidades aos moradores da região, com garantias de se qualificar e profissionalizar para atuar junto aos cooperados ou ainda aos visitantes e turistas.

A Oficina dos Saberes é parte da cooperativa Arteza, é um projeto interno que conta com a contribuição de todos esses colaboradores e parceiros na formação e repasse de saberes, do ofício de curtidor e artesão, ressalta o presidente da cooperativa que:

Eu sou a terceira geração, meu avô e meu pai fazem parte do grupo de fundadores, hoje, através da Oficina de Saberes meus filhos aprendem o ofício, mas digo pra eles que primeiro eles precisam estudar, que o estudo é o início de tudo. (MEIRA, 2018).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com isso, é válido destacar que o desenvolvimento extrapola a esfera do econômico, pois há melhorias na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, há desenvolvimento humano e social. Há também a preocupação em se desenvolver, de modo sustentável, pensando em benefícios para futuras gerações. Assim:

Fazer o desenvolvimento humano, social e sustentável, nos desafia a pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores como o capital humano, o capital social, o capital empresarial e o capital natural. (DE PAULA, 2008, p.06).

A preocupação com princípios de sustentabilidade também são grandes desafios propostos e enfrentados pela cooperativa. A utilização de raspas do tronco do angico como conservante no preparo do couro, substituindo produtos químicos evitando maior degradação ao meio ambiente, é uma ação efetiva da Arteza com premissas sustentáveis e ecológicas.

É uma maneira de amenizarmos os impactos no meio ambiente, porque a gente sabe que precisamos dele para sobreviver. Nós buscamos desenvolver consciência ambiental e passamos isso para nossos cooperados, nossos filhos, nossos netos. (MEIRA, 2018).

A ARTEZA também motivou o turismo por meio da descoberta da importância educacional, geográfica e cultural pelas escolas no município e região. Grupos de todas as séries e segmentos visitam a cooperativa com intuito não somente de ir além dos muros da escola, mas de conhecer sua própria comunidade, história e cultura. Muitos desses jovens evidenciam o fascínio do conhecimento prático que propicia conhecimento teórico a respeito de sua própria cultura.

A Organização Mundial do Turismo (2003) reitera que a educação para o turismo pode ser inserida no sistema escolar local, como parte das disciplinas da área social, sendo a melhor forma de promover essa conscientização e exposição dos mais jovens ao turismo. É importante pensar que o turismo na localidade tem a função de despertar na população o interesse pelo seu patrimônio cultural. Para tanto, há necessidade de sensibilizar os atores envolvidos direta e indiretamente com o turismo.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Este, por sua vez, pode promover a comunidade com a possibilidade de intercâmbio cultural, compreensão da cultura local, valorização da identidade, como reforça o cooperado Simão Sabiá (2018) em entrevista:

O turista vem pra conhecer nosso trabalho, nossa cultura. Faz a gente perceber que somos importantes e que existimos. Ficamos orgulhosos de mostrar o que produzimos e como fazemos. Não temos mais vergonha de dizer que trabalhamos com couro, isso é trabalho digno e se o turista valoriza, eu tenho valor.

Com esse depoimento, notamos a valorização da presença do turista de modo positivo, ou seja, o turista é visto como sujeito que tem interesse e valoriza a cultura local, a presença deles estimula o orgulho dos moradores pelo trabalho e a produção.

A cooperativa quando iniciou suas atividades produzia mensalmente 500 peças, nos dias atuais produz mais de 12.000 peças, entre bolsas, chapéus, cintos, mochilas, sapatos, etc., atuando com fabricação própria e vendas, além de atenderem aos turistas e visitantes. Tem sede própria – doação da Prefeitura – e gera mais de 350 empregos diretos e indiretos. Mais de 55 famílias têm seu sustento mensal, a partir do seu trabalho na cooperativa. Recentemente, passou por uma ampliação na parte de curtume com aquisição de novo maquinário e reforma das instalações físicas (MEIRA, 2018).

A ARTEZA, como mencionado anteriormente, além de receber turistas e moradores, recebe também grupos das unidades escolares do município e da região para conhecerem suas atividades e apresentar o ofício como parte da cultura local. Utilizam-se desse espaço, respeitando suas características espaciais e culturais, promovendo conhecimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contudo, considerando a importância da temática deste artigo e as reflexões suscitadas pelo referencial teórico e entrevistas, foi possível constatar que a partir da fundação da cooperativa ARTEZA e, posteriormente, abertura para visitaçao do espaço por turistas e visitantes, com destaque para estudantes da rede de ensino

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

local, ocorreram transformações significativas para a região, não somente na visibilidade e reconhecimento para o Estado e outras regiões do país, como também para o mundo, sendo comprovada com a parceria feita com agência de turismo alemã. Assim, houve surgimento de novos postos de empregos para a comunidade, qualificações, além de ter aumentado a auto estima do morador.

O processo de turistificação em determinada comunidade é um processo complexo e que demanda cuidados especiais para o envolvimento de moradores locais. A gestão pública tem papel fundamental no processo de garantir a organização dos interesses da população e propiciar meios para que a comunidade consiga se integrar no processo de desenvolvimento. No caso da ARTEZA, foi possível identificar o envolvimento da esfera pública no que tange ao fornecimento de uma sede própria, oferta de cursos em parcerias com SEBRAE-PB e SENAI, visando melhorias na qualidade dos serviços prestados; presença da iniciativa privada (agência de turismo internacional) e da comunidade local no desenvolvimento econômico, social e cultural. Com isso, ressaltamos o protagonismo da comunidade nesse movimento de criação da ARTEZA. As ações empreendidas foram além de se obter emprego, renda e opções de trabalho para novas gerações, estimulou o orgulho pelo trabalho baseado na produção de artigos oriundos do curtume, sendo este visto também como representação material (artigos produzidos, os produtos) e imaterial (saber fazer) da cultura local.

Por fim, identificamos como relevantes as iniciativas promovidas pelas escolas locais em levar alunos da rede pública a conhecer os atrativos do município e região, tais como o centro histórico, Lajedo de Pai Mateus e a ARTEZA, pois com essas visitas os alunos são estimulados a conhecer e valorizar seu próprio patrimônio cultural, bem como revelar possibilidades futuras de inserção no mercado de trabalho, seja no ofício do curtume ou mesmo na atividade turística local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, J. J. A; SOUZA, E. N.; ARAÚJO, M. A. Estudo descritivo da tipologia turística do município de Cabaceiras - Paraíba. **Caderno Virtual do Turismo**. Rio de Janeiro, v. 8, n.3. 2008.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ARTEZA. Estatuto Social. **Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras LTDA**. Cabaceiras - PB, 1998.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 15-29, Oct. 2003 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832003000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Lei 11.771/2008. Lei Geral de Turismo**. Brasília, 2008.

CABACEIRAS (Prefeitura Municipal). **História de Cabaceiras**. Disponível em: <<http://cabaceiraspb.weebly.com/historia.html/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

CPRM. **Serviço Geológico do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DE PAULA, J. **Desenvolvimento local, o que fazer?** SEBRAE, 2008.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual do Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, s.87-s.96, nov. 2014.

GUIMARÃES, L. **Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras - PB**: Depoimento 2018. Artigo Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras PB. Entrevista concedida aos autores.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250310&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. IN: RODRIGUES, Adyr A.B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996. P. 62-74.

MARTINS. S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Universidade Católica de Dom Bosco, v. 3, n.5. set. 2002.

MEIRA, A. M. G. **Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras - PB**: Depoimento 2018. Artigo Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras PB. Entrevista concedida aos autores. Entrevista concedida aos autores.

MINISTÉRIO, **Turismo. Segmentação do Turismo e o Mercado**. 1 Ed. Brasília, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Editora UEPG, 2011.

OLIVEIRA, M. S. **Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras - PB**: Depoimento 2018. Artigo Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras PB. Entrevista concedida aos autores. Entrevista concedida aos autores.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Bookman, 2003.

PAPES, A. C; SOUZA, J. M. Cabaceiras: A Cidade Turística no Cariri da Paraíba. **Informe Gepec**, Toledo. Paraíba, v. 15, n.2. p. 118-133, jul/set. 2011.

SABIÁ, S. P. C. **Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras - PB**: Depoimento 2018. Artigo Turismo e desenvolvimento social por meio da Cooperativa ARTEZA, Cabaceiras PB. Entrevista concedida aos autores. Entrevista concedida aos autores.

SEABRA, G. **Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo**. Editora Universitária UFPB, 2012.

## TURISMO E O CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA-PA: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DESTE ESPAÇO PELA POPULAÇÃO E POR TURISTAS

Abel Pojo Oliveira

### RESUMO

O turismo é uma atividade que vem crescendo e que é muito defendida como alternativa para especialmente o desenvolvimento econômico das cidades, gerando muitas vezes alterações no uso dos espaços e conflito entre moradores e turistas. Partindo desse pressuposto, o presente estudo busca compreender de que modo está ocorrendo o uso do Centro Histórico de Bragança-PA e como este se relaciona com o turismo. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica e estudo de caso, incluindo trabalho de campo utilizando-se do método da observação. Como resultados observou-se que no centro histórico estão presentes serviços relacionados à atividade turística, quais sejam: meios de hospedagem, alimentação, agenciamento, locação de veículos e equipamentos, eventos, espaço de eventos, entretenimentos, passeios e comércio turístico. Além disso, observaram-se cinco núcleos onde o fluxo de pessoas chama atenção, quais sejam: i) Praça da República e Feira Livre; ii) Travessa João XXIII, Tv. Rua Vereador Marcelino Castanho e ruas transversais; iii) Quadrilátero de São Benedito; iv) Praça da Matriz e Praça das Bandeiras; e v) Av. Nazeazeno Ferreira. E que estes são usados pela população local e por turistas, sendo a frequência destes últimos maior no quadrilátero de São Benedito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Turismo Cultural. Uso Turístico dos Centros Históricos

### ABSTRACT

Tourism is an activity that is growing up and that is very defended as an alternative for especially the economic development of cities, often generating changes in the use of spaces and conflict between locals and tourists. Based on this assumption, the present study seeks to understand how the use of the Historic Center of Bragança-PA and how it relates to tourism. For this, a literature review and case study were carried out, including fieldwork using the method of observation. As results, it was observed which in the historical center there are related to the tourist activity, which are: means of lodging, food, agency, rental of vehicles and equipment, events, event space, entertainments, tours and tourist trade. In addition, five nucleus where the flow of people calls attention, which are: i) Republic Square and Free Fair; ii) Travessa João XXIII, Tv. Rua Vereador Marcelino Castanho and streets cross-sectional areas; iii) Quadrangle of St. Benedict; iv) Matriz Square and Praça das Flags; and v) Av. Nazeazeno Ferreira. And that these are used by the population and tourists, the frequency of which is greater in the quadrilateral of São Benedito.

**KEYWORDS:** Tourism. Cultural Tourism. Tourist Use of Historical Centers

## INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que vem crescendo e que é muito defendida como alternativa para o desenvolvimento das cidades, especialmente sob o viés da geração de emprego e renda. Entretanto, é preciso compreender que tipo de mudanças esta atividade pode trazer nos usos dos espaços das cidades, o qual muitas vezes gera disputa e conflito com os moradores locais.

Neste contexto, a cidade de Bragança, nordeste do Pará, é uma localidade bastante procurada por turistas especialmente atraídos por suas belezas naturais e patrimônio histórico. Sua origem remonta ao ano de 1613, quando a expedição do francês Daniel de La Touche chegou à região até então ocupada por índios Tupinanbás, segundo informações contidas no Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança-Pa (BRAGANÇA, 2013).

Ainda de acordo com o documento supracitado, Bragança tem uma população hospitaleira e se destaca na Zona Bragantina pelo seu comércio, agricultura, organização socioeconômica e localização geográfica entre os estados do Pará e do Maranhão, mantendo historicamente relações comerciais com as capitais destes, respectivamente Belém e São Luiz (BRAGANÇA, 2013).

Nesse sentido, Lobato (2014, p. 22) afirma que

Bragança destaca-se como cidade histórica, justamente, por essa importância no contexto regional, de desenvolvimento de atividades produtivas que se instalaram e prosperaram ao longo do tempo. O rio, a ferrovia e as rodovias permitiram a construção de uma cidade com peculiaridades próprias que poucas cidades na Amazônia tiveram.

Atualmente também o turismo se destaca no município. Segundo Lobato (2014), trata-se de atividade relativamente recente, geralmente motivada pela visita à Praia de Ajuruteua, mas que também inclui o centro histórico da cidade, onde se encontram edificações antigas e patrimônio representado pelas manifestações

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

culturais e religiosas. Dentre estas pode-se destacar a Festividade de São Benedito, que anualmente atrai grande número de visitantes para a cidade (LOBATO, 2014).

Neste contexto é que surgiu a pergunta-problema que norteou o desenvolvimento deste estudo, que é: de que modo está ocorrendo o uso do centro histórico de Bragança-Pa e como este se relaciona com o turismo? A partir da mesma foi traçado como objetivo geral compreender de que modo está ocorrendo o uso do Centro Histórico de Bragança-PA e como este se relaciona com o turismo. E os objetivos específicos foram (1) entender a delimitação do Centro Histórico e o patrimônio nele compreendido e (2) verificar como o Centro Histórico está sendo usado pela população e por visitantes de Bragança-Pa.

Para se alcançar tais objetivos, foram adotadas como metodologia a revisão bibliográfica, que para Gil (2010) são pesquisas realizadas em publicações como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e outros, sobre o tema de interesse; bem como o estudo de caso, que para o mesmo autor é um estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos de pesquisa, visando o seu conhecimento amplo e detalhado.

Na revisão bibliográfica foram pesquisados temas como Turismo, Turismo Cultural e Uso Turístico dos Centros Históricos. Após, no estudo de caso, buscou-se conhecer a realidade da cidade em estudo por meio de trabalho de campo, com 09 incursões entre 01 e 08 de dezembro de 2017. Optou-se por fazer incursões pelos períodos da manhã, tarde e noite, alternando dias úteis, final de semana e feriado.

Durante o trabalho de campo, utilizou-se da técnica de observação, que segundo Marconi e Lakatos (2010) visa utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não consistindo apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. O uso desta foi importante para verificar a questão do uso do centro histórico, seja pela população, seja por visitantes. Durante as etapas de campos foram utilizadas prancheta, papel, caneta *esmartphone* para registro das informações e imagens.

Deste modo, os resultados deste estudo estão apresentados em três tópicos mais considerações finais, cuja relevância está em mostrar como se está dando o uso do centro histórico de Bragança-Pa, podendo subsidiar formulação de políticas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

públicas que estimulem cada vez mais o uso desses espaços tanto por residentes quanto por turista, valorizando o patrimônio material e imaterial que é tão notável na cidade em análise.

## **PERSPECTIVAS SOBRE O TURISMO CULTURAL**

O turismo vem sendo cada vez mais discutido enquanto solução para o desenvolvimento, especialmente econômico, de grandes e pequenas cidades, tanto no seu contexto urbano quanto rural. Esta discussão compreende diferentes conceitos e posicionamentos sobre a atividade, especialmente no que tange aos seus impactos e consequentes transformações nos lugares e no uso dos mesmos.

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT o Turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas que viajam para fora de seu entorno habitual, por não mais que um ano consecutivo, motivadas por prazer, negócio ou outros interesses (IGNARRA, 2013).

Sobre o Turismo, é interessante ressaltar que o mesmo acontece a partir de uma motivação, que pode ser de diversas naturezas e inclusive múltipla, o que levou a atividade turística a ser segmentada tanto na perspectiva da oferta quanto da própria demanda.

De acordo com o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2009) a segmentação do Turismo trata de uma estratégia para a organização da atividade, visando o planejamento, gestão e mercado. Esta se dá a partir da identificação de características tanto da oferta de atrativos e/ou produtos turísticos, quanto dos demandantes, no caso os interesses percebidos pelos turistas.

Hoje, para o Ministério do Turismo são considerados 11 segmentos da atividade<sup>95</sup>. Dentre eles está o Turismo Cultural, o qual

compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos

---

<sup>95</sup> Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbios, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Pesca, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural, Turismo de Saúde, Turismo de Esportes (BRASIL, 2010).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006, p.13).

De acordo com a publicação do MTur intitulada Turismo Cultural: orientações básicas, dentre as principais atividades deste segmento de turismo está a visita a sítios históricos, sendo a mesma considerada as “visitas a lugares de interesse histórico-cultural que representam testemunhas do cultural nacional, regional ou local” (BRASIL, 2010, p. 33).

Nesse sentido, como aborda o próprio documento, entre as possibilidades de realização desse segmento da atividade turística destacam-se os centros históricos das cidades, por salvaguardarem, muitas vezes, relevante patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, sejam de grandes ou de pequenas cidades, motivo pelo qual buscar-se-á abordar esta discussão na próxima seção deste estudo.

## **O USO E A APROPRIAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS PELO TURISMO**

Ao abordar uma perspectiva da relação entre Turismo e Centros Históricos, Alves (2011) afirma que os espaços muitas vezes são transformados com a finalidade de torná-los produtos de consumo turístico-cultural, como é o caso das áreas do centro das cidades, que de certo modo mantêm-se em sua forma, tendo, porém, o seu uso (produtivo e social) alterado por este processo. Segundo a autora,

os centros da cidade têm passado simultaneamente por processos que conservam espaços como espaços de monumentalidade, que servem ao turismo cultural associado ao de negócios, mas que mudam muitas vezes de função e de público que os ocupam, não sem resistência (ALVES, 2011, p. 39).

Conforme Arantes (2000), esse processo por vezes corresponde ao que diferentes autores têm chamado de gentrification ou revitalização urbana ou requalificação, expressões utilizadas por seus promotores. A autora debate que esse processo vem transformando o planejamento urbano em urbanização empresarial, onde a rentabilidade e o patrimônio arquitetônico-cultural unem-se em um universo de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

negócios, tendo a cultura como principal pretexto, o que tem impacto nulo sobre os déficits sociais como a pobreza.

Assim, os centros históricos, mediante esses processos de requalificação, muitas vezes orientados para a própria atividade turística, na perspectiva da cultura e do patrimônio serem tratados como atrativos para visitantes, passam a ser lugares de negócios e comércios, a despeito do uso que poderia estar sendo feito por esses prédios e espaços por parte da população local.

No que tange ao turismo, de acordo com Cruz (2003), este impõe sua lógica, no caso a lógica do lazer, sobre as lógicas preexistentes na organização dos espaços, criando novos espaços ou apropriando-se de objetos já existentes, atribuindo a estes novos significados e por vezes novas feições.

É importante destacar que, além do uso dos prédios históricos, praças, restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias e outros estabelecimentos, também existe o uso da rua, pois de acordo com Carlos (2007, p. 52), esta

marca a vida no movimento dado pelo uso. E assim os usos da rua, o entendimento de como se organiza a sociedade em seus hábitos e costumes, pois a rua se liga à ideia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida.

Ainda para Carlos (2007), o turismo tem o potencial de transformar o espaço em mercadoria, seja na apropriação de espaços desocupados ou na transformação destes pela indústria do turismo, cultural ou de lazer, com isso destinando essas áreas para quem pode fazer uso delas. Nesse sentido, percebe-se que quando se muda o uso dos espaços, é muito provável que se mude também o uso da própria rua, à partir da perda da relação da população local com a mesma.

Por outro lado, Seabra (1996) ressalta o respeito do uso, fundamentada nos pensamentos de Henri Lefebvre, que mesmo que o valor de troca possa predominar no modo de produção capitalista, esse não chega a fazer desaparecer o valor de uso, compreendendo-se o uso como apropriação e a troca como propriedade, ou seja, ele qualitativo e ela quantitativa.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

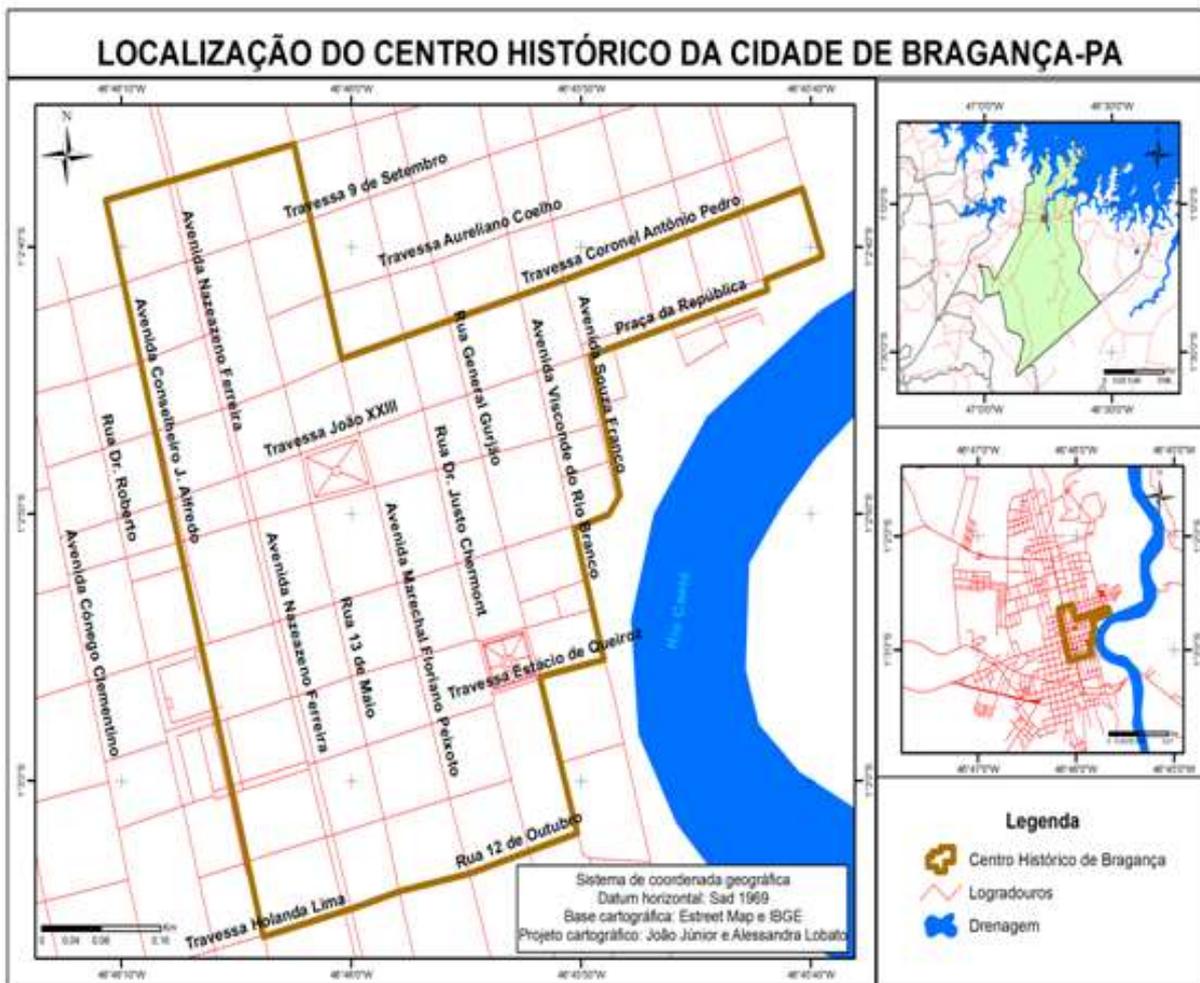
É nesse contexto que será analisado na seção seguinte deste estudo como está ocorrendo o uso do centro histórico na cidade de Bragança-Pa, seja pela população, seja por visitantes; seja o patrimônio edificado ou imaterial nele compreendido, a partir da relação destes com o Turismo.

## **O CENTRO HISTÓRICO DE BRAGANÇA-PA: LUGAR DE USO DA POPULAÇÃO E DOS VISITANTES**

Bragança é uma cidade localizada no nordeste paraense, distante cerca de 210 km da capital do Estado, Belém. O centro histórico da cidade está delimitado entre os bairros do Centro e da Aldeia. De acordo com Lobato (2014), o centro histórico da cidade de Bragança-Pa abriga a maior parte da área comercial da cidade, a maior feira da cidade e os imóveis tombados pelo poder público (estadual e municipal). O patrimônio arquitetônico e imaterial são notáveis no mesmo. Sua delimitação pode ser observada na figura 01, abaixo.

**Figura 01 – mapa de localização do Centro Histórico da cidade de Bragança-Pa**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: LOBATO (2014, p. 83)

Deste modo, para uma primeira análise do uso do Centro Histórico pelo turismo, é relevante a compreensão sobre serviços turísticos, apresentada por Ignarra (2013). De acordo com o autor, além dos atrativos turísticos, existem serviços voltados para atender exclusivamente ou preferencialmente o turista, de modo que ele possa usufruir do(s) atrativo(s) que motivou(aram) o seu deslocamento.

Destarte, considerando os 11 tipos de serviços turísticos apresentados por Ignarra (2013) e as observações realizadas durante visitas de campo ao centro histórico de Bragança-Pa, foi sistematizado o quadro 01, abaixo, onde foi constatado que 09 tipos desses serviços estão presentes na área pesquisada.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Quadro 01 – Serviços turísticos encontrados no Centro Histórico de Bragança-Pa, a partir de Ignarra (2013) e da observação de campo

TIPOS DE SERVIÇOS	SUBTIPOS DE SERVIÇOS ENCONTRADOS
1. Meios de hospedagem	Hotel e pousada
2. Alimentação	Restaurante, lanchonete, sorveteria, pizzaria, quiosque de comida regional
3. Agenciamento	Agência receptiva e agência emissiva
4. Transporte turístico	Não observado
5. Locação de veículos e equipamentos	Aluguel de carro
6. Eventos	Organizador de eventos e fornecedor de produtos e serviços
7. Espaço de eventos	Bufês e área de eventos culturais
8. Entretenimentos	Bar, boate, bilhares, ginásio (contíguo)
9. Informações turísticas	Não observado
10. Passeios	Barco
11. Comércio turístico	Artesanato ( <i>souvenirs</i> )

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse quadro nos mostra uma grande variedade de serviços turísticos no centro histórico da cidade, denotando a presença do turismo no mesmo. A esse respeito, Cruz (2003, p. 12) explica que

a intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e a infra-estrutura de lazer.

Nesse sentido, durante a visita de campo para reconhecimento da delimitação do Centro Histórico, com o auxílio do condutor local Roberto Lobato, que costuma acompanhar pessoas e grupos em visita pelo Centro Histórico, foi possível identificar os lugares de maiores fluxos de turistas e visitantes.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com ajuda do referido condutor, em conversa informal durante a visita, identificou-se núcleos onde o fluxo de moradores e turistas é maior, ou seja: i) Praça da República e Feira Livre; ii) Trav João XXIII, Tv. Rua Vereador Marcelino Castanho e ruas transversais; iii) Quadrilátero de São Benedito; iv) Praça da Matriz e Praça das Bandeiras; e v) Av. Nazeazeno Ferreira. A seguir buscar-se-á caracterizar como se está dando o uso de cada um desses.

## PRAÇA DA REPÚBLICA E FEIRA LIVRE

A Praça da República é mais um lugar de passagem e de comércio (sobretudo de ambulantes) do que um lugar de lazer e divertimento, como é o caso das outras praças da cidade. Também nela ficam estacionadas muitas bicicletas de trabalhadores da área. Trata-se de um local com poucos assentos e a arborização não proporciona muita sombra, além do passeio ter uma área estreita. Em frente, está localizada a maior feira da cidade, a Feira Livre de Bragança. Na área, bastante integrada, predomina o comércio (formal e informal).

Pela manhã, como se observa na figura 02, abaixo, o fluxo de pessoas e veículos na área é intenso, havendo uma verdadeira disputa da rua entre as pessoas e os veículos. É o uso da rua, conforme Carlos (2007), representando os modos de ser e costume da população, que neste caso geralmente está comprando seus alimentos, o que para alguns é rotina diária.

**Figura 02 – Praça da República  
(manhã)**



**Figura 03 – Praça da República  
(tarde)**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

Já pela tarde poucas pessoas ocupam a rua, embora os estabelecimentos estejam em funcionamento, como se observa na figura 03, acima. Isso se deve provavelmente porque poucos boxes das feiras funcionam pela tarde. Pela noite, encontram-se no local alguns boêmios e alguns poucos transeuntes, que moram nos prédios e casa dos arredores. Em ambos os lugares o fluxo maior e mais frequente é de moradores de Bragança e cidades vizinhas, como Tracuateua e Augusto Corrêa.

De acordo com o condutor, o fluxo de pessoas aumenta nesses lugares no mês de Julho, por conta das férias escolares, mês considerado como período de veraneio na Amazônia; na época do Círio de Nossa Senhora de Nazaré; e durante a Festividade de São Benedito<sup>96</sup>, maior manifestação cultural e religiosa da cidade. Nesses períodos, existe uma presença maior de turistas na cidade, que provavelmente visitam esses espaços buscando conhecer mais da cultura bragantina, por meio dos itens que compõe a culinária local.

## **TRAV JOÃO XXIII, TV. RUA VEREADOR MARCELINO CASTANHO E RUAS TRANSVERSAIS**

Outro lugar onde é forte o comércio e onde estão presentes a maioria das lojas da cidade são a Tv. João XXIII (figura 04, abaixo) e a Rua Vereador Marcelino Castanho (figura 05, abaixo), que são paralelas; bem como também as suas transversais. O uso assemelha-se ao da feira e do entorno da Praça da República, entretanto sem a característica cultural associada aos artigos culinários. Uma diferença também observada é que esta área, pela noite, torna-se também espaço de prostituição, em algumas de suas esquinas.

---

<sup>96</sup> A Festividade de São Benedito, o qual é chamado pela população local de “Santo Preto”, é uma das principais manifestações culturais do estado do Pará, e acontece anualmente no período fixo de 18 a 26 de dezembro. Nela está inserido o ritual da Marujada, há mais de dois séculos, uma manifestação espontânea que pode ser considerada como um ritual afro-brasileiro, existindo uma intrínseca relação entre esta e os cultos trazidos pelos negros africanos, como a Umbanda e o Candomblé (CARVALHO, 2010).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

**Figura 04: Tv. João XXIII**



**Figura 05: Rua Vereador Marcelino Castanho**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

## QUADRILÁTERO DE SÃO BENEDITO

Nesta área têm-se parte da orla da cidade, a Igreja de São Benedito, o Salão Beneditino, o Barracão da Marujada, a Praça Antônio Pereira (Praça do Coreto, como é popularmente chamada), o Museu Teatro da Marujada. Na perspectiva dos serviços voltados para o turista, observam-se bares, restaurantes, pizzarias, lanchonetes, sorveteria, barracas de comidas típicas, agência de turismo e loja de artesanato (souvenir).

**Figura 06 – Aspecto do quadrilátero de São Benedito**      **Figura 07 – Orla de Bragança-Pa**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Pela manhã essa é uma área de passagem e de tímido comércio, principalmente de ambulantes. Entretanto, no final da tarde as calçadas e a própria rua começam a ser tomadas por cadeiras e mesas, passando a ser local de consumo de alimentos e bebidas diversos, como se observa na figura 06, abaixo. É interessante destacar que o trânsito não é interditado, continuando normalmente o fluxo de veículos.

Deste modo, embora seja usada pela população rotineiramente, essa é a área onde se nota grande presença de serviços que atendem a turistas. Isso talvez seja explicado por ser onde se localiza a orla da cidade, que permite uma visão privilegiada do Rio Caeté, bem como patrimônio material e imaterial bragantinos, relacionado principalmente aos prédios históricos e à Festividade de São Benedito.

Pela noite, observa-se uma grande quantidade de jovens caminhando na orla (figura 07, acima) e na Praça Antônio Pereira, popularmente conhecida como Praça do Coreto (figura 08, abaixo), por abrigar o Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos. Estes são seguramente lugares de encontro da população. Esse é um dos pontos mais movimentados da cidade pela noite e especialmente nos finais de semanas, férias e festividades, como a de São Benedito, que tem um teatro museu dedicado à Marujada de São Benedito, como se vê na figura 09, abaixo.

**Figura 08 - Praça Antônio Pereira / Figura 09 – Teatro Museu da Marujada Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Já os bares e restaurantes são tomados por moradores e turistas. Também se suspeita que as pessoas com maior poder aquisitivo estão usufruindo dos serviços de bares e restaurantes, enquanto que as de menor poder aquisitivo estão caminhando ou sentados na orla da cidade e na Praça Antônio Pereira. Vale neste ponto retomar a fala de Carlos (2007), para a qual o turismo tem o potencial de transformar o espaço em mercadoria, destinando-o para quem possa usufruir do mesmo.

Isso nos remete a um processo de segregação, onde se percebe os diferentes grupos em nichos menores convivendo no espaço maior. A esse respeito, Carlos (2007) nos revela que a hierarquia espacial reproduz-se enquanto consequência da hierarquia social, a qual se percebe na paisagem urbana por meio da segregação espacial, a partir do uso das áreas por determinados grupos de pessoas.

## **PRAÇA DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (PRAÇA DA MATRIZ) E PRAÇA DAS BANDEIRAS**

Durante o dia, a Praça das Bandeiras geralmente tem a presença de alunos das escolas próximas, moradores e turistas que esperam o ônibus para visitar a praia de Ajuruteua e outras localidades, ou ainda que buscam um táxi ou moto-taxi para deslocamentos dentro da cidade. Em termos de comércio de produtos, observam-se alguns vendedores de água de coco. O maior movimento de pessoas é nos horários de saída e entrada das escolas.

**Figura 8 – Praça das Bandeiras**



**Figura 9 – Praça de Nossa Senhora do Rosário**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

No início da noite, esta praça, à exemplo do que ocorre no quadrilátero de São Benedito, é tomada de cadeiras, mas aqui voltadas sobretudo para alimentação, no caso lanches, conforme **figura 8**, abaixo. A Praça vira uma verdadeira praça de alimentação. Além disso, observa-se a venda de artesanato nessa praça, seja por hippies ou artesãos da região que montam barracas padronizadas para venda de seus produtos.

A partir das observações de campo e diálogo com o condutor, pode-se inferir que, de um modo geral, esta praça tem seu uso simultâneo por turistas e população local, que usufruem dos serviços de transporte ali concentrados, alimentação, artesanato e do próprio ambiente da praça, onde os jovens aparentam ser a maioria. Os preços mais acessíveis dos produtos vendidos em relação ao Quadrilátero de São Benedito parecem chamar a atenção de mais pessoas.

Já a praça Nossa Senhora do Rosário, conhecida popularmente como Praça da Matriz - fazendo referência à igreja matriz diante da qual se localiza – pela manhã é lugar de passagem, como se observa na **figura 9**, acima; e pela tarde de lazer, também predominantemente dos jovens da cidade, como no caso a Praça das Bandeiras. Porém, além disso, no início da noite é bastante usada para caminhadas e exercícios físicos ao ar livre, sobretudo por parte da população local.

No entorno desta praça, além da Igreja Nossa Senhora do Rosário (a Igreja Matriz da cidade), está localizado o Palácio Episcopal, prédio histórico, e uma outra curiosidade do entorno é a Agência do Banco do Brasil, que apesar de ter o aspecto dos demais prédios históricos da cidade, é uma obra mais recente, ou um patrimônio inventado, como trata Lobato (2014). Por esses motivos, este é um ponto comum de visitação de turistas também, especialmente quando de visitas acompanhadas de condutores.

## AV. NAZEAZENO FERREIRA

A Avenida Nazeazeno Ferreira é a avenida principal da cidade, tendo o maior fluxo de veículos. No decorrer dela estão localizadas muitas lojas com produtos e serviços diversos. No trecho pertinente ao Centro Histórico, são muito comuns lojas

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de roupas (boutiques), salão de beleza, restaurantes, lanchonetes, farmácias e postos de gasolina, como se observa na **figura 10**, abaixo.

**Figura 10 – Aspecto da Avenida Nazeazeno Ferreira**



Fotos: Abel Pojo. Trabalho de campo, dezembro de 2017.

Estes serviços atendem rotineira e talvez principalmente os moradores da cidade, mas potencialmente são também usufruídos por turistas, especialmente pela facilidade de acesso devido à localização, sendo esta a avenida que dá acesso à PA 258, que leva à Praia de Ajuruteua, muito procurada por estes. Nesta também está localizado o Museu de Artes Sacras, que possui acervo relacionado sobretudo à igreja católica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A partir das reflexões trazidas neste estudo, percebe-se que o turismo precisa ser analisado além de sua dimensão econômica. Nesse sentido, conhecer as alterações que ele provoca nas dinâmicas dos lugares onde acontece e, neste caso, do uso do centro histórico, é importante para contribuir com o melhor direcionamento da atividade.

Em um breve olhar sobre o centro histórico da cidade de Bragança-Pa, nota-se a riqueza que este guarda enquanto patrimônio material. Conhecendo também brevemente a cultura local, se percebe que este patrimônio transcende a matéria e assume um plano imaterial, como é o caso da Festividade de São Benedito.

Nesse sentido, o centro histórico da cidade de Bragança-Pa tem atraído turistas com interesse em conhecer mais de perto esse patrimônio, e em termos de planejamento da atividade turística esse interesse é denominado de Turismo Cultural. Deste modo, os responsáveis pela gestão das políticas públicas relacionadas à atividade buscam revitalizar essa área com interesse nos potenciais benefícios econômicos que a atividade promete.

De forma esperada, esse processo acaba modificando o uso desse espaço, que aos poucos (ou às vezes muito rapidamente) vai deixando de ser espaço de encontro e moradia para ser espaço de comércio e negócios.

No caso específico de Bragança-Pa, analisada neste estudo, foi possível identificar no centro histórico cinco núcleos onde o fluxo de pessoas chama atenção, sejam: i) Praça da República e Feira Livre; ii) Trav João XXIII, Tv. Rua Vereador Marcelino Castanho e ruas transversais; iii) Quadrilátero de São Benedito; iv) Praça da Matriz e Praça das Bandeiras; e v) Av. Nazeazeno Ferreira.

Nestes lugares, serviços turísticos como Meios de hospedagem, Alimentação, Agenciamento, Locação de veículos e equipamentos, Eventos, Espaço de eventos, Entretenimentos, Passeios e Comércio turístico são facilmente identificados e denotam a presença da atividade turística na área.

Além disso, em termos de uso do espaço, percebe-se a convivência entre turistas e população local. Convivência que não necessariamente significa integração. Isso porque o espaço onde a presença de turistas é mais evidente, o Quadrilátero de

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

São Benedito, também é muito frequentado pela população local, entretanto havendo uma clara divisão destes em pequenos núcleos de convivência dentre deste espaço maior.

Outra questão interessante observada em campo foi que os prédios históricos não necessariamente estão tendo seu uso pela atividade turística. Basicamente visualizam-se as suas fachadas (algumas delas ainda bastante deterioradas) enquanto um condutor lhes conta a história do casarão, que em alguns casos abriga moradores antigos, noutros funcionários públicos e outros mesmo estão abandonados.

Também é relevante destacar a busca de visitantes por elementos culinários da região, especialmente direcionando-se à feira livre da cidade, visitando o mundo da população local em busca de aromas e sabores que revelem aspectos da cultura brasileira, embora ainda seja essa uma demanda relativamente tímida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G da A. A segregação socioespacial na metrópole paulista. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 33 - 42, 2011. Disponível em <[www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203/77846](http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74203/77846)> Acesso em: 25 nov 2017.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O; VAINER, C e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 11 a 74.

BRAGANÇA. Prefeitura Municipal de Bragança. **Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança**. Secretaria Municipal de Turismo. Bragança-Pa, 2013.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Conceitos Básicos e Apoio à Comercialização de Produtos Segmentados**. Ministério do Turismo. Brasília: O Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3ª. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

CARLOS, A. F. A . **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em [http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf). Acesso em 25 nov 2017.

CARVALHO, G. M.de O. **A festa do “Santo Preto”**: tradição e percepção da Marujada Bragantina. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.

RUZ, R. de C. A. da. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IGNARRA, L. R.. **Fundamentos do turismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

LOBATO, A. da S. **Turismo, Patrimônio Cultural e Produção do Espaço**: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-Pa. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém(Pa), 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEABRA, O. C. L. A Insurreição do Uso. *In*: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71-86.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **TURISMO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA ASSOCIAÇÃO DOS BARQUEIROS DE JEQUIÁ DA PRAIA (AL)**

Itamar Dias e Cordeiro<sup>97</sup>

Laissa Paloma Queiroz de Lima<sup>98</sup>

Luciana Araújo de Holanda<sup>99</sup>

### **RESUMO**

Unidades de Conservação de Uso Sustentável, as Reservas Extrativistas (RESEX) objetivam proteger o modo de vida das populações e o patrimônio ambiental, histórico e cultural, permitindo a utilização do turismo enquanto ferramenta de conservação. Na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá localizada no município de Jequiá da Praia-AL, ainda que de maneira embrionária e sem ferramentas de ordenamento, a atividade turística tem favorecido alguns atores, nomeadamente a Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia (ASBARQUES), que tem papel relevante para o turismo no local. O presente artigo se propõe a discorrer e analisar o desenvolvimento do turismo na RESEX Jequiá, a partir da perspectiva da Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia. Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram: entrevistas, visita in loco e observação direta, que caracterizam esse estudo como uma análise exploratória quanti e qualitativa. Os resultados possibilitaram identificar que a Associação possui ressalvas sobre a maneira como a atividade vem sendo conduzida no local, além de necessitar de melhores condições para o seu desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo; Unidades de Conservação; Percepção; Jequiá da Praia.

**ABSTRACT:** Protected Areas with Sustainable Use of Natural Resources, Extractive Reserves (RESEX) intend to protect the way of life, environmental, historical and cultural heritage of extractive populations, allowing the practice of tourism as a tool for environmental conservation. At Lagoa do Jequiá Marine Extractive Reserve, located at Jequiá da Praia (AL), although an embryonic practice lacking of planning instruments, the tourism activity has benefited some social actors, namely, the Boatmen's Association from Jequiá da Praia. (ASBARQUES), which takes a relevant function on local tourism. The present article proposes to discuss and analyze the development of tourism in RESEX Jequiá according to the perspective of the Boatmen's Association from Jequiá da Praia. The methodological procedures adopted

<sup>97</sup> Professor Dr. do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT/UFPE), [itamar\\_cordeiro@yahoo.com.br](mailto:itamar_cordeiro@yahoo.com.br)

<sup>98</sup> Estudante do Curso de Turismo (DHT/UFPE), [paloma.queirozdelima@gmail.com](mailto:paloma.queirozdelima@gmail.com)

<sup>99</sup> Professora Dr<sup>a</sup>. do Departamento de Hotelaria e Turismo (DHT/UFPE), [luciana.holanda@ufpe.br](mailto:luciana.holanda@ufpe.br)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

were: interviews, in loco technical visits and direct observation, which characterize this study as an exploratory research with a quanti-qualitative approach. The results show that ASBARQUES has disagreements about how tourism has been conducted at the local, and brings to discussion the need of better conditions for its development.

**KEYWORDS:**Tourism; Protected Areas; Perception; Jequiá da Praia.

## INTRODUÇÃO

A conflituosa relação entre seres humanos e natureza tem figurado entre as problemáticas da sociedade contemporânea, cenário que surge em função das práticas degradatórias ao meio ambiente, tão antigas como a existência dos indivíduos (MAGALHÃES, 2002). Sob um ponto de vista histórico, a necessidade de delimitar espaços territoriais buscando minimizar tais impactos tem se apresentado como uma importante forma de amenizar as intervenções humanas nos habitats naturais, além de garantir a manutenção da biodiversidade, elemento essencial para o desenvolvimento da humanidade em várias dimensões (COSTA, 2009).

Em uma linha do tempo, a designação de áreas protegidas destinadas à conservação do meio ambiente, como o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, representa um marco vez que introduz um contexto de início à valorização e manutenção das grandes áreas naturais (DORST, 1973; DIEGUES, 1996). Em um panorama mundial, de acordo com Morais (2008), o estabelecimento de áreas protegidas consiste em uma estratégia fundamental para conservação da natureza, especialmente nos países em desenvolvimento.

O termo áreas protegidas, utilizado internacionalmente, foi inicialmente designado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), sendo utilizado desde 1994. Em 2008, durante o World Conservation Congress, realizado na Espanha, seu conceito foi revisto e atualizado (NUNES, 2015). Assim, conforme a IUCN, uma área protegida pode ser definida como

um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, destinado e gerido, por meio meios legais ou alternativas

efetivas, que busque, em longo prazo, a conservação da natureza com os serviços associados aos ecossistemas e os valores culturais (IUCN, 2008, p. 60, tradução nossa).

De acordo com o *Protected Planet Report 2016*, documento do *World Conservation Monitoring Centre (WCMC)* e *International Union for Conservation of Nature (IUCN)*, atualmente as áreas protegidas correspondem a 14,7% da superfície terrestre e pouco menos de 4% da extensão oceânica do mundo. Os números possibilitam ponderar que apesar do crescimento gradativo dessas áreas ainda há muito a ser feito em prol da conservação do meio ambiente. Para Morsello (2001), considerando o desdobramento das ações voltadas à proteção ambiental, é possível afirmar que o estabelecimento de áreas protegidas pode ser concebido como o passo inicial para a criação dos Sistemas de áreas protegidas, uma das estratégias que tem sido internacionalmente reproduzida na busca pela conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela lei nº 9.985/00, é o responsável por estabelecer os critérios e normatizar a criação, implementação e gestão das áreas naturais protegidas, que são denominadas Unidade de Conservação (UC), isto é:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2º, Inciso I).

Destarte, como reitera Gurgel et al. (2009, p. 109), as Unidades de Conservação podem ser entendidas como “territórios, geridos de forma diferenciada, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais,

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

a educação ambiental, o contato harmônico com a natureza, o lazer e a pesquisa científica”.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação distribuídas no território brasileiro. Para atingir os objetivos de proteção e conservação do patrimônio ambiental, bem como dos processos ecológicos inerentes aos ecossistemas naturais (WWF, 2008), as UCs concebem diferentes categorias e formas de proteção à natureza. De acordo com o SNUC, elas dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, onde a utilização dos recursos naturais deve ser realizada de maneira indireta, com o objetivo de preservação da natureza; e Unidades de Uso Sustentável, onde a utilização dos recursos naturais deve ser realizada de maneira sustentável em prol da conservação do meio ambiente.

As Unidades de Conservação desempenham um papel essencial na estratégia de proteção do patrimônio natural. Por outro lado, além de salvaguardar os ecossistemas naturais, auxiliar na conservação das espécies e atuar na regulação das mudanças climáticas, elas são importantes para o fornecimento de uma série de benefícios usufruídos pela sociedade (UNEP, 2011). Algumas categorias de UCs, por exemplo, permitem o uso sustentável dos recursos naturais aliado à realização de atividades alternativas, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX).

A RESEX, segundo o Art. 18 do SNUC, é:

(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Trata-se de uma UC de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Sua gestão ocorre por meio de um Conselho Deliberativo (presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

populações tradicionais residentes na área) e a visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área. Ademais, a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional são proibidas. A exploração comercial de recursos madeireiros só é admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na UC.

O que efetivamente caracteriza uma RESEX é o extrativismo realizado pelas populações tradicionais aliado à proteção do patrimônio histórico-cultural e o modo de vida das populações (BRASIL, 2000). No entanto, além disso, a RESEX também oferece a possibilidade de utilizar o ecoturismo enquanto atividade alternativa, servindo assim como via para o desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente (ALVITE et al., 2014; COUTINHO, 2000; MATTOS, 2008).

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, localizada no litoral sul de Alagoas, se insere no cenário anteriormente descrito. Na UC, observa-se o desenvolvimento embrionário de atividades voltadas para o turismo, seja por meio da exploração ou do uso sustentável dos atrativos. Em relação a este último, destaca-se participação da Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia, que tem contribuído para o turismo, sobretudo, por meio da sua mobilização em prol da atividade. Além disso, tem sido protagonista de um serviço frequentemente procurado entre os visitantes do local: o passeio de barco na RESEX Jequiá.

Diante do exposto e tendo em vista o protagonismo da Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia, o presente artigo se propõe, por meio de abordagem quanti-qualitativa, a conhecer as impressões da referida Associação acerca do turismo na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, a fim de compreender o atual panorama de realização, bem como identificar o cenário desejado em relação à atividade. Para tal, destaca-se a utilização do estudo de caso enquanto método de pesquisa, apoiado por observação direta e realização de entrevistas estruturadas.

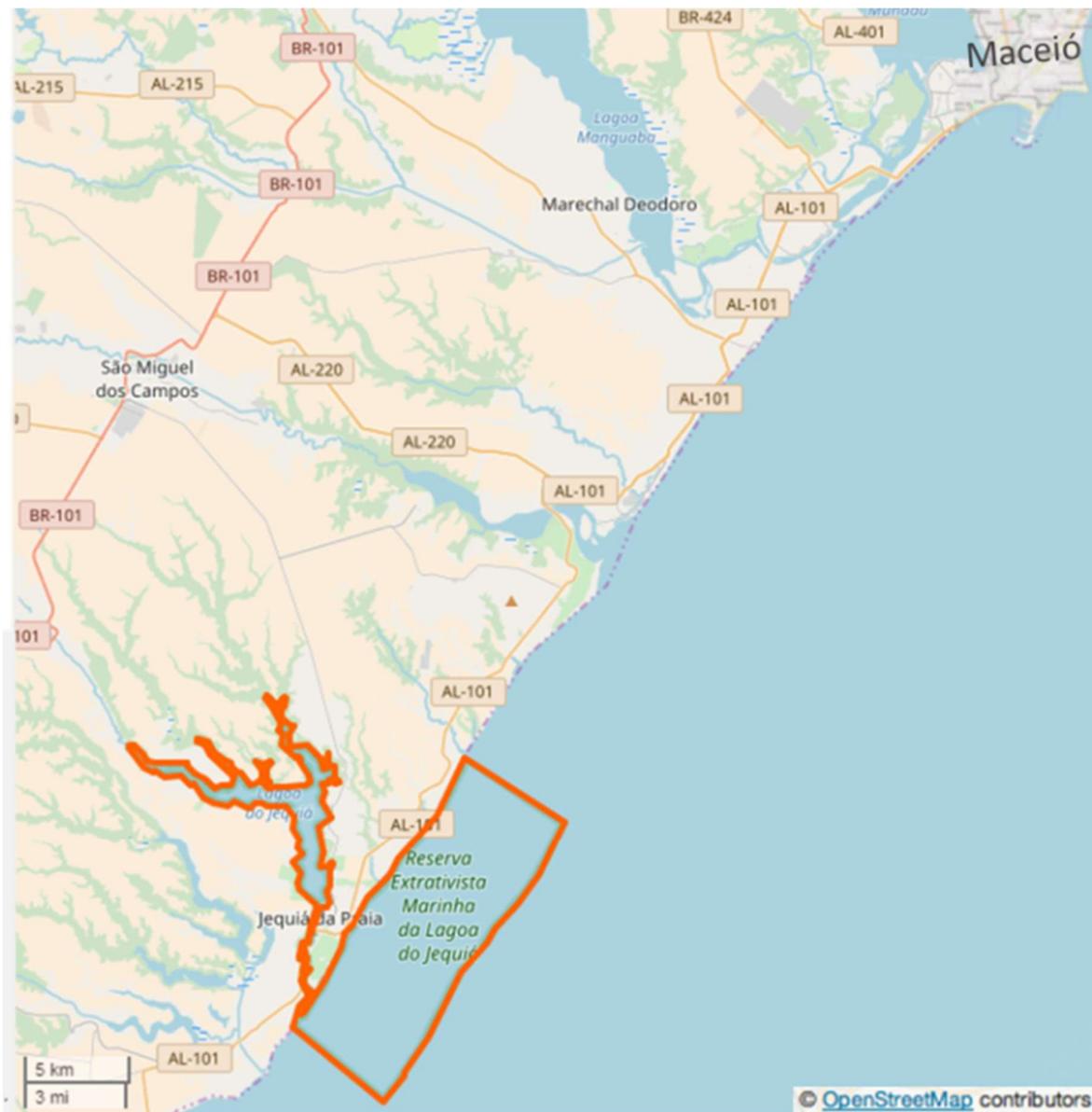
## **A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ NO CONTEXTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá foi criada por meio do decreto federal s/nº, de 27 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), e figura como a única UC dessa categoria no estado de Alagoas. Situada em Jequiá da Praia, município do litoral sul de Alagoas, a 68 km da capital Maceió, a RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá abrange uma área de aproximadamente 10.203 hectares (BRASIL, 2001) e recebe este nome em função da lagoa, homônima, considerada a terceira maior em extensão do estado (ALAGOAS, 2006). Seu bioma marinho costeiro, com presença significativa de mata atlântica, favorece a realização da principal atividade econômica das comunidades locais: a pesca artesanal de peixes, camarão e siri. Além disso, em virtude dos atrativos naturais de beleza única e da manutenção do modo de vida tradicional das comunidades, a UC tem, aos poucos, se destacado pelo seu potencial em relação à atividade turística.

**Figura 1: Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, litoral sul de Alagoas.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: [openstreetmap.org](http://openstreetmap.org)

A RESEX Jequiá está inserida na região Lagoas e Mares do Sul que, de acordo com o Estudo para o Desenvolvimento de um Turismo Sustentável (2015), é responsável por cerca de 20% dos meios de hospedagem do estado de Alagoas. A região turística engloba outros nove municípios, com destaque para destinos já consolidados no segmento de “sol e praia”, como Praia do Gunga, Praia do Francês e Barra de São Miguel. De maneira geral, o litoral sul se destaca pela potencialidade em relação aos segmentos de turismo cultural e ecoturismo, este último, motivado

pela singularidade dos atrativos naturais: praias, lagoas, manguezais e unidades de conservação (ALAGOAS, 2011).

Buscando contextualizar o desenvolvimento do turismo na RESEX Jequiá, Palmeira (2007) discorre que a partir da década de 90, um acentuado crescimento da atividade acontece no município de Jequiá da Praia. De acordo com Calheiros (2000, p. 43), tal cenário sucede, sobretudo, em decorrência do surgimento de “novos processos de ordem social, econômica e também política, como especulação imobiliária, expansão desordenada dos núcleos urbanos, novos loteamentos e condomínios residenciais”. Para Simões (2012, p. 314), o turismo no local vem se expandindo como consequência do potencial litorâneo que apresenta e aponta que “em função desse ambiente, novos empreendimentos foram implantados, como o Complexo Turístico Dunas de Marapé e as pousadas Portal dos Coqueiros e Duas Barras”.

Fontoura e Silveira (2008, p. 7), afirmam que em relação ao turismo, “o planejamento deve garantir, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais e o uso turístico em harmonia com os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos”. Todavia, pondera-se que o turismo no município de Jequiá da Praia – e conseqüentemente na RESEX – tem sido pautado por acontecimentos e fatores que influenciam negativamente na sua dinâmica local e impedem o seu real desenvolvimento.

Importa mencionar ainda que a RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá não possui Plano de Manejo, que está em fase inicial de elaboração. Instrumento essencial de gerenciamento para as Unidades de Conservação, o documento possui as diretrizes e normas de uso a fim de orientar a utilização dos espaços e direcionamento de ações (BRASIL, 2000), inclusive para o turismo.

A despeito do panorama apresentado, e ainda que sem mecanismos de ordenamento, a atividade turística tem favorecido um conjunto de beneficiários da RESEX Jequiá, especialmente no que concerne à geração de emprego e renda. A mesma tem sido pauta de discussão crescente, e atores sociais como a Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia (ASBARQUES), tem buscado, por meio do ecoturismo, abrandar o cenário de exploração firmado há décadas no local.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

A Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia teve seu funcionamento oficializado em janeiro de 2014. Localizada no povoado de Barra de Jequiá, popularmente conhecido como Duas Barras, a ASBARQUES é composta por 22 barqueiros – associados no intuito de defender os interesses do grupo. A particularidade da Associação, no entanto, está no fato de oferecer um serviço comumente procurado pelos visitantes da RESEX: o passeio de barco na Lagoa de Jequiá.

Conduzida pelos barqueiros, a atividade tem duração média de duas horas e seu trajeto simples, porém com paradas estratégicas, proporciona uma imersão no atrativo natural, ao passo em que o condutor discorre sobre as características da região, biodiversidade, modo de vida da população, entre outros. A atividade, para além de ser realizada na RESEX, é pautada nos princípios do ecoturismo, possibilitando a união entre conservação, comunidades e turismo sustentável, como elucidada TheInternational Ecotourism Society (2015).

Como toda UC nessa categoria, a RESEX é gerida por um conselho deliberativo, cujo principal objetivo é promover a gestão compartilhada e incentivar a participação ativa da sociedade civil e de órgãos públicos na gestão (BRASIL, 2000). Mattos (2008) define a inclusão da comunidade local na gestão das Reservas Extrativistas como uma “parceria ecológica” e por meio desse argumento é possível justificar importância da ASBARQUES frente ao turismo na RESEX. Por outro lado, em virtude do envolvimento de diferentes grupos de interesse, a operacionalização do turismo, entre outros, se apresenta como um dos grandes desafios da atualidade e “incentivam, sobretudo, a investigação das bases em que estão sendo construídas as relações com as populações extrativistas locais nas parcerias existentes” (MATTOS, 2008. p.4).

Diante do cenário apresentado, considerando a complexidade do fenômeno turístico em Unidades de Conservação e tendo em vista os objetivos desse estudo, pretende-se investigar quais são as impressões da Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia em relação ao desenvolvimento do turismo na RESEX Jequiá. Para tal, pretende-se aprofundar a investigação a que se propõe esta pesquisa, de modo

que seus resultados incentivem e possibilitem a participação dos atores sociais no planejamento da atividade turística.

## METODOLOGIA

De natureza exploratória, tendo como propósito a produção de informações a serem utilizadas para a realização de futuras pesquisas (ZIKMUND, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2011), o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, que busca compreender os fenômenos estudados de acordo com a concepção dos sujeitos participantes (GODOY, 1995). Quanto ao método de pesquisa, optou-se por utilizar o estudo de caso, procedimento que possibilitou analisar o contexto de desenvolvimento do turismo na RESEX Jequiá sob a perspectiva da Associação de Barqueiros do município de Jequiá da Praia-AL. Para Yin (2005), o estudo de caso é uma estratégia de observação direta conveniente quando se busca investigar, explorar ou descrever “como” e “por quê” sucedem determinados acontecimentos sociais. Além disso, “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS, 2008, p. 11).

Para o levantamento das informações pertinentes, foram realizadas entrevistas direcionadas por meio de um questionário semiestruturado. Na perspectiva de Minayo (1994), as entrevistas são um procedimento adequado no que concerne à coleta de dados de um objeto de pesquisa, e possibilitam entender o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa. De acordo com Gil (2002), quando composta por um roteiro estruturado e com alternativas de resposta previamente estabelecidas, a entrevista assemelha-se ao questionário. Assim sendo, ao passo em que se obedeça a regras gerais para a elaboração do roteiro, “um questionário pode ser convertido num roteiro de entrevista e vice-versa” (GIL, 2002, p. 115). Utilizou-se ainda a técnica de observação participante, buscando extrair informações complementares à análise. Para tanto, foram acompanhadas as atividades desenvolvidas pela ASBARQUES no período de 15 a 27 de fevereiro de 2018. Na ocasião, foram analisados o comportamento verbal e não verbal dos entrevistados, feitas anotações, fotografias, gravação de áudios

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(MOREIRA, 2004), a fim de facilitar a coleta e a análise dos dados (FERREIRA; TORRECILHA; MACHADO, 2012).

Os questionários e entrevistas foram direcionados especificamente aos membros da Associação dos barqueiros de Jequiá da praia (ASBARQUES), que contabiliza atualmente 22 integrantes. Destaca-se, no entanto, que desse número nem todos participam ativamente nas atividades da Associação, o que torna o universo dessa pesquisa possivelmente menor. A amostra, por sua vez, foi delimitada por conveniência e possibilitou que onze dos 22 componentes fossem entrevistados pela autora desse estudo. Em alguns casos, as entrevistas foram conduzidas sem formalidades, de maneira a reproduzir um tom familiar entre entrevistadora e entrevistado.

O roteiro da entrevista, constituído por seis perguntas fechadas e quatro perguntas abertas (apêndice A), permitiu evidenciar informações relevantes em duas dimensões, apresentadas ao longo da pesquisa. Os dados obtidos foram tabulados de forma quantitativa e analisados com o auxílio do Microsoft Excel, possibilitando uma análise descritiva (média, frequência e porcentagem) das questões apresentadas.

O quadro 1, a seguir, apresenta o conjunto de informações que compõe o perfil dos entrevistados, respeitando a ordem de realização das entrevistas:

### Quadro 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

<i>Perfil sociodemográfico dos entrevistados</i>						
<i>Sujeito</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Procedência</i>	<i>Grau de escolaridade</i>	<i>Profissão</i>	<i>Renda familiar mensal aprox. (R\$)</i>
E1	Masculino	28	Nativo	Fundamental incompleto	Barqueiro	600,00
E2	Masculino	54	Não nativo	Médio completo	Barqueiro	650,00
E3	Masculino	38	Nativo	Fundamental incompleto	Servidor Público	1.500,00
E4	Masculino	49	Nativo	Fundamental incompleto	Pescador	500,00

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

E5	Masculino	38	Nativo	Fundamental incompleto	Barqueiro	500,00
E6	Masculino	32	Nativo	Fundamental completo	Pescador	954,00
E7	Masculino	47	Nativo	Fundamental incompleto	Pescador	400,00
E8	Masculino	25	Nativo	Fundamental incompleto	Pescador	400,00
E9	Masculino	38	Nativo	Fundamental incompleto	Porteiro	1.000,00
E10	Masculino	32	Nativo	Fundamental incompleto	Pescador	500,00
E11	Feminino	20	Não nativo	Médio completo	Vendedor	300,00

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa direta (2018).

Para fins de esclarecimento, a sistematização das informações acerca dos sujeitos da pesquisa possibilitou interpretar que a amostra é composta e caracterizada, majoritariamente, por indivíduos com os seguintes aspectos: homens nativos de Jequiá da Praia, que cursaram, no máximo, até o penúltimo ano do ensino fundamental e têm renda familiar mensal média de R\$ 534,00. Os sujeitos apresentam faixa etária entre 25 e 54 anos. Identificou-se ainda que, apesar de serem membros da Associação de Barqueiros, apenas três dos entrevistados denomina-se como tal.

A dimensão subsequente das entrevistas culminou na análise das impressões da ASBARQUES sobre o turismo na RESEX da Lagoa do Jequiá, objetivo principal deste estudo. Para tal, como forma de tratamento analítico, os dados foram submetidos a uma análise de conteúdo. Para Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas utilizado para examinar as formas de comunicação e, de acordo com o autor, visa “obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (op. cit.).

Nessa etapa da pesquisa o software de áudio Audacity foi utilizado no intuito de facilitar a sistematização dos dados para a análise de conteúdo. A partir disso, foram estabelecidas categorias no intuito de decompor as informações coletadas. Essa fase pode ser definida como uma operação para a classificação dos elementos participantes do conjunto da pesquisa. Além disso, “implica impor uma nova organização intencional às mensagens, distinta daquela do discurso original”

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(OLIVEIRA, 2008, p. 571), onde “através da codificação os dados brutos são transformados em símbolos” (DENCKER, 1998, p.163). De tal maneira, os dados obtidos por meio das entrevistas/aplicação dos questionários foram divididos em quatro temáticas/unidades, de modo que possibilitou analisar a opinião dos entrevistados em relação à realidade da atividade turística na RESEX, os problemas que sobrepõem esse cenário, as principais necessidades em relação ao turismo e as sugestões de melhoria para o desenvolvimento da atividade na visão da Associação de Barqueiros de Jequiá da Praia. Para auxiliar o procedimento de análise de conteúdo e evidenciar a percepção dos sujeitos, em cada unidade realizou-se o cálculo da frequência a fim de identificar a quantidade de vezes que os entrevistados fizeram menção a cada categoria estabelecida, sendo as informações apresentadas na análise e discussão dos dados.

A aplicação dos processos metodológicos anteriormente descritos, bem como o emprego de olhar analítico e embasamento teórico, possibilitaram chegar às reflexões e considerações que permeiam esse estudo. Busca-se, essencialmente, que o mesmo possa colaborar na construção e aplicação prática dos conhecimentos, além de servir como subsídio para o planejamento adequado da atividade turística, seja na RESEX em questão ou em outras categorias de UC.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, as entrevistas buscaram identificar a realidade do turismo na RESEX Jequiá com base na percepção dos integrantes da ASBARQUES. Para tal, foi proposto que os entrevistados contextualizassem o cenário da atividade no local, bem como o seu nível de satisfação em relação a isso. A categorização das respostas obtidas nos levou à percepção de que apesar de aprovarem a existência do turismo, ao afirmar, por exemplo: “o turismo que tem aqui gera emprego” (E11), a maior parte dos barqueiros da Associação não se mostra totalmente satisfeita com a forma como a atividade turística vem sendo conduzida no local. Tal opinião foi expressa por 64% dos entrevistados, como o E10 ao opinar “a realidade do turismo aqui tá bom, mas eu acho que ainda pode melhorar” e o E3, em relação à gestão pública: “a gente sofre muito com falsas promessas”. Além disso, observou-se que alguns se mostram

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

incomodados com o protagonismo do empresariado sobre o turismo na RESEX e, discorrendo sobre um empreendimento específico<sup>100</sup>, um dos entrevistados evidencia: “foram ampliando e não teve poder público nenhum que intervisse pra ninguém construir e aí tá lá, tá se espalhando... é essa a situação, é um monopólio”. Houve ainda os que se mostraram satisfeitos (36%) ou indiferentes (18%) ao cenário. Nesse caso, observou-se que, na maioria das vezes, tais sujeitos apresentaram comportamento semelhante durante as entrevistas, respondendo às perguntas de maneira simples e pontual como, por exemplo: “aqui [o turismo] tá mais ou menos, tá regular” (E2); “a realidade em si tá boa” (E4).

Buscando dar continuidade à realização das entrevistas, os integrantes da ASBARQUES foram questionados sobre os principais problemas que impedem o desenvolvimento do turismo na RESEX Jequiá. Nessa unidade, as respostas dos entrevistados foram agrupadas em quatro categorias, a saber: Problemas Ambientais, Poder Público, Relação com Empresariado e Divulgação do Destino. Foram mencionados fatores que poderiam originar a criação de outras categorias (infraestrutura, condições de trabalho, etc), no entanto, consideraram-se apenas os que foram mais citados dentre os sujeitos da pesquisa, de acordo com o cálculo da frequência.

Nesse sentido, a análise dessa unidade/pergunta possibilitou identificar que 70% dos entrevistados consideram a falta de divulgação turística e os problemas ambientais, juntos, como os principais obstáculos para o turismo na RESEX. Em relação à primeira, a análise das respostas possibilitou identificar que os entrevistados mostram-se insatisfeitos com o fluxo de visitantes no local e atribuem isso à falta de promoção da RESEX e do município de Jequiá da Praia enquanto destino turístico. Como exemplo, os barqueiros explicitaram: “o nosso maior problema é a falta de divulgação” (E3); “o turismo ainda tá muito fraco, tem que ter mais divulgação.” (E2).

Ainda nessa categoria, as questões ambientais tiveram destaque. Os entrevistados demonstram preocupação com a conservação do meio ambiente na

---

<sup>100</sup> O empreendimento em questão trata-se do Complexo Turístico Dunas de Marapé, alvo de ações judiciais por causar danos ambientais à Resex Marinha da Lagoa do Jequiá. Disponível em: <<http://www.jequiadapraia.al.gov.br/noticias/lista?q=dunas>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

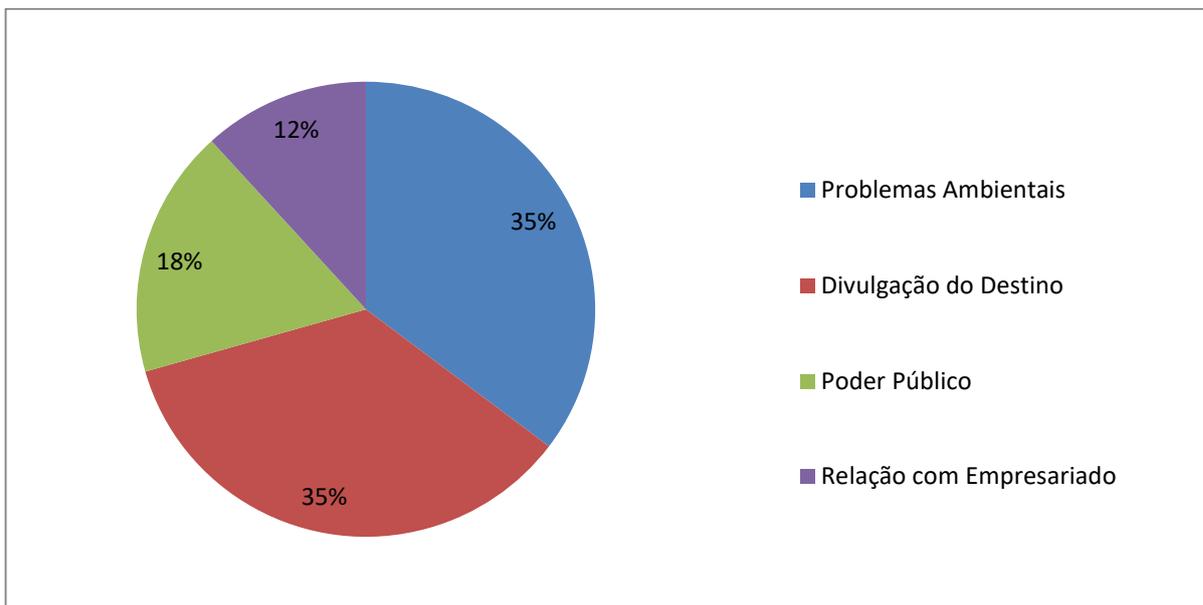
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

RESEX ao mencionar: “os moradores deixam muito lixo na praia, na lagoa” (E4); “se for ver, tem muito problema de lixo no rio, porque muito morador é mal educado... esgoto, saneamento... Daqui a pouco o rio vai tá que nem o rio Tietê aí” (E9). Além disso, alguns fizeram menção às condições de navegabilidade do Rio Jequiá: “A gente tá com um problema muito sério nesse rio, porque cada dia que se passa ele tá secando mais. Tá descobrindo muitos bancos de areia e quando a maré tá baixa quase não dá pra gente passar com o barco” (E7). Vale ressaltar que este último ponto, está tem relação com a quarta categoria mais citada (Relação com o Empresariado), que será analisada nos parágrafos seguintes.

As questões levantadas especialmente na categoria Problemas Ambientais demonstram relevância, uma vez que a preocupação ambiental incide um fator essencial à realização do turismo em Unidades de Conservação. Sobre esse cenário, um dos sujeitos afirma: “o ICMBio ajuda bastante, ajuda muito, tá em primeiro lugar. Se não fosse isso [o rio], não prestava mais” (E9). Além disso, destaca-se a necessidade de estimular os moradores da RESEX Jequiá a perceberem a importância da conservação do meio ambiente, considerando que “uma comunidade mais consciente estará mais preparada para receber o turista e cobrar dele o mesmo respeito que é dado pelos habitantes do local” (SANTOS, 2009, p. 17). O gráfico 1 apresenta as informações a que se refere:

#### **Gráfico 4: Principais problemas em relação ao turismo na RESEX.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



**Fonte: Análise dos dados (2018).**

A terceira e quarta categorias mais citadas durante a indicação dos fatores que impedem o desenvolvimento do turismo na RESEX relacionam-se ao Poder Público e à Relação com o Empresariado local, respectivamente. Em relação à primeira, foi possível observar que os entrevistados sentem o desamparo da gestão pública ao afirmar: “não tem parceria com o poder público, a prefeitura só faz cobrar da gente” (E3); “tem muito abandono da prefeitura” (E4); “[o problema] é justamente essa falta de companheirismo, né? a falta de ajuda (...) temos pessoas que a gente agradece, como Aline [analista ambiental do ICMBio] e Dona Lúcia, que hoje tá sendo a presidente, mas se não fosse isso acho que nem existia associação” (E9). Corroborando com esse panorama, os entrevistados citam a dificuldade de entrar em consenso com o empresariado local, que seria uma alternativa para amenizar os problemas de navegabilidade na área que a Associação atua. Tal fato é justificado na seguinte fala: “Alí tem um canal (...) só que aquele canal não tem como a gente passar por causa da ponte. A embarcação não tem condições de passar por debaixo (...) poderia melhorar se ele chegasse num acordo aqui, né? (se refere à administração empreendimento Dunas de Marapé). Se ele pudesse melhorar, deixar a ponte dele mais alta, entendeu? Pra que a gente tivesse outro acesso e não ser só por aqui”(E7).

As categorias anteriormente mencionadas possibilitaram ponderar sobre a dinâmica das relações entre os atores sociais envolvidos na atividade turística da

ISSN: 1808-9755

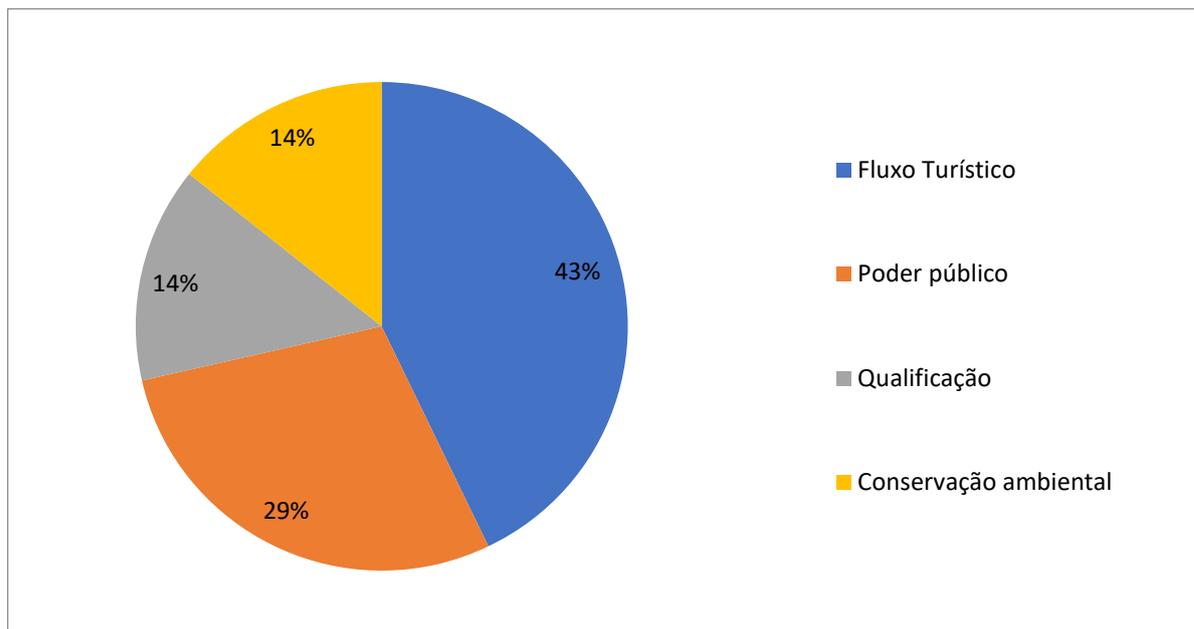
Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

RESEX Jequiá. De tal maneira, foi possível identificar ausência de diálogo entre ASBARQUES, empresariado e gestão pública, o que evidencia a necessidade de um planejamento turístico mais participativo e democrático. Para Gândara, Torres e Lefrou (2005), a participação dos atores é essencial para o desenvolvimento do turismo, e todos devem comprometer-se no planejamento, implementação, gestão e o controle da atividade turística. Ainda de acordo com os autores, buscando viabilizar uma boa relação e articular os atores sociais em prol do desenvolvimento da atividade, é necessário que exista um enfoque na descentralização do processo turístico.

Em seguida, buscou-se investigar quais as principais necessidades para o desenvolvimento do turismo na RESEX, na percepção da ASBARQUES. Nesse caso, percebeu-se que os entrevistados elencaram respostas geralmente baseadas na unidade anterior (Principais Problemas). Novamente, aponta-se que foram levantados vários tópicos passíveis de discussão (empresariado, conservação ambiental, etc.). Todavia, no intuito de traduzir a fala dos entrevistados de maneira representativa, as categorias foram estabelecidas de acordo com a frequência que foram sinalizadas ao longo das entrevistas.

**Gráfico 5: Principais necessidades para o desenvolvimento do Turismo na RESEX.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Análise dos dados (2018).

A categoria Fluxo Turístico foi a que mais obteve destaque na fala dos entrevistados (50%) e reúne respostas como “o movimento tá muito fraco, tem que chamar mais turista” (E1); “[é necessário] divulgar pra vir mais gente visitar” (E3). A análise desse conteúdo nos leva a perceber que na visão da ASBARQUES, o aumento da demanda turística é considerado um fator essencial e necessário para que o turismo na RESEX se desenvolva. Além disso, na visão dos entrevistados, o Poder Público deveria ter papel mais atuante no que concerne ao turismo no local, o que é justificado nas seguintes falas: “nessa questão o que a gente mais precisa é que a prefeitura olhe pra gente” (E3); “Isso cabe ao poder público, entendeu? E se não tem apoio... assim não tem como a gente fazer esforço, né?” (E9).

O turismo pode ser uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento local, especialmente para a RESEX Jequiá. Nesse sentido, a gestão pública do turismo deve ser atuante e eficiente, uma vez que é um importante ator no processo de planejamento e organização da atividade turística. Durante a pesquisa de campo observou-se, no entanto, que apesar do cenário de desamparo da gestão e da consciência da Associação sobre o fato, poucos entrevistados demonstraram algum tipo de iniciativa com vistas a transformar essa situação. Conforme propões Carvalho

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

(2010, p. 486) “promover o desenvolvimento local requer uma comunidade consciente e participativa, em todo o processo, desde o planejamento até a execução das ações”. Assim, considera-se importante que o poder público em Jequiá da Praia pratique sua gestão de forma descentralizada, mas também que a ASBARQUES tenha participação mais ativa nesse processo, de modo que todos possam se beneficiar com os resultados do desenvolvimento da atividade turística no local.

Continuando a análise da unidade em questão, as categorias Qualificação e Conservação Ambiental, juntas, foram mencionadas em 28% dos casos quando se questionou o que é preciso para desenvolver o turismo na RESEX. A primeira categoria concentrou respostas que indicam a necessidade de investimento em cursos e qualificação da mão de obra local: “O que precisa muito é capacitação do Sebrae” (E4). Da mesma maneira, a necessidade é justificada por outro entrevistado: “já tem um tempo que tamo correndo sozinho, brigando, com pouco conhecimento e não tem como a gente andar” (E9). Segundo Aguiar e Bahl (2006), a deficiência de mão-de-obra qualificada é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento da atividade turística. Para mais, identificou-se que a preocupação com a Conservação Ambiental, novamente citada pelos entrevistados, está diretamente relacionada ao conhecimento técnico (ou ausência do mesmo), especialmente pelo fato da atividade turística estar sendo realizada em uma Unidade de Conservação. De tal maneira, destaca-se a importância da qualificação profissional, principalmente para o segmento de ecoturismo, onde os profissionais são protagonistas na busca pela conservação do meio ambiente. Como destacam Mendonça e Neiman (2002, p. 107), “sem a atuação educadora de todos os profissionais envolvidos com o ecoturismo, fica mais difícil vislumbrarmos importantes processos de mudança”.

A última unidade temática da presente análise baseia-se na pergunta final das entrevistas, que buscou identificar quais seriam as recomendações da ASBARQUES para melhor desenvolver a atividade turística na RESEX. A tabela 1 a seguir, ilustra as categorias, bem como a quantidade de vezes que foram indicadas:

**Tabela 1: Sugestões para melhoria do turismo na RESEX.**

O que sugere para melhor desenvolver o turismo no local?	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Desenvolver iniciativas em prol do meio ambiente	2	14%
Investir na divulgação	3	21%
Desenvolver parcerias público-privadas	1	7%
Diversificar oferta turística local	1	7%
Melhorar qualificação profissional	2	7%
Não mudaria nada	4	29%
Não sabe	1	7%
TOTAL	14	100%

Fonte: Análise de dados da pesquisa (2018).

Diante do cenário, para melhor desenvolver o turismo na RESEX, destaca-se que 46% dos entrevistados sugerem o incentivo a qualificação da mão de obra local, divulgação turística e criação de iniciativas em prol da conservação do meio ambiente, como justifica um dos sujeitos da pesquisa aconselhando *“gerar empregos, mas ter cuidado com o meio ambiente”* (E11). Observou-se, mais uma vez, que tais sugestões foram pautadas com base nas principais necessidades para o desenvolvimento turismo no local, unidade temática anteriormente discutida. Por outro lado, pondera-se que foram elencados aspectos pouco ressaltados ao longo das entrevistas, como o desenvolvimento de parcerias público-privadas e a diversificação da oferta turística local, como indica um dos entrevistados: *“Acho que tentar melhorar mais, dar mais opção pro turista. A opção que tem mais é essa parte aqui (...) ficamos cativo ao Complexo, a Associação não deveria ser cativo a ninguém”* (E9).

Em relação aos temas anteriormente abordados, cabe ressaltar que a criação de parcerias possibilita a viabilização de iniciativas e ações para a expansão da atividade turística. Na percepção de Franco e Estevão (2010), as parcerias público-privadas desempenham um importante papel para o desenvolvimento do turismo, especialmente numa escala regional. Do mesmo modo, destaca-se a diversificação

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

da oferta turística, que deve ser incluída nos aspectos da gestão e planejamento do turismo. Segundo Nogueira (1987), diversificar os produtos e serviços turísticos moderniza os núcleos receptores de modo que torna-se um importante aspecto para o desenvolvimento e promove uma demanda constante pelo turismo.

Acrescenta-se que nos aspectos analisados, o perfil dos sujeitos da pesquisa é um fator que influencia diretamente nos resultados dessa pesquisa. De maneira geral, a análise da percepção do turismo na RESEX Jequiá sob a perspectiva da ASBARQUES nos apresenta um conjunto de informações pertinentes, baseadas no conhecimento empírico e representativo, advindo dos que lidam com o turismo na unidade de conservação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Associação dos Barqueiros de Jequiá da Praia possui um relevante papel no que concerne ao desenvolvimento da atividade turística na Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá. A realização da presente pesquisa possibilitou analisar a percepção da Associação em relação à maneira que o turismo vem sendo conduzido na RESEX, de modo a ponderar sobre cenário atual e cenário desejado.

Considerando o contexto embrionário da realização do turismo na RESEX Jequiá, foi possível identificar que entender o ponto de vista da ASBARQUES frente ao desenvolvimento da atividade nos apresenta também um recorte sobre as necessidades e aspirações da comunidade local de Jequiá da Praia, tendo em vista a quantidade de nativos (91%) entre os sujeitos da pesquisa. Dessa forma, ressalta-se a importância de envolver esses atores sociais no planejamento e organização do turismo no local, de modo que, por meio de ações e tomadas de decisão coletivas e buscando a tornar a atividade representativa e democrática, seja possível consolidar uma gestão participativa em prol do desenvolvimento local do turismo.

No que concerne à percepção da ASBARQUES sobre o turismo na RESEX, foi possível observar que a atividade tem sido pauta recorrente de discussão, apontada como uma ferramenta de geração de renda alternativa com potencial para modificar o atual modo de vida dos beneficiários da UC. A realização da presente pesquisa

possibilitou entender que na visão da Associação, a atividade turística no local apresenta problemas que geralmente deveriam ser pautados e solucionados pela gestão pública do turismo, tendo em vista a escala em que estão inseridos. Além disso, a análise dos resultados sugere que na opinião da Associação, apenas atores sociais específicos usufruem dos benefícios que giram em torno da atividade turística no local, o que gera descontentamento e disparidade social. Diante desse aspecto, cabe apontar que o desenvolvimento do turismo na RESEX dependerá dos critérios estabelecidos pelos atores sociais envolvidos na atividade. Nesse caso, tanto a concepção, quanto o atual modelo de desenvolvimento da atividade no local merecem ser revistos e ressignificados, de modo que se possa estabelecer um conjunto de particularidades, limites e possibilidades para a realização do turismo na RESEX.

Em relação ao cenário desejado, este baseia-se na resolução dos problemas elencados na análise deste estudo como, por exemplo, incrementar fluxo de turistas, melhorar qualificação profissional, entre outros fatores que impedem o sucesso do turismo, na percepção da Associação de Barqueiros da Lagoa do Jequiá. Diante disso, reitera-se que a atividade no local necessita um planejamento adequado, buscando que a sua ordenação possibilite que todos os atores envolvidos usufruam dos benefícios. Nesse aspecto, considera-se importante discutir sobre o empoderamento da ASBARQUES enquanto agente impulsionador do turismo na RESEX Jequiá, ressaltando a importância dessa pesquisa no processo. Tal perspectiva lança luz sobre o fato de que o turismo de base local é, muito provavelmente, a via pela qual o turismo deva se desenvolver na RESEX. Tal perspectiva, por sua vez, traz à reboque outro desafio: desmistificar junto à comunidade local a imagem de que um destino bem-sucedido é um destino com muitos turistas, pois conforme verificado, essa parece ser a aceção dos entrevistados. Neste sentido, entende-se que, antes mesmo de desenvolver o turismo, é imperativo despertar a própria comunidade para seu protagonismo enquanto agente responsável pelo desenvolvimento do turismo.

Em decorrência do cenário supracitado, julga-se importante sugerir que o desenvolvimento na RESEX Jequiá seja pautado na utilização de ferramentas inerentes à realização do turismo em áreas protegidas. Para tal, acredita-se que a elaboração do plano de manejo da unidade, além de uma prerrogativa legal,

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desempenha um importante papel no que concerne ao ordenamento do turismo no local.

Por fim, cumpre apontar para alguns fatores limitantes à realização dessa pesquisa, quais sejam: o curto espaço de tempo para a prática das entrevistas e coleta de dados. Em função disso e buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo na RESEX Jequiá, sugere-se que novos estudos possam ser realizados com vistas a investigar a atividade turística sob a lente de diferentes atores sociais, além das possibilidades para o desenvolvimento do turismo com base local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITE, C.M.C.; VIDAL, M.D.; BORREANI, O.H.P.; BORBA, E.C.M. Perfil da visitação na Ilha dos Lençóis, comunidade de pescadores tradicionais, Reserva Extrativista de Cururupu (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov 2014-jan 2015, pp.656-680.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes.

BRASIL. Decreto s/nº, de 27 de setembro de 2001. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 28 de setembro de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2001/Dnn9336.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9336.htm)>. Acesso em 29 abr. 2018.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 19 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

CALHEIROS, S. **Turismo versus agricultura no litoral meridional de Alagoas**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2000. v.1 e 2. Tese (Doutorado em Geografia – Centro de Ciências Exatas e da Natureza) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COSTA, J. P. O. **A importância das áreas protegidas**. Fundação Verde Herbert Daniel. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.fvhd.org.br/forum/topics/a-importancia-das-areas>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

COUTINHO, M. **Ecoturismo: Reservas Extrativistas no Brasil e Experiências da Costa Rica**. Dissertação (Mestrado em comunicação e cultura). Universidade de São Paulo, 2000.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DORST, J. **Antes que uma natureza morra: por uma ecologia política**. São Paulo, Ed. USP, 1973.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. A técnica de observação em estudos de administração. In: ENANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

FONTOURA, L.M; SILVEIRA, M. A. S. da. Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul, 2008.

FRANCO, M.; ESTEVAO, C. The role of tourism public-private partnerships in regional development: a conceptual model proposal. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 600-612, Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v8n4/03.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

GÂNDARA, J. M. G.; TORRES, E.; LEFROU, D. A participação de todos os atores no processo turístico. IBCDTur – **Revista Virtual de Direito e Turismo**, vol. 5, p. 65-89, 2005

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995, p. 57-63.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) Lagoas e Mares do Sul**, PRODETUR NE, Alagoas, 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/5688-plano-de-desenvolvimento-integrado-do-turismo-sustentavel.html>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Alagoas, Maceió**. Disponível em: <<http://www.dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8.../estudosobreturismo.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

GURGEL, H. C; HARGRAVE, J.; FRANÇA, F.; HOLMES, R. M; RICARTE, F. M; DIAS, B. F. S; RODRIGUES, C. G. de O.; BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento.** Boletim regional, urbano e ambiental. v. 03, p. 109–119, IPEA: 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usuarios-permitidos>>. Acesso em 25 abr. 2018.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. **Guidelines for protected areas:** management categories. Disponível em: <[https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines\\_for\\_applying\\_protected\\_area\\_management\\_categories.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf)> Acesso em: 05. Abr. 2019.

IRVING, M. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas Protegidas – tendências no contenxto brasileiro. In: IRVING, M; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

MAGALHÃES, J. P. **A evolução do Direito Ambiental no Brasil.** São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MATTOS, F. F. **Unidades de Conservação, Turismo e Inclusão Social:** o caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. 2007. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT16-834-588-20080517142534.pdf>>. Acesso em: 02 de mar. 2018.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. In: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo.** Barueri, SP: Manole, 2002.  
MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria método e criatividade. 17<sup>a</sup> ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAIS, J. C. M. **A conservação da natureza.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/diversos/aconservacaodanatureza.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MOREIRA, D. A. Pesquisa em Administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico. **Revista de Administração e Inovação**, v. 1, n. 1, 2004.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas:** seleção e manejo. Annablume, 2001.

NOGUEIRA, M. G. O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.21, p.37-54, abr./jun. 1987.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

NUNES, L. B. **Conflitos entre o direito de propriedade e a conservação da biodiversidade em busca da melhoria da gestão em refúgios de vida silvestre e monumentos naturais.** Dissertação (Mestrado em conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável) – Instituto de Pesquisas Ecológicas. São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/108/mod\\_data/content/2506/Leonardo%20B.%20de%20M.%20Nunes%20-%20Mestrado%20-%20Ano%202015.pdf](http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/108/mod_data/content/2506/Leonardo%20B.%20de%20M.%20Nunes%20-%20Mestrado%20-%20Ano%202015.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

OLIVEIRA, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 16, n4, p. 569-576.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011. 72 p.

PALMEIRA, M.V.L. **Desenvolvimento urbano e turismo: uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2007.

PREFEITURA DE JEQUIÁ DA PRAIA. **Notícias, turismo.** Disponível em: <<http://www.jequiadapraia.al.gov.br/noticias/lista?q=dunas>> Acesso em: 20 jun. 2018.

SIMÕES, L. (Org). **Enciclopédia Municípios de Alagoas.** Maceió, Instituto Arno de Melo, 2012. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SOUZA, I. M. L. N. Educação ambiental e turismo: percepção conceitual. **Revista Educação Ambiental em Ação**, [s.l.], n. 57, set-nov 2016. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2441>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Principles of ecotourism.** Disponível em: <<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 19. jun. 2018.

UNEP WORLD CONSERVATION MONITORING CENTRE - WCMC. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional.** Disponível em: <[www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNEP WORLD CONSERVATION MONITORING CENTRE - WCMC. **Protected Planet Report 2016: How protected areas contribute to achieving global targets for biodiversity.** Disponível em: <[http://wdpa.s3.amazonaws.com/Protected\\_Planet\\_Reports/2445%20Global%20Protected%20Planet%202016\\_WEB.pdf](http://wdpa.s3.amazonaws.com/Protected_Planet_Reports/2445%20Global%20Protected%20Planet%202016_WEB.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE - WWF. **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais.** Disponível em:

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/\\_arquivos/prj\\_mc\\_061\\_pub\\_car\\_001\\_uc.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_mc_061_pub_car_001_uc.pdf)  
>. Acesso em: 28 abr. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICE A

**QUESTIONÁRIO/ ROTEIRO ENTREVISTAS**  
**Percepção da ASBARQUES sobre o Turismo na RESEX Jequiá**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Entrevistado: \_\_\_\_\_

1 – **Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

2 – **Idade:** \_\_\_\_\_

3 – **Nasceu em Jequiá da Praia (é nativo)?**  
( ) Sim ( ) Não

4 – **Escolaridade?**

- ( ) **Não Alfabetizado**
- Ensino Fundamental**  
( ) Completo ( ) Incompleto
- Ensino Médio**  
( ) Completo ( ) Incompleto
- Ensino Superior**  
( ) Completo ( ) Incompleto
- Curso Técnico**  
( ) Completo ( ) Incompleto

5 – **Profissão?** \_\_\_\_\_

6 – **Renda familiar mensal (1 SM = R\$ 954,00)?**

\_\_\_\_\_

7 – **Qual a realidade do Turismo em Jequiá (definição do cenário)?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8 – **Quais os principais problemas existentes?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9 – **O que é necessário para melhorar (melhor desenvolver) o turismo na RESEX?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10 – **Se pudesse mudar o turismo na região (sugestões), o que faria?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## TURISMO VOLUNTÁRIO NA ILHA DE DEUS, EM RECIFE - PERNAMBUCO: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA INICIATIVA CONSIDERADA INOVADORA

Anna Karenina Chaves Delgado

### RESUMO

O presente artigo apresenta um caso empírico de volunturismo numa comunidade em Recife, mostrando como a partir de agentes externos (voluntários e parceiros) a ideia vai tomando forma e sendo aos poucos implementada na Ilha de Deus. Busca-se também apresentar a visão dos autóctones acerca do turismo voluntário e se essa prática no presente estudo tem afinidade ou não com o turismo de base comunitária. Com essa finalidade vale-se de estudo de natureza etnográfica baseada nos preceitos da Teoria Ator-Rede (TAR), utilizando como técnicas de pesquisa o *shadowing* e *following objects* (CZARNIASWKA, 2016, 2008). A partir dessa análise é possível apresentar as narrativas da comunidade sobre sua história de empoderamento e percepção do turismo voluntário, observando que a iniciativa na Ilha de Deus, apesar de trazer benesses para comunidade ainda não configura um projeto totalmente afinado com as ideias de turismo comunitário em decorrência da pouca participação da população local como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Voluntário. Ilha de Deus. Comunidade.

### ABSTRACT

This article presents an empirical case of voluntourism in a community in Recife, showing how external agents (volunteers and partners) shape the idea and implemented this kind of tourism in Ilha de Deus. It also seeks to present who natives see volunteer tourism and whether this practice has an affinity or not with community-based tourism. With this purpose in mind the method applied is ethnographic based on the precepts of Actor-Network Theory (ANT), using shadowing and following objects as research techniques (CZARNIASWKA, 2016, 2008). Using this methodological framework is possible to present the community's narratives about its history of empowerment and their perception of volunteer tourism. Noting that the initiative in Ilha de Deus still does not configure a project totally in tune with the ideas of community tourism due to the low participation of the locals, but it brings benefits to the community and can be transforme into a real case of community-based tourism.

**KEYWORDS:** Volunteer Tourism. Ilha de Deus. Community.

## INTRODUÇÃO

Apesar de pouco estudado no Brasil, o turismo voluntário (TV) ou volunturismo tem-se expandido ao redor do mundo (CORAND, 2011; SIN, 2009), dentro do segmento de turismo de interesse especial, notadamente em países que ainda se encontram em processo de desenvolvimento. Destinos como Camboja (KITNEY; STANWAY; RYAN, 2016; CARPENTER, 2015), Filipinas (FRAZER; WAITT, 2016; ZAHRA; McGEHEE, 2013) e Tailândia (CONRAN, 2011; THEERAPAPPISIT, 2009) são frequentemente estudados por apresentarem diversos projetos turísticos relacionados principalmente a ajuda humanitária e proteção/ conservação ambiental.

No que se refere a ajuda humanitária, iniciativas na área educacional por meio de cursos de línguas estrangeiras, em especial inglês, (STAITON, 2017) ou mesmo através de aulas de reforço escolar (WU; FU; KANG, 2018), projetos voltados para a preservação/ conservação ambiental (KITNEY; STANWAY; RYAN, 2016), assim como, atuação em orfanatos através de atividades de recreação e esportivas junto as crianças (FREIDUS, 2016; CARPENTER, 2015; TOMAZOS; BUTLER, 2012) chamam atenção como práticas frequentes dentro dessa nova modalidade turística.

Apesar de pouco estudado no Brasil (NASCIMENTO, 2012) já despontam algumas iniciativas de volunturismo dentro do país. Essas podem estar ligadas a projetos internacionais como a World Wide Opportunities on Organic Farms (WWOOF), Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales (AIESEC), Worldpackers, World Wide Fund (WWF) ou mesmo por meio de empresas/ instituições brasileiras a exemplo da Iko Poran e Volunteer Vacations (VV). Outra possibilidade é pacotes oferecidos por agências de intercâmbio.

De forma geral, no Brasil, a maior parte das iniciativas estão associadas a projetos de preservação/ conservação ambiental, auxílio humanitário e educacional. Apesar das iniciativas desse setor serem comumente vistas como positiva, estando relacionadas as ideias de sustentabilidade socioambiental (STEELE; DREDGE;

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

SCHERRER, 2017; WEARING; McGEHEE, 2014; CALLANAN; THOMAS, 2005; WEARING, 2001), já há na literatura internacional críticas a essa forma de turismo.

Isso porque utilizam como principal atrativo a miséria das populações envolvidas, em alguns casos, chega-se a utilizar crianças órfãos como atrativo turístico (FREIDUS, 2016; CARPENTER, 2015) através do turismo de orfanato. Ainda associa-se o volunturismo a prática de neocolonialismo nos destinos receptores (PARK, 2017; PRINCE, 2017), tendo em vista que é predominante exercido por mulheres ocidentais brancas que o veem como um instrumento de salvação e auxílio de comunidades necessitadas, mas que na verdade envolve a transformação desses locais em atrativos turísticos formatados para responder ao 'complexo branco de salvador' desses turistas (BANDYOPADHYAY; PATIL, 2017).

Com o objetivo de discutir como acontece o processo de implementação do turismo voluntário numa comunidade, tecendo considerações acerca percepção da comunidade sobre o turismo, o presente artigo apresenta um caso de volunturismo no Brasil, numa comunidade da zona sul de Recife. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de inspiração etnográfica, valendo-se das indicações teórico-metodológicas presentes na Teoria Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012, 1994) utilizando como técnicas de pesquisa o *shadowing/ following objects* (CZARNIASWKA, 2016, 2008). A partir da presente exposição pode-se notar como a iniciativa estrutura-se a partir da presença de agentes externos que promovem a comercialização, divulgação e organização desses projetos ainda com uma tímida participação da comunidade.

## 2. TURISMO VOLUNTÁRIO OU VOLUNTURISMO

O turismo voluntário surge no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (CALLANAN; THOMAS, 2005), em meio a outras formas de turismo que envolvem a utilização de atrativos culturais e socioambientais. Essa reformulação do turismo originam-se como consequência da crise de gerencialismo fordista (URRY, 1996) que leva a uma quebra de paradigma turístico, superando o turismo massificado ou cookista (FRANKLIN, 2008), demandando inovações no setor de viagens que respondam aos anseios desse novo perfil de turistas.

Isso em conjunto com outros fatores, a exemplo do constante processo de internacionalização das viagens (URRY, 1996), crise do estado de bem-estar social, desvalorização do dólar e crise mundial do petróleo contribuem significativamente para a formação de uma composição diversa do turismo. Dessa maneira, aos poucos o turismo torna-se um fenômeno de natureza alternativa e heterogênea relacionado a uma infinidade de pequenos segmentos (e nichos) de mercado, em oposição ao paradigma anterior que apresenta-se de forma homogênea e uniforme voltado para um único e extenso segmento de mercado (FRANKLIN,2008).

Dentro dessa grande quantidade de novos segmentos turísticos que são criados tem-se o volunturismo, que encontra-se fortemente associado ao crescimento do voluntariado como um todo no mundo. De acordo com o World Giving Index (2011, 2017), os dados relativos ao voluntariado no mundo de 2010 até 2016 têm oscilado entre 20% e 21%, isso significa que aproximadamente 21% da população mundial tem-se engajado na prática de trabalho voluntário nesse período. Ainda segundo o relatório de 2017, os países cuja população mais se envolvem com trabalho voluntário, proporcionalmente, são respectivamente Indonésia, Quênia, Myanmar, Libéria, Tajiquistão, Nova Zelândia, Estados Unidos, Serra Leoa, Ilhas Maurício e Austrália.

No Brasil, conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 7,4 milhões de pessoas realizando trabalho voluntário, o que corresponde a aproximadamente 4% da população brasileira. E entre os anos de 2016 a 2017 houve um incremento de 840 mil pessoas que se engajaram nessa prática, sendo observada uma tendência de expansão da atividade no país (IBGE, 2018).

Logicamente que nem todas as pessoas que realizam trabalho voluntário estão envolvidas em atividades de volunturismo, tendo em vista que o voluntariado pode ser exercido na cidade de domicílio/ residência do voluntário sem envolver deslocamento para outra cidade ou país e nem prática de atividades turísticas. De forma geral, o turismo voluntário caracteriza-se pela mistura entre práticas tradicionais de turismo com a realização de trabalhos de auxílio diversos sem remuneração, essa não ocorre apenas em países subdesenvolvidos, isso porque nem sempre está associada a populações carentes. Há várias opções de projetos de turismo voluntário em países

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

desenvolvidos como Bélgica, Estados Unidos, Canadá, entre outros. Apesar disso, a maior parte das iniciativas localizam-se em países subdesenvolvidos.

De forma geral, os projetos sejam em países desenvolvidos ou não podem envolver atividades de preservação/ conservação ambiental ou cultural, auxílio a animais de rua, pessoas em situação de perigo (a exemplo de mulheres em situação de violência) e várias outras iniciativas. Assim, ao contrário do que se pensa comumente, nem sempre o volunturismo está atrelado a miséria da comunidade.

O que realmente determina se a prática turística é ou não turismo voluntário são as atividades desempenhadas pelo turista ao qual deve ser entendido como aquele que se voluntaria de maneira organizada para realizar férias que possam envolver a ajuda ou alívio da pobreza de alguns grupos da sociedade, a restauração de certos ambientes, pesquisa da sociedade ou meio ambiente. (WEARING, 2001).

As motivações para a realização dessa forma de turismo encontram-se associadas principalmente ao 'complexo de salvador' citado por Bandyopadhyay e Patil (2017), e Palacios (2010), que também pode ser ilustrado pela sensação de incomodo de parte privilegiada da população que ao observar uma realidade miserável ver-se obrigado a fazer algo (CALLANAN; THOMAS, 2005). Além dessa motivação, o crescimento de associações e organizações de auxílio humanitário e de intercâmbio ao redor do mundo contribuem para sua expansão. Há inclusive o crescimento do TV como instrumento de formação profissional. A atuação em projetos dessa natureza pode incrementar o currículo de estudantes ou recém formados, seja devido a atuação profissional ou por meio da experiência de convivência com diferentes culturas ao viajar para outros países (HAMMERSLEY, 2014; PAN, 2017).

A abrangência de iniciativas de TV não encontra-se restrita a Organizações Não-Governamentais (ONG's) ou comunidades, também dar-se em eventos de porte variado, desde de megaeventos (LEE; REISINGER; KIM; YOON, 2014) a exemplo de olimpíadas, pan americano e copa do mundo até eventos de pequeno porte, voltados para aspectos culturais, regionais ou mesmo esportivos de cidades diversas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

ISSN: 1808-9755

A presente pesquisa qualitativa considera o fenômeno turístico como um composto heterogêneo formado por humanos e não-humanos, valendo-se das indicações teórico-metodológicas de Latour (2012, 1994) e Czarniaswka (2016, 2008).

De acordo com Latour (2012, 1994) a realidade não é estabelecida por meio de nenhuma política ou instrumento legal, mas sim através das práticas. Essas podem ser entendidas como comportamentos (nexo de ditos e feitos) ou acontecimentos que são repetidos, por meio da 'institucionalização' dessas ações têm-se as práticas.

Ao seguir as indicações da Teoria Ator-Rede (TAR) deve-se encarar as práticas por meio de um relativismo pleno de base material (LATOURE, 1994), onde atribui-se a agência das ações não só as pessoas, mas também aos não-humanos (LATOURE, 2012, 1994) que podem ser entendidos como animais, objetos, relacionamentos, etc., ou seja, tudo aquilo que não é categorizado como pessoas. As relações estabelecidas entre o composto formado por humanos e não-humanos é que constituem as práticas e, por consequência, as diversas realidades turísticas que são performadas. Por isso, a TAR também apresenta uma ontologia de base relacional.

Assim apenas ao estudar de forma simétrica as relações que são estabelecidas entre humanos e não-humanos é possível entender as práticas. A simetria generalizada não se dá em âmbito político, mas estritamente metodológico, dessa maneira, não é uma questão de atribuir direitos iguais para humanos e não-humanos, mas de reconhecer que esses últimos tem capacidade de agir e de compor as realidades, não só de ser manipulados pelas pessoas (LATOURE, 2012, 1994).

Baseado nas ideias de Latour (2012, 1994) é proposto um novo tipo de estudo etnográfico. Considerando a necessidade de tratar de forma simétrica os seres humanos e os não-humanos, Czarniaswka (2016, 2008) propõe que os estudos TAR devem se basear numa etnografia simétrica. Nessa ao contrário do que ocorre com a etnografia tradicional, onde volta-se o olhar principalmente para os humanos, deve-se considerar da mesma forma os humanos e não-humanos. Assim ao invés de seguir apenas as pessoas envolvidas no fenômeno de estudo (utilizando a técnica de *shadowing*) volta o olhar também para os objetos, enquanto esses performam uma ação relacionada ao fenômeno de estudo (por meio da técnica *following objects*).

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Dessa forma, a presente pesquisa vale-se das técnicas de *shadowing* e *following objects* para seguir os actantes do composto heterogêneo de turismo voluntário na Ilha de Deus, para tanto, vale-se de uma etnografia simétrica realizada na Ilha de Deus e em locais por onde os actantes de volunturismo circulavam. Dessa maneira, para realizar o estudo com duração de seis meses, a pesquisadora seguiu a sugestão de Alcandipani (2014) ao qual afirma que o acesso a campo pode ser facilitado caso o pesquisador ofereça algo em troca (relação de reciprocidade). Assim, ao realizar as observações do tipo participante, a pesquisadora atuou como voluntária na ONG Saber Viver, desenvolvendo atividades de educação ambiental junto as crianças da escolinha Saber Viver. O que facilitou ainda mais a atuação da pesquisadora, tendo em vista que a maior parte dos volunturistas também realizam trabalhos junto as crianças da ONG. E o contato com os pais das crianças auxilia a estabelecer contato com outros integrantes da comunidade além daqueles que desempenham atividades formais junto a respectiva ONG.

Deve-se destacar que os estudos de natureza etnográfica afiliados a TAR não se preocupam em estabelecer uma quantidade de pessoas ou não-pessoas a serem seguidas, isso porque vai a campo sem nenhuma predefinição (LATOURET, 2012). Mas preocupam-se em não basear suas narrativas nas práticas de um único actante, nesse caso a ONG Saber Viver e voltar-se para a diversificação de práticas e percepções que existem sobre determinado tema. Dessa forma, durante a realização do *shadowing/ following objects* notou-se a presença de três grupos fortemente atuantes na Ilha de Deus, além da ONG Saber Viver percebeu-se a influência da Ação Comunitária Caranguejo Uçá (ACCU) e do Grupo das Mulheres Poupadoras. Assim, durante a pesquisa procurou-se estabelecer conversas com representantes desses grupos, além desses, entrou-se em contato com pescadores, criadores de camarões, antigos moradores e com pessoas comuns da Ilha de Deus.

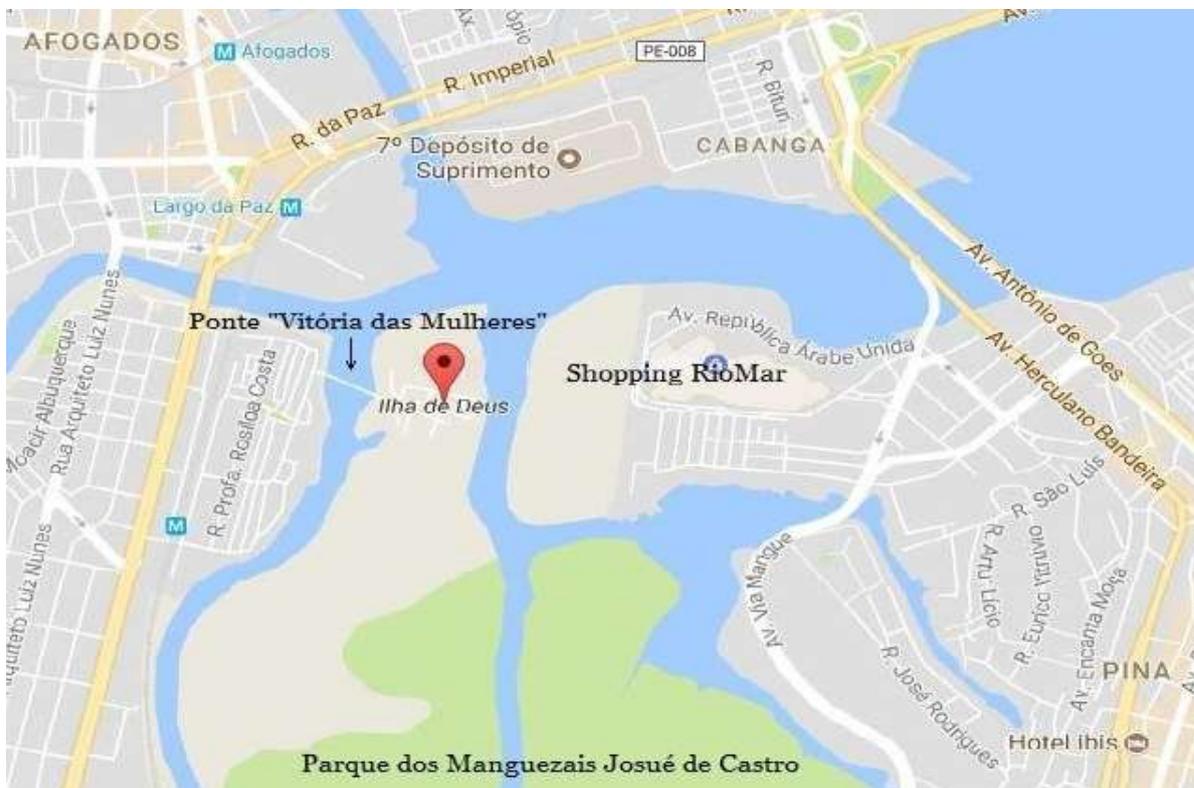
A pesquisa também utiliza levantamento documental tanto junto aos três grupos mais atuantes na comunidade, citados anteriormente, como aqueles relativos a órgãos públicos aos quais envolve ações junto a Ilha de Deus. Além desses foram utilizados os bancos de dados de jornais de Pernambuco, em especial, aqueles que constam na Hemeroteca Digital Brasileira no período de 1950 a 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## ILHA DE DEUS: HISTÓRIA DE CONSTITUIÇÃO

A Ilha de Deus localiza-se na zona sul de Recife, no bairro do Pina. A comunidade não é chamada de ilha por acaso, pois essa encontra-se numa região de manguezal que é cercada pelos rios Jordão, Pina, Capibaribe e Tejipló (**figura 1**).

**Figura 1: Localização da Ilha de Deus em Recife**



Fonte: Elaborado a partir do Google Maps (2017).

Próxima ao Parque dos Manguezais seu acesso por terra dar-se exclusivamente através da Ponte Vitória das Mulheres (conforme **figura 1**) a qual foi construída em 1986 e requalificada em 2012. Essa não comporta o trânsito de grandes meios de transporte como ônibus e caminhões, ficando reduzido a circulação apenas de veículos de passeio. Na **figura 1** acima é possível observar a localização da comunidade, percebendo a presença da ponte, do parque dos manguezais e do shopping RioMar. Atualmente a Ilha de Deus é habitada por aproximadamente 400 famílias, cuja atividade econômica principal é a pesca e cata de sururu.

A história da formação da comunidade da Ilha de Deus se inicia por volta de 1950, quando começa sua ocupação humana mais ampla. Segundo moradores da comunidade, a ocupação deu-se em decorrência da miséria vivida em seus locais de origem, assim, pessoas que habitavam municípios interioranos em condição de pobreza buscam a capital para melhorar de vida e, ao chegar em Recife, acabam por ocupar regiões alagadas (ou 'mocambos') e de encosta/ morros. Sendo mais atrativos os mocambos pela oferta de alimentos para subsistência e comércio. Mesmo com tentativas frequentes do poder público de retirar parte da população dos mocambos e morros há comunidades que desenvolvem um verdadeiro movimento de resistência.

A população desses locais vai aos poucos crescendo, as margens do rio, tendo que lidar com as cheias e aprendendo a conviver com o manguezal, retirando desse o seu sustento. Nem todos que ocupam inicialmente a Ilha de Deus são pescadores, mas acabam aprendendo o ofício ao conviver com o mangue e com os vizinhos.

A comunidade aos poucos começa a se organizar, em especial na década de 60, pois há um crescimento populacional, e para evitar que florescessem conflitos internos são formados grupos de moradoras. A partir dessa união alguns moradores ensaiam processos de reivindicação junto a órgãos públicos ainda pouco organizadas.

A realidade da comunidade começa a se modificar no final da década de 1970 e início dos anos 1980 quando há um aumento populacional exacerbado. Além da comunidade crescer, num local sem infraestrutura, ainda há a chegada de criminosos se aproveitando da localização isolada. Por ser um local de difícil acesso e afastado das autoridades alguns traficantes de drogas, contrabandistas, ladrões e até mesmo assassinos fugiam e iam se esconder na Ilha, todos sabiam que a polícia não

costumava passar por lá (notas de campo, 2017). A violência vivida na Ilha de Deus não passa despercebida da mídia, dessa forma, frequentemente o local aparece nas páginas policiais dos principais jornais de Recife, sempre associado a crimes.

No início dos anos 1980, a Ilha de Deus volta as páginas dos jornais, dessa vez em decorrência da poluição dos rios. As indústrias/ fábricas circunvizinhas aos rios passam a contaminá-los com despejo de dejetos. Além disso, o esgoto de bairros próximos a exemplo de Boa Viagem e Pina acabam por ser lançados em manguezais e a própria população da ilha e de comunidades vizinhas sem esgotamento sanitário também recorrem aos rios/ manguezais como local de despejo sanitário.

A situação enfrentada pela Ilha de Deus faz com que passe a ser conhecida como 'Ilha sem Deus', chamando ainda mais atenção da mídia para "um dos lugares mais miseráveis de Recife" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/05/1983). A Ilha ganha fama de local perigoso e miserável, habitado apenas por pessoas consideradas perigosas. A má fama do local torna mais difícil conseguir emprego no continente, toda a população da comunidade era vista de forma bastante negativa.

A divulgação da 'Ilha sem Deus' como um local perigoso e miserável chama atenção de políticos e de um grupo religioso. A atuação desse último na comunidade é considerada bastante significativa. Eles por meio de parceria com uma ONG criada na Alemanha por Frei Beda para financiar projetos sociais no Brasil, conseguem construir uma padaria-escola, creche/ escolinha e estruturar a criação de uma ONG denominada Saber Viver para desenvolver o empoderamento local, criação de horta comunitária, construção de algumas casas em alvenaria, auxílio na demanda para a construção de uma ponte ligando a ilha ao continente por meio do bairro da Imbiribeira.

Aos poucos as demandas relativas a melhoria da ilha vão sendo implementadas, em parte como consequência do trabalho dos religiosos e por outro devido ao fortalecimento do grupo de mulheres dentro da Ilha que passa a pressionar o Governo por melhores condições infraestruturais. Assim, de forma lenta serviços públicos como energia elétrica, construção da ponte/ passarela, escola, posto de saúde, fornecimento de água e esgotamento sanitário vão chegando a comunidade, transformando a 'Ilha sem Deus' na 'Ilha de Deus'. A atuação dos religiosos apoiando

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

as ações infra estruturais e desenvolvendo outras atividades de natureza educacional auxilia na redução dos índices de criminalidade do local.

Em 1995, por meio da lei nº 16.103/ 95, a comunidade passa a ser considerada pelo Governo do estado uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Isso porque a ilha agregava as seguintes características: I – uso habitacional; II – população com renda familiar média igual ou inferior a três salários mínimos; III – carência ou ausência de infraestrutura; IV – densidade habitacional não inferior a trinta residências por hectare; V – ser passível de urbanização. (RECIFE, 1996).

Ao ser enquadrada na categoria de ZEIS entra na programação do Governo para ser agraciada com projeto de requalificação urbana. Essa inicia suas atividades de requalificação participativa em 2007, tendo as primeiras obras entregues em 2009. Devido a mudanças políticas no Governo do estado, o projeto encerra suas atividades em 2014, sem ter todas as obras planejadas finalizadas, mas já tendo modificado substancialmente a estrutura da comunidade (notas de campo, 2017).

## **TURISMO VOLUNTÁRIO NA ILHA DE DEUS: HISTÓRIA DE SUA IMPLANTAÇÃO**

A formatação da Ilha de Deus enquanto destino voltado ao volunturismo dar-se como iniciativa de uma agente externa a comunidade. A ONG Saber Viver criada com o auxílio de um grupo de religiosos, e que sempre se mostrou bastante atuante na comunidade, utiliza o site ‘transforma recife’ para selecionar uma voluntaria.

De acordo com conversas informais realizadas na ONG foi dessa voluntária a ideia de entrar em contato com a AIESEC e de transformar um espaço inutilizado na sede da Saber Viver em *hostel* para receber volunturistas. A partir dessa ideia foi estabelecida por iniciativa da voluntária uma parceria entre a Saber Viver e AIESEC, em 15 de abril de 2015, para receber voluntários de vários países do mundo.

As negociações para realização dessa parceria não se mostraram complicadas. A AIESEC é uma entidade que costuma estabelecer esse tipo de parceira de forma

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

fácil, bastando preencher um cadastro no *site* da empresa e depois enviar por *e-mail* maiores informações sobre a ONG quando solicitado. A 'exigência' que eles fazem é de disponibilizar internet aos turistas, mas como a sala da diretoria da ONG funciona no mesmoprédio isso não foi problema, na sala há internet wifi. Após o envio do material é agendada uma visita dos representantes da AIESEC Recife para checar as instalações do ambiente receptor, e afinar possíveis detalhes, essa visita ocorreu em março/ 2015 e as instalações foram consideradas aprovadas (notas de campo, 2017). Em junho/ 2015 a Ilha de Deus já estava recebendo seu primeiro grupo de voluntários estrangeiros via AIESEC. A partir da chegada do grupo iniciam-se cursos de formação em línguas estrangeiras para a comunidade (notas de campo, 2017).

Os volunturistas se hospedam no *hostel* mediante pagamento de diárias cujo valor é de R\$ 30 reais, podendo ou não incluir as refeições, dependendo do acordo feito entre as instituições. No caso específico do primeiro acordo estabelecido entre a AIESEC e a Saber Viver, a diária era gratuita, sendo oferecida alimentação paga. Cada voluntário estabelece um acordo com a AIESEC e com a Saber Viver sobre a duração de seu trabalho que pode variar por um período de três semanas a um ano.

Ao chegar na ONG assina-se um contrato onde são estabelecidas as normas relativas ao trabalho e confirmam-se os dados pessoais dos voluntários, para facilitar a emissão do certificado de trabalho voluntário ao final. O voluntário também assina um contrato concedendo direito de imagem, pois conforme explica um representante da ONG "estamos sempre divulgando nossas ações em redes sociais [...] ai facilita o trabalho para não precisar ficar pedindo individualmente" (notas de campo, 2017).

Algo que chamou atenção da pesquisadora é como os voluntários-turistas se relacionam bem com membros da comunidade local, em especial com o grupo de dança da ONG Saber Viver, formado por jovens. Esses frequentemente teciam comentários acerca das amizades que tinham sido feitas com os voluntários-turistas, falando de situações em que haviam estabelecido contatos sociais com os voluntários. E dos convites que eram feitos para que esses jovens da Ilha de Deus fossem até a Europa ou outros estados do Brasil para visitá-los, alguns até oferecendo ajuda financeira para a realização da viagem. Isso foi notado com os volunturistas que

chegavam por meio da AIESEC e também aqueles que adquiriam pacotes da Volunteer Vacations (VV), outra agência parceira da Ilha de Deus.

Entre essas duas 'empresas' há grandes diferenças, enquanto a AIESEC constitui uma iniciativa voltada para a formação educacional e inserção no mercado de trabalho de jovens universitários ou de recém formados a VV é uma agência de volunturismo, trabalha especificamente com a venda de pacotes de turismo voluntário.

Formalmente o contrato estabelecido com a agência, na figura de uma das suas fundadoras com a ONG Saber Viver foi firmado em fevereiro de 2016. Ao contrário do que aconteceu com a parceria estabelecida com a AIESEC, onde pessoas relacionadas a ONG foram busca-la para estabelecer parcerias, houve um movimento contrário, uma representante da agência procurou a Saber Viver, inicialmente apenas para conhecer a ONG e depois para estabelecer contrato com a mesma.

A empresa VV encontra-se sediada no Rio de Janeiro e, surge no mercado turístico com a proposta de comercializar um novo tipo de turismo (volunturismo). Não apenas aquele baseado numa contemplação passiva, mas algo que transformasse a vida das pessoas, tanto daquelas que são ajudadas como das que ajudam, nos moldes de experiências como o médicos sem fronteiras (notas de campo, 2017). Para colocar em prática essa proposta os proprietários da agência procuram ao redor do mundo experiências enriquecedoras de trabalho voluntário realizadas junto a ONG's e comunidades, após localizar as iniciativas formam parcerias.

A formatação do roteiro ou das atividades realizadas é feita pela agência, essas podem acontecer a partir de uma imersão na comunidade onde o voluntário realiza por vários meses trabalho voluntário ou através das missões ou semanas nas quais o trabalho é voltado para uma ação específica com duração de um dia até uma semana.

Devido ao grande sucesso da agência pelo seu caráter inovador e em decorrência do perfil empreendedor dos seus sócios-proprietários, uma das proprietárias ganha o prêmio da Forbes Brasil 30 under 30 e outro é criador de programas televisivos de viagem, a agência vai aos poucos ganhando espaço e notoriedade na mídia (notas de campo, 2017). E como consequência dessa divulgação surgem convites para proferir palestras ao redor do país. Em um evento

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

realizado em Recife, uma antiga voluntária da ONG Saber Viver menciona a Ilha de Deus em conversa com uma das sócias-proprietárias. Afirmando ser essa uma experiência de viagem diferenciada. Ao ser convidada mais uma vez para realizar palestra dessa pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) e na Ilha de Deus, acaba conhecendo o trabalho que vinha sendo desenvolvido e estabelecendo parceria.

A princípio acompanha o cotidiano da ONG para pensar nos possíveis roteiros. Aos poucos formata os pacotes para que em março de 2016 chegassem os primeiros turistas voluntários via VV (notas de campo, 2017). Cabe notar que a VV ao contrário da AIESEC trabalha com turistas/ voluntários brasileiros e estrangeiros, já a AIESEC atua trazendo apenas turistas de países estrangeiros.

A VV apresenta processos mais elaborados do que a AIESEC. Enquanto a AIESEC deixa aberta as inscrições nos site para ONG's, empresas e voluntários a VV seleciona as iniciativas, não é qualquer ONG ou comunidade que pode simplesmente se inscrever. As ONG's e empresas passam pela extensa avaliação da equipe VV e essa não envolve apenas perceber se a ONG ou a comunidade possui infraestrutura para receber o voluntário há todo um acompanhamento por parte da VV.

Durante a realização das observações por vezes a pesquisadora se deparou com uma das sócias-proprietária da agência participando das atividades e acompanhando os volunturistas. Em alguns casos apenas quando os voluntários-turistas iniciam suas atividades (em programas de imersão mais longos), e em outros junto aos voluntários todo o tempo quando trata-se da realização de missão ou semana. No quadro 1 a seguir é possível observar uma missão (roteiro mais curto) que foi desenvolvido na Ilha de Deus no período de 06 a 08/10/2017. Essa foi oferecida aos volunturistas ao custo de R\$ 1.350 à vista com pagamento realizado até agosto/ 2017 ou R\$ 2.300 em 12 vezes sem juros, incluindo alimentação, hospedagem e traslado. O único serviço que não é incluso no pacote é o deslocamento do volunturista de sua residência até o aeroporto de Recife e seu retorno.

#### **Quadro 1: Itinerário da Missão VV na Ilha de Deus**

Sexta-feira (06/10/2017)	Sábado (07/10/2017)	Domingo (08/10/2017)
--------------------------	---------------------	----------------------

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<ul style="list-style-type: none"><li>• Ida para a sede da ONG;</li><li>• Recepção e almoço;</li><li>• <i>Tour</i> pela Ilha de Deus;</li><li>• Revisão de cronograma e apresentação de equipe;</li><li>• Jantar na ONG.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Café da manhã na ONG</li><li>• Oficina de maquiagem e fotografia com as mulheres da Ilha de Deus;</li><li>• Almoço na ONG;</li><li>• Aulas de dança com professor convidado para a comunidade;</li><li>• Jantar na ONG.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Café da manhã na ONG;</li><li>• Passeio de balsa na ilha;</li><li>• Almoço na ONG;</li><li>• Ida para o aeroporto</li></ul>
--	---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A elaboração do cronograma e das atividades é feita principalmente pela VV, mas há reuniões antes com a coordenação de projetos sociais e a presidente da ONG para pensam ações de forma conjunta, notou-se uma preocupação em explicar a intenção da ação/ missão e combinar com a ONG o que pode ser fornecido pela mesma. Além de combinar um valor para ser repassado para a ONG.

Outro aspecto que chamou atenção é a preparação que a agência faz do voluntário antes que esse chegue ao local. Essa é denominada de capacitação *online* VV, e consiste numa apresentação do local e de suas lideranças comunitárias aos voluntários via fóruns, *chats* e videoconferência. E assim a história da comunidade é contada e os trabalhos realizados pela ONG são apresentados. O objetivo é que o voluntário se familiarize mais com a comunidade e que observe as atividades desenvolvidas para escolher em qual delas mais se adequa (notas de campo, 2017).

## PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O VOLUNTURISMO

Ao seguir os caminhos que levam a constituição do turismo voluntário torna-se necessário também observar como a comunidade observa a implantação do volunturismo na Ilha de Deus. Dessa forma, através de conversas informais com representantes da comunidade e com moradores comuns da Ilha de Deus tornou-se possível perceber como o turismo é vislumbrado por membros da comunidade.

Quando a Ilha de Deus começa a ser visitada, naquele momento ainda não por volunturistas, mas por comunidade vizinhas, escoteiros, estudantes de arquitetura e ONG's até mesmo de outros estados nota-se uma clara sensação de orgulho por parte de alguns integrantes da comunidade que afirmam: “Antes as pessoas de fora tinham preconceito de entrar aqui na ilha, porque antigamente era muito violento. E agora mudou tudo, vem gente de fora para nos ver. [...] Como se aqui fosse um lugar turístico [...] E isso foi através do nosso esforço” (notas de campo, 2017). A mesma sensação tem-se ao receber os turistas, ou seja, visitantes que pernoitam no local com estadias extensas na comunidade, estabelecendo inclusive vínculos sociais.

A interação entre volunturistas e integrantes da ONG Saber Viver é ressaltada como positiva por membros da ONG, pois ajuda os jovens a entender as diferenças culturais que existem no mundo estimulando-os a estudar. “Os jovens tem a possibilidade de conviver com pessoas diferentes [...] a maioria dos voluntários são estudantes universitários, isso também incentiva nossos jovens a estudar mais [...] leva os jovens a querer entrar na universidade” (notas de campo, 2017).

Ao observar a Ilha de Deus como um ‘lugar turístico’ isso torna-se motivo de orgulho para membros da comunidade, que frequentemente enfatizam a mudança na maneira como a comunidade é vista. “Antigamente a comunidade era retratada de forma ruim [...] e hoje aparece em reportagens de jornal e televisão falando da nossa cultura e beleza [...] e tudo isso por conta do turismo” (notas de campo, 2017). Em outra colocação, dessa vez, de um pescador, a presença de jornalistas e até mesmo de ‘pessoas famosas’ como a atriz Fabiana Karla chamam sua atenção. “[...] já vi várias vezes repórter por aqui e até mesmo gente famosa da televisão [...] nunca imaginei que isso pudesse acontecer na comunidade” (notas de campo, 2017).

As reportagens citadas durante as conversas com integrantes da Ilha de Deus se referem a jornalistas que procuram a comunidade para noticiar sobre as iniciativas de turismo que estão sendo desenvolvidas no local, práticas turísticas que ainda são pouco exploradas em Pernambuco e até mesmo no Brasil como um todo.

O aspecto econômico é outro fator destacado. Os volunturistas acabam por consumir na Ilha de Deus, o que auxilia a comunidade. Apesar de estar bem longe de ser um turismo de massa, o pouco fluxo de volunturistas que chega a Ilha de Deus

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

amplia a circulação monetária no local, levando a ganhos financeiros. Esse fator foi citado por um comerciante local “ah eu gosto dessa chegada de turistas [...] alguns compram meus produtos [...] entra uma coisinha a mais” (notas de campo, 2017).

Isso é percebido com pescadores e criadores de camarão, que podem oferecer aos turistas a possibilidade de acompanhá-los em suas atividades tradicionais, levando até a um aumento na autoestima desses profissionais. “Teve um turista que saiu para pescar comigo [...], no início achei que ele não ia dar conta, mas fez tudo direitinho [...] mergulhou no rio, me ajudou com os pescados e depois ainda me deu um agrado” (notas de campo, 2017). Ainda no que se refere aos pescadores, o interesse em observar e participar de suas atividades diárias é motivo de orgulho “foi estranho o turistas querer aprender essas coisas [atividades de pesca], mas ensinei tudo [...] não podia negar esse pedido [...] acho importante as pessoas valorizarem nosso trabalho” (notas de campo, 2017). Outro grupo que pode se beneficiar economicamente com o volunturismo são as artesãs da Ilha de Deus, há inclusive uma cooperativa de mulheres artesãs na comunidade.

Mas cabe observar que esse benefício econômico não chega para toda a comunidade. Apenas um grupo restrito de moradores da Ilha de Deus usufruem do pouco dinheiro que é gerado por esse tipo de turismo, até porque a intenção dessa forma de turismo é trazer um fluxo reduzido de turistas para que a comunidade não seja afetada negativamente pela circulação de muitas pessoas no local.

Na comunidade nem todos observar de forma positiva o volunturismo. Houve relatos de moradoras da Ilha de Deus aos quais afirmam de forma negativa que “a comunidade está sendo invadida por estrangeiros” (notas de campo, 2017). Também há resistência de membros da comunidade a forma como o turismo é desenvolvido, com a presença de agentes externos que exploram a pobreza da comunidade ao invés de destacar seus aspectos positivos. “Acredito que um verdadeiro turismo comunitário seria aquele que destacasse as riquezas existentes na comunidade discutindo questões importantes relacionados a utilização dos rios de forma sustentável” (notas de campo, 2017), na visão do interlocutor o modelo de turismo que vem sendo desenvolvido explora a história de miséria da população sem inseri-la de fato no turismo, toda uma comunidade não pode ser representada apenas por uma ONG.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Além da crítica sobre a representatividade comunitária e ao modelo de turismo que é implantado questiona-se o impacto que as atividades desenvolvidas pelos volunturistas tem sobre a comunidade. Será que realmente traz melhoras? Por vezes, o auxílio dos volunturistas com aulas de idiomas junto as crianças e adolescentes afiliados a ONG Saber Viver, assim como, as atividades recreativas e de educação ambiental desenvolvidas não são ressaltados pela comunidade externa a Saber Viver. Apenas integrantes da ONG enfatizam o trabalho voluntário como positivo, outros membros da comunidade não observam as atividades como relevantes. Conclusão semelhante é apresentada por Freidus (2016), Carpenter (2015), Hammersley (2014), McGehee e Andereck (2008) aos quais não observam impactos relevantes das atividades realizadas pelos volunturistas a não ser na vida dos próprios volunturistas.

O desenvolvimento das atividades pelos voluntários é outro aspecto enfatizado. Nem sempre na ONG há pessoas qualificadas para dar suporte aos voluntários, isso leva a problemas de comunicação, pela diferença entre idiomas. Por vezes os volunturistas chegam a comunidade e tem bastante dificuldade em se comunicar com membros da ONG e com as crianças, tornando mais complicado o trabalho com as crianças (notas de campo, 2017). Em outra situação uma voluntária alemã afirma “eu achava que era diferente, pensei que quando chegasse aqui já ia ter as atividades prontas para aplicar, mas isso não aconteceu, nós temos que criar tudo” (notas de campo, 2017). Houve outras volunturistas que fizeram afirmações similares a essa.

O tempo e energia gastas com a elaboração dessas atividades por parte dos volunturistas é extensa, o que compromete sua experiência enquanto ‘turistas’ na comunidade, esse suporte é esperado, principalmente, por quem vai a Ilha de Deus através de pacotes adquiridos em agência de viagem. Mas torna-se complexo para a agência acompanhar de forma tão próxima as atividades realizadas pelos voluntários e dar-lhes o suporte necessário quando os pacotes tem duração mais extensa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da história de superação da comunidade frente as adversidades vividas é que torna a Ilha de Deus um local com a possibilidade de receber turistas. Caso no

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

local não tivessem ascendido lideranças empoderadas, que além de organizar a comunidade, exercem papel de destaque ao pressionar o poder público para a realização dos projetos necessários para a qualidade de vida da população não seria possível a implantação do turismo voluntário. Também deve-se destacar a função exercida pelo grupo de religiosos, que chega na comunidade quando a população passava por uma crise alimentar e, atua a princípio com assistencialismo (notas de campo, 2017) e, depois implanta cursos profissionalizantes, auxiliando no desenvolvimento de lideranças locais. Por trás da atuação dos religiosos na Ilha de Deus há uma sintonia com as ideias presentes na Teologia da Libertação.

É por meio desse movimento desencadeado pelo Teologia da Libertação que a ONG Saber Viver é formada e, apesar de desde sua fundação em 1983 mostrar-se atuante não é possível considerá-la como sendo a comunidade. Assim, torna-se necessário pensar em formas de integrar outros membros da comunidade ao turismo voluntário. Talvez por meio de um programa de hospedagem alternativa, onde a própria comunidade pudesse hospedar em sua casa os volunturistas.

Além disso, a difusão da imagem da Ilha de Deus como um destino miserável utilizando essa como atrativo é contestável eticamente. Mas essa percepção de exploração é vista por um pequeno grupo de moradores da comunidade, ao qual afirma sentir-se sozinhos, criticando algo que toda a comunidade aplaude (notas de campo, 2017). Apesar disso, seria correto não considerar a Ilha de Deus como uma comunidade carente? Ao observar os indicadores socioeconômicos do local, de fato pode-se situá-la como uma comunidade carente, no entanto, resumi-la a pobreza de sua população é um erro, há várias questões de natureza ambiental e cultural que podem ser apresentadas como atrativo e não o são. Em uma cidade como Recife, onde os rios apresentam um papel tão importante e dentro de uma comunidade cuja relação com os rios é tão próxima não discutir aspectos relacionados a gestão dos rios pode ser visto como uma falha na elaboração dessas experiências turísticas.

Outro aspecto bastante polêmico sobre o modelo de volunturismo que vem sendo implementado na Ilha de Deus é a sua associação a práticas comunitárias. Apesar de comumente a ONG Saber Viver denominar o turismo voluntário que vem sendo desenvolvido como um turismo de base comunitária será que realmente pode

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ser classificado dessa forma? Em várias situações mostrou-se que as decisões relativas a elaboração de atividades e roteiros, além da comercialização são realizadas por agentes externos. A própria ideia da formação do turismo voluntário na comunidade parte de um agente externo. Apesar da ONG Saber Viver participar de decisões relativas ao planejamento do turismo voluntário e de ter uma participação econômica nesse, seria possível afirmar que a ONG representa toda a comunidade?

A despeito dos descaminhos tomados pela iniciativa de volunturismo na Ilha de Deus não se pode negar que a mesma trouxe vários benefícios para a comunidade, em especial no que se refere a divulgação de uma nova imagem, distante daquela formada nos anos 80. O orgulho sentido ao receber turistas é outro fator bastante positivo, é comum valorizar-se mais aquilo que é valorizado pelo turista. Outro acerto é trabalhar com um turismo de baixo impacto, com a presença de um fluxo reduzido para não afetar significativamente o cotidiano da comunidade, mas a falta de representatividade de outros membros consiste num problema sério que não permite denominar essa iniciativa como um verdadeiro turismo de base comunitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, R. Confissões etnográficas: fracassos no acesso a organizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. V.1, n.1, pp. 64-87, 2014.

BANDYOPADHYAY, R.; PATIL, V. 'The 817esea woman's burden'. **Tourism Geographies**. V. 19, n. 4, pp. 644 – 657, 2017.

CALLANAN, M.; THOMAS, S. Volunteer tourism. In NOVELLI, M. (ed.). **Niche tourism: contemporary issues, trends and cases**. Oxford: Routledge, 2005.

CARPENTER, K. Childhood studies and orphanage tourism in Cambodia. **Annals of Tourism Research**, v. 55, pp. 15 – 27, 2015.

CONRAN, M. They really love me! Intimacy in volunteer tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, pp. 1454 – 1473, 2011.

CZARNIASWKA, B. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research and Management**. V. 3, n. 1, pp. 4 – 20, 2008.

\_\_\_\_\_. **Shadowing and other techniques for doing fieldwork in modern societies**, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3eA8Vkl5MHI>>

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Acesso em 10 fev. 2018.

FRANKLIN, A. The tourism ordering. **Civilisations**. V. 58, pp. 25 – 39, 2008.

FRAZER, R.; WAITT, G. Pain, politics and volunteering in tourism studies. **Annals of Tourism Research**, v. 57, pp. 176 – 189, 2016.

FREIDUS, A. L. Unanticipated outcomes of voluntourism among Malawi's orphans. **Journal of Sustainable Tourism**, 2016. DOI: [10.1080/09669582.2016.1263308](https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1263308)

HAMMERSLEY, L. A. Volunteer tourism: building effective relationships of understanding. **Journal of Sustainable Tourism**. V. 22, n. 6, pp. 855 – 873, 2014.

IBGE. Agência de notícias: **Voluntariado aumentou em 840 mil pessoas em 2017**, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20913-voluntariado-aumentou-em-840-mil-pessoas-em-2017.htm>> Acesso em 18 abr. 2018.

KITNEY, S.; STANWAY, A. R.; RYAN, M.M. Volunteer tourism motivations of the Marine Conservation Cambodia Project. **Current Issues in Tourism**, 2016. DOI: [10.1080/13683500.2016.126927](https://doi.org/10.1080/13683500.2016.126927)

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reagregando o social**. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

LEE, C-K; REISINGER, Y.; KIM, M. J.; YOON, S. The influence of volunteer motivation on satisfaction, attitudes, and support for mega-event. **International Journal of Hospitality Management**. V. 40, pp. 37 – 48, 2014.

McGEHEE, N. G.; ANDERECK, K. Volunteer tourism and the 'voluntoured': the case of Tijuana, Mexico. **Journal of Sustainable Tourism**. V. 17, n. 1, pp. 39 – 51, 2009.

NASCIMENTO, R. C. do. Turismo e Voluntariado. **Turismo em Análise**. V. 23, n. 2, pp. 265 – 285, 2012.

PALACIOS, C. M. Volunteer tourism, development and education in postcolonial world. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 18, n. 7, pp. 861 – 878, 2010.

PAN, T-J. Personal transformation through volunteer tourism: the evidence of 818esea. **Journal of Hospitality & Tourism Research**. V. 41, n. 5, pp. 609 – 634, 2017.

PARK, J. H. Cultural implications of international volunteer tourism. **Tourism Geographies**, 2017. DOI: [10.1080/14616688.2017.1387810](https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1387810)

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

PRINCE, S. Working towards sincere encounters in volunteer tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, 2017. DOI: [10.1080/09669582.2017.1297450](https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1297450)

RECIFE. **Lei nº 16.103 de 20 de outubro de 1995.**

Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/>> Acesso 20 jan. 2017.

SIN, H. L. Volunteer tourism: “Involve me and I will learn”. **Annals of Tourism Research**, v. 36, n. 3, pp. 480 – 501, 2009.

STANTON, H. TEFL tourism: the tourist who teaches. **Tourism Geographies**, 2016. DOI: [10.1080/14616688.2017.1298151](https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1298151).

STEELE, J.; DREDGE, D.; SCHERRER, P. **Monitoring and evaluation practices of volunteer tourism organisations.** Journal of Sustainable Tourism. V. 25, n. 11, pp. 1674 – 1690, 2017.

THEERAPAPISIT, P. Pro-poor ethnic tourism in the Mekong. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**, v. 14, n. 4, 2009.

TOMAZOS, K.; BUTLER, R. Volunteer tourists in the field: a question of balance? **Tourism Management**. V. 33, pp. 177 – 187, 2012.

URRY, J. **O olhar do turista.** São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

ZAHRA, A.; McGEHEE, N. G. Volunteer tourism: a host community capital perspective. **Annals of Tourism Research**, v. 42, pp. 22 – 45, 2013.

WEARING, S.; McGEHEE, N. G. Volunteer tourism: a review. **Tourism Management**, v. 38, pp. 120 – 130, 2013.

WORLD GIVING INDEX 2017. **A global view of giving trends**, 2017.

Disponível em: <[https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-publications/cafworldgivingindex2017\\_2167a\\_web\\_210917.pdf?sfvrsn=ed1dac40\\_10](https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-publications/cafworldgivingindex2017_2167a_web_210917.pdf?sfvrsn=ed1dac40_10)>

Acesso em 25 maio 2018.

WORLD GIVING INDEX 2011. **A global view of giving trends**, 2011.

Disponível em: <[https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-publications/world\\_giving\\_index\\_2011\\_191211.pdf?sfvrsn=7215f440\\_4](https://www.cafonline.org/docs/default-source/about-us-publications/world_giving_index_2011_191211.pdf?sfvrsn=7215f440_4)>

Acesso em 25 maio 2018.

WU, D. C.; FU, H.; KANG, M. Why volunteer teaching tourism? Empirical evidence China. **Asia Pacific Journal of Tourism Research**. V. 23, n. 2, pp. 109 – 120, 2018.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Clebia Bezerra da Silva

Wagner Araújo Oliveira

### RESUMO

O objetivo central do presente artigo é compreender como se dá a relação das unidades de conservação e o turismo de modo a propiciar a inclusão social das populações tradicionais. Os procedimentos metodológicos consistiram em uma abordagem teórica-metodológica, baseada numa análise qualitativa, na qual se caracteriza como sendo uma pesquisa exploratória, na qual foi realizada uma revisão da literatura afim de discutir o objeto proposto. A criação de unidades de conservação é uma política pública da natureza que tem como objetivo garantir a conservação e manutenção dos recursos naturais, porém a sua implementação e gestão tem gerado muitos conflitos, parte desses estão relacionados diretamente com a privação dos direitos das populações tradicionais, conflitos de usos dos territórios, como também o desenvolvimento de suas atividades. Sendo assim, percebe-se a importância da discussão do desenvolvimento do turismo em unidades de conservação como uma alternativa de promoção de inclusão social e, para que isso aconteça são necessários a criação de mecanismos que permitam em que as populações tenham condições de trabalhos, formação cidadã e participação social, além de garantir o reconhecimento e valorização de seus aspectos históricos e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Área Protegida. Turismo. Conflito. Gestão Participativa. Populações Tradicionais.

### ABSTRACT

The main objective of this article is to understand how the relation of protected areas and tourism is given in order to promote the social inclusion of the traditional communities. The methodological procedures consisted of a theoretical-methodological approach, based on a qualitative analysis, in which it is characterized as an exploratory research, in which a review of the literature was carried out in order to discuss the proposed object. The creation of protected areas is a public policy of nature that aims to guarantee the conservation and maintenance of natural resources, but its implementation and management has generated many conflicts, some of which are directly related to the deprivation of the rights of traditional communities, conflicts of use of the territories, as well as the development of their activities. Thus, the importance of discussing the development of tourism in protected areas as an alternative to promote social inclusion is apparent and, for this to happen, it is

necessary to create mechanisms that allow the populations to work, social participation, in addition to ensuring the recognition and appreciation of its historical and cultural aspects.

**KEYWORD:** Protected Area. Tourism. Conflict. Participative Management. Traditional Communities.

## INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (Ucs) estão cercadas de debates sobre a melhor forma de fazer com que esses espaços dialoguem com as questões ambientais, socioculturais econômicas e políticas, uma vez que muitos conflitos surgem com sua criação, sejam com latifundiários, grupos madeireiros, porém, esses com condições de empreender um embate para defender seus interesses. Ao contrário das populações tradicionais, que só há pouco tempo vem se empoderando dos seus direitos de recursos tradicionais, e que ainda se veem privadas de seu território que passa a ser também do turismo, que é colocado como das alternativas de uso para esses espaços institucionalizados devido sua capacidade de promover a paz mundial e contribuir positivamente para as causas ambientais.

No Brasil as diretrizes sobre as unidades de conservação são dadas pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Snuc), o qual divide as Ucs em categorias, o que vai influenciar diretamente nos usos possíveis – intervenção humana, o que também pode incluir ou excluir as populações tradicionais de seu território e orientar que tipo de atividades turísticas podem ser feitas.

Dentre os objetivos do Snuc está o de “favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (BRASIL, 2000). Eles fazem relação tanto ao turismo como às populações tradicionais, o que já aponta para inclusão dessas populações à atividade turística desenvolvidas nas Ucs e em demais atividades como um todo. Mesmo assim, por vezes essas Ucs são criadas com pouca ou nenhuma participação dessas populações, o que gera conflitos, pois para elas ficam as

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

restrições ao uso do local e o cumprimento de normas (DIEGUES, 2001). E, quanto ao turismo, se não planejado participativamente, deixa a desejar nos benéficos às Ucs e às populações tradicionais.

Então, como as Ucs podem desenvolver o turismo e ao mesmo tempo incluir as populações tradicionais nessa atividade? Como compatibilizar a forma de ser e viver dessas populações com as Ucs e turismo em uma relação harmônica? A partir desses questionamentos, o presente trabalho busca compreender sobre como se dá a relação das unidades de conservação e o turismo de modo a propiciar a inclusão social das populações tradicionais.

A relevância do debate sobre esse tema é encontrada em publicações como as de Irving (2015, 2010), Silva (2010), Sancho (2007), Diegues (2001), (Hall, 2001), dentre outras que dão suporte a discussão aqui feita.

Para a estrutura metodológica utilizou-se uma abordagem teórico-metodológica baseada numa análise qualitativa dos dados, e de uma pesquisa exploratória, ou seja, revisão de literatura instrumentalizou a discussão desenvolvida no artigo, de modo que se possibilitassem algumas ponderações sobre o objetivo proposto (LAKATOS; MARCONI, 2011).

## **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ORIGENS E CONFLITOS**

Em um contexto mundial, as discussões sobre os conflitos ambientais têm início com o Clube de Roma, Conferência de Estocolmo (décadas de 1960 e 1970). Desse momento em diante, os problemas ambientais passam a ser tratados como conflitos socioambientais – uma vertente dos conflitos sociais, pois há forma diferentes de se pensar o uso dos recursos. Vela a ressalva que os conflitos não são apenas negativos, pois do embate entre diferentes grupos pode surgir uma outra forma de se pensar o uso dos recursos (BRITO, 2008). Mas vale destacar que os conflitos não se dão apenas entre o Estado representado pelas Ucs, mas também entre entes do próprio Estado sobre as Ucs como no caso exposto por Faleiro (2002) onde ele mostra as posições contrárias entre Ibama e Funai sobre a ocupação do Monte Pascoal pelos índios Pataxó, por sua vez intermediada pelo Ministério Público.

Esses conflitos ambientais vão se reproduzir nas Ucs (a nível mundial chamadas de áreas protegidas) eram criadas para deixar aquela parte da natureza intocada, como se aquele local fosse sagrado e que nunca teve influência humana, assim deveria permanecer, ou seja, uma visão mítica, romantizada da natureza, pois não existe a natureza em estado puro – sem alteração humana (DIEGUES, 2001).

A partir da década de 1930, o Brasil passa a instituir políticas de proteção à natureza, a implementação de Ucs, com forte influência de visão preservacionista, inspirado no modelo norte-americano (natureza intocada). Isso ocasionou muitos conflitos socioambientais, pois a princípio não poderia haver presença de humana (moradores) nessas Ucs. Porém, houve mudanças conceituais e das perspectivas na criação e gestão das Ucs para um entendimento de que elas só teriam sentido e objetivos amplamente atendidos com a elevação da qualidade de vida de suas populações locais e tradicionais (residentes ou do entorno, ou de área de influência direta), ratificando os direitos delas e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, e que em seu planejamento fosse respeitado a diversidade dos grupos étnicos e os conhecimentos e habilidades deles fossem utilizados para e nas tomadas de decisões que deveriam ser de forma conjunta com todos os envolvidos diretamente com o local, ou seja, saindo de uma visão puramente preservacionista para conservacionista (IRVING, 2015; VALLEJO, 2003). Contudo, isso também não foi e ainda é suficiente para acabar com os conflitos existentes nesses espaços.

Para Diegues (2001) dentre os conflitos que as Ucs podem gerar está o da expulsão dos das populações tradicionais indígenas ou não de seus territórios, os quais vivem em diversos ecossistemas frágeis, normalmente os alvos para a criação de Ucs. A título de exemplo no Estado de São Paulo dados do Instituto Florestal mostrou que existiam populações tradicionais em 73% das Ucs restritivas de grande porte (ARRUDA, 1999, p. 80).

As Ucs beneficiam as populações urbanas, corroborando uma visão antropocêntrica (a natureza deveria ser preservada para o homem e não por ela em si). Isso mostra o descaso com que essas populações tradicionais são tratadas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Com relação as populações não tradicionais, mas que tem relação com as Ucs, e que não são objeto desse estudo, os conflitos estão voltados mais às questões de desapropriações.

As populações urbanas vão utilizar esses espaços através do turismo, o que é algo benéfico pois é uma atividade que contribui para a sensibilização ambiental, trocas culturais, ganhos econômicos, dentre outros. Porém, nem sempre isso acontece, e as Ucs acabam sendo usadas de maneira indiscriminada sem que o turismo contribua positivamente para o local, quer seja nos aspectos ambientais, quanto sociais e culturais, restringindo-se apenas aos econômicos e para os grandes empresários. Sendo assim, mais um elemento a ser considerado nessa relação de inclusão entre Ucs e populações tradicionais.

As Ucs no Brasil são divididas em dois grupos: a) unidades de conservação de proteção integral – estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, refúgio de vida silvestre e b) unidades de conservação de uso sustentável – área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000). Sendo as de proteção integral as que apresentam maiores restrições à presença humana nesses espaços.

Em 1988 a *International Union for Conservation of Nature* – IUCN reconheceu a necessidade do estabelecimento de UC, bem como a de integrar a gestão delas, e pediu a cada governo nacional para instaurar redes de colaboração entre as populações e o Estado para que haja uma relação integrada entre o meio natural e a sociedade para poder assegurar um melhor resultado (FOURNIER; PANIZZA, 2003), corroborando um aspecto fundamental para o planejamento do turismo também., o qual é uma tarefa complexa devido aos vários aspectos (como sociais, ambientais, econômicos, dentre outros) que devem ser compatibilizados, assim como turismo que é o produto da inter-relação entre pessoas, vivências e seus serviços, que teve e tem várias abordagens de planejamento dentre elas o planejamento turístico estratégico participativo com base em princípios sustentáveis (HALL, 2001).

Para que as Ucs contribuam para a conservação da natureza em harmonia e de forma ética com o homem faz-se necessário repensar a forma como elas são

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

criadas e geridas e, compreender o que faz com que um grupo social seja considerado uma população tradicional, entendidos aqui como a mais prejudicada nesses processos de criação de Ucs.

## **POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: RELAÇÃO COM O TURISMO**

Silva (2010, p. 85) explicita o seguinte entendimento do que são populações tradicionais, sendo “aquelas que por décadas, séculos ou mesmo milênios, desenvolveram e ainda mantêm processos de adaptação a ambientes muito particulares, utilizando uma tecnologia simples, mas eficiente, e praticando uma cultura mítico-religiosa igualmente fundamentada no meio em que vivem”.

Assim, percebe-se que o Brasil, com sua vasta área e cultura e diversos ecossistemas, vai apresentar culturas também diversas que são consideradas como tradicionais, a exemplos dos povos indígenas (que vivem em áreas que não são Ucs), e as populações tradicionais não indígenas, que estão mais ligadas às questões das Ucs e que surgem da miscigenação do branco colonizador, o indígena e o negro, que deram origem a babaçueiros, açorianos, caipiras, caiçaras, jangadeiros, quilombolas, ribeirinhos amazônicos, ribeirinhos não amazônicos, sitiantes, sertanejos, praeiros, pastoreiros, pantaneiros, pescadores artesanais e outras variantes. O isolamento dessas populações fez com elas desenvolvessem modos de vida próprios, dentre outros aspectos, com dependências dos ciclos naturais, desenvolvessem tecnologias e conhecimentos, linguagem, mitos dentre outros aspectos que lhe fazem possuir diversificado patrimônio cultural (DIEGUES, 2001), ou seja, de acordo com a cultura de cada povo a forma de utilizar a natureza será diferente.

Nota-se a importância do meio ambiente na qualificação de uma população como tradicional ou não. O que faz com que os processo de criação de Ucs atendam às necessidades dessas populações que são tidas, numa perspectiva antropocêntrica, como inferiores, logo podem ser desconsideradas do processo, porém, e sem cair no mito do bom selvagem, muitas dessas populações contribuíram para a conservação dos locais que agora são-lhes retirados. Como posto por Lévi-Strauss (2009, p. 18):

“Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura?”. Não se tem, até agora, um consenso sobre isso. Mas, caso específico dessa discussão, questiona-se: até quando os tomadores de decisões sobre a criação de Ucs vão perceber que a relação intrínseca de natureza e cultura é basilar para as populações tradicionais?

Para entender as populações tradicionais é necessário compreender o que vem a ser territorialidade, que segundo Little (2004, p. 253) é o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’[...]”. Assim, a territorialidade tem importante contribuição para a formação dos grupos sociais, à medida que esses vão interagindo com a natureza, além das interações entre si e com os outros, vão constituindo sua identidade, cultura, ideologia, história, saberes. Como por exemplo, as populações tradicionais de pescadores que fazer marcação que é “uma das instâncias em que se contrói, se expressa e se atualiza a territorialidade dos pescadores” (MALDONADO, 1993, p. 97). É uma prática social dos pescadores que contribui para a gerenciamento dos recursos pesqueiros e o seu fazer no mar, investida de tecnologias e saberes próprios.

Uma questão que contribui para a perda de seu território pelas populações tradicionais está no fato da não posse legal das suas terras, pois tirando o espaço destinado à habitação da família, o restante é de uso coletivo. Deste modo, além de terem seu território transformado em Ucs, as populações tradicionais ainda têm que conviver com uma leva de visitantes que chegam para ver os “nativos e conhecer seu modo de vida”.

Além disso, há ainda a utilização das populações tradicionais, o “bom nativo” como atrativo para os visitantes, conforme Bailey (1992, p. 208 apud DIEGUES, 2001, p. 96) “Freqüentemente se permite que as populações nativas (indigenous) permaneçam nas áreas protegidas desde que continuem ‘tradicionais’ um termo utilizado pelos fazedores de política sem consulta ou sem conhecimento histórico extensivo dessas mesmas populações”, o que o autor entende e concorda-se que esse posicionamento reforça a ideia de primitivismo, em que essas populações tem que permanecer imutáveis, mesmo que o mundo ao seu redor se transforme a cada instante.

Esse tipo de pensamento vai contra os princípios de turismo e da dignidade humana, mas infelizmente presente no agir de alguns dos atores dessa relação conflituosa formada pelo tripé: Ucs, populações tradicionais e turismo.

Somando-se ao contexto supracitado, nos anos 80 surgem vários conceitos de turismo que têm como base a viagem com motivação no contato com a natureza. Independente da nomenclatura utilizada, o turismo com motivação na natureza, que foi inserido dentro dos objetivos das Ucs, também surgiu a partir dos debates sobre o desenvolvimento sustentável, no século XX. O termo mais utilizado para se referir a esse tipo de turismo é o ecoturismo, que segundo The International Ecotourism Society (1993) é uma viagem responsável para áreas naturais que contribua para a conservação do meio ambiente e promova o bem-estar das populações locais.

Esse segmento do turismo demonstra preocupação em oferecer serviços ecologicamente responsáveis dentro dos princípios de desenvolvimento sustentável, pois ele possibilita o retorno ao paraíso sendo as Ucs os principais locais para a sua prática (AOUN, 2003; RODRIGUES, 2003). Entretanto, o prefixo eco está sendo utilizado como um selo de comprometimento com as causas ambientais, com um sentido moralizante, fugindo, às vezes, do real comprometimento e sentido do conceito. E, as consequências que o propalado ecoturismo vem trazendo a algumas áreas contradizem totalmente com o real significado do termo (RODRIGUES, 2003; TAKAHASHI, 1987; YÁZIGI, 1998).

A divulgação de áreas pouco conhecidas, como as Ucs, tanto no sentido científico como cultural e com características cênicas únicas, sem levar em consideração as consequências negativas provenientes de uma utilização não planejada, ou planejada e não implementada é algo que merece atenção tanto para evitar impactos ao meio ambiente como as populações tradicionais.

Os benefícios relacionados às populações e comunidades das Ucs, provenientes do turismo são: melhorias na infraestrutura, geração de emprego e renda, resgate e trocas culturais, melhoria da qualidade de vida, dentre outros. Porém, a depender de como a Ucs planeja essa atividade e como essas populações vão ser inseridas, esses benefícios podem não existir pois a infraestrutura pode

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

descaracterizar o local, os empregos serão subempregos que não contribuem para a dignidade humana, inflação, perdas culturais.

## **INCLUSÃO SOCIAL E GESTÃO PARTICIPATIVA NO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Em se tratando de inclusão social é pertinente fazer alusão o que a autora Irving (2010) afirma que a promoção de inclusão social está diretamente ligada a formação de uma consciência crítica e cidadã na sociedade que contemple aspectos relacionados a educação, a ética, a solidariedade a responsabilidade nas ações e no compromisso com os direitos e interesses coletivos, de forma que o cidadão passe a assumir um papel central e decisivo, ao lado do poder público, no processo de desenvolvimento do país.

Ainda sobre isso, Irving (2010) reafirma que nessa lógica, o compromisso de inclusão social pressupõe a articulação de políticas econômicas, sociais e também ambientais, integrando questões relacionadas à inserção (ou reinserção) no mercado e ao fortalecimento da noção de cidadania e dos espaços de participação social, de maneira a possibilitar a minimização dos processos que levam a desigualdade social. E para tal, o ponto de partida parece ser o reconhecimento de que o conflito faz parte das sociedades humana e que, se este não for explicitado, radiografado e discutido, não será possível uma construção de políticas públicas consistentes, baseadas na realidade e nas dinâmicas sociais a ela associadas.

### **Quadro 1: Dimensões para interpretação da inclusão social no turismo**

<b>DIMENSÕES</b>	<b>TEMAS DE ANÁLISE</b>
<b>Política</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formação cidadã no sentido de adquirir condições efetivas para participar e se fazer representar na esfera política</li><li>• Espaço para o exercício dos direitos e deveres do cidadão</li><li>• Descentralização de poder e das ações por parte dos órgãos governamentais</li><li>• Acesso ao processo de tomada de decisão por todos os atores sociais envolvidos no desenvolvimento do turismo.</li></ul>

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>Cultural</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Reconhecimento, valorização e fortalecimento das tradições, aspectos e costumes da população residente nos destinos turísticos;</li><li>• Proteção e conservação do patrimônio histórico artístico cultural das destinações turísticas</li></ul>
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conservação dos recursos renováveis;</li><li>• Acesso a visão coletivo do patrimônio natural</li><li>• Incentivo a adoção de práticas sustentáveis de conservação dos recursos não renováveis</li></ul>
<b>Social</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalecimento/melhoria das relações sociais;</li><li>• Prevenção/combate aos problemas sociais gerados pelo turismo (violência, tráfico de drogas, prostituição, exploração sexual infantil e etc.);</li><li>• Prevenção contra exploração de turistas</li></ul>
<b>Humano</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acesso a oportunidades de se fazer turismo</li><li>• Educação como meio de inserção no mercado de trabalho</li><li>• Acessibilidade a novas tecnológicas</li><li>• Acesso aos meios de créditos</li><li>• Investimento na melhoria das infraestruturas básicas e turísticas</li></ul>
<b>Trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento da oferta de empregos;</li><li>• Emprego reconhecimento pela legislação</li><li>• Estabilidade nos postos de trabalho</li></ul>

Fonte: Elaboração própria adaptado da fonte de Sancho (2007) e Irving (2010).

Assim, para se pensar mecanismos futuros para a avaliação de políticas públicas de proteção da natureza, em sua vertente de inclusão social, algumas dimensões de análise precisam ser consideradas, como visto no Quadro 1. Sancho (2007) e Irving (2010) abordam a temática da exclusão social como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura de vínculos, em quatro dimensões e perspectivas da existência humana em sociedade: trabalho, social, política e cultural. A vulnerabilidade do trabalho recai sobre o aumento do desemprego, do emprego precário e da instabilidade a ele associada. Com relação à dimensão social, há a ruptura e/ou fragilização das relações familiares, de vizinhança e no interior do grupo social, levando o indivíduo ao isolamento e a solidão. Na dimensão política, as trajetórias envolvidas se baseiam na precariedade no acesso e no exercício dos direitos de cidadão e na impossibilidade de participação e representação na esfera pública. Na dimensão cultural, exclusão se caracteriza pela indiferença, discriminação e pelo não reconhecimento dos costumes e tradições

culturais de um determinado grupo social. Além dessas dimensões, a interpretação do tema exclusão/inclusão social requer ainda uma nova leitura sob a perspectiva das dimensões ambiental e simbólica.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da atividade turística em Ucs pautado no planejamento adequado e com devida organização pode se constituir em relevante alternativa para a conservação da biogeodiversidade, promoção da inclusão social e redução da pobreza na sociedade contemporânea. Quanto ao planejamento e o desenvolvimento do turismo em Ucs, é importante que seja pautada nos princípios da participação e inclusão social, de forma democrática e descentralizada, incluindo os diferentes atores sociais nos processos de tomadas de decisões.

Dessa forma, as populações tradicionais no entorno e no interior das Ucs têm a chance de uma inclusão social, através de sua inserção nas atividades ligadas ao turismo. Nesse sentido, é indispensável uma gestão eficiente vinculado a parcerias públicas e privadas visando proverem a infraestrutura necessária para que realmente possam influenciar de maneira positiva nas condições de vida dessas populações. O turismo, organizado pela cooperação e sinergia entre os atores sociais, produz um valor social agregado intangível. É uma oportunidade de fortalecer as relações entre as pessoas que moram e convivem em uma mesma região. Elas têm a possibilidade de se mostrarem como realmente são, podendo relatar seus costumes, valores e sua história, e ainda agregar renda pela venda de serviços (MIELKE, 2009).

As comunidades e suas organizações políticas vinculado com o desenvolvimento do turismo vêm discutindo qual são suas contribuições e a dos parceiros da sociedade civil no processo de gestão e consolidação das Ucs. Os resultados desse debate foram compilados por Abreu e Pinheiro (2012) citado por Queiroz Silva, no Seminário de Reflexão sobre a Categoria RESEX (WWF-BRASIL, 2008), destacando as seguintes contribuições (Quadro 2):

---

#### **Quadro 2: Contribuição de cada entidade na gestão de UC**

---

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

<b>COMUNIDADE DA UC</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fortalecer a associação local, por meio de assembleias, encontros, oficinas e reuniões;</li><li>• Vigiar e zelar o patrimônio natural da UC;</li><li>• Manter as atividades produtivas e extrativistas com qualidade e de acordo com o Plano de Manejo;</li><li>• Oportunizar a capacitação do seu capital social;</li><li>• Participar das discussões sobre o Plano de Gestão e constituição do Conselho Gestor; e</li><li>• Informar-se sobre as políticas previstas para a UC</li></ul>
<b>ASSOCIAÇÃO LOCAL</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Representar os interesses das comunidades da UC;</li><li>• Identificar as demais entidades e estabelecer parcerias;</li><li>• Indicar as entidades para composição do Conselho Gestor;</li><li>• Acompanhar e opinar sobre a elaboração do Plano de Gestão da UC;</li><li>• Cobrar do órgão gestor a implementação das políticas previstas para a UC;</li><li>• Participar de eventos formativos e de intercâmbios; e</li><li>• Propor projetos/ convênios para seu fortalecimento institucional e extrativista/ produtivo;</li></ul>
<b>ENTIDADES PARCEIRAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Oportunizar a formação das lideranças de base e intercâmbios;</li><li>• Denunciar os descasos, violações de direitos civis, de posse da terra e cobrar a implementação das políticas previstas para a UC;</li><li>• Indicar oportunidades de captação de recursos para projetos de fortalecimento institucional e extrativista/ produtivo;</li><li>• Se fizer parte do Conselho Deliberativo, colaborar com as discussões da UC; e</li><li>• Apoiar as lideranças (Diretoria) da associação local</li></ul>

Fonte: Elaboração própria compilada por Abreu e Pinheiro (2012) citado por Queiroz Silva

Na gestão participativa das Ucs é preciso o envolvimento sistemático dos agentes sociais na tomada de decisão, mas esse processo é complexo e exige responsabilidade e interdependência dos envolvidos (AIRES; IRVING, 2006). De forma mais direta pode-se afirmar que uma gestão participativa garante sucesso quando gera impactos que atendam simultaneamente a interesses ecológicos e sócio-econômico-culturais.

Os processos participativos, além de serem diretrizes legais, são fundamentais para que os projetos desenvolvidos com comunidades habitadas em Ucs alcancem seus resultados com eficácia. Entretanto, a sua prática é um desafio. O diálogo de qualidade, que poderia ser alicerce para a qualificação da participação é muitas vezes

desconhecido em seu significado e potencialidade. Caso a participação e o diálogo fossem instaurados, desde o início do processo de criação das Ucs, talvez alguns dos graves conflitos que lhes são comuns, tais como: desmatamento criminoso, disputa de territórios, invasões ilegais, violência contra ambientalistas, pudessem ser amenizados, incluindo conflitos socioambientais comuns ao turismo. Neste caso, todas as ações contemplariam, implicitamente, a variável da legítima participação, com a aprendizagem social e o empoderamento comunitário (MINARI; RABINOVICI, 2014).

A interferência humana apresenta profunda complexidade quando se trata de manejo em áreas com exuberância de recursos naturais. As comunidades tradicionais apresentam uma interação maior com esse meio, diferente das urbanas, que cada vez mais estão se distanciando desse ambiente. A interferência ocorre em maior ou menor intensidade. As populações tradicionais desempenham um papel de fundamental importância para a preservação da diversidade ecológica. Respeitando sem dúvida, a diversidade cultural existente formando uma nova aliança entre homem e natureza (DIEGUES, 1993).

No tocante, ao processo de criação e gestão das Ucs sem a devida preocupação com a realização de estudos que leve em consideração a compreensão acerca do modo de vida e das relações sistêmicas entre as populações residentes e a natureza, juntamente com um planejamento coerente visando o desenvolvimento local tendo em vista as necessidades locais gera um cenário de conflitos.

É importante destacar que a participação e inclusão social das populações residentes nas Ucs é um procedimento complexo e que tem sido bastante debatido e entendido da relevância disso no processo de planejamento e apoio a gestão da UC e do turismo. De maneira contrária, ocorrendo na prática de modo pontual, sem a devida atenção peculiar, perdem-se os benefícios e oportunidades de ampliação e fortalecimento das relações entre os atores.

Como mecanismo para garantir que as populações tradicionais sejam incluídas no processo de inclusão social no turismo, no âmbito das políticas públicas tem percebido uma intenção de considerar esse processo de suma importância e tentativa

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

de elaborar ações e estratégias objetivando o turismo e a natureza como uma alternativa para atingir o objetivo da inclusão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou abordar a relação de temas complexos: unidades de conservação, turismo, inclusão social e populações tradicionais. Seu percurso mostrou as contradições e as injustiças atreladas aos ideais das Ucs.

Da sua origem aos dias atuais, a forma como as Ucs são institucionalizadas deixam a desejar. Ainda há muito o que superar da herança de seus ideais originais de criação, principalmente no que se refere a sua relação com as populações tradicionais, o elo mais fraco e prejudicado nessa disputa de poder, que têm na relação com a natureza um dos pilares de sua cultura, seu modo de ser.

A inclusão social é um processo amplo que está diretamente relacionado com a relação entre os direitos da sociedade de modo que os cidadãos passem a assumir o papel central, decisivo e participativo no processo de planejamento e desenvolvimento do turismo.

Mas, percebe-se que a inclusão social no turismo está atrelada exclusivamente a capacidade da atividade em gerar emprego e renda com a criação de novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece. Nesse sentido, é permitido afirmar que é a concepção desse conceito impera em uma abordagem puramente econômica, ou seja, um discurso reducionista. Onde o ideal da promoção da inclusão social estabelecida pela corrente teórica realizado nesse trabalho prevê uma visão que supera esse conceito reducionista, ou seja, propõe uma maior integração social entre os atores sociais envolvidos com o turismo, garantia de direitos sociais e participativos, prática da cidadania, participação ativa no processo de planejamento e gestão, a distribuição equitativa de benefícios e novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho com melhorias de qualidade de vida, além disso, a inclusão social envolve em seu conceito princípios básicos como acesso a educação, a serviços sociais, a saúde, a investimentos em infraestrutura básica e direitos políticos.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

As populações tradicionais são nesse processo de criação de Ucs vêm perdendo seus territórios e pode-se acabar perdendo-as também. Não que elas também não tragam impactos negativos à natureza, mas não há de se negar sua contribuição para sua conservação, e principalmente seus conhecimentos sobre a natureza, o conhecimento dos pescadores sobre o mar, não um conhecimento científico, mas tão importante quanto.

O turismo nas Ucs vem no “pacote dos benefícios”, mas, mesmo com toda um arcabouço teórico de como fazê-lo é mal, ou, até mesmo, não planejado o que abre espaço para benéfico de poucos em detrimento do prejuízo de muitos, mas os impactos negativos são divididos com todos.

Apesar disso, percebe-se que a inclusão social no turismo está atrelada exclusivamente a capacidade da atividade em gerar emprego e renda com a criação de novos postos de trabalhos que o mercado turístico oferece. Nesse sentido, é permite-se afirmar que é a concepção desse conceito impera em uma abordagem puramente econômica, ou seja, um discurso reducionista. Onde o ideal da promoção da inclusão social estabelecida pela corrente teórica realizado nesse trabalho prevê uma visão que supera esse conceito reducionista, ou seja, propõe uma maior integração social entre os atores sociais envolvido com o turismo, garantia de direitos sociais e participativos, prática da cidadania, participação ativa no processo de planejamento e gestão, a distribuição equitativa de benefícios e novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho com melhorias de qualidade de vida, além disso, a inclusão social envolve em seu conceito princípios básicos como acesso a educação, a serviços sociais, a saúde, a investimentos em infraestrutura básica e direitos políticos.

Com base no exposto até aqui, perceb-se a importância de discutir e aprofundar os estudos sobre o turismo em Ucs como ferramenta que potencializa a inclusão social de populações tradicionais, pois de acordo Sancho (2007) a partir da releitura de Escorel (1997) pensar o turismo como um vetor de inclusão social é tentar compreendê-lo e analisá-lo sob a ótica de diferentes dimensões da existência humana em sociedade. É refletir, a partir do reconhecimento do seu potencial, sobre as possibilidades que pode alcançar, no âmbito da melhoria da oferta e condições de

ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

trabalho, fortalecimento das relações sociais, formação cidadã e política da população, reconhecimento e valorização das tradições culturais, acesso a condições mínimas de desenvolvimento humano e incentivo a adoção de práticas sustentáveis para a conservação dos recursos renováveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, M. J. P.; PINHEIRO M. R. **Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação**. In \_\_\_\_\_. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil, 2012.

AOUN, S. Paraíso à vista: os jardins do éden oferecidos pelo turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-27.

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano II, v. 5, n. 2 sem, 1999, p. 79-93.

AYRES, H. H. F; IRVING, M. A . O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. A. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p. 77- 90.

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, dez., 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 de julho de 2000.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1993.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Ed. Hucitec, p. 169 ,2000.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Ática, NUPAUB/USP, 2001.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

FALEIRO, R. P. Retomada ou invasão: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do Monte Pascoal pelos índios Pataxós. **Boletim Anual do GERI**, n. 6, 2002. Disponível em: <www.unb.br>. Acesso em: 10, ago., 2017.

FOURNIER, J.; PANIZZA, A. C. Contribuições das áreas marinhas protegidas para a conservação e a gestão do ambiente marinho. **RA'E GA**, v. 7, p. 55-62, 2003.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, v.4, p.122-147, 2010.

\_\_\_\_\_. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento no, no caso brasileiro. In: IRVING, M. A.; et al. (Org.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**: diálogos entre saberes e fazer. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letras e Imagem, 2015. p. 51-80.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. Natureza e cultura. **Revista Antropos**, v. 3, n. 2, dez., p. 17-26, 2009.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, 2002.

MALDONADO, S. C. **Mestres e mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Anna Blume, 1993.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, São Paulo: Átomo& Alínea, 2009.

SANCHO, A; IRVING, M. A. Interpretando tendências para a inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010. In: **Revista Geografias** (UFMG), v. 7, p. 44-57, 2011.

MINARI, M.L.; RABINOVICI, A. Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, p.44-66, 2014.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: Rodrigues, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 28-45.

SANCHO, A. **Turismo**: alternativa efetiva de inclusão social? uma reflexão sobre as políticas públicas de turismo no Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, J. B. Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP.**, v. 3, dez., p. 83-92, 2010.

TAKAHASHI, L. Y. **Avaliação da visitação e dos recursos recreativos da Estrada da Graciosa.** 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais), Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

THE INTERNACIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Ecotourism: guidelines for nature tour operators.** North Bennington, 1993.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, v. 4, n. 8, p. 77-106, 2003.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional.** São Paulo: Plêiade, 1998.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## **USO TURÍSTICO NO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ): MAPEAMENTO PRELIMINAR DAS AÇÕES EM CURSO NA ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA E A SOCIEDADE**

Yasmin Xavier Guimarães Nasri

Marta de Azevedo IrvingThaiane Oliveira Arruda

### **RESUMO**

A criação e a gestão de áreas protegidas são reconhecidas, globalmente, como caminhos essenciais para a proteção do patrimônio natural mundial. Nesse caso, nos países megadiversos, principalmente, o uso público parece representar uma estratégia necessária para assegurar a proteção dessas áreas como, também, para fomentar o desenvolvimento local, em bases sustentáveis. Desse modo, o uso público em unidades de conservação tende a contribuir para a reconexão entre as populações do entorno e a gestão local. Com base nessas premissas, este ensaio objetiva mapear algumas iniciativas de desenvolvimento do uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), no Estado do Rio de Janeiro. A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica sobre o tema em foco, bem como a observação direta nos espaços formais de participação social no caso estudado. Os resultados obtidos parecem sinalizar que o ordenamento turístico e, a diversificação de possibilidades do uso público representam ações emergenciais, em direção à minimização dos problemas enfrentados, decorrentes da sazonalidade e da massificação do turismo local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Uso Turístico; Ações em Curso; Parque Estadual da Costa do Sol.

### **ABSTRACT**

The creation and management of protected areas are globally recognized as essential ways of protecting the world's natural heritage. In this case, in megadiverse countries, mainly, public use seems to represent an essential strategy to ensure the protection of these areas as well as to foster local development on a sustainable basis. Thus, public use in protected areas tends to contribute to the reconnection between the surrounding populations and local management. Based on these premises, this essay aims to map some tourism development initiatives in the Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), in the State of Rio de Janeiro. The methodology adopted involved bibliographic research on the subject in focus, as well as direct observation in the formal spaces of social participation in the case studied. The results obtained seem to indicate that tourism planning and the diversification of possibilities of public use represent

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

emergency actions, in order to minimize the problems faced by seasonality and the massification of local tourism.

**KEYWORDS:** Tourist Use; Ongoing actions; Parque Estadual da Costa do Sol.

## INTRODUÇÃO

A criação e a gestão de áreas protegidas têm sido consideradas por inúmeros autores, como estratégias essenciais para a proteção do patrimônio natural mundial, com a finalidade de deter a perda progressiva de biodiversidade. Essa modalidade inovadora de conservação, *in situ*, embora em curso desde tempos remotos, foi efetivamente pactuada, no plano internacional, na *Convenção sobre Diversidade Biológica* (CDB), ratificada em 1993, como desdobramento da *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. E, nesse caso, para os países signatários da CDB, que representa um dos pactos mais significativos em plano global (MELO, 2007), um dos compromissos centrais passou a ser a responsabilidade de estruturar uma política de implantação e regulamentação de áreas protegidas coerente com as realidades locais (ONU, 1992).

Entretanto, esse representa um real desafio no âmbito dos países megadiversos, alguns dos quais, historicamente confrontados com um significativo passivo de exclusão social (PRATES & IRVING). Este é o caso do Brasil, país megadiverso com a maior variabilidade de espécies endêmicas do mundo (WCMC, 2017)<sup>101</sup>, mas que enfrenta significativas dificuldades, como o contexto de desigualdades sociais, violência, e até mesmo, questões estruturais decorrentes da má distribuição dos recursos mínimos à sobrevivência humana.

Nessa conjuntura complexa, o uso público em áreas protegidas, um dos objetivos da categoria de manejo “parque”, parece representar uma estratégia não apenas para a manutenção dessas áreas, como também, para a possibilidade de engajamento social no processo de conservação da biodiversidade. Dentre as possibilidades de uso público em parques, regulamentadas pelo *Sistema Nacional de*

---

<sup>101</sup>World Conservation Monitoring Centre (WCMC). Disponível em: <http://www.biodiversityaz.org/content/megadiverse-countries>> Acesso em: 17 de nov. de 2017.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

*Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) (BRASIL, 2000), são mencionadas a educação e a interpretação ambiental, a pesquisa e, o turismo ecológico. No entanto, entre essas possibilidades, o turismo, em alguns casos, é o que mais tem contribuído para a manutenção dos parques e para a redução de atividades ilegais nesses espaços (FONTOURA, 2015).

Tendo esse panorama como campo de partida e, reconhecendo ser o uso público em áreas protegidas uma estratégia fundamental para a conexão entre a gestão de uma unidade de conservação (UC) e a própria sociedade, o objetivo deste ensaio é mapear, preliminarmente, as ações em curso para o uso turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS). Um parque estadual situado na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro que, representa, paradoxalmente, um dos ícones para o turismo fluminense de *Sol e Praia*. Com este objetivo se pretende contribuir para a sistematização de informações relevantes sobre o uso público nesta unidade de conservação, que estão dispersas, mas que são essenciais para o planejamento futuro de ações capazes de fomentar o engajamento da sociedade local e dos próprios turistas, nos processos de conservação da biodiversidade local.

Este mapeamento preliminar foi construído com base em pesquisa qualitativa, envolvendo as seguintes etapas: 1) levantamento bibliográfico sobre o referencial de uso público; 2) realização de incursões a campo durante as altas temporadas de turismo; e 3) observação direta nas reuniões do Conselho Consultivo, bem como da Câmara Temática de Uso Público do PECS, durante o recorte temporal de 2016 a 2017, com registro em caderno de campo.

A escolha do parque, foco da pesquisa, se justifica, uma vez que esta unidade de conservação, de Proteção Integral, representa uma proposta inovadora no Brasil, devido à fragmentação territorial das suas áreas de inserção que demanda uma gestão multissetorial, esta inspirada no modelo canadense de áreas protegidas. Além disto, outro elemento relevante para essa escolha foi a grande atratividade turística do Parque que constitui uma das principais áreas protegidas do Estado do Rio de Janeiro na zona costeira, em termos de fluxos turísticos.

Para facilitar a compreensão, dos argumentos apresentados, o presente ensaio está estruturado em quatro seções, além desta introdução: a primeira sintetiza o  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

balizamento conceitual sobre o significado de uso público na reconexão entre sociedade e natureza, tendo como ponto de partida a perspectiva do *religare* do autor francês Edgar Morin e, os argumentos de Vallejo (2015) e Irving (2018a) (2018b); a segunda seção apresenta e descreve, em termos de contexto histórico-geográfico e da dinâmica socioambiental, o Parque Estadual da Costa do Sol; a terceira seção busca sistematizar e apresentar as ações em curso relativas ao uso turístico do PECS e outras ações complementares essenciais a este direcionamento; e, a quarta seção busca sintetizar as reflexões resultantes deste exercício, de maneira a contribuir para a compreensão do contexto atual, referente às ações sobre o uso turístico do Parque.

## **USO PÚBLICO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA A CONEXÃO DA GESTÃO DE PARQUES COM A SOCIEDADE**

Com a crescente urbanização e industrialização, a procura por áreas naturais vêm se tornando tendência para o turismo global, principalmente, devido aos imaginários de uma sociedade que, cada vez mais, questiona os modos de produção e consumo vigentes, buscando alternativas que possibilitem a qualidade de vida e o bem-estar, por meio de um movimento de religação com a natureza (BOTELHO *et. al*, 2015; IRVING, 2018a). É importante considerar nesse movimento, a necessidade de se questionar a perspectiva dicotômica entre sociedade e natureza, consolidada a partir da modernidade, de modo a buscar uma reconexão socioambiental, como um caminho para a minimização das crises em todas as esferas da vida contemporânea (MORIN, 2002).

Neste caso, os parques, uma das principais categorias de manejo das unidades de conservação de Proteção Integral<sup>102</sup>, representam uma potencialidade com este direcionamento. Embora a sua concepção tenha emergido em 1872 nos Estados Unidos, atualmente, estes se constituem em espaços que, quando abertos ao público, podem gerar efeitos positivos quanto à transformação dos cidadãos em aliados das estratégias de conservação da natureza (BROCKINGTON, 2006; GODOY 2006). Por essa ótica, os parques podem representar *lócus* de natureza protegida capazes de

---

<sup>102</sup> Não admitem atividades que implicam no uso direto dos recursos naturais (BRASIL, 2000).  
ISSN: 1808-9755

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

inspirar novas dinâmicas na relação sociedade e natureza, para um processo envolvendo a humanidade em geral (IRVING, 2018a).

Mas ao contrário do que se possa gerar recentemente, no início do processo de criação de áreas protegidas, o objetivo principal não era a proteção da natureza, mas sim a oferta de lazer por meio da difusão de belezas cênicas e paisagísticas, para serem comercializadas aos possíveis interessados em visitá-las. O público-alvo desejado na origem desse movimento erade classe média alta, proveniente dos conglomerados urbanos que, saturado pelo caos, pela poluição industrial e pelos apelos mercadológicos do capitalismo, tendia a procurar paisagens naturais, inspirado pelo imaginário romantizado e nostálgico da natureza preservada (VALLEJO, 2015; PIMENTEL, 2015).

Entretanto, com o agravamento dos problemas relacionados à perda recorrente de biodiversidade mundial, em alguns países do mundo os parques foram, progressivamente, tornando-se símbolos nacionais, como foi o caso da África do Sul, do Canadá e dos precursores dessa concepção, os Estados Unidos (BENSUSAN, 2006). Isso ocorreu, principalmente, por meio de uma política que priorizou a apropriação pública dessas áreas como espaços de lazer e recreação.

No contexto brasileiro, particularmente, tendo em vista que a noção de uso públicoexpressa o significado de bem de uso comum, no caso dos parques, compreende iniciativas diversas relacionadas à recreação, ao turismo, à educação e à interpretação ambiental e ao ensino e à pesquisa (BRASIL, 2000).

Com esse direcionamento, o uso público, passou também a ser considerado como um dos mecanismos estratégicos para a manutenção dos parques (MAGRO, 1999). Isto porque, conforme Oliveira *et al.* (2015), ao conhecer essas unidades de conservação, os visitantes podem se congregam ao círculo de adeptos e defensores da política pública de delimitação dessas áreas, como também podem se inserir em atividades que colaboram para melhorias da dinâmica do seu funcionamento, como uma alternativa à escassez, recorrente, de recursos humanos e financeiros. Da mesma maneira, o uso público permite a aproximação da sociedade a estas áreas. As

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

ações voluntárias que envolvem a adoção de trilhas<sup>103</sup> e os mutirões de limpeza, liderados por organizações da sociedade civil, constituem exemplos nesse sentido.

Por essa via de análise, o uso público em parques tende a despertar o interesse da sociedade pelo sentido de natureza preservada, que inspira a vivência de atividades lúdicas de aprendizado e sensibilização ambiental (MMA, 2007). No entanto, é importante mencionar que esta questão não é consensual, uma vez que, para alguns atores sociais inspirados pela ideologia preservacionista, esses espaços devem permanecer intocáveis, pois a presença humana para estes, constitui um risco à própria natureza (IRVING, 2006; IRVING, 2018b).

Mas para equacionar alguns dos desafios neste contexto, com objetivo de aprimoramento do processo, um aspecto que não pode ser negligenciado é a necessidade de incremento e a diversificação das atividades de uso público ofertadas. E para tal, é necessário se levar em consideração as diferentes possibilidades de atividades recreativas, educacionais, científicas e de desenvolvimento pessoal e espiritual (VALLEJO, 2015).

A criação de um ambiente de entusiasmo e de novidades, com o envolvimento da sociedade em dinâmicas de grupo interativas, tende também a repercutir em reflexões coletivas e, em possíveis mudanças comportamentais (PIMENTEL, 2015). Ademais, a participação das populações locais no processo de planejamento e gestão dessas iniciativas tende a contribuir para o desenvolvimento de estratégias de proteção e valorização do patrimônio natural e da cultura local, da mesma forma em que o turismo pode se tornar um mecanismo de inclusão e transformação social (IRVING *et al.*, 2005).

De modo a ilustrar esse debate, a seguir será contextualizado o parque estudado e algumas iniciativas de desenvolvimento do uso público, especificamente, na forma de turismo local. Isso porque, o parque selecionado para a investigação é amplamente procurado por turistas, inclusive de origem internacional, que buscam conhecer os seus atrativos naturais e ali vivenciar a natureza preservada.

---

<sup>103</sup> Compromisso temporário de apoio na manutenção de trilhas, aberto a organizações sociais interessadas no Programa Voluntariado de unidades de conservação, supervisionado pelo órgão gestor.

## UM BREVE CONTEXTO DO PARQUE ESTUDADO

O contexto socioambiental do parque estudado é descrito, brevemente, nesta seção, para que se possa, em sequência, apresentar e discutir, preliminarmente, as iniciativas do uso público que envolvem o turismo local.

## PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (PECS)

O Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), criado por Decreto Estadual N° 42.929/2011, constitui uma unidade de conservação fragmentada territorialmente, abrangendo partes de seis municípios do Estado do Rio de Janeiro, são esses: Araruama, Saquarema, São Pedro d'Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo. Assim, os seus quase 10.000 hectares de extensão estão divididos em quarenta e três fragmentos e agrupados em quatro setores, que exigem um modelo multissetorial de gestão, considerado inovador no Brasil.

Além de dispor de um modelo de gestão diferenciada, o PECS é um parque complexo por estar sobreposto a outras unidades de conservação, de uso sustentável, como a Área de Proteção Ambiental (APA) do Pau Brasil, a APA da Serra de Sapiatiba e a APA da Massambaba. Para facilitar a compreensão, na **Figura 1** a seguir, se apresenta um mapa esquemático de localização do Parque.

### **Figura 1 - Mapa esquemático do Parque Estadual da Costa do Sol.**

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018



Fonte: Rio de Janeiro (2011).

Nesse contexto, cabe mencionar que o Parque integra ainda áreas da Zona Costeira fluminense, importantes para a preservação dos remanescentes do bioma da Mata Atlântica. E, além do patrimônio natural local, constituído por praias, manguezais, costões rochosos e restingas, a região abriga um importante patrimônio histórico, arqueológico e cultural das comunidades tradicionais de pescadores artesanais e de quilombolas (RIO DE JANEIRO, 2011), que também utilizam as áreas do Parque para desenvolver as suas atividades usuais. Assim, pode-se compreender que a heterogeneidade das belezas cênicas locais, com diversidade de fisionomias paisagísticas, possibilita uma multiplicidade de interesses voltados ao seu uso que, por vezes, são conflitivos.

Isso porque, o Parque envolve ecossistemas costeiros que, se por um lado são pressionados pela utilização irrestrita de seus recursos naturais, por outro, constituem patrimônio para o uso público. Dessa forma, os embates entre os empreendedores

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

dos setores turístico e imobiliário que investem no local, os movimentos sociais e, a equipe gestora do PECS são recorrentes.

A divergência de interesses entre os atores sociais atuantes na região, torna-se ainda mais evidente e complexa durante a estação de verão, quando o contingente populacional local tende a triplicar, devido à dinâmica das segundas residências (residências de veraneio) e também, do fluxo turístico, considerado um dos mais intensos do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2010).

Assim, na alta temporada, nas áreas de inserção do PECS, bem como no seu entorno, “o aumento sazonal da população causa reflexos em importantes setores, como saneamento, infraestrutura viária, transportes, segurança, saúde e no ambiente” (RIO DE JANEIRO, 2015, p.33). E dessa forma, a escassez temporária de prestação dos serviços básicos tende a incomodar a população residente no local.

Estas considerações gerais sobre a região de inserção do PECS são relevantes para contextualizar as iniciativas de uso turístico que vêm sendo propostas pela gestão da unidade de conservação, conforme dispostas a seguir.

## INICIATIVAS DE USO TURÍSTICO NO PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL

O Estudo de Caso desta pesquisa, conforme anteriormente mencionado, é considerado um dos parques estaduais mais visitados do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2011), principalmente, devido aos seus atrativos referentes ao segmento turístico de *Sol e Praia*. Contudo, é importante sinalizar que o PECS não possui, ainda, um *Plano de Manejo* para orientar o planejamento e a gestão das atividades de uso público desenvolvidas nas suas áreas de inserção.

Nesse sentido, há de se reconhecer que debater o uso turístico no Parque é fundamental. Por esta razão e, tendo em vista os argumentos apresentados neste ensaio, algumas iniciativas que envolvem a temática turística, em curso no PECS e identificadas por intermédio desta pesquisa, estão sistematizadas, pedagogicamente, no **Quadro 1**, a seguir.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

## Quadro 1 - Matriz-síntese sobre algumas iniciativas, em curso no PECS, que envolvem o seu uso turístico

Ação em curso	Ano de início	Instituição promotora
<i>Encontro Científico do Parque Estadual da Costa do Sol</i>	2013	Instituto Estadual do Ambiente junto às instituições de ensino e pesquisa da região.
<i>Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol</i>	2015	Instituto Estadual do Ambiente.
<i>Guias e Condutores de Visitantes do PECS</i>	2016	Instituto Estadual do Ambiente
<i>Monitores Ambientais do PECS</i>	2016	Instituto Estadual do Ambiente junto às prefeituras dos municípios que integram áreas do PECS.
<i>Sistemas de Contagem Automática de Visitantes</i>	2016	Instituto Estadual do Ambiente.
<i>Projeto Olho na Mata</i>	2017	Instituto Estadual do Ambiente junto às instituições públicas de ensino da região.

Fonte: as autoras (2018).

Conforme disposto no **Quadro 1**, com relação ao desenvolvimento do turismo no PECS, a página virtual da rede social *Facebook* denominada *Amigos do Parque Estadual da Costa do Sol*, criada pela própria equipe gestora, tem representado uma importante ferramenta na difusão de informações atualizadas sobre o planejamento das atividades na UC. Uma das facilidades propiciadas por esta iniciativa foi a ampliação do processo de divulgação dos eventos abertos ao público.

Contudo, um aspecto importante sobre o fluxo turístico no PECS é que este não necessariamente depende de incentivos da equipe gestora para ocorrer. Isso porque, historicamente, as praias locais constituem atrativos conhecidos no Estado do Rio de Janeiro por suas belezas cênicas, sendo, inclusive, escolhidas como cenários na produção de inúmeras novelas televisivas e filmes diversos. Esse contexto contribui, por um lado, para atrair um grande público para essas áreas. No entanto, por outro lado, muitos turistas que chegam à região não sabem sequer que estão em uma UC com normas específicas de uso do território.

Desse modo, vêm sendo desenvolvidos programas para sensibilizar os turistas sobre a importância da conservação do local visitado. Uma iniciativa recente nesse sentido, se trata do curso de *Guias e Condutores de Visitantes* que, mesmo com poucas turmas formadas, já tem gerado resultados importantes para aprimorar o uso turístico dos atrativos do PECS.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Esta proposta objetiva reconhecer e apoiar a profissão de condutores anteriormente realizada, informalmente, nos atrativos do Parque. A oferta deste curso, em modalidade gratuita, foi um passo importante, principalmente, para contribuir para incrementara qualidade da experiência dos turistas nesta área protegida. Isto porque, temas como a história, a geografia e a diversidade biológica da região compõem o programa pedagógico, visando qualificar o conhecimento dos futuros profissionais especializados para trabalhar com o turismo no Parque.

Ainda sobre o programa de condutores, outro aspecto importante da iniciativa está relacionado à segurança dos turistas. A partir da implantação desta iniciativa, somente os profissionais formados e cadastrados pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) – órgão responsável pelas unidades de conservação estaduais – passaram a obter autorização para realizar a atividade, de modo remunerado, no Parque, o que ampliou a possibilidade de controle na gestão da oferta de serviços nessas áreas.

O principal público beneficiado pelo Programa *Guias e Condutores do Parque Estadual da Costa do Sol* tem sido a população do entorno da área protegida, uma vez que a comprovação de residência na região constitui um dos pré-requisitos para concorrer a uma vaga no curso. Esta regra atende a um dos objetivos do uso público no PECS que é, justamente, o fomento da economia local, por meio da criação de mecanismos de geração de renda.

Outro programa em curso se intitula *Monitores Ambientais do PECS* que objetiva a formação de profissionais para atuar no monitoramento e na prestação de informações aos turistas, buscando reorientar as ações que não estejam em conformidade com as normas de uso da UC. Esta iniciativa decorreu de uma parceria institucional com os municípios que integram o Parque. Dessa forma, esses profissionais são remunerados pelas prefeituras onde estão localizados os atrativos mais procurados nas altas temporadas. O curso é gratuito e, após a sua conclusão, o trabalho é realizado em duplas e por regime de escala nas diversas áreas.

Uma ação com sentido de ordenamento do turismo no PECS foi a implantação dos *Sistemas de Contagem Automática de Visitantes*. Esta foi uma estratégia complementar a um estudo de capacidade de carga para veículos motorizados nas áreas do Parque, cujo objetivo foi controlar o fluxo de visitação, por meio do registro  
ISSN: 1808-9755

da quantidade de pessoas que se utilizam dos atrativos da UC. Esse instrumento tende a contribuir assim, para auxiliar a gestão no conhecimento do fluxo turístico em seu interior, indicando os atrativos que são os mais visitados, diariamente. A partir da obtenção destes dados, podem ser pensadas as atividades de planejamento e manejo local que visem ao remanejamento dos turistas, evitando a concentração do público em determinadas áreas.

Contudo, uma limitação desta ferramenta se refere ao seu alto custo, o que dificulta a ampliação desta alternativa para os demais atrativos. Além disto, há de se considerar o desafio que envolve a sua manutenção, devido à demanda por fiscalização, inclusive, em períodos noturnos, para que não haja a depredação dos equipamentos utilizados, por grupos mal intencionados, como já ocorrido anteriormente no PECS.

No âmbito desta investigação foi possível identificar, ainda, duas iniciativas de planejamento voltadas à diversificação do uso público, como estratégia de incentivo a outras atividades no interior da UC, além do próprio turismo. Uma iniciativa identificada se refere ao *Encontro Científico do Parque Estadual da Costa do Sol*, que objetiva o intercâmbio entre pesquisadores que estudam o PECS e o estímulo à ampliação das discussões entre professores, estudantes e moradores locais, interessados em questões relacionadas à conservação da natureza. Este evento ocorre, geralmente, em formato de palestras e de exposição de painéis e tem sido um bom caminho para fomentar o levantamento de dados sobre o Parque.

O *Projeto Olho na Mata*, uma outra iniciativa identificada, ocorre em formato de curso de educação ambiental, gratuito, direcionado ao público de docentes da rede pública de ensino dos seis municípios abrangidos pelo PECS. O objetivo constitui incentivar tais profissionais a abordarem conteúdos sobre a conservação da natureza, em suas disciplinas e demais atividades docentes na região.

Assim, o levantamento dos programas e dos projetos em curso no PECS permitiu compreender ser esta uma unidade de conservação que considera o turismo como uma das principais demandas de uso público, embora seja evidente o potencial para o desenvolvimento de outras ações, como vem sendo proposto por meio da gestão de áreas protegidas.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Contudo, o fluxo turístico nas áreas de inserção do Parque é desordenado e, como estratégia para contornar os desafios decorrentes deste contexto, vem sendo incentivada, cada vez mais, a participação dos atores locais nos processos de tomada de decisões em relação à área protegida, principalmente, por meio da criação de novos grupos de trabalho e de câmaras temáticas que envolvem contribuições da população do entorno no aprimoramento do manejo dos atrativos naturais.

Desta maneira é possível afirmar que um grande esforço vem sendo realizado nos últimos anos, para fomentar o uso turístico do Parque, em bases sustentáveis, mas, também, para aproximar a sociedade local do processo de gestão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta breve incursão no caso do Parque Estadual da Costa do Sol possibilitou a identificação das linhas de ação que vêm sendo conduzidas pela equipe gestora para incentivar a aproximação da sociedade das ações dirigidas à preservação da natureza, em sua articulação com uma leitura de desenvolvimento do turismo, em bases locais.

Como resultado das discussões realizadas nos espaços formais de participação social, observou-se que o ordenamento turístico e, a diversificação das possibilidades de uso público são as principais estratégias que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do planejamento da equipe gestora. Isso porque, o fluxo turístico no parque investigado já é expressivo (considerado prioritariamente como turismo de massa) e sazonal (com altas temporadas na estação do verão).

Nessa direção, o órgão ambiental parece buscar alternativas que incentivem a visitação em outras localidades da UC, ao longo do ano. Nesse caso, foram também identificadas estratégias para o redirecionamento do fluxo turístico para atrativos menos divulgados e, portanto, menos procurados pelo público. Ademais, as ações de gestão parecem se voltar, também, ao incentivo para a realização de atividades variadas em contato com a natureza e, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam contribuir para aprimorar o próprio processo de conservação da sociobiodiversidade local.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

Da mesma maneira, a equipe gestora vem se comprometendo em incluir as populações locais no planejamento, desenvolvimento e controle do turismo na região de abrangência do Parque, conforme identificado nos programas e parcerias discutidos anteriormente. Outra medida importante, nesse contexto, é a fiscalização dos serviços prestados nas áreas de inserção do PECS, principalmente, durante a alta temporada. Como solução para alguns dos problemas identificados, vêm sendo propostos sistemas de cadastro dos profissionais ali atuantes. E, em paralelo, vêm sendo fomentados programas de monitoramento das ações dos turistas durante a dinâmica de visitação dos atrativos, visando reorientar as práticas que não estejam em conformidade com as normas de uso da UC. O programa de monitores ambientais constitui um exemplo nesse sentido.

Mas é importante mencionar que, este mapeamento inicial buscou apenas sistematizar a informação sobre ações em andamento para o uso turístico no PECS. E, estudos complementares seriam ainda necessários para avaliar em que medida essas ações têm, efetivamente, contribuído para aproximar os atores locais da gestão do Parque. Seria também importante que novas pesquisas fossem desenvolvidas para interpretar de que modo o PECS vem sendo internalizado pelos turistas que o visitam e pelas populações locais afetadas diretamente pela dinâmica turística nesta área protegida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. FGV Editora. 2006.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G.; GONÇALVES, R. S.; IRVING, M. A. Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. *In*: IRVING, M. A.;

RODRIGUES C. G. O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Org.) **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: Diálogos entre saberes e fazeres**. Folio Digital, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Diário Oficial da União. Brasília, 19 de julho de 2000. Seção 1, p. 1.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

BROCKINGTON, D. **Injustice and conservation**: is local support necessary for sustainable protected areas? 2006.

FONTOURA, L. **Turismo em parques nacionais e a conservação da natureza**. Semeia, Conteúdo Técnico, nov. 2015. Disponível em: <[http://www.semeia.org.br/admuploads/uploads/Novembro\\_2\\_Turismo\\_Parques\\_Nacionais\\_conservacao\\_Biodiversidade\\_final.pdf](http://www.semeia.org.br/admuploads/uploads/Novembro_2_Turismo_Parques_Nacionais_conservacao_Biodiversidade_final.pdf)>. Acesso em 12 de julho de 2018.

GODOY, A. O modelo de natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 4., nº 14, p. 129-138, 2000. Disponível em: <<http://hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/CienciasdoAmbienteSelma/MATERIALDADISCIPLINA/PRESERVAONATUREZA.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2018.

IRVING, M. A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.; MELO, G. Revisando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n. 4, p. 1-7, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/98/93>>. Acesso em 24 de maio de 2018

IRVING, M. A. **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius. 2006.

\_\_\_\_\_. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In*: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. **Ética socioambiental**. 2018a. ISBN: 9788520451380 (No prelo).

\_\_\_\_\_. (Eco) turismo em áreas protegidas? Paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. *In*: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. (Orgs.) **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio/Letra Imagem, 2018b.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental), Escola de Engenharia, Universidade de São Carlos, São Carlos, 1999. 135f. Disponível em: <<http://www.ipef.br/servicos/teses/arquivos/magro,tc.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2017

MELO, G. **A leitura de gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais**: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 200f. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/gustavomelo.pdf>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

Universidade Federal de Pernambuco  
10, 11 e 12 de Setembro de 2018

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília, 2007.

OLIVEIRA, M. P.; FERREIRA, E.; RIBEIRO, M.; SOUZA, J; RICHTER, M. Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org.) **Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 204-220, 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Convention on Biological Diversity**, 1992. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>> Acesso em: 12 de julho de 2018.

PIMENTEL, D. de S. Parcerias para a Gestão do uso público em parques. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. de C. M. (Orgs). **Uso público em unidades de conservação**. UFF, 2015. p. 21-29.

PRATES, A. P. L.; IRVING, M. A. **Conservação da biodiversidade e políticas públicas para as áreas protegidas no Brasil**: desafios e tendências da origem da CDB às Metas de Aichi. Revista Brasileira de Políticas Públicas. UniCeub, v. 5, nº 1, 2015. ISSN: 2236-1677.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011. **Cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2011. Parte I, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**. Metalivros, 2015.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. de C. M. (Orgs). **Uso público em unidades de conservação**. UFF, 2015. p. 9-20.